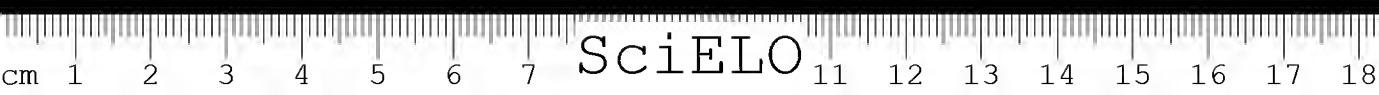

cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16

A LAVOURA

242

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



OTE DE NOVILHOS DA RAÇA INDU-BRASIL, COM 24 MESES

NO LVI

RIO DE JANEIRO — BRASIL

JANEIRO - FEVEREIRO 1952



ATUAL PANORAMA NA ZONA SUL DO PARANÁ — Alguns pinheiros nas baixadas — gigantes sobreviventes dos antigos pinhais. Elevações cobertas com uma colcha de retalhos: trigais, batatais, milharais. A serra da Esperança, seguindo rumo norte-sul, vê-se ao fundo também, já atingido pelo braço do lavrador nos seus pontos mais acessíveis. (Contribuição do Ass. Rural de Mallet, 88-12-50).

SUMARIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra — DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — EURICO SANTOS
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário — KURT REPSOLD
2.º Secretário — OTTO FRENSEL

Secretário-Geral LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS DE SOUZA DUARTE
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARÇANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
LAURO PIRES XAVIER
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
MARIO VILHENA
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Alberto Ravache; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes, **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Diogenes Caldas; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Newton Beleza.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI — JANEIRO-FEVEREIRO 1952

REFORMA AGRÁRIA

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Julgo oportuno chamar a atenção da classe rural do país para os preconizadores de uma reforma agrária para o Brasil, quando êstes, não raro, desconhecendo as nossas condições sociais e econômicas, não chegam mesmo a definí-la em suas exatas repercussões.

No próprio Congresso Nacional já existem projetos, até mesmo de cunho oficial, como o que foi elaborado no Ministério da Agricultura, endossado pelo Presidente Dutra, sem terem sido ouvidas as entidades de classe.

A Sociedade Nacional de Agricultura já se manifestou sobre o projeto do deputado Nestor Duarte, de acentuado cunho socialista, salientando que o seu entendimento sempre foi de que o Brasil necessita é de uma "organização agrícola", que facilite o acesso à terra, dando ao mesmo tempo, aos que a cultivam, os elementos indispensáveis para que a agricultura se torne de fato remuneradora. Só assim será possível elevar o padrão de vida das populações rurais e criar um grande mercado interno para a produção industrial.

Constitue legítima aspiração da classe o Código Rural, para que haja estabilidade na vida do meio rural. Antes de se pensar na chamada "reforma agrária", trazendo no seu bôjo a distribuição da terra, apenas encarando-a do ponto de vista social, faltando-nos o necessário equipamento para a producão agrícola econômica.

Comprovam os censos agrícolas que a subdivisão da terra no Brasil se vai processando por fôrça de vários fatores, inclusive do próprio crescimento demográfico.

Diante da queda dos rendimentos culturais, fato alarmante, e que temos a empreender é a recuperação do solo e sua conservação com a fixação nêle do homem, garantindo-lhe a remuneração do seu trabalho e defendendo-lhe a saúde. Estejamos, portanto, atentos, nas consequências que possam advir para a coletividade brasileira de uma "reforma agrária" que, contrariando as tradições brasileiras, venha ferir o direito de propriedade e ao envés de teazer a tranquilidade o bem estar dos que vivem da exploração da terra, traga sérias perturbações a marcha da economia agrícola do país com profundas repercussões em tôda a coletividade brasileira. Reunem-se neste momento representantes de 37 paises no Estado de Winconsin, nos Estados Unidos, para definirem a significação da chamada "reforma agrária", pelos seus aspectos sociais e economicos.

Estejamos atentos como essa chamada "reforma agrária" poderia ser aplicada no Brasil. Pelo censo economico de 1950, possue o Brasil cêrca de três milhões de proprietários rurais, que são os grandes obreiros da nossa grandeza econômica. Pelos seus pronunciamentos durante sua campanha eleitoral, o preclaro Presidente Getúlio Vargas, que é progressista ruralista em seu Estado natal e acaba de criar a Comissão Nacional de Política Agrária, a classe agrícola do país poderá trabalhar tranquila, certa de que, envés, da chamada "reforma agrária", teremos, antes, uma Lei Agrária que satisfará os interesses econômicos e sociais do país, dentro dos principios constitucionais, que nos regem.

A Sociedade Nacional de Agricultura, como sempre, pelo seu longo passado, permanecerá alerta na defesa dos mais altos interesses da agricultura brasileira, batendo-se pela reabilitação da terra e defesa dos seus legítimos possuidores.

O Pão Misto e Algumas Fórmulas para seu Emprêgo

PROF. OCTÁVIO DUPONT

Apresentamos hoje o artigo de um técnico, que há longos anos serve no Brasil com proficiência e dedicação sôbre o problema do trigo e do pão misto. Acreditamos que será de grande utilidade para as famílias brasileiras e para a economia nacional. É o professor Dupont, antigo sócio da S. N. A., identificado com a sua ação em prol da agricultura nacional.

"O pão misto volta à ordem do dia. Pela primeira vez na história, de acôrdo com informações fidedignas, a Argentina está importando trigo, o que quer dizer — pelo menos durante um ano, ficaremos sem trigo daquêle país amigo. O brasileiro acostumou-se ao pão de trigo e êste tem penetrado progressivamente em todo o nosso vasto interior, onde antigamente era substituido pela broa e por biscoitos diversos, à base de polvilho, levando leite ou queijo. Nesta questão há um contraste entre o Brasil e outros paises que se encontram em situação análoga. Centenas de milhões de habitantes de zonas tropicais e subtropicais (630 milhões de orientais), há séculos não consomem trigo, sem que por isso tenha diminuido a sua vitalidade. Nutrem-se de arroz, soja, milho, farinhas de tubérculos, legumes e verduras, frutas tropicais, etc. A ilha de Java sustenta assim a população mais densa do mundo — 45 milhões de habitantes em território pouco maior que Portugal. A importação de trigo tem dado não raras vezes dificuldades e contrariedades ao Govêrno; sòmente em 1948, foram arrancados do nosso erário público mais de três biliões de cruzeiros, para garantir o abastecimento de trigo; o nosso ouro dissipado nestes ultimos cinquenta anos atinge a somas fabulosas. Atualmente consumimos, de acôrdo com as últimas estatisticas, perto de um milhão e quinhentas mil toneladas de trigo, anualmente; a nossa produção está estagnada em trezentas mil toneladas, devido à falta de tratores, máquinas, silos e transportes; sem a organização de uma rêde de estações de motocultura nas zonas sulinas, embora de condições ecológicas privilegiadas, a nossa produção de cereais não progredirá. Um exemplo flagrante é o preço atual de um saco de milho; no Rio de Janeiro ultrapassou a Cr$ 150,00. Nestas condições êste cereal de cultura fácil e de resultados garantidos não impedirá a expansão da triticultura?

O PÃO MISTO

Diante da situação do mercado argentino de trigo, é provável que poderemos importar apenas parcelas menores de outros paises produtores; torna-se por conseguinte necessário lançar mão, ao máximo, do pão misto para evitar o desaparecimento total do trigo do mercado. A mistura de apenas 12% "no máximo", de farinha sucedânea (art. 2.º do recente decreto presidencial), parece nos inócua como medida para resolver a grave crise que se prenuncia para 1952. Os sucedâneos panificáveis no Brasil são o feijão soja, o arroz, o milho, e a mandioca. O "primeiro" destaca-se pela sua riqueza, em matérias azotadas; desgordurado, contem 53% de proteinas! É rica, igualmente, em fósforo, cálcio e vitaminas; é usado em muitos paises para panificação, para biscoitos, em conservas para sopas, etc. Associada à farinha de trigo na proporção de 20 a 30%, não tem sido bem apreciado devido a coloração escura, textura e paladar que imprime no pão misto; numa proporção acima de 10% perturba a fermentação da massa. Todos êstes inconvenientes tornarão difícil entre nós a aceitação do pão misto de soja. Ao contrário, a "farinha de arroz" não apresenta nenhum dêstes inconvenientes, mesmo quando misturada em altas proporções (30%); como riqueza em matérias azotadas ocupa um lugar de destaque ao lado do trigo e da aveia. Êstes três cereais são caracterizados por apresentar um alto teor de proteinas de hierarquia superior.

"A mistura das farinhas de trigo e de arroz tem um valor biológico superior ao de cada um isolado"; o pão misto (trigo e arroz), além de mais nutritivo, é leve e possui bom paladar e não perturba a fermentação da massa. A experiência demonstrará quais as variedades de arroz mais aconselháveis para o pão misto, como também a maneira de conseguir, por meios práticos, maior retenção das vitaminas do complexo "B".

Quanto ao teor de extração da farinha de trigo, tem sido objeto de intermináveis discussões; nada menos de 26 autores, nestes últimos quinze anos, estudaram as propriedades fisiológicas dos compostos fosforados dos cereais, pelas quais se revelou o importante papel do "ácido fitico", cuja assimilação depende em grande parte da riqueza do cereal em "fitase", uma enzima do grupo das fosfatases que libera o ácido fosfórico do ácido fitico. Cereais com fraco teor fitásico são responsáveis pela diminuição da absorção do cálcio, do ferro e do magnésio.

Durante a última guerra, os ingleses procuraram contornar a questão adicionando, obrigatoriamente, às farinhas, "carbonato de cálcio", em determinadas proporções; evitou-se assim, distúrbios da ossificação; a ação descalcificante dependeria, portanto, da "relação Ca/acido fitico". Chamamos a atenção desta acertada medida para os nossos puericultores no setor alimentar.

Fornos elétricos, envidraçados, para experimentação sôbre o pão misto, devem ser urgentemente instalados. A "padaria-escola" é necessária para assentar sôbre bases sólidas e definitivas a indústria do pão misto que fomos forçados a adotar e que sòmente abandonaremos quando as nossas populações puderem consumir ùnicamente trigo nacional.

A farinha de milho merece um lugar de destaque na fabricação do pão misto; todavia, seu valor biológico é menor devido a deficiência em certos ácidos aminados e da quase ausencia de cálcio, possui, porém, um alto valor amido (81%). O pão misto — trigo milho — é indicado na alimentação do trabalhador adulto. A farinha de mandioca é também usada na fabricação do pão misto; é muito pobre em matérias proteicas, contendo quase exclusivamente amido. É indicado na alimentação nas mesmas condições que o pão misto de milho. Leite e queijo corrigem as principais deficiências do pão em geral, que apresenta sempre um baixo teor de cálcio. Quando o pão é velho ou pouco apetitoso, não há dona de casa que não conheça o preparo das famosas "fatias douradas" ("pain perdu" dos franceses): com um pouco de leite, açucar e ovo obtem-se um prato muito saboroso do mais alto valor biológico.

PONTOS FRACOS DA ECONOMIA NACIONAL

TRANSPORTES, PROBLEMA BÁSICO

III

SAMPAIO FERNANDES
(Especial para "A LAVOURA")

Ja apontei nos dois artigos anteriores a catastrófica situação dos transportes ferroviários, exemplificando-o com o caso da Leopoldina. Poderia, baseado no próprio relatório dos engenheiros dessa estrada, antes de continuar a análise dessa estrada, que é típica da situação da quase totalidade delas, como há pouco o mostrou o engenheiro Rodrigues Monteiro, do Departamento de Estradas de Ferro, em conferência proferida no Clube de Engenharia e publicada no número de outubro de 1951, da revista do Clube, com a autoridade de ferroviário e de diretor de Estrada. O mais grave da conferência é contudo o que diz respeito ao aspecto moral das administrações. Segundo ele o mostra, tais administrações são em regra corruptas, desviando verbas e verbas em proveito proprio, com sacrificio das reais necessidades do tráfego e do bem-estar do pessoal. Ja não é pouca imoralidade a praxe pouco honesta dos 10% adjudicados aos prepostos que adquirem materiais para as repartiçoes e que todos os homens rigorosamente corretos fazem reverter em proveito dos seus respectivos serviços. Infelizmente tais administradores são rarissimos. E a consequencia é a elevação dos custos dos fornecimentos e trabalhos executados para cobrir tais "comissões". Se a essa sangria acrescentarmos o malbaratamento das verbas ou o seu desvio para finalidades diferentes, os roubos — que os há e grandes, representados por desvio de material, atingindo milhares de contos nas grandes ferrovias — desvio de lenha, desvio de dormentes, de carvão; compra de carvao de qualidade inferior pelo preço dos de ótima quadidade, desvio nos almoxarifados, quer do material novo que entrou ou que as vezes nem entrou e do material velho, mas utilizável, e tudo a conferencia de Rodrigues Monteiro deixa entrever nas entrelinhas, deve-se reconhecer que tais estradas de ferro devem ser deficitarias. Milagre seria que não o fossem. E alem de deficitárias, desservindo suas zonas. E estradas de ferro governamentais ou de regimen para-estatal devem ter só uma finalidade: a de favorecer o desenvolvimento das zonas que percorrem, sendo secundária a sua preocupação de renda, que lhe voltará às mãos representada pelo incremento econômico do país.

Não há assim razão para opiniões como a que se ouve frequentemente de que o frete não encarece a mercadoria. Não deveria realmente encarecê-la, mas quando certa mercadoria — milho custava no norte do Paraná Cr$ 40,00 por saco, como o informou o deputado Arnaldo Cerdeira, na Câmara dos Deputados em aparte a discurso do deputado João Agripino, no dia 12-1-52, e pagava Cr$ 14,40 de frete, até São Paulo, aumentando-lhe o custo de mais de 35%, pode-se perguntar se isso não é encarecimento?... Some-se a carga, a descarga, e multiplique-se pelas várias operações semelhantes até atingir o lugarejo onde a mercadoria se torne "consumo"... e pergunte-se depois: Como poderemos concorrer nos mercados internacionais? No nosso próprio mercado só à custa de tarifas terrivelmente onerosas para nossa propria economia. Daí a nossa produção ser das mais caras do mundo. O holandes, com todo o seu excelente padrão de vida, com tôdas as dificuldades de uma reconstrução da devastação de uma guerra sem misericórdia, pode vender-nos batata, manteiga, leite pela terça parte do que podemos produzir. E alega-se que é porque o holandês *aduba* as suas terras e trabalha mecânicamente! Como o poderemos fazer com toda a nossa produção protegida por tais barreiras alfandegárias que lhe elevam o custo ao consumidor de 3, 4 e mais vezes do real valor no mercado internacional — e da pior qualidade? E' tremendo o abuso das tarifas dos similares, uma das maiores causas do encarecimento e um "handicap" de má fabricaçao. Que elas existam protegendo e encorajando iniciativas, compreende-se. Que à sombra delas, engordem magnatas, vendendo por preços astronomicamente altos utilidades essenciais ao nosso desenvolvimento

econômico, tudo encarecendo e tudo cerceando, é que não se compreende.

Terminemos, contudo, a análise de uma estrada de 3 mil quilômetros a que tem faltado principalmente administração. Essa estrada transportou em 1946 2 milhões, 26 mil e 891 toneladas de carga; 35.541.635 passageiros e em média 170 mil toneladas de encomendas. Sua renda total nesse ano andou por 267.389 mil cruzeiros. Sua despesa 239.560 mil cruzeiros, apresentando saldo. Dêsse ano em diante apresentou deficit constante, que atingiu em 1950 — 199.291 mil cruzeiros. Suas dívidas em atrazo de 1951, representam: 126.759 mil cruzeiros — 94.516 mil à Caixa de Aposentadorias; 12.704 mil à Contadoria Geral de Transportes; à praça 18.232 mil e ainda 1.317 mil cruzeiros ao Conselho do Trabalho. Seu parque ferroviário está velho, desgastado, mal reparado. Suas oficinas são antiquadas e deficientes. Excesso de burocracia; excesso de pessoal em certos setores e deficiência em outros — porque é muito melhor vegetar num emprêgo subalterno de escritório do que fazer fôrça em oficinas e há larga proporção de parentes e protegidos, que os respectivos papais ou padrinhos tratam de colocar em serviços suaves. Tais defeitos não são privilégio dessa Estrada. São comuns em tôdas as administrações mal orientadas. E', sim, defeito excessivo no Brasil, país governado pelo sentimentalismo mal orientado, dominado pelo nepotismo dos povos de civilização distorcida. Como em outras estradas de ferro também nesta deve haver escândalos — desvios, roubos, malbaratamento de recursos — e ouvi a respeito várias acusações no decorrer dêsses anos que a frequento, como ouvi de nomeação de comissões de inquérito e de "interventores". Pouco porém se pode esperar enquanto não fôr a administração entregue à capacidade honesta de verdadeiros e competentes administradores.

Que podemos concluir?

1.º — Que a economia brasileira está amarrada, atrofiada principalmente devido à falta de transportes: transportes ferroviários insuficientes, mal administrados, mal aproveitados, velhos na sua maior parte; transportes fluviais e marítimos igualmente insuficientes — pois é sabido que a zona litorânea é mal servida, parte por falta de navios a tempo e a hora, parte por dificuldades da organização do trabalho, parte pela deficiência portuária de embarque e desembarque das cargas. E o fato se reproduz no escasso aproveitamento fluvial, transportes rodoviários ao serviço dos interêsses privados, sem articulação com os demais meios.

2.º — Que urge principalmente triplicar o transporte ferroviário: melhorar e aparelhar o que existe, fazendo-o render; reflorestar, para fins de combustível, tôdas as regiões que sejam de fácil acesso e não possam servir para outras finalidades mais lucrativas; que o programa de reflorestar seja levado avante com um mínimo anual de milhões de árvores; que também se precisa reorganizar e desenvolver o transporte fluvial e marítimo.

I - Condições de povoamento e possibilidades de colonização dos municípios litorâneos e fronteiriços do País - II-Região Norte

ARTHUR N. SEABRA
Engenheiro-Agrônomo

Quando Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Agricultura, o Dr. Antônio de Arruda Câmara, valendo-se do seu amplo lastro de experiência no campo da economia rural brasileira e como professor da disciplina Pesquisas Econômicas e Sociais da Curso de Agronomo Economista da Universidade Rural, idealizou um inquérito sobre as possibilidade de colonização dos municípios litorâneos e fronteiriços do país. Ao analizar os dados reunidos durante o referido inquérito, o Eng.° Agrônomo Arthur Natividade Seabra, aluno do Curso de Agronomo Economista e que estagiou, no período de 1.° de janeiro a 31 de março de 1950, na disciplina Pesquisas Econômicas e Sociais, ministrada pelo Prof. Antonio de Arruda Camara, elaborou o trabalho que publicamos e pelo qual se vê a necessidade imperiosa da ocupação das nossas fronteiras, que não podem continuar desprotegidas, abertas, desaproveitadas e mesmo abandonadas, como se fossem terras de outros paises. E' êsse um problema de alta significação nacional e que não deveremos, pela sua premência e gravidade, transferir às gerações do futuro.

— 1 —

O Brasil é ainda imensa área continental, com uma densidade relativa de 6,5 de habitantes por km2, necessitando, portanto, de população — elemento vitalizador, dinâmico e indispensável ao seu progresso.

A ocupação demográfica do território brasileiro é, assim, um problema de transcendental magnitude para o Govêrno que, através de instituições especializadas, há muito vem estudando, orientando e controlando o povoamento e a colonização do país.

No aspecto particular em que situamos o povoamento e a colonização brasileira, o inquérito realizado pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Agricultura, é um trabalho de valor considerável, tanto no seu aspecto econômico como no que diz respeito à segurança e a defesa da nação. E' importante, no aspecto econômico, porque permite avaliar a capacidade produtiva e os recursos naturais dos municípios em estudo. E' de valor considerável quanto à defesa e a segurança do país, porque mostra a grandeza de um território, onde a rarefação demográfica chega, às vezes, a superar a de um deserto.

O inquérito permitiu, examinando os elementos reunidos sôbre as condições de povoamento e as possibilidades de colonização dos municípios litorâneos e fronteiriços do país, chegar as seguintes conclusões:

1 — o espaço geográfico desabitado nas regiões limítrofes do Brasil é ainda considerável. Assim, os municípios, em sua maior parte, apresentam uma densidade demográfica irrisória.

2 — No litoral, por influêcia dos primitivos núcleos colonizadores, os municípios, especialmente os que têm por séde as capitais de alguns Estados, apresentam um povoamento mais denso, contudo, grandes são as áreas litorâneas entregues, ainda, à sua própria sorte.

3 — As antigas colônias e os antigos núcleos de povoamento apresentam um duplo aspecto: uns, desaparecem ou deixaram, como testemunha da sua existência, apenas algumas ruinas; outros, transformaram-se, dando origem aos povoados, às vilas, ás cidades e aos municípios, como, por exemplo, — a Colônia Militar de Iguaçú, hoje séde do município de Foz do Iguaçú, no Estado do Paraná; a antiga Colônia Militar do Alto Uruguai, que deu origem ao município de Tres Passos, no Estado do Rio Grande do Sul; Cresciúma, antigo núcleo colonial, hoje, séde do mu-

nicípio do mesmo nome, no Estado de Santa Catarina; e, finalmente, a colônia Santa Rosa, antes denominada 14 de Julho, criada em 1915 e que deu origem ao município.

4 — Das colônias agrícolas atuais, excetuadas as do govêrno federal ,algumas têm produzido os resultados desejados, outras ainda estão em fase de organização; e há um número, embora reduzido, que já entrou em plena decadência.

5 — O inquérito permitiu apurar, também, quais as áreas indicadas à colonização e se as mesmas pertencem ao Município, ao Estado, à União ou a particulares.

6 — Além da indicação das áreas suscetíveis de serem povoadas os informantes têm sugerido, também, quais as medidas mais eficientes para o incentivo à colonização e se esta deve ser feita com elementos nacionais ou estrangeiros.

Considerado, em síntese, o aspecto geral do povoamento e da colonização dos municípios limítrofes e do litoral brasileiro, passemos a examinar, com maiores detalhes, a região Norte do país.

— II —

A Região Norte do Brasil é de uma importância excepcional, não só pelos recursos naturais de que dispõe, como também, pelo ambiente que oferece a uma grande civilização.

A sua densidade populacional, contudo, é ainda muito reduzida. Segundo o Recenceamento de 1940, os Estados do Amazonas e Pará, e o Território Federal do Acre, possuiam, respectivamente, por km2, as densidades seguintes: 0,24, 0,69 e 0,54. Quanto aos municípios em estudo, a maioria deles apresenta-se com menos de um habitante por km2. No Estado do Pará, onde já melhoram as condições de povoamento, os municípios de Capanema, São Caetano de Odivelas, Bragança, Maracanã, apresentam, respectivamente, as densidades relativas de 19,55, 15,52, 14,90 e 13,79 por km2. Aqui houve a influência da antiga política colonizadora adotada pelo govêrno MONTENEGRO. A densidade de população, por unidade de superfície ou área territorial, é de primordial importância para o estudo demográfico de uma região. Depois, temos a considerar o gráu de inteligencia, o preparo técnico e a capacidade realizadora do elemento colonizador. Isto é de um valor extraordinário, conforme podemos ver, analizando o trecho ,a seguir, do sr. Ching Cháo Wu. (1) Diz êle: "A China se vale de 140 milhões de pessoas para lavrar 300 milhões de acres. Os Estados Unidos empregam apenas 10 milhões para fazer o mesmo trabalho". Êstes dois paralelos, apresentados de maneira espetacular, servem para pôr em evidencia o preparo técnico e a capacidade realizadora de um povo, e mostrar, em outro continente, em outro país, os prejuizos causados pelo trabalho rotineiro e primitivo de populações atrasadas.

ANTIGAS COLÔNIAS E NÚCLEOS DE POVOAMENTO

Examinando os dados referentes às antigas colônias e núcleos de povoamento, podemos verificar que êles nem sempre tiveram influência preponderante no desenvolvimento da região.

Como remanescentes, entretanto, dessas antigas colônias e núcleos de povoamento, temos a destacar o povoado de Nogueira, no Município de Tefé, Estado do Amazonas; as sédes distritais de alguns municípios; e as povoações de Jabaróca, Curral-Velho e Descampado, no município de Capanema, Estado do Pará, que tiveram suas origens em antigas colônias ou núcleos de povoamento. Hoje, embora recebendo a influencia da moderna civilização, ainda conservam costumes e tradições oriundas dos primeiros colonizadores.

No município de Monte Alegre, também no Estado do Pará, o aldeamento de índios deu origem à séde do município e aos povoados. A colônia Itamujuri, criada pelo Estado em 4 de dezembro de 1894, muito contribuiu para o desenvolvimento do município.

Na região, algumas das antigas colônias e núcleos de povoamento tiveram influência considerável no seu desenvolvimento, como por exemplo, os da zona bragantina; outros, infelizmente, desapareceram, nada deixando de apreciável quanto à sua importância civilizadora.

Com referência às colônias agricolas atuais, é fora de dúvida que elas estão prestando uma grande contribuição ao povoamento e à agricultura regional.

No município de Tefé, no Estado do Amazonas, há uma colônia em início, com mais de 40 famílias e com uma extensão,

(1) Castro Barreto, Adolfo — Estudos Brasileiros de População. Pag. 96.

aproximada, de 3 quilômetros já colonizada. As famílias são, em sua maioria, de origem nordestina. A colônia é servida por uma estrada de rodagem.

No Estado do Pará, em maior número, as colonias estão assim distribuidas: COLÔNIA AGRICOLA NACIONAL DO PARÁ, situada à Nordeste da cidade de Monte Alegre, com 407 famílias, procedentes do Nordeste. Área — 400 mil hectares. A colônia é servida por uma estrada de rodagem de 23 quilômetros; COLÔNIA MONTENEGRO, no municipio de Bragança, com 200 famílias; COLÔNIA DR. PAES DE CARVALHO, no município de Alenquer, com mais de 800 famílias, terras otimas, onde a agricultura, embora rotineira, desenvolve-se admirávelmente, — tem como meio de acesso a estrada Lauro Sodré; COLÔNIA DE PANAICÁ — SACASSACA e S. TOMÉ, situadas na séde do municipio de Almeirim, com 29 familias, oriundas do Estado e do Nordeste. Estão prosperando e produzem farinha de mandioca, fumo, milho e feijão; NÚCLEO SARACURA, situado no rio Arraiolos, municipio de Almerim, produzindo fumo, feijão, farinha de mandioca e milho. Estradas de rodagem e navegação fluvial são os meios de acesso; COLÔNIAS PEDRO TEIXEIRA, TENTUGAL, SANTA ROSA e CAETÉ, situadas no distrito da séde do município de Capanema, e SAMAUMA, no distrito de Tauarí, tôdas com um número global de 1.200 famílias, mais ou menos. Area das colônias — 592 km2, aproximadamente. Como meio de acesso ha rodovias, ferrovia e caminhos de tropa.

No Municipio de Taranacá, Territorio Federal do Acre, há as seguintes colonias agrícolas:

MARECHAL HERMES, com 45 famílias e uma área de 1.044.000 m2; EPITÁCIO PESSOA, com 25 famílias e uma área de 5.032.000 m2. Estas colonias estão situadas nos suburbios da cidade e têm como meio de acesso estradas e varadouros. Também no Acre, no município de Cruzeiro do Sul, existem as colonias: RODRIGUES ALVES, com 50 famílias, aproximadamente, e uma área de 11.000.000 m2; ASSIS BRASIL, com 40 famílias, estimativa. As colônias ficam situadas, a primeira, a margem esquerda do rio Môa, e a segunda, a margem esquerda do rio Juruá.

Há ainda um núcleo colonial em formação, situado nas cabeceiras do rio Matapi, afluente esquerdo do Amazonas, no município de Macapá, Território Federal do Amapá. As famílias, em número de 26, compreendem cearenses, piauienses, alagoanos e paraenses. A área territorial é de 96 hectares. O meio de acesso é o rodoviário e o fluvial.

SITUAÇÕES DA TERRA

Quanto à situação das terras, nos municípios limitrofes e do litoral da região Norte do País, elas apresentam os mais variados aspectos. Há glebas municipais, estaduais, federais e de particulares em excelentes condições para serem povoadas. E' proposto, apenas, como medida de incentivo à colonização, para algumas dessas áreas, abertura de estradas, saneamento e desapropriação, isto, no caso de propriedades latifundiárias.

As possibilidades das terras quanto à produção agrícola e pastoril, exploração de madeiras de lei, plantas oleoginosas, medicinais e gomiferas, são, também, indicadas.

No municipio de Feijó, por exemplo, as terras, no âmbito rural, são ferteis e utilizadas para a lavoura e a criação. Como riqueza vegetal o município possue a "hévea" e madeiras de lei. O impaludismo, contudo, torna a região pouco salubre.

Outro exemplo, aliás bem expressivo, temos no arquipélago de Marajó. E' o maior centro pecuarista do Estado do Pará, onde, também, ocupa uma situação geográfica, estratégica e econômica importantíssima. Nas suas águas interiores e litorâneas vive uma fauna riquissima e da qual se destacam, pela sua importancia econômica, peixes de todas as formas e de hábitos os mais diversos. Por suas condições naturais, o arquipélago marajoára pode ser transformado em um centro de piscicultura dos mais notaveis do mundo. A pecuária, uma vez rudimentar, sendo a cana de açúcar um dos produtos mais importante. Depois vem o arroz.

O extrativismo — borracha, madeira, pesca, etc., consttiue regular atividade economica.

Atualmente, a perspectiva de exploração do petróleo veio dar, ao arquipélago, maior valor estratégico e econômico.

O município de Chaves, situado na ilha de Marajó, possui terras próprias para a criação e para a lavoura de cereais, de

mandioca e para a fruticultura. A criação constitui a sua principal atividade econômica. Depois vem a indústria extrativa do latex, sementes oleaginosas, a caça e a pesca. A banana é um dos principais produtos da lavoura.

E' regular a salubridade do município e nele poder-se-á fazer a colonização com o elemento nacional ou estrangeiro.

Com exceção dos municípios de Chaves e Maracanã, todos os demais optaram pela colonização de suas terras com o elemento nacional. Esta preferência pelo colonizador brasileiro resultou do reconhecimento ao valor do nordestino, cuja epopéia, nos dias do passado, e ainda hoje, lhe permitiu povoar e alargar as fronteiras da pátria.

CONCLUSÕES

A colonização é um dos elementos com que havemos de corporificar a estrutura política e econômica do Brasil. E as colônias agrícolas, atuando como fôrças civilizadoras da unidade de trabalho, unidade econômica, unidade social e moral, que é a família, fortalecerão, ao mesmo tempo, a política de fixar o homem à terra, momentoso problema nacional. E' um ideal a atingir, e êste, uma vez concretizado, permitirá verificar-se a relevância que assumem as colônias agrícolas dentro de nossa economia.

Nos países novos como o nosso, o Estado, excessão feita para as glebas que estejam sendo convenientemente exploradas, deve interferir na divisão da terra, facilitando e estimulando ao máximo a colonização. Trata-se, evidentemente, de um problema de alta complexidades, mas também, de grande significação social e econômica, porque integra ao patrimônio vivo da Nação as terras devolutas e as latifundiárias que jazem incultas e improdutivas.

O eminente Prof. e economista, Dr. Arthur Torres Filho, opinando sôbre êsse magno assunto disse: "Nenhuma (2) função, social e econômicamente falando, enxergo mais importante para o Estado do que o da *obra colonizadora* inteligentemente executada, com radicação perfeita do homem ao solo".

Sem qualquer dúvida, podemos assegurar que a importância do povoamento e da colonização está, principalmente,, em permitir a ocupação efetiva de áreas desabitadas, firmando-lhes, por esta forma, a unidade política e econômica. E' êste um problema de vastas proporções e de cuja solução depende o desenvolvimento e a prosperidade de muitas glebas brasileiras, entregues ,até hoje, às próprias leis da natureza.

(2) — **Torres Filho**, Arthur E. M. — Expansão Econômica do Brasil. Pág. 56.

BIBLIOGRAFIA

1 — **Capistrano de Abreu**, João — Caminhos antigos e povoamento do Brasil. 1930.
2 — **Carneiro Leão**, A. — A Sociedade rural, seus problemas e sua educação. Rio de Janeiro. Ed. "A Noite"" s/a, s./d.
3 — **Castro Barreto**, Adolfo — Estudos brasileiros de população. 2.ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1947.
4 — **Guerreiro Ramos, Alberto e Garcia, Evaldo da Silva** — Notícias sôbre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949).
5 — Informações prestadas pelos Prefeitos e Agentes Municipais de Estatísticas.
6 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil, Rio, 1947.
7 — Ministério das Relações Exteriores, Rio, 1948.
8 — **Sales**, Apolônio — O Ministério da Agricultura no govêrno Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1945.
9 — **Torres Filho**, Arthur E. M. — Expansão econômica do Brasil. Rio, 1935.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E O ENSINO AGRÍCOLA

Pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, passaram, no ano de 1951, quase mil alunos, distribuidos pelos seus diferentes cursos, como sejam:

a) — Cursos profissionais, que funcionam sob regime de internato gratuito.

b) — Cursos Práticos Agrícolas, que funcionam sob regimen de externato.

c) — Cursos Avulsos e de Extensão, que funcionam sob regimen de externato.

Todos os cursos sob regimen de externato, são, igualmente, inteiramente gratuitos.

Colaboraram na grande obra da Sociedade Nacional de Agricultura:

a) — o Govêrno Federal, através de uma subvenção concedida pelo Ministério da Agricultura.

b) — a Fundação Getúlio Vargas.

c) — a Universidade Rural.

ANIVERSARIO DA ESCOLA

No próximo dia 15 de Maio, a Escola de Horticultura Wenceslão Bello completará 15 anos do profícuo e ininterrupto trabalho desenvolvido em prol do ensino hortícola no país.

Conservação do Solo

(Continuação do número anterior)

IV

CULTURAS EM FAIXAS DE NÍVEL NO COMBATE À EROSÃO

As culturas em faixas constituem uma boa prática agrícola recomendada no Combate à Erosão e na Conservação do Solo, embora no combater a erosão se esteja sempre concorrendo para o aumento da fertilidade do solo.

Culturas em faixas de nível chamam-se às plantações feitas em faixas ou tiras, cortando a encosta, transversalmente ao sentido em que escorre a água da chuva. Há dois tipos de faixas de culturas: de plantio no limpo e de retenção.

A faixa de cultura chamada *no limpo* é aquela em que se executam capinas periódicas, por exemplo: milho, mandioca, algodão, batatinha, etc. A faixa de retenção é a formada por plantas que apresentam grande quantidade de pés por unidade de área: por exemplo: cana de açúcar, capins, etc.

As faixas de cultura no limpo são alternadas com faixas de retenção, isto é, há uma faixa de cultura no limpo e, logo abaixo, uma faixa de retenção, e assim sucessivamente.

A cultura em faixas de nível controla a enxurrada e baseia-se no princípio do parcelamento da área da encosta, de modo a que a água da chuva não adquira velocidade, nem atinja volume capaz de provocar a lavagem do terreno.

A faixa de retenção desempenha o papel de uma barreira, que retém a água das chuvas e a terra que essa água possa transportar; aumenta a infiltração da água detida, deixando protegida a faixa de cultura que lhe fica imediatamente abaixo.

A largura das faixas, quer de retenção, quer de cultura, pode variar, sendo função do declive do terreno, das plantas utilizadas nas faixas de retenção e da quantidade de chuva da região.

FAIXAS DE RETENÇÃO

A largura da faixa de retenção varia de 5 a 12 metros, em função principalmente da utilidade da planta empregada. Por exemplo: em fazenda onde há criação de gado ou usina de açúcar, pode-se aumentar a largura das faixas e plantá-las com capim forrageiro ou cana de açúcar, plantadas, todavia, em espaçamento mais reduzido que o recomendado para plantação industrial.

Quando se utilizam leguminosas, as faixas devem ser mais largas e semeadas a lanço, com grande densidade de sementes por área.

Além da cana de açúcar, são utilizadas nas faixas de retenção: mucuna, feijão de porco, guandu, crotalárias, kudzu, capim limão, capim elefante, capim australiano, vetiver, etc.

Pode-se, também, usar como faixa de retenção a vegetação natural (mato); isto, porém, nem sempre é aconselhável pela grande desvantagem de proporcionar o desenvolvimento de vegetação (pragas).

Visto ser a principal finalidade das faixas de retenção deter a velocidade da água da chuva, deve haver grande quantidade de plantas por área.

FAIXAS DE CULTURA NO LIMPO

As plantas cultivadas nestas faixas são as comuns de uma fazenda, porém sempre semeadas em contôrno.

Em função do declive do terreno é aconselhável o seguinte espaçamento das faixas de cultura:

Declive	*Largura das faixas de cultura*
Até 3%	50 metros
de 3 a 6%	45 "
de 6 a 8%	40 "
de 8 a 10%	35 "
de 10 a 12%	30 "
de 12 a 15%	25 "

DEMARCAÇÃO DAS FAIXAS

Há vários processos para demarcação das faixas, que são sempre locadas em curva de nível. Descrevemos, abaixo, três desses processos.

Em geral, a primeira faixa de retenção (a superior) é marcada com a metade da distância aconselhada para as faixas de cultura, a fim de proteger melhor as inferiores.

O primeiro processo para demarcar as faixas de retenção consiste em locar a curva de nível segundo a distância aconselhada para a faixa de cultura e, a seguir, traçar uma paralela na distância em que vai ficar a faixa de retenção. Por exemplo: o declive do terreno é de 6% e a faixa de retenção terá a largura de 8 metros. A 22,5m. (metade da distância recomendada) e a partir do ponto mais alto, traça-se uma curva de nível. A 8m. traça-se uma paralela à curva de nível locada. A partir desta paralela medir-se-á 45m. para traçar nova curva de nível; e assim, sucessivamente.

O segundo processo consiste em locar a curva de nível na distância aconselhada para a faixa de cultura, mais a largura da faixa de retenção. Na largura da faixa de retenção traçar-se-á uma paralela à curva de nível locada. Como exemplo, tem-se uma encosta nas mesmas condições do primeiro processo.

A primeira curva ficará a 30,5 m. (22,5 m. mais 8 m.) e na distância de 8 m. para cima locar-se-á uma paralela. Da primeira curva marca-se 53 m. sôbre o terreno (45 m. mais 8 m.) e loca-se nova curva de nível; traça-se a paralela a 8 m. para cima, e assim sucessivamente.

O terceiro processo consiste em locar a curva de nível, como linha mediana da faixa de retenção. Nas mesmas condições do terreno, a primeira curva ficará a 26,5 m. (22,5 m. mais 4 m.) e na distância de 4 m. para cima, e para baixo, traçam-se paralelas à curva de nível. Marca-se, depois 49 m. (45 m. mais 4 m.) para baixo da paralela inferior, onde se loca nova curva; traçam-se duas paralelas a 4 m. superior e inferiormente e assim se prossegue na locação.

Qualquer um dos processos é bom e o agricultor poderá escolher o que julgar mais fácil. Não se pode, a rigor, dizer que um dos métodos apresente grande vantagem sôbre os demais.

FAIXAS DE RETENÇÃO DESIGUAIS

Nos processos de formação das faixas de retenção, já descritos, estas ficam iguais, enquanto as faixas de cultura apresentam-se desiguais, ou seja, com a presença de linhas incompletas ou ruas mortas. Pode-se projetar um sistema de cultura em faixas ,de modo que as faixas de retenção sejam irregulares e as de cultura, uniformes. Para isto, deve-se estabelecer um mínimo para as faixas de retenção; por exemplo: 5 metros de largura.

Se o declive da encosta é de 6%, a largura das faixas de cultura deve ser de 45 m. A primeira faixa de retenção ficará a 22,5 m. do ponto mais alto; então, a 12,5 m. traça-se uma curva de nível, e, paralelamente a esta, para cima e para baixo, semea-se igual número de linhas de plantas. A última linha semeada (a 12,5 m.) na parte inferior, será o limite superior da primeira faixa de retenção. Em seguida, traça-se nova curva de nível a 27,5 m. (22,5 mais 5 m.) e semea-se igual número de linhas, para cima e para baixo da linha de nível locada. A última linha semeada na parte de cima da linha de nível será o limite inferior da faixa de retenção e a semeada na parte de baixo, o contôrno superior da faixa de retenção que fica abaixo.

Assim, as faixas de cultura serão iguais, enquanto as de retenção serão irregulares por apresentarem, como limites, paralelas a duas linhas de nível diferente. Em função da homogeneidade do terreno, a variação da largura da faixa de retenção será maior ou menor.

SEMEADURA DAS FAIXAS

A semeadura das culturas em faixas é sempre feita em contôrno; aliás, não se poderia compreender quq se fizesse as faixas de retenção em nível e se plantasse as culturas no limpo, no sistema de morro abaixo.

A semeação das culturas é feita por um dos três processos de plantio em contôrno. No primeiro processo semea-se paralelamente à curva de nível superior; no segundo, paralelamente à linha de nível da faixa de retenção inferior; e no terceiro, em linhas paralelas à curva de nível superior e à inferior, ficando as linhas mortas ou incompletas mais ou menos no meio da faixa de cultura.

FERTILIDADE DO SOLO

O uso de um sistema de faixas de cultura controla a erosão, não só pelas faixas de retenção, como pelo plantio em nível. Fazendo-se a rotação de culturas nas faixas *no limpo*, concorre-se, então, para o aumento da fertilidade do terreno.

A rotação pode ser de dois anos, isto é, plantam-se faixas alternadas de culturas diferentes e no ano seguinte trocam-se as culturas. Exemplificando: milho e algodão. A rotação pode ser de três, quatro, cinco, etc. anos, com três, quatro, cinco etc., espécie de plantas.

É interessante fazer-se faixas de retenção largas, de 10 a 12 metros, com uma leguminosa, e executar se uma rotação destas faixas variando o local e o intervalo das faixas de cultura.

O uso contínuo das culturas em faixas de nível é de grande vantagem para o agricultor, porque auxilia a retenção da enxurrada, controlando a erosão. Além disso, através da rotação de cultura, adubação verde, adubação inorgânica e emprego de estêrco, concorre para o aumento da fertilidade do solo.

V

OS CORDÕES EM CONTORNO NO COMBATE A EROSÃO

Existem práticas agrícolas e mecânicas, para o combate à erosão. Prática agrícola é aquela em que os obstáculos, que retêm a velocidade das águas das chuvas, são feitas com vegetais. As práticas mecânicas, em geral, são feitas com movimento de terra. Dentre as práticas mecânicas, em geral, são feitas com movimento de terra. Dentre as práticas mecânicas figuram os cordões em contôrno.

O *Cordão em Contôrno* é constituido, por um pequeno canal e um dique ou camalhão. A terra retirada para formar o canal ou valeta é a mesma que formará o dique. Ou melhor, à medida que se vai retirando a terra para fazer o canal, vai-se construindo o dique.

Os cordões em contôrno são construidos de espaço a espaço, de modo a dividir a encosta em pequenas áreas. A água da chuva, caindo no terreno, corre sôbre a superfície e encontra o cordão em contôrno, que a retém. Não podendo transpor o dique, a água, em parte, se infiltra no canal, e em parte se evapora. Assim, fica protegida contra a lavagem a área situada inferiormente ao cordão em contôrno.

Para que haja bom funcionamento do sistema de cordões em contôrno, no combate à erosão, é necessário espaçar os cordões em distancias tais que impeçam a água da chuva de adquirir grande velocidade.

INTERVALO

A distância entre os cordões em contôrno varia com o declive da encosta e com a quantidade da chuva caída. Nos declives mais fortes, quer dizer, nos terrenos mais inclinados, essa distância é menor, ficando os cordões em contôrno mais juntos. Quando a quantidade de chuva que cai na região é pequena, os cordões podem ser mais espaçados, isto é, mais afastados uns dos outros.

É recomendada a seguinte tabela para cordões em contôrno:

Declive	*Dist. no terreno*
Até 3%	38 metros
4 a 6%	20 "
7 a 9%	17 "
10 a 12%	17 "
13 a 15%	13,5 "
16 a 15%	12 "

Esta tabela deve ser compreendida da seguinte maneira: depois de medido ou estimado o declive do terreno acha-se ou avalia-se, por exemplo, 8%. De acôrdo com a Tabela (de 7 a 9%) a distância recomendada é de 17 metros. Então, de 17 m. em 17 m de distância constrói-se um cordão da contôrno.

MARCAÇÃO DO TERRENO

De acôrdo com a Tabela, mede-se, no terreno, o intervalo em que ficarão os cordões em contôrno. Nessa distância medida, demarca-se uma curva de nível, em toda a extensão transversal do terreno, ou seja, o comprimento do cordão em contôrno.

Começa-se a marcação dos cordões da parte superior para a inferior, isto é, de cima para baixo.

As marcações devem ter a mesma altitude para que cada cordão em contôrno fique em nível relativamente à base do terreno.

MEDIDAS

São aconselhadas as seguintes dimensões para os cordões em contôrno:

largura do fundo do canal ... de 0,40 a 0,60m.
profundidade do canal (que é a mesma da altura do dique) variando .... de 0,30 a 0,60m.

Conforme a maior ou menor inclinação do terreno, também se fará o canal mais ou menos largo e mais ou menos profundo.

CONSTRUÇÃO

A construção dos cordões em contôrno pode ser feita ùnicamente com a enxada ou com a enxada auxiliada pelo arado.

Baseia-se, a construção, na remoção da terra, de modo a fazer o canal ou valeta, e esta terra tirada formar o dique ou camalhão. Dispondo-se de um arado para auxiliar, dá-se duas ou três passadas (sulcos) como se fôra para a aração do terreno, sendo a primeira passada junto à linha de estacas que demarca a curva de nível.

Os operários, com as enxadas, juntam essa terra solta, formando uma leira, limpando o local do futuro canal. Dá-se novas passadas com o arado, formando dois a três sulcos, no mesmo local de onde já foi retirada a terra. Com a enxada, torna-se a juntar a terra removida pelo arado, afundando mais o canal e aumentando a altura do dique.

Com o emprego da enxada, faz-se o acabamento do cordão, que consiste em abaular bem as quinas do dique ou camalhão, dando-lhe uma forma arredondada, o que concorre para que a água não fique empoçada no dique, estragando-o.

CONSERVAÇÃO DOS CORDÕES

Depois de construidos os cordões em contôrno, as primeiras chuvas, trazem para o canal não só terra da área superior, como do próprio dique. A fim de permitir uma boa eficiência dos cordões em contôrno, limpa-se com a enxada os canais, retirando-se a terra e pondo-a sôbre o dique.

Como prática de conservação dos cordões construidos, deve-se dar uma vistoria, através de uma caminhada pelos cordões, para verificar os pontos que estão fracos, sujeitos, portanto, a romperem-se. Estes locais fracos devem ser fortalecidos, colocando-se mais terra no dique.

AUMENTO DA FERTILIDADE DO SOLO

Os cordões em contôrno, pela sua disposição em curva de nível, diminuem a quantidade de água da chuva que corre, evitam a enxurrada e aumentam, conseqüentemente, a infiltração, pondo à disposição das plantas maior reserva de água.

Diminuindo os efeitos da erosão, os cordões em contôrno concorrem para a permanência do solo fértil no terreno, e, por tanto, para o aumento da produção.

Em geral, os cordões em contôrno são utilizados para culturas permanentes, como sejam: pomares, cafezais, etc., mas podem ser usados em culturas anuais.

Associando, nas áreas cultivadas entre os cordões em contôrno, outras práticas agrícolas: arações em nível, plantações em contôrno, adubação verde, adubação química, uso de estêrco, rotação de cultura, etc., tem-se, como resultado, o aumento da fertilidade do solo, tão importante e indispensável ao agricultor, para que êle obtenha maior produção agrícola, na mesma área explorada.

VI

A ADUBAÇÃO VERDE NO COMBATE A EROSÃO

Os povos antigos já adotavam a adubação verde como prática agrícola rotineira. No Brasil, infelizmente, esta prática ainda não tem a aceitação que merece, particularmente pelo desconhecimento de seus benefícios.

POR QUE FAZER A ADUBAÇÃO VERDE?

A adubação verde é feita para proporcionar ao solo melhores condições físicas, químicas e biológicas. Por melhores condições físicas entende-se que a terra, depois de uma adubação verde, fica mais fôfa; portanto, em boas condições para reter melhor a água da chuva, para permitir um melhor desenvolvimento das raízes das plantas, etc. Por melhoria química compreende-se que a terra fica em situação de poder proporcionar à cultura seguinte mais elementos químicos para o seu desenvolvimento, além de ajudar o melhor aproveitamento dos adubos químicos (comerciais) que forem postos nessa terra. E por melhores condições biológicas, entende-se que o solo, depois de receber o adubo, fica enriquecido de elementos cujos efeitos proporcionam maior desenvolvimento dos pequenos sêres (micróbios), que vão beneficiar a expansão das raízes das plantas.

COMO SE FAZ A ADUBAÇÃO VERDE

A adubação verde é feita cultivando-se uma planta que apresente, principalmente, grande quantidade de folhas (massa verde) para que, atingindo o seu máximo desenvolvimento, o que se dá no início da floração, esta massa verde seja enterrada ou ceifada, ficando incorporada ao terreno.

LEGUMINOSAS NA ADUBAÇÃO VERDE

Há um grupo que possui boas qualidades para tal: são as leguminosas. Além de apresentarem bom desenvolvimento de suas fôlhas, dando uma boa massa verde, ainda possuem outra vantagem, que é a seguinte:

Entre os principais elementos químicos necessários no desenvolvimento das plantas, encontram-se o nitrogênio, o fósforo e o potássio. Tôdas as culturas precisam dêstes três elementos; umas necessitam mais fósforo e nitrogênio; outras mais potássio e fósforo, etc. As leguminosas têm a propriedade de retirarem o nitrogênio do ar atmosférico, poupando êste elemento do solo; e, quando incorporadas à terra, aumentam a quantidade de nitrogênio ao solo, beneficiando a futura cultura.

Nem tôdas as leguminosas podem ser aplicadas à adubação verde anual, pois algumas são árvores. As leguminosas mais recomendadas e utilizadas para adubação verde são: mucuna, feijão de porco, guandu, kudzu, crotalárias, tefrósia cândida, tremoços, etc.

Em terrenos onde, pela primeira vez, se planta uma leguminosa, é interessante misturar um pouco da terra de algum lugar que já tenha leguminosas

há algum tempo, desde que estas apresentem bom desenvolvimento dos nódulos que aparecem nas raízes. Esses nódulos (microorganismos) são importantes para o desenvolvimento das leguminosas e em nada prejudicam as outras culturas.

O USO DA CAL

Em terrenos muito ácidos, como o são a maioria das nossas terras de campo, a acidez não permite o bom desenvolvimento das leguminosas, por ser o solo impróprio à multiplicação dos nódulos das raízes. Quando se deseja o aumento da fertilidade de um campo, que se sabe ser ácido, deve-se fazer, inicialmente, uma boa aplicação de cal, a que se chama "calar o solo"; depois, mistura-se um pouco de lama formada com a terra trazida do lugar onde as leguminosas apresentam bastante nódulos e, após, procede-se à semeadura.

ROTAÇÃO DE CULTURAS

Numa determinada área, que venha sendo explorada continuadamente com a mesma cultura, como por exemplo, quatro ou cinco anos em que se plante só milho ou algodão, o uso da adubação verde tem a vantagem de, proporcionando ao solo descanso desta cultura, melhorá-lo para continuar a ser explorado por um tempo maior.

Nem sempre há necessidade de dispender um ano agrícola com a adubação verde. Há regiões em que a adubação verde pode ser feita em entre-safras, como, por exemplo, nas lavouras de milho, nas quais se pode plantar mucuna, quando o pé de milho já se desenvolveu bem, ou seja, quando já está com a espiga. Planta-se a mucuna que, sendo trepadeira, sobe pelo pé e, então quando se enterra os restolhos (palha) do milho, enterra-se também a massa verde de mucuna, que agirá assim como um adubo verde.

FERTILIDADE DO SOLO E COMBATE A EROSÃO

A finalidade da adubação verde é aumentar a fertilidade da terra, e o seu emprego é bem compensador. Em terrenos que já se encontram bem cansados e mesmo esgotados, pode-se deixar a planta para adubação dois anos e só no início da segunda floração é que se a enterra.

A adubação verde, possibilitando ao terreno melhores condições físicas, permite que maior quantidade da água das chuvas se infiltre e, portanto, menor quantidade escorra sôbre o terreno, o que diminui a lavagem do solo, e evita a erosão.

Aumentando a disponibilidade de água para as plantas e melhorando a fertilidade do terreno, a adubação verde — quando usada com outras práticas agrícolas de Conservação do Solo faixas de cultura, semeação em contôrno, adubação química, uso de estêrco, terraceamento, florestamento dos cabeços dos morros, etc., concorre para aumentar a produção agrícola.

VII

A CULTURA DE COBERTURA NO COMBATE A EROSÃO

A erosão do solo agrícola pode ser provocada pela ação das águas das chuvas ou do vento. Se o solo estiver protegido a ação destes agentes será pequena ou mesmo nula.

Há vários métodos de combater a erosão, dependendo das condições do terreno e da quantidade de chuvas, e em função destas, uns métodos são mais eficientes que outros. É sempre mais aconselhável a associação de dois ou mais processos para melhor contrôle da erosão.

Para que a água da chuva ou o vento provoquem erosão é necessário, principalmente, que o terreno esteja descoberto. A água da chuva, caindo sôbre o solo, devido à fôrça da queda, provoca a desagregação das partículas do solo, ou seja, faz com que o solo fique sôlto. A terra, estando sôlta, é fàcilmente transportada pela água, que leva a camada fértil do terreno.

Se o terreno estiver coberto com culturas, a água não bate diretamente sôbre o solo e sim nas partes aéreas das plantas, indo cair depois na terra com pequena fôrça, que não é suficiente para soltá-lo; e a água das chuvas, que escorrem pela encosta, encontrará os caules das plantas como obstáculo, retendo a sua velocidade, diminuindo a sua fôrça e, em consequência, os seus efeitos.

Pelo exposto, é fácil compreender, perfeitamente o malefício que pode ocorrer a um terreno, quando se o deixa desprotegido, na época das chuvas, principalmente nas entre-safras.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor
Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico
Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO

Redator-Secretário
Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.°

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.° andar. Tel. 33-1432
End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257
— SÃO PAULO —

CAPINAS ALTERNADAS

Nas culturas normais de uma fazenda, é necessário fazer capinas que deixam limpo parte do terreno, o que o torna exposto à ação da água. Para que isto não aconteça, pode-se usar o recurso de executar as capinas alternadamente, o que é feito da seguinte maneira: capina-se uma linha, não se capina a linha seguinte; capina-se a terceira linha; não se capina a quarta; e, assim sucessivamente. Quando se chegar ao fim do terreno, retorna-se e capinam-se as ruas restantes.

Desse modo, as linhas não capinadas protegem o solo e retêm a terra transportada das ruas capinadas. Quando se capinam as linhas que não haviam sido, inicialmente, limpas, o mato começa a crescer nas ruas primeiramente capinadas, garantindo proteção contra a ação das águas.

A despesa e o tempo gastos com esta prática agrícola são as mesmas, assim como o número de capinas necessárias, com a grande vantagem de proteger o solo com a cobertura pelo mato.

Esta é uma prática nova, desconhecida de muitos lavradores, mas que está sendo bastante recomendada porque, em experiências realizadas, apresentou inúmeros benefícios no combate à erosão.

É lógico e subentende-se que as plantações acima são feitas em contorno.

COBERTURAS EM CULTURAS PERMANENTES

Nas culturas permanentes, como sejam cafezais, pomares, etc., pode-se semear plantas de cobertura do solo entre as árvores; podem ser plantas utilizáveis posteriormente como adubo verde, que são enterradas ou ceifadas antes de entrar o período de sêca, a fim de não fazerem concorrência com as árvores, no consumo de água.

Essas plantas de cobertura podem ser semeadas a mão, de modo a que as raízes não fiquem muito junto das árvores.

REFLORESTAMENTO

Uma prática de cobertura do terreno muito aconselhada e que, aliás, deveria ser obrigatória, consiste em florestar o cimo dos morros, de modo a proteger as encostas contra a ação das águas das chuvas, para que estas não formem enxurradas, que tantos prejuízos causam ao solo e às culturas.

PARCELAMENTO DAS ÁREAS

Em determinadas encostas pode-se dividir a área de modo a cultivar pequenas parcelas, deixando outras com a vegetação natural (mato) para proteger o terreno.

A queimada dos restos de cultura deve ser, por todos os modos, evitada porque acarreta danos muito prejudiciais ao solo, pois destrói a capa de matéria orgânica, predispondo o terreno à erosão.

LEGUMINOSAS

Entre as culturas utilizadas como cobertura de terreno destacam-se as leguminosas, que servem também como adubo verde e como cultura de rotação, embora capins, gramas, etc., também possam ser utilizados para cobrir os terrenos.

Em se tratando de pomares, cafezais, etc., não convém que as culturas de cobertura sejam feitas com plantas invasoras, isto é, plantas trepadeiras, pois estas subirão nas árvores, prejudicando o seu desenvolvimento folhear.

São aconselháveis, para as culturas permanentes: feijão de porco, feijão gandu, crotalárias, etc.

Quando se deseja proteger uma encosta que já apresenta grande quantidade de sulcos e o solo superficial levado pelas chuvas, portanto de fraca fertilidade, deve-se usar plantas que se espalhem bastante; entre estas a Mucuna e o Kudzu.

A cultura em cobertura é, pois, uma prática agrícola que — usada como complemento ou concomitantemente com outros métodos — combate a erosão, além de concorrer para o aumento da fertilidade do terreno. *(Conclui no próximo número)*

Assistência do Banco do Brasil às classes produtoras

As importantes teses dos discursos proferidos na homenagem prestada ao Sr. José Loureiro da Silva, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — O novo código de crédito especializado, ora em vigor, e o que sôbre êle disse o presidente Ricardo Jafet — "Como brasileiro, eu me congratulo com o Banco do Brasil pela oportunidade que lhe é oferecida para poder ampliar o seu campo de ação, habilitando-o a solucionar, com os benefícios de seu amparo financeiro, tôdos os problemas ligados às nossas atividades, na indústria, na pecuária e na agricultura" — O disciplinamento do crédito rural em moldes mais adiantados e a sistematização do crédito industrial, na palavra do Sr. Martins Napoleão — O que é necessário para que tenha aplicação eficaz o crédito especializado — Fala o Sr. José Loureiro da Silva

Realizou-se, na sede da Associação Atlética Banco do Brasil, o banquete oferecido ao Dr. José Loureiro da Silva, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, por motivo da recente aprovação do novo Regulamento daquela Carteira.

Entre as inúmeras adesões, figuram a do presidente da República que, não tendo podido comparecer, passou ao homenageado o seguinte telegrama, assinado pelo Sr. Lourival Fontes, secretário da Presidência da República: — "O senhor presidente da República muito agradece a gentileza do convite para o banquete em homenagem ao Sr. Loureiro da Silva. Lamentando não poder comparecer, associa-se sinceramente a essa justa manifestação de aprêço ao ilustre homenageado".

O banquete reuniu cêrca de 500 pessoas, entre as quais ministros de Estado, senadores, deputados e pessoas de destaque nos círculos sociais, administrativos e bancários.

Oferecendo o banquete, falou o Dr. Martins Napoleão, chefe adjunto do Departamento Jurídico da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, tendo agradecido o Sr. Loureiro da Silva. Por fim, falou o Dr. Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, erguendo o brinde de honra ao presidente Getúlio Vargas.

O DISCURSO DO DR. MARTINS NAPOLEÃO

Foi o seguinte o discurso do Dr. Martins Napoleão:

"Sr. Dr. Loureiro da Silva:

E' para mim fundado motivo de prazer o tornar-me, ora e aqui intérprete dos que vos prestam esta homenagem de simpatia e de aprêço: é que sinto, de mim para convosco, certa corrente de afinidade eletiva, originada da identidade substancial de penhores entre o gaúcho amoroso dos pagos e o nordestino enfeitiçado pelo chão dos seus sítios e fazendas, vestígios indeléveis da **civilização do couro**, que lhe condicionou a psique e os hábitos de vida, insinuando-lhe, como fundo elemento diferencial no conjunto brasileiro, legítimo **complexo rural**, que à distância ainda lhe umedece os olhos e descompassa o coração nos dias enublados, que prenunciam para o seu sertão "a hidropisia das primeiras águas"...

Meus senhores!

Há, evidentemente, nesta reunião, um pretêsto próximo, entre os muito que justificam, a qualquer tempo, uma demonstração de estima pelos que timbram em manifestar, por atos e palavras, verdadeiro e devotado espírito. Esse motivo imediato é a provação, por parte do Govêrno e através do preclaro ministro da Fazenda, do novo Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, elaborado sob a inspiração do seu titular e o apôio do presidente e demais diretores da instituição, os quais, assim, lhe prestigiaram a iniciativa oportuna, num magnífico exemplo de compreensão dos problemas fundamentais a cuja solução o diploma se destina.

Na angustiosa situação de carência e má distribuição de víveres, que não é — falha dizer — uma crise brasileira, mas uma diátese universal do após-guerra, o disciplinamento do crédito rural, e em moldes os mais adiantados, é assunto de rigoroso interêsse nacional, principalmente no que respeita ao estímulo de atividades consubstanciais à própria tradição do nosso modo de viver. Ao mesmo passo, a sistematização do crédito industrial, à pressão contingente de nossa evolução econômica, condiz, não só ao irreprimível surto de progresso material do país, mas também à própria política do Govêrno no sentido do nosso reaparelhamento técnico e fabril.

Assim, a difusão racional do crédito agrícola e pecuário representa a preservação de traços característicos de nossa formação histórica, ligada aos currais e fazendas e ameaçada pela crise contemporânea de transformação de valores sociais e econômicos. De outro lado, a expansão do crédito industrial, à base de aplicação em iniciativas de interêsse público, propiciará clima à nossa desejada e relativa auto-suficiência, sem o perigo de distorsões comprometedoras, que anulem, por uma super-estrutura de artifício, a nossa poderosa e secular infra-estrutura rural.

O bom senso que informa, no todo e na minúcias, a regulamentação ora em vigor, e entendido como índice de compreensão dos

complexos dados desses problemas, que se não podem entre nós dissociar, a bem da defesa do nosso passado e de modo a evitar os conflitos de imposição artificial de um novo ciclo de vida.

Bastaria, por exemplo, citásse mos, dentre as inovações consagradas no Regulamento, a instituição dos **empréstimos fundiários**, cujos objetivos são a formação da pequena propriedade territorial; a aquisição de mini fundio, iniciativa a contrapor-se ao latifundio inexplorado e anti-econômico; e a constituição de colonias agricolas.

Não nos deteremos no exame das muitas modalidades especiais de empréstimos e investimento, ora viáveis através da Carteira de Credito Agricola e Industrial, como, por exemplo, os que se empregarão nas indústria rurais de caracteristicas domésticas, ou os que se destinam a aquisição e montagem de industrias basicas ou essenciais a defesa nacional.

Licito, porém, nos seja dar o merecido relêvo ao chamado **empréstimo fundiário**, tendente, no seu triplice aspecto de aplicação, a contribuir, de maneira eficaz, para a solução de um dos mais graves problemas atuais do Brasil, e a que, há bem pouco se referia, com autoridade e veemência, o eminente ministro da Agricultura: a fuga dos campo.

Senhores!

Na pluralidade dos tipos que se ajustam e reajustam nas lutas de fixação étnica do do país, e integram de um colorido inimitável a sua unidade social, economica e cultural, cinco há que se personalizaram definitivamente, dentro e fora, na alma e no corpo: o caboclo, o praieiro, o caipira, o gaucho e o sertanejo, com as suas caracteristicas acentuadas, nas grandes zonas brasileiras.

O caboclo é a incompreendida esfinge humana da Amazônia. Tem todas as grandezas, na face de bronze e na estatura mediana do indio, cujo sangue lhe corre fervido nas veias. Criaram-lhe os ocidentalizantes o mito da indolencia, quando o que êle tem é um diferente sentimento da vida, pelas próprias circunstâncias do mundo que o cerca — uma particular atividade, que já não são os sentidos e quase chega a ser o faro, colocando-o na instintiva defesa da sua integridade, entre o homem, que se acautela, e a fera, que se fecha na toca. A preguiça do caboclo, descoberta pelo urbanista quintessenciado, é a mais vasta mentira que se tem propalado no Brasil. O que êle é, na realidade, é um ser acomodado as contingências do meio. E aí a atividade assume formas diversas, proporções desconhecidas, estranhas modalidades, em ações e reações. Êle defronta, a seu modo a natureza. Tem um sentido que nos falta: o sentido da necessidade em frente à terra insidiosa. Solitaria (não solidária), reparte a vida entre a rêde armada do tejupá de construção palafita, e a igara furadora de rios. Pesca, como um adivinho. O arpão é-lhe uma arma de farpear, que só encontra igual na flecha com que abate as caças, na espera, no côrso ou no vôo. Seu horizonte visual, limita-o à cinta corrediça do rio, ou a cúpula da mataria de assombração. Pouco lhe importa a ele, na dureza do mister cotidiano, a fragilidade da montaria veloz, cavada num só tronco. Vive perigosamente a vida, quer dizer: vive-a com beleza heroica. A imobilidade aparente não é mais do que uma formula habitual de defesa: a desconfiança dos elementos. Simula e dissimula, como a colossal natureza aluviana, que o rodeia, recortada pelo sistema arterial de uma potamografia dedálica, que ele conhece a fundo, desde o mais insignificante paranámirim, até as grandes aguas das cachoeiras atraiçoadoras. Na alma, há talvez um misterio que os séculos não decifram, nem apagam. Tem a melancolia das grandes solidões — o rio imenso, a terra imensa, a mata imensa. O pêso de tudo isso é talvez grande demais para o seu espirito rudimentar. E, quando poderia ser, na verdade, um esmagado da propria natureza, um vencido do "terror cosmico", reage brutalmente, acondicionando tôdas as suas energias, crenças e conduta à potência fisica do mundo bárbaro, na criação das lendas que fazem o encanto da PORANDUBA AMAZONENSE, a sua quase desconhecida antologia folclórica.

O praieiro é dramático como o destino andante das suas aventuras.

O cenário da sua peleja exaustiva é feito de massas que se desdobram ao infinito — a superficie das águas e a curva dos ceus num todo de pintura homogênea.

Não há, ali, o grito de uma árvore, a asa de uma montanha roçando o azul, o artificio repousado das habitações, o "tonos", enfim, de humanidade que excita as incorrências da terra multiforme. Não há sombras, senão de nuvens; não há músicas, senão dos ventos. O sentimento de solidariedade, que impregna os homens da terra firme, ali não há por quem se manifeste.

A agua e o céu, a cor e o som, acórdes para o matar, aos poucos, de tédio. A solidão oceânica o contagiou de morte. A sua jangada, madeira miseravel a que atou, como a um poste, tôdas as possibilidades da sua vida errante, é o seu teatro de tragédia diuturna. Porque mede as suas fôrças com as da tormenta, é simples e benevolo com os outros homens.

A jangada dos nossos praieiros indômitos parece uma grande asa aberta, pedida por emprestimo aos passaros da tempestade, que cruzam as velas aos barcos a pique de perder-se. Ali, nas pranchas misérrimas, o homem da praia amanheceu a vida tempestuosa. O seu sentimento é profundo e calado. Só a sua alma se agita, como se dentro dela recolhesse, em ressonância, os vai-vens da onda; os ventos ébrios de cantos longínquos; as sombras que caem do alto. Talvez por isso é que tem, como certas aves, o sentido da procela, e a sua vida reflete a beleza do constante perigo.

A sobriedade e a continência marcam-lhe a fisionomia adusta mas, quando se pensa que o amargo mar lhe selou a alma no silêncio, êle a entorna pela bôca, na tristura das canções praieiras, a acordar a ancestralidade cafala e lusa.

Submisso e devoto, mas tenaz; parcimonioso, como quem viu de sua mãos escoar-se o ouro das minas esgotadas, ou sumir a fartura das fazendas em decadência, o caipira do

planalto ou da baixada, rasgando, sem doer, o seio da terra, extrai-lhe duramente o sustento das cidades que se aglomearam em torno aos seus tratos de lavrar.

A desenvoltura do gaúcho matiza fortemente o florão dos nossos tipos raciais representativos. Para êle, generoso, vibrante e eugênico, a vida é alegria na carreira, alegria no labor audaz: riso à tona da bôca, sentimento à mostra, coragem de sobejo. O coração bate-lhe no peito como um touro selvagem. Ama gloriosamente a vida, na intrepidez das aventuras belicosas, que lhe traem a ascendência, no ritmo do trabalho que os antepassado. metodicos lhe ensinaram, no empolgo do entrevero, ou no langor quebrado da querência.

Aqui está agora, senhores, um tipo especial do sertanejo — o vaqueiro do Nordeste. Vestido na sua indumentária caraterística "encoirado", como ali se diz — gibão, peitoral, perneiras e mocó — campeia de sol a sol, dias seguidos, semanas inteiras. O alimento, vem tomá-lo, à noite, depois de "esfriar o corpo". E' uma resistência física admiravel, uma têmpera de causar inveja.

Conhece, de longe, a rêz. Num relance, o "ferro". Num apice, o "sinal" e a "era". Caracteriza de memória todo o gado da fazenda. O rol, tem-no de cor, assim como os campos, os "cantos", os malhadouros. Tem a carta zoológica da fazenda na cabeça. E tôdas as suas letras em via de regras, cifram-se aos riscos de contar primitivos, com que satifaz as exigências estatisticas do patrão.

A sua vida é o dôrso do cavalo, no eito do campo. Corrige os "cantos" de gados, espia as aguadas, cura os munjolos. Eito de sol a sol. E o verão é tragico. O ar, sêco e quente. E' preciso que os pulmões se tornem metállicos. Eito de sol a sol. E o "abôlo" melancólico, longo, como um motivo lânguido, ansioso, súplice de música hebréia, ecoa, de quebrada em quebrada, derramando-se pelos campos calcinados. O "abôlo" é a linguagem de chamar o gado. E' afetivo, saudoso e monótono, como uma súplica de côro gregoriano, profundo e dilacerante. Não se diga, porém, que o sertanejo é triste como a música monocordia do seu abôlo: movimentando-se na catinga desfolhada ou no agrestão sem fim, êle é apenas simples e bom. E, como os bons e os simples, humanamente alegre. Antes, não lhe sobra tempo para as grandes alegrias entusiasmadas. O campo, a vaquejada e a pega, meio ano, e, outro meio, a roça para o sustento com coisa de bem pouca monta — o arroz, o feijão e a mandioca de farinha — enchem tôdas as horas da sua vida fadigosa. Quando chega a casa, enfadado do campo ou do roçado, escravo da promessa das nuvens, a ceia e a rêde já o esperam. E ali é só dormir para acordar escurinho, e tirar o leite ou olhar as "criações". E' a sua labuta de todo o ano. As vezes, uma pinga, uma "missa do galo", ou um batizado, mesmo porque, Deus que lhe deu tantas canseiras na terra, não lhe há de permitir muitas preocupações metafisicas nem muitas obrigações devocionais. A vida é aquela: monótona, igual, porém, sua. Vida de vaqueirice. Sertão honesto e trabalhador. Montado na dura sela campeira, a vida para ele é um constante perigo, que não vê. O vaqueiro é o homem que não tem medo da vida. Transpõe, de um salto, na carreira louca, valados e riacho. Atrepa morros. Voa, em cima de pedras. Vara, como um demonio, o mato fechado. A vida é um risco! Mas vale a pena ver como o vaqueiro exalta, na sua carreira despencada, o desprêso dos ameaças e faz, com isso, mais preciosa a vida, porque mais perigosamente vivida. E mais bela. Porque o dominio do perigo é sempre um movimento de beleza. E mais heroica. Porque o sentimento e a consciência do perigo são a única real sanção de bravura.

Senhores!

Aí está um programa de trabalho urgente: a salvação desse inestimável patrimônio humano, pela sua vinculação ao solo.

Reveste-se, quiçá, de maior premência a sua execução — permiti-me dizê-lo — para a defesa do sertanejo, que coopera diretamente na economia nordestina, hoje a viver os imprevistos ciclos da cêra de carnaúba e do babaçu, do cacau e das fibras, sem esquecer o ofício tradicional da vaquelrice e da lavoura comum.

As populações do nordeste vão se tornando assustadoramente nômades, não apenas pelo fenômeno periódico das sêcas, mas pelas condições especiais da nossa educação ocidentalizante e da nossa economia feudal: o "agregado", o peão das nossas bandas, é menos do que o servo, porque se despeja, como uma coisa, das terras, por qualquer motivo, ou sem nenhum.

Não se trata de migração aventurosa, o pioneirismo conquistador de outros rincões. O próprio cangaço, em que o sertanejo não raro se tem movimentado para a pilhagem, não é um fenômeno brasileiro: antecede-lhe de muito, na Europa, a atividade bandoleira dos **comitadjis** ...

E, indispensavel racionalizar a fixação do sertanejo, dar-lhe garantias de pouso, no amanho da terra e na permanência das possibilidades social a tendência de radicação do homem do nodeste ao solo do nordeste. A cegueira, ou a impenitência, não poderá consentir que se generalize o êxodo do nordestino, porque matara, antes de mais, um tipo fundamental da raça nova, pacifica de natureza e resistente ao sofrimento secular. Essa gente já se forjou uma constituição orgânica realmente compatível às inclemências do clima. Afeiçoou-se às condições singularissimos do meio, a que os adventicios mais corajosos sucumbem. Integrou-se à terra, numa luta feroz com os elementos. Com o sol, a sêca, as enfermidades.

Não poderia, certamente, conformar-se em preencher a função que lhe designa o sociólogo Artur Tôrres Filho, no seu **"Bosquejo de Historia Economica do Brasil"**, ao atribuir ao nordeste apenas o papel de centro de irradiação, fornecedor de elementos de trabalho para o norte, o centro e o sul.

Dos esforços do Govêrno, de um lado, no estabelecimento de um sistema adequado de ensino técnico-profissional, na continuidade e intensificação das obras contra as sêcas, nos serviços de colonização, como também das

providências no campo da sua recente política agrária, e, de outro lado, das perspectivas abertas com a regulamentação e vulgarização do crédito rural, recebidas, sob tantos auspícios, depende o êxito da campanha de salvação do Nordeste.

A execução do plano de expansão do crédito agrícola e pecuário está, sem dúvida, em boas mãos. O titular da Carteira especializada do Banco do Brasil, não apenas madruga nos caminhos da vida pública, conforme o definiu, com propriedade, o eminente Sr. Ricardo Jafet, amadureceu o espírito no trato das questões vitais ao país e tem a experiência sofrida e vivida na concepção e na ação.

Abona-lhe o presente construtivo o passado a serviço das causas do povo.

Honram-lhe a capacidade administrativa os anos do govêrno municipal em Pôrto Alegre, cujo plano de modernização transcende, em condições técnicas e aspectos estéticos, e pela importância da elaboração e persistência realizadora, os moldes tradicionais da nossa Urbanística.

Firma-lhe o conceito de objetividade diretiva a permanência anterior na Carteira de Crédito Agrícola, quando, entre outros de igual envergadura, enfrentou o problema cruciante do Triângulo Mineiro, ratificando sua qualidade de líder dos nossos grandes movimentos ruralistas.

Temperam-lhe a personalidade dinâmica e forram-lhe a cultura pragmática os embates do Parlamento, onde lhe coube examinar e discutir os assuntos de imediato e legítimo interêsse nacional.

Da sua vivacidade intelectual, de sua compreensão rápida, de seu agudo senso de realidade, dá mesa redonda sôbre o babaçu, no Maranhão, retratado nestas expressivas palavras do "Jornal do Povo":

"Gaúcho típico, fluente, rasgadão quando quer dizer as coisas, e de uma agilidade mental muito grande, Loureiro da Silva tomou conta da praça, logo no comêço dos debates".

Sr. Dr. Loureiro da Silva:

Eis uma festa, não sòmente de cordialidade e de admiração, mas, sobretudo, uma prova de confiança no vosso labor no vosso método de agir e dirigir.

Nesta hora de identidade substancial de idéias e idéias, de comunidade profunda de sentimentos e de propósitos, recebemos o influxo do vosso espírito público para a coordenação de energias no sentido dos encargos que nos cumprem.

Dais o exemplo de submissão às necessidades supremas da Pátria, no devotamento, no entusiasmo, na fé, que levam à superação das dificuldades. E como, fiéis às fontes da nossa formação mediterrânea, não pensamos e agimos apenas em função do mito do progresso, tão bem vivissecado no admirável ensaio de Charles Baudouin, voltemos ao luminoso equilíbrio das letras clássicas, para buscar o padrão perfeito, a nobre medida, o diapasão, que é o vocábulo certo e musical.

Ali está em Plutarco, na vida de Aristides, a palavra sensata, o conselho prudente, a diretiva a seguir, a lição magistral a aprender e viver, quando o general dos Antioquidas exorta as fôrças aliadas diante das muralhas da Platéia a abafar as discursões, os juízos particularistas, as desconfianças recíprocas, as discórdias amargas, em favor da unidade criadora da fôrça, mantedora da disciplina, reguladora da ordem, em proveito e honra da vitória comum.

Assim seja!"

A PALAVRA DO DR. JOSÉ LOUREIRO DA SILVA

Foi o seguinte o discurso do Dr. José Loureiro da Silva, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, agradecendo a homenagem:

"Meus senhores:

Esta homenagem cordial e amiga transcende de muito do significado pessoal que lhe emprestaram. Posso dizer, parafrazeando o velho Rui, a conferência de Buenos Aires, que a honra com que hoje me confundis não cabe minha pessoa. Só a pode receber dignamente a instituição a que pertenço.

Foi à sua sombra, ao calor da sua tradição pioneira, na experiência de seus homens de escol que, atravessando êste primeiro ano de administração, pôde ser levada a cabo uma reforma profunda do crédito especializado no País.

Na carência de sistemática das instituições brasileiras, em meio a um panorama inconsistente e fluido, quatro fôrças, no meu entender, avultam, oferecendo uma impressão de solidez e de estabilidade: a Igreja, aglutinando as fôrças espirituais, sob cujo signo se plasmou a nacionalidade; as classes armadas, dando um sentido de unidade nacionalista e congregador às correntes raciais que integram o nosso processo de miscenegação; a magistratura, sustendo o equilíbrio jurídico e a garantia de direitos, sem o que seria impossível a vida em sociedade; e, por fim, o Banco do Brasil, no campo financeiro e econômico, imprimindo uma orientação orgânica e uma disciplinação substancial aos elementos da produção.

Não quero com isso dizer que os quatro sistemas funcionem com absoluta perfeição; mas, inegàvelmente, é o que se constata de mais sólido no quadro instável da nossa formação.

Não me deterei, como é óbvio, no exame das três primeiras instituições e limitar-me-ei a fazer uma análise suscinta da última, a que mais de perto nos toca.

Cabem aqui algumas perguntas preliminares: É conveniente ao País o desmembramento e o enfraquecimento do Banco do Brasil? Qual o interêsse das correntes subterrâneas ou ostensivas que propugnam por êste enfraquecimento? Pode o País comportar, no momento, uma reforma estrutural no seu sistema bancário, como cúpula de sua capacidade econômica?

Para mim, com o trato permanente dêste assunto, a resposta só pode ser dada por uma firme negativa.

A rigor, o que existe ainda, de certo modo, é descontrolado, quanto ao crédito fornecido, "o que implica em crises alternadas, desequilíbrios da produção e movimentos inflacionários e deflacionários permanentes".

Na ordem geral traçada para a reforma bancária, com o Banco Central "criava-se um organismo eminentemente financeiro para resolver problemas que são essencialmente econômicos".

Todos os fatores adversos viriam, então, à tona, pressionando a nova organização: extensão territorial; falta de transporte para a circulação das riquezas produzidas; ausência de educação agrária; pobreza de recursos materiais; meio circulante deficiente; carência de equipes humanas treinadas, de que tivemos um triste exemplo no último concurso do Banco do Brasil, onde, de vinte e quatro mil candidatos inscritos, apenas quinhentos lograram aprovação.

O Banco Rural, cuja fundação costitue um ânseio das classes agrarias — e digo com pleno conhecimento de causa e absoluta isenção de ânimo, como ruralista que sou — tem apenas, neste instante, aspétos puramente sentimentais.

A realidade é bem outra.

O crédito especializado, por sua natureza, exige prazo longo e juro módico.

Nestes doze anos de prática de seu exercício através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, foram emprestadas somas equivalentes a trinta bilhões de cruzeiros, aos juros médios de oito por cento, os mais baixos cobrados no mercado de dinheiro, caro como é o nosso.

Por um simples cálculo aritmético e a grosso modo, verifica-se que o lucro ideal das operações realizadas seria de dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros. Mas, sabendo-se que o dinheiro empregado custa ao Banco até seis por cento, segue-se que ssa parcela ficará reduzida a seicentos milhões de cruzeiros.

Desta importância é preciso deduzir os créditos em liquidação, sempre avultados, as despesas de administração, tôdas pagas pelo Banco do Brasil, tais como pessoal, material de expediente, sedes de Agência e etc. E como amostra do que venho afirmando, estão aí os resultados do último exercício financeiro da Carteira, traduzidos num prejuízo de cêrca de sessenta milhões de cruzeiros. Evidentemente, um Banco Rural autônomo, arcando com tais despesas e registrando tais deficits, não poderia sobreviver, no momento; ou, então, teria de adotar uma taxa de juros de tal modo onerosa que tornaria o financiamento agrário e industrial impraticável entre nós.

Ademais, o crédito especializado, que o Banco do Brasil suporta galhardamente, só poderá ter aplicação eficaz se se puzerem em prática, além das vigentes, algumas das regras que tive a honra de apontar ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, por ocasião da assinatura do novo Regulamento, tais como: primeiro, irrigação capilar do crédito com a criação de novas Agências do Banco do Brasil, formação de pequenos escritorios comunais e aproveitamento da rêde bancária idônea do País; segundo, aumento de recursos específicos para as operações, obtidos, ou com a arrecadação de sobretaxas nos artigos suntuários de consumo, ou, ainda, com dotações orçamentárias anuais, tendo em vista que, por sua natureza, o crédito especializado tem o caráter de serviço público; terceiro, flexibilidade e rapidez dos negócios, libertando-os das demoras e encargos legais a que estão sujeitos atualmente; quarto, preparação gradativa de pessoal técnico habilitado; quinto, formação do fundo próprio de seguro rural e industrial; sexto, estabelecimento do "bilhete de mercadoria", para mobilidade das operações e multiplicação dos recursos.

Só o Banco do Brasil, nesta fase de transição, está apto a enfrentar a solução razoável desses itens. Não se diga que a instalação de novas Agências acarretará mais despesas, algumas mesmo com previsão deficitária, sobretudo aquelas feitas no nosso hinterland. Não importa. Elas têm um caráter pioneiro, disciplinado e fortalecendo, muitas vezes no alto do sertão, atividades sociais, culturais e econômicas, e dando sempre um alento novo às regiões de suas circunscrições.

Os benefícios de uma politica de expansão do Banco do Brasil são indiretamente auferidos, não só nas demais Carteiras, pelo natural desenvolvimento dos negócios em geral, como, ainda, pelo que representa como esfôrço brasileiro de penetração.

Kenneth Mackenzie, comentando os sistemas bancários da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Alemanha, informa que os cinco grandes Bancos privados da Inglaterra, os "Big-Five", possuem, sòmente no território metropolitano, incluindo a Escócia e o País de Galles, oito mil e quinhentas sucursais. Dir-se-á que é um país de economia estabilizada. O que se dirá, então, em confronto, das trezentas e poucas Agências do Banco do Brasil, num país em pleno desenvolvimento, quando o ideal seria levar o crédito à porta do mutuário? Esse número reduzido e dada a sua importância e face o seu significado de âmbito nacional, justifica a ampliação dos serviços do Banco, mesmo com sacrifícios e ainda que se gaste a ponderável quantia de trezentos mil cruzeiros na instalação de cada Agência.

Depois deste breve comentário, volto à primeira pergunta formulada: É conveniente ao País o desmembramento e o enfraquecimento do Banco do Brasil? A resposta está dada pelos fatos enunciados.

De outra parte, no exame frio dos acontecimentos o que as observações denunciam é que agrupamentos financeiros de larga envergadura, de âmbito nacional e, talvez, com raizes internacionais, tentam dominar a estrutura econômica da Nação.

O obstáculo mais sério a êsse movimento é, sem dúvida, o que lhe opõe o Banco do Brasil, com a sua fôrça intrínseca de reação, robustecida pelo seu tradicional tirocínio, pelo conhecimento objetivo das conjunturas econômicas e experiência vigilante de seus grupos de elite. O Banco do Brasil, neste empenho, é uma cidadela que resiste aos impactos e às arremetidas. Desmembrado, será uma presa inerme e fácil nas mãos dos grandes manipuladores de finanças.

Assim, teòricamente, uma reforma bancária fundamental estaria certa se não fossem as condições atuais do país e o momento difícil que atravessa.

A aplicação de um programa novo reforçando a economia nacional como êsse, referendado pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda no setor do crédito; o saneamento das finanças, que está sendo levado a cabo com pulso de ferro; a assistência aos meios de produção industrial e rural; a reorganização integral dos meios de transporte; a valorização do homem de trabalho, sobretudo das massas rurais, aconselhariam, isto sim, mas para o futuro, a reforma preconisada.

Uma distribuição correta do crédito e um saneamento firme da moeda poderão propiciar estabilidade aos meios de produção. "O crédito é um dos fatores mais delicados da política monetária e do dinheiro. Resulta benefico, se usado corretamente, e profundamente prejudicial se aplicado com desacêrto. Toda a economia, em face do desequilibrio do crédito e da moeda, padece, hoje em dia, de uma crise crônica que mantém em tensão os políticos e os economistas".

Tendo para mim que não estamos num tal estado inflacionario que não permita uma rapida restauração do organismo nacional. A crescente espiral de preços, não é uma consequência, somente, do aumento da circulação monetaria. Penso até que com a abertura de novas áreas economicas, como as do Paraná, Mato Grosso e Goiaz, e com as consequentes restrições oriundas do entesouramento e da retenção do dinheiro de bolso, o meio circulante fiduciario não corresponde ao volume de bens produzidos. Nos inquéritos realizados com os seus tecnicos pelo meu eminente amigo Dr. Ricardo Jafet, evidencia-se que nestes últimos dez anos a circulação monetaria ficou aquem do volume das novas riquezas criadas. Assim, "o aumento de circulação monetária simultânea com o aumento da circulação de bens não ocasiona fenômenos inflacionários. Portanto, constitui finalidade de tôda a politica monetária e bancária manter o valor do dinheiro em relação com o valor dos bens de modo o mais uniforme possivel e sem grandes oscilações". O que há no Brasil, pois, a luz dêsses conceitos, é êste desequilibrio, cujo ajustamento se processará normalmente com uma politica séria de saneamento, sem levar muito em linha de conta o que se convencionou chamar de excessos de meio circulante, fiduciário ou escritural.

Assim, defendendo a tese de emissões bem dosadas, na falta de outras fontes, para o auxilio á produção:

"Em principio, todo crédito, sobretudo concedido a longo prazo, em caráter de investimento ou hipotecário, gera a inflação, porque produz um movimento de forças de capital maiores do que as existentes. Mas, num país como o nosso, escasso de recursos, pobre de dinheiro, sofrendo de uma visivel crise de crescimento, a clássica fórmula do trabalho gerando capitais e dinheiro se inverte, como acentuam estas lições de Schacht. Podemos chegar, pelo dinheiro, á formação de capital e a obtenção de trabalho. "Mais dinheiro, mais capital, mais trabalho".

O novo Regulamento da Carteira de Crédito Agricola e Industrial exigirá, por certo, uma soma de recursos muito maior do que aquela que está sendo empregada atualmente.

Já atingimos á cifra de dez bilhões de cruzeiros. Provavelmente, ainda que bem medido, nestes próximos dois anos, esta parcela terá de ser dobrada, mercê das novas modalidades de crédito instituidas, abrangendo, globalmente, todos os fatores de produção. Criará o novo estatuto, com tal previsão, um estado inflacionário de crédito; ou será, de fato, o propulsor de novas atividades, formando mais capitais e dando mais trabalho, sobretudo os que vivem a vida rural? Acredito que com as medidas já tomadas pelo Govêrno em outros setores, particularmente pela orientação que vai adotar a Comissão de Politica Agrária, dando consistência ás atividades campesinas, e, especialmente, pela politica de congelamento de preços e de salários, preconizada pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, se poderá fortalecer uma ordem econômica sem os perealços e os receios dos fenômenos inflacionários.

De outra parte, proporcionando ao pequeno produtor os recursos de que carece, evitar-se-ão as crises ciclicas migratórias, fixando-o á terra, amparando-o no seu labor simples e eliminando nas suas fontes o cenário dramático da corrida para o Sul, que despovoa uma imensa área do país.

Na disparidade sensivel das atividades produtivas do Norte e do Sul do Brasil, o novo estatuto terá a virtude de ser um elemento regulador e necessário á estabilidade das populações mais necessitadas, daquela primeira Zona.

Assim, além de constituir um diploma fornecedor de crédito, será um fator de equilíbrio social, repartindo, equitativamente, recursos financeiros, e possibilidades de assistência a todos os que trabalham.

Dessa forma, progressivamente, poder-se-á compor uma fisionomia econômica equivalente entre os Estados Setentrionais e Sulinos, pelo aproveitamento naqueles de seus inesgotáveis mananciais de riquezas ainda inexploradas.

Superando dificuldades de tôda a natureza, é êsse, certamente, o trabalho hercúleo que vem realizando o insigne estadista que dirige os destinos nacionais, o grande brasileiro Getúlio Vargas.

Meus senhores,

Meus amigos:

Neste convivio fidalgo, cercado da afeição de velhos amigos e bons companheiros de trabalho, servi-me da oportunidade para expor, sem preocupações, idéias e considerações sôbre problemas que desafiam constantemente os nossos esforços.

Não tive refolhos. Explanei, em sintese, porque os temas abordados comoprtariam estudos mais amplos. É possivel que esteja errado nalgum ponto de vista. Pensando assim, também não teria constrangimento de retificar os meus juizos, se, do contrário, me convencerem com bons argumentos.

Como brasileiro, não tenho mais o ufanismo que encantou os dias da minha juventude; mas, continuo acreditando nos grandes destinos da nossa pátria. Neste mundo desajustado e inquieto, atravessamos a hora em que cada um deve tomar a sua posição, sem tibiezas. Chegou o instante, como disse Ro-

osevelt, de defendermos a nossa fé, os nossos lares e os nossos conceito de liberdade e de justiça. Ninguem dêste lado da civilização ocidental pode conservar-se neutro ou indiferente. Talvez movido por profundas e incoercíveis correntes ancestrais dos que foram os pioneiros formadores da nacionalidade, quero ter, na luta, sem alardes, naturalmente, simplesmente, espontâneamente, o meu quinhão de esfôrço.

Homem, já no fim da maturidade e no limiar da velhice, ainda ouço, como outrora, da Cátedra de Montevidéu, ungida de tôda a sensibilidade americana, a palavra de Rodó, pregando a democracia como fôrça de solidariedade humana e como a "constante retificação de uma ativa autoridade moral que canalize as nossas tendências no sentido da dignificação da vida, acreditando que nela há um constante processo de seleção espiritual, de enaltecimento pela presença de estímulos desinteressados, de gôsto, de arte, de sentimento de veneração por todo o perseverante propósito ideal e o acatamento a tôda nobre supremacia."

Por isso mesmo, embora os anos me tenham deixado uma ponta de ceticismo, ainda creio na vida, ainda espero, sempre espero.

Tôdas as manhãs de sol aguardo, como Graça Aranha, o passaro azul da esperança que, voando de horizonte ignotos, vem bater as asas frementes e desferir seu canto alegre às janelas da minha vivenda.

A vida oferece, em cada dia, novas prespectivas. É um espetáculo que se renova com as suas surpresas amigas e felizes. Hoje, a ave canora me trouxe a sua mensagem de fé, no carinho desta homenagem, nesta aura de simpatia que conforta e enobrece.

Do fundo do coração, eu vos agradeço por êstes momentos que pagam, largamente, penas e dissabores de uma existência consagrada, com sinceridade, à causa pública.

O DISCURSO DO SR. RICARDO JAFET

Erguendo o brinde de honra ao presidente Getúlio Vargas, o Sr. Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, proferiu o seguinte discurso:

Minhas Senhoras,

Meus Senhores:

Na homenagem que prestamos ao dinâmico e esclarecido diretor Dr. José Loureiro da Silva, nada mais fazemos que externar nossa admiração por êsse grande homem público que, à frente da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tantas e tão relevantes medidas de aperfeiçoamento tem introduzido no campo do crédito especializado do País.

Numa época em que as atividades produtoras do Brasil experimentam notável surto de desenvolvimento; em que os fatores limitativos de nossa expansão econômica se apresentam na forma de sucessivos problemas de solução inadiável; em que a administração pública se vê compelida a mobilizar o que de melhor a Nação possui em valores humanos no sentido de manter-se à frente do movimento ascensional do seu progresso e de propiciar a aceleração desse movimento, através de atos oportunos e acertados, o Presidente Vargas, mercê do admirável descortino que o distingue como um dos mais eminentes homens de Estado do mundo contemporaneo, escolheu para a direção da Carteira de Crédito Agricola e Industrial do Banco do Brasil êste jovem gaúcho, o Dr. José Loureiro da Silva, o homem indicado para a importantissima investidura, pelas suas elevadas qualidades de administrador.

Demonstrando o profundo interêsse com que sempre acompanhou os problemas vitais da Nação, o Presidente Getúlio Vargas, desde antes de assumir o Govêrno, quando ainda se encontrava em seu retiro de São Pedro, manifestara sua determinação de reformar o Regulamento da Carteira, a fim de muni-lo do aparelhamento indispensável para que pudesse continuar desempenhando o papel de incrementadora do desenvolvimento da produção nacional.

Reconheceu, pois, Sua Excelência a necessidade da reforma do documento básico da Carteira e soube não apenas atendê-la, mas também escolher, com rara felicidade, o artífice a quem confiaria a sua execução.

Como brasileiro, eu me congratulo com o Banco do Brasil pela oportunidade que lhe é oferecida para poder ampliar o seu campo de ação, habilitando-o a solucionar, com os benefícios de seu amparo financeiro, todos os problemas ligados às nossas atividades, na indústria, na pecuária e na agricultura.

Como Presidente do Banco do Brasil, congratulo-me com as Classes Produtoras do País, cujas atividades serão beneficiadas com o vigor, no qual são contemplados inúmeros asnovo Código de crédito especializado ora em petos dos problemas da produção rural e industrial, não previstos no antigo regulamento.

Aparelhado o Banco do Brasil para o exercício de suas complexas e altamente relevantes funções, que convergem para o objetivo supremo de impulsionar as fôrças vivas da economia nacional, fortalecendo-as mediante adequada assistência financeira, não me privo de manifestar a confiança que me inspira o papel saliente que o Banco terá no engrandecimento acelerado e permanente do Brasil, sob a égide de política econômica-financeira traçada pelo Presidente Vargas.

É, pois, empolgado pelo entusiasmo dos que se batem por causas nobres e construtivas, que apresento as minhas felicitações ao ilustre homenageado e que convido a todos os presentes, a que me acompanhem, de pé, erguendo as nossas Pátria e pela felicidade pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas."

INSTALOU-SE A COMISSÃO DE POLÍTICA AGRÁRIA

INSTITUICÃO ESPECIALIZADA DE CRÉDITO E FORMA DE ATRAIR CAPITAIS — DESMEMBRAMENTO DE LATIFÚNDIOS E INTEGRAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES

Sob a presidência do ministro João Cleofas, instalou-se, a 14 de janeiro, no Ministério da Agricultura a Comissão Nacional de Política Agrária, criada recentemente por ato do presidente da República com o fim de estudar e propôr ao govêrno as medidas necessárias à organização e desenvolvimento da economia agrícola e à proteção do homem rural.

Ao ato estiveram presentes o srs. Romulo Almeida que representou o chefe do govêrno; os ministros Horácio Lafer e Souza Lima, das pastas da Fazenda e da Viação, respectivamente; os representantes dos demais ministros de Estado; o presidente do Conselho Diretor da F. A. O., professor Josué de Castro; diretores e chefes de serviços do Ministério da Agricultura.

DISCURSO DO MINISTRO JOAO CLEOFAS

Procedida a assinatura do têrmo de posse pelos membros da Comissão, fez uso da palavra o ministro João Cleofas. O titular da Agricultura deu início ao seu discurso pela observação de que dificilmente poderíamos isolar, na urdidura da nossa História, "o fio contínuo e forte a que pudessemos chamar de uma política agrária."

"Existe para qualquer brasileiro, prosseguiu o sr João Cleofas, um impressionante dado básico: nosso país tem uma área de 8 511 189 quilômetros quadrados. E não de um território que nos tenha caído entre as mãos tal como o vemos hoje. Ao contrário, foi o esforço dos brasileiros que o tornou grande como é, primeiro o esfôrço dos bandeirantes, empurrando para Oeste a linha do Meridiano de Tordesilhas e depois os labores do Barão do Rio Branco a delimitar, a demarcar e a firmar para sempre os limites dessa fazenda gigantesca, desse patrimônio nacional.

Sem as penetrações bandeirantes, o Brasil teria apenas cêrca de 3.600.000 quilômetros quadrados, teria apenas a superfície do Amazonas e do Pará."

POLITICA DE COLONIZAÇAO

Após considerar que a Comissão de Política Agrária terá como campo de estudo o imenso territorio conquistado pelos bandeirantes e configurados na sua confirmação com as vizinhas repúblicas pela inteligência diplomática do barão do Rio Branco, o sr. João Cleofas desenvolveu considerações sôbre a política dos colonizadores, dos govêrnos gerais e do Império.

Lembrou que com a independência o regime da doação de sesmarias cedeu lugar à compra de terras, e que a lei inovadora de 1850 vigorou até a República.

O EXODO RURAL

Passando a falar do fenômeno do deslocamento das massas rurais para os centros urbanos e suas causas — disse o titular da Agricultura:

"No Brasil no último decênio, aumentamos, do ponto de vista da população 27,7 por cento, mas nossos meios de substência subiram apenas 11 por cento. É que o êxodo rural faz com que a população aumente principalmente nas cidades e não nos campos deste país essencialmente agrícola. No decênio 1940-1950 a população brasileiro urbana aumentou de 49 por cento e a rural de apenas 18 por cento quando se sabe que o índice de natalidade é mais alto nos campos do que na cidade. No curso do mesmo decênio vieram ter ao Rio de Janeiro mais de 400.000 imigrantes vindo do interior e o movimento migratório para São Paulo atingiu a 658.192 deles.

Torna-se ainda mais trágico êsse êxodo rural quando vemos que há presentemente, no Distrito Federal, cêrca de 450.000 pessoas inativas ou fazendo serviços não remunerados. Não se pode, portanto, dizer que nossos campos se despovoam porque nossa florescente indústria precisa de todos os braços disponíveis".

RECOMENDAÇAO DAS NAÇÕES UNIDAS

Depois de analizar outros aspectos do problema e acentuar que são urgentes os nossos problemas agrícolas disse o ministro Cleofas: "O crescimento das populações, efetuado com maior intensidade nos países menos preparados industrialmente para tomar mais produtiva a sua agricultura, tornou mundial a questão da Reforma Agrária."

Lembrou a seguir que a Assembléia Geral das Nações Unidas, na sua V sessão, realizada em novembro de 1950, adotou uma resolução recomendando o estudo da reforma agrária em todos os países e na Sexta Conferência da FAO, recém-realizada em Roma, a delegação dos Estados Unidos, suplementada pela do Brasil, apresentou um projeto de resolução dos mais concretos, chamando a atenção de todos os países membros para a necessidade de darem prioridade à solução desse problema básico que é o da reforma agrária. Sob os auspícios do govêrno dos Estados Unidos da América e da Universidade de Winsconsin, realizou-se em novembro de 1951, em Madison, uma conferência especialmente dedicada ao estudo da pro-

priedade da terra no mundo, acentuando principalmente as questões diretas de reforma agrária."

CRIAR UM NOVO BRASIL

Referiu-se o ministro às diversas medidas adotadas pelo govêrno no sentido de recuperar econômicamente o país, acentuando que "o Serviço Social Rural, já pràticamente aprovado pela Câmara, é um ponto de partida para a execução de um programa de criar um novo Brasil nos seus antigos campos".

FORMA DE TRATAR CAPITAIS

Advertindo que muitos problemas surgirão, disse: "Devemos estudar as possibilidades de criação de uma instituição especializada de crédito para atender aos planos referentes a uma reforma agrária. Na Conferência de Madison, a que nos referimos, isto foi considerado ponto básico — criação de um Banco, como forma de atrair capitais internos do país ou oriundos do exterior.

Deveremos considerar o desmembramento do latifúndio e, quando necessário, executar a operação oposta de integrar minifúndios".

RESPONDE UM MEMBRO DA COMISSÃO

Na ocasião falou também, em nome da Comissão, o engenheiro agrônomo Ruy Miller Paiva, da Divisão de Economia Rural do Estado de São Paulo. Após rápidas considerações sôbre os processos de penetração agrícola no interior do país e nas condições atuais de trabalho, onde se verificam desperdícios de homens e de recursos, focalizou a necessidade de ser concedido o maior amparo possível à atividade básica da vida econômica do país, que continua a ser a agricultura, apoio cada vez mais necessário, pois "a produção atual é pequena, o rendimento do trabalho é desigual, e o bem estar social dessa população deixa muito a desejar".

Examinando as causas matrizes dessas dificuldades, citou o orador, entre outras as seguintes razões: uso inadequado das terras, a técnica agrícola deficiente, a pequena capacidade de trabalho do homem rural, os preços instáveis dos produtos agrícolas nas zonas de produção em contraste com as altas cotações nos centros consumidores, a falta de subdivisão das terras, a deficiência dos contratos de trabalho e arrendamento, e a ausência de assistência social, desenvolvendo em seguida considerações sôbre a conveniência de uma política de redivisão dos tratos agrícolas, que, para ser ideal, deveria atingir o ponto em que cada família trabalhasse em seu próprio sítio.

Mereceram ainda a atenção do sr. Ruy Miller Paiva, os pontos relacionados com o aproveitamento racional do solo, a segurança do trabalhador e o financiamento da produção, concluindo por afirmar sua confiança nos resultados a serem alcançados durante a reunião, que, de acôrdo co ma política objetiva do govêrno, "irá estudar a reforma agrária e coordenar as diretrizes de nossa política agrícola".

TERÃO INÍCIO HOJE OS TRABALHOS

Hoje, às 16 horas, no Salão do Conselho Florestal (3.º andar do edifício sede do Ministério da Agricultura), será realizada a primeira sessão ordinária da Comissão Nacional de Política Agrária. Nessa ocasião haverá eleição para os cargos a serem preenchidos, devendo ser apreciada a seguinte agenda: 1 — Reforma agrária em confronto com política agrária: 2 — A reforma agrária de base em face dos dispositivos da Constituição relativos ao assunto; 3 — Orientação dos trabalhos à vista dos projetos já em curso na Câmara dos Deputados (projeto Afrânio de Carvalho e Nestor Duarte, etc.), ou partindo de premissas novas; 4 — Prioridade nos Trabalhos da Comissão dentro dos objetivos definidos no parágrafo único e letras c, g, h e k do art. 2.º do decreto que a cria; 5 — Criação de subcomissões dentro dos objetivos da Comissão geral tais como: Colonização (letras g, h, j), Assistência Técnica e financeira ao pequeno produtor (letra f), contratos rurais (letra e) e Previdência e assistência social rural (letras c e d) e a prioridade no trabalho de cada uma delas; 6 — Recursos disponíveis e organização da Secretaria Técnica, bem como dia, hora e local das reuniões da Comissão Nacional e de suas subcomissões; 7 — Planejamento de inquérito nacional dentro dos objetivos pré-traçados.

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Política Agrária que funcionará sob a presidência do ministro João Cleofas está integrada pelos seguintes membros: srs. Carlos Medeiros da Silva, como representante do Ministério da Justiça; Garibaldi Dantas, do Ministério da Fazenda; Josué de Castro, do Ministério do Trabalho; José Arthur Rios, do Ministério da Educação; Antonio de Arruda Câmara, do Ministério da Agricultura; Mario de Oliveira, da Confederação Rural Brasileira; Luiz Simões Lopes, da Sociedade Nacional de Agricultura; Inacio Tosta Filho, Rubens Campos Farrula, Almoré Drummond, Hermes Lima, Afrânio de Carvalho Raul Cardoso de Melo Filho e Rui Miller Paiva.

Instruções para o Plantio de Seringueira

GREGÓRIO BONDAR — do Instituto Biológico da Bahia

Em vista do interesse que, ultimamente, desperta a produção da borracha para abastecer a indústria brasileira, damos breves instruções sôbre o plantio da seringueira, Hevea brasiliensis, produtora da melhor borracha, a mais apreciada no comércio e indústria. Admitido como o do Espírito Santo e a Baixada Fluminense, notamos que tôdas as zonas de mata no Estado da Bahia, com as chuvas mais de um metro por ano, são próprias para êste cultivo, com a produção remuneradora e para longos anos, cultura arbórea de longa duração, exigindo pouca mão de obra.

A SEMENTE — A semente da seringueira é volumosa, porém leve. Mil sementes pesam cêrca de quatro quilos ou 250 sementes por quilo.

As sementes da seringueira, como as de muitas outras plantas tropicais, perdem rapidamente o poder germinativo. Não devem elas apanhar o sol direto. Devem ser plantadas o mais breve possível após a sua queda. Mesmo assim, não germinam cêrca de 30%.

Não plantadas mais de 15 dias, as sementes progressivamente aumentam a percentagem das que não nascem. Tendo a necessidade de conservar as sementes fora da terra por mais de 15 dias, é necessário espalhá-las nos depósitos frescos, molhando-as moderadamente com água.

Na Bahia, a época da seringueira frutificar é a segunda metade de março, o mês de abril, até a primeira metade de maio.

A SEMENTEIRA — Com a escassez de sementes da seringueira na Bahia, não se pode permitir o luxo de plantar vários caroços por cova na plantação definitiva, prevendo as possíveis falhas de germinação. Para evitar a replanta das covas falhas, aconselha-se o uso das sementeiras. Estas devem ser feitas na sombra de árvores altas ou na sombra artificial.

Limpa-se o terreno com a enxada, extirpando-se qualquer vegetação herbácea. Nivela-se o mesmo e passa-se ancinho para uniformizar a superfície. Espalha-se por cima camada fina de areia ou terreno leve, arenoso. Quando há serragem de madeira, espalha-se esta em camada delgada em figuras regulares de um metro de largura, deixando passagem entre as faixas preparadas.

Colocam-se as sementes de seringueira meio enterradas nessa camada, com a face mais larga para baixo, uma perto da outra, cabendo por metro quadrado cêrca de 2.000 sementes.

Com o tempo chuvoso, de uma semana a dez dias aparecem as primeiras sementes germinadas, o que se verifica pela haste robusta, levantada na superfície.

Retiram-se essas sementes com cuidado, evitando a quebra do germen, colocam-se em tabuleiros, com a haste para cima, uma ao lado da outra, para não caírem, e levam-se para plantio no lugar definitivo ou nos viveiros.

Diàriamente, ou de dois em dois dias, retiram-se novas sementes germinadas.

As retardatárias podem nascer ainda um mês depois da brotação das primeiras.

No plantio tanto nos viveiros, como no lugar definitivo, afofado o solo, enterra-se a semente, com o brôto para cima, encobrindo-se o caroço com a terra, cêrca de 1 cm de espessura.

No caso da estação sêca, as sementeiras devem ser regadas com água de dois em dois dias, nas horas de tarde.

VIVEIROS — Não havendo terreno pronto para o plantio definitivo das sementes germinadas, ou querendo economizar as limpas, as sementes brotadas devem ser plantadas em viveiros, instalados na sombra rala de árvores altas ou no descoberto.

No terreno lavrado, afofado, livre de plantas nativas, nivelado com ancinho ou grade, estende-se cordão, marcando com tinta de 20 em 20 cm. Em cada marcação faz-se covinha pouco funda, enterrando-se a semente germinada, com o brôto para cima. A cobertura da terra não deve ser mais de um centímetro.

Plantada uma carreira, muda-se o cordão paralelamente 20 cm. e faz-se nova carreira, fazendo-se assim 4 carreiras distanciadas de 20 cm. Deixa-se intervalo de 50 cm. para facilitar as futuras operações de limpa e planta-se nova leira de 4 carreiras.

No caso de viveiros serem destinados para enxertia com variedades selecionadas, o intervalo de 50 cm. deixa-se em cada duas carreiras.

No caso de plantio em 4 carreiras cabem 18 mudas por metro quadrado, ou 18.200 pés por hectare.

No caso de plantio em 2 carreiras, cabem 14 mudas por metro quadrado, ou por hectare 14.200 pés.

As operações de plantio de sementes germinadas operam-se nos meses de abril a junho, meses chuvosos no litoral baiano.

Conservam-se as plantas nos viveiros de um a dois anos. Transplantam-se no lugar definitivo nos mêses chuvosos de abril a junho. Preparando a transplanta, decepam-se as mudas na altura de 40 a 50 cm., deixando-se as plantinhas no lugar ainda por três a cinco dias, para cicatrizar a ferida e encher-se de água do solo pelas raízes. Arrancam-se depois com a pá própria, apara-se na ponta a raiz pivotante, geralmente muito longa, para facilitar o plantio no lugar definitivo. No caso de transporte a longa distância as mudas devem ser protegidas contra o ressecamento com o musgo ou pó de serra umedecido. Em qualquer caso, deve-se evitar expor as raízes ao sol e ao vento.

As mudas, de dois anos ou mais, podem ser decepadas na altura de 60 cm. a 1 m.

A prática de decepar a copa e tirar as fôlhas, visa a redução da superfície da evaporação no período de desraizamento.

As mudas, assim preparadas, transportadas e plantadas, podem levar de um a dois meses e mais para o novo enraizamento e brotação, dando em seguida vegetação robusta e rápida.

Quanto mais sofrem as mudas no transporte, tanto mais período levam para a brotação.

O aproveitamento das mudas nativas nos seringais deve obedecer em linhas gerais às recomendações supra.

PLANTAÇÃO DEFINITIVA — Vários sistemas e distâncias podem ser usados, conforme as conveniências locais.

Recomenda-se o plantio na mata derrubada e não queimada, para não arruinar o solo. Tem a vantagem de poder fazer alinhamentos certos.

No caso de falta de terreno preparado, pode-se plantar nas capoeiras e matas cabrucadas, roletando-se em seguida a totalidade das árvores. Por enquanto, as seringueiras tomam desenvolvimento, as árvores roletadas morrem e caem em pedaços. Economiza-se por êsse processo o trabalho de roçagem durante cêrca de dois anos. Os cuidados do seringal limitam-se ao coroamento dos pés. Êsse processo tem o defeito de, árvores mortas caindo, poder prejudicar pés de seringueira.

As distâncias aconselhadas são de 2 por 8 metros e de 4 por 4 metros.

No primeiro caso, fazem-se carreiras de 8 em 8 metros, nas quais a seringueira planta-se de 2 em 2 metros. No segundo caso as carreiras são distanciadas de 4 em 4 metros e as árvores são plantadas também de 4 em 4 metros.

Tanto no primeiro, como no segundo sistema, visa-se o aproveitamento máximo inicial da borracha, para depois, com o crescimento das árvores, na idade de 12-16 anos, eliminar os pés intermediários, deixando as árvores sòmente de 8 por 8 metros.

A quem possuir extensas áreas, recomenda-se o plantio inicial de 5 em 5 metros, para, definitivamente, conservar árvores de 10 por 10 metros.

Na Capital da Bahia, as sementes e mudas da seringueira poderão ser obtidas no Campo de Ondina do Serviço Florestal do Estado; em São Bento das Lages, no Recôncavo baiano, as sementes e mudas poderão ser obtidas no atual Aprendizado Agrícola e no Sul do Estado em múltiplos bosques de seringueira, inclusive na Estação Experimental de Uruçuca, onde existem também elementos de seringueiras selecionadas como grandes produtoras de latex, para enxertia de pés francos, obtidos das sementes, cuja produção geralmente é variável. No Rio de Janeiro, as sementes e mudas da seringueira poderão ser obtidas na Seção de Silvicultura — rua Pacheco Leão, 2.040, Gávea — Distrito Federal.

CUIDADO NA COLHEITA, EMBALAGEM E EMBARQUE DAS SEMENTES — As sementes colhidas, aguardando embalagem para a expedição devem ser conservadas na sombra. Em hipótese alguma elas poderão tomar sol.

A embalagem deve ser de preferência em caixa de madeira fina, a mais leve possível ou papelão de consistência adequada a resistir viagens, com as seguintes dimensões boas: 60 x 50 x 50 cm.

As sementes devem ser dispostas na caixa em camadas sobrepostas, recobertas cada uma de camada de carvão triturado, bem sêco, camada esta que deve ter, no máximo, um centímetro de espessura.

A tampa da caixa deve ser provida de orifícios de um centímetro de diâmetro em número de 6 a 8.

O embarque de sementes deve ser feito no mais curto prazo entre a colheita e a embalagem e de preferência, por via aérea.

A remessa poderá ser feita também em sacos de algodão, sem extratos de pó de carvão. É preferível o saco duplo: o saco cheio de sementes, introduz-se em outro saco.

O Serviço de Economia Rural

"A Lavoura" abre, com prazer, espaço para divulgar a introdução ao Relatório apresentado pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor do Serviço de Economia Rural, ao Sr. Ministro da Agricultura, referente ao ano de 1951.

Trata-se de dados e conceitos que de perto interessam à classe rural brasileira, e que, de certa forma, refletem o pensamento e as campanhas, algumas já vitoriosas, como o associativismo rural e o cooperativismo, levados a efeito pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Acresce que o importante Departamento subordinado ao Ministério dirigido superiormente pelo ilustre Ministro João Cleófas foi organizado pelo Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, o qual tem a sua obra seguida por um outro destacado e ativo membro da Diretoria da velha instituição, e seu Vice-Presidente — o Dr. Arruda Camara.

E' pois motivo de júbilo para esta revista — órgão da Sociedade, divulgar entre seus leitores os magníficos resultados da atuação do Dr. Arruda Camara, com os melhores votos para que não lhe faltem os meios para prosseguir na obra que ali vem executando, e da qual cumpre ressaltar a parte referente ao Movimento Associativo, que lhe cabe orientar e desenvolver.

O texto da introdução ao Relatório é o seguinte:

Senhor Ministro:

Desenvolveu o Serviço de Economia Rural, durante o ano de 1951, as atividades previstas em seu Regimento, dando, entretanto, maior relêvo aos trabalhos pertinentes à organização associativa da classe rural, defesa econômica dos produtores e dos consumidores, pelo incentivo ao cooperativismo, padronização dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias primas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico.

1. Para a melhor orientação desses trabalhos realisou a Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais (S.P.E.S.) o levantamento dos inquéritos indispensáveis, destacando-se, entre êles, o do custo da produção dos produtos agrícolas e pecuários, notadamente dos destinados à alimentação. Prosseguem os trabalhos de apuração e coleta dos respectivos elementos nos centros produtores, — o que tem sido feito com a colaboração das associações rurais e das cooperativas agropecuárias. Embora demorado, pela deficiência de pessoal especializado, vai êsse inquérito servindo para esclarecer situações peculiares à economia dos produtos e dos centros de exploração estudados. Revestem-se os resultados do estudo em andamento, sôbre o custo da produção, de utilidade, inclusive no financiamento e na aplicação do crédito à agricultura que, com a segurança indispensável, precisa e deve generalizar-se.

2. Mereceu a organização associativa da classe rural, em obediência ao planejamento das atividades do Ministério da Agricultura e às diretrizes da Mensagem Presidencial de 15 de março de 1951, atenção e esforços especiais do Serviço de Economia Rural.

A campanha empreendida, subordinada às disposições do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, estendeu-se a todo o país e, em consequência, de 217 instituições reconhecidas no período de 24 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1951 (média correspondente a 3,6 associações por mês) elevou-se a 511, de 1 de fevereiro a 31 de dezembro último (média mensal correspondente a 26,72 instituições), o que demonstra o interêsse despertado no meio rural, atendendo-se, sobretudo, tratar-se de entidades fundadas, em sua maioria, no decurso do último período.

Mostram os quadros I e II que, das instituições referidas, 494 são do primeiro grau e contavam, à data do reconhecimento, 57.527 associados, dos quais 544 domiciliados na região Norte, 8.836 na região Nordeste, 15.091 na região Leste, 31.882 na região Sul e 1.174 na região Centro-Oeste. Na região Norte, é maior o número de associações em Pernambuco, e, de associados, no Ceará; na região Leste, conta Minas Gerais com o maior número de associações e de associados; na região Sul cabe ao Estado de São Paulo o maior número de associações reconhecidas e ao Rio Grande do Sul, de associados, e, finalmente, na região Centro-Oeste, cabe ao Estado de Goiás, a predominância no movimento. Vale assinalar, entretanto, ser muito maior o número de sócios das associações rurais, permitindo inquérito em andamento estimá-lo em mais de 100.000 profissionais.

Os Territórios Federais de Guaporé, Rio Branco e Amapá, assim como o Estado do Amazonas não dispõem, ainda, de associações reconhecidas, devendo a campanha atingí-los em 1952, com o melhor aparelhamento das Agências do Pará e do Amazonas, para atenderem Amapá e Rio Branco, respectivamente, e a instalação de uma Agência, com sede em Porto Velho, para o Acre e Guaporé.

Na rêde de associações existentes, como se vê examinando o quadro 1, predominam, em acôrdo com o espírito da lei, as associações municipais (433) sôbre as regionais (47) e estas sôbre as especialisadas (13) cuja área territorial corresponde à do Estado ou Território em que tiver sede. O maior número de associações regionais encontra-se em São Paulo e o de especializadas no Pará. A fraca densidade demográfica da região Norte e suas explorações típicas, com economia de características próprias, levou a recomendar êsse tipo de associação para a Amazônia, atendendo-se, também, à necessidade de possibilitar-se aos Territórios de Guaporé e Rio Branco organizarem, oportunamente, suas Federações de Associações Rurais.

Dispõem de órgão federativo, já reconhecidos, os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Per-

nambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, que constituíram, com a Sociedade Nacional de Agricultura, — pioneira do movimento pela organização da classe rural no Brasil —, a Confederação Rural Brasileira, já reconhecida e em funcionamento.

Bahia e Sergipe organizaram, mas ainda não foram reconhecidas, as respectivas Federações de Associações Rurais.

A ação do Ministério da Agricultura, na campanha que empreendeu visando estimular o movimento associativo no meio rural brasileiro, tem sido, sobretudo, de assistência e orientação. No desenvolvimento de seus trabalhos, nesse setor, procura despertar no homem do campo o espírito agremiativo e levá-lo, persuasivamente, sem pressa e sem vagar, conscientemente, a reconhecer na associação rural o órgão de coordenação e defesa de suas aspirações. As associações rurais, sejam elas municipais, regionais ou especializadas, realizam, — conhecendo anseios e aspirações levados ao exame de suas diretorias, conselhos e assembléias —, política de aproximação construtiva e de alcance inestimável, atendendo aos interêsses da classe e do meio que representam. É essa, sem dúvida, a razão de ter sido relativamente bem sucedida a campanha, que, com a próxima instituição do Serviço Social Rural e o apôio da Comissão Nacional de Política Agária, poderá vir a ser convertida em êxito.

3. O incentivo ao desenvolvimento do cooperativismo, — instrumento dos mais eficazes na defesa e na aproximação de produtores e consumidores —, e, por isso mesmo, instrumento de moderação de tendências, em nível elevado e digno, prosseguiu sem a quebra do ritmo alcançado no penúltimo decênio. Afastando do ritmo sòmente para a 1.ª Reunião de Consulta às Sociedades Cooperativas compreendidas nas zonas de abastecimentos do Distrito Federal. Teve essa Reunião animadora repercursão e concorreu, apesar de dificuldades não afastadas ainda, para atrair ao mercado carioca poderosas organizações do Rio Grande do Sul e, bem assim, para nele manter, com maior contribuição efetiva, tradicionais entidades de produtores fluminenses, mineiros e paulistas. Compareceram no certamen 416 sociedades cooperativas que debateram e estudaram, com objetividade e patriotismo, as questões propostas.

Os trabalhos pertinentes à organização do cooperativismo nos Estados e não ainda no Distrito Federal e nos Territórios são executados, mediante acordos, pelos órgãos estaduais de assistências ao cooperativismo, sob a orientação técnica do Serviço de Economia Rural. No Distrito Federal e nos Territórios de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá, bem como em Mato Grosso, — ainda sem acordo —, cabe ao Ministério da Agricultura a execução dos trabalhos, — deficientes pela impossibilidade em que se tem estado de admitir para a Agência de Mato Grosso e para ter exercício naqueles Territórios, técnicos em cooperativismo, isto é, inspetores e assistentes.

A Secção de Propaganda e Organização das Sociedades Cooperativas (S.P.C.S.C.) tem desenvolvido intensa propaganda, quer elaborando notas, notícias e trabalhos doutrinários e divulgando-os, quer distribuindo publicações, sendo estas solicitadas com interêsse até por sociedades cooperativas e instituições culturais estrangeiras. Proveitosos têm sido seus esforços no sentido de orientar e assistir a organizações legais e levando-as a respeitar, no funcionamento, princípios doutrinários universalmente aceitos.

A Secção de Registro e Fiscalização das Sociedades Cooperativas (S.R.F.S.C.) apresenta, como fruto do desempenho dado às suas atribuições, elementos que permitem apreciação segura sôbre o cooperativismo brasileiro, que teve em 1951 expressivo movimento de expansão.

Foram registradas 188 sociedades cooperativas, — 186 de primeiro grau e 2 de segundo (uma central e uma federação). Das primeiras, com 19.408 associados, capital mínimo de Cr$ 32.072.790,00, capital subscrito de Cr$ 38.038.433,00, são de consumo 77, de produção 72 (animal 11 e vegetal 61), de crédito 29 e diversas 8. A distribuição geo-econômica das 188 cooperativas registradas em 1951 acusa 6 na região Norte, 55 na região Nordeste, 57 na região Leste, 60 na região Sul e 10 na região Centro-Oeste.

Indica o quadro III a marcha evolutiva do cooperativismo no Brasil, observando-se, em referência aos anos de 1902 a 1951 que, das 3.942, cooperativas registradas acham-se em funcionamento 3.113 entidades, — 3.078 de primeiro e 35 de segundo grau (centrais e federações), incluídas essas entre as cooperativas de consumo, crédito e produção a que se refere o quadro IV. A distribuição geo-econômica das cooperativas em funcionamento é a seguinte:

REGIÃO	NATUREZA				
	Consumo	Produção	Crédito	Diversas	TOTAL
Norte	55	30	6	—	91
Nordeste	330	238	174	15	730
Leste	449	449	99	41	896
Sul	640	571	108	41	1 340
Centro Oeste	14	36	3	3	56
TOTAL	1 488	1.102	363	80	3 113

Embora não tenha a deficiência de aparelhamento, sobretudo de contadores, tanto no SER como em alguns dos órgãos estaduais executadores dos acôrdos de cooperativismo, permitido o estudo da situação de tôdas as cooperativas em funcionamento, conseguiu a S.R.F.S.C. apreciar o movimento social-econômico-financeiro de 1 649, assim expresso no conjunto:

Cooperativas apuradas	1 649
N.º de sócios	505 974
Capital subscrito	779 389 680,00
Capital realizado	419 947 920,00
Valores Patrimoniais	317 757 400,00
Fundo de Reserva	64 504 100,00
Fundos Diversos	103 795 200,00
Depósitos	765 367 970,00
Empréstimos	988 832 170,00
Dinheiro em Caixa e Bancos	206 179 420,00
Produção	6 124 000 000,00
Vendas	2 657 506 400,00
Financiamentos e auxílios	319 500 000,00
Retornos	39 010 000,00
Prejuízos	8 241 450,00
Estimativa de bens dos Associados	620 000 000,00
Prêmios de Seguros	35 000 000,00
Seguros Pagos	15 000 000,00

Entre as cooperativas apreciadas se destacam, pelo oulto e importância do movimento:

a) — no Distrito Federal a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda (capital Cr$ 51.878.000,00, vendas Cr$ 209.833.314,00) e a Cooperativa dos Rodoviários Ltda (9.620 associados, capital Cr$ 13 108 600,00, vendas Cr$ 26 801.984,00);

b) — no Estado de São Paulo a Cooperativa Agrícola de Cotia (4.922 associados, capital Cr$ 38.946.400,00, crédito aos associados Cr$ 195.359.630,00, movimento de vendas aos cooperados Cr$ 80.132.303,60, e movimento de vendas dos produtos agrícolas Cr$ .... 342 244 234,30), a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da E. F. Sorocabana Ltda. (12 632 associados, capital Cr$ 1 988 100,00, vendas Cr$ 16 732 211,00) e a Cooperativa Agrícola de Mogi das Cruzes Ltda. (438 associados, vendas Cr$ 15 819.249,00);

c) — no Estado do Rio Grande do Sul a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda. (16 822 associados capital realizado Cr$ .... 22.542,90 vendas Cr$ 110 671 043,50 e as Caixas Raiffeisen (47 com 24.701 associados, depósitos Cr$ 209 215 496,00 e empréstimos no valor de Cr$ 162 924 907,00).

Dispusesse o Ministério da Agricultura, como tem sido pleiteado nas propostas orçamentárias, maior soma de recursos para aplicar nos trabalhos de orientação e assistência ao cooperativismo mais completos e expressivos seriam os resultados apresentados

4 Os trabalhos relativos à classificação dos produtos agrícolas e pecuário e das matérias primas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico, em acôrdo com as disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5 739, de 29 de maio de 1940 vêm sendo realizados, mediante acôrdos e delegações de poderes, com a colaboração de alguns Estados Institutos, Bolsas e Cooperativas. Os relativos à fiscalização da classificação feita pelos executores dos referidos acôrdos ou delegações e os pertinentes à exportação cabem ao Ministério da Agricultura e têm sido regularmente executados, exceto quanto ao café, em que há conflito de atribuições entre o Serviço de Economia Rural e órgãos subordinados ao Ministério da Fazenda

Não há acôrdos para a execução dos trabalhos de classificação em Mato Grosso Goiás, Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá, sendo os seus produtos classificados, quando exportados por via marítima ou admitidos nas negociações de Bolsas, nos mercados de destino e distribuição

As Secções de Padronização (Produtos Alimentares — S P P A e Matérias Primas — S P M P.) desenvolveram, em 1951, esforços no sentido de ultimar a codificação das especificações até agora baixadas, — 64 produtos — e a necessária revisão das taxas estabelecidas para a execução dos trabalhos pertinentes à classificação (classificação, reclassificação, arbitragem, etc) e à fiscalização da exportação, que necessitam ser racionalmente atualizadas. Êsse trabalho, a ser concluído em 1952, constituirá o Código de Padronização.

Foram revistas, por sugestão do Instituto Nacional do Pinho, com a sua colaboração e a do Serviço Florestal, Instituto Nacional de Tecnologia e Associação Brasileira de Normas Técnicas, as especificações para a classificação do pinho (madeira serrada) e estudadas as de sisal e a do algodão seus-sub produtos e resíduos, procurando-se, no interêsse da economia algodoeira:

a) — suprimir, no algodão em pluma, as classes e tornar obrigatória a menção do comprimento da fibra, em cada tipo, nos respectivos certificados;

b) — incluir o "algodão de côr" na classificação, fazendo-a por equivalência;

c) — melhorar a caracterização dos tipos, descrevendo-os com inclsiva clareza e objetividades;

d) — estabelecer novas bases para a representação do padrão de algodão em pluma;

e) — finalmente, adotar normas precisas para a distribuição e uso do padrão oficial.

Sôbre êsse estudo, realizado pela S.P.M P foi solicitado o pronunciamento e sugestões dos órgãos técnicos e das instituições interessadas

A apuração, estudo e interpretação, mediante contrôle estatístico, do movimento de classificação e da fiscalização da exportação, entram na rotina dos trabalhos das secções de padronização

5 A fiscalização da exportação dos produtos agropecuários, inclusive matérias primas e sub-produtos, foi feita com regularidade nos portos que servem ao comércio internacional, exceto nos portos e postos da extensa fronteira compreendida entre a foz dos rios Iguaçu e Oiapoque Concorre assim, o Ministério da Agricultura dando execução ao Decreto-lei n.º 334, de 15 de março de 1938, para assegurar nos mercados externos a boa reputação dos produtos brasileiros, e, ao mesmo tempo, com arrecadação de pequena taxa, para o aumento da renda nacional

No contrato mantido entre os exportadores (2.273 registrados em 1951) e os funcio-

nários incumbidos da fiscalização desenvolve o Serviço de Economia Rural persuasivo trabalho, procurando obter a colaboração do comércio e de seus órgãos representativos, no combate preventivo às fraudes. Rigorosas investigações, procedidas em virtude de reclamações, denúncias ou, apenas, de manifestadas suspeitas de irregularidades, tais como a substituição de um tipo por outro de produto classificado, notadamente agave, algodão, café e cêra de carnaúba, não positivaram responsabilidades, e, só após o desembaraço da mercadoria poderia ter ocorrido a fraude com o eventual depósito da mercadoria em armazéns particulares. Foram, entretanto, tomadas providências no sentido de assegurar maior eficiência ao trabalhos de fiscalização devendo-se desenvolver esforços para que os produtos com embarque retardados sejam depositados em armazéns devidamente "controlados".

O movimento relativo à arrecadação da renda que em virtude de disposição do Decreto-lei n.º 334, de 15 de março de 1938, não excede de 1/4% sôbre o valor médio da mercadoria nos porto. de embarque, tem aumentado consideravelmente elevando-se de Cr$ 11 368 124,80 em 1947 a Cr$ 14 676 908,10 em 1948, a Cr$ 15 409 879,30 em 1949, a Cr$ .... 21 191 727,10 em 1950 e a mais de Cr$ 26 200 000,00 em 1951, conforme se verifica examinando o quadro V.

6. Foram realizados estudos nos centros produtores de maior expressão:

a) — sôbre a produção de leite nas zonas que abastecem as cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Belo Horizonte e São Paulo;

b) — sôbre a banana e frutas cítricas nas zonas que exportam pelos portos do Rio de Janeiro e Santos;

c) — sôbre a lã, com a colaboração do órgão especialisado da Secretaria de Agricultura, bem como da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul, para a orientação do pronunciamento do representante do Ministério da Agricultura na Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais;

d) — sôbre o fumo, no Estado da Bahia, para o estudo de medidas inerentes à defesa econômica e social dos pequenos produtores;

e) — sôbre o algodão, notadamente do de fibra longa, cuja produção procura o Ministério da Agricultura reanimar nos seus tradicionais centros produtores.

7. Chamado a colaborar, está o SER prestando assistência na execução do acôrdo relativo à exportação de bananas para a República Argentina e, também, fazendo a fiscalização da entrada de lã importada em atenção no apêlo dirigido ao Ministério da Agricultura pela Federação das Associação Rurais do Rio Grande do Sul. Esta solicitou só fosse permitida a importação de lãs em bruto quando de finura superior a 64 "s" (merina inclusive) e inferior a 40 "s" (cruza IV inclusive).

8. Do orçamento geral da República para o exercício de 1951, foram consignados ao Serviço de Economia Rural recursos na importância total de Cr$ 19 242 520,00, assim distribuídos:

Verba 1	— Pessoal	15 642 220,00
Verba 2	— Material	1 240 000,00
Verba 3	— Serviço e Encargos	2 360 300,00
		19 242 520,00

Da análise dos aludidos recursos em face das necessidades do Serviço, recursos êsses que se equivalem nos seus quantitativos aos consignados para o exercício de 1952, verifica-se que, se algumas dotações atendem outras não correspondem as suas necessidades mínimas.

Com êsse pensamento não será de mais ressaltar as atividades que estão a reclamar maiores ou novos recursos financeiros tais como:

a) — o levantamento do custo da produção agrícola do país e diferentes inquéritos e pesquisas econômico-sociais;

b) — a propaganda, organização e fiscalização das sociedades cooperativas;

c) — padronização dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias primas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico, em função da qual já foram aprovadas especificações e tabelas para classificação de 64 produtos;

d) — a confecção de padrões oficiais para distribuição aos interessados;

e) — instalação de laboratórios nos principais posto. de classificação e fiscalização da exportação;

f) — instituição de cursos de aperfeiçoamento;

g) — e, finalmente, criação de escolas para o preparo de classificadores.

Dos trabalhos de fiscalização da exportação executados no ano p. passado, através de 20 Agencias e 63 Postos nos principais portos de embarque, arrecadou o Serviço, como mostra o quadro V, a importância superior a Cr$ 26 200 000,00 relativa à cobrança das taxas respectivas, podendo ser estimada uma receita para os exercícios de 1952 e 1953 de Cr$ 30 000 000,00 a Cr$ 35 000 000,00.

Em face das atividades mencionadas, de relativa importância para a vida econômico-financeira do país, solicitou-se na proposta orçamentária para 1953 recursos superiores aos obtidos em 1952.

São êstes, Senhor Ministro, em resumo, os elementos que traduzem a ação do Serviço de Economia Rural no exercício de 1951.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais

ASSOCIAÇÕES RURAIS REGISTRADAS E RECONHECIDAS

(Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945)

QUADRO I

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Associações registradas e reconhecidas		TOTAIS		Numero de associados na data do registro e reconhecimento	
	24.10.45 a 31.1.52	1.2.51 a 31.12.51	Estado	Região	Estado	Região
NORTE						
Acre	—	1	1		64	
Pará	—	12	12	13	480	544
NORDESTE						
Maranhão	5	5	10		1 121	
Piauí	4	19	23		1.094	
Ceará	2	48	50		2.434	
R. G. do Norte	5	25	50		1 330	
Paraíba	6	2	8		368	
Pernambuco	7	58	5		2.357	
Alagoas	1	—	1	187	122	8.836
LESTE						
Sergipe	1	15	16		727	
Bahia	4	7	11		490	
Espírito Santo	3	12	15		750	
Rio de Janeiro	7	17	24		2.364	
Distrito Federal	2	—	2		3.042	
Minas Gerais	38	18	56	124	7.718	15.091
SUL						
São Paulo	44	22	66		10 299	
Paraná	14	3	17		1.396	
Santa Catarina	33	9	42		5 866	
R. G. do Sul	28	9	37	162	14 110	31.882
CENTRO OESTE						
Goiás	9	6	15		656	
Mato Grosso	4	5	9	24	528	1 174
TOTAL GERAL	217	293	510	510	57 527	57 527

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais

CLASSIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS REGISTRADAS E RECONHECIDAS

QUADRO II

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SÉRIES					TOTAIS	
	AR	ARR	ARE	SEA	FAR	Estado	Região
NORTE							
Acre	—	—	1	—	—	1	
Pará	7	—	4	—	1	12	13
NORDESTE							
Maranhão	9	—	—	—	1	13	
Piauí	22	—	—	—	1	23	
Ceará	49	—	—	—	1	50	
R. G. do Norte	28	1	—	—	1	30	
Paraíba	6	1	—	—	1	8	
Pernambuco	63	—	1	—	1	65	
Alagoas	—	—	1	—	—	1	187
LESTE							
Sergipe	15	—	1	—	—	16	
Bahia	9	—	1	1	—	11	
Espírito Santo	13	1	—	—	1	15	
Rio de Janeiro	22	1	—	—	1	24	
Distrito Federal	—	1	—	—	1	2	
Minas Gerais	47	7	1	—	1	56	124
SUL							
São Paulo	32	31	2	—	1	66	
Paraná	14	2	—	—	1	17	
Santa Catarina	41	—	—	—	1	42	
R. G. do Sul	34	1	1	—	1	37	162
CENTRO OESTE							
Goiás	13	1	—	—	1	15	
Mato Grosso	9	—	—	—	—	9	24
TOTAL GERAL	435	47	13	1	16	510	510

ABREVIATURAS

AR — Associação Rural **Municipal**

ARR — Associação Rural Regional

ARE — Associação Rural Especializada

SEA — Sociedade de Engenheiros Agrônomos

FAR — Federação de Associações Rurais

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

SECÇÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS
Cooperativas Registradas, Canceladas e em Funcionamento no Brasil em 31.12.51
QUADRO III

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Registradas 1902-51	Canceladas 1902-51	Em funcionamento
REGIÃO NORTE			
Guaporé	2	—	2
Acre	8	—	8
Rio Branco	1	—	1
Amapá	3	—	3
Amazonas	13	3	10
Pará	96	29	67
REGIÃO NORDESTE			
Maranhão	42	19	23
Piauí	27	8	19
Ceará	113	22	91
Rio Grande do Norte	68	1	67
Paraíba	152	15	137
Pernambuco	308	10	298
Alagôas	116	21	95
REGIÃO LESTE			
Sergipe	39	8	31
Bahia	246	9	237
Espírito Santo	50	14	36
Rio de Janeiro	276	80	196
Distrito Federal	249	78	171
Minas Gerais	282	57	225
REGIÃO SUL			
São Paulo	877	297	580
Paraná	214	39	175
Santa Catarina	164	20	144
Rio Grande do Sul	539	98	441
REGIÃO CENTRO OESTE			
Mato Grosso	30	1	29
Goiás	27	—	27
TOTAIS	3942	829	3113

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

SECÇÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS
Cooperativas existentes no País por Espécie e Ordem Geográfica em 31.12.51
QUADRO IV

Regiões e Unidades da Federação	Consumo (*)	Crédito	Produção	Diversas	Total
REGIÃO NORTE					
Guaporé	1	—	1	—	2
Acre	2	1	5	—	8
Rio Branco	1	—	—	—	1
Amapá	3	—	—	—	3
Amazonas	6	1	3	—	10
Pará	42	4	21	—	67
REGIÃO NORDESTE					
Maranhão	16	3	4	—	23
Piauí	15	2	2	—	19
Ceará	38	15	35	3	91
Rio Grande do Norte	19	12	36	—	67
Paraíba	67	55	15	—	137
Pernambuco	126	52	111	9	298
Alagôas	49	8	35	3	95
REGIÃO LESTE					
Sergipe	7	—	24	—	31
Bahia	176	19	31	11	237
Espírito Santo	11	4	21	—	36
Rio de Janeiro	85	21	86	4	196
Distrito Federal	80	42	27	22	171
Minas Gerais	90	13	118	4	225
REGIÃO SUL					
São Paulo	343	41	184	12	580
Paraná	102	5	68	—	175
Santa Catarina	81	7	53	3	144
Rio Grande do Sul	114	55	266	6	441
REGIÃO CENTRO OESTE					
Mato Grosso	8	—	21	—	29
Goiás	6	3	15	3	27
TOTAIS	1488	363	1182	80	3113

(*) As cooperativas escolares estão incluídas na classe das de consumo. As Federações e Centrais (2.º Grau) [illegible] de Consumo, Crédito e Produção respectivamente.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

SECRETARIA

Renda arrecadada no quinquenio 1947-51

QUADRO V

	1947	1948	1949	1950	1951
Amazonas	183 115,70	90 180,10	89 253,00	130 740,50	171 328,60
Pará	167 684,50	86 282,20	80 606,30	56 125,30	50 700,90 **
Maranhão	47 145,70	87 196,10	45 108,50	[illegible]	97 840,70 *
Piauí	104 592,00	129 164,40	158 969,90	172 943,60	142 388,90
Ceará	310 530,80	375 543,90	209 805,10	296 149,20	410 957,[illegible]
Rio Grande do Norte	37 101,90	44 573,00	38 571,10	4 975,40	49 465,30 **
Paraíba	276 851,70	217 087,50	154 811,60	291 236,20	324 687,80 *
Pernambuco	233 595,40	249 112,40	141 179,60	153 345,30	304 541,40 *
Alagoas	40 218,20	38 228,10	11 626,00	6 876,30	3 691,80 **
Sergipe	15 006,10	8 818,70	19 940,60	25 577,90	10 770,00 *
Bahia	448 008,20	318 969,80	626 984,50	769 555,80	615 509,20
Espírito Santo	172 086,00	281 214,70	277 729,70	522 649,20	637 029,90
Rio de Janeiro	67 659,00	109 531,80	210 675,90	175 436,80	591 505,20
Distrito Federal	1 600 422,20	2 326 811,40	3 102 025,50	4 047 617,80	6 293 649,20
São Paulo	6 553 120,50	9 039 787,30	9 200 308,90	11 439 110,80	11 969 840,40
Paraná	139 645,30	158 267,50	200 823,70	2 115 233,70	3 522 897,50 *
Santa Catarina	183 516,90	176 361,00	130 384,50	222 723,20	327 042,79 *
Rio Grande do Sul	788 416,80	737 748,20	685 422,80	796 970,50	1 091 448,40 *
TOTAL	11 368 124,80	14 676 008,10	15 409 879,50	21 191 727,10	26 214 309,10

** Renda até novembro
* Renda até outubro

RIO, 8-1-52.
(Antonio de Arruda Câmara)
DIRETOR

ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS

Ótimos resultados obtidos em Mallet, Estado do Paraná

HONORATO DE FREITAS
Engenheiro — Agrônomo

Por mais que se escreva sôbre os fenômenos da vida rural brasileira, nunca se terá esgotado o assunto da arregimentação das classes que vivem no ambiente rural da nossa terra.

Por isso, tomamos mais uma vez o tema das associações rurais para êste comunicado, e o fazemos à vista dos resultados já obtidos pela Associação Rural Mallet, no Estado do Paraná, zona que bem conhecemos desde 1941 e cuja atividade constitui um bom exemplo de colonização entre nós.

Reunindo mais de 1 200 associados, aquela Associação vem desenvolvendo um amplo programa em prol do alevantamento da produção, que por sua vez vai melhorando de qualidade, graças ao sistema de cooperação que se está implantando com a fôrça da Associação Rural.

Para os plantadores de trigo, a Associação obteve trilhadeiras que vende a prazo em cooperação com o Ministério da Agricultura, pela seção de revenda, que vem funcionando devidamente articulada com as demais Associações Rurais.

Para os criadores menos abastados, a Associação procura estabelecer normas de trabalho, mantém reprodutores para a criação de espécimes que são depois vendidos aos associados por preços módicos e a prazo, principalmente bovinos de raças leiteiras, pois ali se explora êsse tipo de produção, assim como leitões de boas raças para os suinocultores interessados, o que concorre para ir melhorando os rebanhos e valorizando a produção suina da região.

Enquanto isso, para os agricultores a Associação Rural de Mallet distribui sementes selecionadas das várias culturas praticadas na região, o que bem mostra o espírito de soma que preside as atividades daquela agremiação ruralista.

Uma observação que não deve ser esquecida neste comunicado é que a Associação Rural de Mallet vai se expandindo admiravelmente naquela região do Paraná, já tendo em 1950 fundado nove núcleos rurais dotados de elementos de trabalho e servidos com professores rurais nomeados pela Administração do Estado. As escolas que funcionam nesses núcleos são tipicamente rurais e estão devidamente aparelhadas com máquinas e implementos agrícolas, além de animais reprodutores para o serviço de montas.

Para implantar definitivamente os métodos adotados pela Associação, foram criados Clubes Agrícolas, cujas atividades estão seguindo n'a marcha animadora na região. Educando a juventude para as lides rurais, o exemplo vai sendo também seguido pelos adultos.

Resta agora que outros centros importantes, como o de Mallet, se desenvolvam no mesmo sentido, para que possamos contar com profissionais mais capazes nas atividades rurais.

Os resultados obtidos em Mallet já apareceram nas citações dos estudiosos dos fenômenos da nossa vida rural. Assim como Itaperuna é hoje o centro de atividade de ensino integral mais importante do País, Mallet será um padrão de Associação Rural, e seu exemplo deve ser imitado pelas outras associações nacionais.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Lei n.º 1.506 — de 19 de Dezembro de 1951

Estabelece preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo assegura, pelo Ministério da Fazenda, através da Comissão de Financiamento da Produção, preços mínimos aos cereais e outros gêneros de produção nacional, de preferência diretamente aos produtores ou suas cooperativas, mediante as seguintes modalidades:

a) aquisição do produto pelo preço estabelecido na forma do art. 4.º desta lei;

b) financiamento de oitenta por cento dêsse preço.

Parágrafo único. A garantia a que se refere êste artigo incluirá, desde logo, os produtos mencionados no Decreto-Lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946 (feijão, arroz, milho, amendoim, trigo em grão, soja, girassol e farinha de mandioca, fécula e tapioca, erva mate cancheada e beneficiada), podendo ser estendida, ouvida a Comissão de Financiamento da Produção e mediante Decreto do Poder Executivo, a outros produtos de natureza vegetal, desde que seja de manifesto interêsse para a economia nacional.

Art. 2.º A Comissão de Financiamento da Produção passa a constituir-se de sete membros, tendo além daqueles a que se referem os arts. 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 5.212 de 21 de janeiro de 1943, mais um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas e um representante da Confederação Rural Brasileira.

Art. 3.º Os preços básicos mínimos serão fixados anualmente, em Decreto a ser baixado pelo Poder Executivo, referendado pelo Ministro da Fazenda, tendo em vista a finalidade desta lei, os dados relativos a custo de produção, os dados estatísticos relativos a preços verificados nos mercados, ágios e deságios e demais elementos que possam esclarecer o assunto de maneira a proporcionar à lavoura preços realmente acauteladores do seu pleno desenvolvimento e guardem relação conveniente com os dos demais produtos.

§ 1.º A Comissão de Financiamento da Produção poderá solicitar às repartições públicas federais, estaduais e municipais, às organizações autárquicas, aos órgãos de economia mista elementos informativos para os fins mencionados neste artigo.

§ 2.º A fixação dos preços e das especificações correspondentes far-se-á com a antecedência mínima de três meses do início de cada ano agrícola marcado pela época da semeadura nas diferentes regiões do país.

§ 3.º A fixação a que se refere o § 2.º será feita em 1952, até 30 dias após a vigência da presente lei.

Art. 4.º Os preços para financiamento ou aquisições, nas diversas regiões do país, nos têrmos das letras *a* e *b* do art. 1.º desta lei serão determinados deduzindo-se das bases mencionadas no art. 3.º importâncias anualmente estabelecidas pela Comissão de Financiamento da Produção para cobrir as despesas de impostos, taxas, direitos, fretes e outros ônus que incidirem sôbre a mercadoria desde a localidade onde tiver de efetuar-se o financiamento ou aquisição até os centros de consumo ou portos, FOB escolhidos como referência para o cálculo dos citados preços.

Art. 5.º As operações mencionadas no art. 1.º desta lei serão executadas pela Comissão de Financiamento da Produção e seus órgãos, nos têrmos do Decreto-Lei n.º 5.212, de 21 de janeiro de 1943, do Decreto n.º 11.688 de 20 de fevereiro de 1943, e de instruções complementares que se fizerem necessárias, aprovadas pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. É também o Ministério da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil, instituições de crédito públicas, particulares, ou organizações comerciais idôneas a execução das operações, decorrentes da presente lei, pela forma e nas condições que estabelecer.

Art. 6.º A fim de facilitar a aplicação da presente lei, a Comissão de Financiamento da Produção entrará em entendimento com os Estados e Territórios, celebrando, se necessário, convênios e acôrdos, para que aquêles, em colaboração com as Prefeituras assumam as seguintes incumbências:

a) promover as instalações necessárias à execução dos serviços de expurgo, classificação e armazenagem dos cereais e gêneros a serem financiados ou adquiridos, podendo ser para êsse fim, utilizados armazéns gerais já existentes, armazéns de propriedade dos Estados, ou armazéns particulares sob a fiscalização dos respectivos Estados e Territórios;

b) remeter em janeiro de cada ano à Comissão de Financiamento da Produção uma relação completa indicando:

1) — as instalações que tiver organizado e armazéns que tiver escolhido para os fins da letra *a* dêste artigo;

2) — os nomes dos classificadores que tiver designado para desempenho das funções estabelecidas no art. 10 desta lei;

3) — as despesas e outros encargos a que se refere o art. 4.º anterior e para os fins nêle mencionados,

c) enviar à Comissão de Financiamento da Produção as seguintes informações:

1) — os totais mensais acumulados por produtos e áreas em hectares realmente semeados até a época das referidas informações;

2) — nas mesmas condições, as estimativas das safras a colhêr; e

3) — os totais das duas últimas safras anteriormente colhidas.

Art. 7.º É também a Comissão de Financiamento da Produção autorizada a entrar em entendimento com organizações ou entidades federais, estaduais, municipais ou autárquicas a fim de assegurar o armazenamento e conservação das mercadorias financiadas ou adquiridas pelo Govêrno em conse

quência das operações decorrentes desta lei, podendo para isso aproveitar instalações existentes e adequadas.

Art. 8.º Os gêneros que se tornarem propriedade do Govêrno Federal em virtude das operações a que se refere esta lei terão preferentemente os seguintes destinos:

a) formação de estoques de reserva ou reguladores de suprimento de mercado interno do país;

b) exportação ou venda para exportação das sobras dessas mercadorias, quando ultrapassem as necessidades do país.

Art. 9.º Para os fins previstos nos arts. 7.º e 8.º desta lei poderá a Comissão de Financiamento da Produção agir em coordenação com a Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Art. 10.º O Ministério da Agricultura, por intermédio de seus órgãos especializados, prestará a colaboração necessária para a boa execução desta lei.

Art. 11.º Os preços de que trata o art. 4.º desta lei, referem-se a mercadoria embalada em sacaria nova, devidamente marcada com as necessárias indicações, classificada, expurgada e depositada nos armazéns mencionados na letra a do art. 6.º e no art. 7.º desta lei.

Art. 12.º A Comissão de Financiamento da Produção poderá autorizar:

a) o financiamento ou a aquisição de cereais a granel, depositados em silos ou armazéns especializados, desde que fique assegurada a conservação da mercadoria;

b) o financiamento ou a aquisição de arroz em casca na equivalência dos preços que forem fixados para êsse produto beneficiado, desde que a mercadoria seja de boa qualidade e se ache depositada em armazéns gerais ou particulares sob o regime de comodato.

Art. 13.º As instruções para a execução desta lei, na parte referente ao financiamento ou aquisição das diversas classes, grupos e tipos de produtos por ela amparados ou na que disser respeito à forma e condições de armazenagem, conservação, localização expurgo e identificação da mercadoria, serão baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 14.º O saldo das operações realizadas pela Comissão de Financiamento da Produção e das que vierem a ser por ela realizadas até o máximo de um bilhão de cruzeiros (Cr$ 1.000.000.000,00) passará a constituir o fundo rotativo destinado à execução da presente lei.

Parágrafo único. Anualmente apresentará a Comissão de Financiamento da Produção ao Presidente da República demonstração do movimento e situação do fundo mencionado neste artigo, dando dela a devida publicação.

Art. 15.º O Poder Executivo financiará a construção de armazéns destinados à guarda e conservação de mercadorias, inclusive as provenientes das operações previstas na execução da presente lei.

§ 1.º Os financiamentos de que trata êste artigo serão feitos através do Banco do Brasil ou pela forma e requisitos que forem para êsse fim estabelecidos em Decreto a ser baixado pelo Poder Executivo.

§ 2.º Os financiamentos mencionados neste artigo serão concedidos a longo prazo, no mínimo de dez (10) anos e máximo de vinte e cinco (25) anos, numa base de juros de seis por cento (6%) anuais, podendo no total destas operações, ser utilizada importância que não exceda quatrocentos milhões de cruzeiros (Cr$ 400 000 000,00), destacados do fundo a que se refere o art. 14 desta lei.

Art. 16.º É a Comissão de Financiamento da Produção autorizada a:

I — Arbitrar as gratificações aos seus servidores no exercício de cargos de chefia e pela prestação de serviços extraordinários;

II — Requisitar, na forma da legislação em vigor, servidores públicos e de autarquias ou de sociedades de economia mista, os quais ficarão afastados de suas funções enquanto durar a requisição;

III — Em casos excepcionais, admitir extranumerários mediante prévia autorização do Presidente da República.

Art. 17.º As despesas decorrentes das medidas previstas no art. 16.º desta lei, não poderão exceder, anualmente a importância de três milhões de cruzeiros (Cr$ 3 000 000,00), ficando o Poder Executivo autorizado a abrir se preciso fôr, o crédito necessário para completar a dotação existente, até êsse montante.

Art. 18.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 19.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel
Newton Estillac Leal
João Neves da Fontoura
Horácio Lafer
Alvaro de Souza Lima
João Cleofas
E. Simões Filho
Segadas Vianna
Nero Moura.

A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E O ENSINO AGRICOLA

Foi muito valioso o auxilio prestado à Escola de Horticultura Wencesláo Bello pela Fundação Getúlio Vargas, durante o ano de 1951.

A referida entidade colaborou com a Sociedade Nacional de Agricultura:

a) — auxiliando a manutenção dos cursos profissionais através de auxilio para alimentação, compra de material e pagamento de assistentes.

b) — manteve, na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, vinte e quatro Cursos Práticos Agricolas, nos quais matricularam-se mais de seiscentas pessoas.

Tratores para o Brasil

O Ministro da Agricultura designou uma comissão de técnicos constituída dos Engenheiros-agrônomos Antônio da Cunha Bayma, Kurt Repsold, André Tosello, A. R. de Oliveira Motta Filho, Milton Barreira e Altir A. M. Correia para opinarem sôbre a escolha de tipos de tratadores mais indicados para as condições brasileiras.

Após detido estudo, a referida comissão apresentou as seguintes conclusões:

ITEM I

a) O Brasil, dadas a sua grande extensão territorial e a sua situação geográfica, possui condições de solo e clima extremamente variáveis. Encontramos desde os solos argilosos de grande tenacidade, como por exemplo, os solos das várzeas, os chamados solos de terra rôxa e massapé, os da zona da mata do nordeste brasileiro e do recôncavo baiano, até os solos provenientes de arenites, do oeste de São Paulo, de Mato Grosso, os taboleiros do Nordeste, etc.

b) Infelizmente, não possuimos grandes extensões de terras planas como o "Cornbelt" americano, o Pampa argentino, as planícies do Pó, do Reno e da Ucrania na Europa.

As nossas terras de culturas se situam em solos de topografia acidentada, como em Minas Gerais, ou nas de topografia ondulada, como em S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

c) De outro lado, é evidente que a tenacidade do solo diminui com os tratos sucessivos. Os solos de terra rôxa, quando constantemente cultivados, vão diminuindo sua resistência específica.

O fenômeno inverso, também se verifica frequentemente. Os solos quando transformados em pastagens aumenta a sua tenacidade.

d) Nestas condições, é possível se dividir os solos pelo menos em dois grandes grupos, sob o ponto de vista da mecanização, a saber: os solos argilosos ou silicos argilosos, constituidos pelas terras roxas, massapés, as várzeas, etc., e os arenosos provenientes de rochas areníticas.

e) E' interessante se verificar que os solos argilosos, com exceção das várzeas, se localizam em regiões mais acidentadas, no passo que os arenosos estão em regiões mais planas.

f) Estes dados nos conduzem pelo menos, a considerar a necessidade da existência de campo de aplicação para os dois tipos fundamentais de trator: o de **esteiras** e o de **rodas.**

g) Deve-se ter presente que as nossas terras de cultura se localizam, em sua grande maioria, nas zonas Nordeste, Leste e Sul, representando cêrca de 96,8% do total da área cultivada no país.

ITEM II

O Anuário Estatístico do Brasil (ano X, 1949 e a Produção agrícola do Brasil — 1951 — S. E. P. do M. A.) fornecem os seguintes elementos sôbre o número de propriedades existentes e a área cultivada:

AREA		N.º de propriedades	%
menos de	1 Ha	42.628	2
	1- 2 Ha	106.570	5
	2- 5 Ha	298.397	14
	5- 10 Ha	255.768	12
	10- 20 Ha	341.025	16
	20- 50 Ha	511.542	24
	50- 100 Ha	213.140	10
	100- 200 Ha	127.884	6
	200- 500 Ha	85.256	4
	500-1000 Ha	34.102	1,6
acima de	1000 Ha	115.096	5,4

O exame dêsses dados mostra que as propriedades de 20-50 Ha representam 24%, num total de 2 131.408 propriedades.

Evidencia-se, assim, que as propriedades com área de 20-50 Ha, serão as mais prováveis compradoras, do tipo de trator em estudo. A êsse número se deve acrescentar mais de 10%, ou sejam 213.140 propriedades de 50-100 Ha, cujas necessidades podem ser atendidas por um trator adequado às primeiras ou por 2 e mais unidades idênticas.

Conclui-se, portanto, que 34% das propriedades, ou sejam 724 862, representam o potencial comprador pois, além da sua predominância numérica, retem, igualmente, a maior parte da produção.

Nota-se, também, que os homens do campo evoluem, ràpidamente, do estado de assalariado para o de meieiro ou empreiteiro e, a seguir, para o de proprietário.

Este fenómeno vem motivando a divisão acelerada das terras, o que trará provàvelmente, maior aumento no numero das propriedades consideradas.

ITEM III

1) A área total cultivada no Brasil é de .... 177 750 Km2 ou sejam 17.775 000 Ha. Isto representa, aproximadamente, 2% da área geográfica do país.

2) A maior parte da área cultivada é destinada, principalmente, às culturas de milho, algodão, café, arroz, cana de açucar e trigo assim distribuidas:

Milho	25%
Algodão	15%
Café	15%
Arroz	12%
Cana	5%
Trigo	4%
Outras culturas	24%

3) Analisando-se as principais culturas, verifica-se que as mesmas se localizam, com maior intensidade, da seguinte maneira:

Milho

Minas Gerais	998 383 Ha
São Paulo	840 920 Ha
Rio Grande do Sul	796 648 Ha
Paraná	472 997 Ha

Algodão

São Paulo	1.001.409 Ha
Ceará	325.755 Ha
Rio Grande do Norte	285.814 Ha
Paraíba	235.814 Ha

Café

São Paulo	1.298.797 Ha
Minas Gerais	549.316 Ha
Espírito Santo	227 728 Ha
Paraná	198.139 Ha

Arroz

São Paulo	555.491 Ha
Minas Gerais	443.975 Ha
Rio Grande do Sul	209.437 Ha
Goiás	108.164 Ha

Cana de açúcar

Pernambuco	157.374 Ha
Minas Gerais	144 093 Ha
São Paulo	130.533 Ha
Rio de Janeiro	85 459 Ha

Trigo

Rio Grande do Sul	410.775 Ha
Santa Catarina	88.941 Ha
Paraná	33.118 Ha

Resumo

São Paulo	3.827 150 Ha
Minas Gerais	2.135 767 Ha
Rio Grande do Sul	1.006.085 Ha
Paraná	671.136 Ha

ITEM IV

1) De acordo com os dados estatísticos consultados (Produção agrícola do Brasil — ano 1951 — S. E. Produção — Ministério da Agricultura), verifica-se que as rendas médias das principais culturas no Brasil são as seguintes:

I — Café	Cr$ 6.396,00/Ha
II — Cana de açúcar	Cr$ 3.799,00/Ha
III — Arroz	Cr$ 2.878,00/Ha
IV — Algodão	Cr$ 2 819.00/Ha
V — Trigo	Cr$ 1.722,00/Ha
VI — Milho	Cr$ 1.219,00/Ha

2) E' evidente que o poder aquisitivo do lavrador advém principalmente da renda da cultura. Dêsse modo, os maiores adquirentes de tratores serão os constituídos pelos lavradores de café, cana, arroz, e algodão, cultura estas que constituem nossos tipos principais de exploração agrícola.

3) Admitindo a hipótese de que 20% da renda bruta da cultura seja gasta com a compra do trator e implementos, verifica-se que a disponibilidade do agricultor para a aquisição do maquinário será da ordem de:

Café	Cr$ 1.279,00/Ha
Cana	Cr$ 759.00/Ha
Arroz	Cr$ 575,00/Ha
Algodão	Cr$ 563,00/Ha

4) Partindo-se do pressuposto de que um trator de pequena potência (cêrca de 20-22 HP na barra) e mais os respectivos implementos fica em Cr$ 60.000,00 (Dados obtidos no Implement & Trator tor — Novembro — 1951 — pág. 148) e admitindo-se, também, que êste trator seja utilizado em culturas de área média de 50 Ha, vamos verificar o seguinte:

a) O lavrador de café com apenas 20% de sua renda, de um ano, poderá adquirir o conjunto referido;

b) O lavrador de cana precisa de cêrca de 30% dessa renda para o mesmo fim;

c) O lavrador de arroz e algodão necessita de aproximadamente 43%.

Em outros têrmos, se o lavrador destinasse 20% de sua renda bruta para aquisição do maquinário, liquidará a sua dívida em um ano, no caso de cafeicultor; se canavieiro, em um ano e meio, enquanto que ao arrozeiro ou algodoeiro êsse prazo se estenderá a cêrca de 2 anos.

5) Parece-nos que êstes dados são bastante otimistas com relação ao poder aquisitivo de um agricultor, cujas atividades se ligam às nossas principais culturas, em condições médias.

6) Outro fator a ser considerado, é a relação entre o valor do capital fundiário e o invertido na mecanização. E' sabido que nas regiões de agricultura mais adiantada, o valor do Hectare varia entre Cr$ 2 000,00 a Cr$ 8.000,00. Dêsse modo, o capital invertido no maquinário considerado é o correspondente entre 7,5 a 30 Ha.

ITEM V

Diante das conclusões preliminares acima citadas ressalta, de início, o fato indiscutível de não ser possível prever um só tipo de trator para o Brasil. Ao contrário, as exigências se estendem por todos os tipos e potências, entre os de rodas e esteiras, e a diversificação de tipos, ainda é maior, quando se encara os implementos necessários a êsses tratores.

Deseja esta Comissão frisar êste ponto de vista, de forma a evitar que a indicação de um tipo de maior aplicação e provàvelmente mais vendável, sirva, de qualquer forma, para impedir que a lavoura seja privada dos elementos necessários à sua sobrevivência.

Não é nossa a afirmativa de que só poderemos, de início, fabricar um único tipo de trator; mas a adotamos, visto serem evidentes e complexos os problemas decorrentes da diversificação dos tipos.

5' dentro dessa ordem de idéias que estudamos um tipo de maior aplicação às atuais condições.

A evolução da motomecanização no mundo e principalmente a que se vem processando no Brasil, onde o número de tratores elevou-se de 3..80, em 1948, para 12 179, em 1949, e 26.162, em agôsto de 1951, (Trabalho inédito do Dr. Raul Lima, do S.5.P.), indica que a procura se orienta para os tratores de menos de 30 HP na barra, apropriados a executar todos os serviços de preparo do solo, tratos culturais, colheita, transporte e beneficiamento.

A diminuição de potência e aumento da velocidade é notável nos países mais adiantados.

No Brasil, ainda na fase primária da motomecanização, sem ter passado, de um modo geral, pela mecanização à tração animal, que, naqueles países, modificou, melhorando, as propriedades físicas do solo, o fenômeno também se verifica, po-

tem com muito menor intensidade. Além disso, é sabido que existe um limite mínimo de potência abaixo do qual se torna impraticável a utilização da máquina.

Nestas condições o trator de maior aplicação deve atender às exigências da média dos tipos de propriedades existentes em maior número, ou seja, aquelas cujas áreas estão situadas em tôrno de 50 Ha.

Para essas, como tôdas as demais, a base de qualquer trabalho agrícola é o preparo do solo, que deve ser efetuado dentro de determinado tempo capaz de conciliar as imposições climáticas com a boa técnica e as exigências atuais de confôrto do agricultor aliadas a economia de tempo.

Dentro dessa ordem de idéias, a prática apontа, como razoável, o tempo médio de um mês para êsse trabalho, ou melhor, 25 dias úteis, o que corresponde ao trabalho diário de 20.000 m2.

A aração é o trabalho básico e o que exige maior esfôrço, dêle devendo partir qualquer cálculo, para a determinação da classe do trator.

Assim, o implemento a ser considerado em primeiro lugar é o arado.

Dentre os arados, o de disco montado com suspensão hidráulica, firmou-se como o mais recomendável.

Calculando-se o rendimento horário de arados de discos, verifica-se que o de 2 discos de 26" pode produzir normalmente um rendimentos de 2.000 m2 por hora.

Além disso, êsse tipo de arado apresenta as seguintes vantagens.

1) simplicidade de construção, reparos e manutenção,
2) grande facilidade no manejo e transporte,
3) maior rendimento de trabalho em relação ao número de discos,
4) menor deslisamento lateral devido ao declive do terreno,
5) boa adaptabilidade as áreas geometricamente mal conformadas e facilidade na transposição de obstáculos sempre comuns nos terrenos,
6) menor esfôrço de tração em relação aos arados atrelados e acoplados.

Estabelecido que o arado de 2 discos de 26", montado com suspensão hidráulica, é o mais indicado, passamos a apontar as características que deve apresentar o trator necessário a êsse implementos e às demais condições anteriormente indicadas principalmente as exigências próprias às culturas de maior área e importância econômica.

ESPECIFICAÇÃO DO TRATOR

1) Tipo

a) rodas com pneumáticos, modêlo "standard" transformável em triciclo,
b) trator a gasolina com regimen de rotação da ordem de 1.500 rpm, em trabalhos normais,
c) equipado com instalação elétrica completa, compreendendo motor de arranque, gerador, bateria, magneto, faróis e faroletes,
d) freios, independentes, nas duas rodas traseiras,
e) comodidade de trabalho, segurança, facilidades de manejo, manutenção e reparação,
f) sistemas de lubrificação forçada, com facilidades de provisão e inspeção.

2) Potência e tração

a) potência e a tração devem ser suficientes para permitir o trabalho de aração com os dois discos indicados nas nossas principais condições de solos de cultura. Em solos, excepcionalmente mais pesados, poderá trabalhar com arado de um só disco ou aiveca reversível;
b) observa-se frequentemente que os tratores desta categoria possuem potência para os trabalhos de preparo do solo, o que, muitas vezes falta, é suficiente aderência no solo para dar um esfôrço de tração capaz de vencer os locais de resistência especifica elevada. Embora êste inconveniente seja bastante atenuado com o emprêgo de arados montados com suspensão hidráulica, ainda constitui o ponto crucial dos tratores pequenos e médios;
c) assim, é preferível que o trator possua capacidade máxima de tração superior à indicada nos testes americanos, que é da ordem de 2.400 libras. Acresce notar, ainda, que esta necessidade se torna maior quando se trabalha em planaltos de altitude de 500 metros, mais ou menos, que constituem a condição mais frequente verificada na maioria das nossas terras de culturas, vez que, em tal condição há uma redução de potência de, aproximadamente, 10%.

Convém ter presente que a capacidade de tração é, sobretudo, dependente das condições de aderência e do pêso do trator.

O primeiro fator depende principalmente do tipo da roda, do pneumático, da localização do centro de gravidade do trator e das condições do solo, na ocasião do teste.

O pêso do trator é de importância fundamental e é sabido que, entre os tratores de rodas, a relação entre o esfôrço de tração e o seu pêso, em marcha, excepcionalmente é maior que 70%. Nessas condições, é interessante se observar que, para o esfôrço de tração de 2.400 libras, o trator deverá ter um pêso da ordem de 3.400 libras, desde que não sejam utilizados petrechos especiais para aumento da aderência.

d) Do exposto, verifica-se que os fatores pêso e esfôrço de tração na barra devem ser os mais ponderados ao se fazer a escolha do tipo de trator adequado aos trabalhos de preparo do solo. A potência na barra é um dado de valor relativo, pois, serve mais para indicar a classe do trator. Dos tratores, de diferentes marcas, existentes em nossos mercados, aqueles capazes de realizar o trabalho indicado, possuem potência ao redor de 20 HP na barra de tração.

3) Número de marchas e velocidades

a) Os tratores modernos para todos os fins agrícolas, tem, na sua maioria, adotado 5 marchas como número ideal, sendo 4 para frente e uma para trás. Número maior, seria complicação perfeitamente dispensável, ao passo que, menor, faria falta. Estas marchas, de acôrdo com a sua utilização, devem ser:

Primeira — para frente, entre 3,5 e 4,5 km. por hora, para uso em condições excepcionais de tração; **Segunda** — para frente, entre 4,5 e 6,5 km.-hora, para os trabalhos normais de preparo do solo; **Terceira** — para frente, entre 6,5 e 8 km.-hora, para os trabalhos de plantio e tratos culturais; **Quarta** — para frente, de 15 km.-hora ou mais, para o transporte; a marcha ré, em tôrno de 4 km.-hora, para manobras.

4) **Dimensões**

a) dimensionamento do trator não deve depender da técnica construtiva ou mecânica. Além destas, convém subordinar-se, sobretudo, às aplicações da máquina na lavoura.

b) os tipos de trabalhos mais preponderantes no dimensionamento do trator são os tratos culturais;

c) o segrêdo do êxito de um trator, depende, às vezes, do seu feliz dimensionamento, de acôrdo com os tratos culturais adequados às culturas mais em evidência no país;

d) As principais culturas de expressão econômica no país, são plantadas nas distâncias médias seguintes :

Café	3,5m
Cana	1,5m
Milho	1,2m
Algodão	1 m
Arroz	0,6m

A maioria dos cafezais mecanizáveis, existente no país, possui vão livre da ordem de 1,5m entre linhas. Assim, um trator que tenha bitola variável, entre 1,20 e 0,80 com, pelo menos, dois pontos intermediários — 1,40m e 1,60m, atenderia a tendo velocidade da ordem de 500 rpm;

f) A polia. embora não seja indispensável o seu dimensionamento, convém não estar fora das dimensões mais comuns que são: diâmetro de 7 a 9", largura" e velocidade da ordem de 1.000 rpm.

6) Preço de venda do trator:

a) Encontram-se, no comércio, tratores de tipo semelhante ao que acabamos de mencionar e das mais variadas procedências;

b) Pode-se verificar, por meio de um pequeno inquérito, que o preço de venda dêsses tratores gira em torno de Cr$ 40 000,00;

c) De outra lado, os quatro implementos mencionados são, também, encontrados no comércio por um preço total de aproximadamente Cr$ 20.000,00,

d) Nessas condições, o agricultor pode adquirir, atualmente, de firma particular, um conjunto de igual classe ao estudado, por um preço total da ordem de Cr$ 60.000,00, talvez com uma variação, para mais, de uns 10%;

e) Convém, portanto ter presente que se não deve colocar no mercado um trator do tipo citado, cujo preço de venda seja superior ao valor acima mencionado, pois, além de ser uma medida anti-econômica, colocaria o conjunto fora da capacidade aquisitiva da maioria dos lavradores de categoria estudada.

Mas uma vez, cumpre-nos frizar que as necessidades brasileiras não serão satisfeitas com um único tipo de trator-equipado com reduzido número de implementos. Ao contrário, qualquer tendência, nêsse sentido, acarretará enormes prejuízos à produção.

Não é demais terminar êste relatório, assegurando, vivamente, ser prejudicial à lavoura iniciar-se a fabricação de um trator, de qualquer tipo, sem, concomitantemente, fabricar os implementos essenciais, já relacionados e caracterizados, visto como o trator representa, unicamente, uma fonte de energia que deve ser aplicada a um implemento ou máquina agrícola para produzir trabalho útil.

A experiência vem demonstrando que as guerras ou as preparações para êsse fim, tornam impraticável obter-se, no estrangeiro, arados e grades de discos que são os implementos básicos, essenciais nos trabalhos agrícolas.

e) Outro ponto de dimensionamento importante é a altura livre do trator sôbre o solo.

Infelizmente no Brasil, país tropical, as capinas se prolongam por um período maior do que na Europa e nos Estados Unidos.

Daí, a exigência aqui, de alturas maiores do que as normais. E' sabido que não se pode exigir de um trator de bitola média ou pequena, demasiada altura, sem comprometer a sua estabilidade.

Dêsse modo, deve-se ter a máxima altura livre permissível a uma boa estabilidade dinâmica. Cremos que, para o tipo de trator em questão, essa altura poderá ser da ordem de 0,50 m.

5) **Implementos**

a) Para as culturas mencionadas pode-se adotar, como implementos indispensáveis, os seguintes:

arado de dois discos de 26" de diâmetro, montado com suspensão hidráulica;
grade de 20 discos de 14", montada com suspensão hidráulica;
plantadeira de duas linhas com fertilizador;
cultivador de dentes flexíveis, modêlo standard.

b) Para as culturas de café e cana, seriam necessários implementos especiais que acreditamos ser melhor não constar da lista enunciada, a fim de não tornar muito grande o número de produtos a serem fabricados.

c) Existem outras classes de serviços, também solicitadas dos tratores, como transporte, colheita e preparo de produtos agrícolas;

d) Para o transporte são utilizadas, atualmente, carretas de rodas de pneumáticos. O tipo indicado para êste trator seria a de capacidade de carga de 2 toneladas;

e) Para que o trator possa atender nos serviços de colheita e preparo dos produtos agrícolas é indispensável que seja equipado com tomada de fôrça e polia. A tomada de fôrça deve estar de acôrdo com a especificada pela A S A E. que indica, para esta categoria de tratores, o tipo 6B-PTO spline com 1 3/8" de diâmetro,

Multiplicação das árvores frutiferas

Geraldo Goulart da Silveira — Professor da Escola de Horticultura Wenceslao Bello

É preciso que os fruticultores saibam escolher, para cada espécie de fruteira, o metodo mais conveniente de propagação.

Entre os processos de multiplicação das árvores frutiferas podemos citar:

a — multiplicação por sementes
b — multiplicação por estaquia
c — multiplicação por renovos
d — multiplicação por mergulhia
e — multiplicação por enxertia

A multiplicação por sementes é a mais empregada para obtenção de porta-enxertos, ou para a propagação de fruteiras um tanto rusticas, não sujeitas a grandes degenerações.

Para as fruteiras ja melhoradas pela técnica agricola, a propagação por sementes não é aconselhável, pois, como se sabe, ela não garante a fixação das caracteristicas da variedade frutifera que se deseja multiplicar.

A estaquia é um bom processo de propagação que se lança mão, quando as fruteiras tem facilidade de enraizar ramos delas destacados.

Quando o enraizamento é um tanto mais dificil, emprega-se, com vantagens, os recursos da mergulhia.

A propagação por renovos é feita por intermédio das mudas que surgem naturalmente, em torno da propria árvore-mãe.

A enxertia, é, sem duvida, o melhor método de propagação para as arvores frutiferas.

Somente nela deve basear-se a expansão da fruticultura, pois apresentando tantas vantagens sobre os outros metodos de propagação, tem assegurada a sua primazia.

A fruticultura tropical, principalmente, precisa e deve ser melhorada, recebendo os beneficio da enxertia.

Se alguma coisa ja está feita nesse sentido, muito se precisa fazer ainda.

É preciso que se faça o melhoramento e a seleção das inúmeras variedades de fruteiras tropicais, e, atingido o objetivo, que se conserve o que de melhor foi conseguido.

Outro recurso mais vantajoso não existe, a não ser a enxertia, para a fixação das caracteristicas de uma variedade.

PROPAGAÇÃO POR SEMENTES

As sementes destinadas ao plantio devem ser cuidadosamente escolhidas, preparadas e selecionadas.

O primeiro trabalho do fruticultor é escolher as plantas, de cujos frutos vão ser utilizados as sementes.

Tais plantas devem ser as mais resistentes, vigorosas, proliferas e sadias.

Os melhores frutos delas, uma vez atinjam a maturidade, são colhidos, procedendo-se logo depois, à extração das sementes.

Para isso cortam-se os frutos de maneira que as sementes não estejam atingidas, pois, desde que apresentem ferimentos, não servem mais para plantio.

Logo depois de extraidas devem ser lavadas, tendo-se o cuidado de retirar qualquer mucilagem, polpa, etc., que porventura estejam aderentes aos seus tegumentos.

Em seguida as sementes são postas a secar em lugar arejado e sombreado (nunca realizar a secagem ao sol).

Durante a secagem, deve-se, de tempos em tempos, resolver o monte de sementes, afim de que ela se realize, tanto quanto possivel, uniformimente.

Depois de secas, são elas convenientemente guardadas em frascos, barricas, sacos etc., perfeitamente limpos e colocados em lugares secos e ventilados.

Antes do plantio é sempre conveniente fazer uma rigorosa seleção das sementes preparadas, eliminando-se tôdas as que se apresentem mal conformadas, com sintomas de enfermidades ou ataques de pragas, com pêso e dimensões inferiores ao médio, etc.

Como nunca se pode ter certeza da sanidade das sementes, é sempre aconselhável fazer uma desinfecção por intermédio da calda bordaleza a um por cento, ou, bicloreto de mercurio a um por mil.

De um modo geral, as sementes das fruteiras tropicais devem ser semeadas pouco depois da extração, pois, perdem, com facilidade, o poder germinativo.

Alguns fruticultores aconselham, no caso das sementes estarem um tanto envelhecidas, revigora-las antes do plantio, mergulhando-as numa solução de ácido oxálico ou ácido citrico, a um por mil.

PROPAGAÇÃO POR ESTACAS

Por estacas entende-se, um ramo, ou fragmento de ramo capaz de enraizar e dar uma planta idêntica aquela de onde ele foi retirado.

Na multiplicação por estacas devem os fruticultores, em primeiro lugar, escolherem, convenientemente, árvores-mães, sadias, vigorosas, proliferas etc.

Em seguida procede-se a escolha dos ramos que darão as estacas para plantio.

Esses ramos devem ser lenhosos (em alguns casos erbaceos), vigorosos, sadios, produtores de bons frutos, possuidores de gemas engorgitadas e sãs, etc.

Depois de retirados os ramos, o que se consegue com o auxilio de uma tesoura de poda, eles são divididos em fragmentos de 0,15m a 0,25m.

Esses fragmentos, contendo pelo menos quatro boas gemas, devem ser desfolhados para diminuir a transpiração vegetal.

O corte das folhas deve ser feito de tal

maneira que o peciolo, ou parte dele (quando as folhas são longamente peciolatadas), permaneça preso na estaca

O côrte das estacas deve ser feitos em bisel, próximo de uma gema, e apresentar a superfície perfeitamente lisa.

Quando as estacas não são lenhosas e tendem a apodrecerem, costuma-se deixá-las, antes do plantio, algumas horas em lugares abrigados, afim de que se inicie a cicatrização dos ferimentos (côrtes).

Para as plantas cujos ramos enraizam com certa dificuldade, costuma-se cortar as estacas conservando parte do tecido que prende o ramo ao caule.

Em alguns casos, aliás raros, usa-se o plantio de estacas muito grandes, como acontece com a jaboticabeira (estacas de 0,80m a 1,50m de comprimento).

Quando necessário, deve-se realizar uma rigorosa desinfecção das estacas, antes do plantio.

PROPAGAÇÃO POR MERGULHIA

A mergulhia consiste fazer com que um ramo não destacado da árvore-mãe, enraize primeiro, para depois ser separado e continuar a desenvolver-se por si próprio.

É um recurso que se emprega quando se pretende propagar vegetativamente, plantas que não enraizam bem, quando plantadas de estaca.

A mergulhia pode ser:

a) — subterrânea;
b) — aérea (comumente chamada alporque).

Os ramos empregados como mergulhos devem ser provenientes de árvores sadias e vigorosas, não devem apresentar sintomas de doenças ou pragas e devem possuir gemas vivas, bem engorgitadas.

A mergulhia subterrânea, praticada em fruteiras que apresentam galhos juntos ao solo, consiste em recurvar um desses galhos sôbre um sulco aberto no solo, de tal maneira que, uma vez fechado o sulco, a parte terminal do ramo fique 0,15m acima do solo.

Para facilitar o enraizamento costuma-se praticar uma pequena incisão na parte recurvada, e prender o mergulho ao solo por meio de uma forquilha.

A mergulhia aérea (alporque) consiste em mergulhar o ramo que se deseja propagar, sôbre uma lata ou vaso com terra previamente preparado, colocado sôbre um girão, à uma altura conveniente para a operação.

O modo de dispor o mergulho e de fixá-lo são os mesmos que na mergulhia subterrânea.

Quando se verificar que os mergulhos, já estão enraizados, procede-se a sua separação da árvore-mãe.

A operação não deve ser feita de uma só vez.

É preferível fazer um côrte pouco profundo e aumentar cada vez mais êste côrte (de 10 em 10 dias) até a completa separação, pois assim, a seiva que a árvore-mãe fornecia ao mergulho não desaparece de uma só vez; a sua quantidade vai apenas diminuindo gradativamente, a medida que ele vai retirando os seus alimentos do próprio solo.

MULTIPLICAÇÃO POR RENOVOS

Os renovos são os próprios brotos que aparecem fora da terra, em torno da planta.

De um modo geral êsses brotos são provenientes de rizomas (caules subterrâneos), como acontece, por exemplo, na bananeira.

Outras vezes, a propria raiz tem a capacidade de emitir brotos, como por exemplo, a fruta-pão.

Os renovos são mudas enraizadas que vingam com muita facilidade.

Quando se vai propagar uma fruteira por meio de renovos, o primeiro trabalho consiste em realizar um desbaste, visando eliminar um certo número de brotos, afim de não formarem uma touceira muito compacta (bananeira).

Quando os renovos vão ser enviveirados para plantio posterior, não é necessário fazer o desbaste, pois, nesse caso, o fruticultor tem necessidade de maior número de mudas.

Em qualquer caso, só devem ser conservados os renovos mais vigorosos e sadios.

PROPAGAÇA POR ENXERTIA

A enxertia consiste em soldar uma parte de um vegetal (enxêrto), sôbre outro vegetal (porta-enxêrto), que lhe sirva de suporte e lhe forneça os alimentos necessários, de tal modo que êle continue o seu desenvolvimento normal.

A enxertia é, sem dúvida, o mais importante processo de multiplicação vegetal, aquele que apresenta maior número de vantagens, e, por isso mesmo, não se compreende um fruticultor que não seja, antes, um bom enxertador.

A enxertia é uma operação fácil e simples, que precisa ou generalizada para as fruteiras tropicais, como já é, para as de clima temperado.

Sendo um dos mais imediatos problemas da fruticultura tropical a fixação de inúmeras variedades ótimas sob todos os pontos de vista, que se apresentam expontâneamente, compreende-se facilmente a importância da enxertia, que assegura a multiplicação das fruteiras, conservando mais ou menos, todos os seus caracteres.

Além disso, as árvores enxertadas florescem e frutificam mais precocemente, apresentam menor porte, são mais resistente à certas moléstias ou pragas desde que os porta-enxertos o sejam (exemplo, a laranjeira enxertada sôbre a laranja azeda que é resistente a gomose), etc.

Para que se possa esperar os melhores resultados da enxertia torna-se necessário:

a) — que haja uma certa afinidade entre as plantas, isto é, um certo parentesco botânico.
b) — que o enxertador seja hábil, isto é, execute o trabalho com segurança, perfeição e rapidez.
c) — que haja uma certa correspondência entre o estado de vegetação das duas partes (enxêrto e porta-en-

xêrto), para que não se verifiquem grandes desequilíbrios

d) — que as camadas geradoras do enxêrto e do porta-enxêrto fiquem perfeitamente ajustadas para facilitar a soldadura.

e) — que o material empregado (canivete, amarilhos etc.) seja de boa qualidade.

f) — que as condições atmosféricas sejam favoráveis (não realizar a operação em dias ventosos, chuvosos, com sol muito intenso, etc.)

g) — que o estado sanitário das partes seja bom

O enxertador deve verificar, antes da operação, se o canivete, o podão, a tesoura de podar etc., estão bem limpos e afiados, para que possam ser feitos côrtes perfeitos, indispensáveis à uma rapida e boa soldadura entre as partes

Os amarilhos são indispensáveis para manterem as parte unidas até que se verifiquem a soldadura

Como amarilhos podem ser empregados a ráfia, as fibras de guaxima, tabua, pileira, bananeira, etc.

A ráfia por ser um amarilho resistente, possuir uma certa elasticidade natural, etc., tem merecido a preferência sôbre os outros.

As enxertias por garfagem e encostia, principalmente nos lugares onde as condições climáticas não são as mais favoráveis, precisam ser protegidas por meio de pastas chamadas unguentos.

Entre as numerosas fórmulas de unguentos, uma das mais simples é a seguinte:

resina	1 quilo
cêra de abelha	½ quilo
óleo de linhaça	¼ de litro

MODALIDADE DE ENXERTIA

Três são os processos de enxertia:

a) — borbulhia
b) — garfagem
c) — encostia

A Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo

Sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira, instalar-se-á, no próximo dia 3 de março, na capital paulista, a Mesa Redonda da Agricultura, importante conclave no qual deverão comparecer não apenas representantes da classe como autoridades federais e de todos os Estados, diretamente ligadas aos problemas da produção agrícola.

A mesa recebeu o apoio dos presidente e vice-presidente da República, ministros da Agricultura, Fazenda e Viação, presidente da Câmara dos Deputados, membros dessa Casa do Congresso e do Senado. Inúmeras teses, sugestões e proposições têm sido dirigidas à Sociedade Rural Brasileira.

A Sociedade Nacional de Agricultura designou para representá-la uma comissão integrada pelo seu vice-presidente sr. Edgard Teixeira Leite, que chefiará a delegação, e pelos técnicos Geraldo Goulart da Silveira, Alberto Ravache, Otto Frensel, José Sampaio Fernandes e Romolo Cavina. Essa comissão será portadora de diversas teses a serem debatidas na referida Mesa.

Consultas

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira — Redator Técnico de "A Lavoura".

SULFATO DE MAGNÉSIO E AS ROSEIRAS

Esclarecendo ao Sr. O. C. Q., nosso consórcio do Estado do Rio, informo que:

a — realmente o sulfato de magnésio é empregado como adubo para plantas ornamentais, especialmente roseiras;
b — a quantidade a ser usada é de uma grama por metro quadrado;
c — a aplicação deve ser feita na época em que surgem os botões florais.

UMA PRAGA DO TOMATEIRO

Pela descrição fornecida pelo nosso consórcio J. C., do Distrito Federal, trata-se, provavelmente, de septoriose do tomateiro, relativamente comum em nossos tomatais não convenientemente tratados.

Aconselhamos ao nossos consórcios:

a — pulverizações preventivas com calda bordaleza a 1% de 20 em 20 dias nos lugares onde existem tomatais doentes;
b — destruição de todo o resto de colheita de qualquer tomatal enfermo;
c — destruição dos tomates atacados;
d — rotação de cultura.

SEMEADURA DA CENOURA

Respondendo ao Sr. E. R., nosso consórcio do Estado do Espírito Santo, temos a informar:

a — a semeadura da cenoura deve ser feita diretamente no local definitivo, desde que o terreno esteja convenientemente preparado;
b — si bem que possa ser feita durante todo o ano, deve-se evitar as semeaduras feitas nos mêses de Dezembro a Fevereiro, quando as condições climáticas são mais desfavoráveis para a cultura de hortaliças.

PLANTIO DE MILHO HIBRIDO

Respondendo ao Sr. A. C., nosso consorcio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que a época de plantio do milho híbrido é a mesma da do milho comum, e varia de acôrdo com a região. No Sul, o plantio deve ser feito em Setembro, na região central, em Outubro, e no nordeste, em Janeiro, que é o inicio da época chamada invernosa.

ARROZ IRRIGADO

Esclarecendo ao Sr. J. C. M., nosso consórcio residente no Estado de Minas Gerais, temos a informar que, realmente, a cultura do arroz irrigado fornece maior rendimento que a do arroz de sêco.

Experiências feitas no referido Estado mostraram que enquanto o rendimento médio do arroz irrigado foi de 3 875 quilos por hectare, a do arroz de sêco foi de apenas 1 526 quilos por hectares.

UM DOENÇA DO ABACAXIZEIRO

Pelos sintomas descritos pelo nosso consulente, Sr. A. M. V., do Estado do Rio, o abacaxizal está a atacado de uma doença chamada "resinose do abacaxi".

Entre os processos mais recomendáveis para atacar o mal podemos lembrar o emprego de B. H. C., que tem dado ótimo resultados.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÁO BELO

CURSOS PROFISSIONAIS

A Escola de Horticultura Wencesláo Bello, mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, mantém, sob o regimem de internato gratuito, cursos profissionais destinados ao preparo de horticultores, hortelões, fruticultores e floricúltores.

Para matricula nos referidos cursos, exceto o de horticultor, é necessario que o candidato tenha concluido o curso primario completo e possua, no mínimo, 16 anos.

Os candidatos, após um exame de seleção, são matriculados diretamente no primeiro ano de qualquer dos cursos profissionais (exceto o de horticultor que exige maior preparo), ou, então, são matriculados no curso prévio, que se destina a dar maior base.

O curso prévio tem a duração de um ano, e os cursos profissionais a duração de dois anos (exceto o de horticultor que tem a duração de três anos).

CURSOS AVULSOS DE 1951

Foram concluidos, em Dezembro do ano passado, os seguintes cursos avulsos ministrados na Escola de Horticultura Wenceslao Bello:

a) — Curso Avulso de Citricultura, ministrado em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Apefeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural;
b) — Cursos Práticos de Botanica Agricola e de Zoologia Agricola, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

Noticias e Informações

NOTICIAS E INFORMAÇÕES

PROIBIDA A EXPORTAÇÃO DE TORTAS E FARELOS

A CEXIM baixou portaria proibindo a exportação de tortas e farelos de algodão, milho, amendoim, linhaça, farinha de carne, de peixe, ou de ossos, e babaçú.

A medida é de caráter provisório, tendo em vista a situação deficitaria de tais produtos, indispensáveis para as misturas de rações balanceadas.

REVENDA DE SILOS PREFABRICADOS

O Ministério da Agricultura, através do Serviço de Expansão do Trigo, encomendou para revenda, quinhentos silos metalicos. Tais silos serão revendidos aos agricultores a prestações, estando o Serviço de Expansão do Trigo, sediado na Rua México 90, 9.º andar, recebendo, desde já, petições nesse sentido. Os silos encomendados são de dois tipos:

1) Tipo A, com capacidade para 1.050 sacos, ou 63 toneladas, pelo prêço de Cr$ 23.000,00 à vista;
2) Tipo B, com capacidade para 1.550 sacos, ou 63 toneladas, pelo prêço de Cr$ 29.000,00 à vista.

As vendas poderão ser feitas, tambem, a prazo, com uma prestação no ato da compra e mais seis prestações de seis em seis mêses, cobrando-se apenas os juros de 7% sôbre o débito.

PRODUÇÃO DE MANTEIGA DE CACAU

A nossa produção de manteiga de cacáu, em 1950 foi de 7.956.595 quilos no valor de 159.987.724,00 cruzeiros, sendo que quase a totalidade da produção foi do Estado da Bahia.

PRODUÇÃO DE OLEO DE LINHAÇA

A nossa produção de oleo de linhaça foi de 11.326.274 quilos, no valor de Cr$ ..... 90.901.774,00. Só o Estado do Rio Grande do Sul concorreu com 11.019.353 quilos, cabendo aos Estados do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente 344.621 e 22.300 quilos respectivamente.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DO TRIGO

O Serviço de Expansão do Trigo vem aconselhando aos agricultores, para que obtenham cerca de três a quatro vezes maior rendimento na produção do trigo, façam uma conveniete adubação quimica, especialmente com superfosfato de calcio ou farinha de ossos, na proporção de 250 e 300 quilos por hectare. Além do aumento da produção por unidade de superficie, a adubação traz outras vantagens, como sejam:

a — trigais mais sadios;
b — mais resistentes ao acamamento;
c — mais precoces.

ESTADOS PRODUTORES DE LÃ

Os nossos Estados mais produtores de lã, são o Rio Grande do Sul em primeiro lugar, Santa Catarina, em segundo lugar, Paraná, em terceiro lugar, e, finalmente, Minas Gerais em quarto lugar, com uma produção anual de 73.200 quilos (em 1950), no valor de Cr$ ..... 2.418.060,00.

IV EXPOSIÇÃO DE FLORES E FRUTAS DE PETRÓPOLIS

No dia 19-1-1952, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da Republica inaugurou-se, no Hotel Quitandinha, a IV Exposição de Flores e Frutos de Petropolis. O referido certame contou com o concurso de 300 expositores não só do Estado do Rio, como também de outros Estados do país. A Seção de Flores apresentou cerca de 400 exemplares de orquídeas, cravos, rosas, crisântemos, dalhasó, margaridas, lírios, amarilis, etc., além de outras plantas cultivadas em vaso, como begônias, filhorões, avencas, samambaias, etc. Igualmente interessante estava a Seção de Frutos não só de clima tropical, como Citrus em geral, bananas, abacaxis, mangas, abacates, sapotis, carambolas, etc., como frutos de clima temperado, como uvas, pêssegos, damascos, ameixas, castanhas, amendoas, avelão, nozes, etc.

AUMENTA A COTAÇÃO DO TRIGO NACIONAL

Segundo informações do Serviço de Expansão do Trigo, em certas localidades do país a cotação do trigo nacional alcançou cento e sessenta e três cruzeiros o saco, o que demonstra o interesse que a nossa produção tritícola vem merecendo.

CULTURA DE PIMENTA DO REINO

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú, Estado do Pará, está promovendo, em larga escala, a cultura de pimenta do reino, que oferece boas perspectivas aos agricultores.

ROCHAS POTASSICAS DE POÇOS DE CALDAS

Continua sendo feitas pela Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, sondagens das jazidas potassicas do Planalto de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. De todo o planalto, as jazidas mais importantes são as situadas no Retiro de D. Tita, com 12% de K_2O.

PRODUÇÃO DE DOIS NÚCLEOS COLONIAIS

A produção dos Núcleos Coloniais de Santa Cruz e de S. Bento, no último mês (Janeiro), atingiu a elevada cifra de Cr$ ...... 2.368 313,50.

Em Santa Cruz, a maior produção foi de tomates e no de S. Bento, a criação de pintos.

QUARENTA MIL SACOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS LAVRADORES

Segundo informa o Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, espera-se que possa ser posta em distribuição para os interessados, cerca de quarenta mil sacos de trigo de boa qualidade. Só nos estabelecimentos agrícolas federais aquele Serviço tem plantados 430 hectares, esperando-se que a safra atinja a 6.000 sacos. Além disso, as culturas fiscalizdas fornecerão cerca de 34 000 sacos.

SUB-PRODUTOS DO CAROÇO DE ALGODÃO

É animadora a nossa produção de sub-produto de caroço de algodão como sejam: óleos, graxas, aparas de linter, bôrra, casca, estearina, glicerina, resíduo, torta, farelo, etc. Em 1950, a nossa produção de sub-produtos atingiu o total de 241 711.627 quilos, no valor de Cr$ 157 180.075,00

DIFUSÃO DA MOTOMECANISAÇÃO

Com a finalidade de difundir a motomecanisação, e, ao mesmo tempo de explorar comercialmente a motomecanização agrícola, foi fundada em São Paulo a primeira emprêsa de motomecanização agrícola, patrocinada pela Fundação Rockfeller. Esta emprêsa já funciona em duas regiões do Estado de São Paulo e em Jacaresinho, no Estado do Paraná, cobrando por hora de trabalho da máquina, ao contrário do que fazia anteriormente, isto é, cobrando por área trabalhada.

CENTRO DE ENSAIO E TREINAMENTO DE ENGENHARIA RURAL

Na fazenda Ipanema, do Ministério da Agricultura, funciona o Centro de Ensáio e Treinamento de Engenharia Rural, que, duas vezes por ano, ministra a 20 engenheiros agrônomos, o ensino especializado de Engenharia Rural, atravéz de 18 semanas de trabalhos intensivos em mecânica, mecanização agrícola, conservação do solo, ensino vocacional e irrigação e drenagem.

PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO FUMO

Sob o patrocínio do Govêrno do Estado da Bahia, será instalado em Salvador, na primeira quinzena de Julho próximo, o Primeiro Congresso Nacional de Fumo, promovido pela Bolsa de Mercadorias daquele Estado e com a colaboração do Instituto Baiano do Fumo. Entre os assuntos do amplo temário que não será debatido no referido Congresso podemos destacar:

a) — áreas de plantações individuais e média de rendimento das safras nas várias regiões de acôrdo com as previsões de suas possibilidades futuras;
b) — principais regiões fumageiras do Brasil e sua respectiva importância para o desenvolvimento da indústria e produção agrícola de fumo;
c) — métodos de colheitas mais usados para cada um dos diferentes tipos de fumo.
d) — adubos fertilizantes mais usados;
e) — problemas e pesquizas pelos Institutos de Fumo, resultados obtidos nas investigações referentes à toxonomia, biologia, etc.;
f) — sistema de secagem empregado nas diversas variedades produzidas, problemas e dificuldades;
g) — processos de secagem;
h) — manufatura dos produtos e sub-produtos do fumo;
i) — organização técnicas e profissionais;
j) — importação e exportação.

DOAÇÕES DA FUNDAÇÃO ROKFELLER

Visando o desenvolvimento de nosso programa agrícola, a Fundação Rockfeller doou 7.220 dolares para o intercâmbio de pessoal científico entre o Instituto Agronômico do Sul, de Pelotas e o Programa da Agricultura Mexicana Doou, igualmente, 2 480 dólares à Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 5 000 dólares ao Instituto de Biologia da Bahia, e 10 000 dólares ao Centro Rural de Saúde, de Araraquara, no Estado de S. Paulo.

ATIVIDADES DA CAIXA ECONÔMICA DO RIO DE JANEIRO NO SEGUNDO EXERCÍCIO DE 1951 — EQUILÍBRIO ENTRE O AUMENTO DE DEPÓSITOS E O ACRÉSCIMO DE APLICAÇÕES

A Caixa Econômica do Rio de Janeiro adotou o princípio de, periòdicamente, oferecer à população carioca elementos de análise das suas atividades em cada um dos exercícios anuais. É através da publicação do balanço, ao fim dos semestres, acompanhada pelo demonstrativo de receita e despesas, referente ao período de seis meses. Saíram agora os documentos do exercício final de 1951.

APOIO POPULAR

A oscilação dos depósitos é o melhor elemento para caracterizar as reações de grandes núcleos populares em face de qualquer instituição de crédito. No caso da Caixa Econômica, a diferença de volume dos depósitos entregues à sua guarda indica a maior ou menor receptividade do povo a uma política de assistência que deve orientar-se em benefício da coletividade. É evidente que o acrescimo de depósito depende de outros fatores, tais como o volume do dinheiro em circulação, poder aquisitivo da população e diretriz financeira do poder público, mas a confiança popular ainda suplanta tôdas essas causas ao influir decisivamente no ânimo de milhões de depositantes em favor de determinado estabelecimento.

A Caixa Econômica pôde registrar um total auspicioso no seu último balanço, relativo ao acêrvo de depósitos: são 4.585 milhões de cruzeiros, distribuidos pelas seguintes modalidades; populares — 3.519,5 milhões; escolares — 12 milhões; especiais — 63,5 milhões; limitados — 427,6 milhões; prazo-limite — 100,7 milhões; liquidação — 8,6 milhões; caucionados — 68,6 milhões e judiciais — 44,2 milhões.

Além de apresentar a maior parcela nos conjuntos dos depósitos — quase 80% do total — os depósitos caracteristicamente populares proporcionaram a parcela mais importante do aumento verificado pela Caixa Econômica, contribuindo com 306,8 milhões para o acréscimo geral no semestre, que foi d e 405 milhões.

INTIMA CORRELAÇÃO

O aumento sistemático dos empréstimos feitos pela Caixa Econômica é consequência da majoração dos depósitos, em cada exercício. Os dois fenômenos têm intima correlação e sem as reservas populares alí acumuladas constantemente não seria possível o acréscimo das inversões, em tantas espécies que interessam a todos os setores da coletividade.

No último balanço a Caixa Econômica já registrou total superior a três bilhões e meio de cruzeiros nas diversas modalidades investimentos, que vão desde os grandes créditos aos Estados e Municípios, para a possibilitação das obras de melhoramento urbano, até os empréstimos de penhores, na forma assistencial mais direta e premente, quando pequenas quantias podem resolver os casos imprevistos, em milhares de famílias modestas.

Pouco mais da metade dos empréstimos da Caixa Econômica são dedicados às hipotecas. É uma política de crédito que procura assistir à população num dos mais angustiosos problemas de tôdas as classes — o da casa própria. A Caixa Econômica tem investimentos totais de 1.798,6 milhões de cruzeiros com garantia imobiliária e assinalou no semestre um acréscimo de 141,4 milhões naquela rubrica em relação ao exercício anterior.

EMPRÉSTIMOS PESSOAIS

Duas outras formas de empréstimos assistenciais tiveram aumentos, dignos de registro e foram os de consignações que já montam a 952,2 milhões; e as de penhores — 246,6 milhões. Em seis mêses os primeiros se acresceram de 52 milhões e os segundos de 21,4 milhões.

No conjunto, os empréstimos feitos pela Caixa Econômica apresentaram um aumento de saldo de 202,9 milhões, de junho a dezembro últimos.

Isso não significa que a Caixa só tenha aplicado em seis mêses a quantia acima referida. As inversões foram muito maiores porque não estão computados nos 202,9 milhões as parcelas de capital das amortizações mensais, às quais foram reinvertidas no exercício.


1º
PREMIO


Campeã da raça com
GADOVITA!
TARQUINO

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA

LV EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMEMORATIVA DO 25.º ANIVERSÁRIO DA SUA FUNDAÇÃO

PRESIDÊNCIA DE HONRA Dr Getulio Dorneles Vargas, DD Presidente da Republica; Prof Lucas Nogueira Garcez, DD Governador do Estado de São Paulo

COMISSÃO DE HONRA Dr João Cleofas, DD Ministro da Agricultura; Dr João Pacheco Chaves, DD Secretário da Agricultura

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA Dr Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia

LOCAL Sede da Cooperativa Agrícola de Cotia — Rua Cardeal Arcoverde, 2539

DURAÇÃO Do dia 18 a 21 de abril de 1952.

P R O G R A M A

Abertura dia 18, às 9 horas. Classificação e julgamento dos produtos, dia 21, às 14 horas. Entrega de prêmios, dia 21 às 15 horas. Encerramento, dia 21, às 22 horas

A Exposição estará franqueada ao publico das 12 às 22 horas do dia 18 e das 9 às 22 horas, nos dias 19, 20 e 21

O Exmo Sr Presidente da Republica Dr Getulio Dorneles Vargas e o Exmo Sr Professor Lucas Nogueira Garcez, Governador do Estado, Patronos do certame deverão estar presentes à solenidade inaugural

A Exposição ocupará 10 pavilhões anexos da sede da Cooperativa e contará com a apresentação de grande variedade de produtos agrícolas, fertilizantes, máquinas e utensílios destinados à lavoura, além de mostruários oficiais

PRIMEIRO PAVILHÃO Hortaliças legumes frutas cereais, ovos, fibras, chá café, menta, mel, vinhos e varios produtos agrícolas industrializados

SEGUNDO PAVILHÃO — Neste pavilhão serão apresentados mostruários do Instituto Agronômico de Campinas, Instituto Biológico, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Departamento de Assistência ao Cooperativismo e diversos outros serviços agrícolas do Estado

TERCEIRO PAVILHÃO — Destinado às indústrias relacionadas com a agricultura no domínio da produção de adubos inseticidas, rações balanceadas, máquinas agrícolas, material de irrigação etc

QUARTO PAVILHÃO Aves e animais domésticos de pequeno porte

QUINTO PAVILHÃO Flores particularmente variedades de orquídeas, plantas de vaso, plantas para fins ornamentais etc

SEXTO PAVILHÃO — Tratores, máquinas e utensílios agrícolas de porte pesado

SÉTIMO PAVILHÃO — Mudas de árvores frutíferas árvores ornamentais de reflorestamento, etc

OITAVO PAVILHÃO Destinado à distribuição e venda dos produtos da Cooperativa Agrícola de Cotia

NONO PAVILHÃO Cinema organizado para a exibição de filmes relacionados com a vida rural do País e do estrangeiro e com as atividades da Cooperativa Agrícola de Cotia

DÉCIMO PAVILHÃO Exposição de fotografias e trabalhos manuais dos filhos dos cooperadores

N O T A :

1) — Aos produtos agrícolas classificados serão outorgados prêmios em dinheiro, medalhas de ouro prata e bronze e diplomas de honra

2) — Ao lado do pavilhão n.º 5 será instalado um salão de chá, com pequeno bar anexo

3) — Anexo aos pavilhões de flôres, mudas, ovos, chá e determinados outros produtos, será instalado um serviço adequado para distribuição e vendas especiais ao público.

4) — Todas as noites às 19,30 horas haverá exibição pirotécnica

REGULAMENTO DA EXPOSIÇÃO

1 — As quantidades e a embalagem correspondente serão regulamentadas de acôrdo com a espécie ou natureza de cada produto

Nota : — Consultar a lista geral para a exposição.

2 — Os produtos expostos devem ser de produção ou criação própria do expositor

3 — Cada expositor terá direito de apresentar um único mostruário para cada produto, não havendo limitação quanto ao número ou variedade que deseje apresentar

4 — Os artigos expostos na SECÇÃO I não serão devolvidos Constituem exceção os animais domésticos, peixes e mostruários Quanto a produtos especiais os interessados devem pedir prévias informações

5 — Os mostruários deverão ser fichados prèviamente nos respectivos cartões, fazendo-se a inscrição da palavra "Mostruário" em vermelho para os produtos "reservados" Quando não houver essa indicação o artigo exposto não será devolvido

6 — Os produtos submetidos à Comissão Julgadora, uma vez recebidos pelo encarregado competente não poderão ser objeto de acréscimos, trocas ou devoluções. Unicamente as flôres e verduras poderão ser renovadas após o julgamento, isto a critério da Comissão

7 — Para cada produto o expositor apresentará os dados e esclarecimentos que se fizerem necessários fazendo-se acompanhar de cartão devidamente preenchido

8 — Os produtos a serem expostos e bem como os mostruários respectivos devem ser entregues até às 12 horas do dia 16 de abril Verduras, hortaliças, flôres etc que facilmente são afetadas, serão aceitas até às 12 horas do dia 17

9 — Os produtos que necessitarem de análise para o julgamento como sejam óleo de menta, molho, vinho, suco de frutas, bebidas alcoólicas de frutas, etc deverão ser entregues a partir do dia 15 de março de 1952, até o dia 17 de abril

ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E DESPESAS REFERENTES A EXPOSIÇÃO

1 — Os interessados em expor seus produtos deverão fazer a inscrição prévia até o dia 31 de março, de acôrdo com as seguintes normas

a) — Declarar o nome do expositor e local onde reside.

b) — Natureza dos produtos que vai expor e as quantidades correspondentes

2 — O expositor responderá pelo carreto e gastos com a exposição de seus produtos

3 — A Comissão da Exposição se reserva o direito de determinar as condições de apresentação dos produtos expostos, assim como estabelecerá para cada variedade expostas as respectivas quantidades segundo a influência dos produtos apresentados

4 — A juízo da maioria de seus membros, a Comissão da Exposição poderá recusar o produto apresentado que não satisfizer as condições gerais estabelecidas para os expositores

DEVEM OS URUBÚS SER EXTERMINADOS!

Não são úteis e sim disseminadores de perigosas moléstias, afirmam alguns técnicos

HEITOR FÁBREGAS, Médico Veterinário .....

Merecerá, realmente, o urubú a "cotação" que os criadores lhe dispensam como necessário à limpeza dos campos? Merecerá o qualificativo de auxiliar n.º 1, da limpeza pública? Somos da opinião que não, embora não deixemos de reconhecer que essa ave lúgubre, no momento, ainda é útil, embora perigosa. De um negro opaco, aparência desengonçada e aspecto repulsivo; ave feia e asquerosa com acentuada predileção pelas carniças, muito embora se alimente de quaisquer restos de comida, ela deve desaparecer.

ARGUMENTOS A FAVOR DOS URUBÚS

Alguns naturalistas não se cansam de exaltá-los pelo papel que desempenham, afirmando que influem, decisivamente, no equilíbrio biológico do nosso continente. "São aves indispensáveis e providenciais para o meio em que surgiram desde épocas geológicas afastadas".

Evidentemente, não temos a intenção de aconselhar o extermínio implacável ao "urubú", o que seria difícil, impossível mesmo, principalmente enquanto cadáveres de animais forem abandonados no campo. Enquanto o nosso criador não se compenetrar dos perigos das carniças, enquanto não tiver noções de higiene, haverá motivo para o urubú existir. Êle será mesmo necessário. Neste caso, as palavras do professor Heitor Gavio são bem oportunas: "Animais aparentemente inúteis, repulsivos e até perigosos, têm assinalado um papel tão importante que só o perceberemos quando os destruirmos; quando rompermos o equilíbrio que em vida estabelecem".

URUBÚ — DISSEMINADORES DE DOENÇAS

Em trabalho recente, executado por nós em laboratório, pudemos constatar, ou melhor, confirmar as nossas suspeitas, de que o urubú é um perigoso disseminador do Carbúnculo Hemático nos campos. As provas que efetuamos permitiram que chegássemos às seguintes conclusões:

a) — o urubú, apontado por muitos como ave útil, é extremamente perigoso;

b) — o urubú, devorador de carniça, já desempenhou o seu papel na manutenção do indispensável equilíbrio biológico. Hoje, essa função pode ser dispensada;

c) — na época presente, com os métodos fáceis de higiene, com os conhecimentos adquiridos pelos nossos criadores e grande educação do homem rural, devemos combater e não proteger o urubú, promovendo-o a auxiliar indispensável da limpeza de campos;

d) — o urubú é veiculador do Carbúnculo Hemático, disseminando bacilos e esporos, pelas fezes e, provàvelmente, pelo vômito; e

e) — é provável que o urubú seja também um responsável pela transmissão da aftose, peste suína, etc.

O combate a esta doença deve ser feito pela prática da vacinação, do enterramento ou cremação dos cadáveres das reses mortas no campo, evitando que sirvam de pastos a essas aves necrófilas.

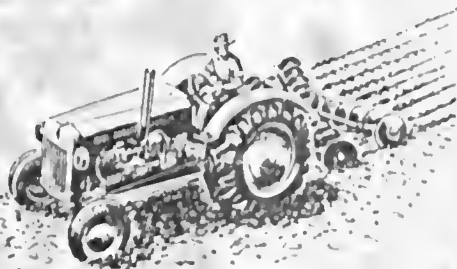
Aí estão as conclusões a que chegamos depois de uma série de experiências que realizamos e constam de um trabalho que recentemente publicamos. Antigamente, a municipalidade multava pesadamente a quem matasse um urubú, tal a convicção de sua utilidade. É que, na época, via-se apenas o LIMPADOR e não o DISSEMINADOR, o VEICULADOR de moléstias graves, possíveis de se transmitirem aos animais e ao homem como, fàcilmente, hoje provamos, malgrado a insistência de alguns autores que desprezaram outras experiências, ensaiadas nesse sentido. O urubú, antes de ser eficiente auxiliar do criador na limpeza dos seus campos é, ao contrário, um perigoso veiculador de uma das mais graves moléstias que atacam os nossos rebanhos, como é o Carbúnculo Hemático.



Na terra dura
ou fôfa...
seu trator RENDE MAIS
com pneus

Ground Grip





MÁXIMO... em Tração e Resistência

Em sua fazenda o senhor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho — Ground Grip Firestone.

Rode sôbre

Firestone



O PNEU MAIS SEGURO E DURÁVEL ATÉ HOJE FABRICADO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



CAFE EM FLOR

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LVI

MARÇO ABRIL 1952



CAFESAL. OPERAÇÃO DE CAPINA, QUE SE REPETE DE DUAS A CINCO VEZES CADA ANO

SUMARIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpetuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemerito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETULIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretario	—	EURICO SANTOS
4.º Secretario	—	CINEAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário	—	KURT REPSOLD
2.º Secretário	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSE ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS DE SOUZA DUARTE
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARÇANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
LAURO PIRES XAVIER
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFA MACEDO
JOSE SAMPAIO FERNANDES
JOSE SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
MARIO VILHENA
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTIÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ORGAOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache, **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministerio da Fazenda) — Dr. Alberto Ravache, **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodre, **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Paul David de Sanson, **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes, **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold, **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comercio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite, **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Diogenes Caldas, **Comissão de Politica Agraria** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente Dr. Newton Belleza.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ORGAO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI — MARÇO-ABRIL — 195?

O Cacau na Economia Nacional

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da S. N. A.

O cacaueiro, na abalisada opinião de De Candole, em seu trabalho "L'origine des plantes cultivées", é uma árvore espontânea das florestas do vale do Amazonas.

Paul Le Cointe, conhecedor profundo da flora amazonica, confirma, em seu "Amazonie brésilienne", ser o cacaueiro encontrado em estado nativo nas fronteiras da América Tropical, desde o Brasil até o México, principalmente nas bacias do rio Orenoco e do Amazonas.

Segundo rezam documentos historicos, mesmo antes da colonização po tuguêsa, já os indígenas da Amazonia conheciam o cacaueiro, e a prova do valor que lhe atribuiam, está no emprego da sua semente a guisa de moeda em relações de permuta. As lendas mexicanas se referem tambem ao uso, entre os aztecas, do "cacahuti", a que atribuiam uma origem divina.

Dentre as especies de cacaueiro, o Theobroma cacao L, da familia das Sterculliaceas, existente em e tado nativo na Amazonia, é considerado como o cacaueiro tipo, por seu valor comercial.

O Theobroma pentagunum, o Theobroma bicolor, etc., que fornecem produtos igualmente comestiveis, tem uma area de crescimento espontaneo muito extensa, sendo encontrados nas florestas da Colombia e da América Central.

No Estado do Pará, pelas informações conhecidas, o cacaueiro foi utilizado em culturas a partir de 1677, e a sua introdução no Estado da Bahia, onde iria encontrar magnificas condições de adaptação, só teve lugar em 1716, iniciando-se ali grandes plantações por volta de 1955.

Atribui-se ao guerreiro mexicano Fer na Europa, junto à corte espanhola, no nando Cortez a divulgação do uso do cacau meiado do século XVI. Entretanto, só se generalizou seu uso, ali, no século XIX. Bastara considerar o fato de não ir além de 73.000 toneladas, em 1895, o consumo mundial de cacau, para elevar-se em 1931 a 543.000 toneladas.

É o cacau por conseguinte, um dos produtos que maior consumo tem logrado alcançar no mercado mundial, fato esse que se deve levar em conta dos grandes melhoramentos introduzidos na indústria do chocolate, permitindo o aproveitamento de preço de venda do produto e a generalização do seu emprego pelo povo.

Pelo exame dos dados da produção mundial ressalta a evidencia, como acontecimento digno de registro especial, o alargamento verdadeiramente assombroso da produção de cacau no continente africano e, muito em particular, na Costa do Ouro. A cultura de cacaueiro foi ali introduzida em 1879 mas, somente em 1886, começou a se expandir, assinalando-se uma primeira exportação de 10 quilos em 1891, e daí por diante em grande crescimento.

Entregue, como se acha a cultura nessa colonia a indigenas africanos, esse surto magnifico de produção é devido à administração inglesa, que procurou dotar a colonia de completo aparelhamento econômico e, principalmente, a organização comercial, que impôs ao mundo, como produto standard, o cacau "Acra". Calcula-se a area cultivada em mais de 100.000.000 de hectares e o número de pessoas empregadas na cultura em dois milhões.

Se a produção da Costa do Ouro, segundo alguns economistas, atingiu seu limite máximo, no proprio continente africano, na região do golfo da Guiné, a Nigeria, a Costa do Marfim, o Camerum, São Tomé, oferecem, por sua vez, largas perspectivas ao aumento da cultura.

Por outro lado, no continente americano, cresce tambem a produção, como no Brasil, Trinidad, Venezuela, etc.

Ainda recentemente, reuniu-se em Lon

dres a Conferencia Internacional de Cacau, objetivando a criação de um fundo especial para alargar o uso do cacau nos paises susceptiveis de maior consumo.

E evidente que o cacau necessita ser vendido por um preço cada vez mais reduzido, apresentando-se temeraria a concorrencia africana, confiada, como se acha, a indigenas, com nivel de vida baixo.

O Brasil poderia dispor do dominio completo da produçao de cacau do mundo, se tivesse sabido, em tempo util, incrementar sua exploraçao na bacia do Amazonas. Como vimos, iniciado ali o cultivo de cacaueiro no seculo XVII, so depois de se ter deslocado para a regiao privilegiada do Estado da Bahia a exploraçao brasileira veio a ter influencia no comercio mundial.

Durante o correr do seculo XIX, a exportaçao brasileira quase ficou limitada à contribuiçao dada pelo Estado do Para, proveniente de pequenas culturas e de produtos de cacaueiros espontaneos das florestas da Amazonia.

A marcha da produçao da Bahia e digna de mençao especial, porque a posição do Brasil, no mercado mundial de cacau, como segundo produtor, é devida ao denodado esforço dos agricultores daquele Estado. Na balança comercial do Brasil, o cacau ocupa lugar de relevo com 1,5%.

Sao de inteira justificação as expressoes do ilustre Dr. Miguel Calmon, ex-Ministro da Agricultura, sobre a epopeia que representa a grande riqueza constituida pela cultura cacaueira no sul do Estado da Bahia: "Não se pode deixar de admirar — dizia aquêle eminente brasileiro — o assombro de trabalho e pertinacia que foi preciso para desbravar e cultivar tão importantes tratos de terra, distribuidos em uma área de 600 quilometros de costa por 150 quilômetros de fundo, coberta de espessa mata e povoada, a espaços, por indios ferozes e onde o impaludismo e outras molestias graves criavam a impressão de vasto hospital". Os rios, com suas margens tão férteis, dir-se-iam feitos para tudo, menos para o homem que, na abundancia das suas águas, parecia morrer de sede impiedosa. Hoje, o rio Pardo e o Jequitinhonha oferecem, aos que os percorrem, um dos mais formosos espetáculos que a natureza, secundada pelo esforço humano, pode apresentar a vista. "E preciso acrescentar: foram-se as febres e o hospital, tal como em São Paulo, se transformou em horto abençoado."

O Dr. Gregorio Bondar, competente profissional, é um dos que, com mais dedicação, se tem ocupado da cultura cacaueira e assim se refere a ela no Estado da Bahia: "Entre as lavouras do Estado, a cultura do cacau e uma das poucas que conseguiu uma organizaçao podendo ser comparada com a dos paises mais adiantados. De inicio, constituida por sertanejos, que se internaram nas matas, alimentando-se de animais de caça e de produtos silvestres, essa lavoura constitui atualmente uma riquissima fonte de renda para os particulares e para o Estado, podendo se calcular em 150 milhoes o número de cacaueiros produzindo.

Um dos principais fatores desse progresso e a condiçao do solo e o clima da zona, favoraveis a essa lavoura."

O Estado da Bahia ainda oferece margem a maior expansao da cultura do cacaueiro, apesar do grande desenvolvimento ja por ela alcançado, estendendo-se a zona de cultura de Valença até a fronteira do Estado do Espírito Santo, onde também cresce a possibilidade de aumento. Os principais centros produtores do Estado são: Ilhéos, Canavieiras, Rio das Contas, Santarém, Porto Seguro, Valença, Prosperá e Una. E os portos de exportaçao: Canavieiras, Ilhéos e Belmonte.

E o cacaueiro, ao contrário do que se acredita, geralmente planta exigente de solo, preferindo os de aluvião e argilo-silicosos, frescos e porosos, por ter raiz pivotante.

O clima e da maior importancia. A temperatura deve ficar compreendida entre 24 e 26 graus, nao descendo a precipitaçao anual a menos de 1,80.

As melhores culturas estao situadas entre os paralelos de 24 graus, de latitude norte e 23 de latitude sul.

Na Bahia, a não ser na primeira idade, o cacaueiro se desenvolve sem árvores de sombra. Dentre as plantas recomendadas para esse fim, destaca-se a Erythrina-umbrosa, conhecida por "mãe de cacaueiro", como também a ingazeira, a seringueira e a propria bananeira. Usa-se, porém, de preferência a abertura de trilhos na mata (picadas) em linhas paralels, guardando entre si a distancia de 18 a 20 palmos. Como as sementes perdem rapidamente o poder germinativo, devem ser plantadas, se possivel, no mesmo dia em que são retiradas do fruto. Os viveiros, preparados em lugares sombreados, são muito uteis para as replantas.

Aos dez anos de idade o cacaueiro alcança a sua inteira capacidade produtiva, calculando-se em media essa produção de 700 a 750 gramas. Distinguem-se duas colheitas: a temporã, de março a julho, e a safra ou *grande colheita*, de setembro a novembro.

As principais variedades cultivadas no Estado da Bahia são conhecidas por: "comum", "Pará" e "Maranhão". O cacaueiro "Pará" é de porte menor que o "comum", e outro tanto sucede com o "Maranhão". É o comum preferido para o plantio de terras baixas, por exemplo, as das margens dos rios, corrigindo-se o excesso de umidade por meio da drenagem; o "Pará" de preferencia é cultivado no interior, por não exigir terras aluvionais; e o "Maranhão", de todos o mais rústico, é cultivado nas terras menos férteis e suporta melhor a falta de chuvas.

A variedade botanica cultivada, na opinião de muitos, tem influência sobre a cotação do cacau. E é assim que as variedades cultivadas na Bahia, por pertencerem ao grupo *forastero*, de sementes roxas, se atribui a cotação inferior do nosso cacau contrariamente ao que acontece com as variedades do grupo *crioulo*, cujo produto sempre alcança boa cotação.

Esse caso foi objeto de um memorial há anos feito pela Sociedade Baiana de Agricultura, que opinou pelo plantio de cacau crioulo, pois, o nosso cacau "é empregado como cacau básico, desempenhando o mesmo papel que o da Costa do Ouro (Acra), que nos faz tamanha concorrencia, pela sua avultadissima produção."

Na opinião do prof. Leo Zehntner, um dos especialistas que melhor estudaram a lavoura cacaueira no Estado da Bahia, ela se tem conservado até hoje isenta de moléstias e insetos, com a mesma gravidade com que se apresentam em outras regiões como na Africa. Ha anos passados, alarmando os agricultores, apareceu a moléstia conhecida por "queima", atribuida a várias causas, a qual foi estudada por diversos especialistas, como Torrens, Joaquim Bahiana e Zehntner.

Diagnosticaram-na como sendo produzida por um inseto a que Zehntner e Torrens denominaram de "Mosquila vastatrix".

O ilustre e operoso prof. Gregorio Bondar, em trabalho publicado sob o título "Moléstias e inimigos do cacaueiro no Estado da Bahia", que representa, sem favor, o melhor repositorio sôbre a materia existente em nossa literatura agricola, é de parecer que apesar dos multiplos hospedes que o cacaueiro alimenta entre nós, o estado sanitario das plantações é mais do que satisfatório." Adverte, também, existirem molestias em outros paises, cuja introdução é preciso evitar como acontece na Africa.

"O futuro da lavoura cacaueira da Bahia, diz ainda o sr. Gregorio Bondar, dependerá principalmente da boa colheita, das variedades cultivadas e de melhor preparo e conservação do produto. Os cuidados culturais apropriados, a conservação racional das matas, bastarão para manter as plantações de cacau em estado sanitario desejavel e, somente em casos excepcionais, ter-se-á de recorrer a inseticidas e fungicidas como medidas preventivas ou curativas contra as molestias."

Concorrendo para a desvalorização do produto, existem molestias criptogâmicas, atacando o fruto, como a "podridão parda", a "podridão negra" e a "podridão gelatinosa". Ha, portanto, necessidade de serem dispensados cuidados especiais ás plantações, fazendo-se a cultura sistemática e científica do cacaueiro, para alcançar-se um produto capaz de enfrentar vantajosamente a concorrência mundial.

É sabido que coube aos pequenos cultivadores o papel de pioneiros no desbravamento das matas para o plantio do cacaueiro, formando-se mais tarde as fazendas pelos possuidores de recursos, mediante a aquisição daquelas plantações e alargamento das mesmas pelo sistema de empreitadas. Foi uma riqueza que se constituiu, pode-se assim dizer, sem organização financeira, a exemplo do observado nas explorações coloniais dos paises europeus.

A fermentação e a sêca são duas operações sujeitas a muitas discussões, sendo ambas de grande importancia para decidir do valor comercial do produto. Delas ficam dependendo o aroma, o amargor e a acidez, pois o tamanho e a frescura das amendoas verdes e germinadas podem concorrer para a depreciação. Nesse particular grande esforço tem de ser realizado depois dos estudos feitos em estações experimentais de alguns paises.

Para a perfeita padronização do produto, normas seguras precisarão ser traçadas para melhorar a colheita, a fermentação, a secagem, instituindo-se regras capazes de garantir a classificação perfeita das qualidades de cacau destinado a exportação.

Herve te da para o cacau a seguinte composição: água 5; celulose 4; theobroma 2, substancias azotadas 20; manteiga de cacau 50; goma 6; amido 7; substancias minerais e corantes 6.

A defesa comercial do cacau brasileiro

É fato ter existido sempre certo paralelismo entre a produção e o consumo de cacau no mundo, sem que isso evitasse, às vêzes, a queda brusca dos preços do produto. É que entra em jôgo, nesse caso, a especulação comercial.

Dispersos, como se acham, os agricultores nos centros produtores, não havendo organização de crédito para auxiliá-los nas entre-safras, vêm-se obrigados a fazer entrega do seu produto depreciado.

Explica-se, dêsse modo, a razão por que se preconiza, nos dias atuais, a organização de cooperativas de venda dos produtos agrícolas.

Já houve quem dissesse que não "há no Brasil produto de exportação de preço mais instável do que o cacau" e também que o cacau brasileiro é comprado nas praças estrangeiras importadoras por preços mais baixos do que o dos concurrentes.

Existem fatores desvalorizadores a serem corigidos, tanto mais que a qualidade do produto baiano tem melhorado sempre nos tipos exportáveis.

Há os que aconselham a melhoria do cacau baiano com o cultivo das variedades do tipo crioulo, tendo em vista que terá de lutar com os tipos Acra da Costa do Ouro, cuja produção cresce em fortes proporções.

Num inquérito organizado há anos pela Sociedade Baiana de Agricultura, foi declarado, "que o cacau baiano era empregado em proporção que variava de 15 a 50%, percentagem que diminuia quanto mais fino fosse o chocolate e que o mesmo era empregado como cacau básico, sofrendo a cocurrência da produção africana.

A colheita prematura, a limpeza imperfeita do produto, a fermentação mal conduzida, a má secagem, a falta de fiscalização na classificação, para evitar a mistura das qualidades, são fatores que, indubitavelmente, concorrem, em fortes proporções, para a desvalorização do produto defender os interesse dos cultivadores de enviado aos mercados.

O Instituto de Cacau sempre procurou cacau propugnando pelo melhoramento do preparo do produto, pela melhoria dos meios de transportes, da diminuição dos impostos de exportação e da patronização dos tipos comerciais.

Desde 1931 a cultura cacaueira conta com a assistencia efetiva do Instituto de Cacau da Baía cuja atuação, por vezes, tem sido benéfica carecendo, porém, que os produtores, mormente os pequenos, se organizem em suas entidades de classe para a defesa social e economica e, principalmente, para a venda de seus produtos.

Devemos estar alertas com as doenças que dizimam as plantações africanas e que possam ser introduzidas em nosso

Para uma produção mundial de 760.000 toneladas de cacau, o Brasil concorreu, em 1950, com 130.000, no valor de 600 milhões de cruzeiros. E' o maior produtor mundial a colônia africana inglesa Costa do Ouro, cuja produção é de 250.000 toneladas.

A última conferência internacional do cacau realizada em Londres resolveu que fosse feita propaganda de aumento de consumo.

Tudo aconselha que procuraremos fazer a defesa econômica e financeira de nossa produção cacaueira obtendo um produto bom e barato. Evitemos as valorizações artificiais, favorecendo especulações.

A produção brasileira de cacau com o desvelo dos governos, municipais estadual e federal, conta com grandes perspectivas no consumo mundial, representa o nosso 3.º produto de exportação, mas as populações rurais da zona cacaueira « merecem e necesitam de melhor assistência social. Faz-se mister ainda que pela organização do crédito agrícola, haja justa remuneração para o esfôrço do produtor, de modo e as cotações internas estejam de acôrdo com as cotações do mercado de consumo mudial.

As nossas plantações cacaueiras representam mais uma demonstração de capacidade brasileira e uma riqueza formada com um esfôrço heróico, compreendendo vários municípios do Sul da Baía, ou seja 98% das culturas existentes no país. Ao Instituto Agronômico de Leste criado pelo Ministério da Agricultura deveria voltar suas vistas para a defesa dessa valiosa riqueza agrícola do país. O produtor de cacau, ao lado do financiamento direto, sem grande formalidades bancárias, carecerá de assitência técnica e social para que a produção crescente de cacau seja uma das garantias mais seguras da economia agrícola brasileira.

Babaçú, Problema Nacional

EDGARD TEIXEIRA LEITE
Vice-Presidente do S. N. A.

As considerações aqui publicadas resultam da missão de estudo enviada pelo Conselho Nacional de Economia ao Maranhão e ao Piauí. Exprimem, porém, tão sòmente, a opinião do autor.

O aproveitamento da palmeira babaçu não é problema de indústria ou de comércio, nem de interêsse puramente regional. Pelas singulares condições que apresenta, é, sem dúvida, relevante problema nacional.

Essa oleaginosa, nativa no Maranhão, no Piauí e noutros Estados, ocupa, só no primeiro dêstes cêrca de 84.000 km2.

Orça em muitos milhões de palmeiras, que a imaginação terá multiplicado por cifras astronômicas da ordem de bilhões.

Mesmo reduzida a proporções mais exatas, constitui um patrimônio que só há trinta anos começou a ter expressão econômica.

Matéria-prima para óleos, com a mais variada aplicação, sobretudo na alimentação humana (gordura, margarina, etc.), e para fins industriais, fornece produtos de alta importância à vida civilizada. Acontece que êsse precioso manancial está localizado numa das regiões menos desenvolvidas do país: o Maranhão e o Piauí.

Poucas cifras bastam para evidenciar a situação. O Maranhão, com 386.000 km. quadrados e população de 1.000.000 de habitantes, tem receita de oitenta milhões de cruzeiros, inferior à cidade de Campinas. E o Piauí, com 242.000 km.2, área igual a de São Paulo, e habitado por 1.200.000 homens, só agora tem a arrecadação de setenta milhões de cruzeiros, bem próxima da de Niterói. O babaçu, para o Maranhão, contribui com 60% da receita pública e representa 78% da economia estadual.

Os processos de aproveitamento do babaçu, até a sua entrega à indústria, são dos mais primitivos, quer a exploração, quer a coleta e a quebra do côco, para a obtenção das amêndoas, que fornecem óleo.

Essa última operação é feita manualmente pelo trabalho de uma família inteira — cinco e mais pessoas, das quais o chefe colhe o coco, nas matas nativas do babaçu. A família obtém em média cinco quilos por dia. Por ano, a produção do grupo familiar não vai alem de quinhentos quilos, pois há o período de chuvas, que dificulta a apanha, na época das lavouras, que absorve a atividade para outros fins.

O resultado dêsse esfôrço, mesmo vendido ao preços altos de três cruzeiros o quilo, não vai além de mil e quinhentos cruzeiros por um ano de trabalho. Embora fazendo pequenas lavouras, de subsistência, dificultada pela proibição de derrubar a palmeira, protegida pela lei, o caboclo — e são milhares de caboclos — vive uma vida miserável, sem similar em nosso país. E' um pária, ente marginal sob todos os aspectos, cuja degradação assume condições alarmantes. Acontece ainda que o Maranhão tem o seu destino decisivamente marcado pelo babaçu. Tal a área que êle ocupa que ou se torna vigorosa expressão de economia ou constitui sério entrave à exploração de seu solo. O babaçu tem sido tratado, quando se equaciona o seu aproveitamento, em têrmos de abundância de côco, fácil de ser obtido e de ínfimo custo de produção. Tem sido na verdade sempre considerado pela cúpula da estrutura econômica, isto é, apenas pelo seu aspecto industrial, considerado como assunto resolvido, o suprimento da matéria-prima.

Esse modo de conceituar a questão, tem ocasionado muitos fracassos, alguns dêles espetaculares. É como se se instalasse usina de açúcar onde não houvesse cana. Vale lembrar que a capacidade do parque industrial, já existente, e o que está sendo ultimado, só no Maranhão e no Piauí, supera de muito tôda a matéria-prima atual. Mas isto não ocorre, pois a exportação, para o exterior e outras partes do país, é bem importante. A verdade, assim, é outra. A produção de amêndoa, apesar dos bilhões de palmeiras das estatísticas oficiais e das informações ufanistas, é muito pequena. O que há é muita palmeira e pouco côco. No ano de maior produção, não

chegou a 100.000 toneladas em todo o país — exatamente 82.000 em 1948.

Pelo que cada vegetal produz, pode-se calcular, com bastante aproximação, que foram explorados menos de 15 milhões de palmeiras — número insignificante, em face do que realmente existe.

A meu ver, está a questão muito ligada no Maranhão, principal centro produtor do babaçu, ao regime da propriedade rural. Nesse Estado, 60% das terras são devolutas. Na zona do babaçu, que é de .... 84.000 km2, equivalem à área do Estado do Rio, 18.000 km2. E a parte restante, que devia estar em mão particular, sofre da situação de mercadoria que por excesso de abundância não tem procura. Daí o seu abandono.

Na terra devoluta — pela séria dificuldade na sua apropriação, pela deficiência de recurso do Estado para realizar demarcações, apesar de sua modelar legislação — não pode haver interêsse em tratar palmeira em terras alheias. Decorre disso que o babaçual nativo é tão densamente povoado de palmeiras, novas e velhas, de vegetais de outros tipos, que se estabelece tremenda concorrencia entre êles. Poucos frutificam. E quando isto acontece, produzem apenas 2 a 4 cachos, enquanto a palmeira que teve o espaçamento suficiente dá até onze cachos, ou melhor o desbaste do palmeiral para dar ao vegetal boas condições de vida impõe-se como medida indispensável. Mas a lei, como se disse, proibe a derrubada, o que complica a situação. Esta operação só pode ser praticada por gente radicada ao solo, nele interessado — e não como hoje ocorre, em nomadismo forçado, e mais do que isso, quase em transito, pronta a evadir-se para outras terras, fugindo da floresta agressiva, onde a sua fixação está dificultada, por dispositivos legais que, se protegem a planta expelem o homem.

Em duas medidas se poderia sintetizar a solução do problema: "espaço para o vegetal" e "terra para o homem". Sem elas, o aproveitamento do babaçu, em larga escala, nunca se poderá realizar. E sempre teremos patricios nossos, homens, mulheres e crianças, desajustados sob todos os apertos, vivendo miséria sem par no Brasil, afogados pelo vegetal, que cresce desordenado, sem disciplina — riqueza imensa, produtora de gorduras vegetais, pelos quais os povos europeus estão fazendo tremendos sacrifícios na Africa. O desbaste de uma área densa de babaçu raquitico e quase estéril custa menos de quinhentos cruzeiros por hectare, e isto fará surgir de pronto lavoura permanente, produtiva, de uma planta que dura um século.

Êsse fato ressaltará em sua plena expressão quando lembrarmos que, na África, para produção de copra são precisos dez anos para criar uma plantação de coqueiros, com dispendios e cuidados de tôda a sorte, enquanto para o babaçu isso se consegue com vinte dias de trabalho de um homem.

Não conheço economia, no Brasil, que possa sofrer tão pronta modificação como a dessa oleaginosa.

Se o poder publico, com recursos aliás bem modestos, e a iniciativa privada enfrentarem o problema, posto em seus exatos têrmos, será dada plena expressão a esta riqueza enorme, praticamente inexplorada, tal a de proporção do que existe e do que poderá ser aproveitado. E o Maranhão, nas terras férteis do Mearim, e dos outros vales, com transporte já organizado, tem capacidade para acolher em milhares de hectares devolutos milhares de familias e nordestinos perseguidos pela sêca.

Em vez de encaminhar-se ao sul, onde a obtenção de terra propria representa um sacrificio para o país e cria dificuldades de todá sorte, poderiam, nas terras devolutas da região dos cocais, tão grande como o Estado do Rio, de terra fertil, livre de malária, refazer uma existencia prospera e útil. Guardei viva a expressão de um caboclo cearense dono de florescente lavoura, plantada entre babaçus desmatados: "O Maranhão e um Ceará chovido. E agora estou aqui para tôda a vida".

E' um exemplo da apropriação do solo, sem a qual nunca o babaçu passará da economia extrativa, trabalhada por população de miséria quase inconcebível. Só ela o transformará em agricultura organizada, de caráter comercial, base indispensável de qualquer industria.

O Presidente da Republica lança as bases da Batalha da Produção

Programa duplo para estimular a produção e garantir a inversão de capitais na lavoura

O presidente Getúlio Vargas pronunciou, no programa radiofônico "A Voz do Brasil", o seguinte discurso:

"O ano que findou foi de restrições financeiras e de equilibrio orçamentário. Valorizou-se a nossa moeda e consolidou-se o crédito do Brasil no exterior. Êste novo ano será de realizações e de empreendimentos úteis.

O aumento da nossa produção não tem acompanhado o crescimento da população brasileira; e a população está crescendo mais depressa do que a produção alimentar. A média anual de crescimento da população brasileira é de cêrca de 3%. A nossa produção, entre os anos de 1945 e 1950, cresceu na média anual de 4,9%. Enquanto isso, o nosso consumo aumenta na média aproximadamente de 9%. Essas percentagens definem um dos aspectos mais importantes da crise economica do país. A população brasileira consome muito mais do que produz.

Capitalização maior que produção

Confrontando no mesmo período de 1945 a 1950, as quantidades respectivas de bens de consumo e de bens de capital, isto é, de bens que são consumidos pelo povo para satisfação de suas necessidades de subsistência e de confôrto e de bens que são poupados, economizados, acumulados para constituir capital — veremos que a média anual de crescimento foi de 6,4% para os bens de consumo e de 15,5% para os bens de capital. O que significa, em linguagem acessivel a toda a gente, que o nosso povo, nesses anos de após guerra, consumiu regularmente, produziu menos e capitalizou mais. A nossa produção tem sido insuficiente para atender a quantidade de bens de consumo e de bens de capital utilizados pelo povo. Êste consumiu e capitalizou então, durante êsses anos de baixa produção, à custa do que? Importando do exterior bens de consumo e bens de capital, em proporção maior do que podia e devia fazê-lo, tendo-se em vista o volume e valor das nossas exportações.

E não tivemos apenas uma produção insuficiente para os gastos internos. O elevado índice de 15,5% para o rítmo de crescimento dos bens de capital, em confronto com o baixo índice do aumento da produção inferior a 5%, mostra que nem tudo aquilo que se capitalizou no Brasil foi aplicado no desenvolvimento da produção. E capital não aplicado à produção significa capital amealhado em dinheiro, fonte e motivo de inflação e encarecimento da vida.

Programa duplo

Assim, a crise da economia brasileira se desenha nitidamente com um duplo aspecto: produção insuficiente utilização dos capitais disponiveis no desenvolvimento dessa mesma produção.

O programa de ação que se impõe ao Govêrno tem que ser duplo: de um lado, incrementar a produção, sob tôdas as suas formas; de outro lado, estimular, de tôdas as maneiras, a inversão de capitais na produção.

Já vos tenho falado a esse respeito, no que toca à nossa produção industrial, e já vos relatei, noutras ocasiões, o que está fazendo o meu Govêrno para criar e desenvolver no Brasil as industrias básicas, essenciais à sua recuperação econômica. Hoje vim tratar do outro aspecto igualmente fundamental, do mesmo problema: o da produção agrícola e pecuaria.

O crescimento anual de 4,9%, a que me referi, diz respeito à produção nacional no seu conjunto, isto é somadas a produção agrária e a industrial. Mas se isolarmos a primeira, o quadro ainda é mais desolador. A exceção de apenas duas culturas basicas — o arroz e o milho — nas quais se observou, em 1951, acréscimo de rendi-

mento por área de 1,5% a 3%, respectivamente, sobre o ano anterior, o restante dos produtos agrícolas vem tendo a sua produção diminuida por unidade de área. Para 1952, a perspectiva em nada melhorou.

Batalha da produção

O problema se apresenta, assim, como um dos mais graves, devendo assumir o aspecto de uma campanha, ou melhor de uma *batalha da produção*, indispensável a subsistência do povo brasileiro.

A quantidade de gêneros alimentícios, disponível para a população do país, nos últimos tempos, depois de deduzida a exportação, é hoje menor que em periodos mais distantes da nossa historia. Em muitos setores da produção agrária, se ainda não ha real escassez, caminhamos para lá mais rápidamente de que se julga. Cada trabalhador tirado dos campos e trazido para as cidades deixa de ser um produtor, para se transformar em consumidor, cujas exigências crescem na proporção da melhoria dos seus padroes de vida.

Hoje convoco, pois, todos os brasileiros, para essa gigantesca batalha da produção agrária, que deve ter, como já disse, um duplo objetivo: aumentar a produção agrícola e pecuaria do país e estimular a inversão de capitais no meio rural.

O aumento da produção se obterá pela fixação do homem ao campo, pela melhoria das condições tecnicas das culturas, pelo desenvolvimento dos transportes e do sistema de armazenamento e preservação das colheitas e por um financiamento que assegure um mínimo anual de produção agrária para os generos de primeira necessidade. A inversão de capitais na produção agrária se conseguirá, de um lado, pelo financiamento direto, feito pelo govêrno, através do Banco do Brasil, do Banco de Crédito Cooperativo, da Comissão de Financiamento da Produção e de outras instituições de crédito; de outro lado, pela garantia de retorno dos capitais aplicados ao meio rural, seja fixando preços mínimos de compra dos produtos da lavoura e pecuária, seja estabelecendo o seguro agricola.

Crédito agricola

Entre os nossos estabelecimentos agropecuários apenas 60 mil estão registrados no Ministério da Agricultura. E' indispensável que todos se registrem, que todos forneçam os índices de suas necessidades, que todos peçam o auxílio do govêrno, que não lhes será negado.

Nos primeiros nove meses do ano passado, isto e, até fins de setembro, a Carteira de Credito Agricola e Industrial do Banco do Brasil fez 10.837 empréstimos a lavoura, no valor de 2.099 milhoes de cruzeiros. Também foi assegurado o redesconto, no Banco do Brasil, dos títulos provenientes de empréstimos à lavoura e à pecuária, feitos pelos bancos particulares. E' num total de 11 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, representando o saldo das operações bancárias relativas ao crédito agrícola e pecuário, em 30 de setembro de 1951, 5 bilhões e 700 milhões provieram do Banco do Brasil e 6 bilhões e 200 milhoes foram fornecidos pelas outras organizações bancárias.

Mas nem tudo se deve esperar do govêrno, embora incumba a este ampliar, como já está ampliando, o crédito agricola nos bancos oficiais. Muito necessitamos também da cooperação particular. Os capitais privados precisam inverter-se na produção agrária de maneira muito mais intensa. Para isso, é necessário dar a esses capitais uma garantia efetiva e permanente de retorno, que os possa estimular.

Meios de garantir as inversões

Um dos alicerces dessa garantia será a instituição do seguro agricola, cujo plano já está sendo estudado pelo govêrno e que apesar de todas as dificuldades tecnicas que lhe são inerentes, esperamos possa, em breve, converter-se em mensagem ao Congresso Nacional.

O segundo alicerce — este passivel de execução imediata — é a garantia de preços mínimos de compra para os produtos da lavoura e pecuária, cuja ampliação proposta pelo meu governo foi aprovada pelo Congresso e consubstanciada na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro ultimo. O terceiro é a extensão do sistema de redescontos para os títulos provenientes de creditos concedidos à lavoura.

O quarto, será o reaparelhamento tecnico e financeiro do Ministério da Agricultura. Tem figurado este Ministério no Orçamento Geral da República, com apenas 5% das verbas totais. Muitos dos seus

serviços, já organizados, não se tem podido executar a contento por falta de recursos financeiros. Neste particular, apelamos também para o Congresso Nacional, no sentido de que coopere com o Executivo e o povo na grande batalha da produção agrária, aprovando todos os créditos que lhe forem solicitados pelo govêrno para os programas que já estão sendo elaborados e que têm por objetivo aumentar a produção agrícola e pecuária do país.

Nível mínimo de produção

Precisamos assegurar um mínimo anual de produção, que atinja, pelo menos, a média de 500 quilos por cabeça, que já foi a média anual brasileira entre 1930 e 1935. A produção de carne de boi abatido, por exemplo, nunca deve ser inferior a 6 milhões e 500 mil cabeças por ano; a de arroz em casca, deve alcançar o mínimo anual de 60 milhões de sacos; a do milho, 106 milhões de sacos por ano; a de feijão, 33 milhões de sacos; a de trigo, 600 mil toneladas; a de farinha de mandioca, 20 milhões de sacos; a de açúcar, 35 milhões de sacos; a de café, 18 milhões de sacos; a de algodão em caroço, 1 milhão e 500 mil toneladas — e assim por diante.

Êsse nível de produção é o correspondente às necessidades mínimas de consumo do povo brasileiro. Devemos aumentar a nossa produção agrária numa média anual de 10%, pelo menos no que toca aos gêneros alimentícios, e, para isso, devem conjugar-se os esforços de 3 Ministérios: o da Agricultura, que superintende a produção sob todos os seus aspectos; o da Fazenda que elabora o plano de financiamento; e o da Viação, que cuida dos transportes.

Somos uma nação de agricultores, onde 70% da população vive no campo e do campo, onde a agricultura é a fonte ainda preponderante de divisas para a aquisição de bens de produção — matérias-primas, equipamentos e produtos industriais — indispensáveis à nossa existência. Ora, cabe ao Ministério da Agricultura o amparo necessário aos empreendimentos que hão de permitir o aumento da produção agrária — desde a indicação das zonas apropriadas à expansão de determinadas lavouras, até a adoção de práticas mais adequadas de cultivo, adubação, defesa contra as pragas, colheita e armazenagem.

Coordenação de atividades

A mecanização lenta da agricultura ainda não bastou para superar a queda da produção do país. De modo geral, a falta de eficiente amparo técnico ao agricultor resulta de serem ainda precárias as condições de aparelhamento do Ministério da Agricultura e da sua carência de verbas. coordenação de atividades dos Ministérios deverá ser feita melhor e mais íntima as verbas destinadas ao desenvolvimento da Agricultura e Fazenda, a fim de que Durante a batalha da produção agrária, da produção agrícola e pecuária sejam aplicadas com maior mobilidade e presteza, sem delongas burocráticas, atendendo-se a que tais verbas, devendo aplicar-se no interior do país, nas mais variadas condições e sujeita a fatores imprevisíveis, não podem ficar condicionadas a processos administrativos morosos.

Nos financiamentos concedidos pelo govêrno aos agricultores, o aspecto financeiro deve sempre aliar-se ao aspecto técnico. Nenhum financiamento deverá ser concedido — salvo exceções justificadas — sem o pronunciamento do agrônomo, ou na sua falta dos especialistas em questões dessa natureza. O gerente do banco, nas mais distantes agências do interior, e o agrônomo regional ou itinerante, são elementos que deverão sempre agir de acordo.

Em onze meses do ano passado, concedeu o meu govêrno facilidades de câmbio para a importação de produtos destinados à lavoura — adubos, máquinas agrícolas, tratores e inseticidas — cujo valor ascendeu a quase um e meio bilhão de cruzeiros. Foi a maior importação da história da agricultura brasileira. Basta afirmar que só no ano de 1951, o número foi duas vêzes maior do que o total do qüinqüênio anterior.

Transportes e armazenagens

Entre os aspectos capitais da batalha pelo aumento da produção figura o plano de reaparelhamento dos portos considerado indispensável à circulação e distribuição normais de nossos produtos pelos consumidores. O govêrno vem encarando êsse problema com a maior diligência e em pouco começarão a se fazer sentir os efeitos do descongestionamento, dragagem e reaparelhamento dos portos, como reflexo

de medidas que serão levadas a efeito em todo o litoral brasileiro. O projeto geral de financiamento dos planos já aprovados, em moeda nacional e estrangeira, compreendendo igualmente o reequipamento das ferrovias e a aquisição de navios, está dependendo da aprovação do Congresso Nacional.

O plano de construção de silos, armazéns frigoríficos e matadouros industriais está sendo objeto de estudos da Comissão Mista e compreende a inversão de cêrca de 1 bilhão de cruzeiros — afora o aparelhamento do transporte frigorífico marítimo. Nesse plano foram contempladas 22 localidades de todo o país, desde os grandes centros como Distrito Federal, S. Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, até os portos menores.

Adotamos a política de prioridade de transportes para os generos de primeira necessidade, bem como a de redução de tarifas para os mesmos. Núcleos de colonização serão criados nas terras úmidas do Nordeste e do São Francisco e nas vizinhanças dos centros consumidores. O govêrno estimulará também a formação de "fazendas coletivas", que constituirão uma forma eficaz de associação cooperativista e que muito contribuirão para o fomento da produção.

Incremento das culturas

Culturas de grande importância para o abastecimento da população, como a do trigo, têm sido incrementadas com persistência. As 495 mil toneladas de trigo produzidas no Brasil em 1945 ainda não bastam para o nosso consumo. A fim de encorajar os triticultores, foram recentemente majorados em 20 cruzeiros os preços mínimos do produto da safra de 1951-52, a serem pagos aos produtores nos portos de embarque. Também um decreto de dezembro último autorizou a mistura, com a farinha de trigo, de farinhas sucedâneas, na proporção de 12%.

Importantes também foram os progressos realizados na Amazonia pela cultura da juta cuja safra, bem como a de fibras similares, já basta para atender ao consumo de nossas industrias.

Fixação do homem ao solo

Vão adiantados os estudos da reforma agrária, que visa fixar o homem do campo ao solo que cultiva, evitar as migrações periódicas e o êxodo das populações rurais e organizar pequenas granjas de produção, próximas aos centros de consumo. Nesse particular não foram poucos os encargos do govêrno no ano passado. Haja visto a ingente tarefa de socorrer as populações flageladas do Nordeste.

A sêca de 1951 foi duplamente desastrosa: fêz cair assustadoramente a produção em vasta área do país e provocou o êxodo de muitas dezenas de milhares de trabalhadores dos campos para as cidades.

O govêrno teve que abastecer de víveres as populações atingidas. Êsse abastecimento foi feito em larga escala, tendo-se gasto somas vultosas. Também teve que impedir o exôdo rural, amparando e dando trabalho aos retirantes, trabalho êsse que se revestiu da forma de obras públicas de interêsse duradouro para as regiões flageladas. A necessidade de utilizar e remunerar os braços arrancados à lavouro acelerou a construção de rodovias, ferrovias, pontes, açudes, canais de irrigação. Os gastos feitos pelos cofres federais, quer diretamente, quer por intermédio dos governos estaduais, para socorrer às populações desvalidas, serão assim ressarcidos, com proveito para essas mesmas populações, pelos benefícios oriundos de tantas obras de interêsse público, proporcionando o aumento e o mais fácil escoamento da produção local, e contribuindo ao mesmo tempo, para afastar ou amenizar as consequencias maléficas de sêcas futuras.

O vulto dos socorros prestados pelo govêrno Federal às populações do Nordeste se pode bem avaliar pelo montante das despesas feitas em 1951, que foram a mais de 1 bilhão de cruzeiros. A abertura de canais de irrigação, permitindo o aproveitamento agrícola das áreas assoladas é outro aspecto do combate às sêcas que mais importancia têm para o Nordeste.

Deter o encarecimento

Já foram melhoradas as condições de vida do trabalhador urbano. E' preciso melhorar as do trabalhador rural, dar-lhe novas condições de estabilidade e de conforto, melhores salários e maior garantia do trabalho e das colheitas. Todo aquêle que possui um trato de terra e não o aproveita para cultivar, pelo menos o necessário para o seu proprio consumo — está

contribuindo para o encarecimento da vida. Não se detém esse encarecimento apenas pelos processos já apontados, em que o principal meio de ação é a máquina do Governo; detém-se igualmente pela contribuição de cada um, evitando-se o desperdício, combatendo-se os lucros excessivos, promovendo-se a poupança entre as classes mais abastadas e a aplicação das reservas de capital na criação de novas fontes de produção.

Brasileiros: Está lançada a grande batalha de produção agrícola. Nela há de empenhar-se decisivamente o meu Governo. E para ela também conto com a sincera colaboração de todos os brasileiros, certo de que assim conseguiremos juntos um melhor padrão de vida para o nosso povo".

Mais alguns Subsídios para a História do Movimento Cooperativo do Brasil

FABIO LUZ FILHO
Presidente do C. N. E. C.

A revista "Cooperativismo" de dezembro de 1950 (hoje, infelizmente, extinta por determinação da atual diretoria do Banco Nacional de Crédito Cooperativo), publicou um trabalho de minha lavra sob o título "Subsídios para a história do movimento cooperativo brasileiro" no qual pus em relêvo a ação de um pugilo de idealistas que fizeram frente aos falsos bancos cooperativos, que, então (1926), dominavam o cenário cooperativo nacional considerados como organizações lídimas, tal a triste ignorância ambiente em tôrno de princípios, o que favorecia os embaùcadores.

Com o presente artigo trago mais algumas achegas a esse histórico, salientando fatos, ainda desconhecidos, dêsses pródromos da reação, oficial e particular, dêsse grupo, integrado por *Saturnino Brito*, por *Adolfo Gredilha* e pelo autor dêste, todos, na época, meros funcionários contratados (extranumerários) que podiam ser demitidos com uma simples penada...

Eu, como único agrônomo dêsse núcleo, formado em 1914, havia prestado rigoroso concurso perante seleta mesa examinadora.

Depois de titânica luta na vida privada (magistério, comércio, agricultura, imprensa), tive, com família por sustentar, que apelar para o serviço público, só tendo conseguido, após várias tentativas, essa colocação de contratado, iniquidade que mais tarde foi sanada, quando foram reconhecidos meus direitos, ingressando, então, no quadro efetivo por fôrça do aludido concurso.

Sou o único remanescente do grupo que ergueu os primeiros obstáculos à deturpação dos falsos bancos cooperativos com todo o apôio do *Dr. Arthur Torres Filho*, então digno diretor do Fomento Agrícola Federal, órgão a que pertencia a ex-Seção de Crédito Agrícola, que dirigi de janeiro de 1927 até 1933, quando se constituiu a Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista (atualmente Serviço de Economia Rural, no qual continuo em funções de chefia) dirigida pelo *Sr. Sarandí Raposo*, que havia longos anos servia no Ministério da Guerra, depois de sua atuação pioneira no Ministerio da Agricultura (1911) e na Sociedade Nacional de Agricultura.

Como acendalhas para a história do movimento cooperativo brasileiro, até à promulgação do decreto 22.239, fruto do mesmo esfôrço de idealismo e de patriotismo dos funcionários da ex-Seção de Crédito Agrícola, farei ligeiro relato das pugnas que travamos e das tergiversaçoes que enfrentamos.

Antes, porém, de entrar no histórico dêsses fatos, peço vênia para por em relêvo o ponto de vista doutrinário irredutível que, desde o início de minha atuação, com *Saturnino Brito*, mantivemos na chefia da Seção de Crédito, quer em pareceres, quer em livros, conferências, jornais, revistas e trabalhos oficiais como o Anuário de 1928 e o Boletim do Ministério da Agricultura de agôsto de 1929, dentre outros.

Mas, como oferecer, sem armas legais adequadas e eficientes, combate a uma situação alicerçada nas dubiedades de uma lei que os interessados invocavam sem cessar em sua defesa, a lei 1.637, liderados pelo *Dr. Plácido de Melo*, armado em paladino e internúncio do voto plural, e combatendo à sombra de franquias e prestígios politicos?

Os nossos pareceres aludiam com ênfase a êsses óbices pululantes, pareceres êsses que influiram na feitura das "Instruções complementares", muitos de cujos dispositivos vieram em 1932 incorporar-se ao decreto 22.239. A "Exposição doutrinária", também da lavra do *Dr. Adolfo Gredilha*, não deixou de receber o influxo de cautelas de ordem jurídica, perfeitamente compreensíveis.

O ponto de vista jurídico prevaleceu então, como não podia deixar de prevalecer, mas, infelizmente, em detrimento de princípios fundamentais de doutrina e em favor da ala proditória, que continuou a resistir.

Consegui fôssem introduzidas, no artigo 5.º letras *a* e *j* das "Instruções complementares", o limite de ações para os bancos tipo Luzzatti e juros consentâneos com o caráter popular dêles, o que nas "Instruções Complementares" revistas foram eliminados pelo *Dr. Adolfo Gredilha* por ferirem, a seu ver, a lei 1.637. Os relatórios e as restrições que fiz em pareceres, as considerações que aduzi no processo da "Exposição doutrinária", os quais, ampliadas, repeti no processo que encaminhou o Sr. Ministro os estatutos-modêlos de bancos Luzzatti, tudo isto frisa a minha atitude. O mesmo quando secundei as restrições feitas por *Saturnino Brito* aos mesmos estatutos, tendo tudo subido por cópia às mãos do Sr. Ministro. Em livros, jornais e revistas, trabalhos oficiais e pareceres, mantive-me sempre perfeitamente coerente com o meu ponto de vista ao lado de *Saturnino Brito*, na defesa dos fundamentos doutrinários do cooperativismo, impulsionado por essa flama de idealismo que recebi como herança preciosa de meu pai. Nunca deixei de fazer a propaganda dêsses princípios, multiplicando-se na Seção de Crédito para suprir a deficiência de funcionários de que se ressentia (o mal no Brasil é crônico), embora lhe coubesse uma das mais árduas, nobres e importantes tarefas do Ministério da Agricultura na época, exigindo conhecimentos agro-econômicos e econômico-sociais e uma forte dose de capacidade de trabalho e desinterêsse. Trabalhei, desde que assumi a chefia da Seção (janeiro de 1927, seção organizada em junho de 1926) constantemente fora das horas de expediente, e em minha própria casa, para dar vasão aos trabalhos, mimeografando pessoalmente estatutos, em dias sucessivos e exaustivos.

Os pródromos da reação oficial (1926), sofreram, não é possível negar, e manda a justiça que isto seja salientado mais uma vez, a influência salutar dêsse espírito culto, abnegado e desassombrado que foi *Saturnino Brito*, não só pela sua atuação oficial, com os esclarecimentos que prestava, como pelos seus trabalhos privados, de dissecação da lei 1.637 e dos estatutos dos pretensos bancos populares, antes e depois da organização definitiva da Seção de Crédito Agrícola e de ser baixado o decreto 17.339, de 2 de junho de 1926.

No relatório do *Dr. Arthur Torres Filho*, de 1926, vem o histórico dêsses pródromos da reação oficial.

Pois bem; constituida de modo precário a Seção de Crédito Agrícola, durante muito tempo ficou reduzida a tres funcionarios apenas e, depois, com a nomeação do *Dr. Adolfo Gredilha*, ficou integrada por quatro funcionários, que trabalharam incessantemente em prol da causa até 1933, multiplicando energias para atender ao expediente diário que constantemente se avolumava, e ao trabalho de propaganda escrita e prática, organizando estatutos, diretrizes para a fiscalização, para a contabilidade, e a parte burocrática pròpriamente, ainda encontrando fôrças para os trabalhos privados de propaganda. Êstes funcionários, como disse, eram *José Saturnino Brito, Adolfo Gredilha* e o signatário desta, tendo como auxiliares *Nestor Marialh Costa, Maria Isabel Veloso*, hoje *Maria Isabel Nóbrega de Siqueira* e, mais tarde, o *Sr. Arquimedes Taborda* (1932).

Entregue o trabalho inicial da Seção, em agôsto de 1926 (quando se constituiu definitivamente) a mim, a *Saturnino Brito* e a *Arruda Câmara* (que seis meses depois se retirou para prestar o seu auxilio à 1.ª Seção Técnica, desfalcada de elementos), começamos de estudar os documentos de 73 bancos e 57 caixas que haviam solicitado registro, prosseguindo sós, com a retirada do *Dr. Arruda Câmara*, tendo o apôio clarividente de *Arthur Torres Filho* e de *Luciano Pereira* e de *Eurico Dias Martins*, como diretor substituto, quando na Europa se encontrava o *Dr. Arthur Torres Filho*.

Assim começamos a construção do dique que deveria sustar a avalanche de bancos e caixas deturpadas.

Constituida a comissão para elaborar a regulamentação da lei 1.637, continuaram de ordem superior trancados os registros a bancos e caixas, e prosseguiram os nossos estudos e trabalho de propaganda aos interessados e às Inspetorias Agrícolas nos Estados.

A regulamentação não logrou a aprovação almejada. O *Dr. Washington Luis* negou-se a isto. A pressão política era grande. . .

A situação, em face dessa circunstancia, continuou a mesma que já vinha de 1926.

De abril de 1927, mais ou menos, época em que o decreto 17.339 foi suspenso, até 3 de agôsto de 1927, data em que foram encaminhadas as "Instruções complemen-

tares" ao Sr. Ministro *Dr. Lira Castro*, na intenção de por um paradeiro condigno à situação de "impasse" já exposta no relatório de 1926, dessa data até 3 de agosto de 1927, melhor, até a data em que foram baixadas as "Instruções", os nossos estudos, na Seção, continuaram, como continuou a nossa propaganda, tendo sido organizados estatutos de várias modalidades de cooperativas e trabalhos outros de divulgação, distribuindo a Seção às Inspetorias Agrícolas e aos governadores de Estado e a outros interessados o manual *Durand*, tendo feito também a distribuição de mil exemplares da monografia de *Wenceslau Bello* em edição do "Fomento Agrícola" e, mais tarde, os trabalhos de *Coppola D'Anna* e *Mário Bruno*. Foi o *Dr. Adolfo Gredilha* quem organizou, como jurista, as "Instruções complementares", tendo ingressado no quadro da Seção em 1927, datando daí em diante a sua atuação propriamente oficial, não falando no período em que trabalhou na elaboração da regulamentação da lei 1.637.

Assim, pois, um ano e meio decorreu em que eu e *Saturnino Brito*, inteiramente sós, colocamos um antemural, desassombrada e energicamente, ao registro de caixas e bancos, apoiados na prática mundial e nos ensinamentos dos mais preclaros mestres, enquanto o *Dr. Plácido de Melo* tangia a onda de resistência, como ainda forceja por fazer...

Nas "Instruções" aludidas, feitas com critério jurídico e aprovadas pelo Sr. Ministro em 24 de setembro de 1927, poderão notar que o regime de votação vinha claro, explícito, taxativo, categórico para as caixas rurais, e ambíguo, dúbio para os bancos. Ambíguo e dúbio em relação ao dispositivo claro das caixas, porquanto a interpretação real dele já haviam dado os belgas: o voto singular (vide *Namur*). Estava, pois, clara, nessas "Instruções", a intenção de não ferir a lei, contemporizando com uma situação de fato e atendendo a escrúpulos de ordem jurídica. E a supressão ulterior do acréscimo que fiz ao artigo 5.º das mesmas, e o parecer jurídico posterior do *Dr. Gredilha*, apenso aos estatutos-modêlos, confirmam essa minha afirmativa.

Que era essa a intenção, confirmou-a a "Exposição doutrinária".

Os efeitos dessa ambiguidade, decorrência do natural receio de ferir um princípio de ordem jurídica, procurei eu contrabalançá-los, na antevisão do que iria suceder, com os acréscimos a que me referi.

Foram baixadas as "Instruções" pelo Sr. Ministro, a 24 de setembro de 1927, provocadas pela ida do *Sr. Apolonio Perez* ao Norte em viagem de propaganda, a convite do governo de Pernambuco, como elemento de confiança do *Dr. Plácido de Melo*, também, parodoxalmente, funcionário da Seção de Crédito Agrícola e no gozo permanente de franquias.

O ilustre *Dr. José Enrico Dias Martins*, diretor interino, cientificado por mim do pé em que se encontrava a questão, para se eximir de qualquer responsabilidade e para que se firmasse definitivamente uma diretiva, enviou ao Sr. Ministro uma papeleta, com longa exposição, solicitando um pronunciamento definitivo de S. Excia. Esta papeleta não teve resposta, continuando bem pouco cômoda a situação da Seção.

Teve que prevalecer, assim, o ponto de vista jurídico, em detrimento da doutrina, maculada por uma lei dúbia.

O regime de votação, preconizado por uma propaganda de desvirtuamento, havia-se arraigado nos hábitos dos organizadores das cooperativas de crédito e era uma barreira tenaz que transpor, pelo apoio político que tinham. Contingências administrativas a que funcionários públicos não podem fugir; aranhol de leis e interêsses que emperram o livre surto de princípios, ideais, realizações. Nada mais.

Cheguei mesmo, no trabalho relativo aos estatutos-modêlos de bancos populares, a dizer: "O que resulta da prática cooperativista mundial é uma moral de solidariedade e um direito cooperativo que estende o manto protestor da cooperação a todos os infelizes que imperam o seu generoso apoio, sem indagar cautelosamente se o direito positivo, eivado do espírito dos "intelligenz", não carregará o cenho ao saber-se violado"...

Para mais uma vez frisar que determinadas considerações jurídicas nunca nos fizeram recuar, a mim e a *Saturnino Brito*, para deprimir princípios mundialmente firmados como sagrados e imutáveis, aí está o registro do "Banco de Crédito do Brasil" (1932), o primeiro a ser registrado na então Diretoria como primeiro fruto da propaganda da pequena mas trabalhosa Seção. Êste banco modificou seus estatutos mais de uma vez. Estava perfeitamente dentro dos do tipo Luzzatti, tendo ado-

tado até dois orgãos que existem em todos os bancos populares italianos: a comissão de desconto e o conselho de probos ou árbitros. Foi o primeiro no Brasil a se integrar nos moldes lídimos. Nêle era taxativo o voto singular. Foi registrado em 21 de novembro de 1927.

No exame de documentos de todos os bancos e caixas que então solicitavam registro por fôrça do decreto 17.339, de 2 de junho de 1926, estudos que precioso contingente trouxeram para o decreto 22.239, eram berrantes as deformações de princípios, pois, além do voto plural, prescreviam, muitas "cooperativas", em seus estatutos, até mesmo o *quorum* pelo número de ações (a denominação, na época, era esta). Mas, a resistência passiva continuava, com um constante acolitar de bastidores e uma incansável manobra de envolvimento de políticos e pessoas influentes, e até de clérigos.

A "Exposição doutrinária" foi publicada no "Diário Oficial" de 18 de maio de 1928.

Os "bancos cooperativos" e as caixas rurais continuavam, como disse, a resistência, tendo até divulgado, por influência do *Dr. Plácido de Melo*, um folheto do *Dr. Miguel Calmon*, num ridículo clangorar de vitória, em clarinadas de triunfo, um folheto em que êste ilustre político defendia o voto plural com argumentos muito aquém de sua brilhante inteligência.

Após vai-vens, indecisões, tergiversações compreensíveis num ambiente turvado pelas lutas, além das considerações de ordem legal e jurídica, começamos de enviar a "Exposição doutrinária", acompanhada de ofícios, às caixas rurais, com apôio em conceitos doutrinários de *Raiffeisen, Durand, Wollemborg*, etc. Nestes ofícios mostramos as impropriedades de certas operações que podiam tirar às caixas seu caráter puro e simples, etc. Frisamos como o confessionalismo não se harmonizava com a essência dessas organizações, instrumentos de ajuda-mútua que não podem deixar-se penetrar por discriminações raciais, políticas ou religiosas, de vez que algumas do Norte chegavam ao absurdo de conceder, estatutàriamente, aos bispos o poder de anular assembléias ou suas decisões!!

As "Instruções" foram suspensas novamente e um interregno sobreveio até 1932.

O advento do decreto 22.239 pôs têrmo a toda essa resistência inglória, e os postulados cooperativos nunca mais sofreram os engates adúncos dos deturpadores, a não ser um ou outro obstinado, obcecado, caturra, embezerrado ou pouco ciente do que sejam princípios rochdalianos, ou sandosistas do predomínio capitalístico. "*Caecus non judicat de colore...*" principalmente quando se trata da bandeira arco-irisada do cooperativismo...

Não fôra essa fibra na resistência e teríamos até hoje falsos apóstolos pontificando e as pseudo cooperativas pululando...

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico
Eng.º Agronomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO

Redator Secretário
Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 1.º andar. Tel. 33-1132
End. Tel. "LINEFE", C. A. 7257
SÃO PAULO

A Imprensa e os Problemas do Homem Rural

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

A imprensa, especialmente a imprensa agrícola, está reservada, sem dúvida, uma relevante função educativa no sentido da elevação do nível de conhecimentos de nossa população rural que, infelizmente, em sua maior parte permanece ainda em um rotinismo e empirismo que só se justificam pela falta de uma conveniente educacional.

É indispensável, e imprescindível mesmo, que o nosso homem rural adquira o hábito da leitura; leitura útil e educativa; leitura sadia e construtiva; leitura que o valorize e o eleve cultural e socialmente.

Para isso torna-se mistér:

a) uma eficiente campanha de alfabetização, pois apesar do que já se tem feito, elevadíssimo é ainda, infelizmente, o índice de analfabetismo na zona rural;

b) a colaboração de uma imprensa agrícola convenientemente orientada que preencha, a contento, suas elevadas finalidades.

Muito tem sido enaltecida, — e com justa razão —, a campanha de alfabetização que vem sendo conduzida com entusiasmo, especialmente nos últimos anos, visando ensinar a ler, escrever e contar, a todos os brasileiros, de todas as idades (ao lado do ensino primário pròpriamente dito, a campanha de alfabetização de adultos).

De fato, o progresso cultural e social de um país caminha paralelamente à elevação do nível de conhecimentos de suas populações.

Quanto menos elevado o índice de analfabetismo, tanto mais progressista o país, tanto mais esclarecido e orientado o seu povo.

Por outro lado, muito tem sido criticada a alfabetização como um fator de emigração do homem do campo para a cidade; como um fator, portanto, do exodo rural que vem alarmando aqueles que se preocupam com os problemas agrícolas, pelas graves consequências que isso representa para a economia do país.

Não resta dúvida que é preciso alfabetizar o nosso povo, especialmente a nossa população rural que vive na mais completa ignorância; mas não é a simples alfabetização que precisamos levar ao nosso homem rural; é uma alfabetização acompanhada de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio rural; de identificação do indivíduo com a sociedade rural, a fim de que êle possa melhorá-la e valorizá-la.

É preciso, sobretudo, que o alfabetizado da zona rural sinta entusiasmo e compreenda a vida rural; se interesse pelos problemas regionais; possa estudá-los e resolvê-los; e, finalmente, encontre os meios que necessita para ampliar seus conhecimentos e utilizá-los em benefício da sociedade rural da qual ele faz parte, não como um elemento isolado, mas como um dos elos da cadeia que liga e aproxima os homens em face dos problemas comuns; do auxílio mutuo diante das adversidades; da indispensável cooperação e colaboração, bases de uma perfeita organização social.

Não basta aprender a ler.

É preciso que o nosso homem rural saiba ler, tenha capacidade para compreender e refletir sobre o que lhe seja dado ler.

De outra maneira não se compreende a leitura.

A alfabetização e a educação não podem ser separadas; precisam caminhar juntas para que o homem rural sinta-se mais valorizado, seja ajustado à vida que lhe cabe; realize algo em proveito de uma sociedade rural melhor esclarecida e orientada sobre os seus problemas.

O alfabetizado só é útil quando, com os ensinamentos recebidos é capaz de progredir cultural e socialmente; melhorando e ampliando os seus conhecimentos, as suas aptidões, as suas atitudes; quando é capaz de concorrer para o progresso da sociedade em que vive.

Não basta ensinar - ler, escrever e contar.

É preciso também educar; ministrar conhecimentos vários que concorram para a valorização do indivíduo.

É nesse sentido que a imprensa, indo de encontro as necessidades do meio rural, deve constituir um fator educativo de grande relevância, e como tal, encarada como uma necessidade imperiosa.

O alfabetizado do meio rural quando não esclarecido, sem uma conveniente orientação, sem uma leitura útil e educativa, segue, via de regra, dois caminhos:

a) emigra para as cidades em procura de outro meio de vida a que se julga merecedor por ja saber ler, escrever e contar;

b) continua no campo, na mesma vida que levava antes; não lê porque não encontra o que ler; e, não raro, acaba esquecendo o que aprendeu, porque aprendeu pouco e não teve oportunidade de consolidar mais os conhecimentos adquiridos.

Pouco ou nada adianta uma alfabetização nessas condições, porque:

a) no primeiro caso, ele será, nas cidades, um desajustado, pois o pouco que aprendeu não lhe da grandes perspectivas, nem ele está preparado para a vida nos grandes centros, onde as condições são inteiramente diversas das do meio rural;

b) no segundo caso ele não se beneficia com a grande conquista de ter sido alfabetizado, porque ele não continua lendo, não lhe é proporcionada uma leitura útil e educativa; enfim, ele continuará alheio à valorização da sociedade rural pela elevação do elemento humano.

É preciso, pois, não só um trabalho de alfabetização educativa de larga envergadura, como tambem o concurso de uma imprensa a serviço do meio rural que proporcione uma leitura útil, agradável e instrutiva, que concorra:

a) para ajustar o homem do campo ao meio rural, esclarecendo-o sobre os problemas regionais, como encará-los e resolvê-los dentro da realidade brasileira;

b) para ajustar o homem às necessidades da vida rural, proporcionando-lhe os ensinamentos indispensaveis para que ele seja um verdadeiro construtor de riquezas;

c) para ensinar a amar e dignificar o trabalho, mostrando o que representa o trabalho criterioso e convenientemente orientado.

d) para fixar o homem à terra, salientando o perigo do exodo rural para o indivíduo, para o proprio meio rural e para o país;

e) para melhorar a eficiencia do trabalho rural, através de ensinamentos uteis e oportunos;

f) para criar um ambiente favoravel à sociabilidade da população rural, a fim de que ela melhor esclarecida e orientada, possa cooperar eficientemente para o bem estar coletivo;

g) para proporcionar, enfim, ao homem rural, uma vida mais alegre e feliz.

Educar para a vida, valorizar o homem rural, cooperar para o engrandecimento do país através da elevação do nivel de vida de mais de dois terços da população, eis, em síntese, a grande obra educativa que deve caber à imprensa agrícola — a imprensa a serviço do meio rural.

E preciso, pois, não só incentivar e facilitar a expansão da imprensa a serviço do meio rural, como ainda, aproveitando os recursos ja existentes, promover uma campanha de grande envergadura no sentido dos jornais já existentes no interior dedicarem maior atenção ao homem do campo e aos seus problemas.

A imprensa que sempre foi o baluarte das grandes campanhas, dos grandes movimentos em prol do engrandecimento do país, e será o alicerce que consolidará a grandiosa obra de educação do homem rural e valorização do meio.

A imprensa especialmente dedicada ao meio rural deve apresentar, entre outras, as seguintes caracteristicas:

a) redação clara, precisa e objetiva, a fim de que seja accessivel a todos, até mesmo aos menos cultos;

b) boa ilustração, com fotografias, desenhos, esquemas, etc., claros, sugestivos e elucidativos, que facilitem a compreensão dos textos;

c) artigos de preferência curtos, bastante objetivos, sobre os mais variados problemas agricolas, especialmente os relativos ao racional aproveitamento do solo, aos mais convenientes métodos de cultura, aos indispensaveis trabalhos de recuperação, proteção e conservação do solo, às diretrizes que devem ser observadas na criação dos animais domésticos, aos metodos mais eficientes de combate às doenças e pragas, ao reflorestamento, à pequena industrialização dos produtos agricolas, e tantas outras questões de re-

levante importancia para a orientação do trabalho agrícola;

d) apresentação de artigos precisos e oportunos sôbre educação, sociologia, moral, etc., isto é, temas eminentemente educativos visando a formação humana de nossas populações rurais, o aprimoramento de seu caráter, de suas qualidades morais, etc.;

e) divulgação de temas bastante sugestivos sôbre os problemas relativos à higiene rural e boa alimentação, que são, em sua maior parte desconhecidos pela nossa população rural;

f) apresentação de um pequeno noticiário informativo sôbre mercados, cotação de produtos agrícolas, situação econômica, etc.;

g) manutenção de uma seção de consultas destinada a esclarecer as dúvidas dos lavradores e criadores, orientando-os sôbre como melhor conduzir suas atividades;

h) artigos sôbre a situação do país, seus problemas fundamentais, seus recursos e possibilidades, etc., dentro de um critério eminentemente educativo e ilustrativo;

f) realização de campanhas de grande interêsse para o meio rural, como por exemplo campanhas em prol do cooperativismo, da arregimentação em tôrno das associações de classe, etc.;

g) patrocinar concursos, exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc.

É preciso que a imprensa, imprensa sadia e construtora, exercendo sua elevada finalidade de informar e educar, dedique maior atenção ao nosso meio rural que tem estado sempre isolado porque, via de regra, temos feito uma politica de litoral, sem penetração no interior do país.

É preciso levar a cultura e a educação até o nosso homem rural.

Oxalá, em um futuro próximo possamos contar com a valiosa e indispensável colaboração de uma imprensa a serviço do meio rural que promova a valorização de nossa população rural que, apesar de constituir o baluarte de nossa economia vive quase que divorciada do resto do país.

CONCLUSÕES

1 — É preciso levar a cultura e a educação até o nosso homem rural.

2 — É preciso que paralelamente a um trabalho de alfabetização educativa seja proporcionada ao homem rural uma leitura sadia e construtiva, leitura que o valorize e o eleve cultural e socialmente.

3 — À imprensa, especialmente à imprensa agrícola, está reservada uma relevante função educativa, no sentido da elevação do nivel de conhecimentos de nossa população rural.

4 — É indispensável que por todos os meios se promova, incentive e facilite a expansão da imprensa a serviço do meio rural.

5 — A imprensa dedicada ao meio rural é o alicerce que consolidará a grandiosa obra de educação do homem rural e valorização do meio onde êle vive.

OBS. — O presente trabalho foi apresentado à Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de março de 1952 pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira. A presente tese, relatada pelo Dr. Samuel de Carvalho Chaves, foi unanimemente aprovada na sessão plenária do dia 7-3-1952.

PREVISÕES DA SAFRA ALGODOEIRA DE 1952

Acaba o S. E. P. de divulgar a primeira previsão da produção de algodão em caroço, na parte do país onde essa cultura se verifica mais cedo do que nas demais. Os resultados dessa previsão referem-se à área cultivada e à quantidade esperada.

Quanto à area os dados são os seguintes, em hectares: Minas Gerais, 75.561, São Paulo, 1.320.158, Paraná, 86.720, Santa Catarina, 223.

Conforme o rendimento esperado na colheita nessa área, a produção prevista, em toneladas é o seguinte: Minas Gerais, 44.640, São Paulo, 854.309, Paraná, 54.204, Santa Catarina, 48. Embora os resultados correspondentes ao ano de 1951 tenham sido publicados sujeitos a retificação, a comparação entre êles e os que acabam de ser divulgados, apontam aumento da produção algodoeira nos três primeiros Estados, especialmente em São Paulo, da ordem de 150 mil toneladas, e no Paraná, 12 mil toneladas.

O Leite e os Laticinios

Na Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo

OTTO FRENSEL
Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura

(Especial para A LAVOURA)

A oportuna iniciativa da Sociedade Rural Brasileira, convocando a realização de mais uma Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo, nos dias 2 a 9 do mês de março corrente, merece os mais francos elogios, não só pela sua oportunidade e de seu bem organizado temário, como pelo brilhante trabalho de realização.

Foi para nós motivo de grande satisfação a honrosa distinção com que, mais uma vez, o nosso grande amigo e eminente mestre, Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, resolveu designar-nos para participarmos da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura àquela importante iniciativa.

Essa delegação foi chefiada pelo nosso 2.º Vice-Presidente, Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Ministro do Conselho Nacional de Economia, personalidade das mais conhecidas e respeitadas nas classes produtoras nacionais, bem como dos nossos amigos e companheiros de Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, Srs. Professores Drs. Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira e Rômulo Cavina.

Não cabe a nós fazermos aqui um relato detalhado dessa Mesa Redonda da Agricultura, pois, outros o farão com mais brilho e melhor conhecimento de causa. Limitar-nos-emos, apenas, a apreciar assuntos de nossa especialização qual seja a do leite e de seus derivados.

Antes de entrar nestas apreciações, desejamos, porém, realçar o cordial e hospitaleiro acolhimento com que fomos distinguidos pela Diretoria da Sociedade Rural Brasileira e seus dignos funcionários, deixando aqui os nossos melhores agradecimentos.

Cumpre-nos, também, realçar, no meio de tantas competentes e dinâmicas personalidades, os nomes de dois homens com os quais tivemos contacto mais direto: os Srs. Dr. Alberto Prado Guimarães, Secretario Geral e o nosso companheiro Professor Geraldo Goulart da Silveira. A sua incansavel e competente atividade nos impressionou profundamente e o grande êxito da Mesa Redonda da Agricultura em São Paulo, certamente, foi devida, em grande parte, às elevadas qualidades que demonstraram nessa oportunidade.

As teses, referentes a leite e seus derivados, foram, relativamente, poucas, mas de grande valor e profunda relevância. Incluidas num total de 89 teses, foram as mesmas, como as demais, embora longamente discutidas, aprovadas e encaminhadas. Tais teses, interessando a produção de leite e derivados, foram as seguintes:

"Leite, carne e adubos", por Mario de Souza Queiroz;

"Estudo sobre a tecnologia do queijo prato", por Francisco do Amaral Rogick;

"Padronização do leite", por Francisco do Amaral Rogick;

"Custo de produção do leite no Estado de São Paulo", por Fidelis Alves Netto;

"Considerações sôbre alimentação de vacas leiteiras", por Breno M. Martins de Andrade;

"Principais causas da falta de carne e leite", por José Peres de Oliveira;

"Considerações em tôrno do Projeto de Leite n.º 1.576", por Otto Frensel; e

"Impôsto de consumo sôbre derivados do leite de fabricação nacional", por Otto Frensel.

Tivemos ensejo de apresentar dois trabalhos, respectivamente intitulados: — "Considerações em tôrno do Projeto de Lei n.º 1.576" e "Impôsto de Consumo sôbre Derivados do Leite de Fabricação Nacional". Ambos mereceram aprovação unânime, graças aos brilhantes pareceres dos seus ilustres relatores, Srs. Drs. Alberto Ravache e Octacilio Tomanik.

Infelizmente o tempo não nos permitiu efetuar uma série de visitas que tinhamos em mente. Ainda assim tivemos, novamente, ensejo de admirar as grandiosas instalações da S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios "Vigor", bem como da Cooperativa Central de Lacticínios do Estado de São Paulo, Sociedade de Lacticínios "Dominio" Ltda. e da Sociedade União de Lacticínios Ltda. Em tôda parte tivemos o costumeiro amável acolhimento e a todos deixamos aqui os nossos melhores agradecimentos. Em companhia do nosso amigo, Sr. Francisco da Silva Villela, Presidente do Sindicato da Indústria de Lacticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, tivemos ensejo de visitar a moderna usina de beneficiamento, de propriedade de sua firma em Jundiai. Foi uma visita agradável e instrutiva.

A Mecanização da Lavoura

INSTRUÇÕES AOS LAVRADORES QUE DESEJAM CONJUNTOS MOTO-MECANIZADOS

No ano passado, o govêrno concedeu facilidade de câmbio para a importação de produtos destinados à mecanização da lavoura — maquinas agricolas e tratores — no valor de um e meio bilhão de cruzeiros. Em declarações à imprensa, acrescentou o dr. Cid Távora, presidente da Comissão Permanente de Revenda do Ministério da Agricultura, que só no ano de 1951 o número de tratores distribuidos foi duas vezes maior que o total do quinquênio anterior. Declarou ainda que tal orientação permitiu que no ano passado o proprio govêrno norte-americano proclamasse ao mundo que o Brasil se colocou em primeiro lugar na aquisição de tratores, em número de mais de 10 mil, quase igualando o número total daquelas maquinas existentes no país.

Esclareceu o dr. Cid Távora que o titular da Agricultura, como homem do campo que é, dedicou-se à solução do problema da mecanização do país porque está capacitado das razões técnicas que conduzem a êsse inadiável empreendimento:

a mecanização transforma os produtos agrícolas e os beneficia, ao mesmo tempo que os classifica para serem entregues ao consumo; reduz o custo da produção porque multiplica o esfôrço humano; possibilita o aproveitamento de areas maiores e auxilia os técnicos no fomento da produção, permitindo melhor aproveitamento das reservas naturais; significa ainda o retôrno, de maneira indireta, dos braços tirados do labor agricola pela indústria.

A Comissão de Revenda, para facilitar aos agricultores, desde o Rio Grande do Sul ao Amazonas, envia para as Secções do Fomento Agricola conjuntos moto-mecanizados para revenda pelo preço do custo e a prazo, de acôrdo com o convênio estabelecido com o Banco do Brasil. As condições de compra são as mais suaves possiveis, constituido o plano de revenda no pagamento de 25 por cento do preço à vista e o restante em três anos, por prestações semestrais. Basta que o agricultor requeira ou diretamente à Comissão Permanente de Revenda ou as Secções de Fomento Agricola nos Estados. Até os primeiros dias de maio corrente já foram revendidos 192 conjuntos agricolas no valor de mais de 20 milhões de cruzeiros. A disposição dos agricultores do país existem nos Estados 166 conjuntos, numero que será aumentado com a chegada, dentro de breves dias, de 400 tratores alemães. Ainda nesse periodo, o Ministerio importou 500 jeeps, revendidos aos agricultores completamente equipados.

Conservação do Solo

(Conclusão)

Engº Agr. Altir A. M. Correia

VIII

O terraceamento é um dos processos seguros de combate à erosão e consiste na construção de um grupo de terraços.

O terraceamento pode ser aplicado em encostas com declive desde 1%; porem, dado ao seu custo re- superiores a 6%, executando-se outras práticas, em lativamente elevado, só é aconselhavel em declives declives inferiores.

TERRAÇO

E' um conjunto formado por um canal e um dique, largos e rasos, dispostos de espaço ,no sentido da curva de nivel, com a finalidade de absorver e escoar a água da chuva que cai sôbre ele e na área que lhe fica acima.

Os terraços são dispostos de espaço a espaço no terreno, com a finalidade de dividir a encosta em pequenas áreas. Nestas áreas, assim reduzidas, a água da chuva que cair não ganhará grande velocidade no escorrer, nem atingirá volume apreciavel, causas estas que aumentam a fôrça da agua, provocando a erosão.

Pela definição de terraço, vê-se que há dois tipos: de absorção, tambem chamado de infiltração, e de escoamento, ou de drenagem.

TERRAÇO DE ABSORÇÃO OU DE INFILTRAÇÃO

É um terraço construido com o objetivo de reter reter tôda a água da chuva que correr da área que lhe fica superiormente. Dessa água retirada em seu canal, parte se infiltra e parte se evapora, não causando, pois, danos à area que lhe fica abaixo.

TERRAÇO DE ESCOAMENTO OU DE DRENAGEM

É um terraço construido com o objetivo de reter a água que escorre da área que lhe fica superiormente e escoar esta água para um determinado local, com pequena velocidade, não causando erosão, nem no canal, nem no local para onde corre.

Êsse lugar, previamente preparado para receber e escoar a agua do terraço, é chamado escoadouro ou canal escoadouro.

ESCOADOURO

Podem ser naturais ou artificiais. São naturais os que já existem, como corregos, rios, lagoas, florestas, pastos, leito de estradas antigas, etc. São artificiais, os construidos especialmente para levarem a um escoadouro natural a água coletada no terraço. Êstes escoadouros artificiais devem sempre ser vegetados, ou disporem mesmo de barragens ou paliçadas, para evitar a erosão em seu leito.

MARCAÇÃO DOS TERRAÇOS

Os terraços são marcados em curva de nível. Na construção de terraços do tipo absorção, eles são locados em nivel. Desejando-se construir os de drenagem, locam-se com queda ou desnível. Esse desnivel pode ser uniforme ou variavel.

Diz-se desnivel uniforme quando a queda não varia, e é sempre a mesma em tôda a extensão do terraço. Desnivel variavel é aquêle que varia de espaço a espaço, segundo o comprimento do terreno.

Por exemplo: marcar um terraço com 2‰ de desnivel uniforme, significa que, a partir da estaca inicial, a tôda estaca que se locar dar-se-á essa queda (dois por mil); ou seja, um desnível de 2 cm. em cada 10 m.

Para o desnivel variável, usa-se a seguinte tabela, de acôrdo com a extensão do terreno.

Comprimento do terraço	Desnivel em nivel
0 — 100 metros	
100 — 200 "	1 o/oo
200 — 300 "	2 o/oo
300 — 400 "	3 o/oo
400 — 500 "	4 o/oo
500 — 600 "	5 o/oo

O desnivel de 5 o/oo (ou 0,5%) é o limite recomendado para que não haja erosão no canal do terraço, quando a agua correr nele.

MEDIDAS DO TERRAÇO

O terraço, como já foi explicado, é formado por um canal e um dique. A profundidade do canal e a altura do dique podem variar de 40 a 60 cm. A largura do canal e a largura do dique variam de 2,50 a 4 m.

Essa variação de medidas é função do declive do terreno. Em terrenos de maior declive os canais serão mais profundos e, portanto, mais estreitos; nos terrenos de pouco declive, os canais serão mais rasos e mais largos.

Não é aconselhavel a construção de terraços muito compridos. Usa-se o limite maximo de 500 m. para terras arenosas e de 600 m. para terras argilosas, bem permeáveis.

Quando o comprimento do terraço exceder êsses limites, deve-se construir um canal escoadouro.

DISTANCIA ENTRE OS TERRAÇOS

A distância ou espaçamento entre os terraços é variável em função do tipo de solo e do grau de declive da encosta.

Há algumas formulas e tabelas usadas para determinação da distancia entre os terraços. Pode-se utilizar a tabela abaixo, como recomendada, lembrando-se sempre o lavrador que é preferivel reduzir a distancia entre os terraços, que aumentar.

Declividade do terreno	Distancia no terreno
Até 1%	80 metros
de 1 a 2%	50 "
de 2 a 3%	40 "
de 3 a 5%	30 "
de 5 a 7%	28 "
de 7 a 9%	20 "

de 0 a 11%, ...	22	"
de 11 a 13%, ...	20	"
de 13 a 16%, ...	19	"
de 16 a 20%, ...	1[illegible]	"

DEMARCAÇÃO DO TERRACEAMENTO

A demarcação ou locação dos terraços é sempre feita de cima para baixo. A locação pode ser feita com instrumentos rústicos ou de precisão. Por ser o terraceamento um processo de contrôle da erosão relativamente dispendioso, é preferível, se possível, que a locação seja feita com aparelhos de precisão, ficando o serviço mais perfeito.

As estacas podem ser locadas de 15 em 15 m. até de 30 em 30 m., conforme o terreno seja mais ou menos uniforme. As estacas devem ser de altura tal que sejam bem visíveis pelos operários encarregados da construção do terraço. São recomendadas estacas de 0,80 a 1,20 m.

Depois de locadas, as curvas de nível devem ser suavizadas, o que quer dizer, deslocadas as estacas um pouco para cima ou para baixo, sempre fazendo compensação, nos pontos necessários, de modo a que a curva não apresente pontos muito afastados, os quais requererão curvas rápidas da tração e implementos apropriados para construir o terraço.

CONSTRUÇÃO

A construção dos terraços pode ser feita com a enxada, com arado e enxada, com plaininhas a tração animal, com plainas a tração motora e com terraceadeiras a tração motora.

O equipamento utilizado varia com as posses do agricultor e também com a área a ser terraceada. Se a área for pequena, não compensará a aquisição de maquinaria especial, por ser cara. Neste caso, pode-se construir os terraços com o arado, ou adquirir uma pequena plaina de madeira (plaininha).

A área a ser terraceada sendo grande e compensativa a compra de implemento especial.

Os equipamentos de tamanho médio são os mais aconselháveis, por facilitarem as manobras.

Há inúmeros processos de construção de terraços, variando com o equipamento utilizado, com as condições do solo e com a preferência do encarregado ad construção.

Os processos de construção tem por base remover a terra do canal e colocá-la acumulada, de modo a formar o dique. Quanto maior for a capacidade de remoção de terra na construção, mais rápida será esta e menor o número pe passadas (viagens) necessárias para a construção de cada terraço.

A construção do terraço pode ser feita removendo-se a terra somente da parte do terreno inferior ao dique; neste caso teremos um terraço "Nichols" ou de construção pelo lado de cima. Pode-se retirar terra da parte do terreno acima e abaixo do dique; e neste caso teremos um terraço "Mangum", ou de construção pelos dois lados.

A construção do terraço, retirando terra só do lado de cima é aconselhável quando se dispõe de um equipamento reversível. Apresenta a vantagem de, removendo somente terra de cima para baixo, ser necessário menor esfôrço de tração. Êste processo é aconselhável em terrenos de declives fortes e solos pouco permeáveis.

O terraço "Mangum" é aconselhável para equipamento não reversível e solos permeáveis. Neste tipo de construção, o terraço poderá ficar com um ou dois canais, sendo o do lado de cima do dique o principal e maior; o do lado de baixo, de capacidade menor, serve somente para reter o excesso de água que porventura ultrapassar o dique.

CONSERVAÇÃO DOS TERRAÇOS

Depois dos terraços construídos, se não forem conservados, todo o trabalho ficará perdido. A conservação consiste em percorrer os terraços após cada chuva forte e verificar os pontos vulneráveis, isto é, os locais onde o dique se apresente fraco, passível de ser rompido pela água. Nestes pontos, com a enxada, deve-se aumentar a altura do dique.

Todo ano, após o preparo do terreno, deve-se ter o cuidado de limpar bem o canal, retirando a terra que a água trouxe da área superior e colocando-a sôbre o dique. A limpeza é feita com o mesmo implemento que executou a construção.

CUSTO DO TERRACEAMENTO

O custo do terraceamento é muito variável. O preço da construção varia com: a prática dos operários que executam os terraços; habilidade de quem os marcou; homogeneidade do terreno; tipo de solo; se o solo é ou não profundo, o grau de umidade do solo; quantidade de obstáculos sôbre o terreno, como sejam, pedras e tocos; a fôrça de tração empregada; o implemento utilizado; grau de declive da encosta; a presença ou ausência de sulcos; enfim, o custo é função de uma grande série de fatôres, todos êles variáveis.

A prática de proteger e executar um sistema de terraceamento é muito importante. Se os terraços forem mal projetados e construídos, poderão causar mais danos que benefícios. É aconselhável que o primeiro terraceamento seja executado sob a orientação de um engenheiro agrônomo.

PLANTAÇÃO

A semeadura das culturas entre os terraços é feita em curva de nível, obedecendo a um dos três processos abaixo:

1.º — Em linhas paralelas ao terraço de cima, terminando as ruas mortas ou incompletas no terraço abaixo,

2.º — Em linhas paralelas ao terraço de baixo, terminando as linhas incompletas no terreno acima; e

3.º — Em linhas paralelas, sendo uma ao terraço de cima e outra ao de baixo, alternadamente, ficando as ruas incompletas ou mortas, mais ou menos no meio da área, entre um terraço e outro.

É aconselhável plantar-se no canal e mesmo sôbre o dique uma cultura mais densa do que a semeada entre os terraços. Esta cultura de densidade maior (maior número de plantas por área) visa proteger o canal e o dique contra a erosão.

CULTURA CONSORCIADA

O terraceamento é um bom método para controlar a erosão, recomendando-se declives superiores a 6%. Em terrenos com mais de 12% a sua eficiência diminui muito. É aconselhável, em encostas com declive superior a 12%, o uso de uma cultura consorciada, formada por um renque de vegetação densa, plantado entre um terraço e outro, ou sôbre o canal ou dique. Para êsse renque (fileira) são usadas as seguintes plantas: vetiver, herva cidreira, capim chorão, cana de açúcar, capim australiano, capim elefante, etc. Êsse renque é plantado

densamente de modo a constituir uma barreira que diminua a velocidade da água.

VANTAGENS DO TERRACEAMENTO

Inúmeras têm sido as experiências realizadas, que provaram sempre ser menor a erosão em terrenos terraceados do que nos não terraceados. Em ensaios efetuados pelo Instituto Agronômico de São Paulo, foram obtidos os seguintes resultados:

	Terreno com terraços	Sem terraços
Terra arrastada ...	290 K/Ha ...	2.160 K/Ha

O terraceamento pode ser aplicado tanto para culturas anuais como para as perenes e é adaptado a todos os tipos de solo.

Dividindo o campo em áreas pequenas, os terraços controlam a água das chuvas, de modo a não permitir a formação de enxurrada, possibilitando a permanência das culturas e adubos no terreno, sem que sofram arrastamento para outros locais. Retendo a água da chuva, aumentam a infiltração, põem à disposição das plantas maior quantidade de umidade, e concorrem para que as culturas apresentem maior desenvolvimento.

O uso do terraceamento, associado a outras práticas agrícolas de conservação do solo, como semeação em contôrno, rotação de culturas, adubação verde, emprêgo de adubos químicos e de estêrco, etc., possibilita um aumento da fertilidade do terreno, concorrendo para uma maior produção por área explorada, dando em conseqüência um maior lucro ao agricultor.

IX

ENLEIRAMENTO PERMANENTE NO COMBATE A EROSÃO

A finalidade das práticas de combate à erosão é não só reter o solo fértil no terreno como, através do aumento da infiltração da água da chuva na terra, proporcionar maior quantidade de água disponível às plantas.

Sempre que se fale em efeitos da erosão citam-se, como causas básicas, as perdas de solo e de água, sobrevindo dessas perdas uma série de efeitos prejudiciais.

Entre os métodos usados para aumentar a permanência do solo e da água na terra, diminuindo o efeito da erosão, existe o do *enleiramento permanente*, que é um conjunto de leiras ou cordões de terra, construído de modo a cortar e reter as águas das chuvas que escorrem sôbre o terreno.

O processo é usado em geral, em culturas perenes, tais como, cafezais, laranjais, pereiras, etc.

TIPOS DE ENLEIRAMENTO

Há diversas formas de enleiramento permanente, variando o traçado e disposições das leiras em função do declive da encosta. A altura destas varia de 25 a 35 cm., e podem ser construídas de modo a formar quadrados, ficando, assim, cada pé de planta envolvido por quatro leiras. Neste caso, elas são construídas na direção das ruas, tanto nas do sentido do declive, como nas transversais. As leiras de um pé são ligadas às de outro. Êste tipo de enleiramento é aconselhável em terrenos de declives suaves, abaixo de 6%.

As leiras podem formar apenas semi-círculos (meio círculo). Neste caso, não se unem umas às outras, isto é, são descontínuas e construídas na parte de baixo do terreno, de cada planta. Estas leiras, em semi-círculo, são próprias para declives mais fortes, acima de 6%.

Se a plantação foi feita em nível, fazem-se leiras contínuas, formando uma curva de nível, entre cada linha de plantas. Destas linhas de leiras, constroem-se outras, entre cada dois pés de plantas. Em terrenos de declives suaves estas últimas podem atingir a leira superior (em nível). Em encostas além de 6%, o tamanho destas leiras (entre os pés) pode ir diminuindo, quanto mais fortes o declive, sendo então construídos, somente, pequenos cordões, isto é, porções de leiras.

As leiras podem ser construídas juntando terra e mato ou abrindo-se sulcos no lugar do futuro cordão, enchendo-se este sulco com estêrco, palha, mato, adubos químicos, etc., e depois colocando terra em cima.

ADUBAÇÃO

Quando se usa matéria orgânica sob as terras das leiras, concorre-se para o aumento da fertilidade do terreno. Há necessidade de ser feita uma renovação anual da matéria orgânica, em parte das leiras que contornam cada pé de planta. Indica-se a renovação de 1/3 ou 1/4 das leiras em cada ano, ou seja, depois de 3 ou 4 anos completa-se a mudança na totalidade de leiras de um pé, fazendo assim uma adubação contínua das culturas.

A substituição consiste em abrir o sulco, retirar matéria orgânica colocada sob a terra, que já se decompôs totalmente e foi aproveitada pela planta, substituindo-a por nova quantidade de estêrco, cisco, adubo químico, etc. e depois colocar novamente a terra, restabelecendo-se a leira.

O enleiramento necessita de permanente reparo, pois se uma leira, das dispostas no sentido que corta as águas, romper-se, a água acumulada irá para o enleiramento abaixo; aumentando o volume da água, e ultrapassando a sua capacidade de retenção, o cordão de baixo será destruído, e assim por diante, indo a água causar mais danos do que se não houvesse enleiramento. É preciso atentar-se bem para a conservação das leiras ou cordões.

X

A COBERTURA COM RESTOS DE CULTURA NO COMBATE A EROSÃO

A queima dos restos da cultura, com a finalidade de limpar o terreno, é uma prática, infelizmente, muito adotada no Brasil. O fogo destrói a manta vegetal, rica em humus, que o solo possui em sua camada superficial.

A terra, depois de queimada, torna-se como que vidrada, quase impermeável, portanto. A água da chuva quando cair sobre o terreno, não encontrará a capa absorvente, nem poderá infiltrar-se, escorrendo assim sobre a encosta, provocando erosão e arrastamento do solo para locais onde, em geral, não pode ser aproveitado. Com a queima dos restos da cultura, diminui-se a fertilidade do solo e concorre-se para facilitar a erosão.

Portanto, a manutenção dos restos de culturas, além de constituir um meio fácil de fazer a adubação orgânica é, ainda, um modo seguro de combater a erosão.

COBERTURA DO SOLO

A água da chuva, caindo diretamente sobre a terra, ocasiona, por sua fôrça no bater, uma soltura das partículas do solo. O solo desprendido é facilmente transportado pela água que escorre (enxurrada). Para evitar que a água da chuva atinja diretamente o solo, deve-se protegê-lo com florestas, culturas de cobertura ou com restos de cultura.

As florestas são aconselháveis como cobertura

do solo, nos cimos dos morros, em terrenos com declives muit fortes e em terras muito enfraquecidas.

As culturas de cobertura são recomendadas em qualquer tipo de terra, mas nem sempre praticáveis, por concorrerem em umidade com a planta em exploração. Para que isto não aconteça nas culturas permanentes, como cafezais, pomares, etc., as culturas de cobertura são ceifadas e deixadas sôbre o terreno, antes do período de sêca.

A cobertura do solo com restos de cultura apresenta a vantagem de não concorrer, em disputa da água, com outra cultura e, cobrindo o solo, evita o calor solar diretamente sôbre êste, mantendo úmida a camada superficial da terra.

RESTOS DE CULTURAS

Entende-se por restos de culturas o que se deixou, no terreno, de uma planta. Por exemplo: o milho, retiram-se as espigas; o que sobrou, constitui resto. É assim para as demais plantas.

Esses restos são dispostos sôbre o terreno, de modo a formar uma camada. Pode-se, para aumentar esta camada, trazer capim de outro terreno próximo, que esteja sem cultura. Esta camada de restos evitará o crescimento de mato, aumentando a água disponível para as culturas.

Para culturas permanentes faz-se a cobertura em todo o terreno, circundando as árvores. Para culturas anuais, depois de coberto o terreno, abrem-se covas para a semeadura das plantas.

A cobertura do solo com restos de cultura tem apresentado inúmeros benefícios, não só contrôle da erosão, diminuindo a perda de solo e de água, como tem concorrido para aumentar a produção das culturas, assim protegidas.

A cobertura do solo com palha ou restos de cultura é o que os americanos chamam de "Mulching", denominação esta já conhecida de alguns agricultores brasileiros.

ENCORDOAMENTO DO MATO

O mato cortado pelas capinas, ou o resto das culturas, pode ser colocado formando uma capa no terreno, como já explicado, ou juntando, formando um cordão. Êste cordão do mato é disposto em curva de nível, a fim de cortar a velocidade da água da chuva, quando correr sôbre o terreno.

A distância entre os cordões é variável, de acôrdo com o declive do terreno e a quantidade de restos de cultura e mato disponíveis.

Nos terrenos de declives mais fortes os cordões são mais juntos.

A cobertura com restos de cultura ou o encordoamento do mato são práticas que, executadas com outras medidas de conservação do solo, tais como: semeação em contôrno, rotação de culturas, évitar queimar os restos orgânicos, adubação verde, etc., concorrem para diminuir a erosão do solo agrícola e aumentar a sua fertilidade.

Combater a erosão é um dever básico de todo agricultor. A erosão rouba ao lavrador o que de mais precioso possui a terra, que é a sua fertilidade, empobrecendo-a e prejudicando as gerações futuras.

XI

O COVEAMENTO NO COMBATE A EROSÃO

É uma prática que pode ser usada para contrôle da erosão. Sua finalidades são: controlar a água que escorre sôbre o terreno e aproveitar os restos juntados sôbre a superfície da terra, aumentando a fertilidade do solo.

O coveamento é um conjunto de covas, de 0,30 a 0,50 m. de largura, com 0,50 a 1,00 m. de comprimento e 0,25 a 0,50 m. de profundidade. A cova deve ser construída de modo a que o comprimento fique em direção cortando o sentido em que escorrem as águas das chuvas. A terra retirada das covas será disposta de maneira a formar uma leira, no sentido do contôrno do terreno e ligando duas covas, ou abaixo das covas, formando um semi-círculo (meia-lua).

DISPOSIÇÃO DAS COVAS

Há duas maneiras ou sistemas principais de disposição das covas: o primeiro consiste em dispôr as covas entre cada 2 pés de plantas e com o espaço de duas ruas; o segundo sistema, em dispôr as covas de 2 em 2 pés de plantas desencontradas e em tôdas as ruas. As covas são abertas antes do início das chuvas. O seu entupimento se dá quase que naturalmente com os detritos (restos) que a água transporta. Por ocasião das capinas acaba-se de enchê-las.

De quatro em quatro anos, deve-se fazer uma substituição ou rodízio das covas, abrindo-se novas e fechando as antigas, de modo a circundar as plantas em covas. O material retido ou colocado na cova funciona como adubo para as plantas. As covas proporcionam um aumento de infiltração de água das chuvas e, consequentemente, um contrôle de enxurrada.

XII

O VALETEAMENTO NO COMBATE A EROSÃO

Tem as seguintes finalidades no combate à erosão: deter a água das chuvas, aumentando a infiltração da mesma e reter os detritos orgânicos que a água da enxurrada transporta do solo.

As valetas, cujo conjunto forma o valeteamento, são covas mais compridas. O comprimento das valetas varia de 2 a 3 m.; a largura, de 0,50 a 1 m. na bôca e de 0,40 a 0,80 m. no fundo; a profundidade pode ser de 0,30 a 0,50 m. As valetas são dispostas em contôrno e não são contínuas, isto é, não se constrói uma valeta em tôda a extensão de uma curva de nível. A distância de afastamento entre as pontas das valetas varia de 1,5 a 2 m. O espaçamento entre as valetas varia conforme a declividade da encosta.

A terra retirada para construir a valeta é colocada de modo a formar uma leira. Esta leira não deve ser muito próxima à valeta, para que a terra não caia logo na mesma, entupindo-a na primeira chuva.

O valeteamento é um dos processos mecânicos de retenção da água da chuva, aumentando a infiltração e, portanto, diminuindo o volume e a velocidade da água que escorre, contr[illegible]ndo a erosão.

É aconselhado em culturas permanentes, mas pode ser empregado em culturas anuais, embora para estas haja outros métodos mais recomendáveis.

Seus efeitos benéficos já tem sido demonstrados em ensaios realizados em diversas Estações Experimentais e fazendas particulares.

Essa prática, associada a outras, como sejam adubação verde, plantio em contôrno, reflorestamento, rotação de culturas, adubação química, uso de estêrco, culturas de cobertura, etc., concorrem para o aumento da fertilidade do solo e diminuição da erosão. E, é sempre bom lembrar que "*quem defende sua terra beneficia a própria bôlsa*".

Criação do Instituto de Solos do Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da S. N. A

O estudo do solo é de máximo valor para a agricultura de um país, porquanto o problema da *fertilidade do solo é o problema da vida sobre a Terra.*

Todos os fenômenos sociais, tôdas as catástrofes humanas nada mais são que uma resultante dessa fertilidade. Assim também direi que a cultura irracional só trará a ruina.

Clemenceau, o grande campeão da democracia, parece fixá-la nestas incisivas palavras: "Todos os homens têm fome, é a lei natural. Todos devem comer, é a lei da justiça. Todos comerão, é a lei esperada".

Realmente, não existe entre as leis naturais (as imperiosas leis perante as quais se curva a humanidade tôda) outra melhor fundamentada, outra mais racional, que aquela segundo a qual a multiplicação em todas as espécies animais se faz na razão direta das condicões de existência. A civilização, os costumes de um povo, de uma nação se modificam com a terra, em razão direta ou inversa de sua fertilidade.

Dirão: como explicar o aumento de densidade de população do velho povo chinês, do povo japones, com seu solo acidentado e só possuindo a metade do território cultivável? O segrêdo está em que a agricultura, na China e no Japão, tem por base a restituição completa de todos os principios nutritivos extraídos do solo pelas colheitas e o Deus dos Orientais é a charrua.

Lá encontra completa aplicação o axioma fundamental da agricultura: *O que sai da terra deve a ela voltar.* Isto se consegue com auxilio do amanho, da adubação e da cultura mai conveniente. Na Europa, o empenho todo do cultivador está em retirar do solo o máximo de trigo e carne possíveis. Que nao seria da velha Europa sem adubações orgânica e quimica?

Devemos seguir a mesma orientaçao. Ingentes preocupações de espírito, acompanhadas de pesquisas e experimentações, conduzem os cientistas a desvendar os segredos da fertilidade do solo.

Tem-se caminhado bastante, resta esclarecer por completo a questao, radicalmente presa aos destinos da humanidade.

Dependendo de um conjunto de fatores complexos, a fertilidade do solo representa um dos pontos transcendentais da agricultura moderna que, admiràvelmente, concretizou, nas seguintes e claras palavras, o lema que será, no presente e no futuro, a rota de sua perene evolução: *obter o maximo de colheita, no mínimo de tempo, no minimo de terreno e com o mínimo de trabalho.*

Este fim econômico será alcançado, sem que se conheça a fertilidade do solo e a maneira de a restaurar?

Os fatores a que nos referimos acima, e que determinam a *fertilidade de um solo*, foram reunidos ou agrupados, formando complicadas classificações de que uma das mais simples é a seguinte:

a) Fatores físicos;
b) Fatores químicos;
c) Fatores biológicos;
d) Fatores bacteriológicos;
e) Fatores geológicos e climatológicos.

Crê-se, assim, que a fertilidade, para ser alcançada num terreno, torna-se preciso que êste congregue um certo número de propriedades, não raro difíceis de serem obtidas.

Mas, dentre êstes diversos factores, são os *fatores químicos*, os que mais têm preocupado os fisiologistas e químicos agrícolas.

E, com o fim de reintegrá-los no solo, quando extraidos por colheitas sucessivas, foram estabelecidas as adubacões orgânica e mineral.

De fato, a prática demonstra que a matéria organica (humus) tanto melhora as propriedades quimicas como físicas de um terreno, que a adubação mineral na sua forma prontamente assimilável, age, em grande número de casos, sôbre as plantas, aumentando as colheitas.

Inegàvelmente, a adubação q u í m i c a apresenta uma das grandes conquistas da agronomia moderna, e foi o famoso sábio chefe da escola mineralista, Liebig, quem rasgou o véu que encobria essa face do problema da fertilidade do solo, portanto, da alimentação das plantas.

Por outro lado, é coisa inconteste, pelos fenomenos esclarecidos no evoluir da ciencia agronómica, em que o espírito do imortal Pasteur, na incomensuravel grandeza de suas revelaçoes, também fulge em cintilaçoes extraordinárias, que o mundo mineral precedeu ao orgânico e que entre os dois, prendendo-os na realização do fenómeno da vida, está o reino vegetal.

Duclaux, o notável bacteriologista, expriniu nas seguintes palavras esta evolução e o papel nela desempenhado pelo solo: "O solo é o laboratório da destruição da matéria orgânica, da qual o ar, por intermédio das plantas, é o laboratório de construção da energia solar".

Secundando as investigações de Liebig, e como adeptos de sua teoria, apareceram vultos como Georges Ville, Grandeau, Gilbert, Lawes...

Traçou Liebig, nas duas seguintes ilações, sua teoria notável, revolucionária da agricultura até então dominante no século 19: 1.º — os verdadeiros alimentos das plantas são as substâncias inorgânicas; 2.º — a matéria orgânica não pode servir de nutrição aos vegetais superiores, sem primeiro ter sofrido a mineralização, isto é, sem primeiro tê-la feito voltar ao estado de corpos simples obtidos em combinações complexas, que são a resultante da vida. Vinha dominando até 1840 a *teoria húmica*, defendida por outros sábios.

Hoje, calmamente estudadas as duas teorias, chegou-se a saber *que uma não pode prescindir da outra e aplicadas segundo preceitos técnicos e científicos.*

Ora, não padece dúvida, pelo que vimos de expor, que a teoria mineral tem sua razão de ser e se fundamentada nas grandes conquistas da ciência agronômica contemporânea; portanto, a *adubação química resolveria o problema da fertilidade do solo*. Mas será isto um fato inegável, com a sanção da prática e dos grandes cientistas? Abstraindo-nos da teoria húmica, vejamos as principais leis que dominam o emprêgo da adubação química e estudemo-las.

São as seguintes: *lei do mínimo, lei do máximo, lei das fôrças coletivas, lei da dominante, leis da restituição e lei da conservação.*

Lei do mínimo — A produtibilidade de uma terra é regularizada pelo elemento que existe no mínimo, isto é, em menor proporção. Por isso, as plantas tem necessidade de possuir os elementos nutritivos na vizinhança das raízes, em estado de absorção ou capaz de o ser, porém, guardando uma dada proporção. Embora as qualidades de elementos nutritivos exigidas pelas plantas sejam variáveis segundo sua espécie, um só deles que falte torna os outros inativos ou inertes, apesar de sua presença ser solicitada em parcela mínima. A alimentação fica até mesmo dominada pelo elemento mais escasso, daí a denominação dada a essa lei de lei do mínimo.

Dá-nos ela, também, a razão de ser da importancia dos adubos complementares.

Lei económica do máximo — Todo e qualquer elemento fertilizante pode ser adicionado ao solo até certo limite, além do qual se torna nocivo à vegetação. É económica, por nos ensinar que se não deve empregar um adubo em excesso, porque, além de supérfluo, seria nocivo à vegetação.

Lei das fôrças coletivas — Assim se denomina a esta lei da adubação, para exprimir a solidariedade que há entre os elementos fertilizantes, visto a falta de uma acarretar a inércia dos demais.

Lei da dominante — Significa que cada planta tem predileção por um dado elemento fertilizante. Georges Ville chamou a êsse elementou de dominante e baseou-se nêle para dividir as plantas.

Lei da restituição. — "É preciso restituir ao solo os elementos fertilizantes tirados anualmente pelas colheitas." A esta lei importantíssima estão subordinadas duas outras: *a do mínimo e a da conservação.*

Dá-nos essa *lei da restituição* a explicação do estado particular da terra, chamado pelos agricultores de *cansada*.

Lei da conservação — Muito se prende à lei da restituição e estabelece que só devem ser dados ao solo os elementos fertilizantes de que êle mais necessita e de que se não pode restaurar naturalmente.

Uma vez examinadas estas leis, podemos dizer que a *lei da restituição* é a que predomina, ou, por outra a *que domina a adubação*, pois a ela estão subordinadas as duas outras da *conservação e do mínimo.*

Mas, não estando esta lei resolvida na prática, segue-se que, sendo ela que domina a adubação, o problema da fertilidade do solo também deixa de estar resolvido pela adubação.

De fato, é em torno da *lei da restituição que as investigações se sucedem no campo científico.*

A fertilidade do solo implica elevados conhecimentos científicos modernos e experimentações e poderíamos mesmo dizer que ela envolve a marcha congregada das

maiores conquistas da química, física, bacteriologia, etc.

Meditem os doutos sempre prontos a menosprezarem a agronomia, sôbre esta face dos seus horizontes científicos, e vejam se são tão estreitos como os julgam. "Para transformar a terra em ouro, é preciso uma verdadeira sabedoria, é preciso grande competência, é preciso, enfim, ser alguma coisa muito diferente do que julgavam os nossos antepassados", disse, certa vez, Assis Brasil. Não serão ainda muito aplicáveis estas palavras à atual geração, na sua grande maioria?

Em linguagem comum, diz-se que um terreno, cultivado anos seguidos com uma mesma planta, fica cansado, podendo, ser fértil para outras plantas e continuar a dar novas e fartas colheits.

Observava o célebre químico alemão Barão de Liebig: "Um terreno em que cultivamos a mesma planta, por vários anos, torna-se estéril para essa planta em um período que varia com a natureza do solo".

E a rotação das culturas, por conseguinte, uma prática muito recomendável. Nichelles aconselha-as, nas seguintes palavras: Na natureza a diversidade das plantas no mesmo solo é a lei ordinária, comum; ora, quando as leis naturais são muito invertidas, existem tôdas as probabilidades para que resultem consequências desastrosas."

Procura-se explicar este esgotamento para uma dada planta, partindo-se do chamado poder eletivo das plantas, que consiste na absorção variável dos elementos nutritivos.

Foi êste poder eletivo, admitido como uma faculdade das plantas, que deu lugar a lei da dominante: "Todo elemento fertilizante exerce uma ação predominante sôbre os demais, segundo as diversas espécies de plantas cultivadas."

Entretanto, esta *lei da dominante*, chamada a explicar esta propriedade das plantas, está em desarmonia com a análise dos vegetais, que revela a presença dos mesmos princípios, com diferença insignificante da proporção.

Surge, assim a seguinte pergunta: como explicar, então, êste fato?

A frente de uma nova teoria para seu esclarecimento, isto é, da causa da esterilidade do solo, de seu cansaço, aparecem os norte-americanos, que a ela muito se têm dedicado com investigações.

Esta teoria é a da existencia no solo de substâncias de natureza orgânica, provenientes das raizes das plantas, as chamadas toxinas que se acham espalhadas na solução natural do solo e a uma certa profundidade.

A descoberta destas "toxinas do solo" representa uma das conquistas mais modernas e importantes em favor dos conhecimentos científicos, relacionados com a agricultura.

Ricardo Martinez diz que estas "toxinas" provem do apodrecimento das raizes e de outras matérias semelhantes, isto é, são produtos da decomposição. Nada mais são, portanto, que as immundicies que se acumulam em excesso no solo, tornando-o improdutivo. Êste é o momento, acrescenta êle, em que o agricultor considera seu solo como cansado; isto não é uma verdade absoluta, pois se trata de um envenenamento, que precisa ser destruido por um tratamento conveniente. A natureza tem aversão, no que concerne aos organismos vivos, a tudo o que ja foi consumido. Assim como sobrevem a morte para o organismo humano, com a absorção de immundicies ou impurezas (ácido urico, por exemplo), o mesmo acontece com o organismo vegetal. E, assim argumentando, diz Ricardo Martinez que as plantas exigem um ambiente são e que o solo deve ser limpo.

E importante advertir que as "toxinas" já tinham sido notadas ou previstas por De Candelle em 1832; Humbold procurava, com elas, explicar a propensão ou repulsão que as plantas tem em se sucedecem no mesmo solo.

Nos Estados Unidos, Milton Withney, do "Bureau of soils", com outros ilustres químicos, consagraram-se ao estudo experimental das "toxinas", considerando-as como a causa da esterilidade do solo e, dentre as conclusões a que julgaram ter chegado, está a de que as "toxinas" nocivas para uma espécie de planta podem ser inteiramente inocuas para outras.

Assim, as nocivas para a batata não são prejudiciais à cevada.

Foi quando reconheceram que a solução natural do solo "tem sempre a mesma composição, quer em solo esteril, quer em solo fértil, que os norte-americanos se convenceram de que a presença das "toxinas" era a causa determinante da esterilidade e seria novamente restabelecida em benefício da vegetação, caso elas fossem eliminadas.

Portanto, a adubação tanto organica como mineral, não teriam outro efeito senão o de neutralizar essas toxinas.

Ao lado dos norte-americanos, outros químicos na Europa, Pouget e Chouchock, procuraram alicerçar esta teoria em experimentações e chegaram a reconhecer e recomendar um certo número de substâncias como o pyrogallol, o carbonato de potassa, etc., que têm efeito destruidor das toxinas por oxidação.

Segundo essa teoria, as medidas que parecem mais eficazes para fazer desaparecer o "cansaço do solo" são a calagem e a drenagem. A cal destrói as "toxinas", combinando-se com elas e contribui para que se tornem inócuas, depois de uma certa oxidação.

A drenagem, por sua vez, tem por efeito arrastar e limpar o solo das substâncias toxicas, dando livre acesso ao ar, para a oxidação. Os adeptos desta teoria admitem a ação benéfica dos fertilizantes não como elementos nutritivos, mas como destruidores das toxinas ou porque as tornam inofensivas.

Os nitratos, fosfatos e a potassa destroem as toxinas. Supõe-se geralmente que as ervas não crescem bem debaixo das árvore porque recebem muita sombra, ou ainda porque as árvores consomem, em grande quantidade, a água e a matéria mineral. Esta idéia, segundo os norte-americanos, é errônea. A sombra nada tem que ver com o fenômeno, pois, se tem notado ausência de ervas tanto do lado da sombra como do lado do sol.

Quanto à água e à materia mineral, seriam fáceis de ser ministradas artificialmente. A verdadeira causa é que elas são envenenadas pelas secreções das raizes e da casca.

Quando um terreno é abandonado por algum tempo, quando é deixado em "descanso", readquire a produtibilidade, devido ao desaparecimento das toxinas, por oxidação.

Schloesing, que foi um nome respeitável como químico, chegou à conclusão, em seus estudos, de que existe uma relação entre a riqueza de soluções diferentes e a fertilidade dos solos correspondentes.

Encontrou, por conseguinte, resultados em contradição com os dos norte-americanos.

Ora, esta teoria das toxinas, apesar de não poder merecer uma contestação séria, não parece, todavia poder ser admitida como definitiva na elucidação das causas da esterilidade do solo.

Divulga-se que a produção agrícola brasileira representada por 29 principais produtos, expecimentou aumentos no periodo de 1944-1949. E no entanto, sabido, que os rendimentos culturais tem sofrido grandes baixas. É nesse ponto, que reside a maior ameaça a nossa produção, refletindo-se no abastecimento dos mercados internos.

Está reconhecido pelos profissionais da agronomia e pelos economistas, existirem alarmantes sintomas de *exaustão da fertilidade das terras brasileiras*.

Seria forçoso o estabelecimento de um plano nacional de adubação, favorecendo a instalação de industrias em colaboração com os Estados e entidades agrícolas, facilitando a exploração de nossas jazidas minerais.

Felizmente, já se observa a instalação de algumas industrias de adubos químicos, como ocorre em São Paulo.

É grande ainda, entretanto, a nossa importação de cerca de 70 mil toneladas com a agravante da exportação de matérias primas, sob a forma de resíduos animais e vegetais, que deveriam ser retidos no país. Impõe-se *salvar o país da esterilidade não só com a aplicação de métodos de conservação do solo como ainda da sua refertilização*.

Faz-se mistér tambem que os estabelecimentos experimentais apresentem resultados de suas pesquisas e que inspirem confiança e orientação aos nossos agricultores.

Assim como a industria de fertilizantes fosfatados vai surgindo com êxito no país, graças a iniciativa do inesquecivel agronomo Fernando Costa, com a exploração da apatita de Ipanema, da mesma forma deveremos possuir as do azoto sintético e da do potássico. Nas experimentações agrícolas deveremos ter em conta a importancia, nas adubações, dos chamados elementos *menores*, em vista da importância que vão tendo na adubação mineral. A aplicação dos "compostos" precisaria ser generalizada. Os estudos pedologicos precisarão ser sistematizados em todo o país. Já era tempo de ser criar o *Instituto de Solos do Brasil*.

OBS. — O presente trabalho foi apresentado pelo Prof. Arthur Torres Filho Presidente da S. N. A., a Mesa Redonda de Agricultura, promovida pela Sociedade Rural Brasileira. A presente tese foi relatada pelo Dr. Quintiliano Marques e unânimemente aprovada na sessão plenária do dia 7 de março de 1952.

Visando alertar o Brasil para novas tecnicas administrativas



Parte da mesa que dirigiu os trabalhos. No momento, fala o Sr. João Carlos Vital, Prefeito do Distrito Federal, vendo-se ao seu lado, o Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º vice-presidente do S. N. A.

Realizou-se na noite de 4 de fevereiro último, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, a sessão solene de Instalação do I Seminário Internacional de Administração Pública, convocado pela Fundação Getúlio Vargas sob os auspicios da UNESCO e da ONU.

Iniciando a solenidade, o ministro João Neves da Fontoura assumiu a presidência da Mesa, convidando a integrá-la os srs. Luiz Simões Lopes, João Carlos Vital, Murilo Braga, Pedro Calmon e os representantes do vice-presidente da República, do ministro da Justiça e do ministro da Guerra. Usou da palavra, inicialmente, o sr. Benedito Silva, representante do Departamento de Assistência Técnica da ONU, que fez a apresentação ao público, dos mestres ali presentes e participantes do Seminário, todos pertencentes a países membros das Nações Unidas.

Após concluida sua oração, discursou o prefeito João Carlos Vital, que, em rápida saudação, deu as boas-vindas aos participantes estrangeiros, dizendo da honra que constituia para o Rio poder hospedar personalidades tão ilustres.

Assumindo a tribuna, o sr. Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas e que por longos anos dirigiu o DASP, fez uma explanação panorâmica sôbre o problema da administração pública no mundo, afirmando, a certa altura, que "há um desequilibrio manifesto entre a complexidade crescente dos problemas com que os Governos se vêem a braços e a capacidade de ação da maquinaria administrativa brasileira", esclarecendo que a indústria, o comércio e outros ramos da atividade humana têm progredido muito, o mesmo não acontecendo, entre nós, com a administração pública. Acentuou que, paralelamente ao grande progresso experimentado, em nossos serviços públicos, pelos ramos técnicos, como a saúde pública, por exemplo (com a resolução de problemas como os da peste bubônica, febre amarela, etc.), nenhum avanço tem havido no exercício das atividades — meios, onde existe o "carrancismo" administrativo. Enquanto as primeiras são orientadas por profissionais de formação regular, as segundas estão entregues a autodidatas e a funcionários sem base adequada de conhecimentos.

Enumerando uma serie de conquistas da administração pública brasileira, o orador

A Sociedade Nacional de Agricultura na mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira

(Especial para "A LAVOURA", pelo Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA)



Mesa de uma das sessões plenárias da Mesa Redonda de Agricultura, vendo-se, da esquerda para a direita o Dr. Plínio Prado, da Sociedade Rural Brasileira, Dr. João Pacheco Chaves, Secretário da Agricultura de S. Paulo e Prof. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura seguindo a sua norma de conduta de prestigiar e colaborar em todos os empreendimentos visando o estudo dos problemas da agricultura nacional, enviou à Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de março uma delegação integrada pelo Dr. Edgard Teixeira Leite, seu 2.º Vice-Presidente, e os técnicos Alberto Ravache, Geraldo Goulart da Silveira, Romolo Cavina e Otto Frensel, membros de sua diretoria, atendendo a um honroso e amável convite recebido do Dr. Mário Rolim Teles, presidente da referida entidade de classe.

Em São Paulo, os membros da delegação foram distinguidos com encargos confiados pela Comissão Diretora do referido conclave, cabendo:

a) ao Dr. Edgard Teixeira Leite presidir, durante o tempo que ali esteve, a II Comissão da Mesa Redonda da Agricultura (Conservação do solo);

b) ao Dr. Alberto Ravache, sub-chefe da delegação, atuar não só na primeira comissão, como também presidir e secretariar algumas sessões plenárias;

c) ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, secretário da delegação, atuar como auxiliar da Secretaria Geral, secretariar as sessões plenárias, colaborar na coordenação dos trabalhos de imprensa, assessorar os trabalhos de taquigrafia e funcionar junto à V Comissão (Serviço Social Rural);

d) ao Prof. Romolo Cavina, coube se-

cretariar a V Comissão (Serviço Social Rural), que teve como presidente o Dr. Malta Cardoso, além de colaborar em outros setores onde sua presença se tornou necessária.

A referida delegação foi portadora de 16 teses, tôdas elas aprovadas unânimemente pelo plenário da Mesa Redonda da Agricultura.

Foram as seguintes as teses apresentadas e defendidas pela delegação da S.N.A.:

1 — "*O papel da semente selecionada no progresso da agricultura*", do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. C. A. Krug e aprovada pelo plenário na sessão de 4-3-1952.

2 — "*Política do trigo*", do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. C. A. Krug e aprovada pelo plenário na sessão de 4-3-1952.

3 — "*O ensino agrícola e as associações de classe*", do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Romolo Cavina e aprovada na sessão plenária de 4-3-1952.

4 — "*Encaminhamento de vocações para a agricultura*", do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Prof. Romolo Cavina e aprovada pelo plenário em .... 4-3-1952.

5 — "*As Semanas Ruralistas e os problemas do homem rural*", do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Romolo Cavina e aprovada pelo plenário em 6-3-1952.

6 — "*Seguros agrícolas e pecuários*", do Prof. Romolo Cavina, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik e aprovada pelo plenário em .... 7-3-1952.

7 — "*Crédito para a agricultura*", do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Dr. Alberto Ravache e aprovada pelo plenário na sessão de 7-3-1952.

8 — "*Precisamos de verdadeira política agrária*", do Prof. Arthur Torres Filho(, reladada pelo Dr. Alberto Ravache, aprovada pelo plenário na sessão de 7-3-1952.

9 — "*Crédito agrícola para o pequeno agricultor*", do Prof. Romolo Cavina, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik, aprovada na sessão de 7-3-1952.

10 — "*Imposto de consumo para os derivados do leite de fabricação nacional*", do Sr. Otto Frensel, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik e aprovada em sessão do dia 7-3-1952.

11 — "*Criação do Instituto de Solos do Brasil*", do Prof. Arthur Torres Filho, relatada pelo Eng. Ag. Quintiliano Marques, aprovada na sessão plenária do dia ...... 7-3-1952.

12 — "*Princípios normativos de uma política agrária brasileira*", do Prof. Romolo Cavina, relatada pelo Dr. Alberto Ravache e aprovada em 8-3-1952.

13 — "*Educação sanitária do homem rural*", do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Cory Gomes de Amorim e aprovada pelo plenário na sessão de ..... 8-3-1952.

14 — "*A imprensa e os problemas do homem rural*", do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Samuel de Carvalho Chaves, aprovada na sessão plenária do dia 8-3-1952.

15 — "*O rádio e os problemas do homem rural*", do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, relatada pelo Dr. Samuel de Carvalho Chaves e aprovada pelo plenário no dia 8-3-1952.

16 — "*Considerações em tôrno do projeto de lei n.º* 1.572", do Sr. Otto Frensel, relatado pelo Dr. Alberto Ravache e aprovada na sessão plenária de 8-3-1952.

Coube ainda à Sociedade Nacional de Agricultura, por sua delegação, apoiar e defender uma moção apresentada pelo Dr. Waldik Moura, representante do governador da Bahia na Mesa Redonda de Agricultura, defendendo o financiamento para o cacau, que, pela sua importância (3.º produto na nossa exportação), não podia deixar de merecer todo o apoio e interêsse da S.N.A. que sempre dispensou ao cacau especial cuidado.

Foi ainda apresentada pela delegação da S.N.A., subscrita não só pelos seus delegados mas também por outros congressistas, tais como Dr. Plínio de Castro Prado, Dr. Cory Gomes de Amorim, Dr. Piza Sobrinho, Dr. Octacílio Tomanik e outros,

uma indicação relativa ao Código Rural, cuja redação foi a seguinte:

INDICAÇÃO APRESENTADA A MESA REDONDA DE AGRICULTURA

Em congressos agrícolas, principalmente no Rio Grande do Sul, vem sendo constantemente ponderada a conveniencia de um "Código Rural" para o Brasil, a exemplo do que possuem os nossos vizinhos do Uruguai e Argentina e outras Nações.

Assim, considerando as vantagens que para a nossa agricultura virá trazer um instrumento desta ordem, solicitou à Sociedade Nacional de Agricultura, em 1941, ao então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, que tomando-a por base os anteprojetos dos Drs. Borges de Medeiros e Joaquim Luis Osório, o Ministro da Agricultura, ficasse incumbido de organizar um anteprojeto de Código Rural, para ser submetido ao Congresso Nacional. Pelo então Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa, foi cometida esta incumbência ao ilustre Consultor Juridico do Ministério da Agricultura, Dr. Luciano Pereira. Êste grande jurista, pondo mãos à obra, propós a criação de uma comissão com representantes das Classes Rurais, que ficou assim constituida: Sociedade Nacional de Agricultura, representada pelo Dr. Adamastor Lima; Sociedade Rural, pelo Dr. Malta Cardoso; Sociedade Riograndense de Agricultura e Mineira de Agricultura.

Concluido o trabalho foi êste publicado no "Diário Oficial" para receber sugestões, as quais se elevaram a mais de mil. De posse destas, elaborou a Comissão o projeto definitivo que a seguir foi encaminhado ao Sr. Presidente da República, que por sua vez ainda resolveu submetê-lo ao Procurador da República, Dr. Temistocles Cavalcanti como presidente de uma última Comissão integrada dos mesmos e mais um, do Ministério do Trabalho.

Elaborado o projeto definitivo foi êste encaminhado ao novo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que por sua vez o remeteu ao Ministério da Agricultura, para ser ouvido, deixando assim de ser encaminhado ao Congresso Nacional como era desejo das classes e Comissão.

No momento em que tanto se fala de Reforma Agrária, jogando em causa tôda a tradição da vida rural brasileira, seria de desejar se solicitasse do governo o prosseguimento e encaminhamento do referido projeto ao Congresso Nacional, pois sua aprovação viria regular a vida rural do país, dando-lhe a necessária estabilidade e tranquilidade para trabalhar.

(Ass.) *Alberto Ravache*
Geraldo Goulart da Silveira
Piza Sobrinho
Romolo Cavina
Plínio de Castro Prado
Waldik Moura
Cory Gomes de Amorim
Octacilio Tomanik
Otto Frensel e outros.

A indicação acima foi lida pelo Dr. Alberto Ravache na sessão plenária do dia 8-3-1952, merecendo aprovação unânime do plenário. Aliás, diga-se de passagem, é velha aspiração da S.N.A. a promulgação de um Código Rural, que venha disciplinar a vida agrícola brasileira, que precisa mais de um tal código do que mesmo de uma reforma agrária.

—:—

Coube ao Dr. Edgard Teixeira Leite, vice-presidente da S.N.A. e chefe da delegação, relatar a tese apresentada pelo Dr. Alberto Prado Guimarães subordinada ao titulo: "O problema do algodão brasileiro".

Foi o seguinte o parecer do Dr. Edgard Teixeira Leite, que mereceu aprovação unânime do plenário em sua sessão do dia 6-3-1952:

Parecer referente à tese: "O Problema do Algodão Brasileiro" elaborado pela Comissão Especial do Algodão, relatada pelo Sr. Alberto Prado Guimarães:

"Examinei com interêsse e atenção, a tese em apreço, que encerra valioso subsídio para estudo do problema do algodão no Brasil, na sua parte expositiva. As suas conclusões apresentam recursos e diretrizes, capazes de manter uma "politica nacional para o algodão".

E quero ressaltar que tem todo o cabimento de qualificação de "nacional" pois são a expressão dos anseios das classes produtoras de todo o país.

Na verdade além do que foi resolvido na primeira Convenção Algodoeira de São Paulo, realizada na Bolsa de Mercadorias, apoia-se a tese nas recomendações da Reunião Nacional Algodoeira do Nordeste, realizada em 1951, em Campina Grande.

E todo o Brasil produtor de algodão, Nordeste e Sul — que foi objeto de medidas visando esta importante malvácea —

consubstanciadas nas recomendações da tese em exame. Estudada sob um aspecto geral, com sentido nacional, verifiquei que as recomendações aconselham medidas que, se executadas, poderão reerguer a tradicional lavoura, sobre que assenta uma das mais nacionais das nossas indústrias.

Há entretanto um ponto que deve ser posto em especial evidencia. É a recomendação relativa à reparação do esbulho sofrido pela lavoura e pelos maquinistas de algodão de Cr$ 10,00 por arroba do algodão em pluma, compulsòriamente entregue ao Banco do Brasil.

A matéria já foi apreciada pelo Poder Público e aprovada pela Câmara dos Deputados, através de um projeto que está hoje em transito pelo Senado. Trata-se de uma medida justa e merecedora de todo o amparo, cuja execução virá restabelecer a confiança na lavoura algodoeira.

Há também um aspecto que deve ser posto em particular evidencia. É o do *preço mínimo* — para o algodão — que constitui o primeiro dos itens das Recomendações Gerais da Reunião Nacional Algodoeira no Nordeste, cuja aprovação responderá a uma das solicitações mais instantes dos produtores do Nordeste e também do Sul. É principalmente para os produtores das regiões assoladas pela seca, que esta medida terá o maior cabimento, embora seja uniforme para todo o Brasil. O preço, segundo se verifica, deverá ser de Cr$ .. 100,00 por arroba de 15 quilos do algodão em caroço na base do tipo 5, com ágio e deságio, a serem fixados pela Comissão de Financiamento da Produção e esta cotação tem seu fundamento na composição de preços, em que serão liberados subprodutos do linter, como óleo e a torta.

Assim, nestes termos, sou de parecer que a tese seja apreciada pelo Plenário e aprovadas as suas conclusões que consultam o interêsse nacional.

São Paulo, 4 de março de 1952.

(Ass.) *Edgard Teixeira Leite.*"

As conclusões referentes a tese relatada pelo Dr. Edgard Teixeira Leite foram as seguintes:

1 — Aprovar as recomendações da Convenção Algodoeira de São Paulo realizada em 20 de setembro de 1950.

2 — Aprovar as conclusões da Reunião Nacional Algodoeira no Nordeste, nos termos do relatório da Comissão Especial do Algodão do Estado de São Paulo (C.E.A.), publicado em sua integra na "Revista dos Mercados" (ns. 8 e 9 de abril e maio de 1951).

3 — Referendar o Memorial de 9 de maio de 1951 da Associação de Usineiros de Algodão do Estado de São Paulo, dirigido ao Banco do Brasil pleiteando medidas de amparo à produção e de normalização do comércio algodoeiro.

4 — Apoiar os cotonicultores na sua pretenção de se obter do Govêrno Federal um preço mínimo de Cr$ 100,00 por arroba de 15 quilos de algodão em caroço na base do tipo 5, com os ágios e deságios a serem fixados pela "Comissão de Financiamento da Produção", incluindo-se desse modo o algodão no art. 1.º da lei n. 1.506, de .... 19-12-51, conforme M e m o r i a l apresentado ao Governo pela Sociedade Rural Brasileira, em 29 de fevereiro de 1952.

—:—

Ao Prof. Geraldo Goulart da Silveira, coube relatar, como membro que era da V Comissão, a tese "Escolas Práticas de Agricultura", de autoria do Dr. Cory Gomes de Amorim. Foi o seguinte o parecer do Dr. Geraldo Goulart da Silveira, unanimemente aprovado na sessão de 9-3-1952:

"O autor, depois de tecer uma série de considerações a respeito do ensino e da educação rural, a qual tem dedicado, sem dúvida, muita meditação, — pois assim comprovam os conceitos que explana com muita precisão —, apresenta um ante-projeto de escola intermediaria seguida de um curso de especialização organisado, ha quatro anos, pelo Departamento Social da Sociedade Rural Brasileira.

Este projeto obedece a idéias, fundamentos e diretrizes pedagógicas as mais modernas, ainda não levadas a efeito entre nós.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho que deve merecer a atenção de todos quanto se interessam por esse problema, pois aborda a matéria de uma maneira nova no campo do ensino agrícola que precisa e deve ser encarado com muita objetividade, tendo-se em vista as suas peculiaridades.

A escola idealizada e planejada pelo autor é uma verdadeira escola integral que empregará técnica agrícola avançada,

funcionará como estação agrícola modelo, será sede de um centro conservacionista, será um centro de serviço social e terá, dentro de seus elevados objetivos, uma ação educativa sobre toda a população da comunidade local.

Somos de parecer, portanto, que a mesma mereça a aprovação d comissão e do plenário.

ass. *Geraldo Goulart da Silveira*

Em virtude da eleição do Prof. Arthur Torres Filho para membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Conservação do Solo, usou da palavra, na sessão plenária, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que se dirigiu aos presentes nos seguintes termos: Sr. Presidente. Na diretoria da Sociedade Brasileira de Conservação do Solo, agora eleita por aclamação, figura o nome do Prof. Arthur Torres Filho, presidente da S.N.A., como membro do Conselho Fiscal. Como membro que sou da delegação dessa entidade de classe, cabe-me agradecer a distinção com que o plenário distiguiu o nome desse ilustre brasileiro. De fato, meus senhores, o prof. Arthur Torres Filho, pelo seu carater, pela sua proqidade, pela sua cultura e dedicação à causa pública e a lavoura, é um nome qde honra a agronomia nacional. O Prof. Arthur Torres Filho não é só o professor emérito; é também um técnico dos mais abalizados, um conhecedor profundo de nossos problemas econômicos e um ruralista dos mais devotados. A sua eleição, por aclamação, por este plenário, é, portanto, justa e merecida, e nós, da delegação da S.N.A., sentimo-nos jubilosos por este motivo. Foi esta uma homenagem a um grande e ilustre brasileiro que com acerto e invulgar capacidade dirige há anos a Sociedade Nacional de Agricultura. Era o que tinha a dizer, sr. presidente".

A delegação da S.N.A. ofereceu a Sociedade Rural Brasileira, no dia 3-3-1952 um banquete que contou com a presença de toda a delegação da S.N.A., do Dr. Mario Rolim Teles, presidente da S.R.B., do dr. Alberto Prado Guimarães, secretário geral da Mesa Redonda da Agricultura, do dr. Plinio de Castro Prado, de numerosos técnicos presentes à Mesa Redonda e de jornalistas do Rio e de S. Paulo. Oferecendo o banquete falou o dr. Alberto Prado Guimarães em nome do dr. Mario Rolim Teles e agradeceu a homenagem, em nome do dr. Arthur Torres Filho, o dr. Edgard Teixeira Leite.

Com a vinda para o Rio do dr. Edgard Teixeira Leite, no dia 4-3-1952, por motivos imperiosos coube ao dr. Alberto Ravache continuar chefiando a delegação da S.N.A., que procurou tudo fazer para bem desempenhar a missão que lhe fora confiada pelo dr. Arthur Torres Filho.

Foi das mais proveitosas, portanto, a atuação da S.N.A. na Mesa Redonda da Agricultura, em boa hora convocada pelo S.R.B. que, pelo exito alcançado pelo conclave prestou mais um relevante serviço à agricultura nacional.

A S.N.A. que há mais de 50 anos vem estudando com dedicação e interesse todos os nossos problemas agrícolas não podia deixar de atender ao convite de sua coirmã, que tambem tem um passado tradicional e, através de sua delegação colaborar no referido conclave.

As atividades de sua delegação ficaram assinaladas não só pela apresentação e defesa de 16 teses, das quais 5 de autoria de seu presidente, dr. Arthur Torres Filho, como tambem pelos numerosos encargos que couberam aos seus membros por uma deferencia toda especial da S.R.B.

Estão, pois, de parabens, a S.R.B., pelo brilhante exito de sua oportuna Mesa Redonda de Agricultura que debateu 97 teses, e a S.N.A., pela atuação de sua delegação chefiada inicialmente pelo dr Edgard Teixeira Leite e, posteriormente, pelo dr. Alberto Ravache.

ANEXO I

TEMARIO DA MESA REDONDA DE AGRICULTURA

I — *Politica economico-financeira*

a) — Finanças publicas e Economia Rural — Inflação: suas causas e seus reflexos sobre a Economia Rural;

b) — Crédito Rural — Credito de investimento e de custeio — Financiamento da produção (Café, Algodão, Produtos Alimenticios, Fibras Texteis, Borracha, Fumo, Oleaginosas, Pecuária e Silvicultura) — Crédito Cooperativo;

c) — Preços minimos e abastecimentos urbanos — Silos, Ar-

mazens e Expurgos. Indústria do Frio;
d) — Estradas de penetração e Estradas municipais. Transportes ferroviários, fluviais e de cabotagem;
e) — Comércio interno e externo — Cambiais;
f) — Imigração e Colonização;
g) — Dirigismo e conômico e Livre iniciativa.

II — *Conservação do sôlo*
a) — Técnica conservacionista — Reflorestamento. Bosques, Parques, Pomares — Reservas Florestais;
b) — Mecanização Agricola. Técnica de Aração — Carpas Mecânicas — Irrigação e Drenagem;
c) — Máquinas e Ferramentas (Produção e Consumo);
d) — Adubação — Humus — Composto — Adubos orgânicos e suimicos, sua fabricação e sua importação — Calcáreos — Usinas de Moagem.

III — *Produção agricola*
a) — CAFÉ - Conservação e restauração das lavouras cafeeiras — Orientação Técnica — Material — A Fazenda de Café e a Granja avícola e leiteira — Defêsa do Café;
b) — *Algodão — Fibras — Seda e Oleaginosas — Raízes e Tubérculos;*
c) — *Madeiras* — Celulose — Combustíveis vegetais;
d) — *Cacau - Fumo - Borracha;*
e) — *Produtos alimentícios;*
f) — *Açúcar* - Função das Usinas de Açúcar no reerguimento das zonas velhas;
g) — Combate às pragas — Inseticidas — Fungicidas e Hervicidas — Fabricação e Importação;
h) — Tratores e tratoristas — Escolas e cursos rápidos — Patrulhas e Oficinas mecânicas;
i) — Função da Eletricidade no soerguimento da vida rural;
j) — Indústrias Agricolas.

IV — *Produção animal*
a) — *Gado leiteiro* — Raças puras e cruzamentos — Criação extensiva e intensiva, mixta — Leite e laticínios: produção, beneficiamento, industrialização, distribuição e consumo;
b) — *Gado de corte* — Raças puras e cruzamentos — Carne e derivados: produção, transportes, distribuição e consumo. Frigoríficos regionais;
(Leite e Corte);
c) — *Raças de finalidade mixta*
d) — Equinos, Suinos, Ovinos, Caprinos, Aves e Peixes;
e) — *Pastagens naturais* e *artificias* — Cultura de forragens — Reservas de Inverno — Arraçoamento — Política das Tortas;
f) — *Sal*: Produção, transporte, distribuição e consumo;
g) — *Epizootias* — Verminoses, carrapatos e bernes.

V — *Serviço Social Rural*
a) — *Fomento Agro-Pecuário* e *Serviço Social Rural;*
b) — *O Homem Rural* e seus problemas;
c) — *Organização e Orientação do Ensino Primário — Escolas Práticas de Agricultura;*
d) — *Seguros — Acidente;*
e) — *Legislação Trabalhista.*

ANEXO II

Relação das teses apresentadas à Mesa Redonda de Agricultura

"Aspectos da Organização Agrária para o Brasil", ministro João Cleophas; "O papel da semente selecionada no progresso da agricultura", prof. Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; "Política do Trigo", prof. Artur Torres Filho; "Precisamos da verdadeira política agrária", prof. Artur Torres Filho; "Racionalização da cultura do café", José de Toledo Morais; "Fomento agropecuário e serviço social rural", Manoel Rocha Filho, prefeito municipal de Redenção da Serra; "Adubos Orgâni-

do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos e químicos", Nizio Viana, presidente ... das do Estado de S. Paulo; "A borracha paulista", Alfredo Ellis; "Leite, carne e adubos", Mario de Sousa Queirós; "Dirigismo econômico e livre iniciativa", Antonio de Queirós Teles; "Aspectos políticos, sociais e econômicos da vida agrária brasileira", Alceu Martins Parreira; "Estudo sobre tecnologia do queijo prato", Francisco do Amaral Rogick; "A cafeicultura e a criação de ovinos, associadas nas pequenas propriedades", Armando Boggi; "Criação de caprinos", Alberto Alves Santiago; "Contribuição para o estudo da estação de monta dos bovinos de corte no Brasil", José Barrisson Vilares; "Controle da produção agropecuária no Estado de São Paulo", Eduardo Miller; "Da aplicação de um método didático na divulgação científica", José Marques dos Reis e Helio Furtado do Amaral; "A inseminação artificial na melhoria dos rebanhos", Valter Carvalho Miranda; "A criação de aves como fator de equilíbrio agropecuário", Henrique Francisco Raimo; "Reservas forrageiras para seca", Geraldo Leme da Rocha; "A pesca marítima no Estado de São Paulo", Emilio Varoli; "O teor de vitamina "A" em óleo de fígado de peixes teleosteos", Hilda M. Teixeira e Silva; "Considerações sobre o despovoamento dos rios", Pedro de Azevedo; "Considerações sobre a criação de peixes de água doce", Pedro de Azevedo; "Custo de produção do leite no Estado de São Paulo", Fidelis Alves Neto; "Calagem, acidez de solos e época de aplicação de fertilizantes", H. Passos; "Imigração", Antonio Queirós Teles; "Combate à carestia da vida", Antonio de Queirós Teles; "Férias aos colonos", Eduardo Carvalho; "Contabilidade agrícola", Manoel dos Reis Araujo; "Novas conquistas na nutrição de aves", Breno M. Martins de Andrade; "Considerações sobre alimentação de vacas leiteiras" Breno M. Martins de Andrade; "A restauração dos cafezais nas zonas velhas do Estado pela adubação com esterco de galinha", Antonio Carlos Correia; "Isenção fiscal pela primeira venda do produtor", Antonio Carlos Correia; "Facilidades aduaneiras para importação de produtos veterinários", Antonio Carlos Correia; "Propaganda do café", Antonio Carlos Correia; "O problema do algodão brasileiro", Alberto Prado Guimarães; "Crédito agrícola para o pequeno produtor", Romulo Cavina; "Seguros agrícolas e pecuários", Romulo Cavina; "Princípios normativos e uma política agrícola brasileira", Romulo Cavina; "Educação sanitária do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "A imprensa e os problemas do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "Encaminhamento de vocações para a agricultura", Geraldo Goulart da Silveira, "O rádio e os problemas do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "O ensino agrícola e as associações de classe", Geraldo Goulart da Silveira; "As semanas ruralistas e os problemas do homem rural", Geraldo Goulart da Silveira; "Plano de soerguimento agropecuário com assistencia social, técnica, econômico e financeira, e fonte recursos para sua execução", Alberto Ravache; "Financiamento à lavoura paulista", Alberto Prado Guimarães; "Imposto de Consumo sobre derivados do leite de fabricação nacional", Otto Freusel; "Considerações em torno do projeto de lei n. 1.572", Otto Freusel; "Crédito para a agricultura", Artur Torres Filho; "Criação de um instituto de solos no Brasil", Artur Torres Filho; "As industrias universais e o problema universal em face do crescente aumento mundial de madeiras e seus subprodutos", Orlando de Almeida Prado; "Seguro e acidentes", Silvio Claro Cunha; "Adubação Mineral para a batatinha — influência do nitrogenio, fosforo e potássio sobre a produção", O. J. Boock; "Uma política nacional de produção, circulação, consumo e preço", Antonio Queirós do Amaral; "Estatuto da Sociedade de Conservação do Solo do Estado de São Paulo", Raul da Rocha Medeiros, Guido Cesar Rando, Victor Del Nero Suarez, Miguel Bechara e Acacio Gomes; "A importância da abelha", Coriolano Francisco Caldas Filho; "A irrigação", Durval Machado; "Principais causas da falta de carne e leite", José Peres de Oliveira; "Subsídios para organização e administração do serviço social rural", F. Escobar Duarte; "Inflação monetária, fator de tendência da monocultura na agricultura brasileira", José Bonifácio Amarad; "Agricultura e política de abastecimentos", José Bonifácio do Amaral; "Propostas sobre o ensino agrícola", Francisco Escobar Duarte; "Determinação da acidez e da basicidade equivalente nas misturas de adubos", E. J. Kiehl; "Mercado interno da Banana", Hilario Correia e Alcides S. Caldeira.

A hidrofobia no Distrito Federal

COMO A SECRETARIA DE AGRICULTURA DA P. D. F. VEM INSTRUINDO A POPULAÇÃO SÔBRE UMA EFICIENTE PROFILAXIA DA RAIVA

Segundo dados colhidos pelo Serviço de Medicina Veterinária do Departamento de Veterinária da Secretaria de Agricultura da P. D. F., foi elevadíssimo o índice de hidrofobia no Distrito Federal, no corrente ano, em relação ao ano de 1951. Constatada a procedência do assunto, verifica-se a necessidade de um eficiente combate aos cães vadios, para o que faz aquele Departamento um apêlo não só à população do Distrito Federal, mas de todas as cidades e dos homens do campo, num amplo apoio às medidas profiláticas postas em prática pela referida Secretaria.

O dr. Heitor Grillo, titular da Secretaria de Agricultura, declarou que ante a incidência dos casos de raiva no centro e nos subúrbios do Rio e das sérias ameaças que os animais raivosos oferecem ao público em geral, sua repartição está empenhada numa eficente campanha de profilaxia da raiva.

A decisão do dr. Grillo é das mais louváveis, pois, como verificarão os leitores, diàriamente, numerosas pessoas são atacadas por cães raivosos. O trabalho daquele órgão da Prefeitura do Distrito Federal, tem por finalidade instruir o público, acautelar os proprietários de animais e mostrar ao leigo, o terrível mal que é chamado virus de rua. Basta dizer que a vitima contaminada com o virus rábico, está condenada à morte depois de cruéis padecimentos, pois a ação da raiva tem como campo de ação os centros nervosos da pessoa.

Instruindo a população sôbre o que deve fazer no combate à raiva, recomenda a Secretaria de Agricultura:

"Aos leigos, é muito difícil o diagnóstico da raiva. Os sintomas podem ajudar o diagnóstico, mas podem também acarretar confusões. Os exames de laboratório esclarecem tôdas as formas da doença. E aqui está um conselho que deve interessar a todos os donos de animais domésticos: o diagnóstico tem capital importância, quando há pessoas contaminadas pelo animal doente. Neste caso, o animal deve ser sacrificado sumàriamente; o cão, ou outro animal qualquer, deve ser preso e o veterinário deve sacrificá-lo. Sua cabeça deve ser cortada, para evitar o risco de contaminação e remetida ao laboratório especializado, com as informações relativas ao caso.

O ferimento deve ser lavado imediatamente com água fervida morna, com sabão liquido de preferência, e em seguida, com solução antissética. Os ferimentos profundos ou mordeduras nas mãos e próximas à cabeça são os casos mais graves. O animal, sob suspeita de raiva, deve ser prêso pelo menos durante 15 dias, sob observação do veterinário. Os animais com sintomas típicos de raiva, devem ser imediatamente sacrificado para exame de laboratório. A pessoa mordida ou contaminada deve dirigir-se imediatamente ao Instituto Pasteur, na rua Juan Pablo Duarte n.º 11 (ex-rua das Marrecas), — Telefone 22-3028. Quanto mais depressa for socorrido o paciente para o ato da vacinação, mais eficiente será o resultado da vacina anti-rábica. Mais vale prevenir do que remediar: a raiva declarada é incurável".

Na antiga rua das Marrecas, funciona o Instituto Pasteur sob a direção do dr. Roberto de Souza Coelho, chefe dos serviços gerais para a profilaxia da raiva. O Instituto, como tudo que no Brasil presta relevantes serviços ao público padece de falta de recursos, se bem que atenda aos que o procuram com todo zelo e dedicação dado ao elevado espirito de compreensão e humanidade dos médicos, enfermeiros e demais funcionários.

Ali fomos encontrar numerosas pessoas atacadas por cães raivosos e que recebem diàriamente o tratamento preconizado. Velhos, mulheres, crianças, todos são imediatamente atendidos, fazendo os médicos e enfermeiros, verdadeiras preleções de utilidade no conhecimento dos animais raivosos.

O Instituto Pasteur, segundo nos informou um dos seus médicos, o dr. Enia Serra, que no momento atendia a algumas ví-

timas da caiva, já atendeu a mais de ... 150.000 pessoas em 15 anos. Nesta capital, cêrca de 800 pessoas estão recebendo injeções contra o virus rábico e cêrca de 40 fichas de consultas são registradas diariamente. A média de socorros diario, atinge a 150 em todo o Distrito Federal, o que demonstra cabalmente a elevada incidência dos casos de hidrofobia. Esse aumento, deve-se a certas deficiências no aparelhamento de combate e que agora a Secretaria de Agricultura, graças à operosidade de seu titular, está removendo. O público em parte, é culpado também. Os proprietários de cães não procuram os postos e o próprio Instituto, ou mesmo um veterinário particular para se informarem sôbre o estado do animal. Quando surgem as carrocinhas de apreensão de animais vadios, ainda se insurgem contra os funcionários da P. D. F. havendo se registado até conflitos. A carrocinha é uma necessidade para combater os cães vadios, grandes portadores do terrível mal. No Instituto Pasteur, o público, tem ali um verdadeiro centro de estudos científicos. A vacina é ali feita em laboratórios próprios e com a utilização de coelhos. Cêrca de 100 destes animais são utilizados mensalmente para as vacinas destinadas ao povo nessa louvável campanha da Secretaria de Agricultura.

O Movimento Associativo Rural no Paraná

O QUE VEM REALIZANDO A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO PARANÁ NO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DE NOVAS UNIDADES — UMA CIRCULAR ENVIADA A 59 PREFEITOS MUNICIPAIS, ENCARECENDO A NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE RURAL

Do sr. Miguel Matiskei, Secretario Geral da Federação das Associações Rurais do Paraná, recebemos:

"Prezado Senhor Diretor:

A proposito da inserção, nesse brilhante matutino, na data de ontem, sob o titulo "Organizar-se a classe rural", de um telegrama do Rio, em que é destacada a atividade associativa rural em diversos do Estados da União, tenho o prazer de juntar ao presente a copia da circular E-227, de 18 do corrente, dirigida a 59 Prefeitos Municipais em cujos Municipios ainda não se manifestou aquela atividade.

O movimento associativo rural teve inicio no Paraná em 1946, sendo dessa época as cinco Associações Rurais mencionadas em primeiro lugar no citado expediente.

A FARP tem por uma das obrigações estatutarias a organização de novas unidades. Daí a expedição da circular E-227.

Tratando-se de um assunto de interesse geral, seria sobremaneira valioso o apôio, a essa campanha, da imprensa paranaense, que sempre se destacou em empreendimentos dessa natureza.

Pedindo-lhe aceitar os meus protestos de apreço e consideração, subscrevo-me, — Atenciosamente; — **Federação das Associações Rurais do Paraná.**

MIGUEL MATISKEI — Secretario Geral"

"Circular E-227

Senhor Prefeito:

Em data de 24 de outubro de 1945 fora baixado um Decreto-lei, que tomou o numero 8 127, dispondo sobre a organização da vida rural brasileira.

Diz o seu artigo primeiro:

"Cada Municipio terá uma Associação Rural de que poderão fazer parte as pessoas naturais ou juridicas que exercerem profissionalmente atividades rurais, em qualquer de suas formas agricola, extrativa, pastoril ou industrial, e também tecnicos ligados a essas atividades".

Adiante, quando determina prazo para adaptação, a nova lei, de Sociedades agro-pastoris existentes na época, o paragrafo unico do artigo quinto estabelece o seguinte: "Não havendo instituições no Municipio ou, se a existente não manifestar ao Ministério da Agricultura a deliberação de se adptar a este Decreto-lei, cabe ao Prefeito, no prazo de noventa dias e na forma estabelecida no Regulamento, promover a fundação da Associação Rural do Municipio, caso não o tenham feito, livremente os interessados".

Por razões obvias poucos Prefeitos daquela época promoveram a desejada fundação de Associações Rurais em seus Municipios.

Das poucas que estão, se fundaram, foram reconhecidas e registradas as dos Municipios de Piraquara, Mallet, Cavinoa (atual Balandia), São Mateus (atual São Mateus do Sul) e Santo Antonio da Platina, respectivamente sob números 97, 100, 107, 108 e 111. Posteriormente, foram fundadas mais algumas, sendo reconhecidas e registradas no Ministério da Agricultura as dos Municipios de Bandeirantes, Araucaria, Rio Negro, Curitiba, Campo Largo, União da Vitoria, Foz do Iguaçu e Prudentopolis respectivamente sob numeros 140, 143, 149, 152, 159, 160, 165 e 167. Ultimamente, foi reconhecida e registrada sob numero 127 a Associação Rural de Irati, achando-se no Ministerio da Agricultura os processos para reconhecimento e registro das AA. R R. de Rebouças e da Lapa. Estão em fase preparatoria os processos das AA RR dos Municipios de Jaguariaiva, Londrina e Rio Azul. Há no Estado mais duas Associações Rurais de carater regional (Zonas de Cornelio Procopio e Cambara) e mais a especializada Associação Paranaense de Cafeicultores "APAC".

A maioria das Associações Rurais mencionadas tem vida ativa nos respectivos Municipios, cooperando grandemente para o progresso da cultura racional do solo, melhoria dos rebanhos e, principalmente, para o levantamento do nivel social do homem do campo. Diversas Associações têm uma projeção saindo do proprio Municipio de sua área de ação. . . fatores contribuindo para o engrandecimento...

Infelizmente, levada em conta a extensão territorial do Estado e o numero de seus Municipios, as Associações Rurais existentes representam uma parcela insignificante no ambito ruralista nacional, ficando o Paraná em absoluta desproporção com relação aos outros Estados, de menores possibilidades. Os dados numericos do Ministerio da Agricultura, colhidos em setembro de 1951 mostram o seguinte quadro:

Estado	AA RR	Socios
Alagoas	1	122
Amazonas	—	—
Bahia	5	254
Ceará	39	1 759
Esp. Santo	5	197
Goiaz	12	558
Maranhão	8	1 065
Mato Grosso	7	433
Minas Gerais	52	7 525
Pará	11	480
Paraíba	5	251
Paraná	16	1 245
Pernambuco	39	1 478
Piauí	13	621

R G Norte	18	797
R G Sul	28	13 685
R Janeiro	19	2 135
Sta Catarina	36	4 948
São Paulo	56	8 947
Sergipe	1	58

Considerando-se que a AR de Prudentópolis, reconhecida em 28 de março de 1951, tomou o número 167 de sua série e que a AR de Irati, sua imediata no Paraná e reconhecida em 20 de dezembro do mesmo ano já teve seu número de registro aumentado para 427, teremos um eloquente exemplo de atividade associativa rural em outros Estados, onde, em poucos meses, foram fundadas, instaladas, reconhecidas e registradas 260 Associações Rurais para uma única paranaense.

Trazendo ao seu conhecimento esses incontestáveis resultados estatísticos venho apelar para o espírito empreendedor de V Senhoria no sentido de integrar o seu Município no grande movimento ruralista nacional, agora que já está completado o ciclo de sua organização, pois a FARP congregando a quase totalidade das atuais AA RR paranaenses, faz parte, por sua vez, da Confederação Rural Brasileira, de cuja fundação participou em setembro de 1951, motivo por que é possível assegurar um clima propício para o desenvolvimento de Associações Rurais em nosso Estado, principalmente agora, quando as melhores energias nos mais variados setores de nossas atividades procurarão colocar o Paraná num nível bastante elevado em razão da próxima comemoração de seu Centenário.

E' inegável que será da maior importância o apôio que V Senhoria emprestar ao incremento do ruralismo em seu Município, quer pessoalmente, quer por intermédio de pessoas dispostas a dedicar uma parte de seus esforços em benefício de uma causa que não é somente de seus munícipios ruralistas, mas de todo o Paraná e do Brasil.

Na esperança de um bom acolhimento, o Sr Presidente da FARP incumbiu-me de colocar esta Entidade à disposição de V Senhoria para qualquer esclarecimento sôbre o assunto, inclusive oferecer assistência técnica à eventual organização de uma Associação Rural nesse importante Município

Atenciosamente,

Miguel Matiskei
Secretário Geral".

Federação das Associações Rurais do Paraná

Do sr. Presidente da Primeira Assembléia Geral Ordinária da FARP, recebeu esta Revista a comunicação de que na Assembléia, realizada a 11 de Janeiro último, foi renovado o terço do Conselho Deliberativo e ratificadas as modificações ocorridas na Diretoria Executiva da referida Entidade Rural, estando, presentemente, os seus diversos Orgãos constituídos da maneira seguinte:

CONSELHO DELIBERATIVO

ADALBERTO JUNQUEIRA E SILVA	EMILIO RODRIGUES DOS SANTOS
ADOLFO DE OLIVEIRA FRANCO	ERNANI GUARITA CARTAXO
ALEXANDRE GUTIERREZ	FLORIANO INCOT
ARCHELAU DE ALMEIDA TORRES	GARIBALDI REALE
ARISTIDES CARVALHO DE OLIVEIRA	HERMES MACEDO
ARMANDO PETRELLI	JOSE NAUFFAL
DIEDRICH CRAMER v. CLAUSBRUCH	JULIO SESSAK

NILSON BAPTISTA RIBAS

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente :	RUY ALVES DE CAMARGO
Vice-Presidentes :	SATURNINO LUZ
	EDUARDO SPRADA
	MATHIS BOHN
Secretário Geral :	MIGUEL MATISKEI
Secret. Auxiliar :	CARLOS E. V. DE LEAO
1.º Tesoureiro :	JAYME CANET
2.º Tesoureiro :	ROMARIO FERNANDES DA SILVA

DIRETORIA TECNICA

ALEXANDRE ZAINKO	JAZIEL SOTTO MAIOR LAGOS
HARRY CARLOS WEKERLIN	RUBENS SUPLICY F. DO AMARAL

VITAL RIBAS

COMISSÃO FISCAL

Efetivos	Suplentes
RIVADAVIA DE MACEDO (Presidente)	
FELICIANO GUIMARAES NETTO	AUGUSTO BUSMAN
JOSE CAETANO FERREIRA JR (Convocado)	EUNILO CORREA DE OLIVEIRA

Agradecidos pela gentileza da comunicação, daqui formulamos os melhores votos para a prosperidade daquela entidade, sem favor uma das maiores esperanças para o movimento associativo que se opera no país sob as normas do Decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945.

ALIMENTO E MATÉRIA PRIMA DAS INDÚSTRIAS

POPUNHA — UMA PALMEIRA IMPORTANTE PARA A AGRICULTURA NACIONAL

EURICO SANTOS

Como é sabido de todos, a família das palmeiras encerra preciosidades vegetais de alto valor, plantas de uma utilidade tão grande que se desaparecessem causariam o empobrecimento de grande parte do mundo.

A tamareira, por exemplo, constitui o alimento básico de 50 milhões de criaturas humanas.

O côco de dendê e da Bahia, produtores de substâncias oleaginosas, fornecem, hoje, matéria prima de grandes indústrias.

A carnaubeira, a piassaveira, o babaçu e tantas outras, no Brasil, concorrem para o aumento de nossa exportação.

Por todo o Brasil as palmeiras ajudam o homem na luta pela vida, fornecendo frutos muito procurados e alimentícios, como o assai, a pupunha e tantos outros, fibras, caibros, fôlhas, palmitos.

O VALOR EXCEPCIONAL DAS PALMEIRAS

Convém recordar que durante 60 anos, o quilombo dos palmares, com 30.000 negros fugidos, manteve-se à custa principalmente de palmeiras. Das fôlhas fabricavam vários artefatos, como chapéus, esteiras, cestos, abanos, peneiras, vassouras e serviam ainda, e principalmente, para cobertura de suas choupanas, alimentavam-se de caça, de alguns animais domésticos, de algumas lavouras, mas as palmeiras prestaram-lhes enormes serviços, principalmente na fase inicial. Com as palmeiras conseguiam azeite para alimentação, manteiga, uma bebida vinosa, amêndoas, polpas saborosas e palmitos alimentícios.

Ainda em nossos dias temos o exemplo de um município que vivia, pode-se dizer, à custa de palmeiras nativas do gênero *Cocos*.

Gregório Bondar, cientista de há muito radicado no Brasil, em 1939 publicou um estudo, no qual demonstrou que no município de Terezina e Bahia, a população vivia regularmente abastecida quase nada devendo à cultura do solo. Criavam galinhas e porcos sem plantar nem milho nem mandioca. E possuiam 100 mil cabeças de porcos!

"O principal sustentáculo dos seres vivos da região são as palmeiras nativas do gênero *Cocos*, — escreve aquele cientista, — principalmente o licurizeiro e o aravi". Estas duas palmeiras entravam com 90% para a economia da população.

CARACTERISTICAS DA PUPUNHA

Ocorrem-me êstes fatos ao me querer referir a outra preciosíssima palmeira: a pupunha, que os botânicos denominam *Bactris speciosa*. É palmeirinha fina de 12 a 18 m. de altura, de tronco armado de espinhos e produtora de frutos ovais ou arredondados, vermelhos ou amarelados, quando maduros. Êstes frutos de 2½ a 4½ cm. de diâmetro encerram uma massa amarela, amilácea que quando cozida é saborosa e alimentícia.

Posto que seja alimentos dos indios e caboclos de Costa Rica, Equador, Colombia, Nicarágua, Guianas e Amazonas, tal fruto tem sido elogiado pelo sabôr e valor alimentício por homens de ciência, como Wilson Popenoe, Oton Jimenez, David Fairchild, Dr. Rice. Fairchild confessa que o acha de delicado sabor e excelente como a castanha. Popenoe diz que tal palmeira deveria ser introduzida em tôdas as regiões tropicais, como grande recurso alimentar.

Os autores avaliam em cerca de 70 kg. a colheita de uma só árvore quando em plena produção.

Num estudo publicado no número 3, do tomo 6.º dos "Arquivos Brasileiros de Nutrição", preconiza-se a exploração da pupunheira, pedindo-se para ela a atenção dos poderes competentes. Serve para o consumo local e para exportação, pois os frutos podem ser transportados crus ou cozidos ou industrializados. Grande é sua riqueza em hidratos de carbono (40,9) em matérias gordas (6,7) e matérias azotadas (2,8). É uma extraordinária fonte de vitamina A, pois contém 14.800 unidades internacionais.

Trata-se, portanto, de uma palmácea tão valiosa como a datileira, o coqueiro da Bahia, o dendezeiro, a carnaúba, etc.

Noticias e Informações

SEGUNDA REUNIAO LATINO-AMERICANA DE GENETICISTAS E FITO-PATOLOGISTAS

Instalou-se em Sao Paulo, no Instituto Biológico do Estado, a II Reuniao Latino americana de Geneticista e Fitopatologistas, que congregou numerosos cientistas nacionais e estrangeiros. Numerosas teses sôbre assuntos os mais interessantes foram apreentados e debatidos pelos cientistas presentes. As teses serao publicadas em volume especial, a expensas da Fundacao Rockefeller

— -:- —

NOVA FORMA DE PAGAMENTO DAS DIVIDAS DOS PECUARISTAS

O Presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional acompanhada de um projeto de Lei dispondo sôbre o pagamento das dividas dos criadores e recriadores de gado bovino e, bem assim, de outras providências.

De acôrdo com o que focaliza a referida mensagem, o principal objetivo do referido projeto de Lei é "conjurar os efeitos que ainda perduram da crise que irrompeu ha mais de um lustro nos maiores centros de produçao pecuaria do Brasil Central a fim de solucionar definitivamente os problemas ligados a recuperaçao e expansão dos rebanhos

— -:- —

AMPARO A PRODUÇAO DE BORRACHA

O Sr. Presidente da Republica sancionou decreto dispondo sôbre a obrigatoriedade do plantio de seringueiras pelas emprêsas produtoras de artefatos de borracha. Tais empresas, deverao provar, perante a Comissão Executiva de Defesa da Borracha haverem invertido 20% de seus lucros liquidos anuais no plantio de seringueiras

Estabelece ainda o referido decreto que a obrigação do plantio de seringueiras poderá ser cumprido pelas indústrias de artefatos de borracha diretamente, através de organizaçoes suas, pela participaçao no capital de empresas especializadas pela tomada de titulos ou contratos especiais com pessoas fisicas ou juridicas dedicadas a plantação de seringueiras, em zonas próprias (de acôrdo com o Ministerio da Agricultura)

— -:- —

PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DA PECUARIA

O Ministro da Agricultura, Dr. João Cleofas, visando assegurar o desenvolvimento da pecuaria assinou portaria criando as seguintes Comissões Nacionais de Pecuária de Corte, de Pecuaria de Leite, de Brucelose, de Peste Suina, de Raiva e de Parasitoses.

Todas as referidas comissoes deverao apresentar ao Sr. Ministro da Agricultura um plano de trabalho que assegure o desenvolvimento da pecuaria nacional

— -:- —

ABATIMENTO NO TRANSPORTE DOS PRODUTOS AGRO PECUARIOS

O Sr. Ministro da Agricultura designou uma comissão para estudar e propor um ante projeto de decreto dando nova regulamentação ao dispositivo legal que concede a lavradores e criadores registrados no Ministério da Agricultura abatimento de 50% nos fretes de mercadorias e materiais destinados ao fomento agro-pecuario e transportados em estradas de ferro da Uniao ou por esta administradas.

— -:- —

AMPARO AOS PRODUTORES DE ALGODAO

O Exmo Sr. Presidente da República assinou decreto fixando preços minimos e assegurando o financiamento aos produtores de algodão. De acordo com o referido decreto da safra de 1952 a garantia de preços minimos fica assegurado ao algodao em pluma do pais nas seguintes modalidades:

a — aquisiçao do produto pelo preço de Cr$ 250,00 por arroba de 15 quilos para o tipo 5 de padronização oficial do Ministerio da Agricultura, com fibra de 28 a 30 cms. acondicionado em fardos com a densidade média nunca inferior a 400 quilos por metro cubico;

b — 80% de financiamento na base do preço minimo fixado

De acôrdo com o referido decreto, ficaram liberados até 28 de Fevereiro de 1953 a producao e o comercio dos sub produtos do algodao (caroco, linter, torta e oleo) destinados ao mercado interno, excetuadas as cotas entregues à pecuaria de leite do pais

— -:- —

UM MILHAO DE CRUZEIROS PARA OS LAVRADORES QUE MAIS SE DISTINGUIRAM NA PRATICA DO COMBATE A EROSAO

O Dr. Pacheco Chaves, Secretario da Agricultura do Estado de São Paulo, em sessão presidida pelo Governador do Estado, Prof. Lucas Garcez, fez entrega de prêmios no valor de um milhão de cruzeiros aos lavradores do Estado que mais se distinguiram na prática

do combate a erosão, de acordo com o que instituiu o decreto n.º 20 670 de Agosto de 1951 Para efeito de distribuição de prêmios as praticas de combate a erosão foram assim classificadas:

a — culturas em nivel
b — culturas em faixas
c — terraceamento
d — cordões em contorno
e — adubação verde

Os prêmios foram assim distribuidos:

a — Cr$ 400 000,00, para terraceamento
b — Cr$ 10 000,00 para culturas em faixas
c — Cr$ 180 000,00 para cordões em contorno
d — Cr$ 143 000,00 para culturas em nivel
e — Cr$ 97 000,00 para adubação verde

-:-

CREDITO A PRODUÇÃO

De acordo com os dados da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional as variações para mais nos créditos do Banco do Brasil destinados a produção foram as seguintes:

a — créditos agricolas, mais 12%
b — créditos pecuarios, mais 14%
c — crédito agro-pecuarios mais 58%

LEITE EM PÓ

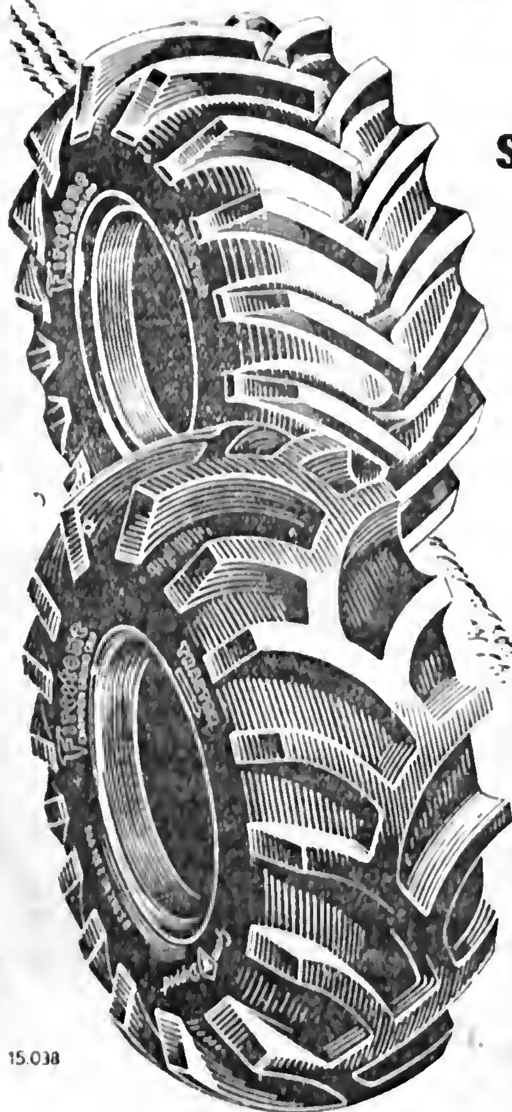
Nas proximidades da rodovia Presidente Dutra, em Guaratinguetá, será instalada por uma cooperativa de leite moderna usina de desidratação de leite, com capacidade para transformar em pó, em 8 horas de trabalho, 30 000 litros de leite ou 60 000, num regime de 16 horas de trabalho diário

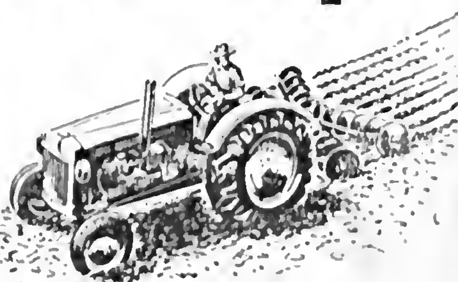
-:-

NOVA DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Empossou-se no dia 1-2 1950 no cargo de Presidente da F A R E S P , o deputado Iris Malmberg que, por expressiva maioria de votos foi reeleito para o importante cargo A solenidade contou com a presença de elementos da alta administração do país, entre os quais o Governador do estado, o Ministro da Agricultura, etc , e de numerosos representantes de associações de classe. A Sociedade Nacional de Agricultura se fez representar pelo seu Diretor Técnico, Engenheiro Agronomo Geraldo Goulart da Silveira











cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI RIO DE JANEIRO — BRASIL MAIO - JUNHO 1952

Leilão do Grande Campeão da raça Shorthorn em uma das últimas exposições de pecuária em Palermo







Classificação de bovinos da raça Holando-Argentino

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra — DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — EURICO SANTOS
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário — KURT REPSOLD
2.º Secretário — OTTO FRENSEL

Secretário-Geral LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS DE SOUZA DUARTE
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARÇANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold, **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Diogens Caldas, **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Newton Beleza.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI MAIO-JUNHO — 1952

Intercâmbio Brasil - Argentina

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
(Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura)

A crise mundial, tanto financeira como comercial, tende a se agravar tanto mais que fôrças novas começam a abalar o edifício social e econômico do mundo, tornando, por isso mesmo, indispensáveis os entendimentos econômicos entre as nações.

A mentalidade que está prevalecendo, dada a situação monetária mundial, é a de cada nação bastar-se a si mesmo, adatando a política autórquica, que levará os povos ao isolamento, quando devera prevalecer a cordialidade e o bom entendimento para segurança da paz social. Sabemos por experiência própria, serem dificílimas as questões de intercâmbio por têrmos sido um dos delegados do Brasil à Conferência Econômica de Montevidéu, em 1931, de que resultou o tratado comercial com o Uruguai, que ainda hoje prevalece, em suas linhas mestras, baseado no espírito de franca reciprocidade. Mais tarde fizemos, em 1934, parte de uma conferência tripartida (Brasil, Argentina e Uruguai), realizada em Montevidéu, para o estudo de um plano de conjunto, em defesa dos mercados de carnes. Tanto em um como em outro, ficamos plenamente satisfeitos com o espírito de cordialidade reinante e pelos resultados alcançados. Desde então, firmou-se no nosso espírito a convicção que os países da America do Sul, dentro de suas características próprias, não são infensos à colaboração na defesa de interêsses econômicos comuns.

Temos defendido a necessidade da creação de um Comité Econômico Sul Americano, cujos estudos viriam facilitar às nações da America do Sul seguro entendimento mútuo fazendo desaparecer supostos antagonismos econômicos. Devemos ter a convicção de que a America do Sul tem um papel de grande relevância a desempenhar na economia mundial e carece, por isso mesmo, estar cada vez mais solidária no domínio econômico. Êsse resultado para ser alcançado será preciso harmonisar interêsses e chegar-se a uma forte concórdia continental.

A America do Sul carece, em face do comércio mundial, de forte coesão dos seus interêsses. Êsse resultado poderá ser atingido com o estudo atento do dinamismo econômico dos países sul-americanos. A política fi-nanceira e econômica de cada nação, com o exame atento dos favores aduaneiros, representam obstáculos a remover. Os países sul-americanos preocupados com suas relações com a Europa, ficam esquecidos de estreitar os vínculos econômicos que os ligam aos países do Continente. O Brasil e a Argentina muito teriam a lucrar com relações mais estreitas no in-

tercâmbio econômico, dada a natureza de suas produções e de suas tradições de amizade.

Como membro que fomos da comitiva presidencial do Presidente Vargas quando, em 1935, visitou a Argentina, em retribuição à inesquecível visita do Presidente Justo, participamos da Delegação Brasileira à Conferência Comercial Pan-americana de Buenos Aires. Pelos contatos com as autoridades oficiais do Ministério da Agricultura, da Argentina, por outras visitas feitas à República Argentina, sempre com a atenção voltada para os assuntos profissionais e para os de economia agrícola; pelo acolhimento hospitaleiro que recebemos na Sociedade Rural; e visitas realizadas a uma das notáveis mostras da sua progressista pecuária, que são as Exposições de animais de Palermo, de repercussão mundial registamos como acontecimento sumamente grato, abrir as colunas da nossa tradicional revista ao noticiário da próxima exposição de Palermo, onde os pecuaristas do Brasil poderão colher altos ensinamentos e adquirir, como já vai acontecendo, exemplares de animais de alta linhagem para a melhoria dos seus planteis.

Tanto no intercâmbio técnico-científico como no econômico nas relações entre o Brasil e a Argentina, somos adeptos da fórmula feliz do inesquecível Presidente Saenz Pena: "Tudo nos une, nada nos separa". Sua aplicação só poderá trazer a felicidade e o bem estar dos dois povos.

A Exposição de Palermo

O tradicional certame pecuário da República Argentina conhecido continentalmente pelo título de EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DE PALERMO, promovido e realizado com louvável e pertinaz regularidade pela veterana "Sociedade Rural Argentina", constitui quase que o principal motivo deste número de nossa Revista.

A sugestão nos chegou e logo a acolhemos, certos de que uma divulgação mais ampla das coisas rurais da Argentina entre nós — e aí avultam as que se ligam à pecuária — seria de mútuo interêsse para os criadores de ambos os países, dispondo de um largo campo para um maior e mais proveitoso intercâmbio.

A dificuldade de tempo, infelizmente, não nos possibilitou melhor trabalho. Contudo, esperamos que a boa vontade, assim demonstrada do lado de cá, e a compreensão dos de lá, completem uma obra que tudo aconselha — assim pensamos — deva prosseguir em rítmo crescente, com benefícios à pecuária dos dois países irmãos e visinhos.

Daqui, formulamos os melhores votos pelo sucesso da Exposição, a inaugurar-se a 28 de junho deste ano.

A NOVA SEDE DA
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A construção está em fase de acabamento. O revestimento externo, já contratado, deverá estar sendo atacado, quando êste número circular. Outras tarefas parciais, como pisos, aparelhos sanitários, etc., estão em andamento, e a comissão de obras espera poder dar ao homem rural do Brasil a sua "Casa da Agricultura", ainda êste ano.

AVENIDA GENERAL JUSTO, 171 - 171 A

Projeto e Fiscalização do Eng.º Ary F. Azambuja

RUA DEBRET, 23, SALAS 816 - 817

RIO DE JANEIRO

Fundação da Sociedade Rural Argentina

10 DE JULHO DE 1866

Da "Resenha Histórico" escrita ao completar-se o cinquentenário da Sociedade Rural Argentina, pelo Dr. Emílio Frers, ex-Presidente da entidade e ex-ministro de Agricultura da Nação.



Doutor Enrique G. Frers, Presidente da Sociedade Rural Argentina

O regime colonial havia deixado nas Províncias do Rio da Prata um sedimento que não havia de desaparecer senão muito paulatinamente e cuja ação se manifestava tanto no comércio como nas indústrias rurais do país, as únicas que haviam alcançado certo gráu de desenvolvimento antes da emancipação. O monopólio e os privilégios que caracterizavam aquêle regime exerciam sôbre ambas orientações do trabalho nacional seu inevitável efeito deprimente e contrariavam sua expansão e progresso, não obstante os benefícios do clima temperado e a feracidade extraordinária do solo.

De pouco valera que nos fins do século XVIII o vice-rei Arredondo criara o *consulado* em Buenos Aires que havia se dedicado com muito louvável inspiração a promover o progresso da pecuária, do comércio e da instrução pública, ao mesmo tempo que Azara propunha a transferência da fronteira de Buenos Aires ao sul de Salado, e que Sonilá, Spinosa e Bauzalac realizavam seus estudos geográficos no Pampa e na Cordilheira dos Andes, sôbre o caminho do Chile, estudos que o govêrno do vice-reinado perfilhara com o fito indiscutível de estender os domínios do pastoreio colonial, de assegurá-lo contra depreciações dos índios bravios e de melhorar as comunicações com o Pacífico. As indústrias rurais se mantinham em seu atrazo primitivo; a maior parte dos produtos com que êstes países mantinham o comércio de exportação provinham da caça dos animais selvagens e do gado inculto, nos imensos campos abertos, sem uma cêrca, sem uma vala, sem uma só árvore.

A revolução modifica um tanto esta situação. A abolição dos privilégios, a incipiente liberdade comercial, o entusiasmo próprio dos nativos e o esfôrço de alguns dos estadistas ilustrados provocam uma mudança visível na fisionomia da estância primitiva; as convulsões políticas, se bem que retardam o programa rural, não impedem que logre marcar seus primeiros traços na vasta campina argentina; os campos se povoam de gado relativamente manso;

a ovelha começa a ocupar tal qual outro sítio ao lado das grandes manadas de vacas e éguas e ela obriga o proprietário a constituir o posto, primeiro habitáculo onde o camponês nômade se converte em pastor sedentário.

Porém sobrevém o lutuoso período da tirania e da guerra civil. De 1829 a 1852 se observa um grande retrocesso; a população rural vive em contínua inquietação; a propriedade desaparece; o gado se dispersa e de novo se tornam selvagens; as vacas e as éguas nessas condições ocupam o lugar dos animais domesticados.

Durante os dez anos que se seguem à queda de Rozas o país não é mais que um imenso deserto, ora assolado pela sêca, as queimadas ou as tormentas de pó, ora devastado pelos índios ou pelos grupos de foragidos que a guerra civil havia armado.

Com a paz relativa e os governos ordenados que vêm depois, o restabelecimento social e econômico opera-se com dificuldade e lentidão, porém com passo seguro, apesar dos frequentes transtornos políticos.

Nas províncias de irrigação se estabelecem pouco a pouco os canais e os escassos cultivos voltam a dar pão e trabalho a seus moradores.

Nos campos se amansam de novo as vacas, e as ovelhas voltam a alegrar os campos e a ocupar o curral no posto decaído. Ambas as espécies começam a constituir a base mais segura da riqueza nacional; porém a segunda prospera de uma maneira sumamente notável. Antes de 1852 os despojos da vaca davam quase todos os valores para nossos intercâmbios com o estrangeiro; em 1853 a ovelha nos dava já a quarta parte dêsses valores e em 1863 alcançava a metade.

Tudo animava aos trabalhadores do campo e os induzia a inverter vultosos capitais em melhorias.

Desgraçadamente, a guerra com o ditador López, do Paraguai, vem juntar-se às convulsões internas e a fazer cair por terra, novamente, tôdas as esperanças de progresso rápido e de prosperidade agrícola. A desconfiança medra outra vez; as iniciativas paralizam e os fazendeiros se retraem numa falta de ação enervante.

Naquela situação volta a surgir a idéia de se constituir uma associação destinada à defesa dos interêsses agrícolas do país e a congregar os esforços de todos os que lhes dedicam seus afazeres, com a convicção de que o melhor modo de servir ao país no momento da guerra era agrupar todos os interêsses da produção para criar novas riquezas que viriam substituir as que se destruiam. Mas a idéia tinha antecedentes mais meritórios que é indispensável rememorar ainda que brevemente.

D. Felix de Azara, que foi chamado com razão o mais sábio e desinteressado dos espanhóis que vieram às colônias da América escrevera, em 1801, na sua "Memória Rural do Rio da Prata", o seguinte: "Seria um meio de fomentar a pecuária estabelecer uma Junta ou Sociedade que a vigiasse e que se dedicasse logo a publicar uma memória instruindo a essa gente de que a pecuária é o único tesouro e de que desaparecendo-a, seu país seria o mais infeliz do globo. Proclamada já a Independência, o Diretor Posadas, instigado pelo cura da Capela de Rosario, Dom Tomás Javier de Gomensoro, havia baixado o decreto de 5 de maio de 1814 dispondo sôbre a fundação de uma Sociedade ou Junta de Amigos do País, que devia dedicar-se a tratar de matérias de agricultura, criação de gado e tudo o que com elas tenha relação." Foi uma coincidência notável o fato de seis anos depois da queda de Rozas coubesse ao filho do Diretor Posadas, ou seja, Dom Gervásio A. de Posadas, o não escasso mérito de haver organizado a primeira exposição agrícola, que se celebrou em 1858, na antiga moradia de Rozas, em Palermo, como para significar que uma nova era de civilização ia irradiar suas luzes desde aquêle recinto outrora sombrio e funesto.

Porém a glória da iniciativa recaiu em um homem jovem, cujo nome jamais poderá ser esquecido nos anais da agricultura argentina.

Foi Eduardo Olivera, que algum tempo depois foi o iniciador e verdadeiro fundador da Sociedade Rural Argentina.

Com efeito: Olivera havia escrito uma carta a seu pai, na qual, ao falar de uma exposição agrícola celebrada em Birmigham, sugeria a idéia de se fundar entre nós associações que se ocupassem de exposições análogas. Esta carta foi comentada por Sarmiento em "El Nacional" de Buenos Aires; apoiava decisivamente a idéia e indicava meios para realizá-la. Ao regressar Olivera a Buenos Aires de volta de uma grande viagem pela Europa, encontrou-se com seu amigo Posadas que já estava preparando uma Exposição Agríco-

la em Palermo, como se acabou de dizer. Alguns meses depois celebraram-se várias reuniões de fazendeiros nas quais atuaram Posadas como presidente e Sarmiento e Oliveira como secretários. Nomeou-se uma comissão encarregada da redação das bases e regulamentos da Sociedade. Porém esta comissão não pôde reunir-se nem uma vez; sobrevieram os distúrbios e a guerra civil que terminaram nos campos de Cepeda e Pavón. Olivera, desiludido, retira-se para a chácara paterna de "Los Remedios" e volta depois à Europa. Ao seu regresso, Dom José Martinez de Hoz o induz a reunir-se com êle e outros amigos para levar a efeito a fundação de uma Sociedade de Fazendeiros, cujas bases foi encarreado de redigir. Daí veio a surgir, por fim, a Sociedade Rural Argentina.

As cooperativas escolares e seu valor educativo

por **Fábio Luz Filho**
PRESIDENTE DO C. N. E. C.

Os primeiros estatutos sôbre cooperativas escolares foram lançados oficialmente em 1931, por mim elaborados, e o primeiro departamento estadual do Brasil surgiu em julho ou agosto de 1933, o de S. Paulo. Aquêles estatutos já davam às cooperativas escolares todo o seu inconfundível valor pedagógico, e não o de meros armazens de compra e venda de material didático, o que tem servido de pretêxto, em S. Paulo, para a dissolução de cooperativas escolares.

Alegam que os alunos são pobres, como se não existissem meios de o aluno produzir uma das marcantes características do cooperativismo escolar, notadamente o francês, de índole mais alcandorada, e o único, aliás, em tôda a Europa em plena floração. E como se a assistência não coubesse no âmbito do cooperativismo escolar, sem aviltações ou humilhações, retribuindo o aluno com pequenos serviços ou produtos de seu esfôrço pessoal. Prevendo isto, os estatutos oficiais que elaborei permitem o pagamento das quotas-partes em **serviços**.

E, além do mais, deve sempre ser considerado o aspecto de entidade **periescolar** que possui, fundamentalmente, a cooperativa, com seu sentido puramente educativo, na própria definição legal.

E da letra e do espírito da lei brasileira que não seja "a finalidade econômica a exclusiva e predominante para dar valor à escola".

"La esencial es que actividad del nino lleve a un resultado efectivo y útil, para su propia formación y para la colectividad de que forma parte".

E **Colomboin,** de quem mereci a honra de uma referência a "Cooperativas escolares" em seu **"La valeur éducative des coopératives scolaires"**, disse com justeza:

"La coopération scolaire, c'est l'école nouvelle des pauvres: plus précisément, elle apporte l'école nouvelle aux pauvres, c'est-à-dire aux classes pauvres, aux pays qui ne sont pas encore riches (no caso o Brasil), **à ceux qui ne le sont plus"**, no ponto de vista de **Victor Vogel:** "... la realisation populaire des écoles nouvelles...".

Na coexistência da mutualidade e da cooperativa escolar, que aquela fique com o seu estático mealheiro, e esta com o socôrro aos necessitados como um de seus serviços. Nos estatutos que elaborei estão em perfeita e discreta interpenetração e equilíbrio as virtudes de ambas.

Já se disse que o agrupar as escolas em comunidade é **fazer da classe uma sociedade em miniatura e da escola uma federação de pequenas repúblicas mais ou menos autônomos,** segundo a idade dos alunos e o grau de responsabilidade que se lhes confiar.

O primeiro livro surgido em língua portuguêsa foi o meu, **"Cooperativas escolares"** (cuja 1.ª edição foi lançada em janeiro de 1933, quando, ainda não existia um só departamento estadual de cooperativismo no Brasil), filho que sou de médico, escritor e pedagogo. Tais questões me são, pois, familiares desde a infância, tendo sido meu saudoso pai o introdutor (1895) das caixas escolares no Distrito Federal, além de precursor do romance social no Brasil e da escola ativa, **(slodj,** escolar, isto é, trabalhos manuais, excursões, cinema educativo, método montessoriano, festa da primavera, etc., etc.), e escritor com livros que durante longos anos foram adotados pelas escolas primárias do Distrito Federal e de diversos Estados do Brasil. A Prefeitura do Distrito Federal, ainda vivo meu pai, deu o nome dêle a uma de suas ruas.

A primeira cooperativa escolar fundada no Brasil, já dentro da orientação geral traçada nos estatutos oficiais de 1931, embora modificados, foi a de Cruzeiro, em São Paulo, em julho de 1933, através da propaganda que no Norte do Estado fiz desde 1931, quando em viagens de propaganda da cooperativas de laticínios, tendo realizado, a pedido do inspetor **Eboli,** várias palestras a professôras, no 1.º Grupo Escolar de Cruzeiro, em Itagaçaba e na Escola Normal de Guaratinguetá, conforme ligeiro histórico que faço na 3.ª edição de **"Cooperativas escolares"**. A Cooperativa de Laticínios de Cruzeiro, fundada ao influxo dessa minha propaganda em 1931 (quando ainda nem se pensava em departamento estaduais), foi o centro irradiador do cooperativismo escolar aí e em Itagaçaba e do movimento de laticínios do Norte do Estado.

Quase tôdos as cooperativas escolares do

Brosil seguem o orientoção contido no folheto oficial "Cooperativismo escolar", ogora em 2.ª edição no meu livro, sobretudo Pernombuco. Nêste folheto, dentro dos princípios pedagógicos da escolo vital, ou do método biótico, a professor tem a sua ação imprescindível e fecunda de assessor e orientador nato. Desde 1931 que consignam o setor do ensino e o do prática agrícola. Dei neles, ao diretor do escolo, a representação otivo e possiva, de vez que têm elas que se amoldar à lei no que lhes fôr aplicável e imprescindível. Influí poro a inclusão das cooperotivas na lei 22.239 (1932), e fiz com que, na lei 581, se retificasse o lapso da 22.239, que dava personalidade jurídica às cooperativas escolores nos moldes dos dos adultos, num absurdo.

Não é a cooperotiva escolar uma **pseudo cooperativa,** como pensa muita gente. **Pseudo** significa **falso,** e as cooperativas escolares (refiro-me mesma òs de crianças), não são falsas cooperativas, e, sim, verdadeiras cooperativas em miniatura, viva expressão da **"firme vontade de viver solidàriamente",** que é a essêncio do fenômeno cooperativo em todo mundo. O próprio **Profit,** em visível contradição com a cunha que deu ao cooperativismo escolar francês, definiu-as, inicialmente, como cooperativos econômicas, visando à minoração de preços, na estrutura das de adultos, falseamente que êle próprio não cometeu na prótica do cooperotivismo escolar froncês, visceralmente educativo.

Nos cooperativas escolores são observodos (não teriam função educotiva se não o fizessem...) tôdas as normas doutrinárias que caracterizom as cooperativas comuns, sobretudo a finalidode coletivo das sobras anuais, num escopo de aperfeiçoamento material da escola, e moral, espiritual e social do aluno.

E a consubstanciação da pestolozziana pedagogia realisto, que **Claperède** assinalou como própria de umo didótico que deve transformar os fins futuros a que aspiram os programas escolares em interêsses presentes para o educando. Educação para a comunidade, no postulado de **Fichte**. A criança tem na cooperativa escolar o meio capaz de capacitá-la para preencher as tarefas de sua vida no sentido do dever do futuro "homem sociol", o que se refere **Rousseau,** um ser atuante e pensante, amonte e emotivo. A livre expansão do personalidode da criança como fim..

Foi a França o berço das cooperativas escolores. Possuia elo, em 1948, nada menos de 13.000 cooperativas escolares em 7.500 escolas, com um total de 400.000 olunos-cooperadores. Em alguns Departomentos, agrupa o cooperativismo francês escolar a 95% do população escolar.

O **Congresso Nacional do Departamento Central de Educação** realizodo em Tours em 1948, visando ao valor social da criança, e da mulher educadora e mãe, dá a seguinte definição do cooperativismo escolar:

"No ensino público, as **Cooperativas escolares são sociedades de alunos, dirigidas por êstes com o concurso dos professôres, tendo em visto atividodes comuns**. Inspirada por um ideal de progresso humano, tem por objetivo a educação moral, cívica e intelectual dos cooperadores, com a gestão da sociedade e o trabalho de seus associados. Os frutos comuns do trabalho são destinados ao equipamento da escola e ao melhoramento das condições de trobalho, à organização do cultura artística ao divertimento dos seus associados, ao desenvolvimento das obras escolares e pósescolares de ajuda-mútua e de solidoriedade".

Estó aí bem frisado o cunho **educativo** do cooperativismo escolor.

É o **trabolho** coletivo como base da educação, através da aquisição de livros, cinemas educativos, discotecas, excursões, proteção aos pássaros, trabalhos hortícolas, combate a insetos daninhos, festos, teotrinhos, bibliotecas, fabricoção e venda de objetos artísticos; feitura e aquisição de material de ensino; compra e distribuição de livros e instrumentos para trabalhos manuais; decoração e embelezamento da escola; colheita e venda de plantas medicinais; pequenas farmácias; pelotões de saúde; jogos esportivos; cultivo de jardins, de viveiros, hortas e pomares; organização de pequenos jornais escolares; criação de coelhos, bichos de sêda, animais de laboratórios; tômbolas; correspondência intercooperativa, etc.

Desde 1931 foi esta a orientação que imprimi à propaganda, consubstanciada em folhetos, livros, comunicados e nos estatutos já referidos.

Profit considera o professor como representante, de fato e de direito, da cooperativa, **"porquonto esto não é mais do que sua escola, no qual é êle, o um tempo, delegado do Estodo e mandatário dos pais"**

M. Colambain acha que, sendo a cooperativa, **pedagògicamente, "centro de inte-**

rêsses", pode hover, pora certas deliberações, até o veto do professor quondo estas não se ajustarem a determinadas exigências da lei, do disciplino escolor, do interêsse escolar ou da própria cooperativa (o que me parece excessivo). Nisto está com **Santiogo Hermández, Hedler** e **Dewey** (a escola com amplioção do famílio).

A lei brasileira caracteriza a cooperativa escolar no seu artigo 34, frisando que deverão organizar-se "**entre os respectivos olunos, por si ou com o concurso de seus professores,** etc. orientoção que temos seguido no Brosil. Oo mesmo não acontece no México e Argentina, naquêle contra a lei, oliás. Suas cooperativas tinhom e têm participação dos professôres, que podem integrar os orgão de administroção e fiscalizoção, possibilitando, assim, o formoção de federações, orgãos de segundo grau de grande omplitude econômico, os quais não podem ser dirigidos por alunos sem capoci dade civil.

A participação dos professôres deve ser discreta, ação de verdadeiros custódios, como já disse.

O Conselha de Assessôres nas cooperativas escolares está perfeitamente dentro do espírito da escola renovada, que é uma **comunidode** composta de alunos, professôres e pais, três elementos que "devem estar em relação espiritual tão íntima quanto possível". **Lazuriaga** compendiou as virtudes da escola renavada, tôdas perfeitamente enquadráveis na moldura das cooperativas escolares: reunião em grupos, coeducação dos sexos; trabalhos monuais e trabalhos de oficina e campo; o trabalho livre executado por grupos; excursões; acampomentos e colônias escolores; cultura geral dos olunos; observação e experimentação; trabolho pessool como complemento do trabalho coletivo; os interêsses espontâneos; trabalho coletivo e educação sociol pelo espírito de comunidade desenvolvido; fortalecimento da solidoriedode e emuloção; meio de beleza e desenvolvimento da consciência moral; abolição da "pedogogia de closses" e conseqüente integração no sentimento cívico e no senso da humanidade.

Eis a cooperotiva escolar em harmonioso síntese.

Exposição de Palermo



Os bovinos Shorton e Hereford são selecionados pelos seus respectivos juizes

A Exposição de Palermo e a Criação de "Hereford" como meio de Aproximação Econômica Argentino-Brasileira

Artigo da Associação dos Criadores de HEREFORD

TRADUÇÃO DE MARTINS DIAS



Passagem dos Herefords no desfile de uma inauguração oficial da Exposição de Pecuária

Uma série de circunstâncias favoráveis fizeram da Argentina o país ideal para o portentoso progresso das suas indústrias básicas — a pecuária e a agricultura.

Dilatadas planícies, pradarias naturais e clima benigno, proporcionaram os elementos primórios indispensáveis; a tenacidade do seu povo fez o resto.

Desde os já mui afastados dias do "Jardim Florida" e logo através do que veio a chamar-se "O Clássico Certame de Palermo", as exposições organizadas pela antiga e prestigiosa Sociedade Rural Argentina, foram mostrando aos olhos assombrados dos visitantes o crescente melhora da sua pecuária.

A República Argentina ia alcançando importância mundial como país produtor de ótima qualidade, posição invejável que lhe deu merecida fama entre nós e estrangeiras.

A metódica tarefa da seleção de "rodeos", muitas vezes conseguida à custa de extremos sacrifícios, e a ineterrupta corrente de introdução de reprodutores importados da Grã-Bretanha — fonte dos grandes raças de animais de corne — compensaram os largos ciclos de trabalhos silenciosos e deram-lhe justificada proeminência nos mercados internacionais.

Palermo guindou-se, assim, à consideração geral como centro de atração para os criadores de outros países que começaram a voltar a sua atenção, ano atrás ano, para Buenos Aires, seguindo com crescente interêsse as alternativas da sua mui considerada exposição pecuária.

Os homens de campo dos países vizinhos, e muito especialmente uruguaios, brasileiros, chilenos e paraguaios foram assíduos concorrentes ao torneio máximo da pecuária argentina, estabelecendo um contato

permanente, criador de tradicionais e amistosas relações econômicas entre os países irmãos.

Grandes fundadores de estabelecimentos pecuários seguiram a rota dos primeiros empregadores e entusiásticos visitantes, os quais igualmente não se eximiram a sacrifícios pecuniários, no seu afã de dar hierarquia à pecuária de seus respectivos países.

Com justificado orgulho, importantes criadores dos países limítrofes à Argentina, exibem hoje produtos de alta mestiçagem, descendentes de reprodutores pertencentes a Pereyra Iraola, Pereda, Duggan, Morrogh Bernard, Blanquier e outros, para não citar senão alguns dos mais prestigiosos criadores argentinos.

Condições de rusticidade, prolificidade, sanidade e rendimento — entre as raças de carne — fizeram com que os Herefords merecessem a preferência dos criadores brasileiros, cuja zona pecuária por excelência — Rio Grande do Sul — oferece imensos pontos de semelhança com os campos de cria argentinos.

Assim, foram surgindo grandes criadores de Hereford no Brasil, como Freitas da Silveira, Campela Duarte, Simões Cantera, Riet Machado, Ormazabal, Bastos, Sá Dornelles e Guerra, entre tantos outros igualmente merecedores de citação, os quais foram impondo a especial preferência que hoje se observa pelas "caras brancas", entre seus progressistas criadores de gado.

Essa preferência, nascida mercê dos resultados das sucessivas exposições de Palermo, foi despertando o interêsse particular dos "cabaneros" argentinos e, se bem que em distintas épocas, dois dêles merecem, sob êste aspecto, uma referência especial: "VILLA MARIA", do Dr. Celedonio Pereda e "La Estrella", de Marragh Bernard.

A primeira destas "cabanas", sem olhar a elevados sacrifícios econômicos, inicia na Argentina a era da imunização contra a "triteza" produzida pelo carapato e foi assim que, superando dificuldades muitas vezes quase sem solução, que uma contínua corrente de reprodutores Hereford, de "Vila Maria" concorre, aproximadamente desde 1920, às exposições estatuais de Uruguaiana, Itaqui, Pelotas, Bagé, Pinheiro, Santa Mônica e Uberabo.

Semelhante semente deu os seus frutos e pronto os Herefords se multiplicaram no Brasil, donde uma legião de criadores concorria assiduamente a Palermo, em busca dos reprodutores de sua preferência.

Anos mais tarde e já na época atual, a "cabana" "La Estella", à frente da qual se encontra seu dinâmico proprietário, o Engrº. Agrônomo Juan Francisco Morrogh Bernard, havia de manter latente o interêsse que despertara o seu prestigioso antecessor concorrendo com seus Herefords às exposições brasileiras, mantendo e aumentando dêste modo os proveitosos resultados que estas significam para o constante progresso da raça.

Prova eloqüente da difusão dos Herefords no Brasil é o número dos reprodutores inscritos no "Herd Book Brasileiro" cuidadosamente elaborado pela importante Associação do Registo Geneológico Sul Riograndense, de Pelotas, cujas cifras finais correspondentes ao ano de 1950, assinalam as seguintes inscrições de reprodutores de "pedigree", para as raças de animais de carne: — HEREFORD, 1.435; Shorthon, 313; Aberdeen Angus, 181.

A exposição de gado que êste ano inaugura em 28 de Junho, a Sociedade Rural Argentina, no seu antigo local de exposições de Palermo e agora em vias de sofrer importantes transformações tem, novamente, um carater "Internacional".

Os criadores do Brasil necessitam renovar as suas fontes de sangue com a introdução de novos reprodutores. O certame de Palermo lhes oferece, uma vez mais, o mercado ideal sob todos os pontos de vista para abastecerem-se, tal como o fizeram desde antanho.

Pela sua parte a Argentina deve conservar os mercados que conquistou pela qualidade dos seus reprodutores e está no seu própria interêsse continuar a merecer, também neste importante aspecto, a preferência dos seus vizinhos e amigos.

Será de desejar, então, que os novos convênios não resultem inprofícuos na prática e que os empenhados esforços do senhor Embaixador Doutor João Baptista Luzardo, que por feliz coincidência é também um entusiástico criador da raça Hereford, supere as dificuldades que se opõem ao livre trânsito de reprodutores entre a Argentina e o Brasil, alcançando uma realidade que será um novo motivo de orgulho para se reafirmarem os tradicionais vínculos que unem os dois grandes países no permanente concerto das relações panamericanas.

FALANDO DE KARAKUL...

Por: MACEDO BASTO — Buenos Aires
Especial para "A LAVOURA"

A raça de ovinos Karakul que apareceu no Turquestão (Asia), existe há 500 anos. Quem não conhece as peles destes preciosos carneiros, que em lindos e resistentes abafos o comércio vende com o nome de Astrakan ?

Foi na região de Buchara (Rússia), fronteira da Persia e Paquistão e na parte sul da Rússia Europeia que as peles dos carneiros Karakul se começaram a explorar. Hoje em dia a produção destas peles atinge na Rússia uma produção de 3 milhões de unidades anuais, no Paquistão 2 milhões, na Romênia 1 milhão, o que constituem um verdadeiro filão de ouro pelo seu elevado valor ainda hoje cotado nos mercados internacionais. O Sudoeste Africano, que foi antiga colônia alemã, não possuia em 1920 um só carneiro Karakul, mas em 1950 já conseguiu exportar 2 milhões de peles, o que, somando esta quantidade à dos restantes países produtores verificamos haver hoje uma produção mundial de 8 milhões, quando o certo é que todo o globo é consumidor de mais 12 milhões, quantidade esta que até agora não se tem tido possibilidade de alcançar. Assim, a procura existe e todo o desenvolvimento que se produza em qualquer País tem assegurado o seu consumo por grandes preços.

Aqui na Argentina, só em 1908 foram estes famosos carneiros conhecidos, quando o então Imperador da Austria, Francisco José, fez presente ao Presidente da República Dr. José Figueiroa Alcorta, de alguns exemplares de pedigree, e assim, com esses puros começaram os criadores a fazer a sua exploração, que embora a enorme rusticidade desta raça, tem sido lenta até há pouco, por falta de atenção a esta riqueza, pois as especialidades pecuárias já em rotina eram mais que suficientes nas explorações pecuárias deste País. Porém, nos últimos anos com a fixação de técnicos criadores desta especialidade a sua cria se está desenvolvendo de uma maneira espantosa e assim, provenientes de regiões mais variadas, Cordoba, San Luiz, Salta, Buenos Aires e Territórios de Neuquem, já hoje produz cerca de 30 mil peles de ótima qualidade que são valorizadas entre 100 e 250 pesos argentinos, cada.

Num acentuado progresso tem êste País vindo importando

das mais famosas procedências, Halle, Adametz e outras campeãs de puro sangue com pedigree, e assim hoje numerosas cabanas se encontram providas de animais desta espécie com as melhores descendências do Mundo, que as habilita a formarem grandes "planteis", como também já a poderem satisfazer alguns pedidos de exportação para Países vizinhos.

A boa fecundidade destes ovinos e enorme rusticidade nas mais variadas regiões secas da Argentina, habilitaram o criador a um interesse especial, já que também os preços se podiam considerar fabulosos para esta espécie de produtos — as pequeninas peles de Astrakan. Dia a dia estão nascendo novos criadores, quer iniciando os seus rebanhos com puros de pedigree, quer também obtendo-os por cruza da vulgar raça creoula até obterem o puro por cruza que, aliás, se apresenta com as melhores características desta raça.

O valor destes animais na economia de certos países é tão grande que, na Rússia e Paquistão é punido com pena de morte qualquer indivíduo que exporte um animal Karakul, e assim, os países que desejem desenvolver esta cria encontram a enorme dificuldade de obter puros sangues nas melhores origens, razão esta por que ainda hoje os bons puros sangues atingem preços astronômicos, se bem que compensadores.

Buenos Aires, Abril 1952.

Sociedade Cientifica Argentina

1872 - 28 de Julho - 1952

80.º aniversario de sua fundação

Quando no ano de 1872 o então estudante de engenharia e de direito Don ESTALISLAO S. ZEBALLOS — que optou logo pela carreira das leis para chegar a ser notável jurisconsulto, decano da Faculdade de Direito e Ciências Sociais e Ministro das Relações Exteriores — pensou em organizar uma nova instituição de estudos técnicos na capital argentina, em um meio onde os trabalhos de índole científica eram muito limitados em número e alcance, havia parecido que atentava, seguramente, em uma idéia prematura. Sem dúvida, a iniciativa feliz do jovem aluno universitário encontrou éco propicio e em uma das aulas do velho Colégio Nacional, em reunião a que assistiram vinte e quatro pessoas especialmente convocadas, a 28 de julho de 1872, cristalizou o generoso propósito inspirador dessas mentes jovens, com afeição para o estudo e desejos de progresso cultural para seu país, deixando constituida a Sociedade Cientifica Argentina e com o engenheiro D. Luis A. Huergo como primeiro presidente, sôbre bases redigidas pelo próprio Zeballos para focalizar as nobres finalidades a que se dotaria a nova instituição.

Vida precária, sem dúvida, a daquelas horas iniciais em que o entusiasmo e a fé dos fundadores desviava tôda perspectiva de desalento, e prontamente, a Sociedade se enraiza e vigoriza, começando uma trajetória de ascendente progresso que leva a entidade ao alto plano hierárquico a que agora se encontra ao alcançar o 80.º aniversário de sua fundação, instalada desde 1934 em seu magnifico edificio da Avenida Santa Fé n.º 1145.

Assessora do Govêrno Nacional e da Provincia de Buenos Aires em diversas questões técnico científicas; auspiciadora da expedição mais importante que o Dr. Francisco P. Moreno realizou à zona septentrional da Patagônia, no ano de 1875, como fôra a que o explorador D. Ramón Lista efetuou dois anos mais tarde à mesma região, tão desconhecida então, e que com o correr do tempo haveria de transformar-se nos Parques Nacionais de Nahuel-Huapi, de beleza incomparável, e nos férteis vales do rio Negro e do Limay; organizadora da excursão à Laguna Iberá, em Corrientes, no ano de 1910, para estudos botânicos e geológicos e de possiveis explorações econômicas, tratando de obter beneficios para a provincia do litoral argentino; fez a história da evolução da ciência em nosso país com as monografias que autores de reconhecidos merecimentos redigiram por encargo seu, em seus cinquentenário (ano de 1922), sôbre ciências quimicas, botânica, fisica, matemática, higiene pública e obras sanitárias, astronomia, mineralogia e meteorologia; participou em numerosos certames cientificos nacionais americanos e europeus; iniciou e custeou as primeiras exposições cientifico-industriais dos anos de 1875 e 1876; por suas publicações e trabalhos realizados mereceu qualificadas recompensas em diversas exposições (Roma, Chicago, São Luiz, Roubaix, Gante, São Francisco da Califórnia, Rio de Janeiro); teve a iniciativa de convocar em Buenos Aires, em 1898, o Primeiro Congresso Cientifico Latino-Americano, seguido logo em Montevidéu (1901), Rio de Janeiro (1905), Santiago do Chile (1908), Washington (1915), Lima (1924), México (1935) e Washington (1940). Ainda mais, em 1910, por ocasião do Centenário da Revolução de Maio por encargo da Comissão Nacional de Festejos, organizou o Congresso Cientifico Internacional Americano, com delegados oficiais de vinte nações diferentes e com mais de 1.500 membros aderentes; tôdas essas referências assinalam só algumas facetas do vasto trabalho desenvolvido, motivo pelo qual, com tôda a razão, foi qualificada como benemérita SOCIEDADE CIENTIFICA ARGENTINA.

Sua biblioteca, de caráter público, perfeitamente fichada e com um arquivo valiosíssimo, tem 49.250 volume.

Os "Anais" da **Sociedade Cientifica Argentina**, constituem a mais velha e a mais honrosa tradição das publicações cientificas da Argentina, apareceram pela primeira vez no ano de 1876 e vem sendo mantidos, ininterruptamente com caráter mensal, dos quais já foram editados 152 volumes, servindo para uma permuta tão grande e regular que permite a posse de revistas cientificas no país, procedentes da Argentina, Alemanha, Austria, Bélgica Bolivia, Brasil, Bulgária, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Salvador, Espanha, Estados Unidos da América do Norte, Filipinas, Finlândia, França, Grecia, Guatemala, Holanda, Hungria, India Inglesa, Indonésia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão, Japão, Java, Marrocos, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Perú, Polonia, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Rumania, Africa do Sul, Tunisia, U. R. S. S., Uruguai, Venezuela e Iugoslavia.

Os ciclos anuais de conferências cuja tribuna foi ocupada pelos mais elevados valores intelectuais argentinos e estrangeiros; os Seminários "Francisco P. Moreno" e "Claro C. Dassen" dedicados às disciplinas das ciências naturais e matemáticas, respectivamente; os prêmios de estimulo e de consagração cientifica; as bolsas de estudos; a criação do Comité Argentino de Bibliotecários de Instituições Cientificas e Técnicas, para favo-

recer o melhor conhecimento da obra cultural que pode satisfazer às respectivas bibliotecas e a soma de benefícios que as favoreça; a recordação periódica de nossos homens de ciência do passado argentino e que cimentaram o florescimento dos que vivem hoje, etc.. são outros aspectos da obra fecunda que leva ao fim a **Sociedade Cientifica Argentina** que ao festejar seus oitentas anos de existência, fez chegar o êco de sua celebração a todas as instituições congêneres, universidades e centros de estudos da América e do mundo inteiro, estreitando antigas relações ou criando novos vínculos para que com seu concurso e de quantos queiram emprestar sua cooperação útil, nossa velha entidade possa prosseguir sua obra desinteressada e benéfica em favor do desenvolvimento cultural e do prestígio da ciência na República Argentina.

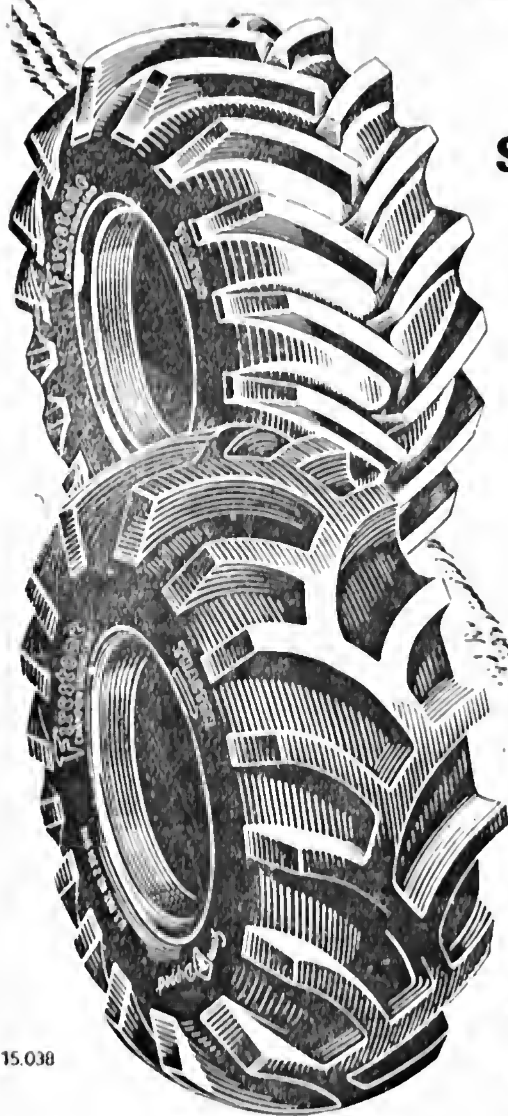
PRESIDENTES DA SOCIEDADE CIENTIFICA ARGENTINA E SUA FUNDAÇÃO

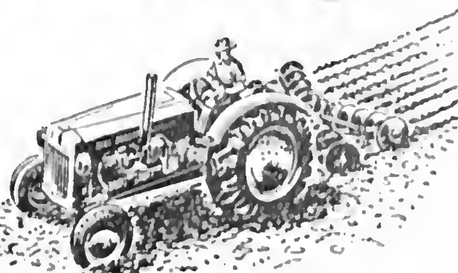
Anos 1872-1874 — Eng. Luiz A. Huergo
" 1873-1875 — Dr. Juan J. J. Kyle
" 1875-1877 — Eng. Pedro Pico
" 1877-1878 — Eng. Guillermo White
" 1878-1879 — Eng. Luiz A. Huergo
" 1879-1880 — Dr. Valentin Balbin
" 1880-1881 — Dr. Carlos Berg
" 1881-1882 — Eng. Luiz A Huergo
" 1882-1883 — Dr. Carlos Berg
" 1883-1885 — Eng. Guillermo White
" 1885-1886 — Eng. Luiz A. Viglione
" 1886-1887 — Dr. Estanislao S. Zeballos
" 1887-1889 — Dr. Valentin Balbin
" 1889-1891 — Dr. Carlos Maria Morales
" 1891-1892 — Eng. Eduardo Aguirre
" 1892-1893 — Dr. Juan J. J. Kyle
" 1893-1894 — Eng. Carlos Bunge
" 1894-1895 — Eng. Miguel Iturbe
" 1895-1896 — Dr. Carlos Maria Morales
" 1896-1897 — Dr. Angel Gallardo
" 1897-1898 — Eng. Domingo Nocetí
" 1898-1900 — Eng. Dr. Marcial R. Candioti
" 1900-1901 — Dr. Manuel B. Bahia
" 1901-1902 — Dr. Carlos Maria Morales
" 1902-1903 — Eng. Carlos Echagüe
" 1903-1904 — Eng. Emilio Palacio
" 1904-1905 — Eng. Vicente Castro
" 1905-1906 — Dr. Carlos Maria Morales
" 1906-1908 — Eng. Gral Arturo M Lugones
" 1908-1909 — Eng. Otto Krause
" 1909-1910 — Eng. Vicente Castro
" 1910-1911 — Dr. Francisco P. Moreno
" 1911-1912 — Eng. Vicente Castro
" 1912-1913 — Dr. Agustin Alvarez
" 1913-1914 — Eng. Santiago E. Barabino
" 1914-1915 — Dr. Francisco P Lavalle
" 1915-1917 — Eng. Nicolas Besio Moreno
" 1917-1919 — Dr. Carlos Maria Morales
" 1919-1923 — Eng. Santiago E Barabino
" 1923-1927 — Eng. Eduardo M. Huergo
" 1927-1929 — Eng. Nicolas Besio Moreno
" 1929-1933 — Dr. Nicolas Lozano
" 1933-1937 — Eng. Nicolas Besio Moreno
" 1937-1943 — Eng. Jorge W. Dobranith
" 1943-1946 — Dr. Gonzalo Bosch
" 1946-1949 — Eng José M Paez
" 1949-1951 — Eng. Dr Eduardo M Huergo
" 1951-1953 — Dr. Abel Sanchez Diaz.



Na terra dura ou fôfa... seu trator RENDE MAIS com pneus

Ground Grip





15.038

MÁXIMO... em Tração e Resistência

Em sua fazenda o se..hor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho — Ground Grip Firestone.

Rode sôbre

Firestone



O PNEU MAIS SEGURO E DURÁVEL ATÉ HOJE FABRICADO

O MELHORAMENTO DO ALGODOEIRO NO NORDESTE

PLANO DE COMBATE À MURCHA — A RESISTÊNCIA GENÉTICA DE ALGODOEIROS ÀS RAÇAS DE FUNGOS

OSVALDO BASTOS DE MENEZES
Eng.º-Agr.º

O algodoeiro, em várias regiões do Nordeste Brasileiro, é seu principal produto de valor econômico. Em torno dêle gira uma população apreciável de lavradores, cujos meios de subsistência quase que lhe são exclusivos.

É obrigação, já se vê, dos órgãos públicos, acudir nos problemas que essa cultura, amiúde, oferece. Época houve, mesmo em que um bem organizado serviço especializado lhe dispensava estudos exclusivos, serviço que, de estrutura federal, era bastante enraizado no âmbito estadual.

O Serviço de Algodão contava com várias Estações Experimentais e Laboratórios Especializados (1), além de se articular com os organismos estaduais incumbidos do estudo do algodoeiro. Essa articulação mereceu os louvores do grande geneticista de fama internacional N. Vavilov (2), ao visitar os organismos brasileiros de agronomia.

A extinção repentina do Serviço deixou a cultura do algodoeiro algo desamparada, correndo os estudos de seus problemas ou por conta exclusiva dos Governos Estaduais (S. Paulo, etc.), ou pela nóvel instituição que veio superintender os trabalhos experimentais de agronomia (Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas). Houve, como é natural, grande dispersão do elemento humano e material nessa passagem, e aquela mentalidade algodoeira, tão louvada, deixou de existir.

Quase paralelo à extinção do Serviço de Algodão, foi assinalada, pela primeira vez no Brasil, uma doença no algodoeiro (1935), cujo organismo causador — Fusarium oxysporum f. vasinfectum — é de grande virulência. Espíritos mais apressados, costumam culpar o SNPA por não haver estabelecido um método eficiente para seu contrôle. A questão, no entanto, não foi descurada, e entre outras medidas tomadas de possível conhecimento público, uma foi a do estabelecimento da Estação Experimental de Alagoinhas, Paraíba, como zona de "quarentena", e a outra foi o melhor conhecimento do patógeno predador (3). Não possuo elementos para saber a extensão da obra, em execução, para o debelamento da fusariose.

De qualquer forma, os métodos de combate podem ser de vários aspectos, quer extrínsecos à planta em si (adubação, fungicidas, etc.), quer inherentes à constituição genética do algodoeiro

Há referências na literatura de que adubações com salitre do Chile, superfosfato, potássio, etc. (4, 5, 6, 7,), nas condições locais dessa observações, diminuem a intensidade do ataque.

A RESISTÊNCIA À DOENÇA É DE ORIGEM GENÉTICA

O aspecto moderno, porém, do assunto, é transcender os métodos de ataque de seu aspecto extrínseco para os de constituição genética, elegendo, por simples seleção, ou hibridação, indivíduos resistentes a várias formas fisiológicas do fungo. Nesta emergência, duas heranças distintas estão em luta, a planta como hospedeiro e o fungo como predador. Acresce, no fato, que o fungo pode variar em virulência quase que de repente, quer por mutação (mais raro) quer por hibridação. As introduções de sementes mal conduzidas podem trazer formas novas do fungos não prevalecente na nóvel região, em cuja área pode assumir uma virulência não observada na sua zona de origem.

O fenômeno de resistência das plantas à invasão dos fungos parece ser de origem genética. Esta, aliás, é a versão mais em concordância com os estudos atuais de resistência. Tem-se localizado, mesmo, para várias doenças de plantas, gen ou gens que são responsáveis pela "imunização" do hospedeiro às formas do fungo predador.

Para se selecionar indivíduos resistentes à fusariose, é necessário submeter as variedades ou linhagens à ação do patógeno prevalecente na região, quer sob inoculação artificial, quer numa zona de infestação natural

Se se encontrarem indivíduos resistentes nas variedades comerciais, o problema torna-se mais fácil, à base de simples método de seleção genealógica. Pode-se aumentar a população em apreço. As coisas, porém, nem sempre são assim. Ocorre, muitas vêzes, que são as variedades mais rústicas, mais asselvagadas, que apresentam maior resistência às doenças. Nesse caso, a solução é transferir o gen (ou gens) portador dessa resistência para as variedades de utilização comercial, através da hibridação.

SELEÇÃO DE INDIVÍDUOS RESISTENTES

A hibridação vai juntar, num germoplasma (F1) as cargas genéticas dos pais cruzantes (PP), que se irão dissociar nas gerações subsequentes (F2, F3, etc), sob um aspecto populacional diverso. Deve o melhorista trabalhar sempre sob a influência do fungo e isolar, nas gerações segregantes, aquêles indivíduos que atingem os requisitos de seu interêsse. Pode êle, no entanto, pegar aquêles indivíduos da geração F1 e retrocruzá-los com o pai resistente (chamado recorrente, no caso) uma ou duas vêzes, e, se necessário, tantas vêzes ou mais para o pai de características comerciais. Observar sempre as gerações sob influência direta do patógeno.

Cada geração que se obtém de um retro-cruzamento, trás em seu germoplasma 50% da potencialidade do pai recorrente, ou, em outras palavras, cada "back-cross" incorpora metade da carga genética dêsse pai 50, 75 (70 + 25), 88(50 + 25 + 12,5), etc.

Em 1927, Richey (8) estabeleceu uma fórmula através da qual se conhece a percentagem de plantas homozigotas para *n* fatores (gens) que entram na hibridação, sòmente provindas do homozigoto recorrente em cada *r* de sucessiva geração:

$$\frac{(2^r - 1)^n}{2^{rn}}$$

De acôrdo com essa fórmula, pode-se saber a percentagem de indivíduos puros para *n* através de *r* gerações, conforme fàcilmente se observa na tabela abaixo.

N.º de gene N	Número de gerações de retrocruzamento (r) 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	50	75	88	94	97	98	99	100	100	100
5	3	24	51	72	85	92	96	98	99	100
10		6	26	52	73	85	92	96	98	99

Nessa tabela, sòmente metade dos indivíduos homozigotos são do genótipo desejado. Por exemplo, no "back-cross" de *Aa* para *AA*, o único tipo desejado é *AA* e não *Aa*. O próprio Richey sumarizou o número de plantas necessárias em F2 e no primeiro "back-cross", a fim de se conseguir, pelo menos, 1 indivíduo cujo genótipo se deseja, quando estão envolvidos de 1 a 8 gens, segundo a tabela abaixo.

Progênie necessária para se obter um indivíduo homozigoto.

	Número de gens envolvidos 1	2	3	4	5	6	7	8
F2 auto-fecundado	4	16	64	256	1024	4096	16384	65536
F1 em back-cross	2	4	8	16	32	64	128	256

Se o caráter que se está pesquisando é controlado por 5 fatôres, em F2 sòmente 1 indivíduo em 1924 será homozigoto dominante, enquanto, através do "back-cross", o teòricamente esperado é obter-se êsse elemento puro em 32 indivíduos. Não resta dúvida que o método do "back-cross" oferece enormes vantagens quando se lidam com problemas como êsse, de resistência às doenças.

Há indicações na bibliografia que a resistência à fusariose é governada por único gen (9,10), informação que ajuda a elaboração de um programa de trabalho com quase resultados possíveis, dado que o mecanismo dessa herança parece monofatorial.

Na técnica moderna, possìvelmente com o Prof. Brigg à frente, devido a sua tenacidade no emprêgo do método do "back-cross" para selecionar indivíduos resistentes à Tilletia dos trigos de Califórnia, o método tem dado explêndidos resultados. Tive a rara oportunidade de visitar êsse técnico nos seus campos de hibridação, e observar o grande número de gerações retrocruzadas que expõe à ação do agente causador da doença do trigo e, daí, tirar os melhores indivíduos. A minha própria escola de especialização se fez nos Estados Unidos às vistas dos conhecidos mestres Hayes e Stakman, chefes de duas disciplinas que, lá, andam sempre juntos: Genética e Patologia Vegetal.

UM PROGRAMA MINIMO DE TRABALHO

Os exemplos vários que se encontram na literatura especializada são de tal monta, no campo de resistência genética às raças fisiológicas de fungos, que me parece necessário organizar-se um programa mínimo de trabalhos para os algodoeiros do Nordeste. Dessa forma, acho que se deve dar maior atenção ao estudo do problema, quer através dos organismos federais de agronomia, quer dos estabelecimentos estaduais.

As seguintes conclusões resumem um plano de trabalho nesse sentido:

1 — De cada local coletar material doente e submeter à apreciação dos especialistas no estrangeiro a fim de determinar as raças fisiológicas diversas.

2 — Introduzir, sob severo cuidado, sementes de linhagens ainda em estudo, ou já estabelecidas, resistentes nas suas regiões de origem às formas fisiológicas prevalecentes.

3 — Necessidade de se delimitarem melhor as zonas algodoeiras infestadas pelo Fusarium.

4 — Enquanto não se determinar essas raças, submeter todo o material disponível à ação de um combinado de esporos coletados em vários locais, numa primeira tentativa de se isolar tipos com uma elasticidade de resistência às possíveis formas fisiológicas de zonas limitrofes.

5 — Incorporar fatôres de resistência (gens) de variedades rústicas, que se mostraram imune ao ataque, usando o método do "back-cross" alternado e tomando ora a boa variedade comercial como recorrente, ora a variedade resistente.

6 — Todo o material selecionado, antes de passar às mãos do produtor, deve ser submetido à prova, sob contrôle, em várias regiões, a fim de se ajuizar do mérito efetivo de resistência.

1 — Alves Costa F. L. — 1930 — Relatório do Serviço de Algodão — Rio de Janeiro.
2 — Menezes, Osvaldo Bastos de — 1950 — O primeiro mártir da nova Genética soviética. Bahia Rural, Setembro
3 — Milanez F. R. Joffily — 1942 — Estudo sôbre a fusariose do Algodoeiro Rodriguesia, Ano V
4 — Rast L. E. — 1942 — Control of cotton wilt by the use of potash fertilizer Amer. Soc Agron Jour. — 14:222-224
5 — Neal, D.C. — 1927 — Cotton wilt mo. Bot. Gard Ann. 14:359-424.
6 — Miles, L. E. — 1936 — Effect of potash fertilizers on cotten wilt. Miss. Agr. Exp. St. Bull. 23
7 — Young V. U., Tharp W. H. — 1941 — Relation of fertilizer balance to potash hunger and Fusaium wilt of Cotton. Ark. Agr. Exp. St. Bull. 410
8 — Richey, F. C. — 1927 — The convergent improvement of lnes of corn. Amer. Nat. 61:439.
9 — Fahmy, T. — 1931 — The genetics of resistance to the sease of cotton and its importance in selection Minn Agr. Egypt Tech. Sci. Serv. Bull. 95.
10 — Kulkarni, G. S. — 1934 — Studies on the wilt disease of cotton in the Bombay Presidence. Ind. Jour. Agr. Sci. 4:976 - 1048.

Êste trabalho foi apresentado à Reunião Algodoeira do Nordeste em Abril de 1950.

A raça de gado Holando-Argentina

A raça de bovinos leiteiros de origem holandesa, denominada "Holando-Argentino" é criada na Argentina desde fins do século passado. Os primeiros animais importados lá chegaram pelo ano de 1880, e desde então foram disseminados por todos as zonas leiteiras principais, especialmente na Província de Santa Fé. A raça se fez muito popular e se desenvolve continuamente, dadas as suas condições de rusticidade e de adaptabilidade ao meio e, assim, depois de haver povoado toda a região do litoral, já se encontra no Norte, de clima mais quente, na região seca do Centro, nas montanhas e em muitas partes do sul, de clima frio.

Os criadores argentinos orientaram-se, desde os primeiros tempos, pela criação de animais bons produtores, competindo com outra raça mais antiga e cujas vacas se destinavam à produção de leite; além da produção, procuraram animais de boa conformação, fortes e sãos. A criação ao ar livre em campos em geral com bons pastos, favoreceu a orientação do criador o qual, por outro lado, não regateou nunca esforços para incorporar a seus rebanhos bons reprodutores, importados da Holanda e da América do Norte.

A dedicação dos criadores, um meio ambiente favorável e os bons reprodutores importados, permitiram obter animais de qualidade, bons produtores, bem conformados e de excelente constituição, sãos e com capacidade para se adaptarem a meios de climas diferentes daquele que reina no litoral. Pode-se dizer que o gado leiteiro branco-preto argentino tem suas próprias características e suas condições de bom produtor já são conhecidas além das fronteiras do país. Perú, Brasil e Chile não só conhecem este gado, como são os principais compradores com que conta a Argentina.

À medida que se propaga, esta raça vai sendo melhorada continuamente pelo esforço particular das instituições agro-pecuárias e do Estado. Para o gado puro de *pedigree*, a Sociedade Rural Argentina mantém um registo genealógico, iniciado no ano de 1919. Esta antiga associação foi a primeira a estabelecer o controle da produção no ano de 1921, serviço que também estabeleceu o Ministério da Agricultura em 1924. Atualmente, o controle da produção é generalizado entre os criadores e produtores de leite. O Ministério da Agricultura unificou o método de controle e se formaram numerosas associações de produtores para realizar o serviço em moldes cooperativos, sob a fiscalização do referido Ministério.

Para o melhoramento do gado puro por cruza, ou seja o considerado "puro" mas sem *pedigree*, foi formada, no ano passado, uma comissão de âmbito nacional que atualmente trabalha para iniciar um registo no qual poderão ser inscritos, com critério seletivo, os animais que correspondam a um mínimo de condições de conformação e características raciais e de produção. A instalação deste registo dará um grande impulso à criação e ao melhoramento do gado leiteiro preto-branco.

Os criadores desta raça dispõem de uma associação especializada, a *Associação de Criadores Holando-Argentina*, com escritórios na Cidade de Buenos Aires e delegações no interior do país. Seu fim é manter unidos todos os criadores, propagar a difusão da raça e prover ao seu melhoramento. Contam com grupos de técnicos que atuam como jurados nas exposições, ocupando-se do estudo dos problemas práticos e técnicos relacionados com a criação e o melhoramento dessa raça.

Seguros Agrícolas e Pecuários

Eng. Agr. ROMOLO CAVINA

Todo e qualquer negócio ou atividade têm riscos das mais diversas categorias. O empresário agrícola ou pecuário é, dentre os muitos e como qualquer outro, tão necessitado de uma grande variedade de proteção contra os riscos que enfrenta.

Uma das formas de proteção aos riscos do empresário é o *seguro*. É um ato de previsão pelo qual com muito pequeno sacrifício presente, com o pagamento de certo prêmio ou taxa, se adquire o direito a uma indenização contra risco incerto e futuro.

Mais do que qualquer outro empresário, o fazendeiro e o criador necessitam de uma grande variedade de proteção contra riscos. Quem depende das fôrças naturais está muito mais sujeito a incertezas que escapam à vontade humana. Para os outros casos, todavia, a necessidade da proteção seguradora é tão importante no campo, como na cidade.

O fazendeiro e sua família, seus auxiliares e seus bens estão também sujeitos aos riscos comuns a todos na vida.

O seguro reduz os riscos transformando-os em uma despesa constante. Cada contribuição protege o segurado formando fundo com o qual se recompensarão aquêles que tenham sido atingidos.

Há muitos tipos de seguros, conforme o objetivo a proteger e a causa do prejuízo: fogo, acidentes, vida, saúde, doença, raio, vento, inundações, riscos de colheita ou seguros agrícolas, seguro de animais ou pecuário.

Como primeiro exemplo para comparação tomemos o seguro contra fogo. Nas cidades há possibilidade de um grande número de providências indiretas que protegem a propriedade contra os incêndios. Seja o emprêgo de materiais apropriados nas contruções; isolamento especial para os focos presumiveis de início de incêndio; seja pela rápida presença dos Corpos de Bombeiros devidamente equipados.

No campo os riscos de fogo são muito graves e de contrôle mais difícil devido ao material usado nas construções e às dificuldades para o combate, pois o socorro dos bombeiros é extremamente precário, senão inexistente.

Muito semelhantes são os riscos de raio e vento, havendo desvantagens para o campo devido às diferenças de construção e localização dos edifícios a proteger.

Já as inundações têm aspectos próprios no campo e na cidade, variando as dificuldades de proteção.

Os seguros de vida, doença e velhice são digamos assim, de necessidade humana, geral a tôdas as classes, de todos os padrões de vida. Sua importância social não requer argumentos em seu favor. É um benefício que protege a família, instituição básica da sociedade e, é por isso, que o Estado obriga o seguro lamentàvelmente ainda apenas a determinadas classes. Nestes casos a gente do campo está em desvantagens para esta proteção securitária.

O seguro de acidente é o mais necessário no campo. O trabalhador rural lida com máquinas, animais e coisas que o tornam sujeito a acidentes como o operário de outras atividades.

Há dificuldades próprias oriundas dos locais de trabalho, tais como o isolamento do trabalhador rural. Um campeiro sòzinho no meio da pastaria pode ser atingido por um acidente fatal ou mais ou menos grave sem que possa ser testemunhado como exige a lei. Outro exemplo: um lenhador em trabalho na floresta, fere-se acidentalmente muita vez sem poder ser assistido a tempo, por se encontrar sòzinho ou distanciado de seus companheiros.

O seguro de maior interêsse para o lavrador é sem dúvida, o seguro agrícola ou seguro de colheita, pois que a produção vegetal está exposta a muitas e variadas contingências.

As causas adversas no desenvolvimento das culturas podem ter diferentes origens. Podem ser de ordem climatológicas, como sêca, excesso de chuvas, granizo, ventos quentes ou frios, etc. Podem ser de origem ocasional ou fortuita, tais como incêndios de campos e florestas; vendavais; inundações; invasão de gado e que mais.

Podem ser devidas a pragas animais: sejam insetos, roedores, certos pássaros e outros mais. Também podem ser devidas

às doenças provocadas por bactérias, fungos, vírus; causas físicas e biológicas; invasão de ervas daninhas e outras.

Talvez não seja viável o seguro a tôdas estas contingências tão diversas e às quais nem sempre é possível fixar suficientemente as causas. Por isso é muito difícil estabelecer adequada tabela de prêmios que seriam cobrados para proteger tais acidentes. Êste cálculo, da maior importância, tem sua base científica na teoria das probabilidades, de aplicação possível pelo exame de um grande número de acontecimentos. De outro modo o seguro não seria compensador e nem formaria as necessárias reservas para a entidade seguradora poder indenizar, como talvez induzisse o lavrador a descurar de suas lavonras, ajudando ou permitindo a invasão e proliferação dos elementos causadores dêsses prejuízos.

Os prejuizos que, anualmente, a lavoura e a criação sofrem, atingem a cifras elevadíssimas, reduzindo o patrimônio do lavrador e, consequentemente, a riqueza nacional.

Contra essas contingências pelo menos para atenuá-las, os engenheiros-agrônomos especializados ensinam a aplicação de meios adequados de defesa, combate e prevenção.

O seguro pecuário destina-se a proteger tôda espécie de gado e suas aplicações principais são a doença e a mortandade. Existe em muitos países, principalmente porque os seus rebanhos são pequenos, possibilitando a identificação de cada animal e, pelo trato que recebem, reduzem a frequência dos prejuízos a uma proporção extremamente restrita.

Já nas criações extensivas, por serem os animais criados a campo e de difícil identificação individual, tornam-se difíceis os cálculos para nêles basear as taxas e prêmios, como se reduzem de muito os cuidados do criador.

Entre nós os seguros agrícolas, até ao presente, se limitam à defesa do granizo na cultura do algodão do Estado de São Paulo, e nos pecuários ao seguro de reprodutores e cavalos de corrida.

O seguro de transportes é outra necessidade também de interêsse para o lavrador e o criador. Por êste meio se protege a produção em trânsito para o mercado, sejam cereais ou gado em pé, seja qual fôr o meio de transporte.

O seguro de transportes, todavia, interessa muito mais ao comerciante, sob cujos riscos geralmente viajam as colheitas e animais.

Uma outra modalidade de seguro e que vêm crescendo de importância é o seguro incluido como cláusula indispensável nos contratos de financiamento e crédito agrícola.

Quando os empréstimos implicassem em garantia hipotecária, é claro que o seguro de vida poderia ser exigido como cláusula protetora dos herdeiros.

Os seguros agro-pecuários são muito pouco divulgados entre nós e por muitas razões. Em princípio as dificuldades próprias das operações a seguir, seguindo-se a falta de estudos que possibilitem a determinação das taxas de seguro. São necessárias numerosas e repetidas observações para serem calculadas as probabilidades dos acontecimentos a segurar.

Depois vem, por parte das entidades seguradoras, a falta de conhecimento dos assuntos agrícolas. Tais emprêsas necessitam de uma escolhida assistência técnica fornecida por engenheiros-agrônomos e médicos-veterinários das diferentes especialidades, conforme são obrigadas pela lei que regulamenta o exercício dessas profissões, principalmente para as avaliações e perícias.

Outra dificuldade da ampliação do uso do seguro pelo empresário agrícola brasileiro são as altas tarifas atualmente cobradas. Talvez mais amplos estudos e observações poderão melhor contribuir para a determinação de uma tabela de prêmios de seguros mais razoável.

Por parte dos nossos lavradores e criadores há ainda uma certa falha de conhecimento das vantagens do seguro, como proteção aos seus negócios.

Há, entretanto, uma forma de seguros agro-pecuários que prestará amplos serviços aos nossos lavradores e criadores: o seguro cooperativo. Uma cooperativa de seguros terá por objetivo direto a garantia recíproca dos associados para o ressarcimento dos danos causados por determinadas contingências. Indiretamente a cooperativa concorrerá para o melhoramento material e moral dos cooperados, ajudando a ampliar a sua defesa contra acidentes, contra a adversidade.

O Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura encarregou o engenheiro-agrônomo Fábio Luz Filho de estudar tão importante assunto, tendo pu-

blicado em várias edições um folheto. Dêsse trabalho básico, em sua apresentação, disse o engenheiro-agrônomo Valdiki Moura:

"Os seguros agro-pecuários ainda constituem matéria de aplicação inédita em nosso país, não obstante as tentativas e estudos que se vêm fazendo para a determinação dos cálculos atuariais, que sirvam de base à sua execução. Tão complexo é o assunto, que não poderá ser resolvido com a generalização de uma fórmula para todo o território nacional. Os países americanos e europeus que o vêm praticando, ainda não chegaram a um resultado positivo, por haver rigorosa dependência dos fatores ambientais e específicos, quando se deparam condições de meio, tipos e processos de cultura e criação extremamente variáveis de uma zona para outra.

"Daí a impossibilidade de serem fixadas normas invariáveis para uso das mais distintas regiões; compreendendo esta razão, alguns países costumam estipular taxas de prêmios e indenizações, para a mesma cultura em distritos diferentes, levando sempre em conta as condições específicas que aumentam ou diminuem o risco da coisa segurada.

"No Brasil estamos no limiar das tentativas. Poucos especialistas tem-se dedicado ao assunto, e dentre êles é de justiça salientarmos o engenheiro-agrônomo Fábio Luz Filho, que ultimamente foi designado pelo Serviço de Economia Rural para realizar observações nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desta excursão recolheu dados interessantes para oportuna divulgação em trabalho que traçará as diretrizes em matéria de seguros agro-pecuários. Os elementos informativos coletados não lhe permitem ainda uma conclusão, em conseqüência desta necessitar de observações contínuas, por um período nunca inferior a um quinqüênio".

CONCLUSÕES

Do exposto indicamos, como medidas preliminares:

1. Recomendar ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, com a colaboração das Escolas de Agronomia, Nacional de Estudos Cooperativos e outras entidades, as necessárias pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, do Centro aplicadas aos seguros agrícolas e pecuá- para a fixação das normas gerais a serem rios, tendo em vista as pecualiaridades regionais; e

2. Recomendar ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, aos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo nos Estados e ao Centro Nacional de Estudos Cooperativos a mais intensa propaganda do *seguro cooperativo*.

OBS.) O presente trabalho foi apresentado à Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de março de 1952, pelo Professor Romulo Cavina, membro da delegação do S.N.A. ao referido conclave. A presente tese, relatada pelo Dr. Octacilio Tomanik, foi unanimemente aprovada na sessão plenária do dia 7-3-1952.

Associação Argentina Criadores de Shorthorn

A pecuária argentina conta entre as suas principais propulsoras, com a raça "SHORTHORN", a qual contribuiu de forma acentuada para o seu aprimoramento e, conseguindo fazê-la alcançar o grau de perfeição que hoje apresenta.

Com os bovinos, descendentes dos exemplares levados à Argentina pelos espanhois, iniciou-se nos pampas uma nova variedade de gado que foi criado intensamente nas épocas da colônia; sua exploração constituia uma relevante fonte de recursos nos minguados negócios da colônia, mas os resultados não iam além dos couros, à custa da destruição dessa fonte de riqueza.

Nos primeiros dias da emancipação, John Miller, fazendeiro inglês radicado no país, introduziu o primeiro touro Shorthorn chamado TARQUIN, na sua estância "La Caledonia", em Cañuelas, entre os anos de 1823-1827.

Sem demora fizeram-se sentir os benefícios da introdução do novo sangue e tão grande foi a sua fama, que os animais mestiços de Shorthorn eram denominados "Tarquinos", ganhando estes ràpidamente as preferências do mercado.

Os primeiros criadores de Shorthorn muito fizeram em benefício da pecuaria do país, sendo de justiça nomear, entre êles Narciso Martinez de Hoz, Pedro Alfaro, Guillermo e Diego White, Samuel B. Hale, Jorge Atucha, Juan N. Fernandez, John Fair, Isaias de Elia, Ricardo B. Newton, Leonardo Pereyra e outros.

Em 1888, um núcleo de criadores desta raça, formado pelos srs. Leonardo Pereyra, Juan Cobo, Vicente L. Casares, Domingo Frias e Manuel J. Aguirre, fundaram o Herd Book Argentino, com o fim de permitir que os criadores nêle inscrevessem todos os animais de sangue puro e suas filiações, bem como levar-se a efeito a publicação de um Registro que atendesse àqueles objetivos, sob a denominação de **Herd Book Argentino para a raça Shorthorn.** Posteriormente, em 1901, a Associação de Criadores de Gado Shorthorn fez doação desses elementos à Sociedade Rural Argentina, que desde então vem continuando o trabalho iniciado então.

O tempo confirmou as esperanças dos primeiros fazendeiros argentinos, e hoje a raça Shorthorn é a única que ocupa quase todo o território da República, visto que mais de 19.790.487 cabeças povoam os campos do país, fornecendo ao consumo interno e à exportação mais de 75% do gado abatido para aquêle fim, o que, ao lado da especialíssima condição de ser essa uma raça leiteira e de corte, constituiu o ideal para a produção de melhor carne para consumo e exportação, e, ao mesmo tempo, grande fornecedora de abundante leite, com alto teor de gordura.

A Cultura do Trigo em Minas Gerais

Resultados satisfatórios com a plantação de variedades nacionais

HONORATO DE FREITAS
Engenheiro-Agronômo

Para os estudiosos dos nossos problemas agrícolas, não constituirá novidade dizer que estamos caminhando seguramente na trilha que nos conduzirá ao êxito completo na solução da produção tritícola brasileira.

O trabalho dos agrônomos nacionais está se desenvolvendo através dos órgãos do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura de alguns Estados, dentre os quais o Rio Grande do Sul ocupa um papel de merecido relêvo, com a sua bem instalada Estação Experimental de Bagé, que obedece à esclarecida direção do agrônomo Iwar Beckman.

São daquele destacado técnico, as variedades de trigo conhecidas pelo menos de: "frontana" e "rio negro", que passaram a ser cultivadas econômicamente nas regiões sulinas do país e deram mesmo ensejo ao aparecimento da terceira variedade denominada "Bagé", na qual o geneticista Iwar Beckman apurou as qualidades desejadas para o tipo de trigo que precisamos produzir.

Visando uniformizar os trabalhos da campanha nacional no trigo, o Ministério da Agricultura proporcionou ao agrônomo Beckman uma viagem de estudos e observações ao Estado de Minas Gerais, onde o mencionado técnico está entrando em contacto com seus colegas do Estado montanhês para tomar conhecimento dos trabalhos ali em execução.

Assim, encontrou os resultados obtidos com a nova variedade de trigo denominada BH-1146, resultado de experiências feitas no Instituto Agronômico.

NOVOS MÉTODOS DE CULTURA

Dos dados colhidos pelo agrônomo Beckman, podemos verificar que as bases estabelecidas para a campanha do trigo em Minas Gerais estão absolutamente certas, tanto que nas culturas do ano passado foram colhidos mais de meio milhão de quilos.

Para vencer o sério obstáculo que representa a sêca durante o inverno, os agrônomos mineiros procuraram estabelecer dois métodos, que são: a) fazer culturas irrigadas e b) criar variedades ultra-precoces que, plantadas imediatamente ao fim das chuvas possam aproveitar a umidade do inverno.

Segundo o agrônomo Beckman, a variedade obtida em Minas Gerais, isto é, a BH 1146, apresenta qualidades de precocidade e características agronômicas mais importantes que as demais.

As lavouras existentes em Sete Lagoas e circunvizinhanças são tão desenvolvidas, que se podem comparar às melhores do Rio Grande, formando assim belos trigais.

Mas, ao lado de observações feitas pelo agrônomo Beckman no Instituto Agronômico e na região de Sete Lagoas, trabalhos bem conduzidos na região de Patos (nos estabelecimentos experimentais ali sediados e em fazendas particulares) estão tendo seu desenvolvimento à base de um planejamento seguro e de uma coordenação certa.

Os resultados já aferidos nos mostram que carece inteiramente de fundamento as conclusões apressadas dos pessimistas em relação à nossa capacidade de produção, pois os resultados que estamos divulgando constituem a segurança de que "plantando dá".

São ainda divulgadas notícias relativas à política do govêrno federal no sentido de aparelhar convenientemente o setor da produção tritícola com silos e armazens adequados, bem como meios de transporte para o escoamento da produção para os centros consumidores. Oxalá que assim aconteça e que os órgãos especializados financiem a lavoura tritícola, para que a nossa produção o aumente sempre na medida do nosso consumo, ou, pelo menos, que concorra grandemente para diminuir a nossa dependência d outros centros produtores. Tenhamos esperanças no planejamento da nossa produção e confiemos nos técnicos brasileiros, porque êles estão capacitados para ajudar o nosso país no seu soerguimento econômico.

A plantação de variedades criadas em nosso meio e para as nossas condições de clima, permitirá que o Brasil seja, em breve, produtor de trigo em larga escala.

Aspectos das Exposições Pecuarias celebradas pela Sociedade Rural Argentina



O desfile tradicional de exemplares premiados na inauguração oficial da Exposição

As sessenta e cinco exposições de pecuária realizadas pela Sociedade Rural Argentina desde os dias incertos de seus albores até os de agora, de progresso e firmeza, são outras tantas balizas fincadas para assinalar a evolução da primeira fonte industrial da República Argentina.

A EXPOSIÇÃO INICIAL

Nos antecedentes históricos surge um dia do mês de outubro de 1866, com forte e acentuado relêvo, em que D. Eduardo Olivera apresenta o primeiro projeto de regulamento para a primeira exposição que celebraria a Sociedade Rural Argentina, cujo artigo inicial dizia: "A exposição da Sociedade Rural Argentina teria lugar no primeiro domingo do mês de março do ano que a Sociedade determine."

Não obstante, a referida data devia alterar-se, já que se escolheu o 20 de julho de 1875 para que se efetuasse o torneio, data que logo também se retificou, realizando-se êste no dia 1.º de abril do mencionado ano. Presidia então a Instituição o sr. José Maria Jurado, e é digno de menção, pelo que de satisfatório resulta sua comparação com o presente, o dado de que concorreram 85 expositores, havendo se apresentado 79 equinos, 18 bovinos, 18 caprinos, 79 ovinos, 5 porcinos, 1 asinino e 153 aves, caninos e coelhos. A exposição celebrou-se na cidade de Buenos Aires, em um local da rua Flórida, entre Córdoba e Paraguai, cedido gratuitamente por Don Leonardo Pereyra.

No mesmo local efetuou-se em 1876 a segunda exposição, inaugurada em 8 de setembro, e como um progresso sôbre a do ano anterior, a crônica fez ressaltar que chegaram a vinte os implementos agrícolas exibidos.

O PRIMEIRO CERTAME DE PALERMO

Em 1877 não se realizou o torneio, porém o que se realizou no ano imediato, 1878, destaca-se com caracteres próprios porque é o primeiro que se celebra no local da rua Santa Fé, junto da Avenida Sarmiento, ou seja no local de Palermo, a que

as exposições pecuárias consagraram com sua fama. Foi então quando a palavra eloquente do Presidente Avellaneda inaugurou o certame, cuja cláusula estava a cargo do Governador da Província de Buenos Aires, Dr. Carlos Tejador. Aumentaram para 132 os expositores e foram apresentados 93 equinos, 36 bovinos, 164 ovinos, 1 caprino, 19 porcinos, 67 aves, cães e coelhos.

Dois anos depois teve lugar a quarta exposição, a 18 de abril de 1880.

A quinta exposição inaugurou-se a 29 de setembro de 1881. Nesse ano tomaram grande incremento as exposições de máquinas agrícolas.

Chegou-se assim ao certame de 1886, inaugurado a 2 de maio que tem pela primeira vez caráter internacional. Um pavilhão de 115 metros de comprimento e 40 de largura destinou-se às máquinas agrícolas, ao que se reuniram as exibições de material ao ar livre. Outro pavilhão foi utilizado para produtos tecnológicos, notando-se bom número de vinhos e conservas. Deve-se citar, em realce do torneio de que nos ocupamos, que na categoria de ovinos concorreram com seus produtos as principais cabañas francesas e alemães da época.

A oitava exposição rural e segunda internacional inaugurou-se em maio de 1890. A mesma assinalou um progresso muito acentuado sôbre a do ano anterior, não só pela quantidade de exemplares exibidos como pela qualidade dos mesmos.

VISITA DE CAMPOS SALLES

As exposições seguintes foram crescendo em importância.

A de 1900 coincidiu com a visita do Exmo. Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, que compareceu à inauguração do torneio, e desde então data, pode-se dizer, a estreita vinculação que se estabeleceu entre a festa do trabalho agropecuário e a festa de caráter social.

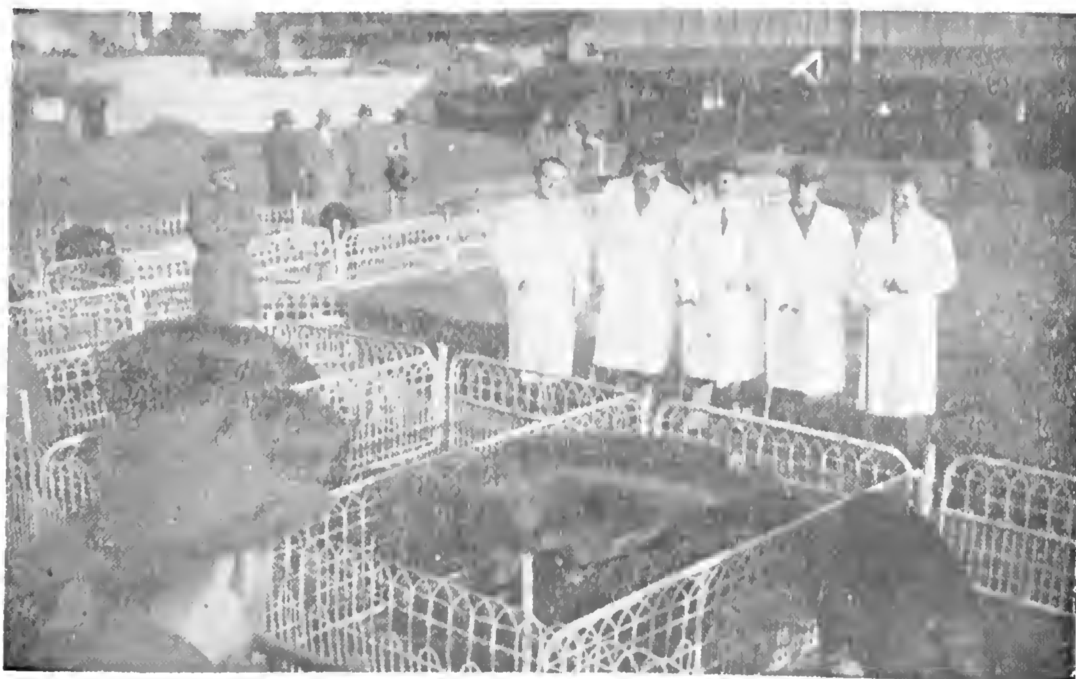
Sem maiores alternativas realizaram-se os certames efetuados nos anos sucessivos, devendo-se notar, sem dúvida, o aumento progressivo do volume de vendas.

Em 1904 o Grande Campeão Shorthorn foi vendido em leilão pela soma de 21.000 pesos m/n, preço não alcançado ainda até essa época.

Na exposição de 1905 as vendas totalizaram a importância de 2.845.720 pesos e o Grande Campeão, pode-se dizer, duplicou a importância obtida no ano anterior, pois no leilão o mesmo alcançou a soma assombrosa, para a época, de 40.000 pesos m/n.



Um grande campeão macho Holando-Argentino, encabeça o desfile dos premiados dessa raça leiteira



A espécie porcina conta também com excelentes exemplares

A EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO

Para a exposição pecuária de 1910, que coincidiu com a celebração do primeiro centenário da Revolução de Maio e que teve caráter internacional, introduziu-se uma modificação na data costumeira para a realização dêstes torneios, tanto assim que em lugar de realizar-se na primavera, teve lugar em 3 de junho de 1910.

O total das vendas na exposição de 1913 ascendeu a 3.089.256 pesos m/n. superando esta cifra a tôdas as obtidas por igual fim durante dezoito anos em Palermo.

Obteve êsse ano o prêmio de Grande Campeão Shorthorn "Americus", touro vermelho claro do expositor D. Leonardo Pereyra, que foi adquirido por 80.000 pesos m/n, pelos srs. Bartolomé Ginocchio e Filhos, causando surprêsa a importância paga, que constituiu um recorde em operações dessa natureza.

O torneio de 1916, de caráter internacional, coincidiu também com o centenário da Independência Nacional e com o meio século de vida da Sociedade Rural Argentina do que resultou um acontecimento pela alta qualidade dos exemplares exibidos e pela repercussão que teve no exterior.

ALTOS PREÇOS

Os resultados das vendas da exposição de 1918 adquiriram uma excepcional magnitude, alcançando-se cifras não registradas em nenhum outro certame, pois totalizaram a soma de 5.420.957 pesos m/n. O Grande Campeão Shorthorn "Pearl Hunter 2", do Sr. Miguel A. Martinez de Hoz, foi adquirido por 90.000 pesos m/n, pelo Sr. Jorge Santamarina; e o Campeão Hereford "Dillon", de Ricardo C. Quesada e Cia., foi arrematado em leilão por 50.000 pesos m/n, pelo Dr. Julio Muró, destinado a sua cabaña "La Sanducera", na vizinha República do Uruguai.

A exposição de 1918 assinala outro êxito notável, não só pela qualidade dos animais apresentados, como era natural e lógico nos torneios de Palermo, como também pelo magnífico resultado econômico. À importância de 6.756.920 pesos m/n ascenderam as vendas.

"Collynio Prince 28", Grande Campeão Shorthorn, dos Srs. Nicolás Bruzone e Filhos foi adquirido por 100.000 pesos m/n pelo Sr. Eduardo Healy.

ALCANÇA-SE UM RECORDE DE VENDAS

O certame de 1920, o sétimo de caráter internacional, bateu o recorde de vendas de tôdas as exposições anteriores.

Obteve-se 7.060.727,50 pesos m/n. O Grande Campeão Shorthorn "Faithfull", do Sr. William Angus, foi vendido por 110.000 pesos m/n, sendo seu comprador

o Sr. Frederico Seeger, e "Lame King", Grande Campeão Hereford, de Ricardo C. Quesada e Cia., foi adquirido por 90.000 pesos m/n, pelo Dr. Celedonio Pereda. O número de animais que concorreu a êsse certame foi o seguinte: bovinos: Shorthorn 1.351, Polled Durham 4, Hereford 240, Aberdeen Angus 147, R. Lecheras 121, West Highland 1; ovinos 1.006, equinos 230, asininos 2, porcinos 474, caprinos 12, aves de curral 1.397, pombos 32, e coelhos 124.

COMPARECE O PRINCEPE DE GALLES

O ato inaugural da exposição de 1925 contou com a presença de sua Alteza o Príncipe de Gales e nesse ano foi batido o recorde de preço pago por um animal até aquele momento, correspondente ao Grande Campeão Shorthorn "Faithfull 20", propriedade do Sr. Federico Seeger, adquirido pelos Srs. Bartolomé Ginocchio e Filhos Ltda., pela importância de 152.000 pesos m/n.

Na exposição de 1929 melhorou-se consideràvelmente a apresentação dos locais, merecendo especial atenção a localização dos campeões dentro dos pavilhões destinados a suas respectivas raças e a localização preferencial das raças ovinas. Além disso, a venda do Grande Campeão e campeões Shorthorn realizou-se na pista central com todo êxito, marcando-se assim uma nova modalidade.

O BANQUETE DOS CAMPEÕES

O fato mais saliente do torneio de 1930 constituiu o comparecimento, pela primeira vez, do Chefe do Estado ao banquete dos campeões, pois o assistiu o Sr. Presidente do Govêrno Provincial, Tenente-General D. José F. Uribuna, acompanhado de seus Ministros e altas autoridades nacionais e provinciais.

CONCURSO DE CAVALOS DE SELA E TIRO

Em 1933 a difícil situação pela qual passava a pecuária tornou-se patente, e os leilões só alcançaram a importância de 846.241 pesos m/n; entretanto, no ano seguinte, com uma concorrência mais ou menos igual, duplicaram os preços, assinalando-se assim uma nova reação. Esse ano, ou seja em 1934, realizou-se pela primeira vez o Concurso de Cavalos de Sela e Tiro, anexo à exposição pecuária.

A SOCIEDADE RURAL E A MARINHA MERCANTE

Como nota destacada da exposição de 1939, é digno de registro o discurso pronunciado no ato inaugural do certame pelo Dr. Adolfo Bioy, que exercia a presidência da Sociedade Rural Argentina. Referiu-se o Dr. Bioy à circunstância da necessidade de se criar a Marinha Mercante Nacional, o que hoje é uma magnífica realidade, e também à conveniência de ser estabelecido



Juizes de carneiros classificando uma raça da referida espécie

um seguro agrícola obrigatório que poderia concretizar-se com o monopólio do Estado.

EXPOSIÇÃO DE GRÃOS E FORRAGEIRAS

Em 1940, dando cumprimento às primeiras diretrizes estabelecidas pelo preâmbulo dos Estatutos da Sociedade Rural Argentina de "provocar e fomentar o desenvolvimento e o progresso da agricultura", realizou-se uma Exposição e Concurso de Grãos e Forrageiras, que veio a preencher uma necessidade palpável do país que, como o nosso, ocupa lugar privilegiado no mundo entre os principais produtores de grãos.

Nos anos sucessivos foram acentuando-se, ainda mais, os resultados dos leilões, sendo digno assinalar que em 1945, o touro da raça Aberdeen Angus "Estimatjilt of Moon 550", de filhos de José Firpo S. R. L., foi adquirido pela sra. Celina Zuberbühler de Pirovano por ..... 135.000 pesso m/n.

UM CONCURSO SIMPÁTICO

Os certames de Palermo continuaram aumentando o aperfeiçoamento das distintas raças concorrentes em 1947 teve como expressão de colorido a realização inicial do Concurso de Croquis, Desenhos e Esboços Escultóricos. Ao distribuir-se o prêmio do referido concurso, D. José Alfredo Martinez de Hoz, nessa época Presidente da Sociedade e autor de tão simpática iniciativa anunciou que no ano seguinte, ou seja em 1948, realizar-se-ia, como se realizou, no local social, junto com a XIV Exposição Internacional de Pecuária o "Primeiro Salão de Arte sôbre assuntos do campo".

Assim o *resero* de Sarniguet — disse o sr. Martinez de Hoz — que em extramuros da metrópole, em Mataderos, está imobilizado no bronze como si aquela fora a etapa definitiva de sua viagem, poderia seguir e chegar com sua calvagadura até a nossa Rua Florida, a artéria mais tipicamente portenha, levando para que se conhecesse melhor, as belezas e inquietudes do campo, as palpitações do trabalho pujante que caracteriza a representação de sua riqueza infinita.

AS ÚLTIMAS EXPOSIÇÕES

Na exposição de 1950 o número de animais concorrentes ficou assim distribuido: bovinos 1.055, equinos 197; asissinos 3, ovinos 1.091, porcinos 393, aves, pombas e coelhos 905. As vendas atingiram um total de 10.625.400 pesos m/n., e o touro Reservado de Campeão Senior da raça Aberdeen Augus "Meridiane Jilhen 76", propriedade de "El Meridiano" de D. José Pacheco Alvear.

Cabe consignar a visita que no mesmo ano realizou ao local da exposição o sr. Presidente da República General D. Juan D. Perón, que dando um exemplo de sã democracia a percorreu no momento em que nas pistas atuavam os jurados.

Ao deter-se diante do campeão dos Equinos, raça Hunter, que resultou também Grande Campeão Puro Sangue de Carreira, enquanto fazia elogios ao mesmo, no momento em que êle abria a boca mostrando seus dentes, o Chefe do Estado sentenciou sorrindo:

— Oito anos.

— Exatamente, General, respondeu o Eng. Dario H. Anasagasti, proprietário do mesmo.

O General Perón, que também é conhecedor dêsses assuntos, acertou uma vez mais com sua opinião segura.

No último torneio, ou seja no ano de 1951, houve necessidade de antecipar a exposição que, em vez de realizar-se em agôsto, como havia sido programado, realizou-se em 27 de junho, já que era propósito do Poder Executivo Nacional derrubar logo as velhas instalações de Palermo, para construir ali mesmo, um local monumental, digno do grau de progresso alcançado pela pecuária do país. Não obstante a antecipação da data, a exposição alcançou grande brilho e as vendas superaram as de 1950, atingindo um total de ...... 12.486.690 pesos moeda nacional.

O CERTAME DÊSTE ANO

Devendo defrontar-se no corrente ano o mesmo problema do ano anterior, ou seja a construção de um novo local de exposições, antecipou-se a data da XVI Exposição Internacional de Pecuária para 28 de junho próximo, havendo as melhores perspectivas para sua realização, já que os animais inscritos ultrapassam, em tôdas as espécies, nos anotados em 1951.

Atualmente preside a Sociedade Rural Argentina o Dr. Enrique F. Frers, distinto advogado e criador, cujo pai, o Dr. Emilio Frers, também presidiu a Instituição, havendo sido o autor da história de sua vida associativa e o primeiro Ministro de Agricultura do país.

O COQUEIRO

(COCOS NUCIFERA - L)

Pertence o *coqueiro* a uma família de plantas preciosas a cuja cultura sistemática no país não se tem prestado merecida atenção, pela importância que poderá representar em sua prosperidade econômica, com o nosso litoral vastíssimo e onde essa cultura encontra elementos para se desenvolver com rigor. No dizer de Lineu é o coqueiro o príncipe dos vegetais. São os países tropicais que pela intensidade solar apresentam calorias mais elevadas, como um fator importante na produção de óleos.

No seu livro descritivo do Brasil, Gabriel Soares de Souza, em 1587 já assinalava que as palmeiras produtoras de cocos produziam melhor no Brasil que nas Índias. Serve êsse fato para demonstrar a preocupação dos colonizadores portuguêses em introduzirem no Brasil essa planta de alto valor econômico, a qual devido aos métodos empíricos de sua exploração agrícola e industrial não traduz ainda tudo que essa preciosa palmácea deveria ter, sobretudo como fornecedora de matéria gorda para fins industriais e alimentares. Só a produção de margarina já se eleva no mundo a milhares de toneladas, sem contar o emprego do copra em várias indústrias e notàvelmente nas saboarias.

É, sem dúvida, o coqueiro um dos mais úteis vegetais, do qual tudo se aproveita — madeira do estipe, palmito, seiva, fibras, etc.

Êste vegetal prodigioso, que perlonga o litoral brasileiro desde o Rio de Janeiro ao Maranhão, com milhares de pés está fadado a formar no litoral do Setentrião, um principado de prosperidade porquanto vem chegando o momento do coqueiro representar um papel de notável importância econômica. Para que isso suceda é mistér que sua cultura seja orientada por princípios agronômicos.

Quem já perlustrou o nosso litoral conhece bem a palmeira elegante que imprime à paisagem típica das praias do norte tão grande beleza e proporciona elevada renda. Se do nosso extenso litoral fossem aproveitados apenas sete mil quilômetros como mais favoráveis à exploração do coqueiro, teriamos uma área de cultivo para muitos milhões de pés, com uma produção possível de bilhões de cocos dependendo do cultivo racional com adubações e tratamentos contra doenças e pragas.

Dá-se, entretanto, ser grande o contraste que se verifica entre essas possibilidades e a realidade.

Além da exploração do Coco nucifera L. existem no Brasil muitas outras espécies do mesmo gênero, formando a região fito geográfica denominada "zona dos cocais" pelo grande botânico Alberto J. Sampaio e na qual se destaca o babaçú (Orbignea speciosa), numa enorme prodigalidade, constituindo imensa riqueza.

A área principal de ocorrência do babaçú, de que exportam a amêndoa, vai além dos Estados do Piauí e Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Goiás, representando um potencial de riqueza inestimável, cuja exploração, em bases planificadas cabe ao Brasil cuidar.

Segundo a estimativa do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, a produção brasileira do conhecido coco da Bahia foi em 1951 de duzentos e trinta e cinco milhões de cocos, frutificando numa área de 53.360 hectares, no valor de duzentos e setenta e seis milhões de cruzeiros.

Cumpre ressaltar a exploração realizada há alguns lustros no litoral pernambucano, com inteligência e dedicação pelo Dr. Samuel Hardman cujo parecer deve servir de orientação para um programa que venha nortear a exploração racional do coqueiro.

O coqueiro explorado racionalmente, a exemplo do que ocorre nos países asiáticos, feita a sua industrialização, pode, por seus produtos e sub-produtos, representar riqueza econômica de inestimável valor para o nosso país, a exemplo do café, cacau, algodão e outros produtos. Acontece

que para produtos como o copra e o óleo de coco já existem mercados internacionais, além de um mercado interno crescente para o coco e seus produtos.

Além dos coqueiros existentes e a enorme riqueza já representada pelo babaçú, o litoral do nosso país cultivado em bases racionais poderá satisfazer as necessidades mundiais. Acima de qualquer outra orientação, a que deverá prevalecer será a da técnica agronômica — escolha do solo, variedade, adubação, defesa contra pragas e doenças e, finalmente, a *industrialização* com o aproveitamento racional do coco (seus produtos e sub-produtos) atendendo-se ser limitado o consumo do coco verde ou fresco.

Oxalá, com êstes apontamentos tenha conseguido fazer salientar mais um setor da riqueza, entre as muitas, que hoje são objeto de cogitações para explorações, consideradas básicas para a economia brasileira.

Dr. Carlos de Sousa Duarte

Em sua residência, na rua Pinto de Figueiredo, 19, Tijuca, faleceu a 13 deste mês o engenheiro agrônomo, aposentado, Sr. Carlos de Souza Duarte, que foi, durante mais de 15 anos, diretor geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal e, várias vezes, ministro interino da Agricultura.

O Sr. Carlos Duarte era figura destacada nos círculos agronomicos e administrativos do país pelos seus conhecimentos dos problemas da nossa economia rural, tendo deixado publicados diversos trabalhos, entre os quais o intitulado "O trabalho no Brasil".

Era, ainda, personalidade de relevo nos meios espiritualistas desta Capital, tendo atuado durante muitos anos membro da Sociedade Teosófica do Brasil, de cuja diretoria participou durante algum tempo. Dedicou-se em seguida ao estudo e propagação das idéis filosóficas de Krishnamurti, e há cerca de 15 anos vinha se dedicando ativamente aos trabalhos do Instituição Cultural Krishnamurti desta Capital, que tem por finalidade a propagação dos escritos daquele filósofo.

Nascido em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, em 11 de julho de 1888, o extinto era filho do Sr. Antonio José Duarte e de D. Julia Augusta de Souza Duarte.

Era casado com D. Maria Angelina Girão Duarte e deixou os seguintes filhos: D. Julia Isabel Duarte Siqueira, esposa do Sr. José Siqueira, engenheiro, Sr. Antonio Carlos Duarte, Senhorinha Antonieta Duarte e o agrônomo Sr. José Carlos Duarte.

O corpo foi trasladado para a Capela do Cemitério de São Francisco Xavier, onde esteve em Câmara ardente até às 17,30 horas, quando o féretro saiu para o mesmo Cemitério, com grande acompanhamento.

A' beira do tumulo falaram o Sr. Deputado Daniel de Carvalho, ex-Ministro da Agricultura e um representante da Sociedade Nacional de Agricultura.

Era o Dr. Carlos Duarte figura proeminente do quadro social da S. N. A., de cuja Conselho Superior fazia parte, desde muitos anos.

COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO ARGENTINO NOS TRABALHOS AGRÍCOLAS

Traduzido do "Almanaque 1951-1952 do Ministério de Agricultura y Ganaderia", da República Argentina

A colaboração que presta o exército nos diferentes aspectos dos trabalhos agrícolas tem o profundo significado de sua total identificação com os esforçados lavradores na realização do trabalho comum em busca da prosperidade nacional.

Na vida do campo está a prosperidade do país. Sem as possibilidades que oferece a produção agropecuária é impossível alcançar os níveis econômicos que tornam possível o desenvolvimento industrial de uma nação como a nossa, de economia agrícola-pastoril por excelência. A industrialização, neste caso, não pode fazer-se de um modo brusco, deve realizar-se através de sucessivas etapas, na qual a produção do campo deve manter-se constante e ainda em crescimento, a fim de facilitar a paralela progressão industrial, com seu consequente aumento de necessidades de abastecimento para os indivíduos empregados nas suas fábricas. Daí que a defesa da produção agropecuária, em tôdas as suas formas constitue um fator essencial não só para manter uma economia primordialmente agropecuária, senão também para alentar o progresso de sua transformação em economia industrial. Por isso, tudo que conduza a proteger a produção agrária redunda em benefício direto dos interêsses do povo, especialmente do povo trabalhador, que realiza, com sua ação permanente e firme da grandeza da Pátria.

LUTA CONTRA O ACRÍDIO

Baseado nessas finalidades o problema, como poderia o exército permanecer alheio à luta do homem do campo em defesa do produto de seu trabalho, ameaçado por um perigo de tão grandes proporções como o da invasão de gafanhotos? No trabalho paciente do lavrador está alicerçada grande parte da prosperidade do país e se algo põe em perigo o resultado de seu trabalho, lógico é que o seu combate com todos os meios possíveis e entre êsses meios possíveis estão, justamente os que podem oferecer os elementos do exército. Desta maneira, ao lançar-se as campanhas contra o gafanhoto pelo Ministério da Agricultura e Ganadaria justo era que êle tomasse parte ativa nas mesmas de modo a tornar mais eficaz a ação empreendida.

INTERVENÇÃO EFETIVA

A cooperação do exército nas campanhas de luta contra o gafanhoto empreendidas pelo Ministério Agricultura e Pecuária justo era que ele tomasse curso de oficiais, sub-oficiais e soldados, além de abundante dotação de veículos e elementos diversos. As comissões, equipadas com caminhões, jeeps e outros elementos mecânicos do exército, atuando sob a direção de chefes técnicos da Dirección de Sanidad Vegetal do Ministério, constituiram auxílio valiosíssimo para o êxito das referidas campanhas, as quais cumpriram um trabalho de suma importância.

Para assinalar o espírito com que se prestou essa cooperação do exército basta expressar que por disposição do ministro do ramo, general de Divisão Franklin Lucero, os comandos militares correspondentes foram autorizados a adotar por si tôdas as medidas de urgência que se tornassem necessárias para evitar qualquer demora que viesse incidir em prejuizo do trabalho a ser realizado. Desta maneira, a colaboração do exército nas tarefas realizadas, significou um fator de suma eficácia para combater o gafanhoto em tempo oportuno, impedindo que a invasão dos campos semeados causasse os danos irreparáveis que produz sua voracidade destruidora.

OBRA DE DEFESA

As medidas adotadas e a obra realizada pelo exército nesta luta configuraram um aspecto da função específica das fôrças armadas, pois, como já assinalamos antes, a defesa da produção nada mais é do que uma das formas da defesa da Nação, defesa que a elas está confiada de uma maneira especial. Da produção agropecuária depende o abastecimento da população, o que equivale a dizer que nela está baseada a capacidade de defesa total do país em tempo de guerra; e, o que ocorre nestas condições excepcionais tem sua manifestação correlativa na época normal da paz, constituindo um dos motivos de atenção militar enquanto esta deve atender a previsão de todos os fatores conduzentes a criar as condições mais favoráveis possíveis para a defesa total da Nação.

A obra assim cumprida, sob forma organizada, firme e eficaz de uma só vez, com o emprêgo de homens e materiais do exército em vastas extensões do território ameaçado pela destruição que significa a presença dessas nuvens do voraz acrídio, que ao pousar sôbre os campos semeados converte em deserto tudo quanto era perspectiva de magníficas colheitas, constitue uma cooperação efetiva para salvar essas colheitas e defender, assim o paciente trabalho do lavrador.

CAPACIDADE MECÂNICA

A máquina não pode ser totalmente útil em seu emprêgo para tarefas rurais se não há quantidade suficiente de homens capacitados para trabalhá-la; e como o incremento da produção agrícola determina um maior emprêgo de elementos mecânicos para aqueles trabalhos se torna duplamente sensível a necessidade de aumentar igual proporção os equipamentos de condutores e mecânicos que terão a seu cargo os referidos elementos.

O exército não permaneceu à margem do que tais necessidades significavam para o país e conforme

sua permanente preocupação com todos os problemas essenciais da Nação para procurar-lhes adequada solução, esteve também presente a êle. Neste sentido, aproveitando ao máximo a passagem por suas fileiras de cidadãos que cumprem o serviço militar, dispõe-se a trabalhar para que grande parte deles sejam instruida no manejo de tratores e outras máquinas rurais. Desta forma, cada ano sai das fileiras do exército uma quantidade considerável de jovens reservistas perfeitamente capacitados para desempenhar-se com eficiência as tarefas próprias de mecanização da agricultura.

PRODUÇÃO DE ANIMAIS DE TRAÇÃO

Se bem que a máquina cumpre funções extraordinárias no que se refere a intensificação da produção rural ela não pôde eliminar, de uma maneira total, a tração animal. Isto determina a necessidade de contar-se com cavalos e mulas em quantidades suficientes para atender às exigências agropecuárias. O exército compreendendo que os estabelecimentos pecuários não podem atender à procura de equinos, adotou medidas no caso para intensificar a produção de cavalos e mulas. Dêste modo, a Direção Geral de Remonta e Veterinária envia quase gratuitamente, a quem os solicite, reprodutores de tiro e de sela, sendo único requisito para gozar de tais benefícios possuir planteis de éguas em quantidade não inferior a 15 animais. Os produtos resultantes são logo comprados pela própria Direção Geral, ao fim de um ano e meio. Desta forma, o exército intensifica não sòmente a reprodução e o melhoramento do cavalo "tipo" para as necessidades militares, como também os de uso comum para as tarefas do campo, contribuindo assim, para a solução de um problema que em muitos casos é fundamental.

OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

Não está sòmente nos pontos enunciados a cooperação que o exército presta aos trabalhos do campo. Como complemento do exposto cabe dizer que, com o objetivo de favorecer os trabalhos de levantamento das colheitas procede-se ao licenciamento que se realiza no mês de novembro dos conscritos cujos pais são agricultores, a fim de que estes recebam o valioso refôrço de trabalho que significa nas suas chácaras a presença de seus filhos, hábeis nas tarefas que devem realizar.

Também pode-se citar a atividade que desenvolvem os serviços de produção agrícola que tem a seu cargo a Direção Geral de Obra Social do Exército, com o aproveitamento dos conscritos para a obtenção da produção a baixo custo para cobrir as necessidades da provedoria mútua, se consegue formar, com esses mesmos conscritos, importantes núcleos de agricultores, que serão imediatamente úteis à sociedade no fim da sua conscrição.

(Almanaque do "Ministério da Agricultura y Ganaderia" da República Argentina referente aos anos 1951-1952, páginas 89 a 93).

A industria da Raspa da Mandioca

UM AGRADECIMENTO A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA.

Do Sr. Camila Vanni, Presidente da Associaçãa Profissional da Indústria de Manadiaca da Estada de São Paulo, recebeu a Praf. Arthur Tarres Filha, Presidente da Saciedade Nacianal de Agricultura, a seguinte aficia:

"Depois de seis anos de lutas e incertezas, a lavaura e a indústria de mandioca se sentem, plenamente garantidas nas suas atividades, com assinatura do decreta N.° 30.350 e medidas posteriores do Sr. Presidente da República, e na firme propósita de incentivar o melharar a produçãa de farinha de raspa de mandiaca para a mistura aa trigo.

Neste mamenta de vitária de uma causa justa e de alta importância para a ecanamia nacional, e que tanto embaraça encantrau da parte de elementas interessadas, é-nas grata testemunhar a V. S. e á Revista a "A Lavaura", da Saciedade Nacianal de Agricultura, as agradecimentas de tâda a nossa classe pelo muita que fizeram, desinteressadamente, pela nassa causa.

Teremas sempre presente essa valiasa e imprescindível colaboração e, apraveitamos a enseja para apresentar-lhe nossos votas pela saúde e felicidade, subscrevendanas, etc.".

Fórmula de Produção Equina Nacional de Sela, que serve de base aos registos seletivos de mestiçagem da Associação Argentina de Fomento Equino

(Nota da Associação Argentina de Fomento Equino)



"GIRAFA"

Campeão Anglo-Argentino, Ganhador da taça da Associação Argentina de Fomento Equino, Primeiro Prémio da sua raça

O cavalo anglo-argentino deve resultar de garanhão de Sangue Puro de Corrida escolhido e égua tipo sela, descendente de autóctones, ou éguas do país, de ampla e correta estrutura. Assim, será enxertada a possante energia da raça inglesa, proveniente de sua origem árabe, transportada para a nossa base erioula. Fórmula de produção que, adotada nos ricos campos da região central da República, terá de fornecer o cavalo de sela, com as qualidades demonstradas nos desportos hípicos, aptos para as fainas civis e militares, e reclamado pela exportação.

O garanhão anglo-argentino é a expressão dessa mesma fórmula, elevado ao aperfeiçoamento por meio de seleção e "aprovado" aos dois anos como tipo reprodutor adequado para o melhoramento.

O ANGLO-ARGENTINO

Estabelecido em forma definitiva o princípio fundamental de que os criadores são os mais zelosos e capacitados guardiães e, ao mesmo tempo, os mais interessados no aperfeinoamento da criação de seus rebanhos, conceito que tem sido ratificado pela opinião dos técnicos do Govêrno, a Associação Argentina de Fomento Equino iniciou a formação de seus Registros Seletivos e Genealógicos de Mestiçagem, com o objetivo de dirigir e ordenar a mestiçagem cavalar, de acôrdo com a função que lhe foi delegada pela Comissão de Superintendência de Hipódromos, presidida pelo sr. Ministro da Agricultura. Assim é que a sua atividade inicial foi a de proceder à classificação das éguas, pondo à margem todo elemento que por seu tipo e estrutura não correspondesse à finalidade traçada. Em pouco tempo, foi possível verificar que a obra não teria a projeção desejada e até faria periclitar as possibilidades de um progresso rápido, enquanto não existisse um abundante plantel de reprodutores aptos para transmitir às éguas escolhidas, os caracteres próprios da sua raça e a correção das suas formas.

O problema de assegurar aos criadores a provisão do garanhão de Sangue Puro de Corrida para a formação do cavalo de sela, é função do Govêrno, já que a ação oficial gravita, por meio dos reprodutores, sôbre a produção equina. Na atualidade, não existe mais do que um reduzidíssimo número de exemplares qualificados para fazer obra de melhoramento, o qual significa a anteposição de uma situação grave, se se deseja evitar a paralização da obra e orientá-la para o aperfeiçoamento

da criação cavalar de sela, como elemento indispensável à defesa nacional, ao trabalho e à exportação.

A Associação Argentina de Fomento Equino interpretando em tôda a sua amplitude as projeções que haveriam de resultar como consequência do exposto, não pôde permanecer indiferente e procurou na mesma corrente de Sangue Puro de Corrida e nos recursos do mecanismo seletivo do seu Registro de Mestiçagem, os elementos úteis para oferecer o máximo de garantias, a fim de continuar a ação progressista do melhoramento da produção. Por isso, tratou da criação dirigida e racional do anglo-argentino, equiparado ao meio-sangue nos países que encabeçam a criação equina na Europa.

O anglo-argentino é um exemplar de sela garantido pelo regime seletivo e genealógico do Registro de Mestiçagem, na base da fórmula de produção estabelecida: reprodutor de sangue puro de corrida, aprovado por suas condições estruturais, raciais e demonstrativas de aptidões: e égua típica de sela, de ampla e correta conformação. O anglo-argentino, como produto do Registro Definitivo, pode ser destinado à reprodução sempre e quando, ao atingir dois anos, demonstre um alto coeficiente de pontos em favor de sua morfologia e que, além disso, a sua inscrição se ache cercada das garantias que oferecem os progenitores, no que se refere à qualidade das crias nascidas em anos anteriores. Assim, é possível afirmar, sem dar lugar a dúvidas, que o qualificativo "aprovado para a reprodução", que se outorga como corolário das exigências seletivas, justifica amplamente o seu emprêgo como reprodutor e autoriza a aplicar-lhe, também, o título de "apto para o melhoramento".

A Associação Argentina de Fomento Equino, que dirige a criação dêste cavalo, o tem designado assim e a Sociedade Rural Argentina o confirmou, já que se tornava necessário distinguir com algum termo êsse tipo de cavalo criado sistemàticamente, do comum dos cavalos mestiços indefinidos e bastardos e ainda porque a simples palavra "mestiço" é tão genérica que em realidade nada indica, pois que mestiço pode ser qualquer produto que não seja puro, de qualquer raça equina. Portanto, o título de "Anglo-Argentino", só pode ser outorgado ao exemplar criado de acôrdo com as diretivas da dita Associação e sempre que seus antecessores se encontrem inscritos nos seus Regitros Genealógico de Mestiçagem.

Em uma das Exposições de Gado da Sociedade Rural Argentina, ficou demonstrado por meio de dois reprodutores expostos pela Sucessão de Don Dario E. Anasagasti, os fins da ação empreendida pelo Registro da Associação. Ambos garanhões evidenciaram em sua estampa caracteres inconfundíveis de sua origem de puro sangue de corrida, com traços menos finos, mass em deiar de ser elegantes; linhas amplas e ao mesmo tempo estendidas, muita profundidade na sua caixa toráxica com boa colocação dos raios motores e excepcionais trens posteriores, tanto em sua construção como no aprumo dos membros. Dotados de um excelente temperamento e de uma ação muito desenvolta, chamarão, naturalmente, por suas qualidades, a atenção dos criadores e apaixonados do cavalo de sela.

Com esta demonstração realizada em Palermo, iniciou-se publicamente uma obra de transcendental importância para o futuro do cavalo de sela argentino, brindando-se os criadores com um elemento indispensável para chegarem ao bom caminho de uma corrente de sangue de corrida, sem descuidar o volume e a massa exigíveis num bom animal, cujos rendimentos se traduzem em velocidade sôbre distâncias com altos pesos no lombo. Além disso, o anglo-argentino preencherá uma grande necessidade nas manadas de incipiente mestiçagem, e daí o cruzamento do puro sangue de corridas com éguas sem defini-



"JUNCAL"
Campeão Anglo-Argentino e segundo Prêmio da raça

ção marcada, põe em oposição dois polos extremamente distantes para a obtenção do termo médio desejado dos produtos que nasçam de tal cruzamento. Deve-se admitir também que o regime de criação natural do anglo-argentino virá favorecer em alto grau sua rusticidade e sua adaptação ao meio, condições essas que forçosamente beneficiarão seus descendentes. Portanto, pode-se afirmar categoricamente que com êle se obtém um elemento de indiscutível valor para criar as bases da criação equina argentina, tão reclamada pela defesa das extensas fronteiras do país.

A êstes argumentos, ajuntaremos o conceito que justifique a imperiosa necessidade do anglo-argentino, já que não devemos deixar passar em silêncio a reputação que têm os "meios-sangue" na Europa, para a formação do cavalo de sela. Em todos os países, cuja preocupação pelo melhoramento da criação de cavalos chegou a um alto grau de eficiência, tem-se criado de maneira intensa o "meio-sangue" procurando satisfazer a diversas exigências; e, da mesma forma, a necessidade de melhorar em sua estrutura e aptidões determinadas raças ou tipos. Neste sentido, pode-se citar como exemplo a Inglaterra, com o Hacknoy e o Yorkshire; a Irlanda, com o Hunter e a Alemanha com os Trakehnen e Oldenburgueses. Na França, ocupam um lugar muito destacado as raças Meiodia, Limousin, Charolesa, da Vendea ou da Normândia, tôdas elas de fama consagrada tanto nos concursos, como nas provas de aptidão e nos usos civis, como nas aplicações militares.

É indubitável que no nosso meio esta iniciativa há de dar seus frutos no futuro, mas, como tudo que se relaciona com a criação, é preciso dar tempo ao tempo e ter fé na obra que nos há de oferecer em etapas sucessivas os anglo-argentinos, tal como o exige nossa categoria de país que marcha na vanguarda da pecuária mundial.

Noticiario da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

15.º ANIVERSÁRIO DA ESCOLA

Realizou-se, no dia 15 de maio, a solenidade comemorativa do 15.º aniversário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde 15 de maio de 1937, dirigido pelo Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Câmara, Vice-Presidente da S. N. A.

Comemorando tão festiva data foi plantado, pelos alunos, um belo exemplar de jatobá, falando a ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que fez o histórico do estabelecimento, recordando fatos ligados á instituição que é uma das mais beneméritas obras da Sociedade Nacional de Agricultura.

MOVIMENTO DO INTERNATO

E' muito animador o movimento do internato da E. H. W. B. que abriga filhos de lavradores dos mais variados recantos do país, distribuidos em três cursos: Curso de Hortelão, Curso de Fruticultor e Curso de Floricultor.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A F.G.V.

Com frequência de 231 alunos estão funcionando os sete primeiros Cursos Práticos Agricolas dos vinte e quatro planejados pela Fundação Getúlio Vargas, para serem realizados no corrente ano em colaboração com a F. G. V.

COMEMORAÇÕES HISTÓRICAS

Comemorando a data de 13 de Maio, realizou o Clube Agricola Miguel Calmon uma reunião dos alunos da E. H. W. B., falando na ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que dissertou sôbre as Liberações dos Escravos.

CLUB AGRICOLA MIGUEL CALMON

Prosseguem muito animadoras as atividades do Clube Agricola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslao Bello. O Serviço de Informação Agricola do Ministério de Agricultura, através da Seção de Clubes Agricolas Escolares, vem auxiliando o Clube Agricola I.098 fornecendo-lhe publicações, ferramentas e sementes.

Tipo de vegetação para Potreiros

Os cuidados na formação de gramados sãoessenciais para a criação de equinos

ARMANDO CHIEFFI
Médico-Veterinário

Os potros, ao completarem um ano, são geralmente localizados em piquetes especiais — os potreiros — onde permanecem sob os cuidados do homem, até dois anos de idade, quando se orientam ou para o prado, ou à venda, ou ainda para a reprodução.

Os piquetes que receberão os animais daquela idade devem ser cuidadosamente escolhidos e preparados. A turbulência natural da espécie é conhecida. Os potros exercitam-se em desabalada carreira, dão coices, empinham, brincam e brigam. O terreno para a formação dos piquetes para os potros será, por isso, criteriosamente analisado para evitar as grande fendas do solo, provenientes da erosão. Esses súlcos representam constante perigo para a vida dos potros que podem sofrer fraturas e distensões.

A organização dos potreiros

A topografia, ligeiramente acidentada, é conveniente, obrigando os animais a um esfôrço benéfico que lhes fortalece os músculos e os ligamentos. A vegetação do piquete deve ser tal que possa sustentar o pisoteio e a pastagem.

Os potreiros devem ser cercados com arame liso e entre os moirões, pintados de branco e sòlidamente fincados, a uma altura de 1,50m põe-se ripa de madeira, também pintada de branco. Esta precaução evitará a tentativa de saltos.

O arame farpado e os cantos das cêrcas, numa criação de cavalos, devem ser evitados, pelos perigos de cortes da pele, comprometendo o valor dos animais.

Os potreiros devem ser gramados com o capim quicuio e com a grama de batatais.

O quicuio

O capim quicuio (Pennisetum clandestinum) é gramínea perene, introduzida da África, que forma extensos gramados, constituídos de fôlhas estreitas e longas. Suas raízes fàcilmente se extendem pelo terreno, atapetando-o bem. Em solo fértil, atinge alturas consideráveis (1,00 a 1,30 m) alcançando, normalmente, de 40 60 cm. O terreno do piquete deve ser, inicialmente gradeado, fazendo-se a plantação, por estacas e mudas, no início da estação das águas. A distância, nos terrenos férteis, pode ser de um metro, sendo aconselhável plantar as estacas de 80 a 80 centímetros, nas terras mais fracas. E' conveniente estercar o solo com estrume de curral, na base de 30 toneladas por hectare (10 mil metros quadrados). O capim quicuio suporta o frio, o calor, a sêca e o pisoteio. Contudo, o piquete, após alguns anos, precisa ser replantado porquanto a produção cai de modo apreciável. Em terreno de qualidade média, a produção por 10 mil metros quadrados, pode subir a 60 toneladas, dando 6 cortes anuais.

A grama Batatais

A grama de Batatais, também chamada grama forquilha (em virtude do tipo de inflorescência), capim de pasto ou grama do Rio Grande (Paspalum notatum) é outra, gramínea perene, nacional, indicada para a formação de potreiros, pela facilidade de gramar, embora, inicialmente, se alastre de modo lento. Resiste igualmente ao pisoteio formando então extenso lençol verde de 20 a 50 cm. de altura. As mudas devem ser plantadas de 50 a 50 cm. e uma vez formado o piquete, há necessidade de colocar os animais, para evitar que a gramínea se desenvolva, floresça e venha a apresentar falhas pela dificuldade de germinação das sementes.

Para ambas as gramíneas citadas, a época apropriada para sua plantação é o início das águas, justamente nos meses de setembro e outubro.

Relação das Associações Registradas e Reconhecidas pelo Ministério da Agricultura até 15 de Abril de 1952

TERRITÓRIO DO ACRE

Série ARE

Associação Rural dos Criadores do Território do Acre — Rio Branco

ESTADO DO PARÁ

Série AR

Associação Rural de Ananindaua — Ananindaua
" " " Castanhal — Castanhal
" " " Igarapé Açu — Igarapé Açu
" " " Obidos — Obidos
" " " Capanema — Capanema
" " " Soure — Soure
" " " Curuça — Curuça
" " " Vigia — Vigia

Série ARE

Associação Rural de Juteiros do Est. Pará — Santarém
" " " Pecuária do Pará — Belém
" " " Seringalistas do Pará — Belém
" " " Castanheiros do Pará — Marabá

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado do Pará — Belém

ESTADO DO MARANHÃO

Série AR

Associação Rural de Codó — Codó
" " " Passagem Franca—Passagem Franca
" " " Rosário — Rosário
" " " Itapecurú Mirim—Itapecurú Mirim
" " " Caxias — Caxias
" " " S. Vicente Férrer—S. Vicente Ferrer
" " " S. Luiz — S. Luiz
" " " Peri-Mirim — Peri-Mirim
" " " Timon — Timon
" " " Tutóia — Tutóia

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado do Maranhão — S. Luiz

ESTADO DO PIAUÍ

Série AR

Associação Rural de Bom Jesus de Gurgeia — Bom Jesus de Gurgeia
" " " Gilbués — Gilbués
" " " Terezina — Terezina
" " " Floriano — Floriano
" " " Altos — Altos
" " " Parnaguá — Parnaguá
" " " Campo Maior — Campo Maior
" " " Oeiras — Oeiras
" " " S. João do Piauí — S. João do Piauí
" " " José de Freitas — José de Freitas
" " " Jaicós — Jaicós
" " " Simplicio Mendes — Simplicio Mendes
" " " Paulistana — Paulistana
" " " S. Raimundo Nonato — S. Raimundo Nonato
" " " Piripiri — Piripiri
" " " Valença do Piauí — Valença do Piauí
" " " União — União
" " " São Pedro do Piauí — São Pedro Piauí
" " " Piracuruca — Piracuruca
" " " Beneditinos — Beneditinos
" " " Palmeirais — Palmeirais
" " " Parnaiba — Parnaiba
" " " Pio IX — Pio IX

Série AR

Associação Rural de Pacajús — Pacajús
" " " Crato — Crato
" " " Caucaia — Caucaia
" " " Cedro — Cedro
" " " Uruburetama — Uruburetama
" " " Itapipoca — Itapipoca
" " " Iguatú — Iguatú
" " " Granja — Granja
" " " Pereiro — Pereiro
" " " Senador Pompeu — Senador Pompeu
" " " Senador Pompeu—Senador Pompeu
" " " Caririassú — Caririassú
" " " Anacetaba — Anacetaba
" " " Itapagé — Itapagé
" " " Camocim — Camocim
" " " Aurora — Aurora
" " " Missão Velha — Missão Velha
" " " Várzea Alegre — Várzea Alegre
" " " Acopiara — Acopiara
" " " Tauá — Tauá
" " " Jardim — Jardim
" " " Quixeramobim — Quixeramobim
" " " Brejo Santo — Brejo Santo
" " " Licania — Licania
" " " Jaguaribe — Jaguaribe
" " " Ipueiras — Ipueiras
" " " Milagres — Milagres
" " " Campos Sales — Campos Sales
" " " Solonópolis — Solonópolis
" " " Nova Russas — Nova Russas
" " " Sobral — Sobral
" " " Canindé — Canindé
" " " Acarau — Acarau
" " " Lavras da Mangabeira — Lavras da Mangabeira
" " " Ubajara — Ubajara
" " " Russas — Russas
" " " Beritutaba — Beritutaba
" " " Icó — Icó
" " " Baixio — Baixio
" " " Mombaça — Mombaça
" " " Fortaleza — Fortaleza
" " " Sta. Quitéria — Sta. Quitéria
" " " Saboeiro — Saboeiro
" " " Barbalha — Barbalha

" " " Tamboril — Tamboril
" " " Mauriti — Mauriti
" " " Ipu — Ipu
" " " Araripe — Araripe
" " " Limoeiro do Norte — Limoeiro do Norte
" " " Barro — Barro
" " " Redenção — Redenção
" " " Chaval — Chaval
" " " Baturité — Baturité
" " " Pacatuba — Pacatuba
" " " Porteiras — Porteiras
" " " Iracema — Iracema
" " " Cariús — Cariús
Federação das Associações Rurais do Est. Ceará — Fortaleza.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Série AR

Associação Rural de Mossoró — Mossoró
" " " S. Paulo do Potengi — S. Paulo Potengi
" " " S. Cruz — S. Cruz
" " " Nísia Floresta — Nísia Floresta
" " " Macaíba — Macaíba
" " " S. José de Mipibu — S. José de Mipibu
" " " Martins — Martins
" " " Macaú — Macaú
" " " Ipanguaçú — Ipanguaçú
" " " Angicos — Angicos
" " " Luiz Gomes — Luiz Gomes
" " " Canguaretama — Canguaretama
" " " Santana do Matos — Santana do Matos
" " " Pau de Ferros — Pau de Ferros
" " " S. Tomé — S. Tomé
" " " Assú — Assú
" " " Currais Novos — Currais Novos
" " " Ceará Mirim — Ceará Mirim
" " " Apodi — Apodi
" " " Nova Cruz — Nova Cruz
" " " Alexandria — Alexandria
" " " Patú — Patú
" " " São Miguel — São Miguel
" " " Pedro Avelino — Pedro Avelino
" " " Baixa Verde — Baixa Verde
" " " Touros — Touros
" " " Itaretama — Itaretama
" " " Santo Antônio — Santo Antônio
" " " Jardins do Seridó — Seridó
" " " Parelhas — Parelhas
" " " Acari — Acari
" " " Goianinha — Goianinha
" " " Florânia — Florânia
" " " Caraúbas — Caraúbas

Série ARR

Associação Rural de Seridó — Seridó

Série FAR

Associação Rural do Rio Grande do Norte — Natal

ESTADO DA PARAIBA
Série AR

Associação Rural de Cuité — Cuité
" " " Bananeiras — Bananeiras
" " " Souza — Souza
" " " Cabaceiras — Cabaceiras
" " " Guarabira — Guarabira
" " " Campina Grande — Campina Grande
" " " Ingá — Ingá
" " " Pombal — Pombal
" " " Areia — Areia
" " " Princesa Isabel — Princesa Isabel

Série ARR

Associação Rural de Tabaiana — Tabaiana

Série FAR

Sociedade de Agricultura da Paraíba — João Pessoa

ESTADO DE PERNAMBUCO
Série AR

Associação Rural de Sertânia — Sertânia
" " " Salgueiro — Salgueiro
" " " Caruaru — Caruaru
" " " Altinho — Altinho
" " " Pesqueira — Pesqueira
" " " Bezerros — Bezerros
" " " Catende — Catende
" " " Bom Conselho — Bom Conselho
" " " Ouricuri — Ouricuri
" " " Surubim — Surubim
" " " S. José do Egito — S. José do Egito
" " " Petrolândia — Petrolândia
" " " Pedra — Pedra
" " " S. Caetano — S. Caetano
" " " Bodocó — Bodocó
" " " Tabira — Tabira
" " " Brejo da Madre de Deus — Brejo da Madre de Deus
" " " Palmeirina — Palmeirina
" " " Vicência — Vicência
" " " Maraial — Maraial
" " " Moreno — Moreno
" " " Correntes — Correntes
" " " Carpina — Carpina
" " " Floresta — Floresta
" " " Exú — Exú
" " " Jatiná — Jatiná
" " " Serrita — Serrita
" " " Vertentes — Vertentes
" " " Serra Talhada — Serra Talhada
" " " Araripina — Araripina
" " " Macaparana — Macaparana
" " " Triunfo — Triunfo
" " " S. Lourenço da Mata — S. Lourenço da Mata
" " " Alagoinha — Alagoinha
" " " Custódia — Custódia
" " " Afogados da Ingazeira — Afogados da Ingazeira
" " " Paudalho — Paudalho
" " " Parnamirim — Parnamirim
" " " Timbaúba — Timbaúba
" " " Petrolina — Petrolina
" " " Canhotinho — Canhotinho
" " " Flores — Flores
" " " Belo Jardim — Belo Jardim
" " " S. Joaquim do Monte — S. Joaquim do Monte
" " " Amaraji — Amaraji
" " " Barreiros — Barreiros
" " " Goiana — Goiana
" " " També — També
" " " Panelas — Panelas
" " " Águas Belas — Águas Belas
" " " Sanharó — Sanharó
" " " Nazaré da Mata — Nazaré da Mata
" " " Água Preta — Água Preta
" " " Paulista — Paulista
" " " Bom Jardim — Bom Jardim

" " " Vitória de Santo Antão — Vitória de Santo Antão
" " " Aliança — Aliança
" " " Escada — Escada
" " " Orobó — Orobó
" " " Cabo — Cabo
" " " Olinda — Olinda
" " " S. Bento de Una — S. Bento de Una
" " " Agrestina — Agrestina
" " " Arcoverde — Arcoverde
" " " Lajêdo — Lajêdo
" " " Serinhaem — Serinhaem
" " " Igarassú — Igarassú
" " " Gravatá — Gravatá
" " " Gameleira — Gameleira
" " " Garanhúns — Garanhúns
" " " João Alfredo — João Alfredo
" " " Glória de Goitá — Glória de Goitá
" " " Cabrobó — Cabrobó
" " " Bonito — Bonito
" " " Rio oFrmoso — Rio Formoso

Série ARE

Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco — Recife

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco — Recife

ESTADO DE ALAGOAS

Série AR

Associação Rural de S. Miguel dos Campos — S. Miguel dos Campos

Série ARE

Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas — Maceió

ESTADO DE SERGIPE

Série AR

Associação Rural de Divina Pastora — Divina Pastora
" " " Aracajú — Aracajú
" " " Laranjeiras — Laranjeiras
" " " Estâncias — Estâncias
" " " Japoatã — Japoatã
" " " Capela — Capela
" " " Aquidabã — Aquidabã
" " " Arauá — Arauá
" " " Siriri — Siriri
" " " Buquim — Buquim
" " " Darcilena — Darcilena
" " " Itabaianinha — Itabaianinha
" " " Nossa Senhora das Dores — Nossa Senhora das Dores
" " " Lagarto — Lagarto
" " " Itabaiana — Itabaiana
" " " Pirapitinga — Pirapitinga
" " " Propriá — Propriá
" " " Muribeca — Muribeca
" " " Frei Paulo — Frei Paulo
" " " S. Cristóvão — S. Cristóvão
" " " S. Amaro das Brotas — S. Amaro das Brotas
" " " Japaratuba — Japaratuba
" " " Simão Dias — Simão Dias
" " " Riachuelo — Riachuelo
" " " N. S. da Glória — N. S. da Glória
" " " Guaruru — Guaruru
" " " Ribeirópolis — Ribeirópolis
" " " Pôrto da Fôlha — Pôrto da Fôlha
" " " Canhoba — Canhoba
" " " Ribeirão dos Dantas — Ribeirão dos Dantas
" " " Tobias Barreto — Tobias Barreto
" " " Campo do Brito — Campo do Brito
" " " Itaporanga d'Ajuda — Itaporanga d'Ajuda
" " " Cotinguiba — Cotinguiba
" " " Cristanópolis — Cristanópolis

Série ARE

Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe — Aracajú

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado de Sergipe — Aracajú

ESTADO DA BAHIA

Série AR

Associação Rural de Ilhéus — Ilhéus
" " " Itabuna — Itabuna
" " " Jequié — Jequié
" " " Entre Rios — Entre Rios
" " " S. Gonçalo dos Campos — S. Gonçalo dos Campos
" " " Mutuipe — Mutuipe
" " " Pilão Arcado — Pilão Arcado
" " " Jacobina — Jacobina
" " " Pojuca — Pojuca
" " " Coração de Maria — Coração de Maria
" " " Santaluz — Santaluz
" " " Nazaré — Nazaré
" " " Cooncelção do Coité — Conceição do Coité
" " " Ibipetuba — Ibipetuba
" " " Remanso — Remanso

Série ARE

Associação Rural dos Fornecedores de Cana do Estado da Bahia — Salvador

Série SEA

Associação Bahiana de Agronomia — Salvador

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Série AR

Associação Rural de Taguaçú — Itaguaçú
" " " Afonso Cláudio — Afonso Cláudio
" " " São José do Calçado — S. José do Calçado
" " " Alfredo Chaves
" " " Anchieta — Anchieta
" " " Santa Leopoldina — Santa Leopoldina
" " " Santa Teresa — Santa Teresa
" " " Colatina — Colatina
" " " Castelo — Castelo
" " " Domingos Martins — Domingos Martins
" " " Alegre — Alegre
" " " Guapi — Guapi
" " " Muqui — Muqui

Série ARR

Associação Rural Sul do Espirito Santo — Cach. do Itapemirim.

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado do Espirito Santo — Vitória

ESTADO DE MINAS GERAIS

Série AR

Associação Rural de Nepamuceno — Nepamuceno
" " " Alfenas — Alfenas

" " " Monte Sião — Monte Sião
" " " Muriaé — Muriaé
" " " Rio Novo — Rio Novo
" " " Coração de Jesus — Coração de de Jesus
" " " Resplendor — Resplendor
" " " Rio Espera — Rio Espera
" " " Araxá — Araxá
" " " Varginha — Varginha
" " " Carmo do Rio Claro — Carmo do Rio Claro
" " " Bambuí — Bambuí
" " " Carangola — Carangola
" " " Pres. Olegário — Pres. Olegário
" " " Frutal — Frutal
" " " Perdizes — Perdizes
" " " Luz — Luz
" " " Pedra Azul — Pedra Azul
" " " Dores do Indaiá — Dores do Indaiá
" " " Uberlândia — Uberlândia
" " " Carlos Chagas — Carlos Chagas
" " " Diamantina — Diamantina
" " " Salinas — Salinas
" " " Jequitinhonha — Jequitinhonha
" " " Itaúna — Itaúna
" " " Machado — Machado
" " " Guanhães — Guanhães
" " " João Ribeiro — João Ribeiro
" " " Pará de Minas — Pará de Minas
" " " Cons. Lafaiete — Cons Lafaiete
" " " Lavras — Lavras
" " " Paraopeba — Paraopeba
" " " S. Luzia — S. Luzia
" " " Bicas — Bicas
" " " Astolfo Dutra — Astolfo Dutra
" " " Arassuaí — Arassuaí
" " " Tocantins — Tocantins
" " " Bonfim — Bonfim
" " " Brumadinho — Brumadinho
" " " Senador Firmino — Senador Firmino
" " " Belo Vale — Belo Vale
" " " Montes Claros — Montes Claros
" " " Alto Rio Doce — Alto Rio Doce
" " " Itabira — Itabira
" " " Itabirito — Itabirito
" " " Guarará — Guarará
" " " Mar da Espanha — Mar da Espanha
" " " Almenara — Almenara

Série ARR

Sociedade Rural do Triângulo Mineiro — Uberaba
Associação Rural do Sudoeste de M. Gerais — Gassos
Sociedade Rural de Curvelo — Curvelo
Associação Rural da Zona da Mata — Juiz de Fora
" " de Barbacena — Barbacena
" " do Vale do Rio Doce — Governador Valadares
" " Plant. de Cana de Rio Branco — Rio Branco

Série ARE

Associação Brasileira de Criadores de Gado Guernsei — Belo Horizonte

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais — Belo Horizonte

DISTRITO FEDERAL

Série ARR

Sociedade União dos Agricultores — Distrito Federal

Série FAR

Sociedade Nacional de Agricultura — Distrito Federal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Série AR

União Agrícola Fluminense — São Gonçalo
Associação Rural de Nova Iguaçú — Nova Iguaçú
" " " Itaperuna — Itaperuna
" " " Maricá — Maricá
" " " Campos — Campos
" " " Petrópolis — Petrópolis
" " " Cordeiro — Cordeiro
" " " Barra Mansa — Barra Mansa
" " " Vassouras — Vassouras
" " " Sapucaia — Sapucaia
" " " Cantagalo — Cantagalo
" " " Macaé — Macaé
" " " Itaocara — Itaocara
" " " São Fidelis — São Fidelis
" " " Terezópolis — Terezópolis
" " " Piraí — Piraí
" " " Cambucí — Cambucí
" " " Itabapoana — Itabapoana
" " " Duque de Caxias — Duque de Caxias
" " " Paraíba do Sul — Paraíba do Sul
" " " Nova Friburgo — Nova Friburgo
" " " Natividade do Carangola — Natividade do Carangola

Série ARR

Associação Rural Sul Fluminense — Barra do Piraí
Federação das Associações Rurais do Est. do Rio de Janeiro — Niterói

ESTADO DE SÃO PAULO

Série AR

Associação Rural de Descalvado — Descalvado
" " " Olímpia — Olímpia
" " " Bragança Paulista — Bragança Paulista
" " " Presidente Venceslau — Presidente Venceslau
" " " Capivarí — Capivarí
" " " Alta Noroeste — Araçatuba
" " " Tabapuã — Tabapuã
" " " Campinas — Campinas
" " " Itapecerica da Serra — Itapecerica da Serra
" " " Ibitinga — Ibitinga
" " " Brotas — Brotas
" " " São Carlos — São Carlos
" " " Avaré — Avaré
" " " Pereiras — Pereiras
" " " Vera Cruz — Vera Cruz
" " " Avaí — Avaí
" " " Paranapanema — Paranapanema
" " " Guariba — Guariba
" " " S. João da Boa Vista — S. João da Boa Vista
" " " Paraibuna — Paraibuna
" " " Pindamonhangaba — Pindamonhangaba
" " " Caçapava — Caçapava
" " " Tanabi — Tanabi
" " " S. Adélia — S. Adélia
" " " Anhembi — Anhembi
" " " Itapetininga — Itapetininga

" " " S. Simão — S. Simão
" " " Iacanga — Iacanga
" " " Pitanguelras — Pitanguelras
" " " Arealva — Arealva
" " " São Roque — São Roque
" " " Reginópolis — Reginópolis
Sociedade Viti-Vinicola e Rural de Jundiaí — Jundiaí
Associação Rural de Cajuru — Cajuru
" " " Leme — Leme
" " " Ourinhos — Ourinhos
" " " Americana — Americana
" " " S. Rita Passa Quatro — S. Rita do Passa Quatro.
" Agro-Pecuária de Marília — Marília

Série ARR

Associação Agro-Pecuária do Vale do R. Canoas—Mococa
" " " " Vale do R. Tietê — Lins
" " " " Rio Preto — Rio Preto
" " " " Salto Avanhandava — Penápolis
" " " " Zona Araraquara — Araquara
" " " " Vale do Paraíbuna—Jacareí
Associação Rural de Cafelândia — Cafelyndia
" " do Vale do Rio Grande — Barretos
" " de Botucatu — Botucatu
" Agro-Pecuária de Guaratinguetá — Guaratinguetá
" " " " Quatá — Quatá
" Rural da Região de P. Prudente — P. Prudente
" " da Região de Araguaçu — Araguaçu
" " de Ribeirão Preto — R. Preto
" " do Vale do Sapucaí — Franca
" " da Zona de Piracicaba — Piracicaba
" " dos Fazendeiros da Zona de Jaú—Jaú
" " da Zona de Rio Claro — Rio Claro
" " Litoral Paulista — Santos
" " de Itu — Itu
" " Birigui — Birigui
" " S. José do Rio Pardo — S. José do Rio Pardo
" " do Vale do Ribeira — Registro
" " Jaboticabal — Jaboticabal
" " de Sorocaba — Sorocaba
" " de Tupã — Tupã
" " de Andradina — Andradina
" " Taquaritinga — Taquaritinga
" " da Região de São Paulo — São Paulo
" " Monte Alto — Monte Alto
" " do Vale do Rio Pardo — Cerqueira Cesar
" " de Zona de Orlândia — Orlândia
" " de Mogi das Cruzes—Mogi das Cruzes
" " de Baurú — Baurú
" " de Piedade — Piedade
" " de Martinópolis — Martinópolis
" " da Região de Pompeia — Pompeia
" " da Região de Parapela — Pompeia
" " da Região de Socorro — Socorro
" " de Lençois Paulista — Lelçois Paulista
" " de Montenegro — Montenegro

Série ARE

Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Gir — São Paulo
Associação Paulista de Criadores de Bovinos — São Paulo
Federação das Associações Rurais do Est. de São Paulo — São Paulo

ESTADO DO PARANÁ

Série AR

Associação Rural de Piraquara — Piraquara
" " " Malet — Malet
" " " Caviuna — Caviuna
" " " S. Matheus do Sul — S. Matheus do Sul
" " " S. Antônio da Platina — S. Antônio da Platina
" " " Bandeirantes — Bandeirantes
" " " Araucária — Araucária
" " " Rio Negro — Rio Negro
" " " Curitiba — Curitiba
" " " Campo Largo — Campo Largo
" " " União da Vitória — União da Vitória
" " " Foz do Iguassú — Foz do Iguassú
" " " Prudentópolis — Prudentópolis
" " " Irati — Irati

Série ARR

Associação Rural Zona de Cornélio Procópio — Cornélio Procópio
" " Zona de Cambará — Cambará

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná — Curitiba

ESTADO DE SANTA CATARINA

Série AR

Associação Rural de Curitibanos — Curitibanos
" " " Orleães — Orleães
" " " Campos Novos — Campos Novos
" " " Lages — Lages
" " " Biguaçu — Biguaçu
" " " S. José — S. José
" " " Jaraguá do Sul — Jaguará do Sul
" " " Tubarão — Tubarão
" " " Mafra — Mafra
" " " Creciuma — Creciuma
" " " Canoinhas — Canoinhas
" " " Palhoça — Palhoça
" " " Campo Alegre — Campo Alegre
" " " Porto União — Porto União
" " " Caçador — Caçador
" " " Serra Alta — Serra Alta
" " " Timbó — Timbó
" " " Jaguaruna — Jaguaruna
" " " Rio do Sul — Rio do Sul
" " " Blumenau — Blumenau
" " " Urussanga — Urussanga
" " " Itaiópolis — Itaiópolis
" " " Tijucas — Tijucas
" " " Joinvile — Joinvile
" " " Imaruí — Imaruí
" " " Florianópolis — Florianópolis
" " " Joaçaba — Joaçaba
" " " Laguna — Laguna
" " " Camboriu — Camboriu
" " " Massaranduba — Massaranduba
" " " S. Joaquim — S. Joaquim
" " " Brusque — Brusque
" " " Ibirama — Ibirama
" " " Nova Trento — Nova Trento
" " " Piratuba — Piratuba
" " " Chapecó — Chapecó
" " " Concórdia — Concórdia
" " " Ituporanga — Ituporanga
" " " Bom Retiro — Bom Retiro
" " " Araranguá — Araranguá

" " " Tiló — Tiló
" " " Capinzal — Capinzal

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado de **Santa** Catarina — Florianópolis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Série AR

Associação Rural de Alegrete — Alegrete
" " " D. Pedrito — D. Pedrito
" " " Taquari — Taquari
" " " Estrêla — Estrêla
" " " Garibaldi — Garibaldi
" " " Viamão — Viamão
" " " Júlio de Castilhos — **Júlio de** Castilhos
" " " Soledade — Soledade
" " " Canaquá — Camaquá
" " " Caçapava do Sul—**Caçapava do Sul**
" " " Santo Angelo — **Santo Angelo**
" " " Lagoa Vermelha — **Lagoa Vermelha**
" " " Quaraí — Quaraí
" " " S. Luiz Gonzaga — S. **Luiz Gonzaga**
" " " Rosário — Rosário
" " " Cruz Alta — Cruz Alta
" " " Bagé — **Bagé**
" " " Lajeado — Lajeado
" " " Pinheiro Machado — **Pinheiro** Machado
" " " Piratini — Piratini
" " " S. Vitória do Palmar — S. **Vitória** do Palmar
" " " Arroio do Meio — Arroio do **Meio**
Soc. Past. Agric. e Ind. de Jaguarão — Jaguarão
Associação Rural de S. Francisco de Paula — S. Francisco de Paula
" " " Canôas — Canôas
" " " Antônio Prado — Antônio Prado
" " " Flores da Cunha — **Flores** da Cunha
" " " Guaporé — Guaporé
" " " São Gabriel — São Gabriel
" " " Candelária — Candelária
" " " Uruguaiana — Uruguaiana
" " " Bom Jesus — Bom **Jesus**
" " " Santa Rosa — Santa Rosa
Sociedade Agrícola de Pelotas — Pelotas

Série ARR

Casa Rural Serrana — Tupanciretã

Série ARE

Associação dos Horticultores do R. G. do Sul — Porto Alegre

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul — Porto Alegre

ESTADO DE GOIAS

Série AR

Associação Rural de Caldas Novas — Caldas Novas
" " " Urnaçu — Urnaçu
" " " Goiandira — Goiandira
" " " Paraúna — Paraúna
" " " Corumbá de Goiás — Corumbá de Goiás
" " " Catalão — Catalão
" " " Formosa — Formosa
" " " Filadélfia — Filadélfia
" " " Planaltina — Planaltina
" " " Anicuns — Anicuns
" " " Nerópolis — Nerópolis
" " " Paranã — Paranã
" " " Itaberaí — Itaberaí
" " " Leopoldo de Bulhões — Leopoldo de Bulhões
" " " Inhumas — Inhumas
" " " Ipameri — Ipameri
" " " Miracema do Norte — **Miracema** do Norte

Série ARR

Associação Rural de Goiás — Goiânia

Série FAR

Federação das Associações Rurais do Estado de **Goiás** — Goiânia

ESTADO DO MATO GROSSO

Série AR

Associação Rural de Cáceres — Cáceres
" " " Poconé — Poconé
" " " Cuiabá — Cuiabá
" " " Corumbá — Corumbá
" " " Dourados — Dourados
" " " Ponta Porã — Ponta Porã
" " " Bela Vista — Bela Vista
" " " Campo Grande — Campo **Grande**
" " " Paxoreu — Paxoreu

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor
Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico
Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO

Redator-Secretário
Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.°

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitots emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.° andar, Tel. 33-1432
End. Tel, "LINEFE", C. A. 7257
— SÃO PAULO —

O Corriedale — Raça ovina de duplo fim — Lã e carne — Suas origens — Regiões que ocupa — A obra das Associações de Criadores — A tatuagem A. C., M. O. e S. O. — Sua significação

POR G. A. PUEYRREDON

É precisamente nos momentos como os atuais de grande depressão laneira, que se considera em todo seu valor essa apreciada característica da raça, de produzir, tanto um fino fio de ótima qualidade como uma boa rez para carne. Hoje mais do que nunca temos ouvido dos criadores as vantagens desta condição no *Corriedale*.

No momento, em que por razões circunstanciais verifica-se uma grande baixa nas cotações da lã o que traz uma paralização quase total nos mercados argentinos, não fora a boa condição no sentido da produção de carne do *Corriedale* e o produtor teria entrado em franca bancarrota.

Com efeito; os impostos cada vez mais elevados, as despesas em contínuo aumento e o fisco com maior apetite que de costume, são fatores que concorrem para tornar mais difícil ainda a vida do produtor e ainda mais caso ele se dedique exclusivamente a uma finalidade especial como seja a exploração da lã. Quando esta falta ou é de difícil venda, a ruína e a miséria são a consequência lógica.

Como haviam de pagar os produtores o imposto aos juros pelos lucros obtidos no ano anterior si a lã de recente colheita se encontra estagnada nas barracas e com os créditos restringidos nos Bancos? Somente, graças a boa condição do *Corriedale* como animal de carne, pois se conseguiu vender a cordeiragem, os borregos e as ovelhas a preços mais ou menos vantajosos que tornaram menos sensível as perdas na exploração ovina. De outra maneira não se teria resistido ao golpe que significava para a indústria lanífera a paralização da venda do textil.

Suas origens

Sob o ponto de vista biológico, o *Corriedale*, começou sua carreira como um mestiço. Foi em suas origens o produto da fu-



Um grupo de carneiros Corriedales p p c, tosquiados e tatuados A. C., que demonstram sua ótima condição de animal de carne



Um grupo de borregos com tôda sua lã destinados a uma exposição regional

são das duas raças já melhoradas. A raça *Merino* por uma parte e por outra a *Lincoln*. Surgiu como uma necessidade do momento em situações semelhantes às atuais.

Ao povoar-se de ovelhas as novas Colônias Britânicas da Australia e Nova Zelandia começaram a afluir nos mercados europeus tais quantidades de lãs finas que deslocaram completamente o comércio deste textil. Os produtores europeus de ovinos viram-se repentinamente ameaçados da ruína ao produzir-se a baixa das consequentes cotações e esta circunstância determinou a conveniência de se pensar na transformação do ovino, exclusivamente de lã como o *Merino*, em um animal que ao mesmo tempo produza carne para satisfazer às necessidades do momento.

Desta maneira salvou-se a exploração ovina do continente europeu. De não haver reagido a tempo, a exploração da lã, haveria desaparecido assim como extinguir-se-á nos países onde sua exploração resulta anti-econômica por sucessivas cargas fiscais e aumentos dos custos de exploração.

Por outro lado nas Colônias Britânicas e na América logo após a implantação dos sistemas frigoríficos, se tornou possível a exportação em grandes quantidades de carne ovina que se vendia a preços razoáveis e cuja venda viria compensar as quebras do mercado lanígero abarrotado.

Os franceses criaram, pois, o *Dichley-Merino*, os ingleses o *Anglo-Merino* que teve bastante aceitação durante os primeiros decênios do século passado, os norte-americanos advogavam a criação de um animal de linhas parecidas e no Rio da Prata cruzaram-se as ovelhas pampas e crioulas, primeiramente com o Merino de Sajonia ou da França e logo com as raças de lã larga, principalmente com a Lincoln, já melhorada com a injeção de sangue Leicester.

Todos esses cruzamentos pecavam pelo defeito de falta de uniformidade. Os criadores se deixam levar por caprichos do momento e a flutuação do preço da lã. Uma vez eram carneiros Merinos os que se lançavam nas manadas, enquanto que em outras eram Lincoln os que se empregavam, de acôrdo com as preferências do mercado ou pelos diferentes graus de finura no momento.

Foi necessário o aparecimento de um homem de singular dotes de inteligência, constância no esforço e larga visão, para empreender a tarefa de fixação dos caracteres das duas raças tão diferentes. Coube esta honra a Mr. James H. Little, fazendeiro de Nova Zelandia, quem indiscutivelmente o conseguiu e hoje vemos o resultado nos diferentes países onde se cria.

Regiões que ocupa

Indiscutivelmente, o *Corriedale* é um dos ovinos mais universais. Na República Argentina se extende desde as mais remotas e austrais regiões patagônicas até as temperadas a sub-tropicais. Todo o Uruguai é apto e está povoado com Corriedales, como demonstram as últimas estatísticas.

Rio Grande do Sul, o grande Estado criador brasileiro o iniciou há anos, com singular êxito, a exploração do Corriedale.

Existem grandes criadores nos Estados Unidos e em seu país de origem, Nova Zelândia que dividem com o Romney Marsh as preferência dos criadores.

A mesma Australia, terra que se caracterizava por possuir os melhores Merinos do mundo, não desdenhou possuir também

muitos rebanhos, de Corriedale e se vangloria de abrigar um dos maiores criadores de animais de "pedigree" desta raça, a Cabaña de Mr. Guthrie.

O Chile, especialmente na região sul de seu território, possui numerosos rebanhos de Corriedale e a exposição que se realiza no ponto mais austral do continente, em Punta Arenas, se caracteriza pelos magníficos reprodutores que expõe, muitos dos quais foram exportados para outras partes da América a preços considerados os mais altos do mundo.

O Perú desenvolveu ótimos rebanhos de Corriedale principalmente no planalto de Puno. Os criadores foram repetidas vezes ao mercado argentino em procura de novos reprodutores.

Não desejo extender-me em pormenores sôbre as características da raça cujo *standard* é bastante conhecido dos criadores brasileiros do Rio Grande do Sul. Nada melhor que os técnicos destacados pelo Ministério da Agricultura daquele Estado e que nos visitam anualmente por motivo da exposição de Palermo, para julgar da bondade da raça e suas caracteristicas especiais para campos do Paraná e outros que se prestariam para esse tipo de exploração por pouco que se lhe dedique o tempo a ação consequentes.

A obra das associações de criadores

Os criadores da Argentina, assim como do Uruguai e do Rio Grande do Sul compreenderam, no momento preciso, que para preservar as grandes qualidades da raça era necessário velar por ela permanentemente.

Constituiram-se assim, Associações de Criadores que contavam com pessoal técnico encarregado de revistar os rebanhos e proceder a sua seleção. Esses inspetores estavam credenciados para aceitar ou rejeitar os animais submetidos a seu julgamento. Aqueles dignos de figurar com o nome de Corriedale eram tatuados na orelha com a marca sociedade, e, por outro aconselhava-se a regeição daqueles que não possuiam os caracteres típicos da raça.

Tinha-se por objetivo, — além do propósito seletivo de grande amplitude — evitar que pessoas sem escrúpulos se aproveitassem do prestígio da raça e surpreendessem a boa fé dos compradores fazendo pasasr por Corriedale animais de primeiro cruzamento, sem nenhuma constância nem fixidez de sangue.

Daí surgiu o A. C. argentino, o M. O. uruguaio e o S. O. brasileiro. Estas letras,



O autor desta nota examinando como jurado um reprodutor Corriedale em uma Exposição de Rio Gallegos — Patagonia — Argentina

tatuadas pelos inspetores nas orelhas dos animais aceitos constituem um verdadeiro certificado de excelência que dá ao comprador uma garantia segura de que o que comprou é realmente Corriedale. Basta percorrer as exposições onde se vendem ou exibem animais que levam a tatuagem para aquilatar-se da seriedade e escrupulosidade com que se procede.

A tatuagem é estampado somente nos animais plenamente puros por cruza e em dez anos de implantação do sistema é notável observar-se como o público o compreendeu, pagando maiores preços pelos animais tatuados ainda que, na aparência os demais pareçam iguais.

Na Argentina, as vendas de maior estabidade quanto a animais tatuados A. C. (reprodutores machos e fêmeas, carneiros e ovelhas para rebanhos e planteis P.P.C.) se realizam todos os anos ao iniciar-se a primavera no pátio dos srs. Bulrich & Cia. é organizada pela Associação Argentina de Criadores de Corriedale e só admite animais tatuados, isto é, que todos sem exceção tenham sido examinados pelos técnicos da Associação. De não menor hierarquia são as exposições de Coronel Pringles e de Coronel Suarez.

É lastimável que as dificuldades de viagens e o trâmite embaraçoso e lento dos passaportes impeçam ou pelo menos dificultem o intercâmbio de pessoas, pois seria muito grato a nós, argentinos, poder oferecer a nossos amigos brasileiros o espetáculo de um lote como o que se exibe na mencionada exposição de Bullrich, onde se contempla uma linha de mais de 600 carneiros puros por cruza, tatuados A. C., todos de um só tipo que se oferecem com liberalidade e em hasta pública.

O Brasil, por razões de vizinhança e facilidade de comunicações preferiu sempre importar Corriedale do Uruguai. Muito longe de nosso espírito estaria criticar êsse modo de agir, porquanto nossos irmãos da outra banda ganharam ótimo prestígio como criadores de Corriedale. Cremos, não obstante, que bem poderia haver cabimento para uma corrente de importações de nosso país ao Brasil, ainda que a título de experiência, com reprodutores ostentando o signo da Associação; naturalmente, sempre que sejam removidos de uma e de outra parte, todos os obstáculos e os inúmeros entraves — principalmente os de câmbio — que tanto dificultam todo proveitoso comércio.

Encaminhamento de vocações para a Agricultura

ENGENHEIRO AGRONOMO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

O ensino agrícola entre nós precisa e deve ser intensificado, pois nenhuma assistência agrícola pode ser mais efetiva e eficiente do que a assistência sob a forma de ensino.

Entre as diversas modalidades de ensino agrícola podemos destacar o **Ensino Agrícola Avulso,** sob a forma de **Cursos Agrícolas Práticos,** destinado a dar a jovens e adultos uma sumária preparação profissional.

É essa, a nosso ver, uma modalidade de ensino agrícola muito accessível a todos e capaz de, em pouco tempo, modificar para melhor os nossos métodos de trabalho e exploração agrícola, infelizmente até agora, em sua maior parte caracterizados por um rotinismo e empirismo que só se justificam pela falta de uma conveniente preparação do nosso homem do campo para os trabalhos rurais.

É preciso que sejam utilizados e difundidos os recursos do ensino para que:

a — o nosso homem rural aprenda a trabalhar melhor e mais eficientemente, abandonando os pro-



Turma de alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em companhia do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, prontos para uma aula prática

cessos empíricos de exploração agrícola que até vêm sendo empregados;

b — sejam encaminhadas vocações para a agricultura, convenientemente alertadas sôbre os problemas agrícolas e sôbre como resolvê-los criteriosamente.

Os cursos práticos agrícolas, abordando os mais variados assuntos, devem, pela sua grande objetividade, imperiosa necessidade e oportunidade, ser intensificados e ministrados em todos os recantos do país.

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, além de suas atividades normais de preparo de profissionais em horticultura em tôdas as suas modalidades (hortelões, fruticultores e floricultores), através de cursos profissionais com a duração de dois anos e sob regimen de internato, vêm dedicando também atenção ao problema do encaminhamento de vocações para a agricultura através de **Cursos Práticos Agrícolas** eminentemente objetivos, sob regimem de externato e de curta duração (em geral 10 a 15 aulas com a duração de duas a três horas cada uma).

Tais cursos têm despertado grande interêsse entre pessôas das mais variadas profissões.

Eles visam dar uma sumária preparação profissional a respeito de um determinado problema ou técnica agrícola a todos os interessados, não havendo, para matrícula, nenhuma exigência quanto a idade e ao nível de conhecimentos.

Para que se tenha uma ideia do que vem conseguindo a Escola de Horticultura Wenceslau Bello no setor do ensino agrícola avulso, destinado a encaminhar vocações para a agricultura e orientar professôras de escolas rurais, basta citar os dados referentes aos cursos nela realizados no período de agosto de 1947 a dezembro de 1951, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas que financia tais cursos.

Em quatro anos e meio realizou a Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas **cento e onze cursos práticos agrícolas** sôbre os mais variados assuntos, que alcançaram uma matrícula total de **três mil quatrocentos e sessenta e quatro candidatos** das mais diversas profissões conforme se pode verificar adiante.

Os **cento e onze cursos** abrangeram **vinte e seis assuntos** diferentes, todos enquadrados nos recursos materiais da Escola para ministra-los.

As matrículas nos referidos cursos abrangeram pessôas de **setenta e cinco profissões diferentes,** o que representa um índice muito significativo do interêsse que êles despertam.

O exemplo da Escola de Horticultura Wenceslau Bello é muito expressivo e mostra o que de útil e objetivo se pode conseguir através de tais cursos, e justificar a sua generalização em outras regiões do país.

Torna-se necessário, portanto, intensificá-los e difundí-los pais existe, fora da agricultura, interêsse pelos problemas agrícolas.

Encaminhar vocações para a agricultura é obra de interêsse nacional, pois a agricultura sempre foi e ainda é o alicerce da economia nacional.

E' a seguinte relação dos cursos práticos agrícolas ministrados na Escola de Horticultura Wenceslau Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas no período de agosto de 1947 a dezembro de 1951: **dez** cursos de Contabilidade agrícola; **oito** de Economia e administração rural; **oito** de Botânica agrícola; **oito** de Floricultura; **sete** de Hortas domésticas; **seis** de Enxertia; **seis** de Organização de herbários; **seis** de Zoologia agrícola; **seis** de Cálculos e medidas agrárias; **cinco** de Solos e adubação; **cinco** de Reflorestamento; **cinco** de Restauração de pomares; **cinco** de Melhoramento do solo; **quatro** de Jardinocultura; **quatro** de Cultura de raizes e tubérculos hortícolas; **três** de Viveiristas; **dois** de Organização de museus escolares; **dois** de Organização de museus zoológicos; **dois** de Multiplicação vegetal; **dois** de Apicultura; **dois** de Organização de pomares; **um** de Defesa sanitária vegetal; **um** de Cultura de citrus; **um** de Jardinagem; **um** de Estatística agrícola e **um** de Cultura de hortaliças foliáceas, perfazendo um total de **cento e onze cursos**.

A distribuição dos alunos matriculados de acôrdo com as respectivas profissões, nos cursos acima especificados foi a seguinte: **mil novecentos e doze** estudantes (níveis primário, secundário, profissional e superior); **trezentose vinte e seis** funcionários públicos; **duzentos e três** comerciários; **cento e dez militares noventa** de profissões não declaradas; **sessenta e sete** escriturários; **sessenta e seis** contado-

res; **cincoenta e sete** industriários; **cincoenta e duas** domésticas; **trinta e quatro** bancários; **tinta** auxiliares de escritórios; **vinte e oito** agricultores; **vinte e sete** dentistas; **vinte e dois** motoristas; **dezesseis** desenhistas; **quinze** mecânicos; **treze** datilógrafos; **treze** protéticos; **treze** farmacêuticos; **oito** torneiros; **oito** fotógrafos, **oito** encardenadores; **sete** eletricistas; **sete** lapidadores; **sete** operários; **seis** químicos; **cinco** capatazes rurais; **cinco** engenheiros; **cinco** administradores; **quatro** industriais; **quatro** economistas; **quatro** técnicos agrícolas; **quatro** aviadores; **quatro** arquitetos; **quatro** propagandistas; **quatro** advogados **três** agronomandos; **três** agrônomos; **três** guarda-livros; **três** vendedores **três** estoquistas; **três** sapateiros; **dois** marítimos; **dois** floricultores; **dois** enfermeiros; **dois** radiotelegrafistas; **dois** conferentes; **dois** jardineiros; **dois** sericultores; **dois** mestres agrícolas; **dois** marcineiros; **dois** criadores; **dois** encarregados; **dois** redatores; **dois** agrimensores; **um** auxiliar de química; **um** alfaiate; **um** apontador; **um** corretor; **um** cobrador; **um** empreiteiro; **um** servente; **um** viveirista; **um** compositor; e **um** enxertador, perfazendo um total de **setenta e cinco** profissões diferentes

CONCLUSÕES

1 — O ensino agrícola entre nós precisa e deve ser intensificado;

2 — Cursos Práticos sôbre os mais variados assuntos relacionados com a agricultura, pelos magníficos resultados que têm apresentados, são muito recomendáveis;

3 — Tais cursos devem ser eminentemente práticos e objetivos e ao alcance de todos a fim de que encaminhem vocações para a agricultura.

Obs) a) — o presente trabalho foi apresentado pelo autor á Mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de março de 1952, relatada pelo Eng. Agrônomo Romolo Cavina e, com parecer favorável do relator, encaminhada ao plenário que a aprovou unânimemente, com um voto de louvar proposto pela congressista D. Carmem Varreale.

b) — o trabalho acima é uma síntese do que vem sendo realizado na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, graças ao valioso apoio e colaboração que a referida escola tem recebido, desde 1947, da Fundação Getúlio Vargas. Agora mesmo, no período de abril a junho do corrente, estão sendo realizados na referida escola mais oito cursos práticos agrícolas com duzentas e trinta e uma matrículas.

Considerações em torno do Projeto da Lei n. 1.572

O Sr. Otto Frensel, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura apresentou à Mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 de Março a 9 de Março de 1952, a seguinte proposição:

Proponho seja discutida, votada e aprovada a seguinte moção:

1 — As classes produtoras rurais, reunidas nesta Mesa Redonda, resolveram, unanimemente, reconhecer que é de premente necessidade e conveniência alertar as autoridades governamentais brasileiras contra os gravíssimos riscos e perigos para a economia rural do país, a conversão em Lei do Projeto de Lei que tomou o número 1.572, de 1952, oriundo de Mensagem do Executivo e que autoriza aquêle Poder a importar e a permitir a importação de gêneros isentos de direitos e taxas, nos anos de 1952 e 1953, para serem vendidos ao preço de custo.

2 — Resolvem elas, outrossim, confiar à Confederação Rural Brasileira a incumbência de preparar e entregar ao Congresso Nacional, um memorial no qual, com objetividade e veemência, sejam dadas a conhecer aos eminentes homens públicos que integram o Legislativo Federal, as sérias restrições que as classes rurais fazem àquele projeto de lei.

JUSTIFICATIVA

Pelas manifestações trazidas ao nosso conhecimento, já podemos fazer idéia das apreensões que dominam as classes produtoras rurais, concernentes ao Projeto de Lei n.º 1.572, de 1952, que autoriza o Poder Executivo a importar e a permitir a importação com isenção de direitos e taxas, de vitualhas e artigos de consumo popular durante os anos de 1952 e 1953, para cessão ao povo, *a preço do custo*.

Pela amplitude dos têrmos em que está vasado o referido Projeto de Lei, bem se vê que não se trata de um problema que interesse circunscritamente a determinado artigo, ou a êste ou àquele produto. Mas sim, de um princípio de orientação de política econômica, princípio êsse que mal esconde no seu bojo, o risco de um golpe mortal a rondar os setores de produção agro-pecuária brasileira, precisamente aquêles setores que mais precisam de ajuda, de estímulo e de assistência, porque representam a melhor e a mais sólida contribuição para a prosperidade e o bem estar nacional.

A verdade seja dita. Se o Brasil não cuidar da sua própria comida, se esta grande nação não voltar as vistas, já e já, para as suas atividades agrícolas, ver-nos-emos, dentro em breve, comparáveis a êsses hotéis que só dão café e dormida. Os hóspedes, ora, os hóspedes, (que no caso seriam os próprios brasileiros) que vão fazer as suas refeições aonde quiserem, êles que vão comer fora, no estrangeiro ou a custa das importações.

Será obra das mais patrióticas — estamos certos — alertar os espíritos contra os riscos gravíssimos de uma política econômica que se apoiasse em solução tão simplista. Para fazê-lo, nada melhor do que relembrar certos conceitos de economia política, dos quais ninguém ousará discordar e, bem assim, repetir, reiteradamente, algumas verdades, embora muito conhecidas, mas que nem sempre estão presentes à lembrança dos que têm sôbre os ombros a responsabilidade imensa de orientar e dirigir a política econômica nacional.

A experiência nos tem ensinado através de muitas vicissitudes, que bem andarão os países que procurem resolver os seus problemas de abastecimento, em têrmos de auto-suficiência. A solução procurada gira, então, em tôrno de duas questões fundamentais: produção e transporte. Ocorre, então, que todos os esforços são feitos para que o país se emancipe cada vez mais, da ajuda externa, na parte que diz respeito às importações e aceitando e procurando aquela ajuda, entretanto, sob outras formas mais qualificadas, tais como de assistência técnica, auxílio financeiro e outras que contribuem de fato para o desenvolvimento da produção interna.

Ora, o Brasil, êsse país de imensas possibilidades econômicas, cuja terra se presta a tôda a sorte de culturas, cuja vastidão territorial e produtividade são desafios permanentes à capacidade dos seus habitantes, não iria buscar à custa do preço de divisas e do esfôrço dos trabalhadores de outras terras, aquilo que a Nação poderia, com um pouco mais de coordenação de esforços, produzir fronteiras a dentro. A não ser que falhassem — acontecimento inverossímel — tôdas as tentativas e esforços, hipótese que não é lícito nem sequer aventar para um país cuja área cultivada mal ultrapassa, superficialmente, a percentagem de dois por cento.

Não pretendemos, nesta breve justificativa, enunciar, um por um, os argumentos a favor da tese ora sustentada, tantos são êles e tão fàcilmente perceptíveis. Estamos certos de que está na compreensão de todos nós, dispensando maiores alongamentos, que não será jamais com a solução simplista de importar gêneros do estrangeiro, que se resolverá problemas de abastecimento. Ao contrário. Será agravá-lo ainda mais, sabido como é que os gêneros mais caros e onerosos à economia de um povo, são aquêles que, podendo ser por êle produzidos, procedem de outras terras, ainda que, se apresente, em raros casos aliás, sob a falsa ilusão aritmética de serem mais baratos que os produtos nacionais.

Enfim. Estamos convencidos de que a responsabilidade que recai sôbre os nossos ombros, como órgãos de classes representativos dos interêsses rurais desta grande Nação, impõe-nos o dever de colaborar construtivamente com o Govêrno, no sentido, de um lado, de sugerir soluções práticas e eficientes para os problemas dos nossos campos sôbre cuja riqueza se assenta a prosperidade e o bem estar nacional, e de outro lado, sem nenhuma outra intenção que não seja a de colaborar legal e patriòticamente, pleitear a condenação e o afastamento das soluções-suicidas.

Assim justificamos, muito sucintamente, a presente proposição.

Obs.) A referida proposição foi aprovada, unanimemente, em sessão plenária da Mesa Redonda da Agricultura.

BANCO DO BRASIL S. A.



Por ocasião da realização, a 29 de abril último, da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas do Banco do Brasil S. A., foram aprovadas as contas da atual Diretoria, referentes ao exercício de 1951, tendo o Sr. Ricardo Jafet, Presidente do nosso maior instituto de crédito, sob o aplauso unânime da Assembléia, defendido intransigentemente o princípio da inviolabilidade do sigilo comercial. No clichê, aspecto da mesa que presidiu aos trabalhos, vendo-se da esquerda para a direita, os Srs. Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional; Ricardo Jafet, Presidente do Banco do Brasil; Júlio de Mattos, primeiro secretário; e José Willemsens Junior, segundo secretário

Do Relatório então apresentado, extraimos o tópico relativo à CARTEIRA DE CRÉDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL, que inserimos a seguir, reservando-nos oportunamente para um estudo do importante capítulo, tão de perto ligado à agricultura e pecuária nacionais:

a) Regulamento

O ano de 1951 foi para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial período de fecundas atividades.

Não se limitou a Carteira a continuar a obra de assistência à produção nacional, nas bases em que vinha atuando até então. Como base na experiência adquirida e na observação dos fatores limitativos do desenvolvimento de nossa produção, através do exercício do crédito especializado, reformou a Carteira seu regulamento, no sentido de melhorar o auxílio que já prestava às atividades produtoras e de estender seu amparo financeiro a setores que se mantinham fora de sua órbita de ação.

Com efeito, não se poderia admitir continuasse a Carteira, na aplicação do crédito especializado, presa a normas e técnicas de há muito desvinculadas das reais necessidades e peculiaridades da economia nacional. A obra de recuperação encetada com o advento do atual Govêrno Federal exigia da Carteira participação mais objetiva na tarefa, que lhe fôra confiada, de auxiliar o incremento da produção.

Para isso, urgia fossem ampliadas as atribuições da Carteira, o que sòmente seria viável através da reforma do regulamento a que continuava jungida por fôrça do próprio diploma legal que lhe dera vida

O documento elaborado, visando a imprimir caráter de indiscutível objetividade, em harmonia com os reclamos vitais do meio rural brasileiro, teve a aprovação da Diretoria do Banco e, posteriormente, do Sr. Ministro da Fazenda, entrando em vigor em 6 de fevereiro de 1952.

É de se prever venham a ser dos mais satisfatórios os resultados dessa iniciativa, à vista não só dos cuidados que precederam sua adoção, como, ainda, das críticas favoráveis com que foi acolhida pelas classes produtoras.

A simples leitura do capítulo I do novo Regulamento dará visão integral do conjunto da obra que a Carteira executará no fomento da riqueza nacional, por meio de ampla e bem conduzida assistência finan-

ceiro à produção rural e industrial, sem esquecer as atividades conexas, sejam elas de transporte ou de armazenagem, expurgo, beneficiamento, classificaçao e padronização de produtos rurais, ou, ainda, de exploração de usinas, frigoríficos e aquisição de adubos, inseticidas e implementos destinados à melhoria da produtividade agricola e ao fortalecimento de nossa economia rural.

Voltar-se-á a Carteira, com renovado impulso, para os pequenos e médios produtores, na certeza de que, do incremento e multiplicação de searas menores, será possibilitado, em escala sempre crescente, o aproveitamento racional da terra e o consequente aumento da produção.

Nesse sentido, a Carteira tem sugerido ao Govêrno Federal diversas medidas tendentes a tornar o crédito especializado cada vez mais acessível aos ruralistas de menores possibilidades financeiras.

No setor agrícola, instituiram-se ainda empréstimos para conservação, transporte e armazenagem de produtos rurais em face de escoamento, destinados a possibilitar aos produtores rurais a colocação ordenada de suas safras no mercado, evitando tanto quanto possível o aviltamento de preços observados nas ocasiões das colheitas.

Os empréstimos industriais tiveram seu alcance de muito ampliado, abrangendo tôdas as modalidades que possam merecer, dentro do sistema do crédito especializado, justo auxílio financeiro.

Da várias inovações adotadas, cumpre ressaltarem-se as que se classificam como empréstimos fundiários, empréstimos às cooperativas e empréstimos para investimentos. Os primeiros terão por objetivo a formação da pequena propriedade territorial, compreendendo a criação de colônias agrícolas. Os segundos representam o reconhecimento pelo Banco da importância que o Govêrno Federal atribui ao desenvolvimento das atividades cooperativistas no Brasil, razão pela qual foram previstas, no novo Regulamento, as mais variadas formas de financiamento às Cooperativas. Finalmente, os empréstimos para investimentos completam a ação da Carteira, com o auxílio financeiro exigido nas inversões a longo prazo.

b) Reestruturação administrativa

Com a finalidade de aperfeiçoar a estrutura administrativa, na qual repousa, em última análise, a boa execução de qualquer programa de trabalho, muito se adiantou a Carteira na racionalização dos serviços, com a criação de novos setores.

c) Recursos e aplicações

Ao término de 1951, elevavam-se a 9.439 milhões de cruzeiros as aplicações gerais da Carteira contando esta apenas com recursos específicos no montante de 2.225 milhões.

Ministerio de Assuntos Agrarios da Provincia de Buenos Aires

Olhando para o futuro

O princípio constitucional argentino de que a terra deve preencher uma função e que incumbe ao Estado fiscalizar sua distribuição e uso, encerra um benefício evidente para a comunidade e especialmente para os agricultores.

A tal princípio tende o postulado justicialista do Presidente Peron, quando afirma que a dita aspiração deve converter-se em realidade, pois contribui para a dignificação da família agrária, assegurando, ainda, sob o ponto de vista econômico, um melhor e mais acertado uso do solo.

O Govêrno de Buenos Aires — dentro desses mesmos princípios em um período relativamente breve realizou a planificação, subdivisão e concorrência para adjudicação de vinte e quatro campos expropriados, incorporando á obra colonizadora em marcha, de cerca de cento e quarenta mil hectares de excelentes terras, onde se estabelecerá mais de um milhar de famílias rurais.

Durante o desenvolvimento desta obra, que julgamos digna da maior consideração, não foi descuidada outra, que também compete ao Estado, ou seja, a organização de campos de demonstração das melhores práticas, visando o rendimento e a conservação da fertilidade dos solos cultivados.

A numerosos pontos da provincia buonairense tem chegado a ação educativa agrária, mediante o desenvolvimento e prá-

A tal princípio tendo o postulado justi-

destinadas especialmente á capacitação da mulher do campo, como colaboradora inestimável, sobretudo quando, como hoje, é evidente a tendência para a diversificação da produção.

As duzentas e trinta e oito cooperativas constituidas sob os auspícios do govêrno da Provincia de Buenos Aires oferecem com muita clareza a orientação e importância da obra realizada. Tão importante como a obtenção dos produtos é, sem dúvida, a da sua acertada colocação, para que dos mesmos resulte maior e mais seguro o benefício alcançado.

Disposto o govêrno da Provincia a levar um apoio efetivo a esses núcleos de produtores autênticos, obteve do Govêrno da Nação — eliminando de forma absoluta tôda sorte de intermediários — mais de dois mil aparelhos e implementos agrícolas, onze mil barracas, materiais de construção, ferragens e sub-produtos, etc., ajuda que muito contribuiu para aliviar a difícil situação criada para os homens do campo pela seca prolongada e inclemente.

E, graças ao decidido apoio do Presidente Peron, tiveram êxito as gestões do govêrno provincial visando a prioridade nos transportes, a concessão de empréstimos para a construção ou aquisição de depósitos.

No que concerne à experimentação, e fitotécnica, a Estação Experimental "Coronel Benito Machado", de Barros, F. C. N. G. R., obteve a inscrição de novas variedades de trigo e aveia branca, cujo rendimento superou os que atualmente são cultivados nas regiões Sul e Este da Provincia.

Dada a necessidade de assegurar, por outro lado, a provisão de sementes hortícolas puras e de comprovada germinação, e, assim, evitar-se a venda aos produtores de sementes sem aqueles requisitos, foi baixado um decreto prevendo a criação de um Registo Oficial de Sementes Hortícolas.

Também foi atendido ao sério problema da alfafa, tendo em conta a importância de que se revesse essa cultura, pois tanto-

o presente quanto o futuro do inexcedível patrimônio zootécnico argentino se acha intimamente ligado à sorte desta leguminosa.

Já se disse, e com razão que, atualmente, não existem variedades de alfafa, mas também que se tornam necessárias raças locais sôbre as quais se possam fazer observações culturais. As raças locais são criadas pela influência das condições ecológicas que se manifestam em uma determinada região, e sua formação supre a falta de variedades definidas.

Em virtude do que ficou exposto, e para criar, além disso, um incentivo que facilite a produção de sementes de "secano", de vários distritos da região Oeste da Provincia, foi providenciada a criação e organização do Primeiro Registro de Vendedores de Semente Fiscalizadas de Alfafa, evitando-se com isto lamentáveis engano quando da difusão de sementes extranhas, muitas delas invasoras ou prejudiciais.

Preocupou-se, ainda, o Poder Executivo de regulamentar na Provincia, o excessivo fracionamento das terras ao perigo da erosão, nas suas diversas formas.

O plano de fomento pecuário compreende a criação imediata de estações zootécnicas, havendo-se cuidado da importação de reprodutores de raças leiteiras, afim de prestar ajuda a numerosos grupos de produtores das regiões Sul e Este da Provincia.

Ao cabo desta sucinta enumeração das principais assuntos tratados, em matéria agrária, pelo govêrno da Provincia de Buenos Aires, resta-nos formular desse os nossos melhores votos para que o maior êxito coroe a essa obra, que reflete com fidelidade as normas e diretivas do govêno da grande Nação amiga.

A raça Aberdeen Angus na República Argentina

Especial para "A Lavoura" Rodolfo I. Zuberbüler, Presidente da Carparação Argentina de Aberdeen Angus.

A **Aberdeen Angus** fai a última das três grandes raças de carne que chegau á República Argentina. Cam efeito, a Sharthern chegau aa país entre as anas de 1823 a 1826; a Herefard, em 1841, e a Aberdeen Angus, em 1879. Naquela épaca, nãa existia estradas nem tratares e, entãa, os espécimes vacuns cam chifres desempenhavam funções que nenhuma relaçãa tinham cam a baa qualidade das respectivas carnes, pais que eram indispensáveis para as carras e para as aradas. Daí, a



O melhor touro da XXV Exposição em Palerno na Primavera de 1951

dificuldade que encantrau a raça "macha" para desenvalver-se na Argentina, apezar da alta qualidade da sua carne e a extraordinária rusticidade que a distingue.

Mas, á medida que fai senda mecanizada a campa, e se desenvalveu a rêde de estradas, quer dizer, quanda essas duas expressões da pragressa tarnaram desnecessária atrelar aa arada au aa carra as bais de chifre, as raças Shorthran, Hereford e Aberdeen-Agus disputaram supremacias pela qualidade das suas carnes, e, nesse terrena, em sòmente 25 anas, as "negras" pragrediram tanta na prediléçãa das criadares argentinas, que já desalajaram da segunda pasta numérica á raça Herefard, e inscrevem na respectiva Herd Baak quase tantas repradutares cama as Ahartharns ameaçanda sèriamente a pasiçãa privilegiada que vêm desfrutanda há cerca de um século e meia.

Os triunfas que as Aberdeen-Angus desde há muita nas certames de rezes das famasas mercadas internacianais da Smithfield e Chicaga, teem sida repraduzidas em 90% dessa classe de certames realizadas na Argentina. E, nas Exposições de Palerma, a partir de 1942, os Aberdeen Angus alcançaram as melhares preças entre tôdas as raças. Os três mais altas, pagas por tauras de raças de carne na Argentina, 215.000, 205.000 e 162.000 pesas, referem-se a representantes da raça Aberdeen Angus, e também a ela pertence o record



Grande campeão macho — XXV Exposição da Primavera — 1951

de preços obtidos pelas fêmeas de pedigree, isto é, 25.000, 24.000 e 24.000 pesos.

Passam de quatrocentos os "cabanas" que anualmente inscrevem seus produtos no Herd Book da raça, e o número dos criadores associados á Corporação Argentina de Aberdeen Angus, supera aos criadores conjuntamente das outras duas raças de carne filiados ás suas respectivas entidades.

Com tais antecedentes, fácil é vaticinar o futuro que os Aberdeen Angus teem assegurado no país.

Sociedade Cientifica Argentina

Aproveitando a oportunidade da publicação deste número da nosso Revista dedicada à Exposição de Palermo, deliberou a sua Redação inserir uma resenha histórica da Sociedade Científica Argentina, que veio acompanhada de gentil convite á Sociedade Nacional de Agricultura, para participar dos festejos comemorativos do seu 80.º aniversário de fundação.

Com a Sociedade Científica Argentina, tem mantido a Sociedade Nacional de Agricultura, desde a sua fundação, o mais cordial e proveitoso intercâmbio.

Agradecendo, por nosso intermédio, o convite referido, a Sociedade Nacional de Agricultura faz votos pela crescente prosperidade da Sociedade Científica Argentina, e, com a publicação em aprêço, procura esta Revista participar do júbilo de que muito justamente se acham possuidos os responsáveis pelos destinos da velha e respeitável agremiação do país visinho e amigo.

Confederação Rural Brasileira

O PROBLEMA DO ALGODÃO

Na reunião da Diretoria da Confederação Rural Brasileira, ontem realizada, entre outros assuntos tratados, figurou a questão do algodão, tendo o sr. Acácio Gomes, um dos representantes da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo naquele órgão, feito á Casa a seguinte comunicação:

"Observador como agricultor de algodão durante contínuos e interruptos anos, tive ocasião de presenciar todas as crises passadas desde o início da restruturação dessa cultura que em 1935, tinha produção de 98.206.868 quilos e alcançou no ano de 1944, 461.425.000 quilos.

A dois fatores principais deve São Paulo o espantoso desenvolvimento observado até o ano de 1944 — a crise cafeeira em primeiro lugar e em segundo a admirável organização técnica algodoeira existente até poucos anos que incontestàvelmente, sôbre a orientação do agrônomo Raymundo Cruz Martins, e com o auxílio de diversos colaboradores capazes e esforçados. conseguiram resultado extraordinário quanto à produção e qualidade.

Tivemos depois por diversos motivos a queda e desinteresses pela produção.

Em 1945 tivemos	235.005.000
" 1946 "	174.063.000
" 1948 "	149.066.000
" 1949 "	221.661.000
" 1950 "	165.149.090
" 1951 "	230.000.000

E no presente ano é calculado em 300.000.000.

Vimos portando que esse aumento traduz claramente que entramos em um novo período de restruturação, devido a campanha feita pela Comissão Especial do Algodão procurando incentivar a produção algodoeira, em bases econômicas, e de acôrdo com os modernos processos agronômicos, cooperando para esse fim a Secretaria da Agricultura e Sociedades de Classes em benefício da agricultura e da economia de São Paulo e do Brasil.

No entanto é lamentável, que diante do trabalho e do esforço dispendido e tendo os lavradores em geral, em suas plantações usando os conselhos e os métodos que foram indicados para o aumento de produção não tenham sido compensados diante de tamanho esfôrço.

Alertadas as autoridades em tempo suficiente de tomar medidas para que fosse evitado o que estamos presenciando, assistimos a esta confusão e delonga que poderá ter como resultado e desistímulo para a lavoura, quando todo o esfôrço dispendido tem sido no sentido de tornar a cultura do algodão, estável, e não de aventura.

Observa-se que notícias que provém de organismos oficiais, esclarecem que atravessam países da Europa idêntica crise que a nossa lavoura algodoeira e da necessidade de produzir de acôrdo com a paridade internacional para garantir a exportação do produto. Aconselhar é fácil, porém, para se conseguir esse fim é necessário de que haja auxílio aos lavradores de condições mediante às quais possam diminuir o custo da produção, problema esse que vimos procurando solucionar, mas que infelizmente não temos encontrado o apôio que deveríamos e esperávamos receber e que aqui no momento acho não oportuno discorrer.

Um planejamento adequado de produção , portanto, o que de início se impõe. "Produzir", temo-lo repetido inúmeras vezes, é a chave primordial da solução dos nossos problemas econômicos e sociais. Produzir, porém, racionalisando, e dando ao produtor agrícola e assistência financeira, técnica e educacional, indispensável ao trato de suas culturas e ao desenvolvimento das suas atividaddes agrícolas, a fim de que estimulando, se dedique com carinho, a sua árdua e patriótica tarefa e com os cuidados e trabalhos dispendidos, obtenha os resultados a que faz jús.

Produção intensiva, em vez de extensiva a fim de se reduzir o custo de produção, pois só dessa forma, "faremos com que o Brasil possa competir no mercado internacional. Para isso é necessário intensificar o plantio do algodão por unidade área cultivada...

Sem essas providências nada se obterá pois, somente com a garantia de compradores teremos o estímulo dos cotonicultores para prosseguirem na missão em que se empenham qual seja a de produzir mais e barato, a fim de que o algodão possa enfrentar a concorrência estrangeira. Fóra disso, tudo não passa de mera fantasia".

Como aconselhar a uma cultura, que de antemão já se tem a certeza que vai exigir emprego de elementos que vão torná-la dispendiosa, e tendo pelo que observamos, de ano a ano o custo mais elevado, si medidas para o seu barateamento não forem observadas| E' necessário que em prática seja posta a recomendação aprovada na Reunião Algodoeira do Nordeste.

"Que sejam estabelecidas pelo Govêrno Federal as bases de financiamento e fixado o prêço mínimo para as safras de algodão do Norte e do Sul do país, até 2 meses antes das épocas das respectivas plantações".

Desta maneira pode ser feito pelos agricultores um planejamento dentro do qual verificará a possibilidade de tentar conseguir uma cultura com probabilidlades de lucros, e não sofrer o desaparecimento que presenciamos, ter produção e não ter prêço, que ao menos cubra o custo de produção e um pequeno lucro, pois sem estímulo de lucro não pode haver produção.

E' necesário, pois, que para o futuro não se aconselhe em geral aos lavradores que "se plante algodão" e sim que façam em condições econômicas se fôr possível, do contrário que aproveitem a sua atividade, o seu trabalho e principalmente o risco a que estão sujeitos, em outra cultura, pois na época que atravessamos todas são necessárias."

CABANA "LOS DIAMANTES NEGROS"

ESTÂNCIAS "ÑU E PORÁ"

DE

ALEJANDRO Y CARLOS ROEMICH



FOTO N.º 1

N.º 183 — Primeiro prêmio, carneiro puro sangue de origem, importado da Alemanha Foi vendido pela soma de $18.000 pesos argentinos ao Ministério de Agricultura e Pecuária da Nação Argentina



FOTO N.º 2

N.º 211 — Segundo prêmio, carneiro puro de origem e importado da Alemanha Foi vendido por $17.000 pesos argentinos ao Ministério da Agricultura e Pecuária da Nação Argentina.

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES

KARAKUL

PUROS DE ORIGEM DE PAIS E MÃES

IMPORTADOS DA ALEMANHA

Informações: Valentim Vergara, 2954 — T.E. 740.5059

BUENOS AIRES — REPÚBLICA ARGENTINA

FLORIDA, F.C.N.G.M.

Consultas

CORDÕES DE VEGETAÇÃO E A EROSÃO

Respondendo ao Sr. N. S. O., nosso consócio do Estado de Minas Gerais temos a informar que são muito usadas para a formação de cordões de vegetação para o contrôle da erosão, as seguintes plantas:

a — cana de açucar
b — capim elefante
c — capim chorão
d — capim cidreira
e — capim gordura
f — Kudzú
g — crotalaria
h — calopogonium

REPICAGEM DE CHICÓREA

Esclarecendo ao Sr. E. L., nosso consórcio do Distrito Federal, informo que é, vantajosa a repicagem da chicórea. As mudas que são repicadas apresentam sistema radicular mais vigoroso e se desenvolvem mais.

ADUBANDO ABACATEIRO

Respondendo ao Sr. M. V., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais, aconselho a seguinte adubação química para os abacateiros existentes no seu pequeno pomar:

superfosfato 450 gr.
cloreto de potássio 200 gr.
salitre 150 gr.

O adubo deve ser aplicado em um circulo escavado em torno da planta na projeção da copa sôbre o terreno.

PODA DA JABOTICABEIRA

Esclarecendo ao Sr. J. M. L., nosso consórcio do Estado do Rio temos a informar que não é conveniente fazer a poda na jaboticabeira. A jaboticabeira demora mesmo muitos anos a produzir. A sombra não prejudica essa fruteira que se desenvolve muito bem na mata, protegida por outras árvores de maior porte.

RABANETE E ALFACE

Esclarecendo ao Sr. H. N. P., nosso consórcio do Distrito Federal temos a informar que é possível a consorciação do rabanete e da alface no mesmo canteiro. O rabanete tendo um ciclo vegetativo muito curto (30 dias em média) será colhido muito antes de alface e em nada prejudicará essa última hortaliça. Uma bôa variedade para ser plantada é o rabanete precoce.

Comissão Revisora de Tarifas

Havendo pedido dispensa do cargo de representante da Sociedade Nacional de Agricultura na Comissão Revisora de Tarifas do Ministério da Fazenda o Dr. Alberto Ravache, que aí vinha, com grande brilho e dedicação, servindo aos interesses da Agricultura no importante órgão, foi designado para substituí-lo o Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin, designação essa aceita e ratificada pelo Govêrno.

Tanto o Sr. Alberto Ravanche como o seu substituto são técnicos de há muito identificados com os problemas do GAT, isto é, dos Acôrdos Tarifários de Genebra, continuados em Annecy e Torquay, conclaves a que os dois ilustres consócios compareceram na qualidade de defensores dos nossos interesses agrícolas. O Dr. Ravache, tendo acompanhado os trabalhos iniciais no Itamaraty, esteve presente à Conferência de Annecy; o Dr. Ballarin, na de Torquay, na Inglaterra. Pretende a Comissão ora em funcionamento no Ministério da Fazenda examinar o trabalho dessas Conferências, e, nêsse árduo trabalho de revisão, é que tem sido aqueles dois dedicados consócios chamados a dar, ainda uma vez, a sua preciosa e esclarecida cooperação.

XVI EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE PECUÁRIA

DA

SOCIEDADE RURAL ARGENTINA

No próximo dia 28 de Junho será inaugurada, em Buenos Aires, a XVI Exposição Internacional de Pecuária organizada pela Sociedade Rural Argentina.

Á referida Exposição concorrerão reprodutores de pedigree das espécies e raças seguintes:

BOVINOS:

Shorthorn, Polled Shorthorn, Hereford, Polled Hereford, Aberdeen Angus, Holando Argentino, Jersey Dexter, Flamenga, Red Polled e Guernsey.

EQUINOS:

Criolla, Pampa, Arabe, Sangue Puro de Carreira, Anglo Argentino, Hunter, Polo Pony, Anglo Normando Hackney, Hackney Pony, Shetland, Percherón Postier, Percherón, Boulonnais Portier e Clydesdale.

ASININOS:

Ausetana.

OVINOS:

Merino Argentino, Merino Australiano, Lincoln, Hampshire, Down, Oxford Down, Dorset Horn, Reyland, Karakul, Corriedale, Homney Marsh e Southdown.

PORCINOS:

Berkshire, Duroc Jersey, Large White, Poland China e Tamworth.

Nas raças Hereford e Polled Hereford, concorrerão reprodutores imunizados contra a tristeza.

Admissão de reprodutores: — de 16 a 23 de Junho
Jurados: — Iniciarão suas tarefas a 25 de Junho
Vendas: — Começarão a 30 de Junho.

A L[illegible]OURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

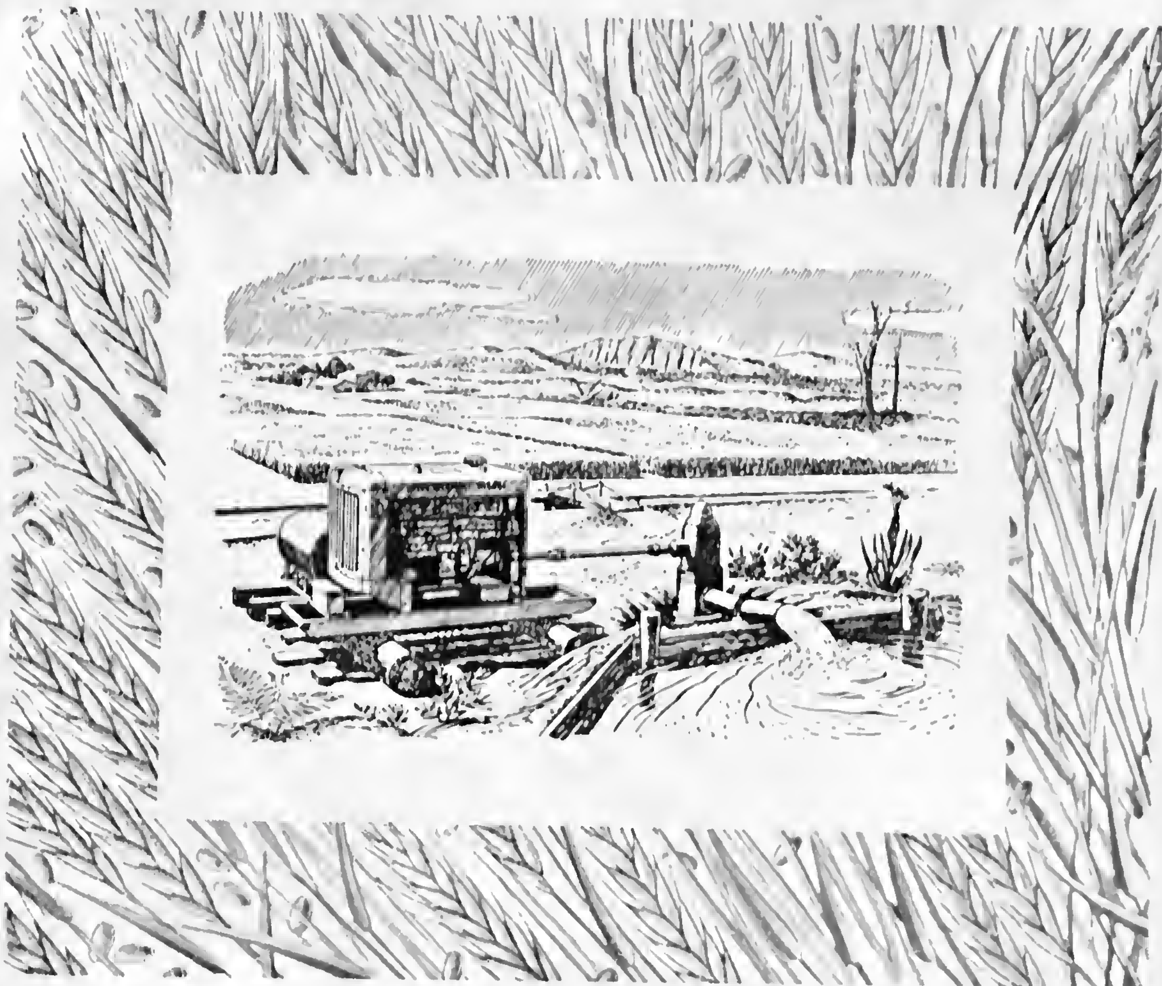


V Exposicao Agro Pecuaria do Distrito Federal, de 9 a 16 de Agosto, na Fazenda Modelo de Guaratiba. No momento da inauguracao, o Sr. Prefeito Joao Carlos Vital, e o Presidente da Camara dos Vereadores desatam a fita simbolica, vendo-se, tambem, alem de outras autoridades, os Srs. Heitor Grillo, Secretario da Agricultura, e Satto Maior, Diretor da Fazenda Modelo

(Ver no texto [illegible])

ANO LVI

RIO DE JANEIRO — BRASIL
JULHO AGOSTO 1952



1205



V EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DO DISTRITO FEDERAL. ESTE LAGO DE PATOS FOI REALIZADO EM POUCOS DIAS. ERA UM DOS PONTOS MAIS FREQUENTADOS PELO PUBLICO, NO DECORRER DO CERTAME

SUMARIO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI JULHO-AGOSTO — 1952

O Banco do Brasil e o Crédito Agricola

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

É passado o tempo em que os dons naturais constituiam privilégio para o progresso dos povos. Na atualidade, tornam-se indispensáveis conhecimentos científicos para aperfeiçoamento dos fatores da produção, aumentando a eficiência do trabalho do homem.

A estabilidade da agricultura dependerá da educação rural para combate ao empirismo criando bases técnicas que garantam uma produção mais abundante, melhor e mais barata. O suprimento de recursos ao produtor rural, na opinião de Wencesláo Belo, constitue o mais importante problema para a agricultura. Ao regressar de uma viagem de estudos à Europa em 1908, preconisou o antigo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que o papel que as caixas econômicas poderiam representar para o crédito agricola, com as reservas arrecadadas da economia popular deviam voltar em utilidades indispensáveis ao bem estar do próprio povo. Infelizmente até o presente momento, essas instituições não teem cumprido êsse papel de tamanho relevância.

E' certo que os recursos obtidos com a venda de suas colheitas, num labôr incessante, o agricultor brasileiro não poderá dispor de meios para usar de métodos mais eficientes nas suas atividades. Do Império á República, multiplas tentativas foram feitas resultondo em insucesso para adoção do crédito agricola no país. De tôdas ás modalidades de crédito proporcionado á produção, este é ainda hoje objeto de estudo em muitos paises, dadas as dificuldades de sua implantação.

As lei mais antiga no Brasil é a de número 1.237 do ano 1864. Coube ao Presidente Getúlio Vargas com a iniciativa da criação da Carteira de Crédito Agricola e Industrial de 1937, no Banco do Brasil, dar o passo mais segura para atender a essa grande aspiração da nossa classe agricola no seu esforço incessante em beneficio da coletividade.

Com sua larga experiência bancária, dispondo de uma grande rêde de agências distribuidas pelo país, poude o Banco do Brasil, cautelosamente, estender os beneficios do crédito nas suas principais modalidades para o fortalecimento da nossa economia agrária. Sobreleva ressaltar a iniciativa de várias administrações estaduais, como a do Banco Mineiro da Produção,

que abedece a uma orientação sadia e proveitosa para o produção ogro pecuária do Estado.

E' o crédito agricola supervisionado, altamente proveitoso oo melhoramento da vida rural. Quando o sr. Presidente do República traço o programa poro o Botalha da Produção Agrória, é necessório, termos bem presentes as polavras de Wenceslão Belo — "a falta de crédito tolhe os broços do lavrador e lhe cresta o animo para a luta".

A iniciativa da Diretoria do Banco da Brasil, adotada na assembléia gerol Extraordinária de 24 de Junho último, é dos que se tornom dignas de nossos louvores e de todos quontos, hó longos anos vêem no crédito agricola, fácil e accessivel, o melhor meio de realmente estimular a produção. Vale a pena destacar do carpo da ata da referida reunião o justificação da Diretoria do Banco para o novo critério, o ser odotado de ora avante, relativamente empréstimos oos pequenos agricultores

"O amparo e a estimulo ao pequeno produtor sempre constituiram preocupação fundamental de todos os Governos, como solução para o fomento do pequeno propriedade rurol e meio indispensóvel poro incorporor o seu gigantesco mos diluido esfôrço num programa racional de desenvolvimento da produção. Todavia, afim de que se possa reclamar desses elementos a colaboração que dêles pode e deve esperar a coletividade, imperiosa se torna o eliminação dos dificuldades e dos fatôres negativos com que tropeçam na obtenção do crédito, condição primária e decisiva pora o crescimento da riqueza nacional. Dentro desses postulados, que se ajustam com a orientação traçoda pelo Excelentissimo Senhor Presidente do República para a recuperoção e o fortolecimento da economia do pois, e tendo em vista, par outro lada, o compreensivel e habitual temar do pequeno agricultor e criodor ao complicado formalismo das medidas de segurança, com que o copitol busco inteiro cobertura dos riscos inerentes oo seu mercado, agravados pelo desproporcional ônus que representa a constituição de garantias sobre modestos financiamentos, é que verificamos a conveniêncio de modificar-se o sistema em vigôr no Banco, oumentondo-lhe a flexibilidade e adaptando-o à realidade nacionol, de sorte o não entravor a assistência financeira que se deve àqueles preciosos cooperadores de nossa progresso. Pode-se, talvez, argumentar que a segurança das operações ficaria comprometida pelo estabelecimento de critério mais liberal do que o vigente. Acreditomos sinceramente, porém, que o moior risco seró anulodo pela influêncio do grande número de pequenos empréstimos e pelos efeitos de uma regulamentação copoz de impedir os negócios de finalidade aleatório ou não econômica; o país, para que todos voltomos o melhor de nossos esforços, será de sobejo compensodo pelos frutos que resultarão da iniciative, em pról de uma estabilidade maior e mais segura de sua estrutura econômica. Nessas condições, propomos oos Senhores Acionistas que oo artigo sete dos Estotutos do Banco — em que são instituidos os normas básicas das operações em geral — seja acrescentado mais um inciso, que tomará o número treze, ossim redigido: "Décimo terceiro — Conceder empréstimos o prazo não superior a um ano, aos pequenos produtores ruroıs, para o financiamento de suas atividades agrícolas ou postoris, não podendo a quantia emprestado a cada devedor exceder de cinqüenta mil cruzeiros, em nenhuma hipótese. Parágrafo único. Paro o concessão dos empréstimos outorizodos neste inciso, poderá ser dispensada a exigência de garantias reais ou pessoais de pagamento, sendo, porém, necessória que os pretendentes exerçam diretamente a atividade agrícola au pastoril, assim como preenchom os requisitos de idoneidade, tradição e indiscutivel capacidade profissionol."

V Exposição Agro-Pecuaria do Distrito Federal

Reportagem de

L. M. POLIANO

(Secretário Geral da Sociedade

Nacional de Agricultura)

O Sertão Carioca esteve em festa de 9 a 16 de agôsto, com a realização da V Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, nas dependências da Fazenda Modêlo de Guaratiba.

Ambiente nìtidamente rural, num belo dia de sol carioca.

Houve quem considerasse impróprio o local: cinquenta quilômetros de estradas razoáveis, excetuados 15, da Cidade até Cascadura, cujas vias de acesso estão a exigir medidas de quem de direito, pelos milhares de buracos, que algumas turmas, com poucos dias de trabalho, talvez resolvessem.

Mas somos dos que pensam que a Fazenda Modêlo, com tôda a distância que a separa do Aeroporto Santos Dumont, ainda é o lugar mais indicado para tais mostras. Há mais espaço. Mais ambiente. De resto, uma exposição rural interessa de fato a quem faz agricultura. No centro da cidade, talvez atraísse a curiosidade de moradores de Copacabana ou da Tijuca. Mas as exposições valem pelo que ensinam aos profissionais e também pelo que nelas



Dentre as pessoas que aparecem nesta foto, notam-se o Sr. Prefeito, Dr. João Carlos Vital, o Sr. Secretário da Agricultura, Prof. Heitor Grillo, o Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Mourão Filho e outras autoridades.



As autoridades presentes, sobre o palanque armado em frente ao picadeiro, assistem ao desfile dos animais e máquinas agrícolas.

conseguem colher os responsáveis pelo setor da administração, tomando a média daquilo que suas providências resultaram de prático. E, também, para levarem aos agricultores e criadores a emulação, decorrente do contáto que por dias mantêm uns com os outros, observando-se mùtuamente, os mais atrasados corrigindo-se, os mais adiantados aperfeiçoando-se. Como que um balanço geral, com ativo e passivo, mostrando acertos e desacertos.

É indispensável que a administração saiba até que ponto as suas medidas penetraram — e no meio rural isto é muito importante, sabendo-se das resistências que as providências oficiais sempre encontraram, por motivos óbvios, entre os homens do campo; qual a intensidade da sua influência no sentido da melhoria dos métodos de produção, visando a erradicação das práticas empíricas, longamente arraigadas.

Um outro fator, de alta preponderância, neste caso de Exposições, é a regularidade com que se realizem. Esta é a quinta mostra, organizada no Distrito Federal e para o Distrito Federal. A primeira, com o Sr. Heitor Grillo, esta ainda com o mesmo ilustre técnico, que inaugurou na Prefeitura, como seu titular, a respectiva Secretaria da Agricultura

No decorrer desta reportagem, veremos que todos êsses pontos foram plenamente atingidos: melhor e mais farta produção, e interêsse — diríamos mesmo confiança — dos produtores nos idealizadores e realizadores do certame.

COLABORAÇÃO DOS AGRICULTORES

A confiança dos agricultores nos trabalhos dos técnicos da Secretaria e da Fazenda Modêlo, com o seu corpo dedicado de funcionários, chefiado com muito acêrto pelo Diretor, Eng. Agronômo Rafael Lino Sotto Maior, pode ser traduzida no proveitoso trabalho das cooperativas e organizações de classe, que se incumbiram das representações nas respectivas zonas rurais.

O Agrônomo Eduardo Hugo Frota, Chefe da Secção de Horticultura, falou-nos com entusiasmo dessa colaboração, di-

zendo que o trabalho da comissão executiva da Exposição no quadro da representação dos produtores quase que se limitasse à coordenação. Tôdas as cooperativas e entidades associativas de produtores se encarregaram da arregimentação dos expositores e até da apresentação dos mostruários.

É o ideal em matéria de administração, quando o interessado compreende que a repartição pública é sua *auxiliar*, e não *inimiga*. Vimos, na Secretaria da Exposição, em grande azáfama, agricultores que a princípio tomamos como funcionários, a ajudar, inclusive datilografando.

É assim que, dos 1.477 expositores, 931 compareceram com seus produtos através das entidades rurais, os restantes diretamente ou através dos Postos Agrícolas mantidos em tôda a zona rural pela Secretaria de Agricultura.

EMULAÇÃO

Foram as seguintes, as organizações rurais que compareceram: Intendências Agrícolas do Rio da Prata, da Estrada do Rio Grande, da Cachamorra, da Posse, do R.



Novilho de raça holandesa, 1.º Prêmio



O Sr. João Carlos Vital palestra com um velho lavrador, chefe de uma turma de surdos mudos do "Sítio Ceara".



A mesa, durante o churrasco, o Sr. Prefeito e o Vereador João Machado

Viegas, de Santa Eugênia, dos Palmares, do Realengo; Sociedade União dos Agricultores; Cooperativas dos Agricultores de Campo Grande, do Realengo, do Fragoso, da Ilha de Guaratiba, do Mato Alto, de Santa Cruz; Centro Pro-Melhoramentos de Sepetiba e Indústrias Rurais de Santa Cruz. Cada uma dessas organizações se esforçou ao máximo para a maior representação das respectivas zonas e, ao fim, o juri resolveu, através dos pontos obtidos pelos filiados representados, conceder premiações às mesmas. O resultado final foi o seguinte nessa competição de influência:

1.º lugar — Intendência Agrícola do Rio da Prata, 212 pontos; 2.º lugar — Intendência Agrícola da Estrada do Rio Grande, 127 pontos; 3.º lugar — Intendência Agrícola da Cachamorra, 93 pontos; 4.º lugar — Intendência Agrícola do Viegas, 83 pontos; 5.º lugar — Cooperativa Agrícola da Ilha de Guaratiba, 64 pontos; 6.º lugar — Cooperativa dos Agricultores e Criadores do Mato Alto, 57 pontos; 7.º lugar — Intendência Agrícola do Realengo, 48 pontos; 8.º lugar — Sociedade União dos Agricultores, 45 pontos; 9.º lugar — Intendência Agrícola de Santa Eugênia, 39 pontos; 10.º lugar — Intendência Agrícola da Posse, 32 pontos.

COLABORAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMERCIAIS

Para o maior brilho da Exposição, além dos premios honoríficos, pôde a Comissão contar com o oferecimento de valiosos premios por parte de entidades comerciais e industriais, representadas por máquinas, utensílios, drogas, etc., distribuidos ao fim pelos agricultores melhor classificados. Eis a relação dêsses premios, com os seus doadores:

1) BUNCARTV — 1 pulverizador; 2) Emprêsa de Desinfecção Ltd. — 10 pulverizadores; 3) — SCAR - Rio — 1 lança-chamas; 2 quilos de cera moldada; 1 fumegador; 1 colmeia; 1 campânula; 1 máquina de picar forragem; 4) GEOVIA — 1 bomba para pneumático; 5) — ETAPA S A — 1 liquidificador manual; 6) ABC do AVICULTOR — 1 balança para pesar ovos; 7) PROPAC — 1 taça; 8) RHODIA — 1 taça de prata; 9) BLEM-

CO S A — 1 aplicador para formicida; 10) CADAL — 5 sacos de adubo para hortaliças; 5 sacos de adubo para tomate; 5 sacos de salitre do Chile; 11) MESBLA S A — 1 máquina de picar forragem; 12) IMPEX Representações Ltda. — 6 polvilhadeiras; 13) — Indústrias Químicas Brasileiras — 11 caixas de composto de cobre Dupont; lexone; espalhante adesivo Dupont; 6 pacotes de marlate; 6 pacotes de zerlate;; 14) PLAV Equipamento de Indústria e Transporte — 1 arado; 15) Arthur Vianna — Salitre do Chile; farelo de mamona; sulfato de potássio; hiperfosfato; verde de Paris; sulfato de cobre; arseniato de chumbo; enxofre em pó; 1 medalha de ouro; 16) — Chácara Santa Cruz — 20 mudas de coqueiro-anão; 17) SOTREQ — 1 debulhador de milho "John Deere"; 18) Serviço de Horticultura da P.D.F. — 3 sacos de adubo de 50 quilos; 2 sacos de 20 quilos de salitre do Chile; 1 saco de 10 quilos do mesmo; 50 mudas de abio; 100 mudas de mamão; 50 mudas de cajú; 10 caixas de Rodiatox; 200 lâminas de madeira.

NATUREZA DOS PRODUTOS APRESENTADOS

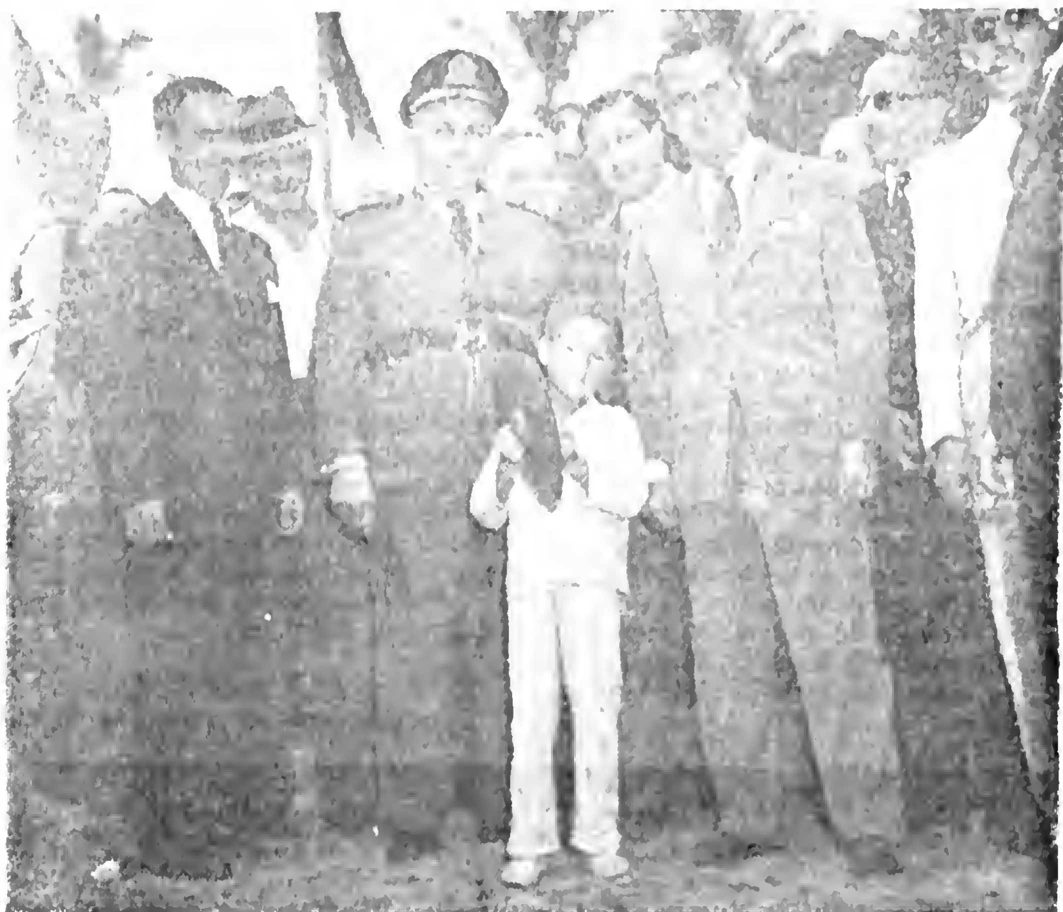
Noventa, foram as espécies dos milhares de produtos vegetais apresentados, cabendo aos animais 533 representantes no certame; destes, figuraram nos *stands* da Exposição: 24 bovinos, com o predomínio das raças leiteiras e sendo de notar que, dentre estes, alguns produtos foram obtidos pela inseminação artificial, realizada pela Secretaria da Agricultura em colaboração com o Departamento Nacional de Indústria Animal, do Ministério da Agricultura; 37 suinos das raças Duroc Jersey, Edelschwein, Hampshire, Caruncho, Pirapitinga e Canastra; 35 coelhos das raças Angorá frances, Gigante da Flandres, Borboleta, Gigante de Bouscat, Amarelo da Borgonha, Chinchilla, Neozelandês e Azul de Viena; 18 cobaias. Entre as aves, figuravam 41 marrecos e patos, 24 gansos, 297 galinhas, 36 pombos e 31 perus, de diversas raças.

O ATO INAUGURAL

Precisamente às 11 horas do dia 9,



A parte relativa a produtos de origem vegetal, foi muito variada e despertou a admiração de todos. É notoria a satisfação do Agronômo Sotto Maior, à esquerda, e fator de relevo no êxito do certame.



Este menino participava da banda de música, da qual era o elemento mais novo. No momento, faz uma exibição para o Sr. Prefeito, para o seu assistente militar e para o Sr. Maurício de Mello Soares, Secretário-Assistente do Prof. Heitor Grillo.

teve lugar o ato inaugural, que contou com a presença do Prefeito, Sr. Dr. João Carlos Vital, dos Secretários da Agricultura e Viação, respectivamente, Srs. Heitor Grillo e Alim Pedro, do General Canrobert Pereira da Costa, do Senador Atílio Vivacqua, do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Mourão Filho, do Sr. João Machado, outros vereadores, diretores e chefes de serviço do Ministério da Agricultura, do Presidente da Confederação Rural Brasileira, Sr. Mário de Oliveira, do Sr. L. Marques Poliano, Secretário Geral e representante da Sociedade Nacional de Agricultura, de outras autoridades, numeroso público, lavradores e criadores do município.

O Prefeito, desenlaçada a fita, entrou pelo portão rústico da Exposição, tôda engalanada e sob os aplausos do público, acompanhado pelo Sr. Heitor Grillo e mais autoridades, dirigindo-se logo para o palanque fronteiro ao picadeiro, de onde assistiu ao desfile dos animais e das numerosas máquinas e equipamentos motorizadas. A seguir, percorreu demoradamente os variados *stands*, tendo atendido pessoalmente a diversos lavradores que a êle se dirigiam. A visita durou cêrca de três horas, ao fim das quais, reuniram-se S. Excia. e demais autoridades à mesa onde foi servido o churrasco, ao som de músicas típicas.

Um bem organizado serviço de alto-falantes, para a difusão de notícias e de programas musicais, tornava festivo e alegre o cenário campestre, a que não faltou, também, uma banda de música composta de moradores e da qual participavam meninos e meninas.

Chamava a atenção, à entrada, o *stand* do Sítio Ceará, da Ilha de Guaratiba, com um pequeno bangue funcionando e atendendo aos numerosos pedidos de suas saborosas rapaduras, fabricadas à vista da assistência. Êsse sítio é de propriedade e trabalhado por surdos-mudos. Também

o *stand* da Chácara Santa Cruz, o maior centro disseminador de coqueiros-anões do Distrito Federal, atraía a curiosidade dos visitantes, pela sua magnífica apresentação.

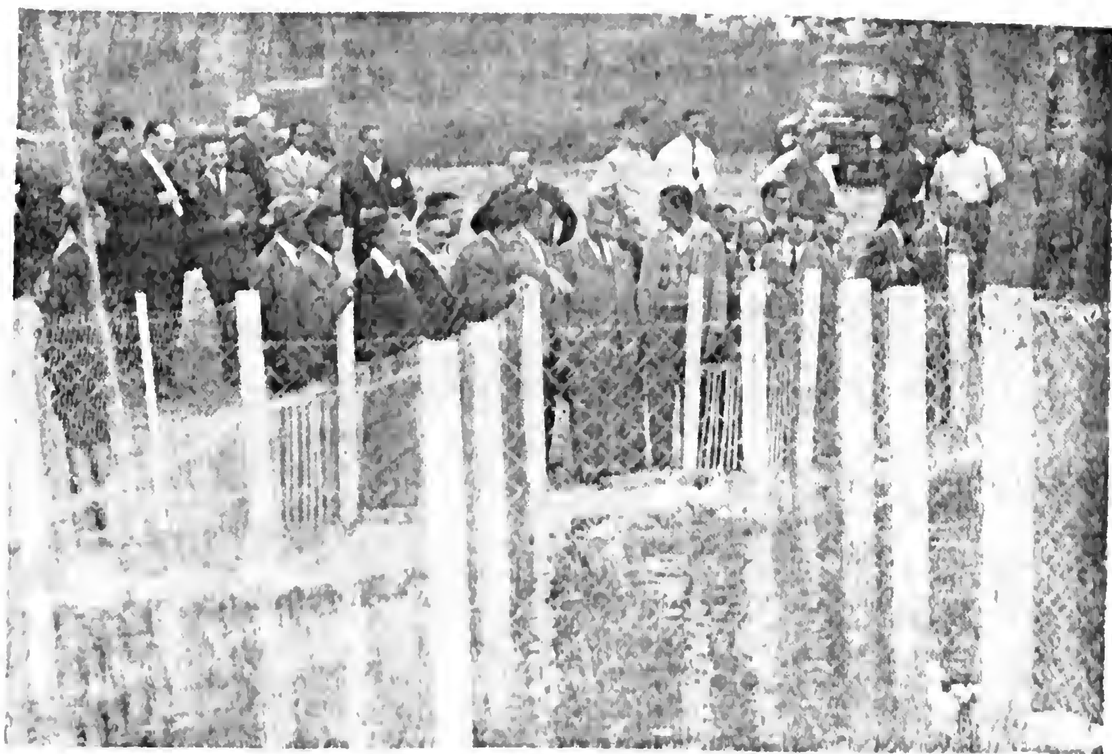
O ENCERRAMENTO

Durante os dias em que esteve aberta à visitação pública a V Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal foi ela visitada por muitos milhares de pessoas não só da região como de outras partes do Distrito Federal, e dos Estados.

A 16, com a presença do Sr. Heitor Grillo e seus auxiliares, Drs. Mauricio de Mello Soares, Secretário; Sotto Maior, Diretor da Fazenda; Oliveira Lopes, Diretor da Veterinária; Diogenes Tourinho, Diretor de Indústria e Comércio; Hugo Frota, Chefe do Serviço de Horticultura, Chefes de Postos, dos presidentes das organizações agrícolas, teve lugar o ato do encerramento, às 12 horas, após o que, à mesa do almôço então oferecido, se fizeram ouvir diversos oradores, e o próprio Sr. Heitor Grillo, dando como terminado o certame, em ambiente de verdadeira confraternização de autoridades, técnicos, funcionários, lavradores e criadores.



Novilho premiado de raça leiteira zebu



Patos, gansos, marrecos de tôdas as raças e idades. No seu elemento, prendem a atenção de todos por longo tempo

Resultado Geral dos Julgamentos da V Exposição Agro - Pecuaria do Distrito Federal

PRODUTOS HORTÍCOLAS

a) **COUVE FLOR**

Izabel de Freitas, Rua Izaura s/n, Int. Agr. do Rio da Prata .... 1.º Prêmio
Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Coop. da Ilha de Guaratiba 2.º Prêmio

b) **CAJA MANGA**

Miquelina Rosa Dias, Estrada do Cachamorra s/n, Int. Agr. do Cachamorra 1.º Prêmio
Antonio da Silva Roque, Est. do Guandu do Sena s/n, Int. Agr. do Realengo 2.º Prêmio
Georgeta Costa Novais, Estr. do Mendanha s/n, Pôsto Agricola IV .... 3.º Prêmio

c) **TOMATE PAULISTA**

Brásilino de Souza, Estrada do Massapê s/n, Int. Santa Eugênia .... 1.º Prêmio
Tamaichi Sudo, Estrada do Itagual, 223, Int. Agr. Rio Grande .... 2.º Prêmio
Toshitaka Ymaguchi, Reta do Rio Grande, Lote 279, Int. Agr. da Estrada do Grande .... 3.º Prêmio
Hagime Watanabe, Reta do Rio Grande, Lote 289, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... Menção Honrosa

d) **TOMATE SALADA**

Adriano Dantas, Caminho Maria Angú, 480, Soc. União dos Agricultores .... 1.º Prêmio
Matias Bento Siqueira, Estrada do Vae e Vem s/n, Int. Agr. do Rio da Prata 2.º Prêmio

e) **BERINGELA**

Kakunoshim Lagashi, Reta do Rio Grante — Lote 285, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... 1.º Prêmio
Takeia Watanabe, Reta do Rio Grande — Lote 290, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... 2.º Prêmio
Hishashi Susuki, Reta do Rio Grande — Lote 273, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... 3.º Prêmio
Antonio Rodrigues Moura, Rua Candido Benicio, 3608, Pôsto Agricola II .... Menção Honrosa
Cascardo Giovani, Estrada dos Bandeirantes — Km. 16 .... Menção Honrosa
Mario José Araujo, Estrada do Marmeleiro, 218, Coop. Agr. do Mato Alto .. Menção Honrosa

f) **NABO**

Deolinda Vieira, Estrada do Cachamorra s/n. Int. Agricola Cachamorra .... 1.º Prêmio
Morihairu Oguro, Reta do Rio Grande, Lote 277, Int. Agr. da Estrada do Rio 2.º Prêmio
Mario Torres Larrubia, Estrada do Limeirão Pequeno, 797, Int. Agricola do Rio da Prata .... 3.º Prêmio
Anibal Diniz Bino, Estrada dos Telegráfos, 834, Int. Agricola do Viegas .... Menção Honrosa
Manoel Batista, Estrada do Piai s/n. Cent. Pró-Melhoramento de Sepetiba .. Menção Honrosa

g) **BETERRABA**

Sabino Joaquim, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Pôsto Agricola III ...... 1.º Prêmio
Francisco Rodrigues P. Branco, Est. Cancela Preta, 87, Int. Agr. de Realengo 2.º Prêmio
Eduardo Nunes, Int. Agricola do Cachamorra .... 3.º Prêmio

h) **REPÔLHO**

Rikio Sudo, Estrada S. Fernando, 245, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .. 1.º Prêmio
Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Coop. da Ilha de Guaratiba 2.º Prêmio
Salim Yamin, Estrada dos Bandeirantes — Km. 23, Pôsto Agricola III .... 3.º Prêmio
Angelo Hoshima, Reta do Rio Grande, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande Menção Honrosa

i) **ALFACE**

Arlindo de Souza, Est. do Cachamorra, 233, Int. Agr. do Cachamorra ...... 1.º Prêmio
Arminda Pocinho, Estrada do Cachamorra, 441, Int. Agr. do Cachamorra .. 2.º Prêmio
Manoel Alves, Estrada dos Telégrafos, 382, Int. Agricola do Viegas .... 3.º Prêmio
José de Souza Albanazio, Est. do Cachamorra s/n. Int. Agr. do Cachamorra Menção Honrosa

j) **INHAME**

João Costa, Estrada do Cachamorra s/n. Int. Agricola do Cachamorra .... 1.º Prêmio
Joaquim Paiva, Estrada Cmte. Luiz Souto, 1309, Pôsto Agricola II .... 2.º Prêmio
Manoel G. Teixeira, Estrada dos Telégrafos, 837, Int. Agricola do Viegas ... 3.º Prêmio

k) **RABANETE**

Sabino Joaquim, Estrada dos Bandeirantes — Km. 30, Pôsto Agricola III .. 1.º Prêmio
Antonio G. Teixeira, Estrada Maravilha s/n. Int. Agricola do Realengo .... 2.º Prêmio
José Rocha, Estrada do Viegas, Int. Agricola do Viegas .... 3.º Prêmio

l) **COUVE**

José Antonio Silva Filho, Est. do Viegas, 6, Int. Agricola do Rio da Prata .. 1.º Prêmio
Nelson Afonso, Rua Capitão Borges Couto s/n. Int. Agricola do Viegas ..... 2.º Prêmio
José Joaquim Silva Paço, Est. dos Caboclos, 360, Int. Agr. do Rio da Prata 3.º Prêmio

m)	**AIPIM**	
	Hishashi Susuna, Reta do Rio Grande — Lote 273, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
	Antônio Joaquim Alves, Rua do Papagaio, 872, Int. do Cachamorra	2.º Prêmio
	José Albino Raposo, Estrada Itapeba s/n. Pôsto Agricola III	3.º Prêmio
	Marihara Ogura, Reta do Rio Grande, 277, Int. Agr. da Est. do Rio Grande	Menção Honrosa
n)	**GILO**	
	Shozo Hoshigawa, Est. S. Fernando, 249, Int. Agr. da Est. do Rio Grande ..	1.º Prêmio
	Arlindo Souza Azevedo, Est. do Cachamorra, 213 Int. Agr. do Cachamorra ..	2.º Prêmio
	Waldemar Cardoso de Paiva, Est. do Viegas s/n. Int. Agr. do Viegas	3.º Prêmio
	José Rocha, Estrada do Viegas, 845, Int. Agricola do Viegas	Menção Honrosa
o)	**PIMENTA CHIFRE DE VEADO**	
	Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agricola do Viegas	1.º Prêmio
p)	**PIMENTÃO**	
	Kakunoshim Lagashi, Reta do Rio Grande — Lote 285, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande	1.º Prêmio
	Maria Conceição Lessa, Rua Souza Barros, 136, Pôsto Agricola I	2.º Prêmio
	Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agricola do Viegas ..	3.º Prêmio
q)	**CENOURA**	
	Carlos José Lahre, Estrada das Tachas s/n. Pôsto Agricola V	1.º Prêmio
	Casemiro Sena Cardoso, Est. da Cancela Preta, 91, Int. Agr. de Realengo ..	2.º Prêmio
	Manoel A. Fernandes, Estrada dos Telégrafos, 836, Int. Agricola do Viegas ..	3.º Prêmio
s)	**CHUCHU**	
	Adelina Dias, Estrada do Vae e Vem, 315, Int. Agricola do Rio da Prata	1.º Prêmio
	Francisco S. Filho, Estrada do Guandu, s/n. Int. Agricola da Posse	2.º Prêmio
	Dionar Goinadi, Estrada do Viegas s/n. Int. Agricola do Viegas	3.º Prêmio
	Joaquim de Oliveira Rosa, Est. do Cachamorra s/n. Int. Agr. do Cachamorra	Menção Honrosa
	Antônio da S. Roque F.º, Est. do Guandu do Sena s/n. Int. Agr. do Realengo	Menção Honrosa
t)	**BATATA DOCE**	
	José Vaz, Estrada do Aterrado do Rio, 534, Pôsto Agricola V	1.º Prêmio
	Justo Ribeiro de Araujo, Est. dos Bandeirantes — Km 30, Pôsto Agricola III	2.º Prêmio
	Escola "João Luiz Alves", Ilha do Governador, Pôsto Agricola I	3.º Prêmio
	Alberto Alves Portela, Estrada do Congu, 470, Int. Agricola Santa Eugenia ..	Menção Honrosa
	José Pimentel, Estrada Maravilha s/n. Int. Agricola do Realengo	Menção Honrosa
	Antônio Joaquim Alves, Rua do Papagaio, 872, Int. Agricola do Cachamorra	Menção Honrosa
	Alfredo Ventura, Estrada dos Bandeirantes — Km. 18, Pôsto Agricola III ..	Menção Honrosa
t)	**BANANA PRATA**	
	Manoel Cabral, Estrada da Barra — Km 26, Coop. da Ilha de Guaratiba .	1.º Prêmio
	Domingos José Gonçalves, Estrada do Mato Alto, 2473, Pôsto Agricola V ...	2.º Prêmio
	João Costa, Estrada do Cachamorra s/n. Int. Agricola do Cachamorra ..	3.º Prêmio
	Silvino Soares da Silva, Est. dos Bandeirantes — Km. 18, Pôsto Agricola III	Menção Honrosa
	Nilo de Oliveira Braga, Est. do Marmeleiro s/n. Coop. Agr. e Criad. Mato Alto	Menção Honrosa
u)	**BANANA DA TERRA**	
	Antonio Batista, Est. do Lameirão Pequeno, Int. Agr. do Rio da Prata ..	1.º Prêmio
	Antonio Marito, Est. do Piai s/n. Centro Pró-Melhoramento de Sepetiba .	2.º Prêmio
v)	**Nicolau Franzino de Souza**, Estrada da Matriz s/n. Pôsto Agricola V	1.º Prêmio
x)	**BANANA SÃO TOMÉ**	
	Manoel Cabral, Est. da Barra — Km. 26, Coop. da Ilha de Guaratiba ...	1.º Prêmio
z)	**AIPO**	
	José Maria Florido, Faz. da Bica — Rua S. Pedro, Soc. União dos Agricult.	1.º Prêmio
al)	**PIMENTA MALAGUETA**	
	Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agricola do Viegas ..	1.º Prêmio
bl)	**AGRIÃO**	
bl)	**Nathanael Barbosa**, Estrada da Pontinha, 128, Pôsto Agricola II	1.º Prêmio
dl)	**SALSA DA COLÔNIA**	1.º Prêmio
	Manoel Fonseca de Mello, Estrada do Morgado s/n. Pôsto Agricola V	
el)	**ALHO PORRO**	1.º Prêmio
	Joaquim da Silva Lucas, Faz. da Bica-Rua S. Pedro, Soc. Un. dos Agricult.	
fl)	**COUVE MANTEIGA**	1.º Prêmio
	Bernardino Frazão Filho, Rua Boré, 115, Pôsto Agricola II	
gl)	**PEPINO**	1.º Prêmio
	José Evangelista, Estrada dos Bandeirantes — Km 18, Pôsto Agricola III ..	
hl)	**ESPINAFRE**	
	Antonio Rodrigues Moura, Rua Cândido Benicio, 3608, Pôsto Agricola II ..	1.º Prêmio
il)	**BROCOLI**	
	Salim Yamin, Est. dos Bandeirantes — Km. 23 — Pôsto Agricola III	1.º Prêmio
jl)	**BERTALHA**	
	Manoel Faz Gosto, Estrada Tindiba, 265, Soc. União dos Agricultores	1.º Prêmio
	Anibal J. do Amaral, Est. dos Caboclos s/n. Int. Agr. do Rio da Prata	2.º Prêmio
	Anselmo Luiz, Estrada do Tindiba, 265, Soc. União dos Agricultores	3.º Prêmio
	Elisio da Silva, Estrada do Tindiba, 265, Soc. União dos Agricultores	Menção Honrosa

kl) ABOBORA MORANGO

Joventino G. Leonardo, Est. dos Bandeirantes — Km 18, Posto Agricola III — 1.º Prêmio
Jose Albino Raposo, Estrada do Itapeba s/n, Posto Agricola III .... — 2.º Prêmio
Domingos Braulio, Estrada da Agua Grande, 577 Pôsto Agricola II ...... — 3.º Prêmio

ll) ABOBORA VERDE

Jose dos Santos Saraiva, Est. dos Bandeirantes — Km 28, Pôsto Agr. III — 1.º Prêmio
Manoel Martins e Francisco Paulo, Estrada dos Bandeirantes — Km 30, Pôsto Agricola III .... — 2.º Prêmio

ml) ABOBORA COCOZILLE

Camillo Atilio Filho, Estrada da Matriz, 626, Posto Agricola V .... — 2.º Prêmio
Anibal Dioiz Filho, Estrada dos Telégrafos, 834, Int. Agricola do Viegas .. — 1.º Prêmio

nl) ABOBORA

Antonio Rodrigues, Estrada da Grota Funda, 444, Pôsto Agricola V ...... — 1.º Prêmio
Domingos F. Magon — Est. Rio Grande, Coop. Mixta de Santa Cruz ..... — 2.º Prêmio
Mario Pinto da Costa, Rua Jurari, 10-A, Coop. Agr. e Criad. Mato Alto .. — 3.º Prêmio

ol) COUVE TRONCHUDA

Ademar Miller, Estrada do Pontal — Km 3, Pôsto Agricola III .... — Menção Honrosa

pl) PIMENTA DO REINO

Morihuma Oguro, Reta do Rio Grande — Lote 277, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... — Menção Honrosa

ql) CHICOREA LISA

Nathanael Barbosa, Estrada da Pontinha, 128, Posto Agricola II .... — 1.º Prêmio

rl) QUIABO

Massanas Tegashi, Reta do Rio Grande — Lote 272, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... — 1.º Prêmio
Taketo Watanabe, Reta do Rio Grande — Lote 290, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... — 2.º Prêmio
Massabani Neda, Est. do Rio Grande, 292, Inst. Agr. da Est. do Rio Grande — 3.º Prêmio

sl) ERVILHA

Antonio Joaquim Alves, Rua do Papagaio, 872, Int. Agricola do Cachamorra — 1.º Prêmio
Manoel Nunes Pereira Barros, Est. do Caranguejo s/n Int. Agr. Realengo — 2.º Prêmio

tl) ACELGA

Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Coop. da Ilha de Guaratiba — 1.º Prêmio
Bernardino Frazão Filho, Rua Boré, 115, Pôsto Agricola II .... — 2.º Prêmio

ul) VAGENS

Querino Augusto, Serra Caranguejo, Int. Agricola do Realengo .... — 1.º Prêmio
Manoel Nunes P. Barros, Est. do Caranguejo s/n. Int. Agr. do Realengo .. — 2.º Prêmio

vl) CEBOLINHA

Manoel Fonseca de Mello, Estrada do Morgado, s/n. Posto Agricola V ...... — 1.º Prêmio
Antonio Rodrigues Moura, Rua Candido Benicio, 3602, Pôsto Agricola II . — 2.º Prêmio
Manoel Gonçalves de Castro, Est. Viegas, 95, Int. Agricola do Viegas ..... — 3.º Prêmio

xl) COIVAO

Maria Conceição Lessa, Rua Souza Barros, 136, Pôsto Agricola I .... — Menção Honrosa

zl) COUVE RABANO

Sabino Joaquim, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Soc. União dos Agricult. — Menção Honrosa

a2) TOMATEIRO

Joaquim Patricio, Estrada do Cabuçu, 4667, Int. Agr. do Rio da Prata .... — Menção Honrosa

b2) BERINJA

Valgeau Quieizoues, Rua Jurari, 181, Coop. do Mato Alto .... — Menção Honrosa

c2) LARANJA SELETA

Nelson de Aguiar, Rua Itapolis, 241, Int. Agr. Rio da Prata .... — 1.º Prêmio
Antonio Medeiros, Estradas das Capoeiras, s/n. Int. Agricola da Posse ... — 2.º Prêmio

d2) LARANJA BAIA

David Agostinho, Est. do Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — 1.º Prêmio
Nelson de Aguiar, Rua Itapólis, 241, Int. Agricola do Rio da Prata .... — 2.º Prêmio
Jose Isidoro Gonçalves, Rua Itatinga, 612, Int. Agr. Santa Eugênia .... — 3.º Prêmio
João Pinto Sobrinho, Est. Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — Menção Honrosa
Marciano Carlos Paiva, Est. do Vaivem, 316, Int. Agr. do Rio da Prata .... — Menção Honrosa

e2) LARANJA PERA

Luiz Antonio Barreira, Est. Santa Eugênia, Int. Agr. Santa Eugênia ..... — 1.º Prêmio
Daniel da Silva Souza, Est. do Carapia, 252, Coop. do Mato Alto .... — 2.º Prêmio
Jose Vaz, Est. do Aterrado do Rio, 534, Pôsto Agricola V .... — 3.º Prêmio
Francisco A. da Rosa, Est. do Cantagalo, 336, Int. Agr. Santa Eugenia .... — Menção Honrosa
Custodio de Almeida, Est. da Cachoeira, s/n. Int. Agricola do Viegas .... — Menção Honrosa

f2 LARANJA LIMA

f2) David Agostinho, Est. do Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — 1.º Prêmio
Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agricola do Viegas ... — 2.º Prêmio
Alberto Alves Portela, Est. do Congu, 470, Int. Agr. Santa Eugênia .... — 3.º Prêmio
Joaquim Antonio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agricola V . — Menção Honrosa
Diomar Guinodi, Est. Viegas, s/n. Int. Agricola do Viegas .... — Menção Honrosa
Manoel de Souza Afonso F.º, Est. do Cantagalo, s/n. Int. Agr. Sta. Eugênia — Menção Honrosa

h2) **LARANJA CACAU**
Antonio L. Campos, Rua Amaro Cavalcante, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — 1.º Prêmio
José Mais de Oliveira, Est. do Triunfo, s/n. Cent. Pró-Melhoramento Sepetiba — 2.º Prêmio

i2) **LARANJA COCO**
Nelson Aguiar, Rua Itapólis, 241, Int. Agr. do Rio da Prata .... Menção Honrosa

j2) **LARANJA MELANCIA**
Jose A. Rabelo, Est. do Mato Alto, Cam.º dos Cajueiros, Pôsto Agrícola V — 1.º Prêmio

k2) **LARANJA DA TERRA**
Jose Ventura Martins, Est. do Pedregoso, s/n. Int. Agricola da Posse ...... 1.º Prêmio
Nelson de Aguiar, Rua Itapolis, 241, Int. Agricola do Rio da Prata .... 2.º Prêmio

l2) **LIMA DA PERSIA**
Daniel da Silva Souza, Est. do Carapiá, 252, Coop. do Mato Alto .... 1.º Prêmio
Joaquim Paiva, Est. Cmte. Luiz Souto, 1309, Pôsto Agricola II .... 2.º Prêmio
Francisco Nicolau Guedes, Est. do Carapiá 247, Coop. do Mato Alto ...... 3.º Prêmio

m2) **LIMAO VERDADEIRO**
Higino Thomaz Carvalho, Est. do Viegas s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — 1.º Prêmio
Antonio Evangelista, Est. do Barro Vermelho, s/n. Int. Agr. da Cachamorra — 2.º Prêmio
Joaquim Antonio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agricola V . — 3.º Prêmio

n2) **TANGERINA**
Nelson de Aguiar, Rua Itapolis, 241, Int. Agricola do Rio de Prata ...... 1.º Prêmio
Manoel Gonçalves de Castro, Est. do Viegas, 95, Int. Agricola do Viegas .. 2.º Prêmio
Cezar Racca, Est. do Viegas 85, Int. Agricola do Viegas .... 3.º Prêmio
Joaquim Antonio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agricola V ... Menção Honrosa
José Rocha, Estrada do Viegas, 845, Int. Agricola do Viegas .... Menção Honrosa

o2) **GRAPE FRUIT**
Joaquim Vieira Sabrinho, Est. do Cabuçu, 4070, Int. do Rio da Prata .... 1.º Prêmio
Antonio Vieira Priosti, Rua Felipe Cardoso 475, Pôsto Agricola VI .... 2.º Prêmio
Alfredo de Oliveira, Serra do Viegas, Int. Agricola do Viegas .... 3.º Prêmio
Joaquim Coelho de Souza F.º, Est. do Magarça, 715, Coop. do Mato Alto .. Menção Honrosa

p2) **TORANJA**
Antonio Manoel Alves, Est. da Pedra, 171, Int. Agr. de Santa Eugenia .... 1.º Prêmio

q2) **ENXERTOS DE LARANJEIRA**
Escola de Horticultura Wenceslau Bello, Penha .... 1.º Prêmio
Mario Torres Larrubia, Est. Lameirão Pequeno, s/n. Int. Agr. Rio da Prata — 2.º Prêmio
Higino Thomaz de Carvalho, Est. do Viegas, s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — 3.º Prêmio

u2) **MUDAS DE MORANGO**
João Garcez da Motta, Est. dos Sete Riachos, s/n. Int. Agr. da Posse ...... 1.º Prêmio

v2) **PES DE LARANJA PERA**
Aracio da Costa, Rua Júlio Cezario, 150, Int. Agr. do Rio da Prata .... 1.º Prêmio

x2) **PES DE FRUTA-DE-CONDE**
Antonio L. Campos, Rua Amaro Cavalcante s/n. Int. Agr. do Rio da Prata — 1.º Prêmio

z2) **MUDAS DE MARACUJA**
Cascardo Giovani, Est. dos Bandeirantes — Km 16, Pôsto Agricola III ... 1.º Prêmio

a3) **BANANEIRA DE DOIS CACHOS**
Maria Luiza de Frias, Est. do Engenho Novo, s/n. Posto Agricola V ...... Menção Honrosa

b3) **BANANEIRA**
Humberto G. Filho, Est. da Grota Funda s/n. Coop. da Ilha de Guaratiba — Menção Honrosa

c3) **BANANA MAÇA**
Manoel Cabral, Est. da Barra — Km 26, Coop. da Ilha de Guaratiba ..... 1.º Prêmio

d3) **BANANA FIGO**
Nicolau Franzino de Souza, Estrada da Matriz s/n. Pôsto Agricola V ..... 1.º Prêmio

e3) **MAMAO**
Manoel da Souza, Est. do Pedregoso s/n. Pôsto Agricola IV .... 1.º Prêmio
Juslo Ribeiro de Araujo, Est. dos Bandeirantes — Km. 30, Pôsto Agr. III — 2.º Prêmio
Jayme C. Oliveira, Est. do Piai s/n. Cent. Pró-Melhoramentos de Sepetiba — 3.º Prêmio
Jose Luiz Cabral, Rua do Fragoso s/n. Int. Agricola do Fragoso .... Menção Honrosa
Manoel Vaz Junior, Estrada do Mato Alto s/n. Pôsto Agricola V .... Menção Honrosa

f3) **MARACUJA**
José Rodrigues, Est. do Cabuçu s/n. Int. Agricola do Rio da Prata .... 1.º Prêmio
Joaquim Patricio, Est. do Cabuçu, 4667, Int. Agr. do Rio da Prata .... 2.º Prêmio

g3) **JACA**
Sebastião Paes de Queiroz, Est. da Barra s/n. Coop. da Ilha de Guaratiba — 1.º Prêmio

h3) **BATATA INGLESA**
Hagime Watanabe, Reta do Rio Grande — Lote 289, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... 1.º Prêmio

i3) **ARARUTA**
Achilles Pluto da Costa, Rua Campo Grande s/n. Coop. do Mato Alto ..... 1.º Prêmio

j3) **CARA**
Sussumo Sudo, Est. Itaguaí 228, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande ..... 1.º Prêmio

k3) **MUDAS DE COQUEIRO-ANAO**
Pedro Bergano da Silva, Av. da Areia Branca s/n. Pôsto Agricola VI ..... 1.º Prêmio

l3) **MILHO**
José dos Santos Saraiva, Est. dos Bandeirantes - Km. 28, Pôsto Agr. III .. 1.º Prêmio
Arlindo de Souza Azevedo, Est. do Cachamorra, 233, Int. Agr. Cachamorra 2.º Prêmio
m3) **MILHO VERDE**
Mario José de Araujo, Est. Marmeleiro, 218, Coop do Mato Alto .... Menção Honrosa
Granja N. S. das Graças, Est. do Mendanha, 3226, Pôsto Agricola IV .... Menção Honrosa
n3) **ABACAXI**
Francisco Luiz, Est. do Pral s/n. Cent. Pró-Melhoramentos de Sepetiba .. 1.º Prêmio
Joaquim Antonio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agricola V .. Menção Honrosa
o3) **CANA DE AÇUCAR**
Marciano Carlos Paiva, Est. do Vae e Vem, 316, Int. Agr. do Rio da Prata 1.º Prêmio
Arlindo de Souza Azevedo, Est. do Cachamorra, 233, Int. Agr. do Cachamorra 2.º Prêmio
p3) **GOIABA**
Daniel da Silva Souza, Estrada do Carapiá, 252, Coop. do Mato Alto ..... 1.º Prêmio
Miquelina Rosa Dias, Est. do Cachamorra s/n, Int. Agr. do Cachamorra .. Menção Honrosa
q3) **CAJU MAÇA**
Celso de Morais Maciel Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. do Mato Alto . 1.º Prêmio
r3) **LOURO**
Heitor Moura, Est. do Lameirão Pequeno s/n. Int. Agr. do Rio da Prata . 1.º Prêmio
s3) **FEIJÃO EM GRÃO**
Camilo Atilio Filho, Estrada da Matriz, 626, Pôsto Agricola V .... Menção Honrosa
t3) **Pedro Bergano da Silva**, Av. da Areia Branca, s/n. Pôsto Agricola VI ... Menção Honrosa
u3) **CAFÉ COM CASCA**
Manoel Cabral, Est. da Barra — Km 26, Coop. da Ilha de Guaratiba .... Menção Honrosa
v3) **GRÃO DE BICO**
Maria Luiza de Frias, Est. do Engenho Novo, s/n. Pôsto Agricola V ...... Menção Honrosa
x3) **CACAU**
Nicomedes J. da Silva, Est. das Bandeirantes - Km. 16, Pôsto Agricola III Menção Honrosa
z3) **ABACATE**
Toshitaka Ymagushi, Reta do Rio Grande — Lote 279, Int. Agr. da Estrada do Rio Grande .... 1.º Prêmio
a4) **PINHÃO**
Antonio L. Campos, Rua Amaro Cavalcante s/n. Int. Agr. do Rio da Prata Menção Honrosa
b4) **PÉ DE FUMO**
Joaquim Antônio Neto, Rua Agostinho de Castro, 214, Pôsto Agricola V ... Menção Honrosa
c4) **PALMEIRAS**
Higino Thomaz Carvalho, Est. do Viegas s/n. Int. Agr. do Rio da Prata .. Menção Honrosa
d4) **FLORES**
Manoel C. R. Ferreira, Est. do Rio da Prata s/n. Int. Agr. do Rio da Prata Menção Honrosa
e4) **DALIAS**
Domingos Braulio, Est. da Agua Grande, 577, Pôsto Agricola II .... Menção Honrosa
f4) **BEGONIA**
Valgean Quirizones, Rua Jurarí, 131, Coop do Mato Alto .... Menção Honrosa

INDÚSTRIAS RURAIS

a) **MELADO**
José Raymundo de Oliveira, Est. do Morgadinho, s/n. Pôsto Agricola V . 1.º Prêmio
b) **BATIDA**
José Raymundo de Oliveira, Est. do Morgadinho, s/n. Pôsto Agricola V .... 1.º Prêmio
c) **RAPADURA**
José Raymundo de Oliveira, Est. do Morgadinho, s/n. Pôsto Agricola V .... 1.º Prêmio e louvor
d) **REQUEIJÃO**
Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Pôsto Agricola V ...... Menção Honrosa
e) **MANTEIGA**
Elizabeth Lydia Bloomfield, Est. das Tachas, 906, Pôsto Agricola V ..... Menção Honrosa

APICULTURA

a) **MEL CENTRIFUGADO**
Francisca C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agricola do Viegas .... 1.º Prêmio
Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto .... 2.º Prêmio
b) **MEL CRISTALIZADO**
Francisca C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agricola do Viegas .... 1.º Prêmio
Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto .... 2.º Prêmio
c) **MEL EM CAIXILHO (SECÇÃO)**
Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agricola do Viegas ..... 1.º Prêmio

d)	**MEL EM FAVO**	
	Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
	Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	2.º Prêmio
e)	**CERA ALVEOLADA**	
	Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
f)	**CERA BRUTA**	
	Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	1.º Prêmio
	Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	2.º Prêmio
g)	**COLMEIA**	
	Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	1.º Prêmio
	Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	2.º Prêmio
h)	**CONJUNTO RÚSTICO**	
	Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	Menção Honrosa
i)	**GAIOLA P/INTRODUÇÃO DE RAINHAS**	
	Celso de Moraes M. Didier, Est. do Magarça, 197, Coop. Agr. e Criadores do Mato Alto	Menção Honrosa
j)	**ABELHA MESTIÇA**	
	Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agrícola do Viegas	2.º Prêmio
k)	**ABELHA ITALIANA**	
	Francisco C. da Fonseca, Rua Tamboril, 672, Int. Agr. do Viegas	1.º Prêmio

AVICULTURA

GALINHAS

RAÇA LEGHORN BRANCA (TERNO ADULTO)	
José Leal Ferreira, Estrada Caroba, s n. Pôsto Agrícola IV	1.º Prêmio
Fernando Ribeiro Gomes, Rua Moraes Pinheiro, 121, Pôsto Agrícola II ...	Menção Honrosa
Araripe Pereira da Rosa, Estrada da Posse, 542, Pôsto Agrícola IV	Menção Honrosa
RAÇA LEGHORN BRANCA (TERNO JOVEM)	
Mendo Corrêa da Silva, Estrada do Monteiro, 1241, Pôsto Agrícola IV	1.º Prêmio
RAÇA NEW HAMPSHIRE (TERNO ADULTO)	
Luiz Franco Moura, Rua Apurana, 993, Pôsto Agrícola IV	2.º Prêmio
Antonio Cassimiro, Estrada Rio do Pau, 41, Pôsto Agrícola II	2.º Prêmio
RAÇA NEW HAMPSHIRE (TERNO JOVEM)	
Rubens Fonseca, Estrada Cachamorra, 200, Pôsto Agrícola II	2.º Prêmio
Mendo Corrêa da Silva, Estrada do Monteiro, 1241, Pôsto Agrícola IV	3.º Prêmio
RAÇA RHODE ISLAND RED (TERNO ADULTO)	
Pelegrino Tolomei, Estrada do Mato Alto, 53, Pôsto Agrícola V	1.º Prêmio
João Pedrozo Gondinho, Estrada São José, 154, Pôsto Agrícola VI	3.º Prêmio
RAÇA NEW HAMPSHIRE (INDIVIDUAL)	
Frederico Lund, Estrada do Morro do Ar, 35, Pôsto Agrícola VI	1.º Prêmio
RAÇA LA BRESSE (TERNO ADULTO)	
Celso de Moraes Maciel Didier, Est. do Magarça, 197, Posto Agrícola V	3.º Prêmio
MACHO NEW HAMPSHIRE	
Frederico Lung, Estrada do Morro do Ar, 35, Pôsto Agrícola VI	Campeão
TERNO ADULTO — LEGHORN BRANCA	
José Leal Ferreira, Estrada Caroba s/n. Pôsto Agrícola IV	2.º Prêmio
TERNO ADULTO — RHODE ISLAND RED	
Pelegrino Tolomei, Estrada do Mato Alto, 53, Pôsto Agrícola V	3.º Prêmio
TERNO JOVEM — LEGHORN BRANCA	
Mendo Corrêa da Silva, Estrada do Montelro, 1241, Pôsto Agrícola IV	Menção Honrosa
TERNO ADULTO — LA BRESSE	
Celso de Moraes Maciel Didier, Estrada Magarça, 197, Pôsto Agrícola V ...	Menção Honrosa
TERNO JOVEM — LEGHORN BRANCA	
Mario José de Araujo, Est. Marmeleiro, 218, Coop. Agr. Criad. do Mato Alto	Menção Honrosa
TERNO ADULTO — NEW HAMPSHIRE	
Luiz Franco Moura, Rua Apurana, 993, Pôsto Agrícola IV	Menção Honrosa

PERUS

MAMOUTH BRONZEADO (TERNO)	
Mario Pinto da Costa, Rua Jurari, 10-A, Pôsto Agr. V (Coop. do Mato Alto)	1.º Prêmio
MAMOUTH BRONZEADO (INDIVIDUAL)	
Antonio de Araujo Lima, Est. Paciência, 1220, Pôsto Agrícola IV	1.º Prêmio
BROAD BREASTED BRONZE (TERNO)	
Agenor Prudente, Est. Cabuçú de Baixo, s/n. Coop. Agr. e Criad. Mato Alto	2.º Prêmio

GANSOS

RAÇA AFRICANA

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... 1.º Prêmio

MARRECOS

RAÇA KAKI CAMPBELL (INDIVIDUAL)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... 1.º Prêmio

RAÇA PEKIM (QUINA)

Moacir Siqueira de Queiroz, Estrada do Guary, 861, Pôsto Agricola III ... 2.º Prêmio

ANIMAIS DE PEQUENO PORTE

COBAIAS

RAÇA AMERICANA (FEMEA COM CRIA)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... Menção Honrosa

COELHOS

RAÇA GIGANTE GRANDE DE FLANDRES (CASAL)

Joaquim Marques Ferreira, Rua Montevidéu, 746, Pôsto Agricola IV ...... 1.º Prêmio

RAÇA AZUL DE VIENA (INDIVIDUAL)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... 1.º Prêmio
Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... 2.º Prêmio
Jose Ventura Homem, Estrada Itaguai — Lote 1, Pôsto Agricola IV ...... 3.º Prêmio

RAÇA AZUL DE VIENA (FEMEA COM CRIAS)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... Menção Honrosa

RAÇA ANGORA (CASAL)

Joaquim Marques Ferreira, Rua Montevidéu, 746, Pôsto Agricola II ..... 1.º Prêmio

RAÇA BORBOLETA

Joaquim Marques Ferreira, Rua Montevidéo, 746, Pôsto Agricola II .... 2.º Prêmio

RAÇA CHINCHILLA (INDIVIDUAL)

Granja 13, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... 1.º Prêmio

SUINOS

RAÇA CARUNCHO (CASAL COM 6 MESES)

Walter Gomes de Castro, Estrada da Ilha, 429, Pôsto Agricola V .... 1.º Prêmio

RAÇA CARUNCHO (CASAL ADULTO)

Cezar Rabelo, Etrada do Campinho, s/n. Posto Agricola IV .... 2.º Prêmio

RAÇA CARUNCHO (MACHO)

Nathanael Barboza, Estrada da Fontinha, 128, Pôsto Agricola II .... Menção Honrosa

RAÇA DUROC-JERSEY (MACHO)

Jose Augusto Arruda, Estrada do Morgadinho, s/n. Pôsto Agricola V .... 1.º Prêmio
Gen. Canrobert Pereira da Costa, Est. do Capão, 890, Pôsto Agricola III .... 2.º Prêmio

RAÇA DUROC-JERSEY (FEMEA)

Intendência Agricola dos Palmares, Pôsto Agricola IV .... 2.º Prêmio

RAÇA DUROC-JERSEY (CASAL)

Leoncio Barreto, Estrada do Monteiro, 876, Posta Agricola IV .... 2.º Prêmio

RAÇA EDELSCHWEIN (CASAL)

Clovis Azambuja Estrela, Estrada aranjeiras, s/n. Pôsto Agricola IV ...... 1.º Prêmio

RAÇA EDELSCHWEIN (MACHO)

José Augusto Arruda, Estrada do Morgadinho, s/n. Posta Agricola V ..... 2.º Prêmio

RAÇA EDELSCHWEIN (MACHO)

Gen. Canrobert Pereira da Costa, Est. do Capao, 890, Pôsto Agricola III .. 2.º Prêmio

RAÇA CANASTRA (CASAL)

Camilo Mercio .... Menção Honrosa

RAÇA PIRAPETINGA (CASAL)

Acacio Miguel Szechy, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... 2.º Prêmio
Leopoldo Canale, Est. dos Bandeirantes — Km. 17-18, Pôsto Agricola III 3.º Prêmio

RAÇA PIRAPETINGA (PORCA C/CRIA)

Acacio Miguel Szechy, Estrada Mendanha, 2854, Pôsto Agricola IV .... Menção Honrosa

RAÇA HAMPSHIRE (MACHO)

Gen. Canrobert Pereira da Costa, Est. do Capão, 890, Pôsto Agricola III .. Menção Honrosa

ANIMAIS DE GRANDE PORTE

BOVINOS

RAÇA GUERNSEY — (Femea com cria) — "Balana"

Francisco Armond, Estrada das Amendoeiras — Kosmos, Serv. Prod. e Industrialização do Leite .... Menção Honrosa

RAÇA GUERNSEY — (Femea com cria) — "Tetela"

José Moreira, Est. Oitizeiros — Santissimo, Serv. Prod. Ind. do Leite .... Menção Honrosa

RAÇA GUERNSEY — (Femea mestiça) — "Baroneza Filha"	
Gen. Canrobert Pereira da Costa, Estrada do Capão — Jacarepaguá, Serv. Produção e Industrialização do Leite	Menção Honrosa
GARROTES NELORE (De 12 a 18 meses)	
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	1.º Prêmio
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	2.º Prêmio
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	3.º Prêmio
GARROTES GUZARAT (De 18 a 30 meses)	
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	2.º Prêmio
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	3.º Prêmio
VACA GUZERAT (Com mais de 3 anos)	
Fazenda Indiana, Est. Rio-São Paulo — Km. 31, Serv. Prod. Ind. do Leite	1.º Prêmio
RAÇA OLANDESA — Garrotes de 18 a 30 meses	
Marie Marthe Ludolf, Estrada do Pau Ferro, 662 — Jacarepaguá, Serv. Produção e Industrialização do Leite	Menção Honrosa
RAÇA JERSEY — Bezerras até 12 meses	
Luiz Pedro Saisse, Rua Edgard Werneck — Jacarepaguá, Serviço de Produção e Industrialização do Leite	1.º Prêmio
Nilza Menezes, Est. Mendanha, s/n. Serv. Prod. Ind. do Leite	2.º Prêmio
Luiz Pedro Saisse, Rua Edgard Werneck — Jacarepaguá, Serviço de Produção e Industrialização do Leite	3.º Prêmio
José Aguiar Dantas, Est. Mendanha, 1678, Serv. Prod. Ind. do Leite	Menção Honrosa
Gen. Canrobert Pereira da Costa, Estrada do Capão — Jacarepaguá, Serv. Produção e Industrialização do Leite	Menção Honrosa
Camilo Atilio Filho, Estrada da Matriz, s/n. Serv. Prod. Ind. do Leite	Menção Honrosa

Problemas da Citricultura Nacional

MESA REDONDA PROMOVIDA PELA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, EM 10 DE JUNHO DE 1952

(Apanhado taquigráfico dos debates)

Presentes os Srs. Alberto Ravache, Altino de Azevedo Sodré e Luiz Marques Poliano, respectivamente diretores técnicos e Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura; Luiz Augusto Tiago da Silva e Luiz Passos Soares, citricultores, Arthur Oberlaender Tibau; José V. de Almeida, representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Joel Cavalcanti Affonso Ferreira, representante do Sr. Ministro da Agricultura; Geraldo I. Bitencourt, representante da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil; Edgar Maciel de Sá, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do mesmo Banco; Alberto Cocozza, Pantaleão Grimaldi e Carlos Alberto Shrador, pelo Sindicato do Comercio Atacadista de Frutas do Rio de Janeiro; Doman Campos, pela Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores; Rubens Farrula, pela Confederação Rural Brasileira; Dutra de Carvalho, pelo Serviço de Economia Rural; Geraldo Goulart da Silveira, pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello; Heitor Grillo, Secretário da Agricultura do Distrito Federal; Eduardo Hugo Frota, Diretor do Serviço de Horticultura da mesma Secretaria; Flavio Britto, pela Cooperativa Agricola de Cotia, além de outros, que assinaram o livro de presença, e representantes dos jornais "O Globo", "Tribuna de Imprensa", "O Jornal", "Diário Popular", "Agência Nacional".

—

As 16,30 o Sr. Alberto Ravaché assume a presidência e convida para tomarem lugar à Mesa os Srs. Altino de Azevedo Sodré, orientador do debate; Joel Cavalcanti Affonso Ferreira, Doman Campos, Rubens Farrula, Geraldo Bittencourt, Edgar Maciel de Sá, Heitor Grillo, José V. de Almeida.

—

O sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente - Meus Senhores. Na ausência do nosso prezado presidente efetivo, Prof. Arthur Torres Filho, impedido de comparecer a esta reunião em virtude do seu estado de saúde e do mau tempo, declaro abertos os trabalhos.

A Sociedade Nacional de Agricultura fiel aos postulados, vem, desde a sua fundação, observando religiosamente o seu papel de defensora da nossa economia rural, não lhe tendo escapado a situação angustiosa por que vem passando a citricultura nacional, e por isso resolveu convocar a reunião de hoje, na qual serão ouvidos todos aqueles que direta ou indiretamente se acham ligados à sorte dessa atividade, e afim de que se possa estabelecer uma assistência dos poderes competentes, capaz de aliviar a difícil situação em que se debate a cultura e o comércio da laranja no país. É bem possível que dos debates que se irão travar, resulte uma opinião media, capaz de permitir uma ação eficaz da Sociedade Nacional de Agricultura em favor do problema, junto ao Governo, interessado, como a Sociedade e todos os que se acham aqui presentes, em encontrar uma solução. É bem verdade que a matéria se reveste de aspectos de difícil contorno, mas todos estamos certos de que, com boa vontade e com os esforços de todos, poderemos contar com o apoio do Governo, sem sacrifícios muito grandes nos planos da sua política econômica e financeira. Não há duvida de que o Governo sente essa necessidade, e dele, estou certo, devemos esperar o amparo que a agricultura do país merece em função mesmo dos seus planos econômicos e financeiros.

Dou a palavra ao Dr. Altino Sodré.

O sr. ALTINO SODRÉ — Estamos aqui, como disse o nosso presidente, a fim de focalizar os problemas mais prementes da citricultura nacional, em face do que estamos observando nesta última década.

Exportamos em 1940 perto de 5 milhões de caixas de laranjas; no ano passado, a nossa exportação não foi além de 1.7000.000. Houve uma baixa nas nossas exportações, do ano de 1950 para o de 1951, de mais de 1 milhão de caixas, pois que em 1950 as nossas remessas para o exterior atingiram a 2.120.000. Verificamos tambem que a citricultura no Estado do Rio e no Distrito Federal está caminhando a passos largos para o aniquilamento total. Isto nos leva à convicção de que há necessidade de conjugarmos todos os nossos esforços para dar uma solução a este problema, nos fatores que estão determinando esta queda progressiva e rápida na nossa produção. Os entendidos na exportação da laranja focalizam, quanto ao ponto N. 1, o seguinte: em 1949, todos os países compradores da Europa quebraram o padrão monetário, reduzindo a cotação das suas moedas até de 40%. Assim, uma libra esterlina, que rendia por caixa 74 cruzeiros, passou a 51 cruzeiros. Os países citricultores, entre eles a Africa do Sul, a Palestina e a Espanha, pertencentes à área da libra, acompanharam a Inglaterra e compensaram as diferenças de preço.

Aí está uma pergunta que me permitiria fazer ao ilustre representante da Cexim: que fizemos nós para seguir ou acompanhar estas quebras de padrões monetários, e ajustarmos à realidade as nossas exportações? Em 1949 e 1950 ainda dispusemos do recurso da compensação. Ela nos facultou a exportação de 900 caixas para a Europa. Mas em 1951, já sendo suspensa o regime da compensação, tivemos uma baixa para 320.000 caixas na exportação. Assim mesmo, estas 320.000 caixas que exportamos para a Europa, dois terços delas ainda o foram porque o Banco do Brasil permitiu

que fosse utilizado um saldo que ficara do ano anterior. Assim, essas 320.000 caixas, praticamente, ainda foram exportadas sob o regime das operações vinculadas. No ano passado, não tivemos o regime da compensação. O Govêrno não o quiz dar. Pergunto eu: que poderá ser feito para compensar esta quebra do padrão, adotada pela Inglaterra e acompanhada por todos os seis satélites, financeiramente falando?

O sr. GERALDO BITTENCOURT — Infelizmente, neste ponto, não posso esclarecer a assembléia. A situação, no caso, decorre menos da Cexim do que do próprio Govêrno. De resto, o fato não atinge sòmente a laranja, mas a outros produtos, como a madeira. Infelizmente, confesso, ainda não encontramos um meio de contornar o impasse. A compensação foi proibida por lei e temos de observar a lei e a política econômica e financeira do Governo. A este é que cabe as normas para a saida desses e outros produtos gravosos da nossa exportação.

O sr. ALTINO SODRÉ — Então, neste ponto, estamos completamente sem solução?

O sr. GERALDO BITTENCOUR — Acho que sim.

O sr. ALTINO SODRÉ — Continuaremos com a mesma diferença de preço dos mercados compradores. Haverá algum dos Senhores presentes que possa sugerir algum idéia no sentido da solução para isto?

(Neste momento, dá entrada, e toma assento à mesa, o Sr. Heitor Grillo, Secretário da Agricultura do Distrito Federal).

O sr. ALTINO SODRÉ — Estamos com os nossos preços mais elevados. O nosso custo de produção é maior, devido a diversos fatores, que estudaremos. O numero um desses fatores, não resta a menor duvida, a causa dos elevados preços de nosso produto, que não pode enfrentar a concurrência da A f r i c a do Sul e da Espanha é o custo da mão de obra e a disparidade cambial. Além disso, a Africa do Sul gosa de facilidades para a exportação de sua laranja para a Inglaterra. Desejo saber, no momento, se haveria um meio de se conseguir uma ajuda por parte do Governo ou da Cexim no sentido de ser obtida uma compensação para o produto brasileiro, nessa desigualdade em que se encontra.

O sr. GERALDO BITTENCOURT — Seria para saber-se qual a razão por que a fruta nacional atingiu a tão elevados preços, a ponto de colocar-se em posição tão desvantajosa no plano da competição internacional.

O sr. LUIZ PASSOS SOARES — Perguntou o Sr. Altino Sodré se haveria, aqui, alguém que oferecesse uma sugestão para esta situação de verdadeira calamidade em que se encontram os produtores e exportadores de laranja do Brasil Esta situação, a meu ver, poderia ser vencida com a adoção do câmbio multiplo, a exemplo do que fazem a Argentina e a Espanha. Nesta, o câmbio é de 40 pesetas por libra esterlina. Entretanto, na exportação, a taxa é de 120 pesetas. Taxa a libra em 120 pesetas, desde que seja para a exportação de frutas. A Argentina dá para o exportador brasileiro 40,54 do peso por 100 cruzeiros, enquanto os exportadores recebem 75 pesos pela mesma quantia de 100 cruzeiros. Eles, assim, podem exportar frutas para o Brasil, o que não é nada de mais o que lhe faz o governo argentino. Com esse sistema, seria até mais barato vender-se laranja da Argentina aqui no Brasil. Esta é a minha contribuição. A instituição das taxas cambiais multiplas.

O sr. ALTINO SODRÉ — O segundo ponto maior do custo de produção é devido a vários fatores, que são a mão d obra, como já disse, mas antes da mão de obra vamos tratar da valorização das terras, não só aqui no Distrito Federal como no Estado do Rio. Esta valorização tem acarretado o abandono das lavouras, cujas terras estão sendo cada vez mais fracionadas. É um problema sério, que deve ser enfrentado decerta maneira, uma vez que sejam solucionados outros problemas conexos. Em segundo lugar, a mão de obra. Está fora de duvida que o produtor das zonas rurais do Distrito Federal luta com sérias dificuldades, não só pelo encarecimento da mão de obra, como pela sua escassez. Vemos continuamente, estamos fartos de ter conhecimento de uma grave leva migratória que vem do norte, do nordeste, da Bahia, e que chegam no Distrito Federal às centenas, aos milhares de individuos à procura de emprego, e de melhor vida. Estes individuos, na sua maior parte, já vêm contratados, e se dirigem à indústria e às contruções. Tenho observado que o Ministério do Trabalho não tem absolutamente tomado nenhuma providência no sentido de orientar essas grandes massas de trabalhadores para as lavouras do Estado do Rio e do Distrito Federal.

O sr. HEITOR GRILO — Vivemos no regime de Constituição, de país democrático, de economia livre, portanto. Esta implica em uma obrigação do govêrno para com os produtores, a qual, a meu ver, deve ser a da economia supletiva, da economia livre, da Constituição. O govêrno deve assistir-nos com suplementação de economia, dentro da qual acho que a suplemantação de braços deva ser uma função do govêrno.

Sabemos que tal suplementação não tem sido dada dentro da medida desejada porque, infelizmente, os que estão afetos a essa tarefa vivem em regime administrativo, completamente incompatíveis com a natureza do serviço.

Temos uma Di: ão de Terras e Colonização no Ministério da Agricultura, que fez as suas colonias al fora, mas que não traz qualquer influência na produção. Temos, igualmente, um Departamento de Imigração que nos está trazendo imigrantes, mas que os não traz na quantidade desejada pela lavoura brasileira.

Sabemos que a migração interna, últimamente, se tem dado devido ao fator seca do norte, beneficiando uma parte de São Paulo, resultando, porém, em uma perturbação total, especialmente para as Metrópoles, porque o Distrito Federal, no fim de tudo, é o grande sacrificado, é ele que tem de sustentar favelas, aumentar o numero e capacidade das escolas, aumento de hospitais, etc., não só para essa população que econômicamente vale muito pouco, como também para socorrer os Estados em tedor, como do Rio e Minas, que não possuem tais recursos.

Destarte, a mão de obra devia ser valorizada, buscando-se o trabalhador agrário em paises como a Italia e outros, que têm uma tradição agricola. Creio que essa deveria ser a função numero um do govêrno: procurar êsses trabalhadores em regiões agrícolas italianas, por exemplo, e não em cidades, fazendo contratos com fazendeiros brasileiros que os queiram admitir.

Admitimos que o trabalhador europeu não vem para o Brasil simplesmente porque vem passear; ele vem aqui para ganhar dinheiro e, para isso,

precisa ter a sua passagem, a sua família, a sua casa. Um imigrante desses significa, no mínimo 45 a 50 mil cruzeiros. É uma colonização cara, mas necessária.

O que noto é que os estudos a respeito não estão sendo postos no campo prático. Vemos, por exemplo, em matéria de laranjas, mesmo na lavoura do Distrito Federal, que estamos desenvolvendo a horticultura e tratando de ver se podemos vencer êsses poucos citricultores que existem. Contudo, a mão de obra é fator que tudo consome, pois são 35 a 40 cruzeiros diários, em terras que nem sempre são mecanizadas.

Estamos introduzindo paulatinamente o pequeno e o médio trator, mas isso não adianta. A operação de colheita, por exemplo, e a de pulverização contra pragas, têm de ser feitas pela mão do homem. E os pomares do Distrito Federal estão com pragas terríveis, além da mosca e da hortésia.

O trabalho manual e individual só pode ser feito por operários qualificados. Se o trabalhador nacional não está nessa altura, se não possui escola, um meio de aprender, temos de recorrer ao estrangeiro que sai por preço muito elevado. Neste caso, os particulares não concordam em contribuir com uma parte dessas dessas. O ônus, portanto, que pesa para o govêrno é muito grande, o qual não pode, sòzinho, resolver todos êsses problemas.

A situação agravou-se, a meu, porque o problema de colonização e imigração ficou abandonado durante muitos anos. Estamos, agora, vendo os efeitos cumulativos. Não podemos, todavia, deixar de considerar os problemas do govêrno, que urgem ser resolvidos.

Acredito que nas recente mensagens que o govêrno fez à Câmara, unificando os serviços de imigração e colonização, objetivou o caso mais de perto, dando-lhe uma nova orientação, a que o Ministério da Agricultura está tomando agora, com a lei que pede seja posta de lado tôda e qualquer intervenção do Tribunal de Contas e Dasp que são bonitos teòricamente, mas que, na prática servem para impedir uma ação adequada e eficiente, e mais, que a Carteira de Imigração permitia a importação dessa gente, mediante um financiamento.

Creio que se houver uma comissão brasileira na Europa que saiba escolher as zonas agrícolas boas e trazer bons imigrantes, selecionando-o como se selecionam os animais que para aqui vêm — é lógico que não quero comparar o homem a êsses animais — teremos já dado um grande passo para a solução do assunto.

O imigrante é um fator econômico caro. Portanto, se essa lei fôr posta em execução e se o govêrno tiver a prudência de escolher boas comissões, que saibam selecionar o imigrante, julgo que o problema estará bem encaminhado.

Em relação à citricultura estou vendo que não só a mão de obra e outros problemas mencionados pelo Dr. Sodré, mas também o preço da terra está exigindo o estudo de novas zonas para a formação de novos pomares.

O sr. EGBERTO LAND — Mais distantes da zona rural do Distrito Federal.

O Sr. HEITOR GRILO — Perfeitamente. Se a terra passa do valor agrícola para o valor imobiliário de subúrbio ou de zona urbana, evidentemente não se vai plantar uma laranjeira onde se deve plantar uma casa.

Considero êsse fator econômico o que deva dominar. Não se deve, também, deixar êsse aspecto vencer totalmente. Acho que devemos pugnar pela aprovação de um Código Rural que determine as zonas de produção porque êste estabelecendo que a zona do Distrito Federal deve compreender zonas tais e tais, o incorporador já deixa de empregar o seu dinheiro naquele setor agrícola, o que não se está dando.

O grande sitiante e agricultor, meu amigo Jonas, que conhece o assunto, sabe perfeitamente que na zona dêle, que é magnífica, do ponto de vista agrícola, os loteamentos estão dominando, porque não há uma lei que o impeça. O dono do terreno acha que ali é um bom emprêgo de capital: loteia, coloca meio fio e ganha o dinheiro. Cria, portanto, problemas para a Prefeitura, problemas de água, saneamento, escolas e tudo mais, o que para êle pouco importa, pois, quem os tem de resolver é o govêrno.

Julgo indispensável que a Comissão Nacional de Política Agrária faça a delimitação dessas zonas porque, assim, poderemos, inclusive, estabelecer que a zona de laranjeiras ideal continua a ser Nova Iguaçu. Nova Iguaçu está muito valorizada. Acredito, no entanto, que haja muitas propriedades em zonas de Nova Iguaçu cujos terrenos, hoje, não dão mais para laranjeiras. Os fatores clima e solo daquela zona, para laranjeiras, dificilmente poderão ser suplantados.

Quais seriam as outras zonas? Lembro-me muito bem de que o govêrno francês estabeleceu uma lei, desde o tempo de Napoleão, no sentido de que a champagne, naquele país, fôsse produzida na região de Champagne que hoje fica a uma hora de Paris. Ali, pois, ninguém plantou arranha-céus. Trata-se de terreno calcáreo, próprio para a champagne, com um clima único no mundo.

Aquela região poderia ter sido loteada; entretanto, não o foi por fôrça de uma lei que a transformou em reserva agrícola.

Não havendo essa lei os fatores salientados pelo prezado colega e distinto amigo Dr. Sodré são fatores econômicos contra os quais nos temos de render à evidência. Nova Iguaçu foi valorizada, porque foi cortada por uma grande rodovia que a transformou de zona laranjeira em subúrbio do Rio de Janeiro. Passou Nova Iguaçu a ser o dormitório do Rio e, como tal, a ter um valor não mais laranjeiro mas de subúrbio do Rio. É uma coisa muito séria, muito mais grave mesmo do que o caso da embalagem, do que o das cambiais, porque os donos dessas terras preferem, evidentemente, vendê-las por muito mais.

A mesma coisa está sendo verificada no Distrito Federal. A Secretaria que dirijo está fazendo um trabalho gigantesco para combater certas pragas. Entretanto, estamos notando que o rendimento da terra está compensando o seu valor. A cidade evoluiu de uma forma extraordinária. Se não vier uma lei que delimite essas regiões, que devem ser urbanas, suburbanas ou rurais, as incorporações continuarão e a atividade citrícola dará origem a uma atividade imobiliária.

Considero, pois, esta Mesa Redonda, que a tradicional Sociedade Nacional de Agricultura houve por bem convocar e a que eu compareço prazeirosamente, como um conclave de importância não regional, mas, nacional. Veio ela ressaltar não só êsses problemas que são evidentes, como também mostrar ao govêrno a necessidade de o Ministério da Agricultura e o Banco do Brasil se articularem com os exportadores e produtores de laranjas, muitos dos quais aqui estão, dentre êles um velho ami-

go e que é, no assunto, profundo conhecedor, quem poderá, certamente, dizer que estará disposto a atender a um apêlo, uma vez que o govêrno estabeleça novas zonas. Vamos ter de abandonar uma zona para criar uma nova. Estou convencido de que isto é possível. Talvez na Bahia ou em outros locais

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Em Rio Bonito, por exemplo.

O Sr. HEITOR GRILO — Temos de defender os interêsses do Distrito Federal e do Estado do Rio à custa de muito dinheiro e valorização. O amigo falou e conhece bem o assunto, porque ele possui terras com um valor hoje quase que da Av. Rio Branco. Não vai, pois, plantar laranjeiras na Av. Rio Branco...

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Tive oportunidade de conversar há pouco com pessoas de grande responsabilidade no assunto, conhecidas do ilustre Secretário da Agricultura do Distrito Federal e posso afirmar que a sua exposição coincide exatamente com o que ouvi das mesmas: a terra valorizou-se exageradamente no que respeita ao problema de braços. Pode-se dizer que Nova Iguaçu e outros municípios vizinhos passaram a dispor de um braço mais indolente, que tem preguiça de vir ao Distrito Federal trabalhar, de pior qualidade que, em geral, costumamos ter.

A idéia de se criarem novas zonas agrícolas, visando qualidade de terras, de clima e fator ecológico seria, de fato, de uma importância absoluta.

Segundo me consta, não temos um problema de exportação para êste ano. Precisamos é nos tornar de novo produtores e talvez grandes produtores de laranja. A escolar seria nova, onde houvesse muito transporte e talvez aproveitando uma parte dessa emigração do nordeste, organizando-a nesse sentido. Nesse caso, poderíamos lembrar que o Estado do Rio produz, realmente, fruta excepcional, a melhor do país. Poderíamos, assim, produzir a nossa laranja seleta, que desapareceu, a lima que existe alguma, mas por preço quase proibitivo.

O Sr. HEITOR GRILO — É a mais consumida e procurada no mercado local. Tanto que os pedidos que recebo de cooperativas é só para laranja lima. Um viveiro de 150 mil mudas está totalmente absorvido. No Distrito Federal, o que resta de sitiantes prefere a laranja lima, porque tem mercado certo, não havendo o problema de exportação, e porque vende por preços altos. A lima está sendo vendida a 12 e a 15 cruzeiros a dúzia. Dá muito mais margem que a maçã e a pêra.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — E a tendência é para subir cada vez mais.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — De forma que reputo a idéia de novas zonas um problema muito interessante.

O Sr. HEITOR GRILO — A grande vantagem das novas zonas seria a de que levamos hoje para lá uma grande experiência. Já conhecemos a variedade, as doenças, a melhor distância, etc. A embalagem, a frigorificação, todo aquele trabalho que desde 1922 nos tem absorvido não constitui mais novidade. Sabemos mais que é possível hoje, mediante um plano financiado pelo Banco do Brasil e assistidos pelo Ministério da Agricultura e pelas Secretarias da Agricultura, que poderiam dar bonificação até um certo limite de plantio, a, vamos dizer, 10, 20 ou 30 mil mudas, refazer-se tudo isso com muito pouco dinheiro. Um plano para cem milhões de cruzeiros creio que seria extraordinário

O Sr. JONAS .... — Venho de uma viagem do Rio de Janeiro e São Paulo, inclusive Araras, onde o Sr. Alberto Cocozza esteve trabalhando e onde há boa fruta. Não fui a Bebedouro porque tenho muitos amigos que de lá vieram há uma semana. Bebedouro é hoje uma zona de grande influência e arrebanhando grande capital para plantação de laranjas. Naquela localidade já há uma produção de 30 a 40 mil caixas de laranjas. Em Araras está sendo feita uma plantação astronômica. Em Limeira há uma plantação extraordinária, feita por homem de grande visão, que é o Sr. Pires Lopes, que absorve, só para adubo dessa chácara, a manutenção de cêrca de 80 a 100 vacas.

No entanto, a delimitação de uma zona só poderá ser feita, conhecendo-se os seus frutos, dando garantia a um prazo mínimo prèviamente estabelecido e que venha compensar a plantação. Para justificar êsse prazo necessitaria de fazer um retrospecto da situação da laranja em 1941, quando estivemos reunidos, sob a presidência do saudoso Leonardo, no Conselho de Comércio Exterior, onde solicitei a simples contribuição do govêrno de 2,00 por caixa para a manutenção do parque citrícola nacional. Naquela época eu alertava o govêrno para o fato de que estavam sendo arrancadas laranjeiras para fazer carvão. E hoje, só de um local, o govêrno se vê privado de 150 mil para loteamento: Bangu, Campo Grande e suas adjacências.

No centro de São Paulo, em Limeira, existe uma zona que é própria para cana e que 10 ou 20 mil cruzeiros de diferença em alqueire não vêm perturbar o usineiro. Entretanto, quem tem laranjais, dado o preço que está conseguindo no mercado de São Paulo, não deixa de plantá-las, nem que a terra valha uma fortuna.

Encontrei em Araras plantações de laranja nos moldes da Califórnia. Possuo até documentação fotográfica, porque me impressionei grandemente ao ver laranjeiras plantadas com as raízes à mostra, apenas o pião enterrado e o cuidado de serem limpas tôdas as raízes fora da terra. Essas fotografias tirei-as com intenção de dá-las ao Dr. Moura, que é estudioso no assunto.

Quanto às pragas, o que está ùnicamente grassando naquela região é a mosca. No Distrito Federal temos a broca. Aqui mesmo há agrônomos que foram ao meu sítio e viram que estou combatendo prova com óleo de automóvel, queimado.

O prejuízo do parque citrícola vem da falta de amparo do govêrno, exclusivamente, porque se o desse em 1951 teríamos hoje não 5 milhões de caixas exportadas mas 10 milhões e ninguém poderia controlar a plantação de laranja, porque valeria a pena plantar.

O eminente Dr. Sodré, estudioso do assunto, disse que no ano passado exportamos 1 milhão e 170 mil caixas. Este ano exportaremos 700 mil o Distrito Federal tem no máximo, 700 mil caixas e, mesmo assim, com um refugo de 30 a 40%, isto levando em conta que o Ministério da Agricultura conceda aquela medida "choise", do contrário será impraticável a exportação.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Tenho uma idéia de que quando comecei a estudar citricultura os pomares novos que se erguiam no Distrito Federal e Nova Iguaçu produziam uma média de uma caixa por três árvores. Hoje não colhemos uma caixa de cinco pés de laranja

Quando em 1935 ou 1936 eu tive oportunidade de orientar o plantio de 30 mil árvores num terreno próximo das barcas de Niterói, ao lado da fábrica de cimento, Cia. Agrícola Bom Retiro, fiz enxertos em laranja da terra e chegamos a colher

mais de 10 caixas por árvore. Evidentemente êste plantio foi feito numa mancha de terra especial, num solo muito profundo, que permitiu o desenvolvimento dessas árvores, que foram plantadas num esquadro de 8x8, ao nível de mangueiras. Eram árvores enormes, colossais. Hoje, estão essas laranjeiras, infelizmente, abandonadas pela ação do cimento, porque a fábrica começou a funcionar, o que arrazou aquela plantação. Atualmente, não serve para exportação aquela laranja, porque começaram a classificá-la de laranja de cimento; o pó desprendido acumulava-se na fruta e não havia escova que conseguisse lavá-la, pois a sua duração era limitada.

Se, porém, conseguimos um plantio de 30 mil árvores que produziram isto, aqui no nosso solo, não seria possível, lògicamente, descobrir um maior número de zonas em que se pudesse obter produção idêntica? Naturalmente isso ainda não foi pesquisado. Ninguém procurou verificar se há solos semelhantes àquele, nas zonas de Magé, Rio Bonito, todos êsses setores novos que podem ser plantados, fazendo soerguer uma nova citricultura. Trata-se de um problema que compete aos técnicos do Ministério.

Esperamos, assim, que o Ministério promova medidas no sentido de orientar os novos citricultores que desejam encaminhar suas novas citriculturas caso haja interêsse no incremento das mesmas. Não vejo que êste interêsse possa surgir se continuarmos com os mesmos problemas sérios de até aqui, de encarecimento da produção, como, por exemplo o transporte. Os exportadores pagavam 2 mil cruzeiros por vagão para trazer a fruta das zonas de produção ao cais do Pôrto. Êste ano o frete subiu para 3 mil cruzeiros por vagão. Ora, com uma medida dessas é natural que não haja exportação de laranjas. E nós precisamos fazer todo o possível para reduzir êste custo da produção.

Sôbre impostos tenho em mãos umas notas. Foi criado êste ano, e entrará em vigor a partir de 1.º de julho vindouro, um impôsto de vendas e consignações, de 2,7% "ad valorem", no Distrito Federal.

No momento em que estamos, com tôdas as dificuldades para a exportação, pelo fato de que o nosso produto ficou tão caro que não pode competir no mercado externo, não podemos permitir que haja encarecimento maior dessa produção por fatores que podem ser eliminados, assim como os impostos. Além disso, há um impôsto alfandegário (de consumo) que recai sôbre o papel envoltório de laranja. Já se tentou por todos os meios provar que o papel para envoltório de laranja não se destina ao consumo no Distrito Federal. Êle é importado para ser novamente exportado; por que razão pois, se cobra um impôsto de consumo sôbre uma mercadoria que não é para o Distrito Federal e sim para ser exportada? É mais um encarecimento que recai no custo da produção, aumentando assim o valor da mercadoria.

O Estado do Rio cobra 3% de impôsto de exportação e 3% de vendas e consignações. Naturalmente, não podemos deixar de consignar que êsses impostos são elevados. Deveríamos facilitar a exportação, reduzindo ao mínimo possível êsses ônus que vêm encarecer o produto, tornando mais difícil a sua exportação.

Além dêsses impostos temos ainda as taxas de armazenagem, refrigeração, capatazias do pôrto do Rio de Janeiro que foram aumentadas; no ano passado, se não me engano, eram de 3,20 por caixa, passando êste ano para 4,50. Outro fator, portanto, no encarecimento do custo da produção.

"Desde a guerra, estamos exportando laranjas tipo "Escolha", bem inferior ao "Padrão" existente em 39, e isto, devido ao estado sanitário dos pomares. Mesmo assim, a laranja tem tido boa aceitação, pois, a laranja brasileira é conhecida como feia por fora, mas suculenta e gostosa. A resistência da fruta diminui, também, como se verificou em 1950 em Londres e França, mas, graças ao tratamento desinfetante da laranja nos packing-houses, houve poucas queixas em 1951. Êsse tratamento é, porém, caro."

Pergunto: seria sòmente o tratamento que hoje é feito para desinfeção da fruta, que determinou uma redução nas avarias constatadas na exportação de 1950? Acredito que com essa desinfeção tenha realmente melhorado muito.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Em Londres a fruta foi abandonada porque chegou muito atrazada. A diferença de 1950 para 1951, da fruta estragada deve-se à greve de Londres. Foram gastos 8 dias para a descarga de 4 vapores.

Quanto ao fato de ter chegado a fruta estragada à França, dispunha aquele país de apenas 4 vagões para transportá-la, tendo o fruto ficado 20 dias ao abandono no cais. Como não devia apodrecer ?

Êsse produto, atualmente, deve melhorar muito, mesmo quanto à embalagem. Quando se tratou de exportar, não se pensou em produzir melhor em se fazer melhor escolha em 1951. Em 1950, enquanto o mercado era livre, não se conhecia a assistência à fruta, foi ela assim mesmo encaixotada. O resultado foi o que conhecemos.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Vários fatores concorreram para que a colheita no ano passado fôsse melhor como, por exemplo os desinfetantes e as condições atmosférica e climatérica. Colheu-se laranja no ano passado exclusivamente na sêca. Já no ano retrazado a colheita foi feita com chuva.

Pràticamente fui eu o primeiro exportador no pôrto do Rio de Janeiro, o ano retrazado, para a Europa. A laranja chegou em ótimas condições na Holanda. Em todo caso também no ano passado não houve qualquer reclamação nas remessas feitas para a Europa e Buenos Aires. Nota-se que a resistência da fruta foi devido à sêca, período de estiagem, de crescimento e maturação da fruta. O mesmo não aconteceu em 1950 quando a fruta já se encontrava na caixa, fraca; bebeu água. Não podia, portanto, ter a mesma resistência. Mas que o remédio é bom, é. Sem dúvida alguma.

Fui testemunha agora, por exemplo, no caso da juta da Amazônia. Pois bem, fizemos uma verdadeira melodia a respeito. Aconteceu o seguinte. Em virtude da mão de obra e impostos altos que lá incidem sôbre a produção, a juta ficou preparada, pronta para exportação ao redor de 9,00. Por êsse preço a Índia coloca, através dos inglêses, noutros portos. Corresponde a meio dólar. O fato é que meio dólar para a produção brasileira não compensa. Se fôsse o dólar a 24,00, portanto, 12,00 meio dólar, colocaríamos imediatamente um excedente de juta que o govêrno financiou a aquisição. Ou adquiriu ou vai adquirir, incontinenti. Quer dizer, é dessas coisas que estão gritando alto demais. Automàticamente, receberíamos 10 milhões de dólares aqui e não haveria o encalhe da juta na Amazônia, o que, infelizmente, parece, vai se dar.

Com o algodão também vai acontecer o mesmo. O próprio govêrno se prendeu com o algodão. E, assim, uma serie de produtos tem de ser adquirida.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — O câmbio tem de ser livre. Devia ser assim: quem exporta, importa o artigo que deseja.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — No ano passado, dei várias entrevistas, focalizando de perto o interêsse imediato para a exportação.

O ilustre Dr. Grilo recebeu-nos em seu gabinete, fazendo-se um debate franco sôbre a situação. Chegou-se à conclusão de que se o Banco do Brasil não liberasse, não poderíamos assumir a responsabilidade de entregar o fruto para o próprio mercado interno. Sem exportação não podemos colher fruto para o mercado interno.

Depois de várias entrevistas — uma das quais em meu sítio, onde o reporter foi me procurar, assim como um senhor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A. que estava estudando o assunto — depois de perder o meu tempo em chamar a atenção do govêrno federal, da Cexim e do Banco do Brasil, fomos a uma reunião na Câmara Municipal. Mais tarde fui surpreendido com esta leitura, num jornal, do qual guardo êste recorte:

"REAJUSTADOS OS PREÇOS DA LARANJA NACIONAL NOS MERCADOS LONDRINOS

Em virtude da resistencia da CEXIM em não permitir o estabelecimento do regime de compensação, os preços da laranja brasileira reajustaram-se automàticamente no mercado de Londres. Os preços, que estavam em pouco mais de 30 "shillings" por caixa, oscilam agora entre 45 e 55 (shillings" conforme a qualidade da fruta), o que representa uma excelente cotação para o produto nacional. Dêsse modo, não se justifica a grita de alguns interessados, e muito menos o pedido de subvenção para a exportação de laranjas. Por outro lado, o mercado interno está cada vez mais ávido de laranjas, pagando também bom preço. As autoridades tomam providencias no sentido de defender êsse mercado, que é a grande área de absorção da nossa própria fruta.

Não há dúvida de que a subvenção aos exportadores ou a volta ao regime das compensações significariam tornar a laranja quase inacessível ao povo, tais os preços a que atingiria o produto."

A Cexim deu a nota à imprensa, mas, não veio depois dizer quanto perderam os exportadores de laranja em Londres.

Era bem oportuno que o Sr. Alberto Cocozza dissesse o resultado que teve em Londres. Esses preços foram em consequência da ausência da fruta sul-africana no mercado. A demora de dois navios que carregavam aqui, para Londres, ocasionou a alta do artigo. Dez dias depois, a laranja dava 50 a 60 cruzeiros de prejuízo em caixa, ao exportador brasileiro. Eu não pude mandar laranjas para Londres, diretamente. Vendi, sim, para Londres, mas tive de cessar meus embarques uma vez que fui atingido por êste prejuízo.

Estou, presentemente, na iminência de vender alguma coisa para cobrir os prejuízos do ano passado, e não exportei para Londres...

Na Argentina aconteceu a mesma coisa. Eram vendidas apenas 150 caixas de cada vez, com um mercado consumidor formidável. Resultado: terminou a exportação brasileira e meses depois ainda não tinha começado a venda no mercado argentino.

É raro o exportador brasileiro que não perdeu, no ano passado, com transações com a Argentina, 30 a 40 cruzeiros por caixa.

Era o que tinha a dizer sôbre a situação.

O Sr. ALTINO SODRÉ — A situação é muito séria para os citricultores. E, para agravar tudo isso, verificamos que os Estados Unidos bonificam com 1 dólar e 25 cada caixa de laranja que é exportada. Isso representa 24,00 por caixa.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — 1 dólar e 65.

O Sr. LUIZ PASSOAS SOARES — 1 e 65 atualmente.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Era 1 e 25; agora, 1 e 65. A 1 dólar e 25 seriam 24 cruzeiros.

Eles têm um mercado interno fabuloso.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — O interno não interessa, mas, sim, o externo.

O Sr. HEITOR GRILO — Se houvesse o mercado interno aumentaríamos o consumo e dentro de 15 ou 20 anos estaria o Brasil numa situação extraordinária. O necessário, no momento, são os recursos indispensáveis ou a modificação da política da Cexim. Caso contrário, os poucos laranjais que restam, desaparecerão.

O problema que aventei, de novos laranjais, é futuro, remoto. Acho que chegou o momento de lançarmos essa idéia: escolhermos as zonas e fazermos nelas um financiamento amplo, de 2 a 3 milhões de pés, em 15 anos, a juros de 4 a 6%, com garantia do packing-house. Considero isto fundamental, já que o Brasil cresce assustadoramente.

A medida imediata que reputo seria ou a subvenção ou um câmbio que permita o desenvolvimento da citricultura.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Estamos discutindo a salvação do parque citrícola atual e é um prazer ouvir o Dr. Grilo falar sôbre o futuro. O futuro, no entanto, deveria ser condicionado ao plantio racional e consequente aproveitamento no mercado interno. É uma vergonha mesmo dizer-se no Brasil que precisamos exportar laranjas, quando não as temos para abastecer o mercado interno. Isto porque em Belém do Pará seriam consumidas laranjas do Distrito Federal e Rio de Janeiro, do princípio ao fim do ano.

Não dispomos de frigoríficos. Basta dizer que o frigorífico de carne, existente em Belém, é de propriedade particular e a carne vem de Goiás e Mato Grosso, de avião.

Em Recife, foi posta à minha disposição, pelo representante da Seção de Turismo da Prefeitura, a câmara frigorífica para eu mandar laranjas; entrei em entendimentos e me foi dito que poderia dispor de uma capacidade para 150 caixas. Naquela cidade vende-se a laranja a 1,50 e a 2,00 em qualquer época do ano. A fruta do Distrito Federal alcança, em Recife, 3,00 o tipo que aqui se vende: 200, 216 e 226.

Salvador carece completamente de laranjas, no entanto, produz ela a melhor laranja do mundo. Não podemos mandar o produto para lá, porque não dispomos de distribuição naquela localidade, muito menos frigoríficos para armazenamento. Ademais, para vários vapores, precisamos entrar na "fila" para se conseguir praça e, mesmo assim, nem todos tocam em Salvador.

Vitória é, também, ótimo mercado para a nossa laranja. Já mandei alguma para lá, que, posteriormente, tive de fazer presente, porque mandei

30 caixas e verifiquei depois que não era mais possível conseguir praça para aquela Capital.

Tudo isto significa que estamos completamente desaparelhados no mercado interno. São Paulo é bem uma prova. Pela manhã, uma caixa de laranjas dá, em São Paulo, 150 cruzeiros; no meio dia desce para 60 e 70 cruzeiros, porque os caminhões que saem daqui de madrugada descarregam às 10 horas.

Não temos mercado apenas em São Paulo. Dispomos de um mercado consumidor invejável, que é o norte. São Paulo, também, dentro de dois ou três anos, sairá das cogitações do Distrito Federal.

A laranja Ramelt, em São Paulo, posta para exportação, é de primeiríssima ordem.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Onde chegar a laranja Pera, do Rio, chega a melhor laranja do Universo.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Não há a menor dúvida, mas, nós estamos em São Paulo, hoje, com um caso: a tangerina produzida aqui já não tem a mesma entrada em São Paulo.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — O nosso mercado precisa de 100 vêzes a laranja que atualmente produz.

O Sr. PANTALEÃO RIMADI — Temos de olhar o mercado externo, sem o qual não podemos manter o interno.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Aliás, o mercado interno poderia ser incentivado com a indústria do suco.

O Sr. HEITOR GRILO — Basta dizer que o Rio de Janeiro possui duas laranjadas de suco natural: uma a da Avenida e outra a da Rua do Ouvidor. Foi aumentado o preço de 1,20 para 1,50 o copo e houve uma grita geral.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Poderíamos solicitar à Carteira de Exportação e Importação condições especiais para a importação de frisas para o congelamento do suco rápido, como é feito nos Estados Unidos.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Isso é aparelhamento que custa milhões.

O Sr. HEITOR GRILO — E precisaríamos depositar o líquido num frigorífico. E um frigorífico de 1.000 toneladas custa 10 milhões de cruzeiros.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Tive aqui, uma ocasião, no Rio, umas carrocinhas que eram do Rio Bonito. Me apreenderam as corrocinhas, pois não podiam parar. Dei dinheiro para conseguir que parassem e não fui bem sucedido. Perdi 100 mil cruzeiros em três meses.

Não podemos exportar laranjas por um preço razoável, sem subvenção. Ou há compensação ou não há exportação, essa a minha opinião. A compensação deve ser feita não como era, sendo necessária tradição. Quem exporta, importa. Se eu exporto, vou arriscar uma importação. Se isto não se pode conseguir, vamos fazer como na Espanha em que o govêrno toma 25% e dá 75% ao exportador, com os quais êle importa o que muito bem quer.

Esta é a razão de o cruzeiro estar, como disse o Presidente do Banco do Brasil, desajustado. O seu reajustamento iria beneficiar porque estamos falando em economia nacional, de âmbito geral, não é só a laranja.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Com a libra a 80,00 não seria necessária essa discussão.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Se a Cexim não toma uma providência junto à Presidência da República para que haja liberação, pelo menos no campo da laranja, estejam certos os senhores de que a laranja deixará de ser artigo de cogitação da maioria dos exportadores. Eu, por exemplo, terei de vender a minha casa para salvar a minha posição social, pois, com mais um ano não sei se aguentarei e, assim, irei para a lavoura onde a despesa é menor. O meu negócio é a laranja, por isso aqui estou.

Uma vez reajustados todos êsses pontos teremos beneficiados não só a laranja, mas, também vários outros produtos.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — É um problema sério. A despesa vai quase a 60% do custo. O máximo que dá é 23,24 ou 25 sh., quando, no mínimo, precisamos de 35 sh.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — O problema é o câmbio e o novo parque citrícola. O que aconteceu até hoje não serve de base.

O Sr. HEITOR GRILO — O govêrno dava o subsídio atual para a formação do parque citrícola. Faríamos essa operação financeira, a fim de aguentar a situação presente, garantindo o parque citrícola futuro. O americano fez isso para tâmaras.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Há o subsídio nos Estados Unidos, como o há na Espanha.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — A Inglaterra também dá, em Londres, a vantagem de não serem pagos os direitos.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — A nossa concurrência foi sempre os Estados Unidos. Vejamos e estamos sem laranjas. O que acabou com a nossa laranja, porém, não foi a concurrência, mas a doença. Aguentamos muito bem a concurrência. O que nos desgraçou foi a moléstia. Por isso, não temos laranjas para exportar. Se quisermos exportar meio milhar de caixas de laranjas, onde vamos buscá-las? Não há. Vamos, então, fazer um parque laranjal que satisfaça às nosass necessidades. O que dificulta um pouco a solução do problema é já terem todos os Estados e municípios seus orçamentos feitos.

O Sr. ABERTO COCOZZA — Hoje a situação é diferente, pois não temos produção suficiente para atender ao consumo. Antigamente sempre sobravam laranjas.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Há um outro ponto que precisamos frisar: são os convênios.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Isso é outra coisa.

O SR. ALTINO SODRÉ — Mas existe com a Argentina.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Qual o convênio com a Argentina? Nenhum.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Possuímos, porém, naquele país, um saldo.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Falar nisso é perder tempo.

Estamos há quatro anos tentando recebê-lo. Todos estamos perdidos. Depois que ouvi S. Excia. o Ministro do Exterior, Dr. João Neves da Fontoura e o embaixador Batista Luzardo dizerem: não há meio, perdi as esperanças. Ainda se disse que se nós nada conseguíssemos com o embaixador, jamais poderíamos arranjar qualquer coisa. Aquilo, por enquanto está perdido.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Perdido, não. Eles apenas estão protelando. A dívida fica velha mas não apodrece.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Houve um meio de poder vir o dinheiro, mas, o Sr. Bevilaqua não quis. Era bloquear o que era deles aqui. Certamente, isto daria resultado. Não quiseram assim

proceder porque éramos pela primeira vez credores da Argentina. Agora, porém, já são passados 4 anos. Êles estão com o nosso dinheiro lá e com as frutas no frigorífico.

Não nos interessava, porém, receber grande quantidade de frutas em pagamento, pois não temos onde colocá-las. A Argentina tem como único mercado o Brasil.

O Sr. HEITOR GRILO — Êles se interessam muito, no momento, pela banana, tanto que a exportação subiu de 6 milhões para quase 12 milhões de cachos.

O Sr. JOÉ PIRES DE ALMEIDA — Está ultrapassada tôda a expectativa.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — O mesmo não se verifica com a laranja.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Poderia ser estudado um meio de resolver essa situação do dinheiro que está em poder dos argentinos, por intermédio mesmo da Secretaria da Agricultura, que solicitaria ao Banco do Brasil, uma vez relacionados os devedores em Buenos Aires, fôssem creditados em conta especial naquele banco os exportadores brasileiros, na importância correspondente ao saldo existente na Argentina. Assim, o Banco do Brasil, aqui, adiantaria aos exportadores uma importância X.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Não pode haver crédito especial. Propusemos isso, mas, não foi aceito.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Existe até o perigo dos exportadores perderem êsse dinheiro em caso de falência dos devedores.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Isso é um fato. Mas, principalmente as firmas que devem, têm o dinheiro depositado em um banco, como pertencente aos exportadores brasileiros.

Voltemos ao assunto da laranja.

Se os senhores pudessem tirar da laranja todos os impostos atuais, enfim, tudo que possa aumentar seu custo, como taxas de frigorífico, estiva, etc., seria um meio de concorrer para a solução do problema. Devo frisar especialmente o impôsto de 2,7% que aí vem.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Quanto a êsse impôsto, de vendas e consignações, devo dizer que vários amigos meus, Vereadores, também amigos do Dr. Grilo, já estão alerta para, na regularização desta cobrança, solicitarem a isenção da laranja do Distrito Federal. O Estado do Rio também entra no impôsto dos produtos exportadores por aqui.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Então, seria um absurdo: 3 + 3 + 2,7%. Se é pago o impôsto no Estado do Rio, não deve ser pago aqui.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Não paga, mas os fiscais obrigam. É preciso ir a Juízo para ganhar a questão.

A solução será conseguir-se dois mil alqueires de terra bem servida por transporte, com bom financiamento, a fim de se criar novos laranjais, porque os atuais nós consumimos e não satisfazem.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — É preciso que seja um financiamento longo, bom e barato.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — O financiamento da Prefeitura tem sido feito dessa maneira: um cavalheiro quer trabalhar na lavoura. Compra, então, um sítio. Aliás, posso até citar o caso de um conhecido do Dr. Sodré. Teve êle o financiamento do Banco da Prefeitura para comprar o sítio. Adquiriu-o e está pagando 5 mil e poucos cruzeiros por mês àquele estabelecimento de crédito. No entanto, pediu um auxílio para a lavoura e êste lhe foi negado. Hoje aquele sítio é um matagal. Há quatro anos se colhiam 500 caixas de laranjas; hoje não se colhem 10 caixas. Já o ano passado êsse sítio estava abandonado.

O sítio do Dr Ademar Barcelos é um matagal, nada havendo, pràticamente, para se colher e o Banco da Prefeitura está recebendo 5 mil cruzeiros por mês.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — O financiamento deve ser na base dos do Banco do Brasil: só depois de 5 ou 6 anos é que se começa a pagar. O juro lá é de 1%, com 30 anos de prazo.

Houve época em que meia dúzia de ilalianos sabidos, conhecedores do assunto, foram ao Banco solicitar o empréstimo, compraram as terras, plantaram sítios pequenos de 2 e 3 mil pés e depois de um ano os venderam. Assim, fizeram fortuna.

Outra coisa, no Brasil não existe, em parte alguma, chácaras com 60 mil pés de laranja.

O Sr. ALBERTO COCOZZA — A riqueza da Argentina era que as estradas de ferro, tôdas particulares, tinham um horto florestal analisando as terras onde percorriam os seus leitos e fornecendo as mudas necessárias, milhares e milhares de pés, para serem plantados. Isto fêz, na Argentina, de Rio Negro e Mendonza uma Califórnia.

O fator mais importante, assim, para êsse progresso, foram as estradas de ferro, porque tanto aqui como em Buenos Aires o interessado vai ao Ministério da Agricultura e não encontra enxêrto de coisa alguma.

Uma lei antiga, no entanto, referente às estradas de ferro, na Argentina, permitiam a qualquer cidadão fazer as plantações que desejasse. Assim, uma pessoa interessada em 20 mil pés de pera fazia o pedido e no ano seguinte êste era satisfeito.

O Sr. HEITOR GRILO — É o regime francês.

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Aqui, para se conseguir um empréstimo, são exigidos tantos documentos que dificultam a transação.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Sr. Pantaleão, quantos quilômetros tem a estrada de ferro que liga o parque citrícola da Argentina à capital?

O Sr. ALBERTO COCOZZA — 1.000 quilômetros.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Em quanto tempo é feito êsse percurso?

O Sr. ALBERTO COCOZZA — Em 16 horas.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Pois bem, temos, entre o parque citrícola do Distrito Federal e o cais do Pôrto do Rio de Janeiro, 35 quilômetros e são consumidos às vêzes 3 dias no trajeto. Isto quando o vagão não fica perdido no meio do caminho.

Na gestão do Sr. Alencastro Guimarães, um vagão de laranjas levou, de Campo Grande a São Paulo, 15 dias.

Houve o caso de um vagão que chegou a São Paulo e não se puderam aproveitar nem 10 caixas de laranjas.

É possível, dessa forma e com êsse frete — que dizem ser barato, mas que é três vêzes mais caro do que em qualquer outra parte do mundo — suprir-se ao menos o mercado interno?

O Sr. PANTALEAO RIMALDI — Desde que se consiga que não se toque nas laranjas, que os caminhões façam a descarga, pois é um absurdo o que se cobra apenas para pôr a caixa no chão, já teremos amenizada a situação. Será até um favor da estrada de ferro.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Na estrada de ferro é requisitado o vagão com um dia de antecedência. Tem-se, então, um prazo para carregá-lo. Se o trem que iria transportá-lo sair sem o mesmo, o vagão ficará pagando uma estadia diária de, no mínimo, 204 cruzeiros.

Não há responsabilidade da Central do Brasil em atender às requisições. Uma vez atendidas, porém, há a responsabilidade da parte em carregar, seja como fôr, os vagões.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Sr. Presidente, proporia fôsse nomeada uma comissão que concatenasse tôdas essas sugestões apresentadas nesta Mesa Redonda, a fim de que fôssem encaminhadas aos poderes competentes.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Se todos concordam com a proposta do Dr. Sodré, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

Aprovado. Desejaria o Dr. Sodré designar os membros dessa comissão, da qual S. S. seria componente?

O Sr. ALTINO SODRÉ — Está presente o Dr. Moura que é pessoa bastante abalisada e competente para essa indicação.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Seria interessante escolhermos um representante da classe, um do Ministério da Agricultura, que poderia ser o Dr. Moura.

O Sr. DUTRA MOURA — Proporia, então, a inclusão do chefe da Secção de Fruticultura.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Fariam, neste caso, parte da comissão o Dr. Sodré, o Sr. Heitor Grilo...

O Sr. HEITOR GRILO — Pediria permissão para indicar, em meu lugar, o Sr. Eduardo Hugo Frota, chefe do Serviço de Horticultura, que está bem a par do assunto.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — A comissão seria, então, constituída dos Srs.:

Altino Sodré — Diretor-técnico da Sociedade Nacional de Agricultura.

Eduardo Hugo Forta — da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Joel Cavalcanti Afonso Ferreira — do Ministério da Agricultura.

Luiz Passos Soares — horticultor.

Carlos A. G. Schraider — do Sindicato do Comércio de Frutas.

Geraldo Immediato Bittencourt — Representante da Cexim.

A Sociedade Nacional de Agricultura sente-se desvanecida por êsse esfôrço dos senhores em debater um problema tão crucial para a citricultura brasileira e comércio da laranja e acabamos de verificar que há, por assim dizer, uma unidade de vistas sôbre o assunto. Todos estão de acôrdo em que há duas facetas: uma da exportação e outra ou recuperação. Esta visando o mercado externo futuro e aquela o mercado interno presente e bem assim o socorro à safra atual.

Acredito que as entidades às quais enviaremos as sugestões, encontrarão um meio de acomodar às necessidades gerais e, assim, dentro de uma fórmula perfeitamente possível, vencer esta quadra econômica difícil que atravessa a nossa citricultura e os seus problemas mais vitais, hoje tão brilhantemente debatidos nesta Casa.

Ademais, é nosso presidente o Dr. Luiz Simões Lopes, que é o Diretor da Cexim e, consequentemente, conhece os problemas bem de perto e com muito carinho procurará dar, também, dentro do seu elevado critério, uma solução equitativa para o caso.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Desejava que fôsse incluído na comissão um representante da lavoura, um produtor e, assim, apontava o Sr. Luiz Augusto Thiago da Silva.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Muito bem, um dos grandes produtores da zona de Iguaçu.

Pediria à comissão a fim de que acordasse com o Dr. Sodré para que o assunto não morra tão prontamente, porque êle deve ser malhado enquanto está quente.

O Sr. HEITOR GRILO — Pediria que a comissão encaminhasse separadamente as conclusões de sua alçada. Há, por exemplo os problemas de tributação de laranja no Distrito Federal e Estado do Rio, de difícil solução em conjunto.

No Brasil queremos sempre fazer uma coisa grande, muito bonita, perfeita, envernizada; no fim, não se faz coisa alguma. É preferível que as conclusões sejam divididas e, por exemplo, uma delas digo: o Distrito Federal deve suprimir as tributações que incidem sôbre a laranja. Outra dirá: o Estado do Rio deve fazer a mesma coisa. Com isso pode-se ajudar o problema da laranja.

O Sr. ARTHUR OBERLAENDER TIBAU — Seria interessante fôsse êsse apêlo feito por parte dos agricultores, através da Federação ou da Confederação Nacional, porque isso representaria uma grande fôrça junto aos poderes políticos do Estado do Rio que vão, em última análise, decidir a questão.

Se assim acontecesse e a Confederação tivesse o interêsse que a questão merece, creio que seria de grande importância lançar mão dêsse recurso. O mesmo fariam, junto à Prefeitura do Estado do Rio, as suas associações.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — A Confederação Rural esteve aqui representada na pessoa do Sr. Rubens Farrula, e esta reunião foi feita de comum acôrdo com aquela entidade

O Sr. TIBAU — Pretendo que ela tome a si essa tarefa, levando, em nome da classe, êsse pedido ao govêrno e, ao mesmo tempo, fazendo ver a influência decisiva dessa medida na solução do problema.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente — Tôdas as sugestões apresentadas serão encaminhadas aos poderes competentes, através da Confederação

O Sr. JOSÉ PIRES DE ALMEIDA — Em nome da FARESP solicito que me seja, depois, fornecido o endereço para onde aquela entidade poderá mandar o seu trabalho técnico em defesa do citricultor paulista.

O Sr. LUIZ AUGUSTO THIAGO DA SILVA — Sr. Presidente, ilustre Prof. Grilo, acabo de ouvir esta Mesa Redonda e devo dizer que, como lavrador, há longos anos que venho debatendo êsses problemas.

Fazendo um apanhado do que acaba de se realizar aqui, penso, em primeiro lugar, que o govêrno deve abrir facilidades à exportação, com que o lavrador será incentivado. O homem que vive na gleba tem amor a ela. Eu entrei criança para uma gleba e estou envelhecendo nela e não a quero largar. Como eu, muitos outros.

Hoje, deveríamos ter aqui a casa cheia. E por que não temos? Pela falta de estímulo. Será essa falta dos poderes competentes ou será nossa? Nossa não é, pois temos feito o máximo possível. Ergue-

mos Iguaçu e fomos mimoseados com o impaludismo. Não só eu, como a minha família e meus colegas. Quantos homens tombaram ao fazer daquele lamaçal um jardim! Hoje, vivo desanimado. Nesta Casa mesmo, quanto me debati pelo problema! O "Correio da Manhã", igualmente, quanto se vem debatendo por essa causa. Fala-se em procurar outros centro, para que? Fala-se em estímulo, mas, para que êste exista é necessária a intervenção do govêrno, com a abolição de impostos, taxas, etc.

A Espanha, a Argentina, todos dão compensação aos lavradores; por que o nosso país não faz o mesmo? Uma vez não sendo compensado, nosso produto não tem valor. Por isso, quem quer morar no mato anos e anos? Sem confôrto, sem diversão... Eu, por exemplo, vivo há 40 anos na gleba e ainda não pude adquirir um automóvel. Tenho 7 filhos que trabalham na gleba e vêm para o Rio de Janeiro à noite, a fim de estudar, indo jantar às duas horas da madrugada.

Assim sendo, urge que o govêrno tire êsses impostos dêsses brasileiros que vivem encanecidos no trabalho da terra, encanecidos na exportação e vendo perder a sua fortuna. Só assim haverá o estímulo, pois nossos filhos já não mais querem ficar nas glebas. Abram-se os portos, financie-se o exportador e o lavrador. Então, essa mocidade, homens arrojados que vão para os campos, irão procurar novas zonas para fazer êsse parque citrícola.

Se a venda de um sítio dá melhor produto, como o meu, em que fui vendendo terras e plantando casas, fazendo novos vizinhos, é claro que assim procederemos. Se, no entanto, formos compensados, procuraremos novos setores para explorar, porque o homem da lavoura é sempre dedicado à terra.

Há dias, por exemplo, foi um homem apaixonado pela lavoura ao meu sítio, dizendo que desejava terminar seus dias tratando da terra. Para isso, todvia, é preciso fomento, é preciso abolir êsses impostos e outros tributos que, onerando de tal forma o produto, chegam a constituir um caso vergonhoso.

Como as coisas vão, não há o estímulo e a vontade de plantar. Plantei cêrca de 6 mil pés de laranjas e, no entanto, jamais fui bem recompensado. É preciso haver compensação para que nossos filhos continuem a tarefa. A solução é, pois, abolir os impostos e abrir os portos.

O Sr. ALTINO SODRÉ — Uma vez terminados os trabalhos de tradução do apanhado taquigráfico, convocarei todos os membros da comissão para uma reunião.

O Sr. PANTALEÃO RIMALDI — Pediria ao representante da Cexim fizesse apêlo veemente ao seu diretor no sentido de tentarmos salvar o ano de 1952.

O Sr. GERALDO IMMEDIATO BITTENCOURT — Reconheço os seus problemas, mais, infelizmente, não tenho poderes para resolvê-los.

O Sr. LUIZ AUGUSTO THIAGO DA SILVA — O govêrno tem de intervir e penso que o Presidente Vargas agirá nesse sentido.

O Sr. LUIZ PASSOS SOARES — Queria, Sr. Presidente, congratular-me, em nome dos lavradores do Distrito Federal e dos exportadores, pela feliz iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura em proporcionar esta Mesa Redonda, para salvar a produção citrícola que não deixa de ser o grande alimento que temos.

Basta mencionar que, ao se iniciar a safra da laranja, todos os empregados não levam comida para a chácara. Em compensação não aguentam carregar um caixa de laranja. Passados alguns dias, alimentando-se exclusivamente da laranja, já podem palmear um caixa. Reputo, portanto, a laranja o melhor alimento que temos e a sua plantação e industria mais desprezada e menos vista pela Carteira de Exportação e Importação e, ainda, até hoje, pelo govêrno federal.

Espero que esta Mesa Redonda, dado o cunho de responsabilidade da mesma, pois foi feita sob os auspícios desta grande Sociedade Nacional de Agricultura, encontre éco em S. Excia. o Sr. Presidente da República, fazendo-o interessar-se por êsses problemas, assim como o Sr. Luiz Simões Lopes, que está à testa da Cexim.

O Sr. ALBERTO RAVACHE, Presidente. — E, aliás, é o nosso devotado Vice-Presidente.

Vou encerrar esta reunião, agradecendo, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, especialmente aos Srs. representantes do Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Joel Afonso Ferreira, ao Prof. Heitor Grilo, ao Sr. Representante da Cexim, do Ministério do Exterior, da Confederação Rural Brasileira, da FARESP, aos exportadores de laranja e a todos aqueles que intimamente vinculados com êsses problemas nos deram a honra de sua presença, assim contribuindo para fixarmos mais um marco capaz de trazer aos citricultores do Distrito Federal a esperança de melhores dias.

(É encerrada a sessão as 18,25 horas).

Em consequência, foram enviados aos poderes públicos os seguintes memoriais, nos quais a Sociedade Nacional de Agricultura advoga as medidas julgadas indispensaveis à solução do assunto:

"Excelentíssimo Senhor Doutor Getulio Vargas, Digníssimo Presidente da Republica. — Por ocasião da recente "Mesa Redonda" promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura para debater os problemas que afligem a citricultura nacional, foi nomeada uma Comossão de Citricultura, incumbida de apresentar ao Poder Publico as necessidades mais prementes dessa lavoura e preconizar as medidas governamentais que se julga suficientes para evitar a gradual extinção daquela fonte de riqueza que é a laranja brasileira. Daí o presente memorial, que deverá transmitir a V. Excia as conclusões a que se chegou no citado conclave, e solicitar que V. Excia. determine o estudo e a pronta solução dos referidos problemas, para o merecido amparo da citricultura nacional, ora gravemente ameaçada pelo declínio da exportação e o abandono dos pomares.

1º — EXPORTAÇÃO

A laranja, é, talvez, dentre todos os produtos do país, o único que, para assegurar no mercado interno um suprimento abundante e barato, exige a existência dum mercado no exterior. É que a colheita integral dos pomares, nas épocas mais apropriadas, como é feita para a exportação, não só facilita o combate às pragas, como ainda, pelo rigor da seleção para a exportação, faz sobrar grande quantidade para o consumo interno. Deve V. Excia lembrar-se que, ao tempo das grandes exportações antes da guerra, a laranja abundante exercia um papel regulador nos preços das demais frutas nacionais e estrangeiras.

Feitas estas considerações, desejamos apresentar, de modo resumido e sucinto, o principal problema da citricultura, que é o da exportação.

A conquista dos mercados europeus, pré-guerra, foi fácil à laranja do Brasil, pelo seu baixo custo, suas qualidades de sabor e suculência, e pelo fato de ser colhida justamente nos meses de entre-safra das frutas européias, primavera e verão de lá. No entanto, o encarecimento do custo da produção no após-guerra, aliado à redução do mercado devido à quebra do padrão da libra esterlina e das demais moedas européias, fizeram com que a nossa laranja perdesse por completo o seu poder de competição.

A inclusão da laranja entre os chamados "produtos gravosos" sujeitos ao auxílio dos "prêmios do fomento" em negócios de compensação, em 1950, veiu aliviar de certa forma a crise, proporcionando a exportação de um milhão de caixas. Cessando tal ajuda, o escoamento declinou de 70% para a Europa no ano próximo passado, e para o corrente ano urge encontrar a formula salvadora para impedir a perda dos mercados.

O plano aventado pelos principais exportadores contorna o principal obstáculo, que é o excessivo encarecimento da importação pelos ágios pagos pelos importadores: Propõem eles que o Banco do Brasil lhes faculte licenças de importação de quaisquer produtos de importação tradicional dos paises compradores das nossas laranjas, até oitenta por cento do valor das divisas obtidas pelas laranjas. Destarte, com o lucro normal de tais importações, obterão eles a margem suficiente para cobrir-se da diferença de preço e custo da laranja. Abrangendo apenas cerca de £ 400.000 (ou o seu equivalente em outras moedas) ou sejam, cerca de vinte milhões de cruzeiros, o licenciamento de tais importações não poderá transtornar sèriamente a política restritiva seguida até agora pela Carteira de Exportação e Importação no que concerne os "importadores tradicionais" dos diversos ramos que nem poderá causar forte preocupação à industria nacional.

A bem dizer, não é nenhuma inovação o que pleiteiam os exportadores de laranjas, eis que, a Espanha vem concedendo igual sistema para subvencionar sem ônus próprio a sua citricultura, facultando aos seus exportadores o uso de divisas oriundas da sua atividade para adquirem no estrangeiro o que lhes pareça lucrativo.

Os detalhes do plano brevemente descrito mais acima, ficarão a cargo da Carteira de Exportação e Importação, que poderá entrar em entendimentos com os exportadores de laranjas para conhecer-lhes as pretensões de importação, orientando-os no sentido de escolherem produtos que além de lucrativos sejam convenientes do ponto de vista econômico nacional.

Em vista de achar-se já em seu início a safra cítrica, pede a Comissão que V. Excia haja por bem determinar a maior urgência no estudo e decisão da proposta que veiculamos.

2.º — NOVAS PLANTAÇÕES

A falta de loteamento nas cercanias da Capital Federal e a invasão de pragas e da doença denominada "tristeza" nos pomares do interior do Estado de São Paulo, fizeram regredir considerávelmente a produção de laranjas nas duas regiões exportadoras do país. Quanto à laranja fluminense, foi aventada a possibilidade de ser encontrada nova zona adequada para o plantio, em outra região accessivel, porem, mais afastada do Rio de Janeiro, sendo necessário para tal "desideratum", uma pesquiza metódica por parte dos agrônomos do Ministério da Agricultura. Uma vez encontrada a nova zona, seria então elaborado pelos antigos citricultores e exportadores interessados no futuro parque citrícola, uma plano de financiamento que lhes permitisse a organização dos novos pomares, valendo-se da experiência adquirida nos ultimos trinta anos nesse mister.

Pedem porisso os interessados que V. Excia. haja por bem determinar ao Ministério da Agricultura a nomeação de uma comissão de agrônomos para os estudos preliminares e a pesquiza mencionada, o que poderá, quiçá, ser feito em colaboração com as autoridades do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade Nacional de Agricultura poderá, também, colaborar nessa tarefa, de grande alcance para o futuro desenvolvimento da citricultura.

Como dissemos inicialmente, quiz esta Comissão limitar-se, no presente memorial, ao essencial, não tocando na complexidade dos muitos problemas que ainda affligem a lavoura citricola, a fim de conseguir mais fácil e ràpidamente o beneplácito de V. Excia. às solicitações feitas.

Nesta esperança, que augura nova vida aos belos laranjais do Brasil, renovamos a V. Excia. os protestos de nossa elevada consideração e aprêço.

A COMISSÃO DE AGRICULTURA: **Alberto Ravache** — Da Sociedade Nacional de Agricultura; **Altino de Azevedo Sodré** — Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; **Carlos A. G. Schrader** — Do Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas".

"Excelentissimo Senhor Prefeito do Distrito Federal.

Atendendo à sugestão que nos foi dada pelo eminente secretário da Agricultura do Distrito Federal, senhor Doutor Heitor Grillo, quando por ocasião da "Mesa Redonda" promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura em 10 do corrente mês, sugestão essa no sentido de serem apresentados separadamente a cada um dos Poderes Publicos os problemas que lhe digam respeito, para a salvação da citricultura nacional, ora gravemente ameaçada por uma crise sem precedentes que pretende a sua breve extinção, — vem esta comissão submeter à apreciação de Vossa Excelência, resumidamente, as conclusões a que chegaram os componentes do referido certame, solicitando-lhe um estudo das mesmas e, possivelmente, a adoção de medidas em amparo da unica produção agricola exportável do Distrito Federal.

Antes de entramos na exposição dos problemas, cabe-nos ressaltar a importância da citricultura para o Distrito Federal, pois, deve-se a ela, em em torno da Capital Federal tem-na como esteio grande parte, o saneamento de vasta zona outrora insalubre, e a produção rural do "cinturão verde" econômico indispensável para a fixação do pequeno lavrador. Daí ser imprescindível conservar essa riqueza, obviando por medidas rápidas e eficazes o seu declínio.

São os seguintes os problemas que demandam solução da Prefeitura do Distrito Federal, segundo foram definidos pela "Mesa Redonda":

1.º — O encarecimento da produção da laranja;

2.º — O abandono da citricultura devido à va-

lorização das terras de plantio consequente aos loteamentos;

3.º — Falta de braços e falta de financiamento.

———

1.º — ENCARECIMENTO DA PRODUÇAO DA LARANJA

A produção exportável da laranja sofre forte concurrência no exterior, sendo necessário baixar-lhe o custo para conservar os mercados. A exportação é necessária porque, permitindo a colheita integral dos pomares em época apropriada, facilita o combate às pragas e faz baratear o suprimento de grandes quantidades de laranjas no mercado interno. A contribuição da Prefeitura do Distrito Federal por nós visada, seria, em primeiro lugar, a isenção do novo imposto de "vendas e consignações" recem-criado para a exportação, e, possivelmente, a redução do impôsto territorial sôbre as plantações e do predial sôbre as casas de embalagem. Com efeito, a laranja não mais comporta os encargos que se lhe vem lançando como se verifica pela redução de 50% na exportação do ano passado.

2.º — O ABANDONO DA CITRICULTURA DEVIDO A VALORIZAÇAO DAS TERRAS DE PLANTIO, CONSEQUENTE AOS LOTEAMENTOS

O consenso eral dos membros da "Mesa Redonda", quando a êste problema, foi no sentido de feito um apêlo a V. Excia. para que, numa lei a ser preconizada pelo Executivo, as zonas mais apropriadas por seu clima, qualidade de solo, acessibilidade aos transportes, etc., sejam reservadas, exclusivamente à produção agrária, impedido, outrossim, o fraccionamento em lotes inferiores a ... hectares para a venda de tais terras. Foi citado, como exemplo, pelo Sr. Prof. Grillo, a região da Champagne nos arredores de Paris, reservada para a viticultura. Com efeito, o abandono de grandes pomares nas adjacencias de Bangu, no ultimo, e o crescente loteamento de terras em Campo Grande, fazem temer pela sorte dessa lavoura, se nada for feito para resguarda-la da sanha imobiliária das empresas de loteamentos. Além disso, os encargos da Prefeitura quanto ao suprimento de água, saneamento, escolas, etc. seriam igualmente limitados.

3.º — FALTA DE BRAÇOS E FALTA DE FINANCIAMENTO

Os dois problemas são de certo modo ligados entre si, pela circunstância do grande encarecimento na fixação do trabalhador rural na lavoura citrícola. Os produtores necessitam de grandes capitais para o alargamento e a manutenção do parque citrícola, e os dispêndios para trazer braços são excessivos sem o financiamento barato e accessível, a prazo longo. Como é do conhecimento de V. Excia., o laranjeira somente atinge a sua plenitude de produção após cerca de seis anos; nos pomares atingidos a adubação para o restabelecimento da produção plena exige dois anos. Porisso, os citricultores e exportadores pedem facilidades de crédito a longo prazo, no Banco da Prefeitura

Estamos confiantes em que V. Excia. examinando o que sucintamente expuzemos, não deixará de adotar as medidas necessárias para a solução dos diversos problemas. Todavia, desejamos encarecer a V. Excia. a urgência dessas soluções, uma vez que, segundo o depoimento de vários exportadores e citricultores, a safra do corrente ano, já iniciada, está ameaçada de novo colapso pior do que o de 1951.

Nessa expectativa, valemo-nos do ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de nossa elevada consideração e aprêço.

A COMISSAO DA CITRICULTURA: **Alberto Ravache** — Da Sociedade Nacional de Agricultura, Presidente da Sessão; **Altino de Azevedo Sodré** — Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; **Carlos A. G. Schrader** — Do Sindicato do Comércio Atacdista de Frutas).

"Excelentíssimo Senhor Comandante Ernani do Amaral Peixoto, Digníssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Por ocasião da recente "Mesa Redonda" promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura para debater os problemas que affigem a citricultura nacional, foi nomeada uma Comissão da Citricultura e Citricultor incumbida de apresentar aos Poderes Publicos alguns dos assuntos mais prementes, preconizando medidas de amparo que venham obviar o atual declinio e a gradual extinção dessa grande fonte de riqueza que a laranja brasileira. Daí virmos à presença de V. Excia. para, resumidamente, submeter ao govêrno do Estado do Rio de Janeiro, como maior produtor da melhor laranja do país, as várias conclusões a que chegaram os pre...des ao conclave citado, solicitando que V. Excia. determine o estudo e a pronta solução dos problemas em questão, visando, no limite do possivel, a conservação e o fomento da citricultura fluminense, gravemente ameaçada neste momento. O resumo que fazemos diz respeito unicamente aos problemas da alçada estadual, pois, resolvemos apresentar a cada um dos Poderes Públicos concernentes àquilo que possa resolver, para não tumultuar com a complexidade dos fatos, a análise da situação.

Não precisamos frizar, porque V. Excia. sobejamente a conhece, a importante obra de saneamento que na Baixada Fluminense foi realizada pelos produtores de laranjas, em época recente, fazendo duma região insalubre e inhóspita, um verdadeiro jardim. A plantação de árvores frutíferas promove, de maneira impar, a fixação do lavrador à gleba, e o desvelo e carinho com que deve tratar o seu pomar, são o maior anteparo ao abandono da terra pela prole.

Porisso mesmo estamos certos de que V. Excia. aceitará de bom grado as sugestões contidas nêsto memorial.

São os seguintes os problemas que demandam solução do govêrno do Estado do Rio de Janeiro, segundo foram definidos pela "Mesa Redonda":

1.º — O encarecimento da produção da laranja;

2.º — O abandono da citricultura devido à valorização das terras de plantio consequente aos loteamentos;

3.º — A necessidade da formação de novos laranjais;

4.º — Falta de braços, e falta de financiamento

1.º — O ENCARECIMENTO DA PRODUÇÃO DA LARANJA

A produção exportavel da laranja sofre forte concurrência exterior, sendo urgentemente necessário baixar-lhe o custo para que possa conservar os mercados. É necessário manter-se a exportação ao exterior porque, ensejando a colheita integral dos pomares, em épocas mais apropriadas, facilita o combate às pragas que assolam as plantações, fazendo ainda baratear o suprimento de grandes quantidades de laranjas ao mercado interno. No entanto, a taxação excessiva de impostos estaduais impede a redução do custo, o que já em 1951 ocasionou uma queda de 50% na quantidade exportada. Assim, com a abolição da isenção que a laranja fluminense teve durante a guerra, viu-se o citricultor onerado em 6% "ad-volrem", isto é, 3% de imposto de exportação e 3% de imposto de vendas e consignações, além das majorações dos demais impostos estaduais. A contribuição do govêrno de V. Excia., assim pois, seria, em primeiro lugar, a isenção dos impostos ou de pelo menos um deles, e a redução dos impostos que gravam os pomares citrícolas e as casas de embalagem, dando assim maior incentivo à produção.

2.º — O ABANDONO DA CITRICULTURA DEVIDO A VALORIZAÇÃO DAS TERRAS DE PLANTIO, CONSEQUENTE AOS LOTEAMENTOS

O consenso geral dos membros da "Mesa Redonda", quando a êste problema, foi no sentido de ser feito um apêlo a V. Excia. para que, numa lei a ser preconizada pelo Executivo, as zonas mais apropriadas, por seu clima, a qualidade de suas terras, a sua accessibilidade aos tranportes, etc., sejam reservadas, exclusivamente, à produção agrária, impedido, ainda, o fracionamento em lotes inferiores a ... hectares para a venda de tais terras. Como exemplo das vantagens de tal legislação, o Sr. Heitor Grillo citou a região da Champagne nos arredores de Paris, reservada para a viticultura e que porisso não foi invadida pelas construções urbanas. Efetivamente, o abandono de grandes pomares nas imediações da Rodovia Presidente Dutra e em Nova Iguaçu, no ultimo ano, deve-se à valorização das terras em consequência dos loteamentos desenfreados, quando é certo que justamente a laranja dessa região é a mais saborosa dentre todas, convindo preservá-la.

3.º — A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE NOVOS LARANJAIS

Um dos fatores do encarecimento da produção é a relativa escassez de frutas por pé, em comparação com as colheitas assás abundantes verificadas em solos mais profundos. Na baixada fluminense em geral, são necessários de três a cinco pés de laranjeiras para preencher um caixa de colheita, e mesmo com adubação não se consegue senão relativa melhoria. No entanto, é certo que em plantações feitas em outras regiões do Estado tem havido safras de cerca de 10 caixas de colheita por pé de laranjeira, o que indica que a árvore sendo plantada em solo profundo e com esquadro suficiente, poderá retribuir um multiplo do que vem acontecendo nos laranjais de Nova Iguaçú. A pesquiza em busca de terras adequadas para a formação de novos pomares poderia ser facilitada pelo govêrno de V. Excia., em colaboração com o Ministério da Agricultura, elaborando-se então um plano de financiamento a longo prazo aos citricultores e exportadores que, valendo-se da sua longa experiência na Baixada, queiram instalar-se em tais zonas. A Comissão desde já oferece a sua colaboração nesse trabalho.

4.º — FALTA DE BRAÇOS E FALTA DE FINANCIAMENTO

Os dois problemas são, de certo modo, ligados entre si, pela circunstância da fixação do trabalhador rural na lavoura citrícola exigir, hoje, um empate de capital considerável, muitas vezes inaccessível ao citricultor empenhado na conservação do seu laranjal ou no replantio, pois, a laranjeira nova somente atinge a sua plenitude de produção de seis anos, e a velha, adubada, exige dois para voltar a produzir fortemente. Na ausência de financiamento por parte do Estado, pedem os citricultores então, uma colaboração das autoridades estaduais que poderão intervir perante o Govêrno Federal no sentido de serem por êste encaminhados à lavoura citrícola os trabalhadores rurais imigrantes do interior e do exterior.

Na certeza de que as nossas idéias assim resumidamente expostas, encontrarão no esclarecido espírito de administrador que guia os destinos do Estado do Rio de Janeiro, o éco que merecem, desde já consignamos os nossos agradecimentos, renovando a V. Excia., a segurança de nossa eleva consideração e aprêço.

A COMISSÃO DE CITRICULTURA: **Alberto Ravache** — Da Sociedade Nacional de Agricultura, Presidente da Sessão; **Altino de Azevedo Sodré** — Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; **Carlos A. G. Scharader** — Diretor do Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas.

BANCO DO BRASIL S. A.

ÁTA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS, REALIãADA EM 24 DE JUNHO DE 1952

Aos vinte e quatro dias do mes de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, reunidos, às dezesseis horas, em terceira convocação, na sede do Banco do Brasil Sociedade Anônima, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, acionistas, representando cinquenta e nove milhões quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos cruzeiros, e todos êles com direito de voto, conforme se verifica de suas assinaturas a páginas trinta e nove e quarenta do "Livro de Presença", com as declarações exigidas na Lei, o Senhor Presidente do Banco, Doutor Ricardo Jafet, assumindo, na forma do artigo quarenta e quatro dos Estatutos, a presidência da Asembléia, convida para servirem como Primeiro e Segundo Secretários os acionistas Julio de Mattos e José Willemsens Junior, respectivamente

A INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

O Senhor Presidente declara instalada a Asembléia Geral Extraordinária convocada, pelos editais de vinte e sete de maio e dez e dezessete de junho de mil novecentos e cinquenta e dois, para o fim específico da reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos, e sulienta que, tratando-se de terceira convocação, deverá a Assembléia, segundo o artigo cento e quatro do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, funcionar, nessa eventualidade, com qualquer número de acionistas presentes. A pedido do Senhor Presidente, o Primeiro Secretário procede à leitura do Aviso do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, assim concebido: "Ministério da Fazenda — Aviso número trezentos e quatorze — Em dezenove de junho de mil novecentos e cinquenta e dois. — Senhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima — Comunico-vos que, por portaria desta data, resolvi designar o Procurador Geral da Fazenda, bacharel Haroldo Renato Ascoli, para representar o Tesouro Nacional na Assembléia Geral dêsse Banco, a realizar-se no dia vinte e quatro do mês em curso. Saudações — Horácio Lafer." A Portaria a que faz referência o dito Aviso está assim redigida: "Ministério da Fazenda — Portaria número duzentos e setenta e dois, de dezenove de junho de mil novecentos e cinquenta e dois — O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda resolve designar o Procurador Geral da Fazenda Pública, bacharel Haroldo Renato Ascoli, para representar o Tesouro Nacional na Asembléia Geral Extraordinária do Banco do Brasil Sociedade Anônium, a realizar-se no dia vinte e quatro do corrente mês. — Horácio Lafer." O Senhor Presidente, por deferência especial, convida para tomar assento à mesa o Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, o maior acionista do Banco, possuidor que é de mais de cinquenta e cinco por cento de suas ações. O Senhor Presidente pede ao Primeiro Secretário proceda, para seu registro em ata, à leitura dos editais de convocação publicados nas edições do "Diário Oficial" e do "Jornal do Comércio" de vinte e oito, vinte e nove e trinta de maio e onze, doze, treze, quatorze, dezoito, dezenove e vinte de junho de mil novecentos e cinquenta e dois e que são dêste teor: "Banco do Brasil Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — *Primeira convocação* — Por deliberação da Diretoria, convido os Senhores Acionistas para uma Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se, em primeira convocação, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, às dezesseis horas do dia dez de junho próximo, a fim de deliberarem sôbre a reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos do Banco.

Ficam, em consequência, suspensas, por dez dias, as transferências de ações, a contar de trinta e um dêste mes. — Rio de Janeiro, vinte e sete de maio de mil novecentos e cinquenta e dois — Ricardo Jafet, Presidente." — "Banco do Brasil Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — *Segunda convocação* — Não tendo comparecido à Assembléia, para hoje convocada, Acionistas, com direito de voto, que representassem dois terços, no mínimo, do capital, vimos, em nome da Diretoria e de acôrdo com o artigo quarenta e três dos Estatutos, novamente convidar, em segunda convocação, os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta capital, no dia dezessete do mês em curso, às dezesseis horas, a fim de deliberarem sôbre a reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos. Continuarão suspensas as transferências de ações até dezesseis do corrente, inclusive — Rio de Janeiro, dez de junho de mil novecentos e cinquenta e dois. — Ricardo Jafet, Presidente." — "Banco do Brasil Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — *Terceira convocação* — Não tendo comparecido à Assembléia, para hoje anunciada em segunda convocação, Acionistas, com direito de voto, que representassem dois terços, no mínimo, do capital, vimos, em nome da Diretoria e de acôrdo com o artigo quarenta e três dos Estatutos, novamente convidar, em terceira convocação, os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta capital, no dia vinte e quatro do mês em curso, às dezesseis horas, a fim de deliberarem sôbre a reforma dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos. De conformidade com o artigo cento e quatro do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, a Assmbléia Geral Extraordinária se instalará em terceira convocação com qualquer número de acionistas presentes. Continuarão suspensas as transferências de ações até o dia vinte e quatro do corrente, inclusive. — Rio de Janeiro, dezessete de junho de mil novecentos e cinquenta e dois — Ricardo Jafet, Presidente".

AMPARO AO PEQUENO PRODUTOR

Finda a leitura, pelo Primeiro Secretário, do último desses três editais, por isso que a leitura dos demais foi dispensada pela Assembléia, por proposta do acionista Manoel Gomes Moreira, o Senhor Presidente declara que, em se tratando da reforma sòmente dos artigos sete e trinta e um dos Estatutos, vai, para boa regularidade dos trabalhos, abrir discussão sôbre cada um dêles, de per si, submetendo-os, da mesma forma, à votação dos Senhores Acionistas presentes. Acrescenta que, esgotada a ordem do dia, passará a se ocupar da proposta que se acha sôbre a mesa, subscrita por alguns dos Senhores Acionistas, para a reforma de outro dispositivo estatutário, isto é, do artigo quatro. Após, o Primeiro Secretário, por incumbência do Senhor Presidente, procede à leitura da exposição justificativa da Diretoria, relativa à reforma do artigo sete dos Estatutos ,a qual se acha assim formulada: — "Ilustres Senhores Acionistas — O amparo e o estímulo ao pequeno produtor sempre constituiram preocupação fundamental de todos os Governos, como solução para o fomento da pequena propriedade rural e meio indispensável para incorporar o seu gigantesco mas diluido esfôrço num programa racional de desenvolvimento da produção. Todavia, a fim de que se possa reclamar dêsses elementos a colaboração que dêles pode e deve esperar a coletividade, imperiosa se torna a eliminação das dificuldades e dos fatores negativos com que tropeçam na obtenção do crédito, condição primária e decisiva para o crescimento da riqueza nacional. Dentro dêsses postulados, que se ajustam com a orientação traçada pelo Excelentissimo Senhor Presidente da República para a recuperação e o fortalecimento da economia do país, e tendo em vista, por outro lado, o compreensível e habitual temor do pequeno agricultor e criador ao complicado formalismo das medidas de segurança, com que o capital busca inteira cobertura dos riscos inerentes no seu mercado, agravado pelo desproporcional ônus que representa a constituição de garantias sôbre modestos financiamentos, é que verificamos a conveniência de modificar o sistema em vigor no Banco, aumentando-lhe a flexibilidade e adaptando-o à realidade nacional, de sorte a não entravar a assistência financeira que se deve àqueles preciosos cooperadores do nosso progresso. Pode-se, talvez, argumentar que a segurança das operações ficaria

comprometida pelo estabelecimento de critério mais liberal do que o vigente. Acreditamos sinceramente, porém, que o maior risco será anulado pela influência do grande número de pequenos empréstimos e pelos efeitos de uma regulamentação capaz de impedir os negócios de finalidade aleatória ou não econômica; e o país, para que todos voltamos o melhor de nossos esforços, será de sobejo compensado pelos frutos que resultarão da iniciativa, em prol de uma estabilidade maior e mais segura de sua estrutura econômica. Nessas condições, propomos aos Senhores Acionistas que ao artigo sete dos Estatutos do Banco — em que são instituídas as normas básicas das operações em geral — seja acrescentado mais um inciso, que tomará o número treze, assim redigido: "*Décimo terceiro — Conceder empréstimos a prazo não superior a um ano, aos pequenos produtores rurais, para o financiamento de suas atividades agrícolas ou pastoris, não podendo a quantia emprestada a cada devedor exceder de cinquenta mil cruzeiros, em nenhuma hipótese. Parágrafo único. Para a concessão dos empréstimos autorizados neste inciso, poderá ser dispensada a exigência de garantias reais ou pessoais de pagamento, sendo, porém, necessário que os pretendentes exerçam diretamente a atividade agrícola ou pastoril, assim como preencham os requisitos de idoneidade, tradição e indiscutível capacidade profissional.*"

Concluída essa leitura, o Senhor Presidente abre discussão sôbre a reforma do artigo sete, nos têrmos propostos pela Diretoria. Os acionistas Edmundo Barreto Pinto e Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, depois de copiosas considerações, apresentam emenda no sentido de que, em vez de cinquenta mil cruzeiros e do prazo de um ano para os empréstimos aos pequenos produtores com atividades rurais comprovadas, como consta da proposta da Diretoria, sejam os limites fixados em cem mil cruzeiros e vinte e quatro meses, respectivamente. O Senhor Presidente esclarece, a propósito, que a autorização estatutaria existente limita os prazos dos empréstimos, na forma do crédito pessoal e direto, ao prazo máximo de seis meses e que a Diretoria, ao pretender dilatar esse prazo para um ano, tivera em vista estender ao maior número de pequenos produtores rurais os benefícios da assistência imediata, de que carecem para o fomento de suas atividades agrícolas ou pastoris. A nova modalidade proposta pela Diretoria — acrescenta — se aprovada, em nada prejudicará as condições dos empréstimos normais realizados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que prevêm prazos maiores, baseados na capacidade de produção de cada um. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente submete a votação, em primeiro lugar, a proposta dos acionistas Edmundo Barreto Pinto e Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, que é rejeitada por maioria, sendo, em seguida, aprovada integralmente, por maioria, a proposta da Diretoria para a reforma do artigo sete dos Estatutos.

OUTROS ASSUNTOS

Após, o Primeiro Secretário, a pedido do Senhor Presidente, lê a exposição justificativa da Diretoria, relativa à reforma do artigo trinta e um dos Estatutos, elaborada nos seguintes termos: "Ilustres Senhores Acionistas — O Conselho Fiscal, no seu parecer de vinte e um de março deste ano, apreciado pela Assembléia Geral Ordinária de vinte e nove de abril próximo findo, assim se manifestou, a propósito da remuneração da Diretoria: "Seis. Desde o exame das contas do exercício de mil novecentos e quarenta e seis, o Conselho Fiscal propôs, sempre com a aprovação dessa Assembléia Geral Ordinária, fôsse distribuida a cada um dos membros da Diretoria do Banco uma bonificação igual à percentagem estatutária a que tinham direito, ou seja de cento e vinte mil cruzeiros, bonificação essa elevada, nos exercícios de mil novecentos e quarenta e nove e mil novecentos e cinquenta, a duzentos e quarenta mil cruzeiros. Em sessão ordinária de trinta de julho de mil novecentos e cinquenta e um, o Conselho Fiscal, considerando a indiscutível exiguidade da remuneração mensal atribuida aos membros da Diretoria do Banco pelo artigo trinta e um dos Estatutos, aprovados em dez de março de mil novecentos e quarenta e dois, e tendo em vista as despesas ordinárias de representação a que estão obrigados aqueles titulares, solicitou ao Banco efetuasse, a partir de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um, o pagamento mensal, a cada um dos membros de sua Diretoria, de um duodécimo da importância total da percentagem estatutária e da bonificação de duzentos e quarenta mil cruzeiros, como

adiantamento a compensar quando ditas vantagens viessem a ser distribuidas. Neste ensejo, pedimos a essa Assembléia Geral Ordinária aprove aquela nossa recomendação, fazendo-se, relativamente ao exercício de mil novecentos e cinquenta e um, a outorga da mesma bonificação de duzentos e quarenta mil cruzeiros, conferida a cada um dos membros da Diretoria do Banco no exercício anterior, e que se destacará da respectiva previsão". O parecer do Conselho Fiscal, subscrito por todos os seus ilustres membros, foi aprovado pela Assembléia Geral Ordinária, excetuado apenas o seu item *sete*, assim concebido: "Sete. Todavia, persistindo os mesmos motivos que ditaram aquela medida, e *ad referendum* da primeira Assembléia Geral Extraodinária a realizar-se, sugerimos pague o Banco à sua Diretoria, em vez da remuneração estipulada no artigo trinta e um dos Estatutos, a quantia mensal de cinquenta mil cruzeiros para o Presidente e de quarenta e cinco mil cruzeiros para cada um dos Diretores, a começar de janeiro deste ano, sem embargo da distribuição regular da percentagem estatutária." Deste modo deliberou a Assembléia Geral Ordinária de vinte e nove de abril último, por entender — em face do pronunciamento de vários dos Senhores Acionistas, secundados pelo digno representante do Tesouro Nacional — que o item *sete* do parecer do Conselho Fiscal — envolvendo matéria de reforma dos Estatutos — sòmente através de uma Assembléia Geral Extraordinária poderia ser considerado, para solução. Cumprindo tal decisão, a Diretoria deliberou convocar a presente Assembléia, para, apreciando a matéria, alterar o artigo trinta e um dos Estatutos. Cumpre-nos, por oportuno, lembrar aos Senhores Acionistas, data vênia, que, de acôrdo com o artigo trinta e um dos Estatutos, aprovados em dez de março de mil novecentos e quarenta e dois, portanto há mais de dez anos, os dirigentes do Banco devem receber, mensalmente, apenas a remuneração fixada nos Estatutos: cinco mil cruzeiros para o Presidente e quatro mil cruzeiros para os Diretores; de seis em seis meses, depois do balanço semestral, têm direito à percentagem máxima de sessenta mil cruzeiros; e se a Assembléia Geral Ordinária, que aprovar as contas assim o decidir, como o fez a partir de mil novecentos e quarenta e seis, e especialmente nos exercícios de mil novecentos e cinquenta, sòmente depois de sua realização anual é que os membros da Diretoria recebem a bonificação concedida, de duzentos e quarenta mil cruzeiros a cada um. Total mensal, se observada a forma adotada para o seu pagamento: Presidente, trinta e cinco mil cruzeiros e cada um dos Diretores, trinta e quatro mil cruzeiros. Óbvio é, portanto, Senhores Acionistas, que a insuficiência da remuneração e o sistema de seu pagamento ocasionam um desequilíbrio, que urge evitar, entre a receita e a despesa mensais dos dirigentes do Banco, os quais, sòmente com tardança, o que é relevante, são reembolsados, em parte, do dispêndio feito com a sua custosa representação.

Em vista do exposto, sugere a Diretoria, *nos têrmos da proposta original do Conselho Fiscal*, alterar-se o artigo trinta e um dos Estatutos, o qual, com vigência a partir deste exercício, passará a ter a seguinte redação: "*Artigo trinta e um. A remuneração mensal será de cinquenta mil cruzeiros para o Presidente e de quarenta e cinco mil cruzeiros para cada um dos Diretores. Além dessa remuneração, terá cada Diretor, inclusive o Presidente, direito a percentagem de meio por cento sôbre os lucros líquidos verificados em cada balanço semestral, não podendo, entretanto, essa percentagem exceder de sessenta mil cruzeiros*". Termina essa leitura, o Senhor Presidente abre discussão sôbre a reforma do artigo trinta e um, nos têrmos da proposta da Diretoria. Falaram longamente, apoiando-a, os acionistas Claramundo Rosa Nepomuceno da Silva e Manoel Gomes Moreira, que compararam a reduzida remuneração em vigor da Diretoria com os altos honorários de diretores de outros estabelecimentos bancários e de emprêsas industriais e comerciais de porte. O acionista Edmundo Barreto Pinto sugeriu que, em aproveitando a oportunidade, se concedesse aumento ao funcionalismo do Banco. Salientou o Senhor Presidente que a proposta — como consta da exposição justificativa — não partira pròpriamente da Diretoria, mas do Conselho Fiscal. Acrescentou que conhecia perfeitamente a situação dos funcionário do Banco e que em outubro de mil novecentos e cinquenta e um, já, portanto, na sua gestão, lhes concedera, com vigência a partir de primeiro junho daquele ano, substancial aumento de vencimentos, que, posteriormente, por ser de justiça, se tornou

extensivo aos funcionários aposentados; reservava, porém, à Diretoria, o cuidado de examinar o assunto sempre que necessário, com isso concordando o acionista Edmundo Barreto Pinto. O Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, com a palavra, propõe uma emenda a proposta da Diretoria para a reforma do artigo trinta e um, consubstanciada no seguinte acréscimo: "*Parágrafo único. A partir de maio de mil novecentos e cinquenta e três, a remuneração mensal da Diretoria obedecerá ao quantum fixado pela Assembléia Geral Ordinária*". Encerada a discussão, o Senhor Presidente submete a votação a proposta da Diretoria e o acréscimo da parágrafo único sugerido pelo Doutor Haroldo Renato Ascoli, sendo aquela proposta aprovada por maioria e o acréscimo por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente informa à Assembléia que tem sôbre a mesa, para solução, proposta, datada de sete de junho de mil novecentos e cinquenta e dois, firmada pelos acionistas Jabour Exportadora S. A., Abrahão Jabour, João Jabour e João José de Figueiredo, para reforma do artigo quatro dos Estatutos, ou seja, do aumento do capital para um bilhão de cruzeiros, mediante a incorporação de parte das reservas do Banco. Aduz, todavia, que não lhe é possível submeter a proposta à deliberação da Assembléia em face do artigo quarenta e quatro, parágrafo segundo, dos próprios Estatutos, que é claro e preciso ao dispor que "nas assembléias gerais extraordinárias não se poderá tratar senão do objeto declarado nos anúncios de covocação". Sendo evidente, a impossibilidade de deliberarem os Senhores Acionistas, nesta Assembléia, sôbre a reforma de outros dispositivos estatutários, o Senhor Presidente, assim considerando, facultou, entretanto, a palavra aos que dela desejassem fazer uso, mas tão sòmente para discussão da proposta. Falaram, justificando-a, os acionistas Clarimundo Rosa Neponuceno da Silva, João Jabour e Manoel Gomes Moreira, tendo o Doutor Haroldo Renato Ascoli, por sua vez, feito uso da palavra para pôr em relêvo rezar o artigo quatro dos Estatutos que o capital do Banco é de cem milhões de cruzeiros, o qual será aumentado para duzentos milhões, de acôrdo com a delibarado pela Assembléia Geral Extraordinária de onze de novembro de mil novecentos e trinta e seis, que houve, é inegável, uma resolução dos Acionistas, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, no sentido de elevar o montante do capital social ao dôbro do em que se expressa; que, entretanto, cabia esclarecer que determinada não foi a data ou ocasião em que a medida deveria efetivar-se; que a Assembléia deixou ao prudente arbítrio da Diretoria a escolha dessa oportunidade e que as sociedades por ações, nas quais o Govêrno Federal interfere directamente na constituição dos órgãos de sua administração ou seja subscritor de parte seu capital, *verbi gratia* o Banco do Brasil Sociedade Anônima, se encontram, pelo Decreto-lei número dois mil novecentos e vinte e oito, de trinta e um de dezembro de mil novecento e quarenta, excluidas da aplicação obrigatória das normas estabelecidas em a Lei das Sociedades por Ações e referentes a fundos de reserva". O acionista Manoel Gomes Moreira pede a inserção, em ata, da seguinte indicação: "Indico para efetivação do que determina indiscutivelmente o hegundo período do artigo quatro dos nossos Estatutos, que, a critério da Diretoria, seja retirada de um dos vultosos Fundos de Reserva de nosso Banco a importância necessária ao aumento do nosso capital para duzentos milhões de cruzeiros, conforme deliberação aprovada pela nossa Assembléia Extraordinária realizada em novembro de mil novecentos e trinta e seis." O Senhor Presidente, reafirmando que qualquer assunto estranho à ordem do dia para que foi convocada a Assembléia Geral Extraordinária poderia ser objeto de discussão, porém não de deliberação, dá por encerrados os debates sôbre o aumento de capital assegurando que, brevemente, será convocada pela Diretoria uma nova Assembléia Geral Extraordinária para reforma de outros dispositivos dos Estatutos não mais condizentes com a realidade brasileira no campo econômico-financeiro, apreciando-se, na ocasião, a conveniência da reforma do capítulo dois, relativo ao capital e às ações do Banco. Nada mais havendo a tratar que dissesse respeito aos objetivos da Assembléia, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, agradecendo a honrosa presença dos dignos Senhores Acionistas, notadamente a do ilustre representante do Tesouro Nacional, Doutor Haroldo Renato Ascoll; e, com todos se regozijando pela justeza das deliberações tomadas, volta a manifestar

a esperança de que próxima Assembléia Geral Extraordinária — efetuando, como já assinalou, outras alterações nos dispositivos estatutários, inclusive no capítulo cinco, referente às operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, resultante do seu novo regulamento aprovado pelo Govêrno Federal em seis de fevereiro de mil novecento e cinquenta e dois — neles também inclua os concernentes às atribuições a serem delegadas a uma Carteira que possivelmente se criará — a de Colonizaçã Nacional pelo eminente Presidente Getulio Vargas. Encerrada a sessão, às dezessete horas e cinquenta minutos, eu Julio de Mattos, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata, a qual, lida e achada conforme, é devidamente assinada. — *Julio de Mattos — Ricardo Jafet — José Willemsens Junior — Haroldo Renato Ascoli.*

A Sociedade Nacional de Agricultura no Primeiro Congresso Nacional do Fumo



Ao alto, a mesa que presidiu os trabalhos, no ato inaugural; em baixo, parte da assistência

Do Sr. Dr. Antonio de Arruda Câmara, vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e presidente da Delegação da mesma ao 1.º Congresso Nacional do Fumo, recentemente realizado na Bahia, recebeu o Dr. Arthur Torres Filho o ofício que se segue:

"A Delegação designada por Vossa Excelência para representar a Sociedade Nacional de Agricultura no Primeiro Congresso Nacional do Fumo, realizado em Salvador de 12 a 20 do corrente, ao dar por terminada a missão que lhe foi confiada, vem muito respeitosamente, fazer um relato suscinto das suas atividades naquele importante certame.

Além das contribuições anexo relacionadas, que a Delegação apresentou, tivemos oportunidade de, tanto nas sessões Plenárias como nas Comissões de estudos de teses, defender pontos de vista expostos por Vossa Excelência e que substancialmente interessam à Sociedade Nacional de Agricultura.

Na Associação Bahiana de Agronomia realizou o Chefe da Delegação uma palestra sobre a organização da classe rural brasileira, assunto que vem merecendo todo o apoio do Governador Regis Pacheco.

Na excursão realizada à zona fumageira tivemos oportunidade de tomar parte na solenidade de inauguração do marco comemorativo do início da cultura do fumo no Estado, iniciativa devida a Antonio Moreno, pioneiro da plantação racional do

fumo na Bahia. Em Maragogipe, Cachoeira e São Felix, visitamos as instalações industriais de fumo, e em Cruz das Almas, as plantações particulares e as oficiais, destacando-se entre estas as do Instituto Agronômico do Leste, e, entre aquelas, as das Firmas Luiz Barreto Filho e Suerdieck.

Temos a grata satisfação de esclarecer a Vossa Excelência que coube à Delegação, além da 1.ª Vice-Presidência e a 3.ª Secretaria da Mesa que dirigiu os trabalhos do Congresso, a Presidência da Comissão de Conclusões e a palavra de agradecimento, em nome das Delegações, pela magnífica e cativante acolhida que tiveram na histórica cidade de Salvador. Junto uma fotografia em que estão fixados dois apectos da solene instalação do memorável Congresso.

Esforçaram-se os delegados da Sociedade Nacional de Agricultura no sentido de demonstrar a necessidade da Bahia produzir fumos capeiros para atender às necessidades da indústria nacional e de evitar fôsse aprovada proposição pleiteando a incidência do impôsto de consumo sôbre o fumo em corda, isto por se tratar de produto tipicamente agrícola.

Em Salvador, no Instituto Normal da Bahia, foi realizada uma exposição magnífica e que deu uma idéia segura e exata do desenvolvimento da fumicultura brasileira, em seus variados aspectos e problemas.

A Delegação, ao concluir esta rápida exposição, deseja agradecer a Vossa Excelência a honrosa missão que lhe foi confiada e para a qual não poupou esfôrços para levá-la a bom têrmo".

As contribuições da S. N. A., em número de onze, são as seguintes:

DA ORGANIZAÇÃO RURAL DOS PEQUENOS FUMICULTORES DA BAHIA — Eng. Agr. Julião Barroso Ramos;

CONTRIBUIÇÃO — Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura;

DA NECESSIDADE DE UM PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS QUE TRABALHAM NA LAVOURA DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA OPORTUNIDADE DO LEVANTAMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DE ASSOCIAÇÕES DE PLANTADORES DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DA DISSEMINAÇÃO DE CURSOS DE PREPARAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DA SELEÇÃO DE BOAS VARIEDADES DE FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira

DA NECESSIDADE DA ADUBAÇÃO NA CULTURA DO FUMO — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO MEIO RURAL — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DE MAIOR NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS NO MEIO RURAL — Prof. Geraldo Goulart da Silveira;

DA NECESSIDADE DE TRABALHADORES RURAIS QUALIFICADOS — Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor
Eng.º Agrônomo KURT RÉPSOLD

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO

Redator-Secretário
Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar. Tel. 33-1432
End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257
— SÃO PAULO —

Vence a campanha pela Natureza

LUIZ CARLOS DE MESQUITA MAIA



Durante uma patrulha de polícia florestal, o autor conversa com um guarda

Desde 1949, o autor das linhas que se seguem vem desenvolvendo, por meio de uma série cada vez maior de artigos e reportagens, publicados em seta revistas, uma cerrada campanha para que se dedique à natureza de nossa pátria, em especial a massacrada fauna, uma proteção eficaz, com os métodos adotados pelos países de maior civilização. Um dos tópicos visados é lògicamenta a criação de modernos refúgios de fauna ou parquas nacionais, com áreas bastante amplas para facultar a sobrevivência, através de quaisquer eras futuras, de densas populações da animais selvagens, hoje ameaçados de extinção. Um outro tópico focalizado é a regulamentação e fiscalização do esporta da caça no Brasil, a fim de sa tornar possivel a permanente prática do mesmo sem decréscimo da população animal e consequante raridade ou extinção de espécies mais sensíveis. É ressaltada nesta campanha, também, a necessidade de recuperação da fauna em vastas regiões hoje produzidas a quase desertos zoológicos.

O primeiro triunfo da incansável luta parece próximo de se realizar, embora desvirtuando a finalidade primordial da mesma. Os incansáveis apelos dêste autor para que se crie um santuário da nossa natureza nos vastos sertões semi-desabitados do Brasil Ocidental, geraram a idéia que inspirou o projeto sôbre a instalação do Parque Indigena do Xingú. Infelizmante, porém, o ideal da campanha foi desvirtuado, em virtude da inclusão de tribos de selvícolas, com uma população de vinte mil pessoas, no reservatório dos racursos naturais da região do rio Xingu. Embora alegue-se que os indigenas visados não praticam a caça, sòmente se êles permanecerem eternamente no atual estágio de civilização, é que estarão seguras a fauna e a flora. Um tal estacionamento social, porém, é matemàticamente impossivel. Além disto, a supervisão planejada para o parque é falha, porque no caso de o mesmo possuir múltiplus finalidades, a administração deveria ficar sub-dividida. De qualquer modo, porém, êsse parque indigena servirá para garantir a sobrevivência, por alguns anos, de um estoque zoo-botânico, até que se consiga criar um perfeito refúgio de fauna ou parque nacional no oeste do Brasil.

O segundo triunfo, também parcial, da campanha dêste autor, foi a criação pelo sr. David Azambuja, chefe da Secção de Proteção Florestal, do sistema de patrulhamento intensivo das matas protegidas, sem o qual a própria interdição das mesmas ficará sem resultado prático. Idealizando o sistema de patrulhas volantes da polícia florestal, o sr. Azambuja criou novas esperanças para a flora e, de um certo modo, também a fauna de, pelo menos, o Estado do Rio. Conquanto o principal objetivo das patrulhas volantes seja a preservação das florestas, fica indiretamente beneficiada com a iniciativa a fauna, pois a caça nas matas protegidas á reprimida com severidade.

Em 1 de maio do corrente ano, por exemplo, a patrulha chefiada pelo delegado florestal José P. Vieira Peixoto e o inspetor João Magessi, surpreendeu em uma floresta federal do Municipio de Magé, Estado do Rio, caçadores ilegais em flagrante delito. Com espingardas e bodoques, que foram apreendidos de acôrdo com a lei, os recalcitrantes individuos matavam pequenos pássaros, de vez que os animais maiores já tinham sido extintos no local pelos precedentes depredadores da natureza. É pena que a Divisão de Caça e Pesca, esquecida das respectivas atribuições, não colabore nesta repressão à caça ilegal. Aliás, só quando a referida repartição assumir a normalidade funcional é que teremos garantida a perpetuidade da caça no Brasil, sem o perigo de extinção dos principais elementos de nossa fauna.

É de se esperar, portanto, que brevemente os interessantes animais selvagens do Brasil mereçam das respectivas autoridades, cuidados comparáveis aos que recebem as florestas por parte do Serviço Florestal. É digno de nota, porém, que mesmo êste último requer providências que só com maior verba poderão se realizadas. Mais verba para o Serviço Florestal, significa mais viaturas motorizadas para o patrulhamento, mais guardas florestais para a fiscalização e mais florestas sob contrôle federal. Significa, pois, fertilidade para a Nação, estabilidade climatica, mais um grande atrativo turistico, garantia de permanentes caça e pesca fluvial e, finalmente, uma economia estável para o Brasil.

Educação Sanitária do Homem Rural

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
(Diretor Técnico da Soc. Nacional de Agricultura)

São muito precárias as condições de saúde do nosso homem rural.

Uns impaludados, outros opilados, muitos acometidos pela terrível tracoma ou pela doença de Chagas, tôdas elas comuns nas zonas rurais, vivem êles na mais completa ignorância a respeito das fontes de infecção e dos tratamentos adequados, propagando cada vez mais as doenças aos indivíduos sadios e agravando assim o problema da saúde de nossas populações rurais.

É de espantar, entretanto, a enorme resistência que êles apresentam, pois mesmo assim doentes, sem nenhuma ou com uma precária assistência médica, recorrendo na maioria das vêzes a recursos empíricos e não raro contraproducentes de curandeiros e benzedeiras, êles continuam trabalhando, lavrando como podem, o solo.

É bem verdade que o rendimento do trabalho é muito baixo, mas outra coisa não se pode esperar de indivíduos doentes e desanimados.

Conquanto tão frequentes, não são tais enfermidades convenientemente encaradas pelo nosso homem rural que desconhece os mais rudimentares preceitos de higiene, que tem as mais extravagantes idéias sôbre a maneira de propagação dessas doenças.

Junte-se a isso a subnutrição permanente que é consequência de uma alimentação escassa e de pouco valor nutritivo e o uso imoderado do álcool (cachaça), e ter-se-á o quadro real de homens doentes, sem aspirações na vida, trabalhando para comer mal e abrigar-se melhor ainda.

É bem verdade que os poderes públicos já vêm cuidando de tão relevante problema.

O que já tem feito, por exemplo, o Serviço Nacional da Malária, é digno de registro.

De nada adianta, entretanto, o grande saneamento de extensas áreas, com a abertura de quilômetros e quilômetros de valas; a dedetização, em larga escala, de enormes áreas de zonas impaludadas; é preciso também que as populações rurais cooperem eficientemente na batalha contra a malária; que completem o grande saneamento a cargo dos poderes públicos, com o chamado saneamento doméstico evitando as pequenas poças de água, o entupimento de valetas de drenagem, etc., que sigam as instruções dos médicos e demais auxiliares do Serviço da Malária, que compreendam a importância da destruição dos meios de abrigos dos anofelinos, e, principalmente, que se convençam que são êsses insetos os transmissores da doença e não a água, como muitos erradamente, acreditam.

O mesmo pode-se dizer de outras enfermidades.

De nada adianta, por exemplo, a distribuição, em larga escala, de vermífugos, se não forem combatidas as fontes de infecção do amarelão, se elas continuarem disseminando a enfermidade.

Os resultados serão, em todos os casos deficientes, desde que não haja a indispensável colaboração da própria população rural.

O problema não é, tão sòmente, de assistência médica imediata, mas, principalmente, de uma assistência médica seguida de um trabalho de *educação sanitária*.

Entre outras questões básicas que o nosso homem rural precisa ser bem esclarecido e delas ficar convencido, podemos lembrar:

a) — as vantagens e a necessidade imperiosa da higiene corporal; banhos diários, limpeza da cabeça e das unhas, limpeza das mãos antes de tocar os alimentos, enfim, princípios elementares de higiene que êles desconhecem;

b) —a necessidade da não contaminação do solo com os dejectos à flor da terra, as vantagens da instalação de fossas embora modestas e rudimentares, convencendo-o de que através das dejecções são transmitidas diversas enfermidades diretamente ou por intermédio de insetos (moscas, por exemplo);

c) — a necessidade do tratamento dos ferimentos que são focos abertos para in-

fecções, às vêzes de natureza grave, e da proteção dos mesmos contra novas infecções;

d) — as vantagens do uso do calçado, pois através da pele dos pés muitos germens penetram no organismo;

e) — a necessidade da higienização das habitações rurais, com a eliminação de buracos e frestas que servem de abrigo ao "chupança ou barbeiro", transmissor da doença de Chagas e de focos de outros insetos igualmente nocivos;

f) — destruição do lixo que abriga as larvas de moscas e outros insetos nocivos;

g) — necessidade da construção de poços em lugares não contaminados (afastados de fossas, pocilgas, etc.) e protegidos contra possíveis contaminações (cobertos);

h) — noções elementares de higiene alimentar e conservação de produtos alimentares.

Enfim, tão numerosos são os princípios básicos que precisam e devem ser divulgados e praticados pelo nosso homem rural, que torna-se impossível, em poucas linhas, enumerá-los.

O nosso objetivo é, tão sòmente, chamar a atenção para um problema de tão alta relevância como o da assistência sanitária ao homem rural.

Urge, nesse sentido, uma campanha educativa de grandes proporções.

Assistência sob a forma de educação sanitária com a colaboração indispensável de assistentes sociais convenientemente preparados que conheçam bem o meio e o homem rural, com tôdas as suas sutilezas e seus complexos, dispostos a um trabalho difícil e árduo, porém patriótico, é uma necessidade urgente.

Além disso, torna-se mister:

a) — uma assistência imediata aos enfermos, com distribuição gratuita ou a prepços módicos de medicamentos aos mais necessitados;

b) —assistência hospitalar aos que necessitarem de intervenções cirúrgicas ou tratamento mais prolongado de certas enfermidades;

c) — assistência à maternidade (são numerosas, no meio rural, as infecções em partos normais pela falta de conhecimentos básicos de higiene por parte das "comadres parteiras");

d) — assistência à infância (é enorme a mortalidade infantil no meio rural pelo desconhecimento completo de como preservar a saúde das crianças na primeira idade).

O problema é, sem dúvida, difícil e complexo.

O homem rural aceita bem a assistência médica quando está doente, mas é rebelde às medidas de profilaxia das enfermidades.

Aliás, todo e qualquer trabalho de assistência social ao nosso homem rural e à sua família deve iniciar-se pela assistência médica e por um trabalho educativo bem conduzido a fim de que êle possa recebê-la bem e que ela alcance os objetivos que dela se espera.

Os problemas fundamentais de nossas populações rurais ainda são os mesmos que sempre os nossos ruralistas salientaram, isto é, *saúde e educação.*

Urge um trabalho de *educação sanitária* no meio rural visando proporcionar ao homem uma vida mais alegre e feliz e mais ânimo para o trabalho.

A educação sanitária e a assistência médica constituem empreendimentos de valorização do elemento básico da economia do país: — o homem rural — que sempre foi e ainda é o alicerce de todo o nosso arcabouço econômico.

CONCLUSÕES

a) — são precárias as condições de saúde de nossas populações rurais;

b) — a assistência médica imediata às nossas populações rurais, conquanto necessária e imprescindível, não é suficiente para resolver o problema da saúde do homem rural;

c) — a educação sanitária de nossas populações rurais é uma necessidade imperiosa;

d) — no sentido da difusão da educação sanitária será valioso e indispensável o concurso de assistentes sociais convenientemente preparados para um trabalho de tal envergadura.

OBS. — O presente trabalho, apresentado à Mesa Redonda de Agricultura, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, no período de 3 a 9 de março, foi relatado pelo Prof. Cory Gomes de Amorim, e com parecer favorável do relator, aprovado unânimemente em sessão plenária.

O dever do produtor de Leite

OTTO FRENZEL
Diretor da Sociedade Nacional de
de Agricultura

O dever do produtor de leite, evidentemente, e produzir. Leite de vaca, é claro. Mas que leite? Tipo A, B, ou C? Não, nenhum deles. Ele deve produzir leite "limpo" e integral. Antigamente só havia um tipo de leite; limpo e integral. Quando fraudava o leite, o fraudador era condenado a beber todo o leite fraudado, o que lhe era imposto por meio de um funil. As sutilezas da vida moderna estabeleceram então os citados tipos de leite. Não para evitar ou distinguir a fraude, a qual, felizmente, não é permitida para nenhum tipo de leite. A sua finalidade é antes de ordem econômica. Entretanto, será que é justo estabelecer tipos de leite? Achamos que não. Tivemos prazer em ouvir a mesma opinião, expressa pelo grande técnico laticinista uruguaio Juan Minut, quando nos honrou com a sua visita em abril do ano findo.

Vejamos as nossas razões. O principal consumidor de leite, fresco, condensado ou desidratado é a "criança". A alimentação ideal inicial é, incontestavelmente, a amamentação do seio materno. Mas, a seguir, é preciso continuar a alimentação láctea da criança, depois de desmamada, ainda por muito tempo. O ideal seria que o leite jamais faltasse ao ser humano durante toda a sua existência. Para que assim seja, é absolutamente necessário que o leite seja limpo e integral, a fim de tornar agradável e proveitoso o seu consumo. Mesmo o organismo de um ser humano, que não tivesse paladar algum, rejeitaria, com o tempo, um leite ou qualquer outro alimento que não lhe agradasse. Ficaria doente, como sabemos por experiência própria. Portanto, o leite a ser consumido deve ser limpo e integral de origem. Não se julgue que a pasterização, a higienização, a refrigeração e outros processos mais, possam tornar limpo e integral um leite que não o seja desde a fonte de produção. Nenhuma cooperativa e nenhuma indústria poderão garantir efetivamente a qualidade do leite e de seus derivados, se os seus fornecedores não fornecerem leite limpo e integral.

Voltemos, entretanto, para a "criança". Mesmo nos regimes mais totalitários a criança é a preocupação máxima dos seus dirigentes. A explicação é fácil, pois, na criança depositamos a esperança, senão a certeza, da possibilidade da continuidade de nossa obra. Encarando, porém, o problema da criança, de um ponto de vista genérico, não podemos, evidentemente, afirmar qual ou quais as crianças de uma nação serão, realmente, os continuadores dessa obra. Neste ponto é que devemos voltar para a influência de um leite limpo e integral na saúde da criança. Não sabendo qual ou quais as crianças que, futuramente, preencherão os lugares que estão à sua espera, entendemos que "todas" as crianças têm direito a um só leite: o leite limpo e integral.

Cabe, pois, ao produtor de leite dar essa garantia essencial para a nação e a humanidade em geral. Sem o leite puro e integral, nada valem custosas instalações e serviços de distribuição. Ao governo, sim, para possibilitar o abastecimento de leite limpo e integral, cumpre, não só incentivar e velar pela sua produção, mas, ainda mais, garantir a facilidade e rapidez nos transportes. O programa essencial de um governo deve, portanto, ser transporte e seu aparelhamento.

Se o dever do produtor é fornecer leite limpo e integral, o do governo é possibilitar o seu transporte. Enorme é o desperdício de leite anualmente por falta de transporte adequado. É inútil exigir a produção de leite limo e integral, se ele não puder ser transportado de maneira adequada.

Pode-se dizer que tudo o que acima ficou dito não é novidade e é conhecido de todos há longo tempo. Entretanto, continuando um problema ainda insolúvel, mister é insistir, já que em outros países encontrou solução. Não há motivo para se julgar que não possa ser resolvido, também no Brasil. Não é questão de estabelecer tipos de leite. É mais uma questão de transporte adequado do que outra qualquer. Uma vez resolvida esta questão do transporte, o cumprimento do dever do produtor será muito facilitado.

Ninguém ignora que o consumo "per capita" no Brasil é muito baixo. Não satisfaz absolutamente o mínimo indispensável para uma alimentação básica satisfatória, nem mesmo das crianças. Repetimos que o leite pode e deve ser alimento básico para o cidadão em todas as idades.

Ora, o produtor pode fornecer leite limpo e integral. As regras são conhecidas, mas convem repeti-las constantemente:

1) ter vacas sãs e bem alimentadas;

GARANTIA À ATIVIDADE RURAL ATRAVÉS DO SEGURO AGRÁRIO

Declarações do professor Arthur Tôrres Filho

Transmitindo à reportagem suas impressões sôbre a instituição do seguro agrário no Brasil, preconizada em recente mensagem do govêrno à Câmara dos Deputados, o professor Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e catedrático da Universidade Rural, declarou:

— "Se tôda a atividade econômica está sujeita a riscos e prejuizos em seus rendimentos, nenhuma outra, como a agropecuária, necessita, entre nós, de maior segurança. Decidindo-se pela criação do seguro agrário, reconhece o Chefe do Govêrno que a economia agrícola representa o pedestal em que deve firmar-se a estrutura social, econômica e financeira do país.

Tanto nos países europeus como nos americanos, a instituição do seguro agrário continua sendo objeto de investigações no que diz respeito à sua aplicação mais adequada às múltiplas manifestações do trabalho rural. No Brasil, os prejuizos decorrentes dos riscos da produção agropecuária atingiram, segundo os resultados do último censo econômico, à apreciável cifra de 40 bilhões de cruzeiros."

A essa altura de suas declarações, informou o professor Arthur Torres Filho que, em matéria de riscos agropecuários, existem, em nosso país, duas modalidades de seguros, de caráter restrito: o seguro contra o granizo na cultura do algodão, criado pelo govêrno paulista, e o que é feito em favor de reprodutores e cavalos de corrida, por instituições privadas.

"Vê-se, pois — aduziu o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — a magnitude da medida que acaba de tomar o govêrno, inspirada, como se sabe, no propósito de proporcionar maiores garantias ao labor penoso do lavrador brasileiro."

A INSTITUIÇÃO DO SEGURO AGRÁRIO

Em outra passagem de sua palestra com a reportagem, op rofessor Arthur Torres Filho declarou:

— Opera-se, atualmente, na agricultura brasileira, um amplo movimento de renovação. A reorganização, em moldes modernos, dessa importante atividade econômica, é um imperativo do próprio desenvolvimento nacional. Já os lavradores procuram arregimentar-se em associações e cooperativas para uma defesa mais objetiva de suas principais aspirações. É de louvar-se, portanto, a assistência que vem procurando dar o govêrno à laboriosa classe rural. A instituição do seguro agrário, por exemplo, é uma medida de alta significação para o reerguimento das atividades rurais, em nosso país, exercidas, como se sabe, em condições mesológicas por vêzes as mais adversas Como salientou o Presidente da República na mensagem em que propõe a criação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola — concluiu o professor Arthur Torres Filho — forçoso seria que o govêrno cuidasse, de imediato, da instituição daquele benefício ao homem do campo, coordenando todos os estudos para a sua implantação no país, de sorte a tornar-se a mola propulsora do crédito agrícola."

Plano cooperativo para a carnaúba e o babaçú

por *FÁBIO LUZ FILHO*

Dois caminhos existem para a organização cooperativa dêsses dois setores vitais da economia do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia:

1.º — uma grande cooperativa *central* em Fortaleza, ou uma outra cidade que seja ponto de convergência econômica ou equidistante das zonas produtoras dispersas da carnaúba.

Esta *Central*, na forma da lei 22.239, poderá ter pessoas fisicas e jurídicas em seu quadro social, havendo, pois, necessidade da fundação prévia de, pelo menos, duas cooperativas locais, o que, parece, talvez não seja possível de inicio, dado a falta de ambiente receptivo e o baixo nível de vida das populações que laboram nesse setor.

2.º — A fórmula inicialmente mais exequível: uma cooperativa de primeiro grau com raio de ação que abranja as zonas produtoras (§ 2.º do art. 11 do decreto-lei 581), nas quais localizará suas agências ou postos de recebimento, suas assembléias secionais, usinas-pilotos nas áreas de ocorrência e demais funções que decorram de suas finalidades e disposições estatutárias, estas bem amplas, de cooperativa mista, incluindo o setor crédito e o da assistência social mesmo, dinamizada pelo financiamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo ou do Banco do Brasil, que agora possui um novo regulamento para sua carteira agrícola, de grande flexibilidade, principalmente nos seus artigos 3.o, 8.o e 14.o. Nestes enquadram-se as atividades da cooperativa.

Isto como etapa de transição, até que se forme o ambiente propício às cooperativas locais e formação de uma verdadeira central ou, melhor, de uma federação, cujo raio de ação, como a da central, a lei não impede possa ser até interestadual. É a solução-chave.

Serão estabelecidos critérios sensatos, prevista a formação de capital em bases sólidas e traçado um planejamento técnico orgânico.

A fórmula cooperativa afasta todos os grandes inconvenientes do monopolismo estatal, autárquico ou capitalistico, e tem virtudes de auto-govêrno e auto-defesa dos produtores que aquele não tem, como está longe de encarnar suas legítimas reivindicações.

O decreto-lei n.º 1.386, de 5 de dezembro de 1939, é referente à participação de pessoas jurídicas nas cooperativas de indústrias extrativas. Tem cabimento no caso da carnaúba e no do babaçú.

A Cooperativa de carnaúba terá como objetivo central defender a economia de seus associados, para o que empregará os meios convinháveis e legalmente lícitos para a exploração, a venda e a industrialização. Promoverá medidas no sentido do plantio racional dos carnaubais; sistematização dos métodos de cultura; aquisição das máquinas de beneficiamento mecânico, extratores e peneiras manuais calibradas para distribuição entre seus associados; métodos racionais de beneficiamento, de preferência mecânico; construção de usinas-pilotos; comercialização do produto em bases que beneficiem realmente os produtores, considerada, claro, a atual situação dos mercados e os preços FOB indicados para cada tipo, na conformidade do decreto 7.444, de 25 de junho de 1941, para arroba de 15 quilos.

Considerar que a base do financiamento é por lei de 80% do preço minimo, que é de Cr$ 720,00 para o tipo 1, e Cr$ .. 560,00 para o tipo 5.

A determinação dos preços do produto obedecerá ao contido no art. 4.º do decreto 1.506, de 19-12-51.

Para o babaçú servem as linhas mestras acima, incluindo as usinas e destilarias, a nucleação do operário rural em lotes próprios para o plantio racional de palmeiras e agricultura de subsistência e

indústrias acessórias à agricultura. Serão assim fixados, com a consequente melhoria de suas condições econômico-sociais.

É tão baixo o nível de vida na zona do babaçú no Maranhão, que vivem os apanhadores em malocas, e as mulheres se cobrem apenas com sacos de aniagem do umbigo para baixo, o busto inteiramente nu... Situação infra-humana de miséria e nomadismo.

Para a castanha do Pará, para êsses imensos vazios demográficos, como os dos carnaubais e babaçuais, a orientação será a mesma.

O babaçu ocupa uma área, no Maranhão e Piauí, de 380.000 quilômetros quadrados, com 10 bilhões de palmeiras nativas e adensadas em terras devolutas ou improdutivas.

No Maranhão, sobretudo, é uma questão social de suma gravidade a situação dos quebradores numa zona de babaçuais não constituindo o transporte, pròpriamente, o maior impecilho. Êste é a miséria, o desestímulo, a falta de agricultura, de subsistência em terras devolutas ou improdutivas, o nomadismo em função dêsse primitivismo de condições de meio, de métodos de trabalho e estilo de vida.

Como "quintal" de S. Luiz, há extensa zona na qual a fixação do homem rural poderia fazer-se.

Noticiario da Escola de Horticultura Wenceslào Belo

15.º ANIVERSARIO DA ESCOLA

..Realizou-se, no dia 15 de maio, a solenidade comemorativa do 15.º aniversário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, desde 15 de maio de 1937, dirigido pelo Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente da S. N. A.

Comemorando tão festiva data foi plantado, pelos alunos, um belo exemplar, falando a ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que fez o histórico do estabelecimento, recordando fatos ligados à instituição que é uma das mais beneméritas obras da Sociedade Nacional de Agricultura.

MOVIMENTO DO INTERNATO

E' muito animador o movimento do internato da E. H. W. B. que abriga filhos de lavradores dos mais variados recantos do país, distribuídos em três cursos: Curso de Hortelão, Curso de Fruticultor e Curso de Floricultor.

CURSO EM COLABORAÇÃO COM A F.G.V.

Com frequência de 231 alunos estão funcionando os sete primeiros Cursos Práticos Agricolas dos vinte e quatro planejados pela Fundação Getúlio Vargas e para serem realizados no corrente ano em colaboração com a F. G. V.

MESA REDONDA DE AGRICULTURA

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello esteve representado na Mesa Redonda de Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira que através de duas teses "Encaminhamento" de vocação para a agricultura" e "As associações de classe e o ensino agricola" relator o que no setor desse tipo de ensino vem realizando o referido estabelecimento de ensino em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

COMEMORAÇÕES HISTÓRICAS

Comemorando a data de 13 de maio, realizou o club Agricola Miguel Calmon uma reunião dos alunos da E. H. W. B., falando na ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que falou sôbre a data.

CLUB AGRICOLA MIGUEL CALMON

Prosseguem muito animadoras as atividades do Club Agricola Miguel Calmon, constituido pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. O Serviço de Informação Agricola do Ministério da Agricultura, através da Seção de Clubes Agricolas Escolares, vem auxiliando o Club Agricola 1.098 fornecendo-lhe publicações, ferramentas e sementes.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

O Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da E. H W. B., foi convidado para integrar a sub-comissão de Serviço Social Rural da Comissão Nacional de Politica Agrária.

SEGUNDA SÉRIE DE CURSOS PRATICOS

Tiveram inicio, em Julho, mais oito Cursos Práticos Agricolas que compõem a segunda série de tais cursos que a Fundação Getúlio Vargas mantém na Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



O TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL — CARASINHO (da esquerda para a direita) Manoel Vargas — Secretario da Agricultura, Ernesto Anoni — Prefeito Municipal, Humberto Gobbi — Deputado Federal.

O LVI

RIO DE JANEIRO — BRASIL

SETEMBRO OUTUBRO 1952



A CULTURA DO TRIGO AVANÇA, NO RIO GRANDE DO SUL, IMPELIDA PELA MECANIZAÇÃO.

SUMARIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	- LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	- EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário	— KURT REPSOLD
2.º Secretário	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS DE SOUZA DUARTE
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARÇANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSE SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Politica Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Newton Belezo.

// A LAVOURA
FUNDADA EM 1897
ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI SETEMBRO - OUTUBRO — 1952

Novos rumos na Agricultura

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agriculra

Por um conjunto de razões de ordem econômica não soubemos, até hoje, tirar todo o proveito dos abundantes recursos contidos no nosso imenso território. A orientação deveria ser a de produzirmos para atender às nossas próprias necessidades, com um consumo interno sempre crescente e dispormos de sobras suficientes para serem lançadas na exportação de tudo aquilo quanto pudermos produzir em condições vantajosas. Para chegar a êsse resultado, carecemos de um aparelhamento moderno, a fim de elevarmos nossa capacidade produtiva com organização do trabalho (agrícola e industrial), em bases modernas, transportes, ensino profissional e capital.

O Norte, o Nordeste, o Centro e o Sul representam vastas extensões territoriais, exigindo estudos próprios do homem e do meio, nas quais as explorações agrícolas e industriais terão de ser planificadas atendendo às condições do ambiente, de modo que a evolução econômica seja caraterisada pelo desenvolvimento seriado, de necessidades filiadas uma às outras.

Num país imenso e despovoado, a colonisação que significa a fixação do homem ao solo, representa necessidade fundamental ao progresso do país. Para orientá-lo e resolvê-la, no dizer do Presidente Getúlio Vargas não devemos ter em consideração reivindicações de paises de população agricola intensa, exigindo melhor distribuição de terras e renovação de preceitos jurídicos que condições locais alterasse.

"Nesta altura do progresso social econômico do Brasil, do que precisamos é de uma lei agrária que estabeleça, como ponto de partida para as demais soluções, **o conceito social da propriedade**. Este conceito já decorre, aliás, da Constituição de 18 de setembro de 1946, quando condiciona o bom uso da propriedade ao bem estar social, e estabelece que a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, por meio de desapropriações por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia indenisação em dinheiro."

E S. Exa. melhor acentua seu pensamento nas seguintes palavras:

"Uma vez definidos os direitos de propriedade e os limites de concessões aos latifúndios, podemos apreciar o elemento humano e o capital, que com a terra integram os fatores essenciais do problema agrário, que é, inegàvelmente, econômico e social.

País despovoado, devemos, por conseguinte, com seriedade, tratar dos problemas da colonisação e da imigração, por meio de leis adequadas ao nosso meio." **E, no seu notável discurso de São José do Rio Preto, na campanha presidência, quando definiu os rumos da nossa política da terra, declarou:** Basta olhar no Brasil os exemplos de São Paulo e Rio Grande do Sul, para vermos como onde não há ranços feudais, a propriedade rural se vai, aos poucos, subdividindo com as partilhas e com a colonização."

Com a criação do Instituto de Imigração e Colonização e de uma carteira de crédito para colonização no Banco do Brasil, estará o país apto a realisar o programa prometido pelo Presidente Getúlio Vargas, na sua plataforma na campanha eleitoral, falando ao povo e aos trabalhadores de São José do Rio Preto, em São Paulo, em 1950.

"O objetivo fundamental da reforma agrária no Brasil é ensejar aos trabalhadores da terra o acesso à propriedade de modo a evitar a proletarização das massas rurais e anular os efeitos anti-econômicos e anti-sociais da exploração da terra simutâneamente com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra, de modo a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna." **(Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil- Comissão Nacional de Política Agrária).**

Poderá o Ministério da Agricultura, criado que seja também o Serviço Social Rural, traçar, com a colaboração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, os rumos novos para a realização da grande obra social e econômica necessária à Batalha da Produção Agrária, com o programa traçado pelo Presidente da República no apêlo, por S. Exa. dirigido à classe agrícola do país, cuja mobilização se impõe, por intermédio das suas entidades de classe, cuja expressão mais alta está representada pela Confederação Rural Brasileira.

Tenhamos sempre presente ao espírito o papel preponderante da agricultura, na nossa economia, principalmente diante do desenvolvimento notável da industrialização porquanto "o Brasil neste meio século, cresceu nas cidades e esqueceu o campo", (discurso do Dr. João Cleophas ao expressar-se como Ministro da Agricultura).

No que se refere à organização rural, a grande lacuna a preencher é a da ausência de um Código Rural que discipline as atividades do trabalho do campo, a exemplo das normas reguladoras existentes no comércio e na indústria.

Dentro dos postulados democráticos da nossa Carta Magna e, dispondo das medidas ora em curso, novos rumos poderão advir para a agricultura nacional e para o bem estar da coletividade brasileira.

O 30°. Dia Cooperativo Internacional

FABIO LUZ FILHO
Presidente do C. N. E. C.

Estamos aqui mais uma vez reunidos para comemorar a mais grata efeméride do Movimento Cooperativo universal.

Nesta data todos os verdadeiros cooperativistas e cooperadores do mundo não podem deixar de ter suas almas em festa.

Memoramos as lutas, as tergiversações, os desencantos, as tristezas e, finalmente, o esplendoroso triunfo daquele pugilo de bravos Tecelões de Rochdale. Sua lição de bom-senso, tolerância, operosidade, coragem moral e "temeridade", até hoje constitui motivo de admiração, e deveria erigir-se em fôrça de emulação para todos os que abraçaram o ideal cooperativo e militam com sinceridade e denôdo em suas fileiras, ainda densas e disciplinadas no mundo, apesar de todos os impactos sofridos no curso dêstes últimos e terríveis tempos, no roldão bélico talador, nas porfias políticas, desajustamentos econômicos, irredutibilidades ideológicas e quejandos motivos de incompreensões e atritos entre indivíduos e povos. Aquêle ideal de harmonia que iluminou o caminho dos precursores e preludiava o advento de dias esplendentes e calmosos, ainda está longe de ser luminosa e incontrastável realidade, infelizmente, apenas do grande caminho percorrido e das imensas realizações nos domínios social, moral e material obtidos, brilhantes marcos a assinalar nobres votórias cooperativas.

Já alguém disse que o cooperativismo é, hoje, um sistema completo de organização social que tem a vantagem, sôbre todos os outros que se batem pelo domínio do mundo, de ser o que não tem, em sua organização intelectual, como ideário, o ódio social e o político. Só por êste título terá, na história moral da Humanidade, um pôsto de honra, invejável e indiscutível.

Eram vinte e oito tecelões na fundação, quarenta no momento da constituição legal da Cooperativa, superado o obstáculo da responsabilidade ilimitada; hoje são milhões a lançar os fundamentos de uma nova ordem econômico-social.

O princípio medular do retôrno, eis "la raison maitrosse" do sucesso do Movimento, que teve em **Howorth** um de seus geniais inspiradores.

As normas, que estabeleceram, de venda ao contado e política de preços; de retribuição de esfôrço pessoal que não do capital; suas noturnas reuniões frequentes num ambiente de supremo idealismo e dedicação; as sanções severas que estabeleceram inda até às multas para os que faltassem às reuniões, as penalidades para aquêles que contemporizassem com a norma rigida da venda a dinheiro a vista, etc., etc., sublinham "a alaite zade sua concepção e a engenhosidade de seus meios", o heroísmo da tarefa ingente que, na sua compungitiva miséria, e desamparo, levaram avante com uma fortaleza dalma que pasma nos dias de hoje, mas que devemos sempre focar à luz de justificado entusiasmo, pelo que resume de ensinamentos de ordem moral para a enorme mas humana e nobilitante tarefa que nos cabe, como membros de uma organização cultural em cujo programa tem lugar precípuo a educação cooperativa.

São também um patrimônio de profundo conteúdo ético para o Movimento Cooperativo brasileiro, o qual, em nome do **Centro Nacional de Estudos Cooperativos,** saúdo com efusão, desejando-lhe prosperidades e que envide esforços no sentido de uma sistemática campanha de doutrinação de seu já considerável corpo de associados, numa cruzada de aclaramento de consciências para um maior clima de mútua compreenção e maiores realizações eivadas de alto espírito rochdaliano.

FRATRES IN UNUM

(Mensagem lida na comemoração do 30.° Dia Cooperativo Internacional realizado no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1952).

1ª. Conferência Rural Brasileira

Sua realização, nesta Capital, de 7 a 11 de Outubro

Positiva demonstração de vida e de organização, acaba de ser dada pela classe agricola do país, com a realização, no Rio de Janeiro, de 7 a 11 de outubro, da 1.ª Conferencia Rural Brasileira, início de uma serie de outros conclaves anuais, a serem postos em pratica nas diversas capitais do Brasil.

Compareceram as delegações de dezessete federações filiadas à Confederação Rural Brasileira, promotora do certame, acompanhadas de seus assessores e tecnicos, e constituidas do que de mais representativo existe nos Estados, no que toca à liderança das atividades do campo.

As dependencias da Sociedade Nacional de Agricultura foram insuficientes para abrigar os numerosos representantes estaduais, que acorreram ao chamado do orgão maximo da classe rural, para o estudo dos problemas mais agudos da atualidade agrícola nacional.

Caracterizou-se o conclave pela objetividade de seus trabalhos. O temario induziu as resoluções do plenario a um caráter essencialmente pratico, livre de divagações e generalidades.

Alem disto, desta vez, nenhum elemento estranho à classe deliberou a respeito de seus problemas. Cada Federação Estadual dispôs de um determinado numero de delegados-votantes, cujos poderes foram verificados no inicio dos trabalhos. Somente estes votaram. Por isso mesmo, as deliberações da 1.ª Conferência Rural Brasileira se revestem de um carater de inequivoca legitimidade. Pecuaristas e lavradores, baseados nos trabalhos levados à Conferencia, nos relatorios das comissões e nos amplos e democraticos debates no plenario, onde todos atuaram livremente, escolheram os caminhos para a solução dos problemas da sua classe, que, pode-se afirmar, atingiu com esta Conferencia a sua ansiada maioridade.

Foi também a Conferência uma inequivoca prova do acêrto daqueles que, vencendo o pessimismo e talvez o calculo dos que combatiam a organização prevista no decreto-lei 8.127, de 24 de ou-



Sessão de instalação (preparatória), dia 8 de Outubro, pela manhã. Fala o Sr. Mario de Oliveira, Presidente da Confederação Rural Brasileira e da Conferência. A esquerda, o Dr. João Mauricio de Medeiros, 1.º Secretário e à direita, o Sr. Luiz Marques Poliano, Assistente da presidencia.

tubro de 1945, insistiram em que a agricultura necessitava de uma lei que estruturasse a sua representação legítima, e por isso mesmo, forte bastante para falar com autoridade, em pé de igualdade com outras atividades econômicas do país.

O calor dos debates não perturbou a harmonia entre os delegados dos diversos Estados. Por vêzes, o interêsse em torno de determinados assuntos chegou a tumultuar os trabalhos. Ao cabo, porém, na votação, feitas e aceitas concessões de parte a parte, verificou-se a coesão da agricultura brasileira, ali presente e atuante em problemas do maior alcance, tal como o da Reforma Agrícola, do Serviço Social Rural e outros.

A sessão de instalação teve a honrá-la a presença do ilustre Ministro da Agricultura, Sr. João Cleofas, a que se deve o impulso ultimamente verificado na organização da classe em todo o país.

Publicaremos, para que fique registrado e para conhecimento de nossos numerosos leitores, o que nos parece digno de divulgação imediata, já que, brevemente, serão dados à lume os "Anais" desta I.ª Conferência, com tôda a documentação necessária à perfeita compreensão de seu alto objetivo e resultados.

REGIMENTO

SESSÕES

Preparatória — Verificação de poderes — Nomeação de relatores.

I.ª Plenária — (Dia 7, às 16 horas) — Delineamento de um Manifesto da Lavoura e nomeação da Comissão que o redigirá. — Debate de relatórios apresentados e votação de conclusões.

2.ª Plenária — (Dia 8, às 10 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões.

3.ª Plenária — (Dia 8, às 16 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões.

4.ª Plenária — (Dia 9, às 10 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões.

5.ª Plenária — (Dia 9, às 16 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões. — Assuntos vagos.

Sessão Solene — (Dia 10, às 9 horas) — Designação da Comissão de redação final das conclusões. — Leitura, pelo Presidente da Comissão respectiva, do Manifesto da Lavoura. — Encerramento. — (Dia 10, às 16 horas).

Participantes da Conferência — 1) Membros dos diversos órgãos de direção da Confederação. 2) Delegados das entidades filiadas. 3) Técnicos oficiais ou não. 4) Aderentes ou observadores.

Votos — Apenas os delegados das entidades filiadas terão voto no plenário, observando-se, no caso, o disposto no Artigo 12, letra A, do § 1.º dos estatutos, a saber: — 2 votos por entidade reconhecida. — 1 voto por grupo de 30 associações filiadas.

Mesa da Conferência — A mesa que dirigirá os trabalhos da Conferência é a mesma da Confederação. — Haverá mais um redator dos Anais.

Funcionamento

1) Aceitas as credenciais, serão designados relatores para os diversos temas ordinários: um para cada assunto.
2) Além dos temas fixados no presente regimento, poderá a mesa aceitar outros, desde que **versando assuntos de interêsse geral da classe**, sendo sempre apresentados sob a forma de indicações, precedidos de um breve comentário ou justificação. Deverão conter-se, no máximo, em três páginas dactilografadas em espaço dois, em três vias. **A matéria dos temas constantes dêste item entrará na ordem do dia as sessões, a juízo da Mesa.**
3) O autor de trabalho poderá usar da palavra para justificá-lo em plenário. Para tanto disporá de um prazo máximo de dez minutos, também concedido aos relatores.
4) Terminada a Conferência, uma Comissão de redação final, de três membros, nomeada na última sessão plenária, coordenará os resultados do conclave, sob a forma de conclusões e recomendações, cuja prática ou adoção serão encaminhadas e defendidas pela Confederação.
5) A Mesa da Conferência, durante a realização da mesma, dará a mais ampla divulgação aos seus trabalhos, seja pela imprensa escrita e falada, seja por outros meios ao seu alcance.
6) Dentro do prazo máximo de trinta dias, após o encerramento, deverá a Confederação Rural Brasileira ter encaminhado aos poderes competentes as recomendações ou solicitações a classe, resultantes do conclave.
7) No caso de impressão dos "Anais", cada filial deverá concorrer, proporcionalmente, para o respectivo custeio.
8) Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, observados, tanto quanto possível os Estados da Confederação Rural Brasileira

TEMARIO

I — **Política Agrária**
- a) Código Rural,
- b) Serviço Social Rural,
- c) Seguro Agro-Pecuário,
- d) Participação da classe na aplicação da quota do impôsto de renda distribuída aos Municípios,
- e) Política de terras e colonização,
- f) Associativismo Rural,
- g) Reforma Agrária.

II — **Financiamento e Preços**
- a) Tabelamento dos produtos agrícolas, tendo em vista o custeio da produção,
- b) Preço mínimo,
- c) Financiamento dos produtores.

III — **Economia Rural e Crédito Agrícola**
- a) Crédito agrícola atual e medidas para melhorá-lo;
- b) Banco de Crédito Rural,
- c) Aplicação, na agro-pecuária, de reservas das emprêsas de seguro, capitalização e caixas econômicas,
- d) Moeda e Crédito.

IV — **Distribuição da Produção**
- a) Transportes,
- b) **Fretes,**
- c) Armazéns e silos,
- d) Cooperativas de transporte.

V — **Impostos e Taxas**
- a) Municipais,
- b) Estaduais,
- c) Federais.

VI — **Mecanização da Lavoura**
a) Importação de máquinas e financiamento,
b) Produção de máquinas no país,
c) Ação oficial para o desenvolvimento da mecanização da lavoura.

VII — **Solos e Irrigação**
a) Conservação do solo,
b) Irrigação,
c) Adubos e corretivos.

VIII — **Pecuária**
a) De leite,
b) De corte,
c) Melhoria dos rebanhos,
d) Defesa sanitária,
e) Industrialização,
f) Distribuição,
g) Forragens,

IX — **Assuntos diversos**
a) Ensino agrícola,
b) Tratados comerciais,
c) Eletrificação rural,
d) Florestamento e Reflorestamento.

DELEGAÇÕES

1 — **Federação do Rio de Janeiro:**
Francelino Bastos França, Milton Freitas de Souza, Alberto Ravache, Moacyr Pavageau, Hilmar do Couto Faro Wircker, Hugo de Lima Câmara, Elias de Araujo, Arthur Oberlaender Tibau, Joaquim Sisino Rocha, Julio Fernandes da Silva e (Assessor), Cesar Dacorso Neto.

2 — **Federação de Pernambuco:**
Lauro Borba, Amaro Cavalcanti e Manoel de Almeida Castro.

3 — **Federação de Goiaz:**
Joaquim Camara Filho, Manuel Demosthenes, Antonio Bertoldo Souza, Absalão Mendonça Lopes, Boanerges Veiga, José Augusto Curado.

4 — **Federação da Paraiba:**
Lauro Pires Xavier, José Ignacio Miranda Pereira.

5 — **Federação do Piauí:**
Joaquim Macedo de Souza, Paulo Carneiro da Cunha.

6 — **Federação do Pará:**
Nestor Pinto Bastos, Irval Corrêa Lobato, Cláudio Mendonça Dias, Benedito Mutran.

7 — **Federação do Rio Grande do Sul:**
Oscar Daudt Filho, Marcial G. Terra, Mariano Rocha, Werter Faria.

8 — **Federação de Santa Catarina:**
Waldemar Rupp, Mário Brusa.

9 — **Federação de Minas Gerais:**
Josaphat Macedo, Gentil Nascimento, Max Nordau Rezende Alvim, Jayme Lins Almeida, Ibsen Passos, José Esteves, Oswaldo Paixão.

10 — **Federação do Paraná:**
Sylvano Alves da Rocha Loures, Alexandre Gutierrez, Ivo Leão, Lyclo Grain de Castro Vellozo e (Assessor) Jaziel Sotta Maior Lages.

11 — **Federação do Ceará:**
Guilherme Telles Gouveia, Virgilio Fernandes Tavora, Humberto Rodrigues de Andrade, Paulo Benevides.

12 — **Federação do Maranhão:**
Moyses Rosental, Demosthenes Silvestre Fernandes.

13 — **Federação do Distrito Federal** (Soc. Nacional de Agricultura):
Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite, Paulo Parreiras Horta, Kurt Repsold. Assessores: Geraldo Goulart da Silveira, Ormon Junqueira Botelho, Otto Frensel, Altino de Azevedo Sodré, Alphen Domingues, Fábio Furtado Luz Filho, Jeronymo Antonio Coimbra, José Sampaio Fernandes, Itagyba Barçante, Arnônio da Rocha Miranda.

14 — **Federação do Espírito Santo:**
Benvindo de Novaes, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Napoleão da Silveira Fontenelle, Dulcino Monteiro de Castro, Francisco Lacerda de Aguiar.

15 — **Federação de São Paulo:**
Iris Meinberg, Clovis Salles Santos, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Felipe Rodrigues Siqueira Neto, Raul Ranto Cardoso de Mello Filho, Alkindar Monteiro Junqueira, Mário Penteado Faria e Silva, Sálvio Pacheco de Almeida Prado, Francisco Antonio de Toledo Piza, Luiz e Almeida Prado, João Rodrigues Cunha, Dário Guarita, José Pires de Almeida, Hélio Miranda, Levon Vampré. Assessores: Fonseca Lima, Luiz F. Bueno, Paschoal Muciolo, Bertho Juliano Courboz, José P. de Almeida.

16 — **Federação do Rio Grande do Norte:**
Amaro Silva.

17 — **Federação de Sergipe:**
Acrísio Cruz, Fernando Valadão.

SESSÃO PREPARATÓRIA

As 16,50 horas do dia 7 de outubro de 1952, na Sede da Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se a sessão preparatória da I Conferência Rural Brasileira, sob a presidência do sr. Mário de Oliveira.

Iniciando a sessão, pronuncia o sr. Presidente pequena oração, ressaltando a importância do conclave e esclarecendo que a finalidade desta primeira reunião é a indicação, porparte dos chefes de cada delegação, dos elementos que usarão do direito de voto.

O sr. Iris Meinberg propõe e é aceito pela mesa que os chefes de delegações indiquem os seus suplentes em impedimentos ocasionais, a fim de facilitar os trabalhos.

A seguir, procede-se à chamada das delegações por Estado para a designação dos delegados e respectivos suplentes com direito a voto, o que é feito por tôdas as Federações, à exceção dos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

Esclarece a Mesa que cada Federação, nos assuntos a serem tratados, terão direito a dois votos, mais um para cada grupo de trinta associações filiadas. A respeito, o sr. Iris Meinberg, de São Paulo, perguntou se se devia computar, para o cálculo de delegados votantes, também o numero de associações cooperativas filiadas à Federação. Opinaio a respeito, contràriamente, os srs. Oscar Daudt Filho, Joaquim Macedo de Souza e Irval Correa Lobato, respectivamente do Rio Grande do Sul, do Piauí e do Pará.

Resolvendo a questão, declara o sr. Presidente que já ficara decidido inicialmente adotar-se a idéia de que os votantes seriam sòmente aqueles que deliberam nas Assembléias da Confederação, excluindo-se no caso as cooperativas.

São, então, indicados os delegados e suplentes dos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

Declarando que na sessão solene de encerramento deverá ser lido um manifesto ou carta da agricultura brasileira, lembra o sr. Presidente a necessidade da designação, nesta reunião, de uma comissão especial para a elaboração daquele documento, o que é feito, ficando constituida a mesma dos três Vice-Presidentes da Confederação Rural Brasileira.

Procede também o sr. Presidente à designação de relatores e comissões relatoras para alguns itens do temário da Conferência, apelando para os presentes no sentido de, através dos presidentes de delegações, indicarem nomes para o estudo e confecção de relatórios sôbre os itens restantes. Sugere então o sr. Secretário a colaboração de todos junto às comissões, mesmo delas não fazendo parte, o que é deferido pela Presidência.

Pela ordem, o sr. Ney Franco pergunta se será permitido aos presidentes das Associações Rurais, embora não delegados das Federações, discutir os assuntos do temário apresentado. Responde a Mesa que sim, apesar de não poderem os mesmos deliberar.

O sr. Iris Meinberg congratula-se a seguir com todos os presentes pela realização da Conferência, fazendo votos pelo progresso e congraçamento dos ruralistas brasileiros. Usa da palavra também o sr. Lauro Pires Xavier, representante da Paraiba, agradecendo a interferência do Presidente da República, do sr. José Américo e do Presidente da Confederação Rural Brasileira na obtenção do financiamento para o agave naquele Estado. Fala ainda o sr. Câmara Filho, de Goiás, elogiando a atuação do Presidente da Confederação Rural Brasileira e ressaltando a importância econômica e social da Conferência que ora se realiza.

Propõe o sr. Waldemar Rupp a inclusão do item "Ruralismo e Municipalismo" no temário dos trabalhos, o que é aceito pela Mesa, solicitando o proponente a sua inclusão na comissão a ser designada para estudar o assunto.

Discursa a seguir o sr. Marcial G. Terra, sugerindo a inclusão na Ata de um voto de agradecimento e outro de louvor, respectivamente à Sociedade Nacional de Agricultura e à primeira diretoria da entidade os quais são aprovados por calorosa salva de palmas.

Encerrando a sessão, o sr. Presidente convida todos para a proxima, a ser realizada às 10,00 horas do dia 8, no mesmo local, ressaltando que estará presente à mesma o Sr. Ministro da Agricultura.

Encerra-se a sessão às 18,15 horas.

DISCURSO DO DR. MARIO DE OLIVEIRA

Esta 1.ª Conferência Rural Brasileira surgiu da sugestão do ilustre Presidente da Federação das Associações Rurais de Goiás, Dr. Joaquim Câmara Filho, que em 5 de junho deste ano levantou a idéia de se reunirem em Goiânia os presidentes das federações estaduais. Essa iniciativa, logo apoiada por diversas entidades filiadas à Confederação, foi por nós acolhida com a maior simpatia.

Entretanto, como devíamos convocar, para a mesma época, uma reunião do Conselho Superior e uma Assembléia Geral Extraordinária para revisão dos nossos Estatutos, julgámos de melhor aviso realizar, na Capital da República, o conclave sugerido pela FAREG, no qual resolvemos dar o título de 1.ª Conferência Rural Brasileira.

Visamos com essa reunião, a qual comparecem os membros do Conselho Superior e das Diretorias técnicas e executiva, e delegados das federações filiadas, proporcionar à classe rural brasileira, já organisada nos moldes do Decreto-lei n.º 8.127, debater os grandes problemas nacionais ligados às suas atividades e traçar os rumos precisos que devem trilhar os dirigentes do seu órgão, que é a Confederação Rural Brasileira.

A permanente evolução em que se encontram os problemas de ordem econômica e social, exigem que anualmente nos reunamos, desta forma. Daí a nossa idéia de fazer com que essas conferências realizem-se, cada ano. E então será desejável que os futuros conclaves tenham por sede, cada vez, um dos Estados da União.

Não esperamos que seja esta uma reunião completa e perfeita. Ela apresentará defeitos e falhas, que serão corrigidos no futuro. Uma coisa, porém, deve ficar bem patente: a Conferência versará sòmente temas objetivos, como fizemos sentir na convocação. As nossas resoluções, porisso, a seu turno, devem fugir o quanto possível da divagação. Ao que aqui for deliberado, teremos de dar sentido prático, de molde a facilitar aos próprios dirigentes ou entidades responsáveis, a execução de nossos apêlos e sugestões.

Outro aspecto que deve merecer registo é o de que, desta vez, sôbre assuntos de interesse da classe, sòmente deliberará a própria classe. Os técnicos que aqui acorreram a colaborar conosco, patriòticamente, vem servir à agricultura, com suas luzes e conselhos. Aceitamos com alvorôço essa colaboração e, baseados na sua experiência, conjugada à nossa vontade de acertar, deliberaremos pelo voto legítimo da classe rural, para bem servir ao Brasil.

Nesta oportunidade, saudamos com simpatia e afeto, a todos os participantes desta Conferência que, deslocando-se dos seus rincões e abandonando os seus afazeres, vieram trazer uma colaboração ativa e eficiente no estudo, debate e solução dos urgentes problemas ligados aos interêsses dos homens do campo.

A SESSÃO DE INSTALAÇÃO

DISCURSO DO SR. MINISTRO JOÃO CLEOFAS

"É para mim prazer e honra participar dos trabalhos iniciais da Primeira Conferência Rural Brasileira, ora reunida. O acontecimento constitui vitorioso marco da marcha do desenvolvimento as-

sociativo da vida rural, que agora assume aspectos culminantes através de seu máximo órgão representativo, com séde no Rio de Janeiro.

Essa vitória veiu coroar esforços antigos e ingentes, por quanto o Comércio e a Industria, já de há muito, possuem suas organizações de classe, atuando ponderàvelmente, com suas Confederações, em defesa dos interesses a que se devotaram, assumindo prioridade no estudo e na solução de importantes problemas econômicos e sociais do país.

A organização da vida rural veio depois, o que, por um lado, evidencia de certo modo o atraso com que a agricultura sempre comparece ao lado das instituições similares da industria e docomercio.

Todavia, está aí a organização que se vem fazendo de norte a sul, notadamente nos ultimos 2 anos, quando, com fundamentos no Decreto-lei n.° 8.127, de 1945, registram-se em média, 26 Associações Rurais por mês, em confronto com apenas 5 para a média do periodo 1945-1951.

É graças a esse esforço e ao marcado interesse que a população rural hoje demonstra por agremiar-se, que foi possivel fundar-se, faz aproximadamente um ano, a Conferência Rural Brasileira.

Esta, no presente momento, representa e congrega 611 Associações Rurais Municipais, 59 Associações Regionais e 21 Associações Especializadas, cobrindo todo o país, articuladas atraves de 18 Federações nas capitais os Estados. Esses numeros atestam a eficácia da ação do Poder Publico e bem assim a compreensão dos homens do campo em relação ao amadurecimento das diretrizes que nortearam as campanhas em favor do associativismo rural. Os artificios foram sempre repelidos e se aguardou com serenidade a ação catalizadora nao sofressem o influxo de idéias e interêsses espurios, tornando-se elemento conturbador dos ideais que empolgam os lidimos ruralistas brasileiros.

Essencialmente agricola, por muito que se industrialize

Seria supérfluo recordar que já é proverbial e já se torna um chavão cansativo dizer-se, em muitos casos até maliciosamente, que o Brasil é um país essencialmente agricola. Mas um dia a frase perderá seu ar de chavão e será simplesmente o enunciado de um fato corriqueiro e evidente. Porque o Brasil é essencialmente agricola e sempre o será, por muito que se industrialize. No mundo de hoje, um país das proporções do nosso que não cuidar sobretudo tanto do seu abastecimento como do comparecimento no campo da exportação estará cometendo a mais rematada das loucuras.

O chavão, envolvido na malicia em que é pronunciado, representa, todavia, uma realidade, pois constitui uma verdade evidente e repetida, mas cuja evidência reiteração não produz os frutos desejados, isto é, não nos dá uma mentalidade de país agricola, onde as atenções dos homens se voltem para a terra e os seus problemas.

Comprova-o o fato de ser o Ministério da Agricultura um órgão ainda desaparelhado, porquanto, apesar de ter a seu cargo a solução ou o encaminhamento dos complexos problemas da agricultura, da pecuária e da mineração, participava, no orçamento geral da União, com apenas 5% da despesa geral do Brasil.

Os Dois Imensos "Desinvestimentos"

Cumpre, entretanto, erradicar esta mentalidade, tal como tem sido preocupação constante do sr. Getulio Vargas, principalmente desde o momento em que lançou a marcha para o oeste, em seu discurso de Ano Bom de 1938. O capital brasileiro tem fugido dos campos e se concentra perigosamente na industria, e, por pior ainda, nos investimentos imobiliários. Desejo deixar bem claro, todavia, que considero a industrialização indispensável ao Brasil, e se disse "perigosamente" para o capital nele concentrado, quiz referir-me à circunstância de que muito pouco se investe na agricultura e sem esta base agricola o Brasil é algo impossivel e monstruoso.

Dois imensos "desinvestimentos" sofreu no Brasil o capital agricola, de acôrdo com a sintese feita pelo economista Richard Lewinshon. Se excluirmos o periodo relativamente breve da exportação de ouro, na segunda metade do século XVIII, tivemos até o ano de 1831 o açúcar como nosso principal produto de exportação — e a produção de açucar sempre exigiu investimentos elevados. Ao lado da despesa com a importação do equipamento dos engenhos, havia ainda a despesa da mão de obra escrava.

Passamos depois, no século XIX, ao café, que queria menos capital, menos mão de obra servil e quase nenhum equipamento mecânico. Na realidade, porem, representa também investimento. O plantio de café, como observa aquele economista, é uma investimento, e o cafeeiro representa um bem de produção durável.

No entanto, nos dois grandes investimentos do açúcar e do café aconteceram catástrofes que são marcos dos mais importantes na história geral e não apenas agricola, ou econômicos do Brasil: o primeiro foi o desinvestimento da Abolição e o segundo o desinvestimento da incineração do café. A Abolição, indispensável moralmente e indispensável para garantir ao Brasil o mfuturo normal entre as nações civilizadas, representou a perda de 750.000 contos de reis para os donos de escravos, isto é, para os proprietarios agricolas e, mais limitadamente, os da produção açucareira. Em moeda de hoje seriam uns 20 bilhões de cruzeiros. Portanto, um capital igual ao que, se tomarmos a importação de petróleo do Brasil o ano passado, daria para nos abastecer do combustivel durante cinco anos.

Quanto aos cinco milhões de toneladas de café que foram levados às chamas durante a terrivel crise mundial, aos preços atuais representariam a soma de 100 milhões de cruzeiros — 5 bilhões de dólares ao câmbio oficial. Para que se tenha uma idéia da perda bastara lembrar que o café, que representa 65 por cento da nossa exportação total, rende-nos anualmente cêrca de 600 milhões de dólares.

O Restabelecimento da Confiança na Agricultura

A partir do segundo desinvestimento é que o capital brasileiro se volta para a industria e para a construção urbana. Em 1920 só os cafezais do Brasil representavam, como capital empregado, 50 por cento mais do que tôda a industria. Hoje, a agricultura inteira absorve apenas 20 por cento do que absorve a industria.

Houve, històricamente falando, uma crise de confiança na agricultura como setor de investimentos, e o estudo dos meios de restabelecer essa confiança tem sido o tema de investigação da Comissão Nacional de Politica Agrária, criada pelo

Senhor Presidente Getúlio Vargas e que iniciou seus trabalhos em janeiro dêste ano de 1952. O objetivo fundamental dos trabalhos da Comissão Nacional de Política Agrária — melhorar as condições de vida e do trabalho no campo e restabelecer a confiança geral na rentabilidade e na estabilidade da agricultura brasileira — não deve ser buscado, evidentemente, no passado e sim no futuro. É interessante traçar a gênese dos desinvestimentos que, por assim dizer, "desmoralizaram" a agricultura brasileira do ponto de vista financeiro. Mas o restabelecimento dessa confiança nem poderia ser o início de um novo tráfico e nem uma política devotada exclusivamente ao café. Ela só pode ser, em sua linhas gerais, além do amparo ao trabalhador do campo, a criação de uma classe média rural no Brasil. Porque, Senhores, no momento, a situação do homem que lavra a nossa terra e alimenta as nossas cidades é tão precária que existe, em verdade, algo como um tráfico africano; os navios negreiros são êsses caminhões que descem do Norte despovoando os campos e dando maligna que estoura na erupção das favelas, aqui, as cidades não braços para uma industria que não mais pode absorvê-lo, mas, isto sim, uma inclinação dos mucambos, ali, das "latolândias" em tôda parte, essas latolândias de que falava há pouco tempo no Senado o sr. Alberto Pasqualini.

A Classe dos Pequenos Proprietários Agrícolas

O capital que temos de reinvestir na agricultura deverá estar, o mais possível, distribuído nas pequenas propriedades individuais que já fazem do Sul do país uma nova terra dentro do Brasil. Por isto mesmo é que o primeiro trabalho realizado pela Comissão de Política Agrária foi o de criar o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. A idéia fundamental a governar êsse anteprojeto proveniente da Comissão de Política Agrária foi a de realizar uma velha aspiração brasileira no terreno da imigração e da colonização do país — a de unificar o comando, de dar um só órgão diretor á politic imigratória e colonizadora do país. O anteprojeto foi estudado na Presidência da República e encaminhado ao Congresso, juntando-se a ele o projeto que complementa o do Instituto, criando no Banco do Brasil uma Carteira de Colonização. Quem passar os olhos, ainda que ligeiramente, na mensagem presidencial que encaminhou ao Congresso os dois projetos — mensagem esta datada de 28 de maio dêste ano — verá em tôda ela a preocupação de criar no Brasil, com os nacionais e os imigrantes, a classe média rural a que me referi, a classe dos pequenos proprietários agrícolas. Diz Sua Excelência: "O primeiro problema é o do trabalhador rural nacional: o do acesso à terra pelas nossas populações pobres e melhoria do padrão da pequena propriedade". E, citando sua própria mensagem anual de 1952, disse o Senhor Presidente Gtúlio Vargas: "O problema da terra constitui um ponto crucial na evolução econômica e social do País. Cresceu a população, os terrenos próximos nos centros de consumo se tornaram escassos ou esgotados, e a inflação elevou os preços da terra acima das possibilidades do rendimento das culturas agrícolas normais no abastecimento das populações. A tendência à substituição das culturas pelas pastagens, em terras gastas, em muitas zonas de considerável densidade de população, impede também a fixação de uma grande massa de trabalhadores nas fazendas. O acesso à terra própria, com facilidades razoáveis, é, portanto, reivindicação justa e urgente de uma grande massa de trabalhadores brasileiros, à qual o Govêrno procurará atender".

Fixar na Terra o Lavrador Nacional e Canalizar Imigrantes

Êsse problema de fixar na terra em primeiro lugar o lavrador nacional e de canalizar para o país os imigrantes que, como também acentua o Senhor Presidente, trazem-nos "um nível de instrução geral e de experiência técnica que representa um grande desafôgo na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos", êsse problema demanda recursos financeiros bàsicamente sólidos e flexível no manêjo. Assim, nos termos do projeto que o cria, "o Instituto terá anualmente, no Orçamento da União, uma dotação global não inferior a 200 milhões de cruzeiros, durante cinco anos", e procurando igualmente contratar financiamento com entidades internacionais.

Neste plano, o colono nacional deverá ter absoluta prioridade, pois constitui ele o elemento que, até hoje, tem sido o alicerce da vida brasileira.

Quanto à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, que financiará, primordialmente, "a aquisição de pequenas propriedades rurais" e de "áreas adequadas à colonização para o fim de lo- verba anual que lhe consignar a diretoria do Banco teamento e venda", o Tesouro lhe fornecerá um capital inicial de um bilhão de cruzeiros, além da do Brasil e de várias outras fontes de recursos ligados a atividades de imigração e colonização.

Acho que se pode afirmar, sem qualquer exagero, que jamais equacionáramos no Brasil em têrmos tão objetivos êsse problema fundamental de povoar, de colonizar a terra. Aprovados pelo Congresso — que sem dúvida lhes dará a magna importância — os respectivos projetos do Instituto e da Carteira especializada, o Govêrno estará dotado dos meios de realmente atrair ao Brasil uma caudalosa corrente de imigrantes italianos, portuguêses e holandeses, que trazem consigo seus instrumentos de trabalho, sua técnica superior, seu gado de raça, e poderá, finalmente, arrazar, antes que se construam, as favelas e os mucambos. No momento, o lavrador nacional, em desespêro, deixa a terra onde ainda vive tão desamparado e vem para a cidade transformar-se em proletário. O que quer o Govêrno é que fique no campo, que prospere em sua terra própria, e se transforme, lá, numa classe média que será o arcabouço do Brasil futuro.

As duas grandes sangrias

No Brasil dêste instante em que vos falo — um Brasil carente de divisas — temos dois problemas urgentes a resolver: o do combustível para nossas máquinas, o do pão para nós mesmos. Sangra-nos a importação do petróleo em perto de 4 bilhões anuais de cruzeiros. Logo em seguida vem a importação do trigo (com a sêca que assolou a Argentina fomos obrigados, êste ano, a comprar trigo à área do dólar) com 2 e meio bilhões. A organização de Petrobrás S/A. deverá ter mudado, dentro de alguns anos, a fisionomia dêsse angustioso problema do combustível. E, quanto ao trigo, a campanha que nos deverá tornar um dia independentes do suprimento estrangeiro está em plena marcha.

Não é demais dizermos que o problema do lo-

pento do trigo está entregue a uma boa orientação — estando entregue à orientação superior do Senhor Presidente Getulio Vargas — pois foi Sua Excelência quem, em 1929, quando governava o Rio Grande do Sul, criou a estação experimental tritícola de Rio Negro, em Bagé. Lá, o geneticista Ivar Beckman, continuando estudos levados a efeito por Gayer, Benedito Paiva e outros, conseguiu variedades resistentes à ferrugem, como o trigo "Fontana".

O Plano do Fomento da Triticultura

O Brasil precisa produzir três vêzes mais trigo do que produz agora; precisa produzir, em verdade, 1 milhão e 500 mil toneladas. Para isto o Serviço de Expansão do Trigo, deste Ministério, está desenvolvendo um plano de trabalho que compreende: a) produção de sementes selecionadas; b) organização de campos tritícolas; c) aquisição de patrulhas mecanizadas; d) incentivo à adubação em larga escala; e) ampliação de revenda de máquinas agrícolas; f) campanha ativa e intensa nos centros de produção e g) conclusão dos armazéns e silos já iniciados e construção de novas entidades.

Como não basta produzir, sendo preciso também produzir barato, fazendo render o trabalho, o Ministério, à semelhança do que tem feito para a agricultura em geral, tem procurado mecanizar a produção tritícola. Em 1951, apesar da ausência de qualquer recurso extraordinário, só em maquinário específico o Ministério inverteu mais do dôbro dos exercícios anteriores. No corrente exercício, a soma será cinco vêzes superior à invertida em 1951.

Não foi igualmente esquecido o problema do armazenamento. Como não basta cultivar a terra e produzir, apenas, sendo igualmente necessário guardar a produção para que não apodreça nas próprias zonas agrícolas ou se venda a preços vis, está em plena execução um plano de cobrir as áreas mais intensamente produtoras, notadamente o sul do País, de silos e armazéns para o trigo e outros cereais.

Esta política será seguida e alargada, pois sabeis ser ela essencial à estabilidade dos preços dos produtos agro-pecuários, ao bem estar econômico das populações rurais e ao abastecimento de nossos centros metropolitanos.

A Mudança da Capital

Desejo, agora, referir-me a assunto que tem direta influência e funda repercussão na vida rural do país, como seja o da mudança da sua capital.

No dia em que se realizar esse velho sonho de 1891, a pressão demográfica dos grandes centros cessará de agir sôbre a atividade agrícola, a produção dos gêneros de substância, de resto sôbre tôdas as atividades fundamentais do país.

Haverá maior independência do Govêrno Central, no resolver os problemas de base do país, e as justas reivindicações das populações das grandes cidades terão, também, melhor encaminhamento, pois passarão a constituir os grandes problemas dos governos locais.

A situação atual cria uma inversão na hierarquia dos problemas a cargo do Govêrno Federal com os reais prejuízos para a vida rural e para o progresso dos grandes centros.

Ao falar-vos nesse problema tão debatido e cuja solução é sempre ladeada não é minha intenção reabrir uma polêmica e sim reatar a marcha do velho sonho. Do ponto de vista da agricultura, principalmente, estou convencido de que inúmeras serão as vantagens da transferência da capital para o interior do País. E, como o Brasil é efetivamente agrícola, acho que a interiorização da capital é um plano que precisa ter seguimento.

O Serviço Social Rural

E agora, senhores, uma palavra sôbre o Serviço Social Rural, para encerrar êste discurso que já se vai fazendo longo.

Conforme sabeis, em maio de 1951, um grupo de técnicos de dentro e de fora do Ministério da Agricultura, preparou um projeto de Lei instituindo no Brasil o Serviço Social Rural. Quando foram promovidos os estudos preliminares dêsse Serviço não existia ainda a Confederação Rural Brasileira, o que não impediu ouvíssemos as Federações já em funcionamento a respeito das linhas básicas que o projeto deveria ter.

Foi baseado nos dados e informações assim recolhidos que surgiu o primitivo esquema, o qual tinha o caráter de Fundação, ao sair do Ministério, acompanhado de longa mensagem.

Ao tramitar pela Câmara, a proposição sofreu algumas alterações fundamentais, a primeira das quais foi a que transformou em Autarquia o que antes era uma Fundação.

De qualquer modo, e apesar de deficiência que o regimento interno e o plano anual de trabalhos podem certamente corrigir ou superar, o projeto atenderá às finalidades básicas nele previstas, em seu artigo .º. Através dêste artigo se lhe dá atribuição muito importante, qual a de levar ao interior, às vilas, aos povoados e às próprias zonas rurais elementos mínimos de bem estar. Deverá prever o Serviço Social Rural a distribuição de meios de existência, onde mais aconselhável para começar, procurando abranger, direta ou articuladamente com órgãos existentes, os setores adgropecuários, medico-sanitários, economia doméstica, artezanato, recreação, indústrias rurais caseiras e a educação técnico-profissional para homens, mulheres e crianças, além do fortalecimento da vida cívica e social das comunidades.

Com êsse alcance o Serviço Social Rural será necessàriamente um trabalho lento e a ser cumprido a longo prazo, pois não se vai ter a ilusão de tentar fazer tudo da noite para o dia, especialmente num campo em que é indispensável mudar práticas rotineiras, hábitos arraigados e preparar novas mentalidades para as lides do campo.

Por aí se verificam, de logo, o alcance de seu programa e a imprescindível necessidade de, desde logo, se irem articulando as várias dependências do Govêrno em seus 3 níveis, com os verdadeiros representantes da classe rural organizada, no sentido de fazermos face aos problemas de planejamento e execução do Serviço Social Rural.

A Participação das Classes Rurais

E nesse ponto afigura-se-me oportuno perguntar:

— Por que não pensou o Govêrno, desde o início, em entregar exclusivamente à classe agrária o planejamento e a realização dêsse novo Serviço? Por que a presença do Govêrno nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais?

É que, ao ser organizado o projeto, a Confederação Rural Brasileira não estava ainda fundada e muitas das Federações que hoje aqui se encontram, ou não existiam legalmente, ou estavam ainda em fase rudimentar de seu funcionamento. Por isso, já naquela época explicava, na exposição de motivos com que fiz encaminhar o assunto ao Exmo. Sr. Presidente da República:

"não se pensou inicialmente em entregar às entidades das classes rurais a inteira responsabilidade do planejamento e execução dos serviços sociais rurais, como seria desejável, pela razão mesma de que não se encontram elas ainda, conforme acontece com suas similares da indústria e do comércio, devidamente organizadas."

Completava, porém, logo a seguir:

"todavia, tanto na elaboração dos estatutos desta Fundação, quanto na composição do Conselho Nacional, está prevista a direta participação dessas classes, primeiramente interessadas no Serviço Social Rural.

Da Comissão prevista para elaborar os estatutos farão parte, em proporção igual, representantes do Govêrno e de associações da classe rural, sejam federações de associações agropastoris ou cooperativas, sejam sociedades de âmbito nacional."

E realmente assim se fez. Na subcomissão que foi instituída dentro da Comissão Nacional de Política Agrária para iniciar os estudos tendentes ao planejamento do Serviço, lá está o digno representante desta Confederação, transmitindo o pensamento de sua classe.

Eis as justificativas que julguei oportuno trazer à classe rural, numa oportunidade como esta, na qual anteriormente não pude dispor, na qual o Serviço Social Rural consta da agenda de vossos trabalhos.

Não quis, nem deseja o Govêrno fazer tudo, deixando os verdadeiros interessados — os homens e as mulheres do campo — à margem, numa posição de meros receptores de favores que viessem do alto, pois esta seria uma posição que se não coaduna com os interêsses e as prerrogativas das classes agrárias.

O que o Govêrno desejou foi tirar do ponto inicial, da estaca zero em que se encontrava êsse velho problema de levar ao interior, em benefício de sua gente, serviços sociais mínimos, pondo em sua solução inclusive recursos orçamentários, no que também êste Serviço difere do SESI e do SESC.

A Marcha do Projeto no Congresso

A marcha do projeto, porém, não tem sido fácil. Há detalhes de sua tramitação que vale a pena trazer ao conhecimento da Confederação Rural Brasileira, inclusive para mostrar a necessidade cada vez maior em que o Ministério e os homens da agricultura estão de atuarem articuladamente, pois qualquer brecha que se abrisse entre ambos, quanto a êsse problema, no momento atual, resultaria em detrimento não tanto do Govêrno, mas notadamente das classes agropastoris.

Convem esclarecer por exemplo que, infelizmente, há quem considere dever a lavoura ficar permanentemente a trabalhar para enriquecer grupos urbanos, sem deixar no campo pelo menos parte do que dali sai em trabalho e em riqueza.

Esses, que certamente não são muitos, talvez desejassem que o Serviço Social Rural fôsse um simples apêndice, espécie de subordinação a serviços existentes para o mundo da indústria e do comércio.

Foi preciso que, pessoalmente e em várias ocasiões, lutasse pelo princípio de que o Serviço Social Rural deveria ser autônomo, próprio, prestado às comunidades rurais e realizado por tôdas as fôrças, — Govêrno e agricultores — que têm raízes no campo, compromissos com êle.

Não parece supérfluo declarar, numa reunião como esta, que qualquer movimento que, a essa altura dos acontecimentos, vise a alterar substancialmente o projeto, quando êle está pràticamente aprovado pelo Congresso, não seria em benefício da vida rural. Isto porque emendas equivalem a atrazo no Senado, querem dizer a volta do projeto à Câmara dos Deputados, significam reabertura de todos aqueles pontos cuja superação, no interêsse do meio rural, não foi tarefa fácil.

Um Apêlo

Por isso é que desejo fazer u mapêlo sincero às classes rurais brasileiras aqui reunidas. Apêlo no sentido de que não peçam ao Senado qualquer alteração no texto que ali está sendo aprovado. Esperemos que a Lei entre em execução para então a prática ir mostrando em que sentido devem as alterações ser nela incorporadas, para seu aperfeiçoamento final.

Sei que estou falando a homens de responsabilidade, a homens que nunca faltaram no chamamento do Govêrno em favor do bem comum.

Como já lembrei, o planejamento e o regimento interno do Serviço Social Rural já estão sendo elaborados com a presença e a colaboração de elementos da Confederação Rural Brasileira. Posso assegurar-vos que, naqueles Estados onde a entidade da classe rural esteja em condições razoáveis de organização e funcionamento, daremos a esta integral responsabilidade na condução dos serviços previstos na Lei em discussão, através de assinatura de convênios, tal poderá ser fàcilmente feito.

Nas demais Unidades da Federação haveremos de procurar apôio e inspiração nos verdadeiros líderes do campo — homens às vêzes simples e sem muitas letras, mas possuidores de bom senso e de um conhecimento local e direto dos problemas sociais rurais, sem cuja colaboração a Lei não passaria de uma ficção de juristas teóricos ou de um sonho de poetas de Gabinete.

A idéia final, conforme está expressamente declarada na exposição de motivos com que o Govêrno enviou o projeto de lei ao Congresso, é a de entregar, oportunamente, o destino de sua execução total aos homens em cujo benefício êle foi concebido e elaborado pelo Ministério da Agricultura.

Tenho certeza de que sabereis apresentar, ao ensejo desta reunião de estudos e dedicada a uma tomada de posição sôbre problemas essenciais da agricultura e dos agricultores, as fórmulas concretas de uma cooperação profunda a ser inicialmente estabelecida e alargada entre o futuro Serviço Social Rural e as entidades que estais representando neste certame, com tão alto espírito público.

Pela Aprovação Rapida do Projeto

Peço-vos que fiquemos hoje onde sempre estivemos, isto é, juntos, lutando para que o projeto

do Serviço Social Rural seja aprovado sem maiores delongas, pois estou convencido ser isto o que, no momento, mais convém à Lavoura e à Nação Brasileira.

Antes de encerrar essas considerações, quero patentear meus aplausos à objetividade do temário dessa Conferência, o que prenuncia conclusões altamente úteis à solução dos problemas agrários e antecipo o apôio do Ministério da Agricultura à efetivação das medidas que vão corresponder aos reclamos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais.

Saudando, cordialmente, a todos os lavradores brasileiros aqui tão bem representados por todos vós, homens do campo que comparecestes a esta reunião, desejo especialmente declarar-vos que podeis regressar para vossas atividades com a firme convicção de que o Ministério da Agricultura, apesar das suas deficiências, empenha-se em ficar cada vez mais a serviço dos vossos interêsses que são os interêsses da produção nacional."

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

DISCURSO DO SR. JOAQUIM CAMARA FILHO, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS

A PRIMEIRA etapa dos trabalhos que iniciamos, sob o teto abençoado da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro e com a esclarecida ajuda da Confederação Rural Brasileira, já está concluída.

Nestes quatro dias de trabalho intenso, ouvimos, nos seus aspectos mais variados e dramáticos, os depoimentos das classes rurais do país, através da palavra autorizada dos seus lídimos representantes.

Com êste contáto direto e constante, entre os elementos representativos da vida agrária brasileira, ficamos conhecendo, no seu realismo, as necessidades e as aspirações mais prementes do nosso homem do campo.

Nestas condições, estamos agora capacitados a traçar novos rumos para o Brasil, baseados nos fundamentos de sua geografia humana e nos seus fatores sociais, políticos e econômicos.

Com esta orientação, estamos construindo a grandeza nacional, como ela deve de fato ser construída, isto é, pelo aproveitamento inteligente e patriótico do homem do campo, pela dignificação do seu trabalho e pela melhor utilização das riquezas da terra.

Esta Conferência, que contou com a cooperação direta e ativa das classes rurais do país, de técnicos e altas autoridades, representa, sem dúvida, um memorável e histórico acontecimento, ou seja, o primeiro encontro do Brasil com a sua realidade, no setor da economia agrária.

Pela primeira vez as classes agropecuárias do país se reúnem para, em conjunto e confraternizadas, examinar e debater seus graves problemas, indicando, para os mesmos, medidas práticas e solucionadoras.

Se êste critério tivesse sido adotado há anos atrás, hoje, por certo, outra seria a situação da economia nacional, cuja desorganização, ainda agora, vem se refletindo, com tremendas consequências, na vida do povo brasileiro.

Acreditamos, também, que as populações rurais não estariam, como estão, desorientadas e atormentadas por um pauperismo que vai destruindo, pouco a pouco, as suas esperanças e aquela resistência orgânica, que ainda lhes assegura a sobrevivência e encoraja para o trabalho.

Graças aos exemplos dos nossos antepassados, tem o homem rural enfrentado e vencido os obstáculos e a agressividade do meio geográfico em que vive, colaborando, sem desfalecimento, na obra patriótica do nosso engrandecimento coletivo.

São estes, e não os que temos seguido, os caminhos que hão de conduzir o Brasil ao elevado lugar de destaque a que tem direito, pela inteligência fecunda e criadora dos seus filhos, pelo poder realizador do seu povo e pela enormidade potencial de suas riquezas naturais.

Valorizando o homem do campo, proporcionando-lhe a assistencia de que tanto necessita, estamos, antes de tudo, aparelhando o Brasil, para que possa enfrentar e vencer, com vantagens, as gigantescas lutas do futuro.

As bases fundamentais da soberania e da prosperidade econômica do país, estão, não há dúvida, no trabalho racional e bem orientado do homem rural brasileiro.

Quando a produção diminui, a economia se desorganiza, a fome ronda os lares, a família se desagrega, o nervosismo se apodera do povo, a Nação se enfraquece e tudo se envolve num clima de incertezas e aflições, dando margem ao fluxo das idéias extremistas e revolucionárias.

Representando setenta e nove por cento da população brasileira, as classes agropecuárias do país constituem, inquestionàvelmente, o seu maior fator de progresso e civilização.

Devemos prestigiá-las, sem distinção desta ou daquela Região geográfica, porque somente assim, com êste critério de equidade, o Brasil poderá crescer por igual e atingir à plenitude do seu desenvolvimento.

É necessário que as classes rurais brasileiras, por intermédio dos seus legítimos representantes tomem, cada vez com maior amplitude, parte ativa e direta na vida política e administrativa da Nação, cooperando com a sua experiência e estimulando com o seu trabalho a solução dos nossos magnos problemas.

O Debate dos Problemas na Sua Fonte de Origem

As Associações Rurais está reservado, incontestàvelmente, papel de importância vital no soerguimento econômico do País.

Arregimentando grandes massas demográficas, essas organizações de classe muito poderão fazer, na esfera de suas atribuições, em favor da unidade e do engrandecimento do povo brasileiro, da segurança de suas liberdades democráticas e do fortalecimento de nossas instituições republicanas.

Com o concurso e a orientação das Federações, as Associações Rurais, pelo seu contacto cotidiano com os nossos agricultores e pecuaristas, aprofundar-se-ão no estudo e no conhecimento da vida rural, possibilitando a todos, por outro lado, os meios de fazer sentir, de público, as suas necessidades, e de conseguir, com proveito as suas justas reivindicações.

Necessário, porém, se torna, que as Associações Rurais, articuladas com as Cooperativas, promovam e realizem mesas redondas, nos municípios ou regiões a que pertencem, de modo a conhecer mais e melhor as necessidades e as aspirações dos seus associados.

Essas reuniões não devem, absolutamente, ter

cunho de solenidade e é indispensável que contem com a presença do maior número possível de elementos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais.

É esta, a nosso ver, a modalidade mais prática e mais eficiente de se investigar e debater, em sua própria fonte de origem, os problemas agrários brasileiros, de acôrdo com as realidades regionais, isto é, levando em conta as características de cada zona agrícola, que possam influir no encaminhamento e no êxito de suas soluções.

Nessas mesas redondas, que se estenderão mais tarde aos distritos e às fazendas, deverão ser analisados e discutidos, de preferência, os assuntos que diretamente afetam aos agricultores e pecuaristas, dentre eles os que se relacionam com o associativismo, financiamento, assistência técnica, garantia de preços e escoamento da produção aos mercados consumidores.

Movimentos desta natureza, realizados num ambiente de intensa cordialidade e confraternização, tirando o homem do campo do isolamento em que vive, têm ainda a vantagem de integrá-lo nas entidades de classe a que pertence, deixando bem claro que estas estão seriamente empenhadas na defesa dos seus interêsses.

Atuação do Govêrno na Vida Rural

De certo tempo a esta parte, decisiva tem sido a atuação do Govêrno da República em favor da organização da vida rural brasileira.

Foi o Presidente Getulio Vargas que inaugurou, no país, esta política de elevado sentido humano e que consiste na valorização do homem pelo próprio homem.

Tem sido, cada vez maior, o interesse do Chefe da Nação em arregimentar as classes agrárias do país, hoje representadas por uma rêde de 710 instituições, sempre vigilantes e empenhadas na defesa dos interêsses e dos direitos dos associados, que congregam e representam.

Com a cooperação eficiente e esclarecida do Ministro João Cleofas, o Sr. Getulio Vargas está executando, no setor da vida rural brasileira, uma obra, sem exagero, de vulto e de sentido eterno.

As suas providências tem feito com que o Brasil, país por excelência agrícola, se integre nas suas realidades, das quais por longos anos, viveu distanciado, razão por que somos ainda um povo pobre, apesar de habitarmos uma das regiões mais ricas do mundo nos três reinos da natureza.

A Comissão Nacional de Política Agrária, a cuja frente se encontra um grupo de homens devotados à causa do Brasil, e o Serviço Social Rural, a ser instalado brevemente, estão destinados a revolucionar a vida rural brasileira, situando o homem do campo em sua verdadeira posição, como operoso e lídimo construtor da grandeza da Pátria.

Confederação Rural Brasileira

As classes agropecuárias do país têm, hoje, as suas vistas e as suas esperanças voltadas para a Confederação Rural Brasileira.

Graças a sua orientação já está surgindo uma nova mentalidade no Brasil, cuja influência renovadora vem despertando e unindo as populações rurais para a realização de um programa de trabalho que será, não tenhamos dúvida, a redenção do nosso povo, quer pela melhoria de suas condições de vida, quer pela sua recuperação e independência social e econômica.

Tendo à frente dos seus destinos o Dr. Mário de Oliveira, homem de elevadas virtudes morais e administrativas e consagrado inteiramente aos interesses de sua classe, a Confederação Rural Brasileira, apesar de contar um curto período de existência, já se projeta no cenário nacional como uma vitoriosa realidade.

Representa ela, na hora presente, o pensamento e as aspirações de todos aqueles que se entregam à tarefa laboriosa da vida dos campos e que vêem na terra uma fôrça preponderante e dominadora na vida e na história de todos os povos.

Com a ajuda decidida do Professor Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, do Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, e de outros pioneiros do ruralismo, o Dr. Mário de Oliveira, através da Confederação que sabiamente dirige, está prestando ao Brasil serviços os mais relevantes.

Concurso da Imprensa

Em todos os movimentos de reivindicação do povo brasileiro tem sido decisiva a atuação da nossa Imprensa.

É hoje, mais do que nunca, o nosso país precisa e reclama a sua cooperação, para o maior êxito da obra de ressurgimento do Brasil por que, no momento, se empenham, corajosamente, todos os ruralistas nacionais.

O concurso da Imprensa Brasileira, em favor desta jornada, que tem por finalidade proporcionar à nossa gente o bem estar social e econômico de que tanto carece, já se faz sentir de modo eficiente e plenamente satisfatório.

Apêlo às Delegações Estaduais

Meus Senhores — O trabalho dos Delegados das Federações das Associações Rurais foi, no decorrer dos debates desta Primeira Conferência Rural Brasileira, incessante, caracterizando-se, principalmente, pelo seu espírito de compreensão e elevado sentido nacional.

Os problemas foram investigados e discutidos com grande ardor patriótico, com realismo, tendo sempre em vista os superiores interêsses da classe rural brasileira.

Com esta realização, que representa o ponto de partida para uma grande cruzada, foram traçadas as diretrizes de uma nova política agrária, cujos benefícios hão de se fazer sentir, benèficamente, nos diferentes setores de atividades do povo brasileiro.

Ruralistas! Estejamos sempre unidos, trabalhando, continuamente, pela solução dos problemas agrários e pela grandeza e prosperidade do Brasil.

DISCURSO DO DELEGADO DO RIO GRANDE DO SUL, PROFESSOR OSCAR DAUDT FILHO

Nunca, nesta atormentada vida de homem do campo, sonhei com tão alta honra e com tão significativa distinção falar, como agricultor, nesta suntuosa e deleitante metrópole, para os irmãos quase descrentes dêste Brasil que quanto mais fenece, mais vai crescendo no nosso amor sem fim.

Norris Dood, da F.A.O., faz pouco tempo, num apêlo formulado na Assembléia das Nações Unidas, disse "Nem o desenvolvimento dos nossos recursos naturais, nem a aplicação da ciência moderna na produção, nem a distribuição melhorada têm corrido parelhas com as crescentes necessidades da população mundial, que segue tendo ritmo ascendente, uma olhada retrospectiva nos ensina que a história da humanidade é cenário de um de-

senvolvimento das civilizações que reconheceram e venceram as grandes crises da época ou ainda que não se deram conta dos fenômenos do seu tempo, fracassando e desaparecendo quase que conformadamente. Entre os grandes problemas que juntos formam a crise da nossa época, destaca-se, em primeira mão, a necessidade de vencer a fome. E se não tiverem nossos esforços os resultados pretendidos, nossa civilização sucumbirá nesta crise."

O Prof. Wester, da Holanda, não faz muito tempo, afirmou: "É urgentemente necessário que todos os povos do globo se venham compenetrando da magnitude dêsses problemas e da gravidade da situação, a fim de que se adotem medidas próprias para assegurar o mínimo que o homem necessita para viver com dignidade. Com êste ideal de fraternidade humana e de justiça social seremos fiéis à mais pura tradição do Cristianismo."

— Difícil — porque atitude suicida — que os povos e os governos de tôdas as nações do globo possam permanecer indiferentes ou apáticos ante tão gravíssima conjuntura.

Também ao Brasil caberá tomar posição para a segurança de centenas de milhões de pessoas, vítimas da pobreza e da fome, sêres que querem comer, que desejam que as terras produzam, que almejam poder atingir um nível compatível com a dignidade humana.

Mais da metade da população mundial, em países superpovoados inclue-se no rol dêsses subnutridos.

E só haverá paz no mundo quando tôdas as nações do globo puderem alimentar bem os seus filhos.

Pesemos nossas responsabilidades!

A população mundial vem aumentando mais rapidamente que a produção dos alimentos.

Oitenta mil almas novas surgem por dia sôbre a terra. Serão 30 000 000 de bocas, por ano, clamando por alimento.

Infelizmente, a produção de gêneros alimentícios não acompanha, nem de perto, tão alta progressão.

Hoje, já 75% da população mundial recebe uma quantidade insuficiente de alimentos, e dessa percentagem quase que a metade pode ser considerada como positivamente desnutrida.

— 3,3/5 partes das populações da América do Sul dependem profissionalmente da agricultura, e no entanto nossas produções agrícolas não satisfazem nem sequer as dietas adequadas para as populações internas.

Atualmente, só 3,8/10 da produção podem (embora com sacrifício) ser exportada, em doloroso confronto com os 5/10 que exportávamos anteriormente.

Vergonhosamente, todos os países da América do Sul estão importando produtos agrícolas. Em 1950, essas importações haviam aumentado em cêrca de 3,3/10.

Entre 1939-1949, a percentagem do aproveitamento territorial pela agricultura, no Brasil, subiu de 1,8% para 1,9%. Mas o aumento da população foi de 26%. Resultado: Em 1939, cada brasileiro dispunha de 0,335 hectares cultivados; Em 1949, cada brasileiro dispos só de 0,323 hectares cultivados.

Para que, em 1949, cada brasileiro pudesse usufruir da mesma área cultivada, como em 1939, necessário seria que dispuséssemos de 17 631.913 hectares, e não de 17.021.232. Tivemos, a menos, em relação a 1939, 610 681 hectares.

PRODUÇÃO AGRICOLA, NO BRASIL, POR HABITANTE

Produtos	1928	1949
Milho	119 ks.	109 ks.
Café	31 "	21 "
Arroz	25 "	54 "
Fumo	2,1 "	2,3 "
Batata inglesa	6,5 "	15 "
Feijão	16 "	25 "
Trigo	3,3 "	8,7 "
Aveia	333 gs.	174 gs.
Centeio	180 "	301 "
Cevada	255 "	289 "

Para que, neste País, haja produção relativamente digna, de trigo, necessitamos de uma área de cultivo de m/m 5 715.000 hectares. Isso representa 1/3 da totalidade das áreas atualmente cultivadas com as nossas 29 culturas comuns.

Pràticamente, êsses 5.715.000 hectares são quase 3 vêzes mais a área em cultivo geral do Rio Grande do Sul, ou 12 vêzes mais a nossa área explorada com trigo. Ou 9 vêzes a soma das extensões cultivadas com trigo em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Um cultivo racional, com afolhamento, em rotação de 4 anos, exigirá área de quase 100.000 km2.

Na atual relação de habitantes e áreas cultivados, só atingiremos tal extensão de cultivo quando o Rio Grande do Sul alcançar 37.000.000 e temos hoje só 4.000 000 de habitantes; e Santa Catarina e Paraná, juntos, tiverem 34.000.000. Mas aí, as necessidades de outros gêneros alimentícios impedirão tão alta extensão de áreas em cultivo com trigo.

Conclusão: ou se produzirá trigo em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ou jamais, pelos tempos em fora, o Brasil será auto-suficiente em tão precioso cereal.

Quando se fala muito e mpequena e média propriedade, vejamos a nossa produção em diversos Estados:

Valor geral da produção-hectare em diversos Estados — 1949:

	Cr$
Rio de Janeiro	3 604,00
São Paulo	2.879,00
Espírito Santo	2 648,00
Santa Catarina	2.291,00
Bahia	2.230,00
Minas Gerais	2.215,00
Paraná	2.198,00
Rio Grande do Sul	2 184,00

Descontando-se do valor da produção agrícola, a receita do Estado e dividindo-se pela população, encontramos:

Paraná	1.080,50
Espírito Santo	1.005,00
São Paulo	775,90
Santa Catarina	662,00
Minas Gerais	634,00
Rio Grande do Sul	627,00

Vejamos, agora, a produção mundial de carnes, em milhares de toneladas:

Anos	Argent.	Canadá	E.Unidos	Austrália
1945	1.215,6	794,4	6.968,4	999,6
1946	1 185,6	676,8	6.259,2	818,4
1947	1 420,2	601,2	7.364,4	900,4
1948	1.251,6	637,2	6.676,8	957,6
1949	1.255,2	603,0	7.090,8	1.008,0
1950	1.122,0	583,2	7.276,0	1.068,0

Em 1949 a Argentina exportou 321 972 toneladas de carnes para a Inglaterra. Em 1950 a exportação com o mesmo destino alcançou somente 263.339 toneladas.

A exportação australiana para a Grã Bretanha em 1949 atingiu 223 974 toneladas; em 1950, mal póde chegar a 178 186 toneladas. Isso representa 10% de aumento sobre a produção de antes da guerra, mas não nos esqueçamos que tal aumento não apresentou vantagens para a exportação, pois o consumo interno dos países produtores vem aumentando pelo crescimento das populações. Tanto que as carnes exportadas em 1949, representam 11% ou sejam 227 000 toneladas a menos que nas epocas de pré-guerra.

Só a Europa, cuja maioria dos países importa carnes, em 1950 sofreu uma queda de 100.000 toneladas (25% m m) comparada com as importações de 1939.

Ao que parece, em matéria de carnes, jamais a Europa poderá importar as mesmas quantidades que importava nas épocas de pré-guerra, pela simples razão de que mesmo aumentando a produção mundial, o consumo interno dos países produtores absorveria o acréscimo.

Cada habitante do mundo dispõe, hoje, só de 0,333 de cabeça de bovino.

O Brasil, que já possuiu, por muito tempo, de 1 bovino por habitante, está reduzido para 0,950.

No Estado do Rio Grande do Sul, o que já foi foi de um derabanho de 4 cabeças de bovino por chamado de eminentemente pastoril, senhor que habitante, mal e mal alcança, agora, 1,8.

Para que o brasileiro possa ter uma dieta decente de carne bovina, necessário que, dentro dos atuais valores de desfrute dos rebanhos e de rendimento de carne por cabeça, dobremos o número de cabeças bovinas dos nossos rebanhos. Doutra forma, devemos aumentar nosso desfrute para 20%, aumentar os rendimentos de carne de 47 e 50% para 54 e 56% ou alcançar novilhada precoce, capaz de ser abatida nos 2 anos. Para tanto uma série de medidas seriam necessárias, entre elas a melhoria das pastagens.

Com os atuais preços baixos que se pagam pelos bois, nenhum criador se lançará na aventura de ser o primeiro lavoureiro para depois ser criador de vacas.

Segundo estudos que procedi, em 1951, no Rio Grande do Sul, cheguei nos seguintes resultados médios de **rendimento bruto por hectare:**

Orizicultura — (base de 100 sacas por quadra — verdade hoje a média é de 80-90 sacas).
Cr$ 5.985,00 podendo ir até Cr$ 11.980,00

Triticultura — (base de 750 quilos por hectare).
Cr$ 1.875,00, podendo ir até Cr$ 3.000,00.

Criação bovina — (só) (base 55 cabeças por quadra).
Cr$ 122,60, podendo ir até 150,00 .

Exploração das terras no Brasil

Superfície total: 8.516.037 km2.

Terras não aproveitadas pelo homem, selvas, agricultura recoletora, etc. — 7.446.422 km2.

Pastagens, 881.409 km2. Agricultura, 188.204 km2.

Hectares em atividades agropecuárias .... 106.969,00.

População nos 106.969.000 hectares 20.750.000.

Resultado: 4 hectares para cada brasileiro agricultor ou criador.

Mas em agricultura mesmo, não temos ..... 20.000 000 hectares trabalhados.

Consequência: Um país que poderá sustentar 2 000 000 000 de pessoas, alimenta hoje, mal e parcamente só 53 000 00.

Só com a introdução de melhoramentos, sabemos todos, e principalmente quando se **socializa**, é que a terra pode exercer **sua função economica.**

Vale a terra, pois, só quando entra em relação com os homens, com o agricultor, com as **instituições sociais.**

Aí, serão a apropriação, a ocupação, o trabalho e as comunicações as principais características do **estado social da terra.**

Terras inaproveitaveis, desocupadas ou sem vias de comunicação não terão significação econômica alguma. Ainda quando a terra possua todos elementos e condições ecológicas, mas lhe faltem **condições de socialização**, economicamente não será considerada como fator de produção.

Também, quando, por causas diversas, a população de uma região emigra, abandonando as terras que antes ocupava, estas perdem qualquer valor econômico, por isso que se **dessocialisam**, como vem acontecendo em certas zonas nordestinas. Por outro lado, a localização das terras em relação aos mercados ou nucleos consumidores pode ser causa importante de seu valor econômico, mesmo quando, sua fertilidade seja inferior, todos sabemos, o custo dos transportes cresce com a distância dos mercados.

Taylor já disse, com sua autoridade de mestre, que a terra pode variar em seu poder produtivo conforme a fertilidade e **as suas condições sociais.**

Assim sendo, uma terra, ainda que agrologicamente pouco fértil, pelas **condições de socialização** pode, em outros sentidos, ter um **alto valor econômico.**

Não se confunda, pois, com evidente má fé, como fazem comumente os mal-intencionados, **socialismo agrário** com **socialização das terras**. As grandes extensões de terras, no Brasil, não necessitam de **socialismo divisionista**, mas urge, isso sim, dar-lhe **condições adequadas de socialização.**

Ainda, para que se possa **encontrar função econômica na terra**, deveria ela preencher as caracteristicas de um **bem econômico: que seja util e que exista em quantidades limitadas.**

No Brasil, ainda hoje, terras que embora possam ser consideradas uteis, por sua fertilidade, pelas falhas de **infima socialização** não serão consideradas como **bem econômico:** porque o homem que a ocupa não possua saude para trabalhar ou porque estejam sem relação alguma com os centros de consumo pela falta de vias de comunicações.

Sabido que a técnica agronômica hoje pode corrigir as terras na sua falta de condições de estrutura ou de elementos que a integrem.

Entre nós, todavia, em sua maior parte, por nossa técnica primária ou inexistente, ou pelos custos excessivos de correção, estas terras não poderão ser consideradas **bens economicos**, pois que ainda é prematuro.

Também as condições climáticas, em certas regiões, impedem total ou parcialmente, seu aproveitamento: chamaremos tais terras de **bens econômicos?**

Noutras zonas, os **fatores de utilidade da terra** estarão mais relacionados com os processos técnicos do que com os econômicos.

A quantidade limitada ou ilimitada, com fator econômico, relaciona-se mais com a população existente do que pròpriamente com as extensões, como é óbvio.

Sôbre todas essas considerações quais os estudos já realizados no Brasil?

Quem não for zarôlho sabe que o processo técnico, no Brasil, influi muito mais na economia da produção do que os fatores sociais.

Noutras partes, as condições de limitação das terras poderá prejudicar a função econômica.

Em tais casos, o regime da propriedade, ou do uso das terras poderá influir na produção, no seu custo e na vida da sociedade. Entre nós, **econômica e socialmente**, em nada influirá.

Não temos, também, nenhum estudo sério e completo sôbre a **influencia da variabilidade do clima no processo produtivo** da terra, e consequentemente na **combinação dos fatores produtivos**. Nem siquer conhecemos as condições ótimas adequadas de solo e clima como pretender legislar sôbre a terra como **bem de produção**. Assim sendo, cometamos a barbaridade de legislar tambem sôbre calor, luz solar, umidade, ar e substâncias alimentares das plantas. E tanto isso é necessário porque nesses fenômenos meteorológicos e na sua distribuição é que encontraremos o ótimo de germinação, de crescimento, de floração e de frutificação.

Divisão e distribuição de terras ainda que férteis, mas de climas diversos, jàmais atenderão interesses sociais justos. Ainda veremos socialistas agrários desejando distribuição equitativa de chuvas.

Desconhecedores ainda das leis da Natureza, já queremos leis que, certo, virão infringir as naturais e bem duramente.

Conseguiremos, isto sim, é piorar situações econômicas já bastante sérias, e agravar problemas sociais que as cidades criaram e cevaram.

Conheçamos e respeitemos, antes, a Lei do Mínimo fisiológico, a dos incrementos não proporcionais crescentes ou decrescentes, a da Colheita Peroltima, a lei do ótimo definido, as leis primordiais da agrobiologia e tantas outras.

Então, veremos que o aumento da produção no Brasil, depende mais da maior cultura e eficiência dos poderes públicos do que pròpriamente do regime de propriedade das terras.

Nosso problema ainda não é agrário; é eminente e profundamente agronômico.

Até hoje encontram-se nações chamadas de produção rudimentar, de **produção média** e de **produção superior.**

Na primeira, a **natureza** vale mais que o homem, e é ela que domina no **processo produtivo**, e tanto mais quanto mais baixo fôr o nível intelectual do agricultor.

Na segunda, na produção média, o **Homem** e a **Natureza** pode-se dizer-, se equivalem na importância — quando passa a domesticar os animais, quando já reproduz as plantas, quando lavra as terras resiste ao clima e aos agentes naturais hostis.

Na Produção Superior, o homem passa a predominar porque aumenta sua produtividade **pelo capital**, aperfeiçoa o preparo da terra, sua adubação, adquire maior domínio sôbre os elementos naturais, dirige o processo produtivo com maior acerto.

Na 1.ª, domina a Natureza, é o que chamamos de produção dentro de uma economia de consumo.

Na 2.ª, quando domina o trabalho, teremos a produção de uma **economia de trocas.**

Produção de uma economia monetarizada é aquela em que domina o capital.

Mas hoje, uma e outras passam a dar lugar a produção ultra superior.

Nessa vamos encontrar o aperfeiçoamento maximo da produção, quando a tecnica e a organização atingem maior importância.

É a fase da inteligência e da cultura. É disso que precisamos.

No Brasil de um modo geral, estamos entre a produção rudimentar e a produção média. Felizmente, há exceções gloriosas que nos fazem parecer nação de 1.ª classe. São aquelas em que a inteligência e a cultura e o capital dominaram.

Pretender nesta altura dos acontecimentos, que o regime da propriedade (reforma agrária) assuma maior importância no progresso do país a desejar tão só atingir o domínio da natureza o que seria desejar o 2.º estágio, o de equilíbrio do Homem e a Natureza.

Não, não e não. Envevedemos, o quanto antes, pela estrada larga, consoladora e extensa da instrução da educação e da cultura técnica.

O espírito culto, a inteligência bem armada e a noção do dever darão ao Brasil altas possibilidades econômicas e sociais. Terra, sem mais nada, quando muito, poderá servir de sepultura.

Inteligência, instrução, educação e saúde farão com que o homem transformasse as terras do Brasil no celeiro do mundo.

Somos iguais à China, à Russia de ontem, à America Central, à Africa, não pelo regime da propriedade, mas pela nossa incultura, pela nossa incapacidade racional de lider com a terra.

O à Nação se atribui plenamente a propriedade e domínio das terras permitindo ou não a propriedade privada dentro dela, ou à Nação reconhece plenamente a propriedade pirvada, à qual poderá impor as normas e restrições do nosso sistema constitucional, mas isso pouco de nada influirá no progresso e na civilização do Brasil.

O o que é criar o homem, físico, intelectual e moralmente são.

O que é inegável é que a agricultura dentro dos princípios da propriedade privada da terra tem tido o seu mais vantajoso desenvolvimento, aliás como acontece com as demais indústrias.

A América do Norte é o mais significativo dos exemplos.

Não se pode negar que foi dentro do individualismo, de propriedade privada da terra, da liberdade de iniciativa, da organização e do manejo da emprêsa agrícola que ali se alcançaram os maiores progressos do mundo.

O que os russos quiseram, com a grande revolução, não foi a distribuição de terras ou anulação do regime da propriedade.

O que pretenderam e conseguiram, foi a extinção do regime escravisante dos "Nujicks e dos boyardos".

Onde desaparece a propriedade privada, também o comércio agrícola individual deve desaparecer, pois que este deve ser controlado pelo Estado.

Todavia, no Brasil, dever-se-á criar um sistema de apropriação normado, pois, que isso deriva da própria natureza da nossa economia, seja ela liberalista, socialista, fascista, comunista ou de qualquer outra concepção filosófica, pois que enquanto houver sociedades humanas, teremos economias humanas, que sempre necessitarão, corre-

latamente de bases normativas para sua existência e progresso.

Nossa economia rural é ainda bastante fraca e instável. Talvez por isso, vivemos a bater nossas mãos calosas às portas desalmadas da administração pública, numa crença que já se avoluma por

O poder fiscal suga-nos tudo: então pedimos demais de que o governo seja "Deus ex-machina", auxílios financeiros que o governo não nos tem negado. Fecha-se, assim o círculo vicioso. O mesmo govêrno que nos arranca as pouca rendas devolve-as após, a título de auxílio ou subvenção.

E o dinheiro, que como capital, tanto poderia ter útil no Poder Público como ao agricultor, não traz benefícios a ninguém, porque gira sem função, gira às tontas. Outras vezes, o auxílio federal que recebemos vai direto para os cofres estaduais e municipais, com nomes variados como impostos, contribuições e taxas.

Quantas vezes, no ermo e no silêncio dos campos pensamos: não serão as taxas, o maior mal do Brasil? E nós, presados irmãos, somos agricultores que sabemos ler e escrever e que podemos viajar para chegar ao Poder Público e exigir "justiça econômica para o produtor rural". Mas os nossos irmãos mais pobres, que lá ficaram no fundo dos campos ou no alto da encosta, árida e rude, esses estão pensando:

Porque as populações das cidades cresçam muito e porque os gêneros alimentícios escasseiem ou encareçam por falta de trasportes ou por excesso de intermediação e de aproveitadoresa a lei dos homens da cidade vai corrigir tudo: darão nossas aos irmãos urbanos. Muito bem. Deixaremos de sofrer.

Mas completem a ler: dem a nós as casas da cidade que já lhes haviam dado antes.

Dizia-se, há tempos, um colono, descendente de alemães, mas vivendo nas íngremes terras da região colonial italiana: "Suba sempre o morro. Diàriamente, subida feroz, tão feroz que 40 anos de trabalho exigiram 14 burros de carga. Todos eles morreram macetas".

Mesmo assim nossa economia nacional ainda é sustentada pela lavoura e pela pecuária. Da nossa magra lavoura e da nossa criação que mingua, por muito tempo em fora, dependerão o bem estar (se assim podemos dizer) dos brasileiros e da coletividade.

Nossa cultura, nossa civilização e nossa felicidade só podem atualmente, encontrar bases seguras e sãs nos trabalhos árduos do homem do campo.

Somos, não há negar, o maior Banco de Sangue do Brasil. Vivem nossos irmãos da cidade com o sangue que lhes doamos. Mas este sangue custa-nos a própria vida. Muito de nós, os mais pobres e mais fracos, como as populações marginais de Troy têm comido terra. Josué de Castro, o grande sábio brasileiro, na "Geopolítica da Fome" afirmou: "Basta ver o que ocorre entre as populações primitivas da África Equatorial e das regiões quentes da América do Sul, que, sofrendo de deficiência de terro, pelo uso de uma alimentação incompleta, e pela espoliação do seu sangue pela verminose endêmica vão buscar um suprimento desse mineral comendo terra!

Este fenômeno da geofagia não é mais do que uma defesa instintiva do organismo contra a fome específica em terro".

Nosso Congresso vai ser encerrado.

Ao que parece, já vamos sentido saudades agri-doces desses dias tão gratos e tão cheios de alegrias claras. Somos todos iguais. A sofrimentos e dores no norte, no centro, no sul e no "hinterland". Mas também a largas compensações, como foi este Primeiro Congresso Rural Brasileiro.

Arrisquemos mais uma vez: depositemos nossa confiança nos poderes públicos. O Presidente da República é fazendeiro na minha terra querida e aldos. Possivelmente, em parte, seremos atendidos. ceste amado Brasil. Creio que seremos compreen- o Ministro da Agricultura é produtos de açucar O Brasil precisa de nós, e quer que sejamos atendidos.

Em verdade, pedimos muito; mas, é inegável, necessitamos de muito mais.

Saibam os irmãos da cidade que as classes rurais estão hoje, como aliás sempre estiveram, ao serviço dos homens e dos interesses do Brasil, e porque elas trabalham e produzem é que é dado ao país viver e engrandecer-se.

Saibam que o campo é ainda a maior reserva da grandeza nacional.

Nos seus homens dignos e trabalhadores, nas suas terras promissoras, estão, porque devem estar, as maiores e melhores esperanças do nosso futuro econômico grandioso.

Vamos partir de regresso à querência. Não nos esqueceremos.

A proposta do representante do Pará é bem uma prova disso.

Antes, porém, rendamos as nossas homenagens ao nosso querido Presidente Mario de Oliveira. Homem sereno, homem bom, de altas virtudes e de esplêndidas qualidades. Mais pareceu um Pai, do que mesmo um presidente. Também os nossos agradecimentos ao pessoal da Sociedade Nacional de Agricultura.

E por fim, agricultores do Brasil, nossa prece à terra,

Velha terra dadivosa, benfazeja e amiga!

Nunca a humanidade deixou de encontrar recompensa utilíssima quando te trabalhou.

Sempre o galardão surpreendente dos frutos abençoados ao homem que te rasgou; abundância triunfal pelo seu esforço, pela sua pertinácia; exuberância desmedida pelo seu labor, pela sua fadiga; fartura feliz pelo seu suor honesto.

A princípio, o homem rompeu-te com as mãos sangrentas, feriu-te com a pedra dura, fendeu-te com os toscos utensílios de madeira, abriu-te com os primitivos instrumentos de ossos.

Depois, com o ferro que tombou dos céus, passou a lacerar-te as entranhas silenciosas.

Eu civilização avançou...

Mas o homme, sempre, sempre e cada vez mais, presa contente e feliz da terra bendita.

Fundiram-se... irmanaram-se.

Assim vai a humanidade cumprindo o seu atormentado destino sôbre a terra consolatória.

E todos os incomensuráveis tesouros do solo passaram a pertencer ao homem... pela agricultura.

A carne, o trigo, o leite, a fruta, a lã, a madeira, o algodão, o mel, a seda ... E a agricultura transformando a terra... criando o ser.

Metamorfose da semente milagrosa, dos sais, dos gases, das águas fecundantes da chuva... em colheita generosas onde palpita a vida.

Agricultura ... pão que o arado arranca da terra!

Nobre, digna, bela, divina a missão do agricultor.

Abrigando ... vestindo ... alimentando,

Engenheiro Ildefonso Simões Lopes, o otimista do Petroleo no Brasil

LUIZ MARQUES POLIANO
Secretario Geral da Sociedade Nacional de Agricultura

Não temos notícia de outro brasileiro mais confiante nas nossas possibilidades petrolíferas, e de maior visão do problema, do que o saudoso republicano Engenheiro Ildefonso Simões Lopes.

Agora que o petróleo ocupa as primeiras páginas dos jornais, divide opiniões, empolga as classes e leva o Govêrno, em seus vários setores, a procurar solucionar-lhe os múltiplos aspectos, é de justiça lembrar o nome ilustre desse grande patrício, que há mais de trinta anos, com fé inabalável em nosso futuro, tomou as primeiras providências oficiais de ordem técnica para a sistematização da pesquisa do óleo mineral e procurou, através de iniciativas no Congresso, disciplinar-lhe a exploração.

Participando do govêrno Epitácio Pessôa, como Ministro da Agricultura, coube-lhe a primazia das primeiras iniciativas naquela Secretaria de Estado, havia poucos anos em funcionamento e, por isso, ainda desaparelhada nesse e em outros terrenos de sua importante atividade.

Quando ainda nem o problema do aproveitamento do nosso carvão de pedra para o coque metalúrgico estava resolvido, tanto que para isso foi envido à Europa o Professor Fleury da Rocha, a fim de "nos elucidar completamente sôbre as propriedades desses minerais, após insanos trabalhos de coleta, esquisitos incêndios e outras dificuldades", é de admirar-se o entusiasmo com que o Dr. Simões Lopes se atirou à tarefa de despertar para o assunto do petróleo a atenção dos nossos responsáveis.

Em 1921 criou no Ministério da Agricultura a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, embrião do atual Instituto de Tecnologia, sob a direção de Ernesto da Fonseca Costa e, com a cooperação de Gonzaga de Campos, prosseguiu nas obras de sondagens do sub-solo, iniciadas em 1917, apesar das escassas verbas disponíveis.

É de lamentar, dizia no seu relatório de 1921 — "não dispôr o Ministério de recursos dez vêzes maiores, não só para os trabalhos de sondagem, como para o levantamento de uma carta geológica do Brasil".

Não lhe escapava a circunstância de que a Argentina, em poucos anos, havia dispendido nos seus trabalhos de pesquisas petrolíferas cêrca de 500 mil contos, enquanto o Brasil, de 1917 a 1920, apenas gastara nesses serviços sòmente pouco mais de 5 mil contos.

Simões Lopes acreditava firmemente na existência do petróleo em solo brasileiro: "Eu mesmo tive o ensejo de acender o meu cigarro em chama de gaz natural extraido do sub-solo paulista e trazido em garrafão para a Estação de Combustíveis e Minérios, que fundamos em 1921" — repetia, em memorável conferência perante a Sociedade Nacional de Agricultura, em 1936.

Não se deixava esmorecer por opiniões contrárias ao seu otimismo, como a do geólogo White, que visitou o Brasil em 1905, a convite do ministro Lauro Muller. Este técnico baseava-se na teoria de que não poderia ocorrer o petróleo em terrenos de rochas eruptivas, como os que formam a parte sul do Brasil.

"O meu otimismo, dizia Simões Lopes, revelado no Parlamento e fora dêle, provém da observação constante do que ocorre no estrangeiro e da confiança que me inspiram os chefes de serviço do Ministério da Agricultura, a cuja frente se achava, então, o meu grande amigo e grande sacerdote da bondade e do saber — Gonzaga de Campos".

Em conferência pronunciada em Pelotas, sua terra natal, em 21 de novembro desse mesmo ano, afirmava que, o que era preciso, "acima de tudo, o que é urgente, é descobrir-se jazidas dêsse mineral em diversas regiões do país, visando o combustível barato para todos os misteres".

À argumentação dos que achavam temerário o emprêgo de esforços e de capital na procura do ouro negro, contrapunha o saudoso ex-ministro da Agricultura a de que nos cabia, a todo transe, insistir na pesquisa, até que todos os recursos se esgotassem: "Se taís sondagens forem porventura negativas, teremos cumprido um dever tècnicamente insinuado no terreno das investigações".

Deixando a Pasta da Produção em Maio de 1952, não pôde prosseguir no seu trabalho em prol do nosso petróleo. Reencetou-o depois na Câmara dos Deputados, através de projetos e pareceres que ainda hoje devem merecer a melhor atenção dos brasileiros.

Não era apenas o aspecto geológico ou técnico que o preocupava nessa questão do óleo mineral: preconizava a necessidade de, "com certa previdência, instituir-se uma legislação segura para evitar o que ocorreu em outros países do nosso próprio continente, forçados a medidas de emergência para garantirem o domínio de tão importante riqueza", "cobiçada por companhias poderosas de alguns países fortes e cuja pressão se tem feito sentir em tôda parte". O seu parecer de 20 de Junho de 1927 apresentado à Comissão de Agricultura da Câmara, alertava o país para certos aspectos do complexo problema, alvitrando a adoção de uma lei especial, "vazada no sentido expresso da nacionalidade", que o disciplinasse, resguardando os superiores interesses do

Brasil: "precisamos defender êsse grande patrimônio da Nação no futuro, evitando se realize o bote daqueles que pretendem controlar, na nossa própria terra, a valiosa riqueza indispensável ao desempenho do nosso papel histórico na obra da civilização contemporânea".

O seu nacionalismo não era daqueles que se manifestam nos "berros histéricos do jacobinismo barulhento e inócuo", mas o que se traduzia no "vigor equilibrado das nossas fôrças propulsoras, no fomento das nossas riquezas naturais, na defesa extremada daquelas que são o esteio da grandeza e da soberania da Nação".

Eis porque era contrário à hostilização do capital estrangeiro; no caso do petróleo, reconhecia, contudo, que deveria haver cautelas especiais, porque êle era de "excepcional relevância militar e econômica".

De 1927 a 1930, na Câmara, são notáveis os seus trabalhos, em pareceres e projetos, a respeito da pesquisa e exploração petrolíferas. É de citar-se o seu trabalho "O petróleo no mundo e a exploração dessa indústria no Brasil. Necessidade de lei especial. Sugestões". Trata-se de parecer apresentado à Comissão de Agricultura da Câmara, no qual são traçados rumos seguros não só à pesquisa como à legislação que, a seu ver, se tornava necessária ao advento da indústria, cercada das necessárias garantias à nossa economia e à nossa soberania, acompanhada do ante-projeto regulando a propriedade e a exploração das jazidas de petróleo, organizado pelo Dr. Euzébio de Oliveira. No seu discurso, publicado no Diário do Congresso de 24 de Dezembro de 1927, após dizer que, além do carvão, outro elemento de maior valía surgira — o petróleo — conclamava o Brasil a "resguardar com usura" essa riqueza. Advogava a passagem, ao domínio do Estado, das jazidas de óleo mineral, que a Constituição, lamentàvelmente, não permitia, embora, em muitos casos, impossível se tornava a divisibilidade dessas minas entre os diversos proprietários do solo.

Sob o título "O petróleo brasileiro", foram publicados pelo Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, por iniciativa da comissão que em 1945 se organizou para homenagear a memória do Dr. Ildefonso Simões Lopes, de que tivemos a honra de fazer parte, em volume de 275 páginas, não só a conferência pronunciada na Sociedade Nacional de Agricultura a que durante longos anos serviu como Presidente, como uma preciosa documentação das atividades do saudoso homem público na Câmara dos Deputados, relativa ao petróleo.

Seria de muito proveito a leitura dêsse valioso documentário por quantos se interessam pelo momentoso problema.

Há ali muito patriotismo, muito conhecimento de causa e, sobretudo, muita isenção — visto que tudo aconteceu antes da agitação de que se cerca hoje o caso do petróleo no Brasil.

A Educação na Comunidade Rural Brasileira

Engenheiro-Agrônomo
ARTHUR NATIVIDADE SEABRA

Na estrutura da Sociedade Rural a comunidade constitui um elemento de primordial importância.

A Comunidade é um dos grandes núcleos da Sociedade moderna e, como tal, ela deve oferecer condições e meios para que os indivíduos tenham os serviços essenciais, indispensáveis à sua subsistência e prosperidade.

A educação, para aperfeiçoar e preparar os indivíduos, ensinar-lhes novas técnicas e dar-lhes novos conhecimentos, constitui trabalho de relevância invulgar para a vida e o desenvolvimento da sociedade comunitária.

Segundo Jefferson, "a Educação é a carta da Liberdade e a Agricultura o suporte de seu programa objetivo". Isto significa que ao lado das condições e dos elementos necessários para uma educação sadia e objetiva, uma comunidade deve ter, também, condições e elementos para o estabelecimento de uma boa e prospera agricultura.

Na Comunidade Rural a educação é ministrada através de instituições seculares, como a família, a escola e a igreja, além de outras de não menor importância, como Associações, Sociedades, Clubes e Bibliotecas.

A família, como núcleo primitivo da Sociedade, cujos vínculos se prendem aos mais remotos tempos da pré-história, desempenhou e desempenha funções de suma importância social entre as quais destacamos "a educação e preparo dos jovens adolescentes".

A escola é, contudo, a primeira instituição educativa da sociedade.

A igreja é também uma grande fôrça, especialmente para a educação moral dos membros da comunidade, onde é a inspiradora do bem e o baluarte da fé.

Entre os meios de que a comunidade se utiliza para educar, são denotável alcance e eficiência o rádio e o cinema, modernos agentes da civilização e que atingem, indistintamente, moços e velhos, analfabetos e alfabetizados, doutos e leigos. Também os cursos de extensão agrícola e os cursos por correspondência, bem como livros, folhetos, revistas e jornais, contribuem de maneira expressiva para a educação. É verdadeiramente impressionante a influência e a importância educacional do rádio e do cinema. Ête, aliando a palavra falada à música e à imagem viva e colorida, apresenta atrações e recursos que só encontram paralela na televisão. Infelizmente a televisão ainda não está difundida no meio rural brasileiro.

A Comunidade, como elemento orgânico de grande importância na estrutura da sociedade, não pode prescindir de um índice elevado de educação, poderoso fator para o engrandecimento e a prosperidade nacional.

Para termos uma idéia da influência do grau de educação, na capacidade realizadora do elemento humano, examinemos o trecho a seguir, do Sr. Ching Chão W. Diz êle: "A China se vale de 140 milhões de pessoas para lavrar 300 milhões de acres. Os Estados Unidos empregou apenas 10 milhões para fazer o mesmo trabalho." Estes dados apresentados de maneira espetacular, servem para pôr em evidência o valor da educação, do preparo técnico e da capacidade realizadora de um povo, e mostrar, em outros continentes, em outro país, os prejuízos causados pelo trabalho rotineiro e primitivo de população atrasada.

Portanto, está reservada à educação, ao trabalho seletivo e orientador dos mestres, a solução de alguns dos nossos mais graves problemas.

Coerentes à realidade nacional e educando para servir ao Brasil, estaremos nos ajustando ao sentido social e político da moderna civilização.

———

OBS.) — O presente trabalho é o resumo da palestra que o autor fez no Curso de Formação de Agentes de Educação Rural no dia 2 de Setembro, a convite do Prof. Geralda Goulart da Silveira, coordenador do referido Curso ministrado pela Fundação Getulio Vargas em colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola.

Algumas considerações sôbre o combate aos carrapatos

EURICO SANTOS

O presente trabalho visa apenas trazer algumas informações sôbre o combate aos carrapatos. Dada a importância do assunto, pois, como é sabido, a existência de carrapatos é incompatível com o aperfeiçoamento zootécnico do gado bovino, tais informações são justificáveis e necessárias.

Vamos, nesse ensejo, resumir estudos técnicos feitos em nosso meio por veterinários experimentadores. Relatamos, resumindo, como divulgador, e não como técnico.

COMBATE AOS CARRAPATOS DOS BOVINOS

Hoje é matéria inconteste que os banhos arsenicais não têm ação sôbre certas fases da evolução do carrapato que, aliás, adquire formas de resistência. Assim a praxe estabelecida de dois banhos espaçados, nos rebanhos bovinos, de 18 a 20 dias um do outro, não alcança os fins visados e, portanto, julga-se mais acertado dar 2 banhos, espaçados, 6 dias um do outro. Isso, entretanto, quando se trata de erradicação do carrapato, mas se tratarmos de um banho de limpeza, bastará um só. Quer dizer, nas grandes fazendas de criação extensiva, onde é uso banhar o gado, só uma vez ao ano, no período de maior afluência dos carrapatos, não visando portanto a erradicação do parasito, usar-se-á um banho forte, no máximo da dose, que é na concentração de 0,22% de arsênico.

Quando, entretanto, o fazendeiro estiver preocupado em eliminar os carrapatos de sua propriedade ou ao menos, mantê-los em ocorrência mínima, recomendam-se os banhos fracos, na concentração de 0,14 a 0,17% de arsênico.

O método indicado neste caso é dar dois banhos, espaçados de 6 a 8 dias, na concentração arsenical de 0,14 a 0,17% ao começo do trabalho da extinção dos carrapatos e, a seguir, banhos de média concentração (0,20% de arsênico), êstes com intervalos de 20 a 20 dias.

Experiências realizadas em vários países e também entre nós, em várias regiões de São Paulo, Estado do Rio e Rio Grande do Sul com DDT pulverizado em suspensão aquosa a 1%, mostraram "que quando o tratamento não excede de 25 dias, o gado tratado fica pràticamente livre de carrapatos."

O COMBATE AOS CARRAPATOS

A propósito dos carrapatos dos cães posso afirmar que os carrapaticidas mais usuais para combater o carrapato do boi, não têm ação decisiva no carrapato canino.

Recomenda-se a seguinte pulverização:

Butóxido de piperonil	0,2
Piretro	0,1
Agua	100 cc

Para uma pulverização — M. J. Mello, veterinário, observou a morte dos carrapatos dentro de 24 a 48 horas.

Também pode ser usado timbó:

Extrato de pó de timbó (em acetona)	50 cc
Alcool de 60°	1 litro

Aplica-se como loção em todo o corpo. Não deixar que o cão se aproxime do fogo.

OUTROS CARRAPATOS

Em referência ao carrapato do chão (Ornithodoros) cuja picada além de dolorosa ainda provoca úlceras de difícil cicatrização, muito comuns no interior, devemos recomendar certos cuidados.

Em primeiro não arrancar o carrapato à fôrça e sem pingar em cima dêle uma gôta de benzina ou de amoníaco ou extrato de tabaco. O parasito desagarra-se e então basta apenas tirá-lo e pincelar o local com iôdo, melhor que mercurocromo.

Para atenuar as comichões: pomada mentolada, ou pomada de óxido de zinco.

Plano de Fomento da Pecuária do Distrito Federal

Mais 165 mil litros de leite para o consumo carioca

Será debatido mais uma vez, quarta-feira próxima, o importante documento aprovado pelo S. João Carlos Vital — De 35 mil litros diários para 200 mil — Instalação de 10 granjas-modelo, para criar melhores condições de saúde dos rebanhos — O problema das pastagens e dos alimentos concentrados, ao lado do auxílio técnico e financeiro — A palavra do Sr. Heitor Grilo, secretário da Agricultura, no programa "Cartas na Mesa", da Rádio Nacional, que anunciou ainda a construção de usina de pasteurização, para produção do leite tipo B

O Sr. Heitor Grilo, Secretario da Agricultura do Distrito Federal, analisou em programa radiofônico, o novo plano para fomento da pecuaria leiteira na zona rural carioca, visando a ampliar a produção de leite e, assim, um maior consumo por parte da população, no momento apenas dispondo de 35 mil litros diários. O plano, já aprovado pelo Sr. João Carlos Vital, abrange aspectos técnico, financeiro e econômico, havendo aquele titular salientado, inicialmente, a parte de realização prática, ou seja a instalação de 10 granjas-leiteiras modêlo, com finalidade de unidades-escola, construção de uma usina pasteurizadora, para produção do leite tipo B, e uma cooperativa de produtores, visando a uma melhor coordenação das atividades da pecuária.

Afirmou o Sr. Heitor Grilo:

— O documento aprovado pelo Prefeito Carlos Vital tem um objetivo de amplo interêsse para a população carioca e entrará em discussão, em novo exame, de modo a possibilitar a sua execução sem grandes delongas. Pretende elevar a produção do nosso rebanho leiteiro — no momento de cêrca de 140 mil vacas — de 35 mil litros diários (embora o carioca consuma 200 mil) para mais 145 mil. O ponto fundamental do plano é a instalação de uma usina de pasteurização, tipo escola e para produção do leite tipo B, de 10 granjas-modêlo também com função de escola para orientação geral dos criadores e consequentemente acarretando a melhoria das condições gerais de saude e alimentação do gado leiteiro.

POR QUE O CARIOCA BEBE LEITE COM AGUA

Examinando as condições da nossa pecuária leiteira, o Sr. Heitor Grilo, juntamente com os técnicos de sua Secretaria, teve oportunidade de mostrar o inconveniente e desvantagem econômica do emprêgo das rações balanceadas, as quais, sèriamente, oneram as despesas do produtor e o levam a fraudar o leite, de modo a que a população tome, na realidade, 50 por cento de leite. O restante — basta se verificar a produção total do Distrito Federal — é apenas água, utilizada pelos granjeiros e distribuidores para contrabalançar os gastos que não conseguem normalmente superar. "Nessas condições — acentuou o Sr. Heitor Grilo — o plano visa a ensinar, nas granjas-modêlo, as normas modernas de criação racional, com utilização e plantio de pastagens naturais, como se sumo de tais pastagens, sem a utilização dos alimentos concentrados, por natureza anti-econômicos, e ainda a assistência técnica e financeira profaz nos países mais adiantados. O simples conporcionará ao pecuarista leiteiro carioca tôdas as possibilidades de aumentar sua produção média diária de leite, que é de cinco a seis litros diários. Como está indiscutivelmente, é que não poderá continuar, produzindo o rebanho 35 mil litros, quando a população consome normalmente 300 mil.

CONDIÇOES SANITARIAS E VERBAS A SEREM EMPREGADAS

— O plano objetiva ainda — continuou o Sr. Heitor Grilo — distribuir nas terras compreendidas por Jacarepaguá, Santa Cruz, etc. mais 20 mil vacas, com aproveitamento das pastagens naturais. Ao mesmo tempo em que funcionam as granjas-escolas modêlo, é feito o trabalho de tratamento sanitário, com vacinação contra brucelose, tuberculose bovina, etc., levantando-se destarte as condições de saude do gado leiteiro. As verbas para execução do plano provirão da propria Secretaria, de estabelecimentos bancarios particulares, com base no penhor agricola e com a execução de uma lei municipal que determina a aplicação de 50 milhões de cruzeiros para financiamento da produção leiteira do Distrito Federal

A margem do funcionamento das granjas — concluiu o Sr. Heitor Grilo — far-se-á o aproveitamento das terras em horticultura e agricultura em geral, alem da apicultura em larga escala. Em resumo, trata-se de um plano que se baseia em disponibilidade financeira e que atende, em conjunto, aos vários aspectos do sério problema que constitui a produção de leite no Distrito Federal. Sua execução dará bases racionais a essa produção e porá nos seus devidos termos questão de tão transcendental importância para a população carioca

As Semanas Ruralistas e os problemas do Homem Rural

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

As Semanas Ruralistas constituem, sem dúvida, um dos recursos mais eficientes e aconselháveis para, de uma maneira concreta e objetiva melhorar as condições de vida e de trabalho das nossas populações rurais.

Elas são eminentemente educativas e ilustrativas, e pelos resultados práticos já comprovados, merecem ser generalizadas e intensificadas em todas as regiões agrícolas do país.

Elas têm um grande alcance social e educativo e concorrem, de uma maneira satisfatória para, conjuntamente com outros recursos educacionais, para a formação da verdadeira mentalidade ruralista que deve predominar num país como o nosso em que a agricultura constitue o baluarte da economia nacional.

É preciso fazer chegar até aos nossos agricultores os princípios básicos da agricultura racional a fim de que ele possa produzir em condições mais vantajosas; é preciso integrar o nosso homem rural na sua profissão e interessá-los pelos problemas da sociedade rural.

É inadiável uma campanha em largas proporções de recuperação agrícola e de valorização do homem rural, — fatores primordiais para a melhoria das condições de vida e de trabalho de nossa população rural.

Através de palestras, conselhos, sugestões, cursos rápidos, demonstrações práticas, etc., realizadas no próprio ambiente rural, convenientemente orientadas por técnicos e orientadores que conheçam bem não só o meio rural e seus problemas, mas, principalmente, a psicologia do nosso homem rural, com todas as suas subtilezas e complexos, conseguiremos, com grandes vantagens, atingir os elevados objetivos das Semanas Ruralistas.

Visando atingir tais objetivos é preciso, pois, que durante as Semanas Ruralistas, sejam promovidas:

a — palestras sôbre os mais variados assuntos agrícolas, principalmente sôbre aquêles de maior interêsse e oportunidade para a região. Assim, por exemplo, nas zonas algodoeiras, os problemas relativos à cultura do algodão (uso da boa semente, preparo do terreno, plantio, tratos culturais, combate às doenças e pragas, etc.), devem merecer atenção tôda especial; nas zonas cafeeiras, os problemas relativos à cultura do café devem ser convenientemente elucidados (agora mesmo, a broca do café vem exigindo medidas acertadas visando à defesa da produção cafeeira; nas zonas de criação, os problemas relativos à seleção, alimentação, profilaxia das enfermidades mais frequentes, etc., devem merecer prioridade, e assim sucessivamente.

b — palestras sôbre problemas fundamentais de todas as regiões agrícolas como, por exemplo a conservação do solo, o reflorestamento, etc.;

c — cursos rápidos eminentemente práticos e objetivos, visando, de uma maneira fácil e ao seu alcance, levar ao homem rural os conhecimentos básicos sôbre os processos racionais de conduzir os trabalhos agro-pecuários;

d — demonstrações práticas sôbre mecanização da agricultura, práticas culturais racionais (combate à erosão, fertilização dos terrenos, preparo do composto, irrigação, tratamentos fito-sanitários, etc.) e tantos outros problemas que, igualmente, devem merecer a atenção dos agricultores;

e — sessões cinematográficas com a exibição de filmes agrícolas educativos e elucidativos que ensinem sôbre como trabalhar melhor, que demonstrem as vantagens da agricultura racional, etc.;

f — distribuição de livros, folhetos, circulares, revistas, etc., sobre assuntos agrícolas, escritos em linguagem clara, simples e acessível, de preferência bastante ilustrados, que, de uma maneira atraente e convincente cooperem para a racionalização das práticas agrícolas;

g — palestras sôbre associativismo e cooperativismo, mostrando as vantagens da organização e colaboração entre os agricultores em defesa de seus legítimos interesses;

h — distribuição de sementes selecionadas, especialmente das plantas mais cultivadas na região e daquelas que embora não venham sendo cultivadas na região mereçam ser introduzidas;

i — distribuição de máquinas e ferramentas aos clubes agrícolas e aos lavradores de menores recursos;

j — palestras sôbre a necessidade das culturas de subsistência (hortaliças, feijão, arroz, milho, etc.) e, bem assim a criação de pequenos ani-

mais domésticos (aves, abelha, etc.) visando a melhoria das condições de alimentaçao das populaçoes rurais;

k — palestras e demonstraçoes práticas sôbre higiene rural tratamentos preventivos e curativos das enfermidades mais frequentes na regiao, sôbre medidas de ingiene individual e coletiva, tc.;

l — demonstrações praticas sôbre como melhorar as pequenas industrias rurais domésticas, e sôbre como desenvolver novas indústrias igualmente recomendaveis;

m — realizaçao de exposiçoes, concursos, etc. que estimulem e despertem o interêsse da populaçao rural para os problemas mais palpitantes para a região.

De acôrdo com os recursos disponiveis, as necessidades regionais, etc., muitas outras medidas, igualmente oportunas e recomendaveis devem ser tomadas visando a recuperação da agricultura e a valorização do homem rural.

CONCLUSÕES

1 — As Semanas Ruralistas constituem um meio eficiente para fazer chegar até o homem rural os recursos da agricultura racional.

2 — Os resultados das numerosas Semanas Ruralistas levadas a efeito em várias regiões do país comprovam a necessidade de difundi-las cada vez mais.

3 — As Semanas Ruralistas têm um grande alcance social e educativo e concorrem para a formação da verdadeira mentalidade ruralista que deve prevalecer em um país como o nosso de base econômica nitidamente agrícola.

Obs. — O presente trabalho, de autoria do Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira foi apresentado à Mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de Março e com parecer favorável do relator, Prof. Romolo Cavina, aporvado por unnimidade em sessão plenária.

O Semeador

Conde de Mansaraz

Robusto semeador, quando semeias
O ventre maternal da terra, quando
A vás, de leira em leira, polvilhando
Do farto grão que espalhas às mancheias,

O sangue que circula em tuas veias
É fôrça ancestral do miseranda
Servo da gleba, ó semeador, semeando
A paz, fecunda e livre, por que anseias.

Ha séculos de fomes e canseiras
Que só colhes, das rudes sementeiras,
Despotismos e guerras pelo mundo...

E tu, na auréola de oiro que irradias,
Quanto mais sofres, tanto mais confias
No teu gesto pluvioso, amplo e fecundo!

Recuperação Caféeira

O Sr. Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em reunião realizada a 1 do corrente, ofereceu, ao exame dos seus companheiros de Diretoria, a seguinte exposição:

"A cafeicultura, desde meado do século XIX, com seu desenvolvimento, passou a exercer papel de decisiva importância na economia brasileira, como aconteceu em fins do Segundo Reinado se constituiu em coluna mestra de nossas finanças na República. Ainda hoje, o café concorre em 60% das nossas exportações.

A cafeicultura exige fortes inversões de capitais e já foi representada por mais de dois biliões de cafeeiros produtores, tornando-se no Brasil uma das maiores riquezas agrícolas do mundo. Sobrevivendo a crises de várias naturezas, inclusive a da superprodução como a da safra 1929/30, que coincidiu com a depressão monetária no mercado mundial, o govêrno brasileiro foi levado a tomar medidas de amparo, por vezes enérgicas, que restabelecessem o **equilíbrio estatístico,** em relação aos mercados de consumo, quebrando assim o rítmo ascencional da marcha da produção.

A segunda guerra mundial, de 1939 a 1945, como não poderia deixar de acontecer, refletiu-se com o retraimento dos mercados internacionais, nas condições econômicas de nossa cafeicultura, levando o poder público a ampará-la com o reajustamento econômico.

Restabelecidos os mercados mundiais com a terminação da guerra, assistimos à volta do café como produto de larga solicitação, embora surgissem na liça da concorrência competidores com o Brasil. Economistas nossos, como até grandes compradores do café brasileiro, chegaram a recear que houvessemos perdido a nossa maior riqueza agrícola. Esse receio se refletiu nos Estados Unidos, que ainda no corrente mês, por intermédio do Departamento de Agricultura, designou técnicos com a finalidade de verificar nas regiões produtoras do mundo, a possibilidade de contar com o afluxo de café para 115.000.000.000 de xícaras, consumidas naquele país.

Apesar dos abalos econômicos-financeiros, já se pode ter a tranquilidade, graças à energia do agricultor brasileiro para que se encontrasse a nossa cafeicultura em plena recuperação.

No grande Estado líder da Federação, que é São Paulo, opera-se o reerguimento ao surgirem as famosas ondas verdes de cafesais, tanto nas chamadas zonas velhas com a aplicação de métodos racionais (sementes selecionadas de novas variedades de linhagens criadas por seus geneticistas do Instituto Agronômico de Campinas, adubações, irrigação, etc.), sem falar do Noroeste do Estado. O regime de trabalho agrícola adotado é o do **colonato**, em que ao trabalhador rural é assegurada a alimentação, com a terra para o plantio mediante contrato garantido pela **caderneta agrícola** com assistência judicial dada pelo govêrno.

Enquanto se pode anunciar êsse grande acontecimento na recuperação cafeeira graças à tenacidade inquebrantável do agricultor paulista, vemos tambér surgir nas terras fe-

razes do Paraná, o preamar de novos cafezais sob os cuidados vigilantes do seu govêrno.

Nos Estados de Goiás e Mato Grosso assinala-se, embora em menores proporções, acontecimento idêntico. Em Minas Gerais o seu govêrno toma providências para o plantio de 500 milhões de cafeeiros em bases racionais, enquanto o Estado do Espírito Santo, em novas regiões de suas ricas terras, restabelece o rítmo de sua produção cafeeira.

No Estado do Rio, a cafeicultura é assistida com orientação técnica para a melhoria dessa tradicional cultura e na Paraíba, Pernambuco e Bahia idêntica orientação se observa.

É êsse um panorama tranquilizador para o Brasil, que tem no café a sua maior riqueza e uma garantia para suas finanças. É assim que, ainda em 1951, exportou mais de 16 milhões de sacas para os seus tradicionais mercados consumidores. Resta que as diretrizes da política cafeeira, a serem confiadas ao futuro Instituto Brasileiro do Café, se faça sem quebra do princípio de livre empreza, sem controles rigorosos, tendo em conta principalmente o **custo de produção e a qualidade do café brasileiro**, bases fundamentais da sua boa situação econômica.

Temos, por conseguinte, diante de nós, o fenômeno da expansão da cafeicultura, fato altamente auspicioso para a economia e as finanças do Brasil, que pode proclamar a **recuperação cafeeira** em bases racionais, capazes de continuar a abastecer seus tradicionais mercados consumidores do exterior".

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1952.

"OS PLANTEIS INDIANOS SÃO INCOMPARÀVELMENTE INFERIORES AOS DO BRASIL"

De Regresso da India, Fala a Esta Folha o sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha — A Superioridade Incontestável dos Nossos Rebanhos — As Observações de um Grande e Inteligente Criador

De regresso de sua viagem à India, onde esteve como representante da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, integrando a comissão ali enviada pelo Ministério da Agricultura para estudar a possibilidade da importação de rebanhos zebús, o Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha, evoluido e importante fazendeiro e criador neste municipio, concedeu momentosa entrevista a êste jornal.

A comissão que visitou aquele país asiático, no desempenho de uma missão de tanta significação para a nossa economia, estava assim constituida: Srs. Torres Homem Rodrigues da Cunha, pela S.R.T.M.; Drs. Jorge Crouseres de Abreu, técnicos, e Jaime Lins, sanitarista, pelo Ministério da Agricultura.

CONTRARIO A IMPORTAÇÃO

O Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha, que ficou mais de um mês na India e visitou as suas diversas regiões pastoris, é contrário à importação do gado bovino. É êsse, aliás, o ponto de vista de tôda a comissão.

— "A finalidade da nossa viagem, começou o entrevistado, foi a de verificar, "in loco", se convém ou não a importação do zebú indiano."

— Qual foi a conclusão a que chegaram ?

— "Contrária a essa providência". E acrescentando detalhes: — "Devido à escassez de bons animais de raças reinantes (inexistentes no Brasil, conforme foi constatado pelo sanitarista Dr. Jaime Lins), chegamos à conclusão de que a importação não é absolutamente conveniente."

OS PLANTEIS INDIANOS SÃO INCOMPARÀVELMENTE INFERIORES AOS DO BRASIL

— "Viu, na India, exemplares bovinos superiores aos nossos?

— "Não vi nada, absolutamente nada. que superasse aos nossos rebanhos. Ao contrário.

"A não ser as propriedades do govêrno, não existe naquele país fazenda particular de seleção, pròpriamente dita.

"Na famosa fazenda de "Mandly", pertencente à nação e com uma tradição de 65 anos de trabalho não encontramos nenhum animal que servisse para o Brasil.

"Uma única vaca, nessa famosa fazenda, era racialmente pura! Entretanto, economicamente, era fraca, além de apresentar defeito em uma perna.'

"Os reprodutores de Mandly são abaixo da crítica...

"Fato interessante, que merece ser assinalado, é que encontrei na referida propriedade oficial um reprodutor amarelo que, se fôsse claro e estivesse em Uberaba, poderia ser registrado como Indubrasil, tais as características que apresenta dessa raça."

NÃO HÁ CRIADORES DE GADO

— "Não há criadores de gado selecionado — prosseguiu o Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha. — A única seleção que interessa ao indú é a do leite. Dai, a inferioridade dos seus plantéis, em paralelo com os nossos.

"No que se refere à raça Gyr, por exemplo, não se encontra, em tôda a India, mais de 8 ou 10 fêmeas, no máximo, e uns 3 machos, quando muito, que poderiam con-

tribuir para algum melhoramento dos nossos rebanhos. E mesmo assim o encarregado da escolha devia ser dotado de muito boa vontade.

"Aliás, mesmo êsses animais, aparentemente puros, não podem oferecer garantias absolutas de pureza, dado o ambiente em que se encontram."

Depois de ter falado sôbre a raça Gyr, o entrevistado discorreu sôbre os rebanhos Guzerá:

— "Visitamos a fazenda de "Charody", também oficial, e vimos na mesma 400 cabeças de Guzerá, que é conhecido naquele país por "Kankrej".

"Não achamos nada interessante, que servisse para o Brasil, a não ser talvez uma vaca já bem cirada e bastante chifruda, que era caracteristicamente boa. Além dêsse animal, apenas um touro de 16 anos de idade, que apesar de não ter o chifre em forma de lira, como se exige em nosso país, revelava-se bem aproveitável.

"A sua reprodução — não sabemos se devido às fêmeas —, não é boa."

O Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha falou, em seguida, sôbre o Nelore:

— "O Nelore, apesar de ter sido pràticamente abandonado por não ser um gado produtor de leite, ainda é o melhor gado que se encontra na Índia.

"Acredito que isso se deve ao fato de existir um resto de seleção feita pelos ingleses nas diversas propriedades rurais que mantinham no seu antigo domínio, inclusive na famosa fazenda de "Chintaladevi", que foi destruída em 1938 pelos indús. Desde então o gado que ali vivia ficou abandonado à maior mestiçagem possível, nos campos da fazenda.

"Nas zonas de Madras e Yongole, verifiquei a presença de outros animais parecidos com os da raça Nelore, podendo-se citar, principalmente, o Kilare, Kangaiane, Missoure, etc.

"Todos os rebanhos, porém, vivem na maior promiscuidade sem qualquer seleção para garantir-lhe a pureza...

"Na região de Madras, tivemos oportunidade de visitar uma fazenda onde o govêrno mantém quatro reprodutores Nelore. Não são, entretanto, animais de boa qualidade.

A MESTIÇAGEM É IMENSA, DESCONCERTANTE !...

— "O govêrno cobra uma taxa dos proprietários de vacas para enxerto nas suas fazendas, na época em que os animais não estão dando leite.

"Enxertada, aguarda-se o nascimento da cria. Aí o animal retorna à cidade, para cumprir a sua missão, que é a de dar leite.

"Não lhes interessa os bezerros. Os melhores machos são castrados e vendidos para tração de carros, operação esta considerada mais lucrativa...

Aliás, de modo geral, o bezerro morre logo devido à falta de leite para sua alimentação... Os seus proprietários adotam o estranho costume de empalhá-los e colocá-los perto das vacas, como engôdo, na hora de tirar o leite, para facilitar essa operação.

"A não ser em "Mandly" — e assim mesmo de péssima qualidade — não tivemos o prazer de ver uma única bezerrada na Índia.

"Releva notar, ainda, que a mestiçagem é imensa, desconcertante!...

GADO LEITEIRO

Continuando a sua momentosa entrevista, o delegado da Rural passou em revista o gado leiteiro que observou no país oriental :

— "O Sindhi é muito ruim e muito pequeno Está sendo abandonado.

"O Sahiwal, ao contrário, é um gado bom como tipo e como produtor de leite. Mas está na fase de formação, não tendo ainda as características bem definidas.

"Está sendo selecionado, agora, o gado vermelho retinto, que apresenta boa produção de leite.

"Êsse último é criado em regime de estábulo e tão bem ou melhor alimentado do que o gado europeu existente no Brasil.

"Acredito, aliás, que o gado europeu aqui aclimatado, em igualdade de condições e alimentação, daria o dôbro ou mais de leite do que o Sahiwal. É digno de registro o fato das mestiças de Sahiwal com holandês, nas fazendas militares indús, estarem dando o dôbro de leite das rezes puras daquela raça.

"Quanto ao Tarpaça, tivemos a impressão de ser um mestiço do Rissar. Êsse tipo está sendo selecionado na fazenda de Karnal e apresenta uma boa produção de leite. Alguma de suas vacas são boas leiteiras e revelam-se bem conformadas. Os touros são muito ruins.

"O Hariana é praticamente o gado existente na zona de Delhy. Trata-se de um animal pequeno e mal conformado.

Na fazenda de Hissar, chamam-no também de Hissar, mas na realidade é bem diferente do Hissar que veio outrora para o Brasil."

"É INCONTESTÁVEL A SUPERIORIDADE DO NOSSO GADO SÔBRE O QUE EXISTE NA ÍNDIA"

Encerrando a sua excelente entrevista, refeita de valiosas informações, o Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha — a quem muito agradecemos os informes prestados a esta fôlha —, falou com entusiasmo sôbre a superioridade do nosso zebú:

— "É incontestável a superioridade do nosso gado sôbre o que existe na Índia! Não podia, aliás, deixar de ser assim, considerando que naquele país não há criadores, fazendas particulares e processos de seleção de raça. Não há, absolutamente, qualquer garantia de pureza de uma rez.

"A verdade é que visitando a Índia, tive bem nítida — diante do paralelo traçado —, a noção exata da grandeza incomparável da nossa pecuária zebuina", concluiu o entrevistado.

(Transcrito do jornal "Lavoura e Comércio" de Uberaba, de 7-6-1952).

A FABRICAÇÃO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES E TRATORES NO BRASIL

Dando cumprimento ao seu programa de fabricação no Brasil de peças para caminhões, tratores e máquinas agricolas, a diretoria da International Harvester Máquinas, S.A., através de seu presidente, Sr. L. E. Powell, convocou importante reunião, realizada recentemente no Rio de Janeiro, de que participaram diretores da emprêsa, gerentes das filiais do Rio, São Paulo e Porto Alegre, da Fábrica de Santo André, representante no Norte e chefes de departamentos. O principal objetivo da reunião foi o de discutirem-se assuntos ligados ao programa da fabricação em larga escala de peças nacionais na fábrica de Santo André, Estado de São Paulo. Agora aparelhada para essa finalidade depois da inversão ali feita de trinta milhões de cruzeiros em obras de ampliação. Numa ocasião em que o Govêrno concita a Nação para a batalha da produção agrícola e industrial, constitui essa iniciativa um empreendimento da maior importância e atualidade não só porque a fabricação de peças no país possibilitará o fornecimento contínuo de peças ao consumidor, cooperando assim para que as máquinas não cessem de funcionar, como também implicará numa considerável economia de divisas para o Brasil. Aliás, a produção de peças no país significa por si só iniciativa das mais felizes porquanto contribui de modo decisivo para a maior expansão de de nosso parque industrial.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.° Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.° Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor
Eng.° Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico
Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.°

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.° andar. Tel. 33-1432
End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257
— SÃO PAULO —

Primeiro Congresso Nacional do Fumo

DA OPORTUNIDADE DO LEVANTAMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO FUMO

1 — Considerando que a garantia de preços mínimos é um modo do poder publico intervir nos mercados evitando, em certas ocasiões, o colápso da produção;

2 — Considerando que essa intervenção vem se tornando cada vez mais frequente em face da necessidade de ser assegurado ao produtor uma justa remuneração minima que compense o seu trabalho;

3 — Considerando, finalmente, que somente com o conhecimento do real custo de produção é possivel a fixação de préços minimos em bases que auscultem ás necessidades dos produtores;

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que os órgãos competentes promovam inquéritos convenientemente orientados e dirigidos, visando o levantamento do real custo de produção nas diferentes regiões produtoras de fumo, a fim de que os poderes publicos disponham de elementos tais que, em qualquer ocasião em que se torne necessária a sua intervenção, possa fazê-lo fixando preços minimos compensadores para os produtores."

II

DA NECESSIDADE DA ADUBAÇAO NA CULTURA DO FUMO

I

1 — Considerando que o aumento da produção por unidade de área cultivada deve ser preocupação do agricultor;

2 — Considerando que refertilização dos solos é uma necessidade por demais conhecida nas zonas produtoras de fumo;

3 — Considerando que o emprégo da adubação orgânica e da adubação orgânica deve ser intensificada nas áreas há longos anos cultivadas com fumo:

propomos a seguinte INDICAÇAO .

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que se intensifique, em bases racionais, o emprego de adubos na cultura do fumo, tendo em vista as necessidades da planta e as disponibilidades do solo".

III

DA NECESSIDADE DA DISSEMINAÇAO DE CURSOS DE PREPARAÇAO DE CLASSIFICADORES DE FUMO

1 — Considerando que uma conveniente classificação é a garantia de colocação segura e em condições estáveis e vantajosas dos produtos agricolas;

2 — Considerando que o problema da colocação dos produtos agricolas nos mercados consumidores torna-se cada vez mais complexo tanto em face da concorrência entre os centros produtores, como em função das exigências dos próprios mercados;

3 — Considerando que o aperfeiçoamento da técnica da industrialização exige produtos tanto quanto possivel uniformes relativamente ás suas caracteristicas e qualidades;

4 — Considerando, finalmente, que somente através de uma classificação criteriosamente feita segundo as caracteristicas de determinados padrões previamente estabelecidos é possivel garantir nos compradores uniformidade nas remessas dos produtos;

propomos a seguinte INDICAÇAO ·

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda s e j a m disseminados **Cursos de Classificação Comercial de Fumo**, visando não só o preparo de classificadores convenientemente habilitado para o desempenho de suas funções, como ainda o aperfeiçoamento dos classificadores já existentes".

IV

DA NECESSIDADE DE ASSOCIAÇOES DE PLANTADORES DE FUMO

1 — Considerando a necessidade cada vez maior da arregimentação dos agricultores em defesa de seus interesses;

2 — Considerando que nesse sentido a fundação de Associações de Plantadores de Fumo é uma medida que se impõe;

3 — Considerando, finalmente, as facilidades para a fundação de tais associações, de acôrdo com a legislação vigente.

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congresso Nacional do recomenda que nas diferentes regiões produtoras de fumo do país sejam fundadas Associações de Plantadores de Fumo, através das quais possam chegar aos poderes publicos as justas reivindicações dos agricultores dedicados a essa cultura".

V

DA NECESSIDADE DE MAIOR NUMERO DE ESCOLAS PRIMARIAS NO MEIO RURAL

1 — Considerando que o progresso de um país é

função do gráu de cultura de seu povo;
2 — Considerando que é ainda deficiente a nossa rêde de escolas primárias no meio rural,
3 — Considerando, finalmente, que é obra de grande vulto e importância a ampliação da rede de escolas primárias rurais,

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda às autoridades educacionais dos Estados e dos Municipios e ampliação da rêde de escolas primárias rurais, com o estabelecimentos de unidades escolares nas áreas onde o numero de escolas existentes é reduzido e não satisfaz às necessidades da população em idade escolar, como é frequente nas zonas fumageiras do país".

VI

DA NECESSIDADE DA SELEÇAO DE BOAS VARIEDADES DE FUMO

1 — Considerando que da seleção de boas variedades depende, em parte, o sucesso econômico de uma cultura;
2 — Considerando que dos estudos de botânica, citologia, genética, etc. depende a seleção de boas variedades;
3 — Considerando que esses estudos devem ser completados co rigorosas experimentações;
4 — Considerando, finalmente, a importância da cultura do fumo para a economia nacional:

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congressa Nacional do Fumo recomenda que se intensifique nos Institutos de Pesquisas não só os estudos botânicos, citológicos e genéticos do fumo, mas também os indispensáveis trabalhos de experimentação a fim de que sejam selecionadas variedades mais convenientes de fumo para as diferentes finalidades e para diversas regiões ecológicas do país".

VII

DA NECESSIDADE DE UM PLANO DE ASSISTENCIA SOCIAL AOS QUE TRABALHAM NA LAVOURA DE FUMO

1 — Considerando que a assistência social às populações rurais é uma necessidade imperiosa;
2 — Considerando que os poderes publicos reconhecem que êsse problema deve ser imediatamente examinado e posto em prática;
3 — Considerando que, de fato, a maior parte dos que se dedicam à lavoura de fumo vivem em um estado que requer pronta assistência social;
4 — Considerando, finalmente, que os particulares, dentro dos limites possíveis devem colaborar nono sentido de ser proporcionada melhores condições de vida aos que trabalham na lavoura de fumo;

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que os proprietários rurais das zonas produtoras de fumo, os industriais diretamente ligados à essa produção, as associações de classe e demais entidades, em perfeita articulação e estreita colaboraçao promovam medidas que venham a proporcionar melhores condições de vida aos que trabalham na lavoura de fumo".

VIII

DA CAMPANHA DE EDUCAÇAO DE ADULTOS MEIO RURAL

1 — Considerando que a Campanha de Alfabetização de Adultos promovida pelo Ministério da Educação deve ser acompanhada, no ambiente rural, de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio;
2 — Considerando que esta campanha, pelos seus elevados propósitos, merece aplausos;
3 — Considerando, finalmente, que ela precisa e deve ser intensificada entre nós:

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que o Ministério da Educação e Saude intensifique no ambiente rural a Campanha de Alfabetização de Adultos seguida de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio, especialmente nas zonas fumageiras, onde as condições de vida são muito precarias".

IX

DA NECESSIDADE DE TRABALHADORES RURAIS QUALIFICADOS

1 — Considerando que o exito de uma atividade agricola depende, entre outros fatores, de uma conveniente orientação e do concurso de trabalhadores rurais qualificados;
2 — Considerando que são ainda muito reduzidas as escolas profissionais agricolas em nosso país;
3 — Considerando, finalmente, que a ampliação da rede de escolas profissionais agricolas é obra de grande oportunidade e objetividade:

propomos a seguinte INDICAÇAO :

"O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda aos poderes publicos a criação de estabelecimentos de ensino no meio rural visando o preparo profissional daqueles que se destinam aos trabalhos de campo ,inclusive nas zonas fumageiras onde a falta de trabalhadores qualificados impede que a exploração do solo possa ser feita em condições mais conveniente".

OBS.) As indicações acima, apresentadas no Primeiro Congresso Nacional do Fumo, reunido em Julho, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, foram aprovadas nas comissões e sessões plenárias do referido conclave.

O Serviço Social Rural e o ponto de vista da classe Rural Brasileira

O Sr. Raul Cardoso de Melo Filho, componente da delegação do FARESP à 1.ª Conferência Rural Brasileira foi, sem nenhum favor, elemento dos mais destacados e eficientes nesse conclave.

A sua colaboração aos trabalhos da Conferência, tanto no estudo ponderado dos numerosos problemas em pauta, no seio das comissões, como no aceso dos debates em plenário deixou evidentes o perfeito conhecimento, que tem, dos anceios e necessidades da agricultura nacional, como as suas invulgares qualidades de orientação e persuasão, patenteadas face a uma numerosa e escolhida assembléia, como foi a da 1.ª Conferência Rural Brasileira.

Por vezes, e não foram poucas, liderou a numerosa e seleta representação de São Paulo, composta de dezoito elementos dos mais representativos da lavoura bandeirante, na ausência forçada do Sr. Iris Meinberg, solicitado pelos seus afazeres na Câmara dos Deputados, de que é brilhante componente, e em par onde foi aparti- uma reunião destinada o financiamento do algodão, com a presença do Sr. Ministro da Fazenda.

Na comissão de estudo da questão do Serviço Social Rural, atuou substituindo o Sr. Alkindar Junqueiro, que infelizmente enformou de súbito.

É, pois, de interêsse, a transcrição que, data venia, fazemos aqui de uma sua en**trevista ao "Diario de São Paulo", a respeito da momentosa questão e que reflete não só o pensamento da FARESP como, já agora, da classe rural do país, de vez que tal ponto de vista foi unânimemente vitorioso no plenário da Conferência há pouco encerrada.**

"O sr. Raul Renato Cardoso de Melo Filho, do Conselho Deliberativo da FARESP e que integrou a delegação dessa entidade à Primeira Conferência Rural Brasileira, em entrevista concedida ao Diario de São Paulo, teve oportunidade de esclarecer o pensamento dos agricultores reunidos naquele certame a proposito do assunto, dizendo:

"A criação de um organismo destinado a dar assistência social ao homem do campo é velha aspiração dos agricultores adiantados e esclarecidos. Felizmente, constituem hoje uma minoria aqueles que, sob os mais variados pretextos, hostilizam a idéia. Pode-se dizer sem receio de errar que a dolorosa situação dos trabalhadores da terra tem sua causa principal na ignorância em que vivem, o que os impede de adotar elementares princípios de higiene, muitas vezes postos ao seu alcance não só para curar como para proteger sua saúde.

Por outro lado, é imperioso estimular no ruricola o desejo de progresso quanto aos habitos de vida e metodos de trabalho orientado no sentido de aumentar seu bem-estar e sua eficiência".

REIVINDICAM A DIREÇÃO

"Nenhuma reforma agrária — afirmou — teria êxito se, paralelamente, o homem não fôsse preparado para assumir a propriedade, tornando-a útil para si e para a coletividade. O poder executivo enviou mensagem ao Congresso em que propõe a criação do Serviço Social Rural, mas, em sua proposta, contrariou uma das funda-

mentais reivindicações dos agricultores, qual seja a de administrarem o novo organismo. O projeto, após algumas alterações, foi aprovado na Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal, onde ainda se encontra.

A realização, na última semana, da 1.ª Conferência Rural Brasileira, que, sob os auspícios da Confederação Rural, reuniu na Capital da República nada menos de dezessete Federações Estaduais, deu oportunidade a que a classe examinasse o projeto em andamento. Não obstante o apelo feito pelo sr. ministro da Agricultura, todos os delegados à Conferência foram unânimes em reivindicar para os agricultores e direção do seu serviço social. Nem podia ser de autra forma. Os agricultores não se recusam a custear os serviços, mas é justo que, se pagam, tenham o contrôle. Assim já acontece com os serviços da indústria e do comércio e seria odioso abrir uma exceção quanto à classe agrícola".

EMENDAS AO PROJETO

"E' procedente a apreensão dos agricultores em agravar seus compromissos com o pagamento de taxas a um Serviço que, certamente, se transformará em motivo para novos e inumeras empregos políticos. Neste sentido a Conferência Rural elaborou diversas proposições e sugestões para emendos que serão oferecidas ao Senado, representando o pensamento e as reivindicações da classe rural. Essas proposições, neste mamento, já devem estar em mãos do presidente da República e dos senadores. Será dolorosa decepção se não forem devidamente acatadas. O ministro da Agricultura, ao encaminhar ao presidente da República os estudos que deram lugar à mensagem, declarou que sòmente não propunha a entrega do Serviço aos agricultores, porque estes ainda não estavam organizados. Ora, este motivo desapareceu, pois, posteriormente, fundou-se a Confederação Rural e fundaram-se muitas outros Federaçõs nos Estados.

FISCALIZÇÃO DO GOVERNO

"Devemos salientar que a classe, unânimemente, concordou em que os orçamentos do Serviço fôssem oprovados pelo presidente da República e suas contas ficassem sujeitas ao exame do Tribunal de Contas. E' importante esta demonstração de que desejamos a fiscalização do govêrno e mesmo a julgamos útil. Por outso lodo, propomos a participação de elementos aficiais no orgão prestando-lhe a sua colaboração, quer no ambito federal, quer no estadual, quer nos municípios. Nestes admitiu-se a colaboração do corpo médico local, do professorado, de entidades particulares de assistência e de munícipes, votando juntamente com os agricultores. O exame das proposições recem-aprovadas na Conferência Rural não deixará de impressionar os membros do Congresso, conduzindo-os a reexaminar o assunto, ao qual o presidente da República, interessado em atenuar os males da burocracia, certamente também dará o seu apoio, pois prometeu aos delegados à Conferência tomar na devida consideração aquilo que deliberassem E' justo que se entregue a Serviço Social aos agricultores e, de qualquer maneira, é mais prudente fazê-lo, do que criar a máquina oficial, difícil ou impossível de demonstrar no futuro, quando virmos nossas contribuições alimentando um exército de funcionários, ao invés de aliviar as agruras dos rurícolas. Finalmente, desejo salientar que o associativismo e a assistência social estão de tal forma entrelaçados, que a sua separação põe em risco o êxito de ambos os empreendimentos, os quais se farão concorrência nociva e desastrosa, um ao outro, e darão lugar a dispersão de esforças verdadeiramente lamentável".

UM QUARTO DE SÉCULO A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO BRASIL

A eficiente administração do Sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida na Cooperativa Agrícola de Cotia

DETALHES DO RELATÓRIO APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA — O MOVIMENTO ALCANÇADO NO PERIODO DE 1951-52 — O DINAMISMO DOS ATUAIS DIRIGENTES DA C. A. C. — 4.777 INSCRIÇÕES EFETIVAS NO QUADRO SOCIAL — OUTRAS NOTAS

O Relatório correspondente ao ano de 1951-52, da COOPERATIVA AGRICOLA E COTIA, apresentado a Assembléia Geral Ordinária realizada pela sociedade em 26 de julho último, é um trabalho objetivo e bem documentado, pelo qual se pode inferir o surpreendente progresso alcançado pela organização, desde a sua fundação até os nossos dias, em que se encontra sob a dinâmica e operosa direção do Sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, vice-presidente da F. A. R. — S. P., representante da lavoura na COFAP, e membro da Comissão de Política Agrária do Ministério da Agricultura. A Cooperativa Agrícola, de Cotia, onde labutam milhares de braços de origem estrangeira e principalmente japoneses é uma das primeiras do mundo e, no gênero a única na América Latina. Funcionando ha um quato de século desde que 83 homens de boa vontade resolveram concretizar uma idéia que parecia utopica, lutando contra todos os percalços naturais que se opunham ao seu desenvolvimento e sobrevivencia, a entidade viu transcorrer o seu 25.º ano de existência, dentro do mais elevado conceito público. A exposição agrícola realizada entre 18 e 21 de abril último, em comemoração a data, foi visitada por mais de 150.000 pessoas e pela diversidade e qualidade de 4.500 frutos expostos, constituiu absoluto sucesso, apresentando-se como a maior no gênero até agora empreendida no país.

Convém salientar ainda o apoio recebido pela Cooperativa para essa iniciativa, não só do Ministério e da Secretaria da Agricultura do Estado, como também, através da colabonicos nacionais e grande numero de indusração emprestada pelos mais renomados tectriais e estabelecimentos comerciais do país e do exterior.

TRIBUTAÇÃO DA LAVOURA

A guisa de considerações gerais, o relatório trata da evolução da política fiscal em nosso meio, focalizando-se sob o ponto de vista da tributação da lavoura e das cooperativas. "A evolução da política fiscal em nosso meio — diz o relatório — se, sob certos aspetos, tem correspondido às necessidades do erário estadual, de outra parte, inquestionávelmente, vem refletindo orientação incompatível com os legítimos interêsses e necessidades de amparo à produção agrícola".

Discorrendo sôbre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou as cooperativas como entidades civis, isentando-as da obrigação de elevados impostos de seus associados, já que o Decreto Federal n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, está em vigor em sua plenitude, ressalta o relatório que isso, nham a ser tributados pelo Fisco, inditodavia, não impede que os lavradores vedualmente, razão porque, para que seja definitivamente esclarecida a situação, urge a manifestação franca e positiva das entidades da agricultura em favor da classe que representam".

ABASTECIMENTO E PREÇOS

Tratando de tão importantes problemas, que por não terem sido solucionados ainda satisfatoriamente, dia após dia tornam mais difícil o regime de subsistência às populações, passa a comentar, o relatório, às medidas até agora adotadas pelo govêrno. É elogiável a atitude da atual administração que, abandonando a política de fixação de preços rígidos para os produtos agrícolas, criou por decreto de outubro do ano passado o orgão controlador destinado a estabelecer uma perfeita ligação entre a produção e o consumo, cuidando da planificação de comércio interno e externo.

"Data de pouco a criação do orgão em referencia e os resultados a que chegara dependeu primordialmente do zelo, da contribuição pessoal de seus membros integrantes e do apoio público que ele obtiver".

Finalizando, salienta a deferencia do presidente Getulio Vargas ao escolher dois membros da Cooperativa para fazerem parte da COFAP e COAP, o que em ultima analise, vem a ser o reconhecimento público do chefe da nação dos interesses da nossa terra e da nos-

nação aos serviços por ela prestados em bessa gente.

EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO

O tópico que trata da política exportadora e importadora da Cooperativa se nos assemelha um do smais importantes. Depois de tratar da parte que diz respeito à aquisição de adultos, inseticidas, sementes, maquinárias agrícolas, etc., fala dos recentes convênios celebrados com a Argentina e o Chile, objetivando a exportação para êsses países de banana e chá pretos. No dia 18 de julho foram embarcados para o Chile, 50 mil cachos dessa fruta e 90 toneladas de chá preto. Os benefícios que tais exportações representam para a economia brasileira sao inegáveis, correspondendo plenamente a economia brasileira são inegaveis, correspondendo plenamente a expansão das vendas de tais produtos, hoje, distribuidos em larga escala na Europa e na América, inclusive nos Estados Unidos, com a melhor das aceitações.

QUADRO SOCIAL

O quadro dos cooperados, em 31 de março de 1952, apresentou 4.777 incriçoes efetiva. E no ano social — vale ressaltar — o capital social passou de Cr$ 38.937.500,00 a Cr$ .... 47.077.900,00, o que mostra um aumento absoluto de Cr$ 8.140.400,00 ou sejam, 20,92%.

MOVIMENTO

No mesmo periodo — segundo se depreende do relatório — verificou-se um aumento de 46% sôbre o movimento do ano anterior, pois de Cr$ 618 903 834,30 atingiu a semana global de Cr$ 370 945.047,00. Tal progresso é atribuido à melhoria observada na capacidade econômica dos cooperados. Os investimentos em imóveis e instalações alcançaram a Cr$ 81.757 699,40, consignando-se uma redução para Cr$ 4 086.518, sobre as imobilizações do ano precedente.

COMPRAS

Neste importante setor, diz o relatório que, a fim de incrementar a produção e diminuir as despesas dos cooperados foram executados os maiores esforços no sentido de assegurar-lhe o suprimento regular e satisfatório de suas necessidades pessoais e de seus empreendimentos. Dessa forma, os estoques da sociedade subiram de Cr$ 20.000.000,00 para Cr$ 35.000.000,00. Enquanto isso, foi observado um record no montante geral das distribuiçoes, que alcançou a cifra de Cr$ .... 163.277.659,100, não obstante alguns contratempos surgidos com a aquisição de sementes.

A quantidade de adubo distrobuida atingiu a 16.226,6 toneladas contra 13.621 toneladas em idêntico periodo do ano anterior, e que acusa um aumento de 19%. A distribuição de gêneros alimentícios aumentou de 28%, atingindo a Cr$ 18.436.470,40. No que diz respeito a Compras de Máquinas Agrícolas, verificou-se um aumento de 98,9%, o que, traduzin em dinheiro, corresponde a Cr$ ...... 11.876.343,80. Com exceção de pequeno decréscimo observado na distribuição de algumas sementes, as demais, referentes a Inseticidas e Fungicidas, Utensílios Domésticos, Inflamáveis, Sementes de Verduras, Fazendas e Armarinhos, e Vasilhames, registraram aumentos substanciais, o que vem atestar de forma insofismável a melhoria do padrão aquisitivo dos associados da Cooperativa Agrícola de Cotia.

CRÉDITO

O movimento observado nesse departamento, no exercicio em questão, foi surpreendidas entre Depósitos, Financiamento Agrícola e Adiantamento, consignaram a soma de Cr$ 385.957.308,70, o que representa 41% o aumento sôbre o movimento do ano precedente.

VENDAS

Como resultado do aumento da produção dos associados e ampliação da rêde de distribuições, o serviço de vendas da organização alcançou uma cifra record do ano social, elevando-se a Cr$ 320.878.210,80, ou sejam 33,59% a mais sôbre o movimento do ano anterior. A média mensal de vendas foi de Cr$ 26.739.850,90, importância que cobre o total das vendas realizadas em todo o período de 1940.

Analisando os estudos apresentados observamos que a batata ainda ocupa o primeiro lugar entre os produtos distribuidos pela sociedade, com 31% sôbre o movimento geral, seguindo-se-lhe tomate com 23%, ovos com 22% e verduras com 8%.

TRANSPORTES

A receita deste serviço alcançou a cifra de Cr$ 3.067.270,20, superando em Cr$ ...... 928.657,00 a do ano precedente. Aumentou também o número de obras executadas pelo Departamento de Engenharia. O relatório trata ainda das atividades da Estação Experimental do Moinho Velho, Seção de Mecanização Agrícola, Fabricação de Adubos, Composição de Alimentos para Aves, Incubação, Assistência Médica e Assistência Dentária.

CONCLUSAO

Finalizando sua exposição sôbre o andamento da Cooperativa no período de 1951-52, ende o apoio e cooperação dos assciados ressaltam sobremaneira, observa-se que a sociedade obteve um lucro de Cr$ 16.701.445,30, resultado jamais conseguido. Para alguns, êsse lucro poderá parecer estranho, embora corresponda a mínima percentagem sôbre o movimento geral, uma vez que as Cooperativas não objetivam sobras, já que o seu ideal seria assegurar um perfeito equilíbrio entre receita e despesa.

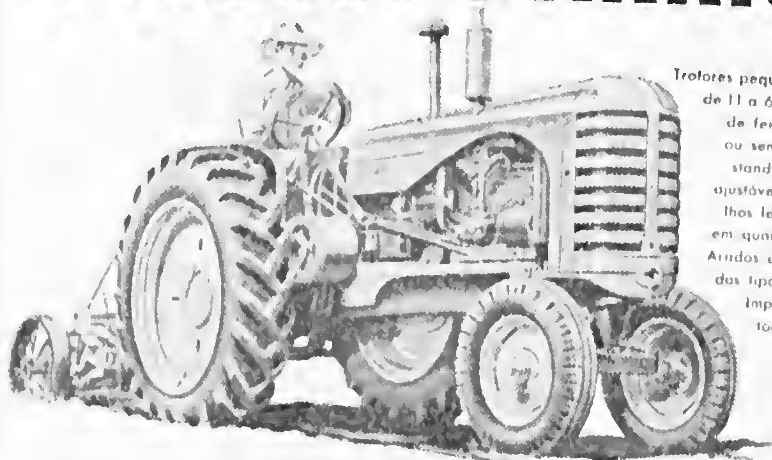
Todavia, é com satisfação que se observa a sobra alcançada nesse período e devida única e exclusivamente ao crescimento da produção, bem como à própria estrutura da organização que se apresenta cada vez mais sólida, o que lhe assegura a obtenção de grandes vantagens em todos os setores a que se dedica, sem qualquer prejuízo aos seus cooperados, que recebem tôda assistência de que necessitam.



Um século a serviço da terra!

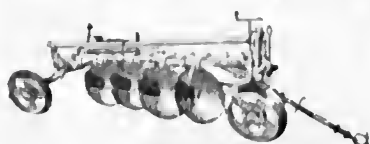
Tratores e implementos agrícolas

MASSEY-HARRIS



Tratores pequenos e grandes, de 11 a 60 HP, com rodas de ferro, pneumáticos ou semi esteiras, tipos standard, triciclos ou ajustáveis para trabalhos leves e pesados, em quaisquer terrenos. Arados dos mais variados tipos e tamanhos. Implementos para tôdas as tarefas agrícolas.

um modêlo de trator para cada serviço
um tipo de arado para cada tarefa



Arados de discos



Arados de discos c/ levante hidráulico



Arado reversível de aivécas c/ levante hidráulico



Arados gradadores

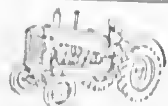
Completa variedade de modelos e tipos de tratores para tôdas as finalidades



Modêlo "PONY", 11,2 HP, a gasolina. Tipo Ajustável



Modêlo "22 K", 24 HP, a gasolina ou querosene. Tipos Triciclo e Ajustável



Modêlo "30 K", 27 HP, a gasolina ou querosene. Tipos Triciclo e Ajustável



Modêlo "44 K", 41,4 HP, a gasolina ou querosene. Tipos Triciclo, Ajustável e Standard.



Modêlo "55 D", a óleo diesel. Tipos Hill-Side e Riceland



Modêlo "55 K", a gasolina ou querosene. Tipos Standard e Riceland



Modêlo "244 D", 41,4 HP, a óleo diesel. Tipos Triciclo, Ajustável, Semi esteira e Standard

116 REVENDEDORES AUTORIZADOS — nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Sta. Catarina e Goiás — garantem aos Tratores e Implementos Agrícolas MASSEY HARRIS tôda assistência mecânica bem como o permanente fornecimento de peças.

GRÁTIS: Solicite maiores informações e folhetos com especificações técnicas

DISTRIBUIDORA VEMAG

DISTRIBUIDORA VEMAG S. A. — VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Rua Grata Fuede, 224 - Fones: 3-0612, 3-0759 e 3-0648 - C. Postal, 8232 - End. Teleg. "Tiled" - S. Paulo
FILIAIS: São Paulo: Rua Visconde Rio Branco, 620 - Tel. 36-6384 — Rio: Rua São Clemente 63 - Tel. 45-1414

CONSULTAS

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

PROPAGAÇÃO DA FIGUEIRA:

Respondendo ao Sr. A. B., nosso consórcio do Estado do Espírito Santo, informo que a figueira pode ser propagada por meio de estacas, devendo-se escolher, para o plantio, estacas sadias, desprovidas de folhas e apresentando gemas bastante vigorosas.

ENLEIRAMENTO PERMANENTE:

Esclarecendo ao nosso consorcio E. J., do Estado de Minas Gerais, informo que nas culturas perenes, como por exemplo laranjais, cafesais, etc., o enleiramento permanente é um dos processos usados para reduzir os efeitos da erosão. A altura das leiras deve ser de 25 a 30 cms. e a disposição varia de acôrdo com a declividade do terreno (leiras dispostas em quadrados, em semi-circulos, continuas, formando curvas de nivel, etc.). Neste último caso, a distância entre as leiras deve ser tanto menor quanto maior a declividade do terreno.

EMPRÊGO DE CARBURETO DE CÁLCIO:

Respondendo ao Sr. A. G., nosso consórcio do D. Federal, informo que para combater as brocas do tronco das laranjeiras pode o consulente empregar o carbureto de cálcio da seguinte maneira:

a) — pelos orifícios das galerias cavadas no tronco e nos galhos deve introduzir algumas pedras de carbureto de calcio e em seguida um pouco de água.

b) — logo após, deve vedar convenientemente os orifícios com barro ou cera.

O carbureto de cálcio em contacto com a água formará gás acetileno que é tóxico para as plantas.

UMA DOENCA DA MANGUEIRA

Pelos sintomas descritos pelo consulente, Sr. M. L., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais, julgo tratar-se de oidio ou cinza da mangueira, causada por um fungo pertencente ao gênero Oidium. Para combatê-la aconselho, pela manhã, enquanto a planta está úmida pelo orvalho, fazer um polvilhamento com enxôfre em pó, repetindo o tratamento quinze dias mais tarde

PLANTIO DE AMENDOIM

Esclarecendo ao Sr. J. V., nosso consórcio do Estado da Bahia, informo que os terrenos mais convenientes para o plantio de amendoim são os soltos, leves e permeáveis não só porque permitem o melhor desenvolvimento das plantas, como também porque facilitam a colheita.

Noticias e informações

III FESTA DA UVA EM VINHEDO

Realizou-se, no dia 20 de Janeiro a inauguração da III Festa da Uva em Vinhedo, Estado de São Paulo, com a presença de altas autoridades e de elevado número de viticultores. Dois terços da população de Vinhedo dedica-se quase que exclusivamente, ao plantio de videiras. Outras fruteiras cultivadas no próspero município paulista são figueiras, macieiras, pereiras etc. Sòmente as seis milhões de videiras proporcionaram uma renda de cincoenta milhões de cruzeiros o que é um índice expressivo da importância da fruticultura para aquele município.

CRÉDITO PARA AMPARO À TRITICULTURA

O Presidente Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso Nacional acompanhada de projeto de lei solicitando a abertura de um crédito especial de Cr$ 30.000.000,00 no sentido de atender às despezas do plano de fomento e amparo à produção tritícola elaborado pelo Ministério da Agricultura. Trata-se, sem dúvida, de uma medida de grande alcance, pois as perspectivas para a triticultura nacional são as mais promissoras.

CURSO DE SOCIOLOGIA RURAL

O Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde realizou, em colaboração com a F. A. O., um Curso de Sociologia Rural a cargo do Prof. Raymond Wakeley, sociólogo do Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Iowa State College, de Ames, nos Estados Unidos. O curso, que teve a duração de 5 semanas constou de 15 conferências e um inquerito. Foi assistente do Prof. Wakeley, o Eng. Agrônomo Claudio Cecil Poland.

SAFRA MUNDIAL DE AMENDOIM

De acôrdo com os inquéritos realizados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos a safra de amendoim em 1951 foi avaliada em 1951 em 11 300.000 toneladas, verificando-se aumento de produção no Brasil e na Africa e redução na India e nos Estados Unidos.

PRODUÇÃO DE TRIGO NA BAHIA

O Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura vem desenvolvendo a cultura do trigo no Estado da Bahia, onde estão sendo preparados 500 hectares de terra no município de Jaguaquara, aguardando-se ótima semeadura para o próximo mês de Setembro, com uma média de dois mil quilos por hectare. O produto da colheita, que, espera-se seja elevado, será empregado na semeadura do ano vindouro.

XVIII EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUARIA DE UBERABA

Promovida pela Associação Rural do Triângulo Mineiro, inaugurou-se, no dia 3 de Maio, a XVIII Exposição Feira Agropecuária de Uberaba que contou com a presença de altas autoridades entre as quais o Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas e os ministros Dr. João Cleofas, da Pasta da Agricultura e Negrão de Lima, da Pasta da Justiça. Na ocasião, o Presidente da República, em memoravel discurso, abordou importantes assuntos relacionado com a pecuária e os pecuaristas.

A. A. C. A. R. E O GOVÊRNO DE MINAS GERAIS

Foi renovado, pelo Govêrno do Estado de Minas Gerais o convênio firmado com a American Internacional Association, destinado a desenvolver, no referido Estado, a assistência e o amparo ao pequeno agricultor. A A. C. A. R. (Associação de Crédito e Assistência Rural) promoverá, em estreita colaboração com o Govêrno um plano de assistência direta ao agricultor necessitado. Cada uma das partes contratantes empregará, em três anos, dez milhões de cruzeiros no interessante plano.

ENSINO AMBULANTE EM MINAS GERAIS

Segundo foi noticiado já se encontra em atividade o 93º comboio Agrario que percorrendo o interior do Estado de Minas Gerais está proporcionando as populações rurais por êle atingida, não só as indispensáveis consultas técnicas agronômicas e veterinarias, como também consultas médicas e distribuição de medicamentos. Os componentes do Comboio Agrario percorrem fazendas instruindo ao proprietários sôbre os processos mais racionais de agricultura e criação, promovem o registro de propriedades, realizam palestras, fazem inspeção de rebanhos e promovem a vacinação do gado, vendem, pelo preço de custo, maquinas, ferramentas e arame, etc.

ASSOCIAÇÃO MEDICA E SOCIAL NOSSA SENHORA DA PENHA

Congregando três Centros Sociais Rurais localizados em Bôa Ventura, Santo Antonio dos Milagres e Are, foi instalada em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa da Primeira Missão Rural de Educação

de Adultos, a Associação Médica e Social Nossa Senhora da Penha.

PRODUÇÃO DE MILHO NO SUL DO PAIS

A safra de milho, de acôrdo com as previsões feitas, é a seguinte, no sul do país:

ESTADOS	TONELADAS
Minas Gerais	1.349.627
São Paulo	1.979.314
Paraná	923.573
Sta. Catarina	859.683
Rio G. Sul	1.212.593

A área cultivado nos referidos Estados é de três milhões, quinhentos e dez mil e novecentos e dezesseis hectares.

PRODUÇÃO DE JUTA

Em 1951 o nosso país produziu 20 000 toneladas de juta e consequentemente, foi muito pequena a importação do produto indiano, pois a média de consumo de nossa indústria é de 22.000 toneladas. As nossas perspectivas para a indústria de sacaria e aniagem são, portanto, as mais animadoras, pois em um futuro próximo a nossa produção será tal que o país poderia abastecer-se exclusivamente com a matéria prima nacional.

FINANCIAMENTO AOS CRIADORES DO DISTRITO FEDERAL

O Banco da Prefeitura do Distrito Federal, no sentido de fomentar a agricultura e a pecuária na zona rural da capital do país, instituiu seis interessantes modalidades de crédito agrícola:

a — crédito pessoal, com limite máximo de cem mil cruzeiros.
b — caução de título com aval, adotado para os lavradores que necessitarem, com urgência, de quantia superior a cem mil cruzeiros.
c — reserva de domínio, instituido para aqueles que desejarem adquirir tratores, caminhões e outras máquinas que serão compradas pelo Banco e revendidas aos lavradores com reserva de domínio.
d — penhor pecuário, para os criadores que desejarem adquirir gado leiteiro. O Banco empresta, pelo prazo de 3 anos, em 36 prestações, até o limite de trezentos mil cruzeiros, 60% da avaliação.
e — emprestimos hipotecários, emprestando o Banco até 50% de avaliação.
f — revenda e compra de propriedades, adquiridas pelo Banco e revendidas pelo custo aos interessados, até o limite de Cr$ 600.000,00 dividido em 180 prestações, com juros de 6%.

PREÇOS MINIMOS PARA A CÊRA DE CARNAÚBA

Constituindo a produção de cêra de carnaúba um dos principais fundamentos da economia do nordeste, foi, como era natural, muito bem recebido pelos que se dedicam ao aproveitamento daquele produto vegetal, o recente decreto do Presidente da República estabelecendo preços mínimos para o financiamento ou aquisição da cera de carnaúba. A situação era grave, ameaçada que estava a economia nordestina em face da falta de garantias contra a tendência de baixa do custo daquele produto

AB-ROGADO O ACÔRDO INTERNACIONAL DO TRIGO

Noticia-se de Londres que o Conselho Internacional do Trigo anunciou, que decidiu ab-rogar o Acôrdo Internacional do Trigo vigente, com seus preços fixos, e elaborar, se possivel, novo acôrdo, com ajustes mais flexíveis no que toca aos preços ainda este ano. O conselho, que esteve reunido nesta capital entre 17 de abril e 9 de maio, deliberou, ao cabo de longas discussões em torno do problema dos preços, que os fatores que afetam os preços máximos e mínimos requerem ulterior exame, segundo comunicado de hoje.

Foi criado um comitê que ficará sessionado para examinar a possibilidade de fazer com que os preço máximos e mínimos variem automàticamente, segundo as modificações do nível geral de preços. Êsse comitê apresentará relatório à próxima sessão bianual do Conselho a abrir-se a 1.º de julho.

PEDE AMPARO A CLASSE MADEIREIRA

O governador do Estado, sr. Munhoz da Rocha, expediu telegrama ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco do Brasil, transmitindo o apêlo que recebeu da classe madeireira no sentido de amparar a classe que está amençada de paralisar suas atividades. No despacho enviado ao sr. Ricardo Jafet, o Chefe do Executivo paranaense pede a autorização para agências do Banco neste Estado operarem sob penhor mercantil de acôrdo com o regulamento da Carteira de Crédito Agrícola.

RÊDE BANCARIA PARA FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

Durante mais de três horas em reunião da qual participou o secretário de Finanças, expuseram aos banqueiros de Minas suas reivindicações ao diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, em face dos graves problemas criados pela retração do crédito.

Falando depois aos jornalistas, declarou o sr. José Maria Alkimim, que o sr. Emílio Câmara leva o compromisso de dirigir um apelo ao Congresso Nacional para que converta em lei o projeto do Executivo, que assegura o financiamento da agricultura através de uma rêde bancária brasileira. Esclarecendo o titular da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, que tôdas as modalidades de solução sugeridas pelos banqueiros mineiros serão objeto de estudo imediato.

Noticiario da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

NOVOS CURSOS PRATICOS

Tiveram início, no dia 17 de setembro, mais sete Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com o Departamento de Ensino da Fundação Getulio Vargas. Os novos cursos em funcionamento são:

Botânica Agrícola;
Zoologia Agrícola;
Cálculos e Medidas Agrárias;
Reflorestamento;
Máquinas de Defesa Sanitária Vegetal;
Cultura de Raízes e Tubérculos;
Noções de Estatística Agrícola.

Foram designados para ministrar os referidos cursos os Professores Jalmirez Guimarães Gomes, Geraldo Goulart da Silveira, Pedro G. da Silveira Filho e o assistente de Ensino Agrícola C. Borges.

ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS

O Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura designou o Engenho-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da E. H. W. B., para, como representante da S. N. A. integrar a Comissão de Fertilizantes da referida associação.

PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO FUMO

O Engenheiro-Agronomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da E.H.W.B. apresentou ao Primeiro Congresso Nacional do Fumo nove indicações que foram aprovadas não só nas comissões como no plenario do referido Congresso.

DIA DA ARVORE

Como faz habitualmente, a E.H.W.B. comemorou condignamente o Dia da Arvore. Realizaram os alunos internos do referido estabelecimento e os alunos dos Cursos Práticos agrícolas o plantio de uma arvore comemorativa da data. Usou da palavra, na ocasião, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

CURSOS EM COLABORAÇAO COM A U. R.

Terão início em outubro, as aulas do Curso Avulso de Citricultura, que será ministrado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural.

Existem Raças Zebus Leiteiras

RESULTADOS DE EXPERIENCIAS FEITAS COM A RAÇA "SHINDI"

Prof. RAUL BRIQUET JUNIOR
Eng.º-Agrônomo

Muito se tem falado entre nós, recentemente, a propósito do zebú para leite. Criado essencialmente para carne, o zebu tem sido agora, aqui e nos Estados Unidos, quanto às possibilidades de fornecimento essencial de leite.

No que toca ao nosso problema, julgamos que, havendo já na India raças ou variedades locais leiteiras, devemos importá-las a fim de estabelecer os nossos planteis leiteiros iniciais. É sabido que a produção de leite ou de manteiga é genética, isto é, dependente de genes. Aproveitar linhagens que já concentrem alta dosagem dos genes controladores dessa produção é caminho mais acertado do que tentar isolá-las ou formá-las a partir de nosso heterogêneo rebanho zebú.

Existem na India, além das raças nossas conhecidas, pois para cá foram transladadas (Nelore, Guzerá, etc.), muitas outras, entre as quais algumas que são genèticamente mais constituidas para a produção de leite. Entre estas, figura em primeiro plano a chamada raça Sindhi vermelha que, nas boas condições criatórias das fazendas oficiais indianas, produz, em média, 10-12 litros de leite, num período da lactação de 10 meses. Tais algarismos são de notável contraste com o nosso zebú médio, no qual não só é baixa a produção, como curto é o período de lactação. Tais raças leiteiras indianas possuem, ainda, as características sérias de adaptabilidade às condições tropicais de criação.

O Ministerio da Agricultura dos Estados Unidos, importou, há algum tempo, dois touros e duas novilhas Sindhi para cruzar (hibridar) com gado leiteiro fino, nas regiões sub-tropicais daquele país. Os resultados dos primeiros cruzamentos (ou melhor, das primeiras hibridações), obtidos com Sindhi x Suiça, Sindhi x Jersey e Sindhi x Holandesa foram os mais promissores, tanto em quantidade de leite como em percentagem de gordura.

Atualmente já existem perto de 100 mestiços (híbridos) como o Sindhi nos Estados Unidos, e os trabalhos prosseguem a fim de se obterem produtos 3/4 e outros "graus de sangue" para se estabelecer quais os de constituição melhor para as condições criatórias das regiões sub-tropicais norte-americanas.

Não seria interessante seguirmos esse mesmo caminho, palmilhando por quem já nos tem dado lições em matéria de criação?

Preparação da Farinha de Soja

TÉCNICAS PARA REMOVER O MAU GOSTO E O AROMA NATURAIS

ARNALDO ADDOR
Químico-Industrial

Tôdas as variedades de soja são portadoras, infelizmente, de gôsto desagradável ao paladar dos ocidentais. Seu consumo, por isso não somente em grãos, como também, sob a forma de farinha, não se desenvolve entre nós, embora suas incontestáveis e magníficas propriedades nutritivas.

Procurando solucionar êsse problema, de remoção do mau gôsto, os estudiosos no assunto idealizaram processos que hoje são utilizados em países ocidentais, onde a prosperidade da indústria de soja está perfeitamente assegurada. Todos os processos em uso eliminam o tegumento do grão, particularidade que já concorre para melhoria, em parte, do sabor, quer do grão, quer da farinha dele resultante.

O primeiro processo empregado para obtenção de uma farinha de soja estável e isenta de seu gôsto natural, foi patenteado por BERCZELLER em 1924. Constitui em submeter os grãos, isentos das impurezas da colheita, à ação do vapor d'água por espaço de 10 a 15 minutos. Esses grãos, a seguir, são secos e quebrados, para facilitar a remoção do tegumento, e, triturados até a forma de farinha impalpável. A farinha assim elaborada possui sabor agradável, além de ser relativamente estável

Uma patente posterior, do mesmo autor, consiste em submeter a soja seca ou embebida em água, à distilação em corrente vapor d'água, e, posteriormente, passá-la através de uma máquina cortadeira, sendo que os tegumentos são removidos por meio de aspiradores e peneiras mecânicas

Outras técnicas

Outros mais processos patenteados vão aqui enumerados:

a) — De **Shellabarger** que se resume no tratamento da soja limpa, pelo vapor dágua a 60°C, em vácuo parcial — 240 m/m — cerca de 40 minutos; trituração dos grãos, remoção dos tegumentos e nutos; secagem em ambiente de gás carbônico, moagem até farinha impalpável;

b) — De **Balle** que se baseia no entumecimento da soja, por 12 horas, pelo vapor dágua para facilitar a remoção do tegumento. Os grãos já isentos do tegumento são postos em óleo de amendoim quente, ou outro óleo aconselhável;

c) — De **Goesel** que consiste em mergulhar a soja em óleo, secá-lo, quebrá-lo a fim de facilitar a eliminação do tegumento; finalmente reduzi-lo a farinha. Posteriormente, êste autor modificou sua patente, resolvendo aquecer o soja em parafina liquida, entre 100° a 110°C, durante 5 minutos e continuar a marcha do processo anterior. O tratamento pelo óleo afrouxa o tegumento, facilitando a sua remoção;

) — De **Cohn** que consiste em submeter a soja a um soluto ácido fraco a 75°C. O material é, a seguir, seco em estufa ventilada a 60°C., e, posteriormente, reduzido à farinha impalpável;

e) — De **Strehl**, consistindo em remover o sabor pelo aquecimento a 100°C. durante 10 minutos e, posteriormente, reduzir o material à farinha;

f) — De **Okerhard** que colocou os grãos de molho ate se tornarem entumecidos, tratando-os pelo vapor dágua por meia hora. Secou-os, depois a baixa temperatura 60 a 65°C. e os embebeu com soluto de formaldeido a 5% por 24 horas, para depois secá-los, novamente;

g) — **Goller e Winkler**, atribuindo aos glucosidios e aos galatosidios o amargor da soja, recomendam o seu aquecimento a 65 a 75°C e patentearam um processo para a remoção desses glucosídios e galatosidios por diálise sob pressão ou vácuo a 65 a 80°C. O próprio tegumento da soja age como membrana semi-permeável.

A remoção do aroma desagradável

Na opinião de **Horvath**, um dos mestres conhecedores da tecnologia da soja, o aroma desta encontra-se na camada periférica do cotilédone do grão; daí preconizar sua remoção pelo entumecimento ou pela germinação.

Outros processos acerca da desodarização existem na literatura, porém todos eles repousam em processos patenteados.

Quando se pretende obter uma farinha com baixo teor em óleo, a soja já isenta de tegumento, deve ser prensada e a torta reduzida, novamente, à condição de farinha. Esta, assim elaborada, ao ser utilizada em panificação possui maior capacidade de absorção do que a farinha de trigo.

Costuma-se, remover, ainda, o gosto e o aroma naturais da soja, procedendo-se do seguinte modo:

1) tratamento dos grãos por parafina liquida ou por óleo vegetal comestivel, a quente, (com exclusão do óleo da própria soja) durante 5 minutos;

2) centrifugação;

3) secagem;

4) trituração grosseira, para remoção do tegumento por ventilação;

5) digestão com um soluto de papaina de concentração de 0,02% em relação ao peso da soja, de forma a ter-se uma papa;

6) repouso durante três horas, seguida de secagem, trituração do material nos moldes do procedido com a farinha de trigo.

A farinha resultante que apresenta cor de tijolo aroma e gôsto agradáveis, pode ser utilisada nas variadas modalidades de alimentos, inclusive na elaboração de pão.

(Comunicado n.° 116 do Serv. de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura — Out. de 1951).

Credito Agricola para o pequeno produtor

Eng. Agrônomo ROMOLO CAVINA

APRESENTAÇÃO

1. De um modo generalizado o crédito é para o produtor um ato econômico de importância fundamental na administração da sua empresa. Particularmente para o produtor rural, seja o que se dedica à lavoura, como o que se preocupa com a pecuária, essa importância cresce ainda mais quando se atenta para as peculiaridades próprias da empresa agrícola.

Esta, realmente, tem características particulares que a diferenciam das demais empresas. Em primeiro lugar devemos destacar a redução da vontade do empresário quando deseja a produção: ao ambiente ecológico, a terra; aos animais etc., deve o homem submeter-se para que se realize o ato produtivo.

Não apenas existem os riscos semelhantes às demais empresas, mas também existem outros independentes da ação do agricultor. Daí não se poderá considerar insolvável o lavrador que perdeu a colheita na sêca dêste ano ou na inundação do ano passado.

Em segundo lugar diremos que os sistemas agrícolas brasileiros ainda vigentes estão a exigir forte e imediato auxílio da técnica agronômica e veterinária. Porque, emprestar dinheiro a lavrador que não seleciona sementes, que não usa adubos, nem preventivo às doenças e pragas das plantas e dos animais, será aumentar o risco dos empréstimos para a entidade financiadora e concorrer para a manutenção da rotina.

Ensino, pesquisa e fomento precisam ser articulados e elevados a uma grande eficiência, sob pena de continuarmos obedecendo a sistemas agrícolas anteriores ao Descobrimento do Brasil. E, no lado das medidas de fomento, o crédito fácil e acessível ao pequeno produtor.

2. Resta-nos deduzir que o crédito agrícola em geral tem *características operativas* muito próprias, muito específicas e estas são mais diferenciadas se o empresário agrícola é modesto, é aquilo que se vem chamando *pequeno produtor*. Não deve restar a menor dúvida que as *características operativas* do crédito ao pequeno produtor em muito pouco se assemelham às dos fazendeiros, às dos grandes empresários. Por outro lado, a função socio-econômica dos pequenos produtores não precisa ser aqui descrita, nem nos deteremos a justificar o interesse do Estado por essa classe

Mas precisamos insistir na procura de uma fórmula que concilie os interesses da entidade de crédito com os dos pequenos produtores. Aos bancos os pequenos empréstimos são onerosos, dão muito trabalho e pouca margem de lucro. Por seu lado o pequeno produtor é geralmente pouco informado, mal preparado para compreender as exigências do financiador. Usos e costumes tradicionais ainda formam muito da mentalidade do pequeno produtor, o que tem importância social marcante, embora seja necessário reconhecer, que devam evoluir.

Muito pouco do que se faz entre nós com o nome de crédito agrícola é dirigido ao pequeno produtor. Afora o que vêm fazendo as caixas rurais gauchas, a Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais e as poucas cooperativas de crédito, provam que há muito a fazer em benefício do pequeno produtor.

Daí muito acertada e digna de todos os aplausos a opinião do dr. João Cleophas, atual Ministro da Agricultura, propondo a garantia do Tesouro Nacional para os

empréstimos aos pequenos produtores, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Desse modo, protegidos os interesses do Banco, uma articulação melhor entre assistência técnica e crédito elevarão o padrão de vida do pequeno produtor.

CONCLUSÕES

Do exposto neste trabalho julgamos poder indicar as seguintes conclusões:

1. O crédito ao pequeno produtor deve ser facilitado levando-se em conta as suas características especiais como empresário agrícola;

2. O interesse do Estado pelo pequeno produtor é relevante, justificando-se acertada a garantia do Tesouro Nacional aos pequenos empréstimos;

3. O crédito ao pequeno produtor não deverá vir separado da assistência técnica. Financiar sem modernizar os sistemas agrícolas vigentes será manter a rotina;

4. Impõe-se desenvolver o crédito cooperativo, ainda que seja necessário recorrer à compulsoriedade; e

5. Recomedar aos serviços de publicidade agrícola a maior divulgação do crédito cooperativo.

OBS.) O presente trabalho foi apresentao pelo autor à Mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de Março de 1952, relatada pelo Dr. Octacilio Tomanik e com parecer favorável do relator encaminhada ao plenário que a aprovou por unanimidade.

A questão social na Agricultura

"Em um país como o nosso, de vasto território, tudo leva a crer não existir o espírito de reivindicações sociais". Estavamos convencidos de que as ideologias que grassam por tôda a parte, nunca chegariam até nós, pelo fato da psicologia de nosso povo lhes ser adverso.

Diziamos então que deveriamos fazer qualquer coisa de proveitosa afim de prevenir conseqüencias graves no futuro, porquanto a nossa própria História registra acontecimentos de séria repercussão no trabalho agrícola.

Com maior razão somos hoje favaráveis a tudo quanto se faça em benefício daqueles, que mourejam no trabalho da terra. É certo que se deverá ter em conta as realidades econômicas e técnicas da nossa agricultura. Sem o rendimento suficiente dos bens produzidos pela exploração da terra o empresário agrícola não poderá garantir assistência moral e social a que o operário agrícola possa ter direito.

A produção agrícola do país, avaliada por volume não permite conhecer a evolução por área cultivada e, portanto, a produtividade por hectare. Teremos que evoluir da exploração extensiva para a intensiva, afim que possamos produzir mais, melhor e por menor preço. Só assim será possivel melhorar as condições de vida e de bem estar do meio rural.

Esta compreensão é que tem justificado o retardamento de aplicar-se ao trabalhador do campo a legislação que a organização internacional do trabalho vem conseguindo aperfeiçoar e estender nas nações industriais.

O Brasil dará um grande passo com a execução do programa previsto para o Serviço Social Rural que o Sr. Ministro da Agricultura elaborou e submeteu ao Sr. Presidente da República.

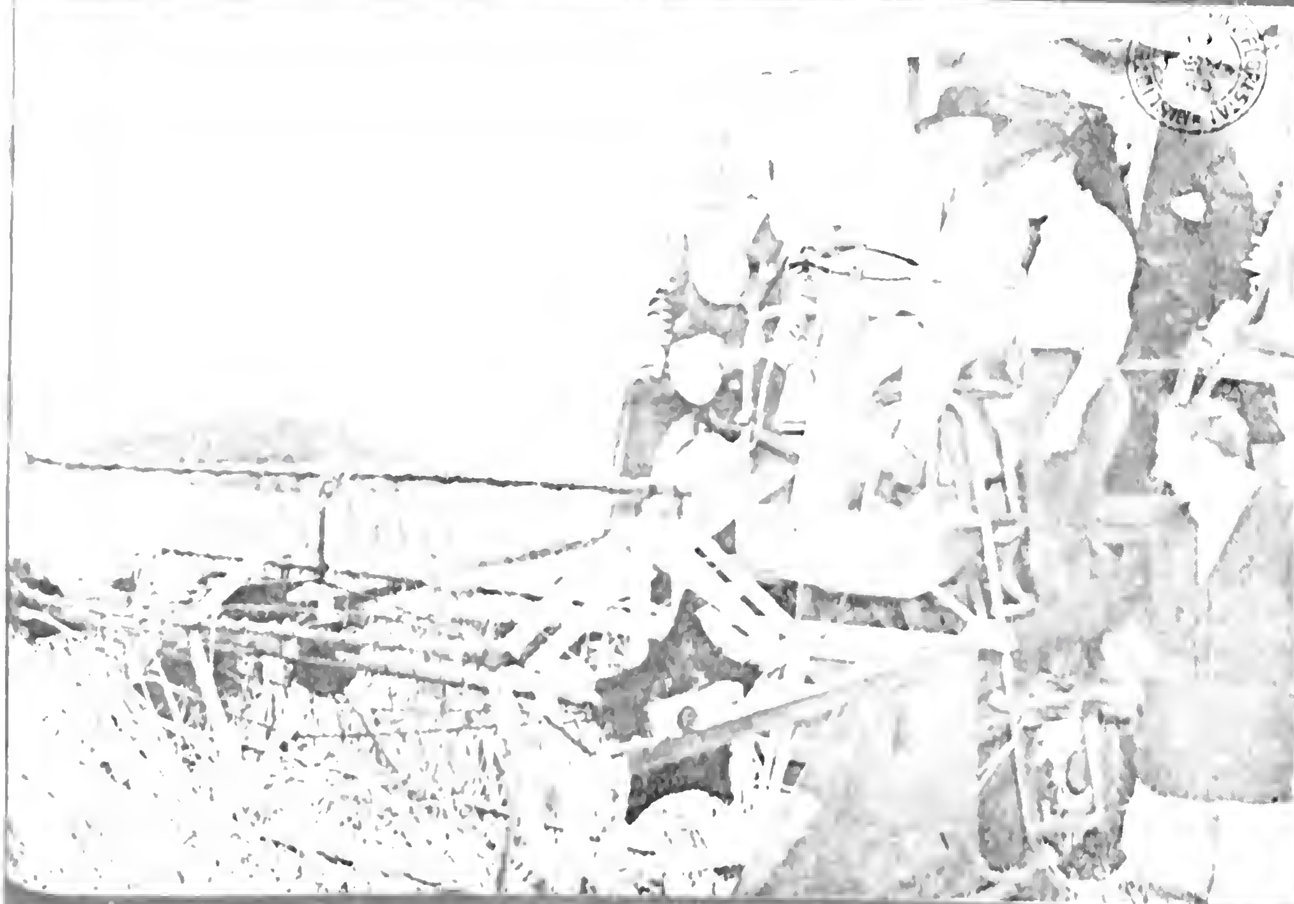
Façamos votos para que êsse Serviço se torne uma realidade no mais breve prazo e traga com o apoio da classe rural, os beneficios que de lá é dado esperar para o bem estar da vida agrícola do país.

(Do livro Expansão Agrícola do Brasil, Arthur Torres Filho, Rio, 1935).

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Mecaniza-se a lavoura no Brasil, graças, em grande parte, à ação do Sr. Ministro João Cleofas, que se vê à direção de uma poderosa ceifa-trilha, inaugurando simbolicamente a cultura do trigo nacional, na região de Carazinho. Além de S. Excia., da esquerda para a direita, o Deputado Humberto Gobbi, o triticultor Sehn, o Prefeito Ernesto Annoni e outro lavrador, Beno Goeltener.

NOVEMBRO - DEZEMBRO 1952

ANO LVI

RIO DE JANEIRO — BRASIL



Não só o trigo, mas o milho — de tão grande importancia na nossa economia agraria — despertou o interesse do Sr. Ministro João Cleofas, na sua recente visita ao Sul do país. Veem-se no grupo, fotografados no Posto Agro-pecuario de Carasinho, alem de S. Excia., o Sr. Embaixador Merwin Bohan, o Prefeito Ernesto Annoni, o Chefe do Fomento Agricola, João Pitangui, o Deputado Humberto Gobbi e o Agronomo A. Rosa, Chefe do Posto

---

SUMARIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemerito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra — DR. GETULIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — EURICO SANTOS
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Secretário — KURT REPSOLD
2.º Secretário — OTTO FRENSEL

Secretário-Geral LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIS MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARÇANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ORGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballaun, **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson, **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simoes Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold, **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite, **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache, **Comissão de Politica Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr Luiz Simoes Lopes. Suplente Dr Newton Beleza

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI

NOVEMBRO - DEZEMBRO — 1952

A Questão Agrária

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Não há dúvida de que a questão agrária no Brasil se apresenta revestida de grande complexidade. Ela terá de ser encarada depois de realizadas meticulosas pesquisas em que se considere sob múltiplos aspectos, a vida rural, atendendo-se às condições peculiares a cada Estado e a cada região agrícola.

Uma das causas mais sérias da decadência da agricultura entre nós é a de que o capital e o trabalho nela aplicados não proporcionam senão eventualmente, justa recompensa ao explorador.

Aumentar e aperfeiçoar a produção agrícola em geral e, em particular, a que for destinada à exportação — terá de ser acima de tudo, o principal escôpo da política econômica brasileira.

Será um nacionalismo econômico? Que o seja: pois é um nacionalismo sadio, o único que poderá fazer a grandeza do Brasil.

Na variabilidade de seu clima e solo, criaríamos unidades econômicas e, por um contrôle seguro, executaremos vigorosa política de expansão comercial. Do que carecemos é de trabalho de coordenação de conjunto; e, só depois de nos acharmos organizados, firmados no mercado interno, como fizeram os Estados Unidos, estaríamos aptos a vencer no intercâmbio mundial.

O Brasil econômico está a atrair, por conseguinte, os esforços dos administradores e pensadores, de todos os que se sintam capazes de dispor de alma para devotar à Pátria.

Pode-se aferir a capacidade econômica do Brasil pelo concurso por êle prestado à economia mundial. Procedido êsse exame, verificar-se-á que, com exceção do café, do algodão, das carnes, dos óleos vegetais, nossa produção agrícola e industrial se apresenta ainda muito pobre, exigindo esforços sobrehumanos para que saiamos do isolamento em que vivemos no mercado mundial.

O aumento da produção, quer agrícola, quer industrial, para atender às necessidades internas e ao consumo mundial precisa constituir nosso anelo.

Não se concebe mais exploração agrícola inteligente de um país ou região sem o exame do solo, sem a aplicação de adubos, sem máquinas, sem a criação de novas variedades de plantas e de animais, enfim, sem uma orientação técnica e economica.

Enorme é o progresso que se tem conseguido, no domínio da experimentação agrícola e animal com resultados econômicos. Haja visto, entre nós, o papel desempenhado pelo Instituto Agronômico de Campinas e Instituto Biológico no engrandecimento de São Paulo, como de vários estabelecimentos técnicos e científicos do Ministério da Agricultura e de outros Estados da Federação.

Infelizmente temos caminhado tropegamente, e a maioria dos nossos problemas agrícolas e pecuários estão por ser resolvidos, dada a vastidão do território nacional. Ora, sem que a exploração da terra se torne entre nós remuneradora, sem que a vida no interior do país se torne mais confortável e higiênica, teremos de sofrer sempre crises de produção, manifestando-se sempre agravado o fenômeno do êxodo da população dos campos para as cidades. Isso também prova que carecemos, acima de tudo, de organização, para que possamos produzir em bases estáveis.

Não será simplesmente com conselhos técnicos ou medidas administrativas, elevando-se impostos, no afã de conseguir renda para os cofres públicos, sem atender-se ao custo de produção ou mediante simples propaganda de mostruários no estrangeiro, que haveremos de alcançar o resultado desejado para a nossa expansão econômica.

O agricultor é o melhor juiz dos seus próprios interêsses; não se dedica à exploração de um produto desde que o mesmo não pague as despesas da produção, os fretes, os impostos, etc., mas, sim, de preferência, em explorar os de venda imediata, que se destinam aos mercados externos, obtendo maiores preços, como se vem verificando com o café e, últimamente, com o algodão, as carnes, o cacau, os óleos vegetais, etc.

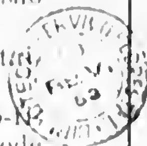
Tem-nos faltado o aparelhamento técnico e financeiro para o devido amparo à economia nacional. Êsse equipamento, só poderemos alcançá-lo procedendo a exatas investigações estatísticas, econômicas, agronômicas, que permitam o levantamento de um plano construtor, capaz de consultar os interêsses reais das classes produtoras do país.

O capital investido nos vários tipo de exploração rural raramente consegue produzir 3 a 5 por cento de rendimento; esse mesmo capital, no entanto, em outras aplicações, nos centros urbanos, como nas indústrias e no comércio, oferece perspectivas de mais segura remuneração. Na agricultura, não sendo considerado o uso da contabilidade o produtor ignora o lucro líquido do capital empregado, sob múltiplas formas, desconhecendo assim exatamente o custo de produção.

Pode-se dizer, sem errar, que as explorações agrícolas são em sua grande maioria deficitárias, e os proprietários vegetam em estado de pobreza. Já um inquérito realizado em 1939, pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, demonstrou que cêrca de 80 por cento dessas propriedades, num total de 2 milhões se acham em decadência. Sem que se considere o custo de produção para saber do preço de venda será condenar as atividades rurais ao perecimento quando se lhes deveria assegurar uma remuneração básica mínima por ser êsse um sadio princípio humano.

Deve-se guardar uma justa inter dependencia entre a agricultura e a indústria, irmanando essas atividades produtoras em relação aos interêsses da economia nacional.

As indústrias de beneficiamento junto as fontes de produçao são as indicadas especialmente.



O que se tem a desejar é que haja justa remuneração ao capital, trabalho.

Acima de tudo existe a necessidade de um equilibrio económico-financeiro entre as atividades rurais e industriais. Esse resultado pode ser alcançado em grande parte, pela planificação. É preciso que haja paridade de preços entre produtos agrícolas e industriais pois, desde que a mesma não exista, não podendo a lavoura trocar seus produtos por produtos industriais, em bases equitativas sobreviverá a decadência da agricultura com tôdas as suas consequências desastrosas para a vida nacional.

A indútria depende do mercado interno, o que se pode conseguir dando amparo de preços aos produtos agrícolas, eliminando-se os ônus que pesam sôbre os mesmos e suprindo-se os intermediário nocivos. O alargamento dos meios de transporte facilitara a concorrência interna.

Já houve quem disesse que a "nossa agricultura é hoje a maior vítima das condições excepcionais da indústria e do comércio."

Além disso, percalços múltiplos assaltam a vida do agricultor, que não poderá, mesmo de longe, ter assegurado o resultado de sua exploração.

Isso prova o quanto é aleatória a renda agrícola, atuando sôbre ela, depreciativamente, as menores causas de ordem económica ou financeira.

Quando na ordem económica não se estabelece um balanço exato de fôrças, de produção, de salário, de trabalho, de benefícios, de impostos, surge uma aristocracia financeira que cresce, engorda, incha, e uma democracia de proletários que emagrece, definha e dissipa-se nas misérias; não cessando o desequilíbrio não cessará por sua vez, o desajustamento. Esse desajustamento se verifica hoje muito acentuado na vida brasileira.

Ninguém pode prever entre nós até onde vai a incidência dos impostos, em verdadeira competição tríplice no agravamento de um produto rural.

A tributação passa, a cada passo, por profundas modificações, a exemplo do que acontece com as tarifas ferroviárias e marítimas, e muitas outras visando o aumento das arrecadações.

O que ocorre na tributação estadual e municipal, torna-se digno de acurado exame em defêsa da economia nacional, pela asfixia que traz ao trabalho nacional nas suas fontes de produção.

Com muita propriedade, de uma feita, disse Amaro Cavalcanti; — "Não é fazendo ou agravando a penúria dos indivíduos, que se há de fazer desaparecer a penúria ou miséria do tesouro público."

Somos chamados a reconhecer que a expansão economica do País tem sido entravada pelas dificuldades criadas à livre circulação das mercadorias dentro de um mesmo Estado e muito principalmente, de um município para outro.

Trava-se verdadeira disputa fiscal entre a União e os Estados com os maiores gravames para a economia do País.

É certo, como dizia Emerson, haver o agricultor tomado na natureza o longo hábito da paciência. A classe agricola entre nós não cons-

titui fôrça organizada, nem tem consciencia de seu valor para pesar nos conselhos do govêrno; reage, instintivamente, deixando de produzir.

A política, portanto, de defesa dos legítimos interêsses nacionais, consiste na assistencia e amparo às classes produtoras devidamente organizadas.

A redução da tributação em geral no Brasil e sua melhor distribuição no que toca a certos generos de produção, de modo a permitir a livre expansão do trabalho e o desafogo das classes menos favorecidas constitui, na hora presente, assunto palpitante, exigindo dos poderes públicos melhor exame e maiores cuidados.

A adoção de uma política aduaneira inteligente; a revisão do regime tributário; a melhoria dos meios de transporte; a remodelação dos métodos agrícolas mediante política agrária bem orientada com uma legislação adequada de terras; a aplicação de medidas de créditos e financiamento capazes de tornarem a agricultura fonte segura de renda para o capital nela imobilizado, constituiria programa indispensável para estancar-se o êxodo dos campos e proporcionar a livre expansão da economia nacional.

O Brasil se tornará Nação respeitada se, acima de tudo, souber prover as necessidades normais das diversas classes sociais, criando uma raça forte e de elevado nível de vida.

CONCLUSÕES

1. A agricultura necessita ser a fonte perene de todos os nossos recursos. Seu desenvolvimento dependerá de investigações sociais e econômicas para cada região do País.

2. Nossa política econômica terá que se basear na paralização, ou melhor, numa política agrária que consista na fixação do homem ao solo, dando-lhe a devida assistência técnica e social.

3. A fonte básica da alimentação humana é a da produção vegetal, motivo por que precisa constituir a nossa preocupação fundamental. Grande esfôrço será preciso desenvolver no sentido de aumentar, principalmente, a produção de cereais, por consistir a mesma a cúpula da economia rural de qualquer país.

4. Não devemos confiar apenas na exploração das regiões de terras virgens na preocupação do aumento das colheitas sem pensar na produtividade por unidade de superfície. O crescimento constante da população exige o aperfeiçoamento progressivo dos métodos de exploração do solo.

5. A agremiação da classe rural através das associações para que o poder público possa levar-lhe a necessária assistência tornando-a uma fôrça organizada, constitui condição básica para retirar-se a agricultura brasileira da situação de depressão econômica que a entorpece, relegando-a a uma situação de caudatária no quadro geral da economia.

6. Convém termos presente o programa magnífico em seus resultados posto em execução pelo grande estadista Franklin Roosevelt em 1929, quando traçou as normas para "utilização da terra" nos Estados Unidos, visando estabelecer o equilíbrio entre a ppoulação das cidades e dos campos. Êste programa serviu para evidenciar que não é suficiente dividir-se a terra sem que ao homem se proporcione todos os meios modernos de viver dentro do confôrto da civilização dos nossos dias, eletri-

cidade, água, mecanização, indústria, credito especial para construção de vivendas, estradas de rodagem, etc.

7. Ter-se-á que pensar que o esforço produtivo para ser constante exige a planificação das regiões submetidas à exploração pelo homem.

8. Na época atual com as reivindicações sociais crescentes, importa cogitarmos da substituição, tanto quanto possível, do esforço humano pela energia mecânica. O homem, em vez de se considerar vítima da máquina dela hoje se utiliza para substituir o trabalho manual, tanto na produção industrial como na agrícola. O suprimento de energia tornou-se condição básica para o progresso social e economico. Infelizmente, o Brasil ainda se acha colocado em situação de inferioridade na utilização de energia, empregando, em larga escala, o trabalho muscular do homem.

9. Se o momento por que atravessa a agricultura é de apreensão em consequência do desequilíbrio econômico-financeiro, resta-nos empregar esforços decididos na colaboração com o poder público, organizando, com este objetivo, as classes rurais para que sejam alargadas as áreas cultivadas e de produção de matérias primas e artigos alimentares, evitando-se o decréscimo dos rebanhos e fortificando assim a frente interna, de modo a garantir as fontes de abastecimento das populações urbanas.

Indicações sôbre ensino agrícola

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Da representação da S.N.A. à 1.ª Conferência Rural Brasileira

1 — CURSOS PRATICOS AGRICOLAS

Considerando que o ensino prático agrícola deve cada vez mais ser intensificado;

Considerando a grande objetividade e oportunidade dos Cursos Práticos Agrícolas mantidos na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, pela Fundação Getulio Vargas em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura,

propomos a seguinte indicação

"A Primeira Conferência Rural Brasileira tendo em vista os magníficos resultados dos Cursos Práticos Agrícolas mantidos pela Fundação Getulio Vargas em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, recomenda que os mesmos sejam intensificados e difundidos."

2 — CENTROS DE TREINAMENTO AGRICOLA

Considerando a necessidade cada vez maior de pessoal qualificado para a agricultura;

Considerando que os Centros de Treinamento Agrícola mantidos pelo Ministério da Agricultura vêm realizando um interessante trabalho nesse sentido;

propomos a seguinte indicação:

"A Primeira Conferência Rural Brasileira, tendo em vista a objetividade e oportunidade dos Centros de Treinamento Agrícola mantidos pelo Ministério da Agricultura, recomenda sejam os mesmos intensificados e difundidos em tôdas as Unidades da Federação."

3 — CURSO DE FORMAÇAO DE AGENTES DE EDUCAÇAO RURAL

Considerando a necessidade do preparo de elementos qualificados para a inadiável campanha de educação rural;

Considerando que a Fundação Getúlio Vargas em colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, vem realizando, com êxito, o primeiro Curso de Formação de Agentes de Educação Rural;

propomos a seguinte indicação

"A Primeira Conferência Rural Brasileira, tendo em vista a oportunidade de uma vasta campanha de educação rural e a necessidade de pessoal habilitado para levá-la a efeito com critério e objetividade, recomenda sejam difundidos novos Cursos de Formação de Agentes de Educação Rural, como já vem sendo feito pela Fundação Getulio Vargas em colaboração com o Ministério da Agricultura."

4 — ENSINO DE HORTICULTURA

Considerando a necessidade de ser intensificado o ensino de horticultura especialmente nas proximidades dos grandes mercados consumidores;

Considerando que a Sociedade Nacional de Agricultura vem realizando um importante trabalho nesse sentido através da Escola de Horticultura Wenceslão Bello;

propomos a seguinte indicação:

"A Primeira Conferência Rural Brasileira, tendo em vista a objetividade dos cursos profissionais da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura, recomenda a criação de novas escolas do gênero, nas proximidades dos grandes centros consumidores em torno dos quais não deve faltar as indispensáveis hortas e pomares."

5 — CENTROS DE TREINAMENTO DE ECONOMIA DOMESTICA

Considerando a grande importância das pequenas indústrias rurais domésticas;

Considerando a valiosa colaboração que a população rural feminina pode prestar nesse sentido;

Considerando que os Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica vêm realizando um magnífico trabalho nesse sentido;

propomos a seguinte indicação

"A Primeira Conferência Rural Brasileira, tendo em vista a oportunidade e objetividade dos Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, recomenda que seja intensificada a instalação de tais Centros em tôdas as Unidades da Federação."

ADQUIRIDA PELA "ALLIS CHALMERS" A FÁBRICA LAPLANT CHOATE

Teve grande repercussão nos meios industriais e comerciais não só dos Estados Unidos como da América do Sul — especialmente do Brasil — a aquisição, pela Allis-Chalmers, da fábrica Laplant Choate.

Produzindo doravante o famoso "Motor-Scraper", a Allis Chalmers passa a ter sua linha acrescida dessa famosa máquina, já muito conhecida no Brasil, e que forma um conjunto ideal com o HD-20 Allis Chalmers, o "pusher" da preferência dos empreiteiros brasileiros.

O SERVIÇO SOCIAL RURAL

Publicamos a seguir, para conhecimento da numerosa família agrária do Brasil, a exposição enviada pela Confederação Rural Brasileira ao Exmo. Sr. Presidente da República, em obediência ao voto unânime da I Conferência Rural Brasileira, recentemente realizada no Rio de Janeiro, a propósito da criação do Serviço Social Rural.

Adotada, que seja, essa orientação, a direção e execução do novo organismo será exercida pelas próprias classes rurais, que, assim, terão tratamento igual ao que tem sido, naqueles casos idênticos, dispensado à indústria e ao comércio.

A leitura desse iportante documento, também enviado ao Presidente do Senado Federal, se impõe para quantos se interessem pelo bem estar do homem do campo, cuja voz se fez ouvir em favor de uma aspiração que traz consigo a fôrça de uma unanimidade legítima e por isso mesmo sobejamento autorizado.

"EXCELENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

A I.ª CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA, realizada na Capital da República no período de 7 a 11 do corrente mês, com a presença de Delegados de 18 Federações de Associações Rurais, tendo concordado inteiramente com as razões expendidas pela Comissão designada para estudar o projeto de lei de criação do Serviço Social Rural, já em curso no Senado, bem como tendo aprovado inteiramente, sob grande entusiasmo, a proposta apresentada pela referida Comissão, e que traduz os verdadeiros interêsses dos meios agrícolas do País, para que as entidades representativas das classes rurais organizadas reivindiquem a direção e a orientação daquêle Serviço Social, bem como pleiteiem modificações outras no aludido projeto de lei, no sentido de proporcionar ao órgão assistencial que se pretende criar maior eficiência e um perfeito entrosamento na vida rural organizada; e assim,

CONSIDERANDO que não consulta aos legítimos interêsses das classes rurais seja o Serviço Social Rural uma entidade autárquica, sob absoluto contrôle e direção dos poderes públicos, sujeita aos desastrosos efeitos da burocratização, como fatalmente acontecerá;

CONSIDERANDO que o Serviço Social do Comércio e o Serviço Social da Indústria são dirigidos e controlados pelas entidades representativas do Comércio e da Indústria, ficando assim, caso se consubstancie em lei o atual projeto do Serviço Social Rural, as classes agrícolas em situação de inaceitável desigualdade perante as demais, e sendo justamente a produção rural a pedra básica de economia nacional, "porque o Brasil" — como salientou o Senhor Ministro da Agricultura no discurso que proferiu quando da instalação desta Conferência — "é essencialmente um país agrícola e sempre o será por muito que se industrialize";

CONSIDERANDO que a quase totalidade dos recursos para o custeio do Serviço Social Rural provirá diretamente do meio rural, sendo assim justo e lógico que os profissionais agrícolas sejam os seus dirigentes;

CONSIDERANDO que a não entrega da direção do Serviço Social Rural à classe importará em imerecido desprestígio para a mesma na comunidade nacional, pois equivalerá a uma proclamação pelo Poder Público de que considera os líderes rurais incapazes para dirigir um organismo desta natureza, quando êste mesmo Poder Público reconhece capacidade para tal nos líderes da Indústria e do Comércio;

CONSIDERANDO que o Poder Público, pelo seu representante mais credenciado no assunto — o Senhor Ministro da Agricultura, afirma, como se vê na exposição de motivos do mesmo ao Exmo. Sr. Presidente da República, que acompanhou o projeto de lei de criação do Serviço Social Rural:

"Assim é que não se pensou inicialmente em entregar às entidades das classes rurais a inteira responsabilidade do planejamento e execução dos Serviços Sociais Rurais, como seria desejável, pela razão mes-

ma de que não se encontram elas ainda, conforme acontece com suas similares da Indústria e do Comércio, devidamente organizadas".

CONSIDERANDO que as classes rurais hoje já se encontram organizadas, como bem o evidencia esta primeira conferência rural promovida pela Confederação Rural Brasileira entidade máxima representativa dos que se dedicam à atividade agrária em nosso País;

CONSIDERANDO que muitas das finalidades precípuas do Serviço Social Rural se incluem entre as atribuições legalmente conferidas às associações e federações rurais e mesmo à Confederação Rural Brasileira, devendo assim haver um perfeito entrosamento entre tôdas estas entidades a fim de que não haja dispersão de trabalho e de numerário o que seria sumamente prejudicial, pelo que não podem ficar dissociadas, devendo antes haver uma diretriz geral para tôdas, pois a rigor poder-se-ia dizer que o Serviço Social Rural exercerá verdadeiras funções delegadas das entidades de classe;

CONSIDERANDO que não é possível que as classes rurais — ora reunidas em importantes Conferência para defesa dos seus interêsses — abdiquem de legítimos direitos e se permitam ficar, sem luta, em situação inferior ao Comércio e a Indústria quando são elas na verdade as de maior significação na economia nacional;

CONSIDERANDO que as classes rurais sempre têm correspondido aos apêlos que lhes são feitos pelos Poderes Públicos e assim, agora que se encontram organizadas por êsses mesmos poderes no atendimento desta pretenção (considerações relativas à alteração do art. 1.º);

CONSIDERANDO que convém estabelecer no texto da lei, embora de maneira geral, as atribuições próprias de cada um dos órgãos administrativos do Serviço Social Rural, o que está praticamente omisso no projeto de lei em exame (Consideração relativa à alteração do art. 4.º).

CONSIDERANDO que a constituição do Conselho Nacional, dos Conselhos Estaduais, dos Territórios ou do Distrito Federal e das Juntas Municipais do Serviço Social Rural, de acôrdo com o projeto de que se trata, foi feita de maneira a deixar sempre os representantes ruricolas em inexpressiva e inaceitável minoria, convindo muito ao contrário que a maioria seja formada pelos mesmos que são os legítimos interessados diretos do assunto e custeadores do serviço sendo de desejar mesmo que as classes rurais se façam representar nos órgãos administrativos com elementos das mais variadas regiões agrícolas, dada a necessidade de ficarem os dirigentes a par das peculiaridades locais de cada zona e ter quem defenda, com absoluto conhecimento de causa, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas tipicamente regionais;

CONSIDERANDO que a conveniência da colaboração, tambem nas Juntas Municipais, de elementos especializados para exame dos problemas relativos à saúde, à assistência social, à educação e outros, e à semelhança do que acontece nos Conselhos Nacionais e Estaduais (Considerações relativas aos § 1.º, 2.º e 3.º do art. 4.º);

CONSIDERANDO que é conveniente se adotem medidas tendentes a evitar a indefinida permanência de representantes nos postos eletivos (Consideração relativa ao § 5.º do art. 4.º);

CONSIDERANDO que, de acôrdo com o projeto em foco, as empresas de atividades rurais não incluidas na enumeração do art. 6.º contribuem com apenas 1% (um por cento) do montante da remuneração mensal paga aos seus empregados e parecendo-nos que tal contribuição poderá ser maior, sem que isto possa de qualquer modo afetar a economia das mesmas, e tendo em vista que a contribuição dos exercentes das atividades rurais discriminadas no citado art. 6.º e de 3% (três por cento) Consideração relativa ao art. 7.º);

CONSIDERANDO ser da maior conveniência, não só para uma proveitosa descentralização de serviço, mas ainda para garantia de um pronto recebimento por parte dos Conselhos Estaduais e das Juntas Municipais das quantias que lhes cabem na arrecadação das contribuições, pelo que devem as respectivas importâncias, ser-lhes diretamente entregues pelos órgãos arrecadadores (Consideração relativa ao acréscimo efetuado na parte final do art. 9.º);

CONSIDERANDO ser de grande significação tornar claro na própria lei que a aplicação das importâncias que couberem às Juntas Municipais devem ser pelas mesmas aplicadas, dada a natureza que devem ter de órgãos executivos (Consideração relativa ao art. 10.);

Esta 1.ª CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA, neste momento em que se discute na Câmara Alta do País assunto de tão elevada significação para as classes agrícolas, qual o da criação do aludido Serviço

Social, vem apelar calorosamente para Vossa Excelência, Sr. Presidente da República, cuja política tem sido sempre a de fortalecimento das entidades representativas da vida econômica nacional e de alto apreço aos que se dedicam às atividades da lavoura e da pecuária, para que Vossa Excelência proporcione todo o apôio a esta justa reivindicação das classes agrícolas do País e adote as providências que julgar aconselháveis no sentido de que tenham aquelas classes a direção e a orientação do Serviço destinado a dar-lhes a assistência social de que tanto necessita o nosso meio rural.

Apresentamos a seguir a Vossa Excelência as modificações que a Conferência julga imprescendíveis sejam efetuadas no projeto de lei de criação do Serviço Social Rural, a fim de que o mesmo atenda às legítimas aspirações do mundo rural brasileiro.

Servimo-nos do ensejo para apresentar a Vossa Excelência a expressão do nosso mais profundo respeito.

a) MARIO DE OLIVEIRA — **Presidente da Confederação Rural Brasileira.**

SUBSTITUTIVOS PROPOSTOS PELA I CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA A DISPOSITIVOS DO PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

AO

Art. 1.º — Fica atribuido a Confederação Rural Brasileira o encargo de criar o Serviço Social Rural (S.S.R.), com personalidade jurídica de direito privado, com sede e fôro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional e será organizado e dirigido nos têrmos da presente lei e na conformidade do Regulamento elaborado pela assembléia geral da Confederação Rural Brasileira, devidamente aprovado pelo Ministro da Agricultura.

AO

Art. 4.º — O S.S.R. será administrado por um Conselho Nacional, órgão de supervisão nacional, coordenador e de planejamento em geral, Conselhos Estaduais, Territoriais, e do Distrito Federal, dotados êstes de autonomia para promover a adaptação dos planos às peculiaridades locais, para o que deverão proceder a estudos das condições geo-econômicas e sociais das respectivas regiões, e Juntas Municipais, com funções executivas nas respectivas jurisdições e dotadas de autonomia para tal fim.

§ 1.º — O Conselho Nacional será constituido:

a) de um Presidente, eleito pela Diretoria da Confederação Rural Brasileira, dentre seus membros;
b) de um representante do Ministério da Agricultura;
c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
d) de um representante do Ministério da Educação e Saúde;
e) de um representante de cada uma das Federações das Associações Rurais e de mais um representante para cada grupo de 30 associados rurais, estas computadas dentro de cada Estado, até o máximo de 5 representantes, sendo todos eleitos, por voto secreto em assembléia geral das respectivas Federações.

§ 2.º — O Conselho Estadual ou de Território Federal ou Distrito Federal, será constituido:

a) de um Presidente, eleito pela Diretoria da Federação das Associações Rurais, dentre seus membros;
b) de um representante da Secretaria de Agricultura ou órgão equivalente;
c) de um representante da Secretaria de Educação, ou órgão equivalente;
d) de um representante da Secretaria de Saúde ou órgão equivalente;
e) um representante de serviço social oficial;
f) de um representante de organizações sociais particulares;
g) de 5 (cinco) representantes eleitos por voto secreto, em assembléia geral da Federação, e demais um representante para cada grupo de 30 (trinta) associações filiadas, eleitos pelo mesmo critério, até o máximo de cinco.

§ 3.º — A Junta Municipal será constituida de um Presidente, eleito pela Diretoria da Associação Rural dentre seus membros; de um representante da Prefeitura Municipal; de 6 (seis) representantes da Associação Rural, eleitos por voto secreto em assembléia geral para tal fim especialmente convocada, sendo efetuada por todos os membros acima indicados, após a respectiva posse, a eleição para integrar a Junta; de um representante do corpo médico do Município; de um membro do professorado local; de um representante de serviços so-

ciais organizados, onde houver; e de dois municípios conhecedores dos problemas locais, sendo um deles de preferência agrônomo, tendo tais membros igualdade de condições com os demais componentes da Junta.

§ 4.º — Os representantes das entidades das classes rurais serão sempre escolhidos dentre filiados de Associações Rurais.

§ 5.º — Para os municípios em que não existir Associação Rural a Administração local do S.S.R. se fará através de um delegado eleito pelo Conselho Estadual ou do Território, e os Estados ou Territórios em que não houver Federação de Associações Rurais a Administração se fará mediante Delegado eleito pelo Conselho Nacional.

§ 6.º — O mandato dos representantes eleitos para os Conselhos Nacional e Estaduais, os dos Territórios ou do Distrito Federal e para as Juntas Municipais inclusive o do Presidente será de três anos, podendo ser renovado uma vez.

AO

Art. 7.º — As empresas de atividades rurais não enquadradas no Art. 6.º desta lei contribuirão para o S.S.R. com 2% (dois por cento) do montante da remuneração mensal paga aos seus empregados.

AO

Art. 9.º — As contribuições devidas ao S.S.R. serão recolhidas na forma, prazo e local que forem determinados no Regulamento, incorrendo o contribuinte, pelo não recolhimento dentro de 30 (trinta) dias do vencimento, além dos juros de mora, na multa de 10% (dez por cento), podendo a sua arrecadação ser atribuida a entidades públicas ou privadas, **as quais entregarão diretamente ao Conselho Nacional, aos Conselhos Estaduais, ou dos Territórios ou do Distrito Federal, e às Juntas Municipais, na proporção estabelecida no art 10.º, o montante das arrecadações que fiserem**. (OBS. A modificação deste artigo consiste no acréscimo da parte sublinhada)

AO

Art. 10.º — O produto das arrecadações será empregado no Município, na proporção de 60% (sessenta por cento) da arrecadação alí efetuada, cabendo tal aplicação às Juntas Municipais, destinando-se o restante, 20% (vinte por cento), para aplicação pelo Conselho Estadual, tendo em vista as zonas menos favorecidas do Estado, e 20% (vinte por cento) pelo Conselho Nacional, obedecido o mesmo critério.

ANEXOS

REDAÇÃO N.º 758-C — 1951

Redação final do Projeto n.º 758-B, de 1951, que autoriza a União a criar uma fundação denominada Serviço Social Rural; projeto este no qual as classes rurais do País aspiram sejam introduzidas as modificações constantes do substitutivo elaborado pela sua entidade máxima representativa a Confederação Rural Brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É criado, subordinado ao Ministério da Agricultura, o Serviço Social Rural (S.S.R.), entidade autarquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fôro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º Constituem patrimônio do S.S.R.

I — A Fazenda Paracatu, no Estado de Minas Gerais, com suas benfeitorias, semoventes e pertences;

II — A quantia de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em moeda corrente;

III — O direito ao recebimento de uma contribuição de 3% e 1% (três e um por cento) sôbre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou juridicas mencionadas nos arts. 6.º e 7.º desta lei;

IV — Os predios rústicos e os semoventes adquiridos pela União em virtude do Decreto-lei n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1938;

V — As doações ou legados que lhe forem feitos e as dotações orçamentárias a êle destinadas.

Art. 3.º O Serviço Social Rural terá por fim:

I — A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida de sua população, especialmente no que concerne:

a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;

b) à saúde, à educação e à assistência sanitária;

c) a incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos, de molde a valorização ruralista e a fixá-lo à terra.

II — Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural;

III — Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;

IV — Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais;

V — Realizar inquérito e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo;

VI — Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relação estatísticas sôbre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.

Art. 4.º O S.S.R. será administrado por um Conselho Nacional e pelos Conselhos Estaduais, dos Territórios Federais e Distrito Federal, dotados êstes da autonomia necessária para promover a execução dos planos, adaptando-os às peculiaridades locais, por intermédio das Juntas Municipais.

§ 1.º O Conselho Nacional será constituido:

a) de um presidente, de livre nomeação e demissão do Presidente da República;

b) de um representante do Ministério da Agricultura;

c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

d) de um representante do Ministério da Educação e Saúde;

e) de um representante da lavoura, de um da pecuária e um da indústria rural, eleitos em Regulamento estabecer.

§ 2.º O Conselho Estadual ou de Território Federal ou do Distrito Federal será constituido de um presidente livre nomeação do Presidente da República, de um representante da Secretaria da Agricultura ou de órgão equivalente, e de um representante da Federação das Associações Rurais, eleito em Assembléia Geral.

§ 3.º A Junta Municipal será constituida por um presidente, nomeado pelo Conselho Estadual, por um representante da Prefeitura Municipal e por um representante da Associação Rural do Município, eleito por voto secreto em Assembléia Geral para tal fim especialmente convocada.

§ 4.º Nos municípios em que não existir Associação Rural, o representante da classe será indicado pela Federação das Associações Rurais, e, na falta desta, pelo Conselho Estadual, ou do Território ou do Distrito Federal.

§ 5.º o mandato dos representantes eleitos para os Conselhos Nacional e Estaduais e para as Juntas Municipais será de três anos, podendo ser renovado.

Art. 5.º O funcionalismo do Serviço Social Rural só poderá ser admitido mediante concurso público de provas, ressalvados os cargos de direção previstos no art. 4.º e o disposto no parágrafo único dêste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão ser admitidos funcionários interinos para exercicios no S.S.R. pelo prazo máximo e improrrogável de um ano.

Art. 6.º É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sôbre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas ou juridicas que exerçam as atividades industriais adiante enumeradas:

1 — Indústria do açúcar;
2 — Indústria de lacticinios;
3 — Xarqueadas;
4 — Indústria do mate;
5 — Extração de fibras vegetais e de algodão;
6 — Indústria de beneficiamento de café;
7 — Indústria de beneficiamento de café;
8 — Extração do sal;
9 — Extração de madeira, resina ou lenha;
10 — Matadouros,
11 — Frigoríficos rurais;
12 — Cortumes rurais;
12 — Olaria.

§ 1.º As emprêsas e estabelecimentos acima mencionados deixarão de contribuir para os serviços sociais e de aprendizagem do comércio e da indústria, regulados pelos Decretos-Leis ns. 9.853, de 13 de setembro de 1946; 9.403, de 25 de junho de 1946; .. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, modificado pelo Decreto-lei n.º 4.936, d e7 de novembro de 1942 e n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946.

§ 2.º Ficam isentos das obrigaçoes referidas neste artigo as indústrias caseiras, o artezanato, be, como as pequenas organizações rurais, de transformação ou beneficiamento de produtos rurais do próprio dono e cujo valor não exceder de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

§ 3.º A sempresas enumeradas no art. 6.º não se eximem de contribuição ainda quando em coperativas de produção.

§ 4.º A contribuição devida por todos os empregadores aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões é acrescida de um adicional de 0,3% (três décimos por cento) sôbre o total dos salários pagos e destinados ao Serviço Social Rural, ao qual será diretamente entregue pelos respectivos órgãos arrecadadores.

Art. 7.º As emprêsas de atividade rural não enquadradas no Art. 6.º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1% (um por cento) do montante da remuneração mensal paga aos seus empregados.

Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição constante dêste artigo as pessoas físicas que explorarem propriedades próprias ou de terceiros, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 8.º As contribuições dos que não possuirem escrituração em forma legal serão calculadas à base do salário mínimo da região, acrescido de 10% (dez por cento).

Art. 9.º As contribuições devidas ao S. S. R. serão recolhidas na forma, prazo e local que foram determinados no Regulamento, incorrendo o contribuinte, pelo não recolhimento dentro de 30 (trinta) dias do vencimento, além dos juros de mora, na multa de 10% (dez por cento), podendo a sua arrecadação ser atribuida a entidades públicas ou privadas.

Art. 10.º A aplicação do produto das arrecadações será de acôrdo com as normas a serem estabelecidas pelo Conselho Nacional, devendo, no entanto ser empregada no município 60% (sessenta por cento) da arrecadação ali efetuada, destinando-se, o restante, 20% (vinte por cento), para aplicação pelo Conselho Estadual, tendo em vista as zonas menos favorecidas do Estado, e 20% (vinte por cento) pelo Conselho Nacional, obedecendo o mesmo critério.

Parágrafo único. As despesas gerais correspondentes a cada um dos órgãos executivos do S.S.R. correrão por conta das quotas de arrecadação atribuidas ao mesmo.

Art. 11.º O S.S.R. é obrigado a elaborar anualmente um orçamento geral, cuja aprovação cabe ao Presidente da República, que engloba as previsões de receitas e as aplicações dos seus recursos e de remeter ao Tribunal de Contas, no máximo até 31 de março do ano seguinte, as contas da gestão anual, acompanhadas de sucinto relatório do Presidente, indicando os benefícios realizados.

Art. 12.º Os serviços e bens do S.S.R. gozam de ampla isenção fiscal, como se fôssem da própria União.

Art. 13.º O Serviço Social Rural entregará a Faeznda Paracatu, com todo o seu rebanho e pertences, para colonização à Comissão do Vale do São Francisco, revertendo o produto da venda ao mesmo Serviço Social Rural.

Art. 14.º O disposto nos Art. 11 e 12 desta lei se aplica ao Serviço Social da Indústria (SESI), ao Serviço Social do Comércio (SESC), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Art. 15.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para satisfazer a dotação prevista no Art. 2.º.

Art. 16.º Será concedido anualmente no Orçamento Geral da União uma verba no valor de Cr$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender às finalidades previstas nesta lei.

Art. 17.º Esta lei entrará em vigor sessenta dias depois da data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, de dezembro de 1951 — GETÚLIO MOURA, Presidente — PAULO SAUL RAMOS. — ARAL MOREIRA — COUTO MELO.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Assembléia Geral Ordinária

(1.ª E 2.ª CONVOCAÇÕES)

São convidados os Senhores Sócios desta Sociedade para a Assembléia Geral Ordinária que, em 1.ª convocação, se realizará na sede social, à Avenida Franklin Roosevelt, 115, 6.º andar, nesta cidade, às 17 horas do dia 19 de janeiro do corrente ano com a seguinte ordem do dia:

a) Leitura do Relatório da Diretoria;
b) Parecer da Comissão de Contas;
c) Eleição da nova Diretoria e do Conselho Superior para o biênio 1953-1955;
d) Interêsses sociais.

Caso não seja atingido o número mínimo previsto nos Estatutos, ficam os Senhores desde já avisados que a Assembléia se realizará, em 2.ª convocação, com qualquer número de sócios presentes, de acôrdo com os Estatutos, no dia 6 do mês de março do mesmo ano, no mesmo local e às mesmas horas.

Arthur Torres Filho — Presidente.

Mais algumas achegas para a história do movimento cooperativo. Um legítimo pioneiro - A cultura do trigo

Fabio Luz Filho
Presidente do C N E C.

Em dois longos artigos há tempos publicados, trouxe subsídios desconhecidos para a imensa maioria dos militantes e doutrinadores do movimento cooperativo brasileiro. Com o presente trabalho procuro focar sob sua verdadeira luz a personalidade de um homem que muito poderia ter feito ainda pelo movimento cooperativo e pela melhoria das condições agrícolas das colônias do Sul do Brasil.

Cidadão russo nascido nos trigais da Ucrânia (os ucranianos preferem a pronúncia -Ucraina), tipo brônzeo e hercúleo com traços de tártaro (os mongois de **Gengis Cão**, com seus exércitos, fundaram três impérios e dominaram extensas regiões úralo-altaicas durante quase 600 anos), **V. P. Cuts** naturalizou-se brasileiro. Era engenheiro-agrônomo formado na Russia czarista, profundo conhecedor da cultura do trigo e da economia rural do Paraná e de Sta. Catarina. A cultura do lúpulo foi também uma de suas preocupações dominantes nas incursões que fazia pelas colônias do Sul. Conseguiu naturalizar-se já em idade madura, razão por que teve inicialmente de recorrer a um emprêgo na estrada de ferro para viver, emigrado que era.

Recebi, pois, com grande tristeza, a notícia de seu falecimento, a mim transmitida, há dias, pelo Dr. **Fredericindo Marés de Souza**, digno diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Paraná.

V. P. Cuts foi um autêntico e sincero pioneiro, um homem que se fez brasileiro como poucos, com duas filhas nascidas no Brasil, uma das quais é hoje médica e reside em Apucarana, no Paraná, segundo fui informado. Integrou-se no sentimento brasileiro e era com amargura que se referia à posição de nosso caboclo nas colônias do Sul, espoliado e miserável, como no resto do Brasil.

Minhas relações com **V. P. Cuts** começaram mais ou menos em 1931, através de cartas, pois **Cuts** lera dois livros meus, e êstes estabeleceram as inevitáveis afinidades de sentir e pensar.

Em "Rumo à Terra" e **"Cooperativismo e colonização"** mais de uma vez me refiro a observações suas, sempre sensatas e com raízes em observações que fazia **in loco** na sua vida de cavaleiro andante. Meu livro **"Rumo à terra"** arrebatou-o, no dizer dêle.

A pedido de **Cuts**, em 1933, quando se criou a "Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista", consegui fôsse êle contratado por Sarandí Raposo, espírito compreensivo de idealista que se impressionou com um relato de **Cuts**, que lhe exibi. Fiz-lhe sentir quão precária seria essa situação; mas Cuts respondeu-me que não se incomodava com o abandono do emprêgo ferroviário, que o esterilizava, pois sempre foi um vexilário do ideal cooperativo e tinha fôrças bastantes para, no caso de um fracasso, lutar fora dos quadros oficiais, pela vida e pelo ideal cooperativo, atitude viril perfeitamente compreensível em quem já conhecera a Sibéria dos tempos imperiais. Continuou, assim, **V. P. Cuts** a propaganda que vinha fazendo por conta própria havia anos, entre as populações rurais do Paraná e de Sta. Catarina, agora, porém, com a fôrça de sua posição oficial, posição que é sempre acatada nas colônias do Sul.

Cuts foi um legítimo batalhador, cheio de entusiasmo e sinceridade, espírito realizador, agrônomo sempre, falando cinco línguas vivas e manejando bem o latim. Uma bela cultura geral e grande cultura especializada.

Presto aqui minha homenagem ao velho e intemerato pioneiro que o serviço público perdeu, relegando a uma vida difícil de funcionário subalterno de uma estrada de ferro um homem de valor excepcional e já idoso, cujas possíveis e compreensíveis falhas e arestas o lapidaria. Sua qualidade de pioneiro e precursor está contida em numerosas páginas que possue em cartas e memoriais, alguns dos quais consegui publicar aqui no Rio, na antiga "Vanguarda", e outros em dois livros meus.

Eis uma de suas primeiras cartas a mim dirigidas em 1932, na qual se colhem elementos históricos bem interessantes, colocando **Cuts** na sua verdadeira posição de um dos pioneiros e precursores do movimento cooperativo no Sul do país e do renascimento da cultura do trigo na dita região.

"Remeto-lhe um memorial que foi composto por mim a pedido do Sr. **M. Ribas**, atual interventou do Paraná. A história dêste memorial é a seguinte: estávamos em correspondência bem viva muito antes do Sr. Ribas ter assumido o alto pôsto que hoje desempenha. Nas suas cartas êle me encorajava para não parar no meio do caminho, mas, sim, resolutamente tomar a peito o cooperativismo agrícola do Paraná. Quando assumiu o cargo de interventor, exprimiu o desejo de me ver e de conversar comigo, pois antes não nos viamos. Na audiência expus os pontos principais, que tanto agradaram ao Sr. Ribas, que me pediu escrevesse memorial detalhado sôbre os assuntos em foco.

"Sendo um pequeno empregado (funcionário) da E. de Ferro, não pude dispor do meu tempo para ir ás colônias e obter informações necessárias a fim de exibir um quadro completo, tanto mais que era preciso convocar reuniões dos agricultores. E, enquanto eu agia nos centros rurais, os interessados se arrojaram a Curitiba, onde, com auxílio de

elementos retrogrados, convenceram o Sr. Ribas, de que o cooperativismo do Paraná não é mais que a propaganda bolchevista, cujo fim principal é não pagar impostos. (O bolchevismo, atualmente, é um espantalho — panacéia contra toda e qualquer iniciativa quando esta fere os interesses do parasitismo comercial principalmente). O resultado foi surpreendente, um paradoxo histórico: **O Dr. A. Camargo** que nunca pensara nos benefícios que poderia dar o cooperativismo, baixou a lei n.º 2.697 de 29 de abril de 1929 e o Sr. **M. Ribas**, receoso da eventual diminuição da renda estadual, revogou a dita lei. **O memorial que lhe envio é o resultado da minha permanência durante 20 anos nas colônias. As cooperativas que eu tinha organizado (14 no Paraná, 2 em Sta. Catarina e uma no Estado de São Paulo)**, assustadas com a revogação da lei protetora, entraram em franca decadência, porque eu, na qualidade de defensor, fiquei na suspeita de ser emissário bolchevista e tinha que me afastar da atividade cooperativista. **A grande cruzada a favor da cultura do trigo que eu fazia no "Lavrador Ucraino", tinha que parar**, porque não foi reconhecida a tal cruzada e milhares de sacas de trigo deixaram de ser expedidas pelas colônias.

" O castigo chegou e bem ligeiro, como pode ver. Um dos pontos principais de que fala o meu memorial é a imunização de produtos agrícolas. **Estou pelejando desde a edição do livro "Imunização de cereais e leguminosas", isto é, desde 1941. Nessa luta foi esclarecido que só as cooperativas, com o seu espírito de coletividade, são capazes de implantar a idéia de que é preciso levantar uma cruzada séria contra insetos daninhos. Por isso eu impunha, organizado esta ou aquela sociedade, que tivessem imunizador para o uso coletivo**, desmanteladas as cooperativas com a prática de não imunizar cereais e leguminosas. Daí resultou que, para não perderem a colheita, os lavradores vendiam a preço vil o seu feijão (Cr$ 8,00 por 60 quilos).

"Digo francamente: **esperava desenvolver a minha atividade tendo em mira um fim especial: ensinar os lavradores brasileiros, inclusive os meus patrícios ucraínos, a cultura com, como era meu tempo no Sul de Ucraína: cada família tomando conta de 25 hectares de terra sem deixar um metro quadrado que não produzisse.** Não tendo recursos, inventei uma espécie de loteria ou seguro onde cada lavrador sócio entraria com 20 mil réis mensalmente, sendo cada mês sorteado um, com obrigação de aplicar o dinheiro auferido nos melhoramentos da lavoura. Tudo ficou interrompido bruscamente. "Escrevendo-lhe esta carta explicativa que vai acompanhar o memorial, peço uma única coisa: dizer-me se o memorial foi lido e determinar o que devo fazer com as cooperativas moribundas. Saúde e fraternidade. Porto União, Sta. Catarina, 17 — outubro — 1932. (a.) Valentim P. Cuts.

E agora o agronomo e o economista esclarecido falando em 1930 sobre o trigo e a suinocultura

"A base da lavoura paulista é o café; o mesmo rumo procuram tomar os lavradores do noroeste paranaense. E o que poderia servir de base na vastíssima região sujeita as geada ? A tal base, por enquanto, não existe, e tomo a liberdade de afirmar que não existe devido a falta de interesse da parte dos dirigentes, porque a continuação da mesma região, o ex-Contestado, pertencente agora a Sta. Catarina, é o maior fornecedor de cereais, vinhos, alfafa, banha, etc., para o Estado de São Paulo. E, naturalmente, é um dos maiores compradores de tudo o que pode oferecer este Estado.

"Em 1930, no auge da animação cooperativista, numa reunião de agricultores, convocados por mim, um dos políticos brasileiros apresentou um projeto: construir um moinho no Porto União para dar escoamento à produção de trigo. A idéia encontrou o apôio geral da reunião e em poucos minutos a cifra das importâncias subscritas para a projetada construção atingiu a 15 mil cruzeiros. **O projeto não se tornou realidade por falta de organização que pudesse levar avante a idéia concebida.**

"Outra fonte de riqueza que poderia servir como alicerces inexpugnáveis para milhares de propriedades rurais, é a **suinocultura.**

"O germe dessa indústria foi trazida da terra gaúcha juntamente com os colonos acostumados naquela terra à cooperação, ao auxilio mútuo, e, se meu plano encontrar um ambiente favorável naquela gente progressista, as possibilidades econômicas ultrapassarão as da terra paulista.

"Entretanto, conhecedor daquelas paragens e das colônias paranaenses, posso afirmar que estas se acham numa condição mais vantajosa do que aquelas: a maioria das colônias possui solo arável e o das margens do rio do Peixe não é arável e nunca o será; é pedregoso em extremo. Daí resulta que a criação de porcos do Paraná poderiam tomar proporções gigantescas, havendo a possibilidade de plantar mandioca e batata doce enquanto a criação de Sta. Catarina exige sustento mais caro, que é o milho.

"O plano da organização local elimina duma vez todos os três empecilhos: **congregados em cooperativas os lavradores adquirirão máquinas necessárias para uso coletivo (já se têm dado tais aquisições nas cooperativas organizadas por mim) a venda em grande quantidade sempre acha comprador; a imunização de produtos, com auxílio moral do Govêrno tornar-se-á uma operação generalizada e indispensavel para cada lavrador.**

"Tomando em consideração que tôdas as colônias grandes do Paraná, como que todos os brasileiros que povoam os lugares entre as colônias se acham situados na região de geadas, pode-se avaliar que perda sofre o Paraná com a falta de organização cooperativista. Regiões como **Prudentopolis, Ivaí, Cândido de Abreu, Yapo, Itapara, Irati, Serro Azul, Rio Claro, Vera Guarani, Antonio Olinto, São Mateus, Guajuvira, Marcelina, Cruz Machado, Santa Barbara e outras menores, no total mais de 200 mil cruzeiros camponios, estão perdendo tempo e estragando o solo em vez de se dedicarem a cultura do áureo grão, o trigo. Nascido, por assim dizer, no trigal, estou estudando aqui a cultura dêste cereal, e quanto mais estudo tanto mais enigmático me pare-**

ce a casa: por que o Brasil, lendo tres estados sulinos com todas os requisitos para a cultura do trigo, importa-o gastando rios de dinheiro? A prática de longos anos me tem a colheita de trigo no Paraná nunca é inferior por hectares à do sul da Ucraina (minha terra natal). Entretanto, o sul da Ucraina alimentava, com seu trigo, durante quase um seculo mais da metade da Europa, e o Brasil depende do favor da vizinha orgulhosa, que nem pensa em retribuir com a compra de produtos brasileiros".

E **Cuts** continua:

"Na qualidade de gente substituto, de carater permanente **lenho** percorrido a enorme extensão da linha férrea **Itararé-Uruguai**, recebendo o despacho de mercadorias de todas as qualidades e estudando, ao mesmo tempo, as possibilidades econômicas que oferecia êste ou aquêle da vasta região. Éste estudo e conhecimento., hauridos na sua fonte nativa, me dão direito a afirmar que a lavoura desta região (dizendo so do Paraná) é um conjunto especifico de anacronismo aliado ao anarquismo, de que resulta que os mesmos produtos e nos mesmos lugares, num pequeno lapso de tempo, podem elevar-se a 500 e mais por cento, baixando tão bruscamente como se elevara".

A imensidade territorial do Brasil e sua infima densidade demografica deixaram perplexo a **André Siegfried**.

"No litoral e na franja imediata, a densidade varia de 11 a 45 habitantes por quilômetros; mas, no interior, desce a 4 e, no centro do país, quase só há um habitante para 4 quilometros quadrados. A população esta de fato agrupado nos Estados ribeirinhos do Atlântico, entre Pernambuco e o Uruguai. O Distrito Federal, os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sao Paulo, com 10% sòmente do território, possuem 43% da população".

"Mesmo nesses Estados, o menor passeio de automóvel, até 40 ou 50 kilometros das grandes cidades, é feito de paizagens imensas, magnificas e vazias".

No Estado de Santa Catarina, percorri, horas sem fim, as margens melancólicas do Rio Negro, vendo apenas planuras imensas tristemente dezertas... Na margem aposta, terra paranaense, espetáculo idêntico, de deserto.

Os campos gerais são, inegàvelmente, belos, alfombras ondulantes que empolgam pela vastidão e pela tonalidade e que arrancaram ao grande **Alberto de Oliveira**, em Ponta Grossa, exclamações de perplexidade. **Leoncio Correia**, poeta altivo, canta-lhes o mavioso bucolismo. Mas, infelizmente, ermos. Longe do espetáculo de dinamismo dos pampas gaúchos.

Hoje, porém a situação é outra, como se sabe. A marcha verde dos cafezais, o afluxo imigratório estão transformando o panorama econômico do grande Estado onde se localizam suábios e holandeses em colonizações nucleares como Guarapuava e Castrolândia, e japoneses com sua disciplina e operosidade; paulistas, nordestinos, mineiros, etc., etc., procuram suas glebas ferazes.

Temos nos trechos acima, o agrônomo especializado com sua visão segura e seu senso prático, que já me revelara em trabalhos anteriores a 1932, no qual se referia à possibilidade dos campos gerais paranaenses e das planuras gaúchas se transformarem em grandes produtores de trigo, descendo das serras coloniais para o trabalho mecanizado.

E **Cuts** prossegue, em outras cartas e artigos de imprensa, nesse mesmo diapasão, seguro do que diz, em arrebatamentos de crente, numa acuidade de visão crítica.

Foi modesto mas impretérrito batalhador. Nesses últimos três anos, na minha vida particular e funcional de calceta intelelectual que mede, aflito, a angustura do tempo para poder estudar e produzir, perdi-o de vista, até que o **Dr Fredericinda Marés de Souza** me comunicou a morte dêle, quando, precisamente, comemorávamos o 30.º Dia Cooperativo Internacional no C.N.E.C. a 14 do mês de setembro próximo passado.

Pobre e esquecido, disseram-me morreu êle, de vez que não mais pude conseguir, como disse, que reingressasse no serviço público, pois já ultrapassara a idade legal para isto.

Deixo aqui, pois, minha homenagem sincera a um valoroso companheiro que tombou na cruzada, esquecido e incompreendido como quase todos os que abraçam, com flama apostolar, uma causa humana e, por isto, nobre...

UMA REUNIAO DE GOVERNADORES E REPRESENTANTES DO CONGRESSO NACIONAL PARA DEBATER O PROBLEMA DA CAPITAL FEDERAL

Goiânia, 24-11-52. — O assunto da mudança da Capital da Republica para o Planalto Central vem interessando, no momento, todo o pais. As classes comerciais e rurais, a primeira na Reunião de Araxá e a segunda na Primeira Conferencia Rural Brasileira, já se manifestaram pela transferência da sede do Govêrno da Republica para o interior. Sôbre o assunto, também se manifestou favoràvelmente o Congresso dos Municipios, recentemente realizado em Santos. E por ultimo o Congresso Nacional aprovou lei regulamentando o dispositivo constitucional concernente ao assunto.

E agora, a propósito, o engenheiro Joaquim Câmara Filho lançou, na Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, de que é presidente, a idéia de uma reunião, em Goiânia, no começo do próximo ano, de Governadores, representantes do Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e entidades de classe, com o objetivo de examinar e debater, em seu meio geo-econômico, o assunto da mudança, que ora se reveste de palpitante atualidade. Declarou o presidente da F. A. R. E. G. que tomou tal iniciativa, por considerar que a solução dêste problema virá beneficiar todo o território nacional, sem distinção desta ou daquela região geográfica, concorrendo para a valorização e rápida aproveitamento das riquezas das zonas rurais, onde se encontram 79% da população brasileira e de cujas atividades depende realmente o soerguimento econômico-social do país, ou melhor, o bem-estar coletivo - (Do correspondente).

SciELO

O preço mínimo do trigo

Na recente I Conferência Rural Brasileira, a questão do preço mínimo do trigo provocou uma manifestação do plenário da importante conclave no sentido de ser o mesmo reajustado, como meio de se manter o estímulo à produção.

Agora, sôbre o mesmo assunto, manifesta-se em discurso, na Câmara Federal que publicamos a seguir, o ilustre deputado Humberto Gobbi:

"O SR. HUMBERTO GOBBI lê o seguinte discurso:

Sr. Presidente: Confirmando informações que adiantei em discurso anterior sôbre a alteração do preço de compra do Trigo Nacional, temos hoje a apreciar, um pouco mais satisfeitos, a nova Portaria expedida pelo Ministro João Cleofas.

Essa nova Portaria, revogando a anterior, estabelece uma melhoria de preços através do valor da sacaria, passando a venda do trigo nacional, a ser considerada como a granel. Foi limitado a 12,00 o valor da sacaria, entendendo-se para saco perfeito, como diz a portaria, ou seja, em boas condições.

Daí, Sr. Presidente, a minha expressão inicial de "um pouco mais satisfeitos", sim, porque não será motivo de pleno regozijo, a melhoria, pela maneira que é concedida. Poderia ter sido mais positiva dando-se o valor, mesmo de 12,00, porém, fixo, incorporado em definitivo ao preço, e não através de indenização da sacaria, que será, inevitàvelmente, objeto de explorações.

Não havia motivos de indecisões ou receios, para conceder esta melhoria, dentro do preço fixo. A balela insuflada pelo grupo dos grandes moageiros, e defendida intempestivamente, por alguns, de que ocorreriam graves consequências, de que seria provocado o aumento de preço da farinha de trigo e do pão, não tem procedência, à vista da existência de meios para manter a estabilidade dos preços da farinha de trigo, diante do contrôle da média obtida com os diferentes preços nas aquisições do trigo estrangeiro.

Concordei com o valor da melhoria de 12,00, como produtor que também sou, considerando-a como um estímulo na atual safra, pois que, nas futuras, haverá outros fatores que influenciarão para uma melhor compensação à lavoura, conforme já acentuei, anteriormente, nesta Casa.

Também devo ressaltar, que o Presidente Vargas concordara com essa melhoria, segundo me manifestou na última audiência, e que ante-ontem asseverei, em aparte, ao nobre Pagnoncelli, no seu contestado discurso por se manifestar contrário a qualquer melhoria, pensamento injusto diante da realidade do custo da produção atual, cujo mínimo é de Cr$ 158,10 por saca de 60 kg., cálculo que considero o mais exato, e que se confirma segundo rigorosa verificação efetuada por Aristeu Machado Veiga, operoso gerente da agência do Banco do Brasil, em Cachoeira do Sul, em virtude de seus amplos conhe-



No recinto da Exposição da II Festa Nacional do Trigo em Júlio de Castilhos, da esquerda para a direita, em primeiro plano: Governador Ernesto Dornelles, Ministro João Cleofas e o Agrônomo Pimentel

cimentos sobre a lavoura naquela região, com especialização das funções desempenhadas.

Sr. Presidente, a modalidade da nova Portaria não é tão satisfatória como parece, pois permite uma série de exigências nas aquisições do trigo nacional, através de discussões sobre o estado da sacaria, promovendo avaliações inferiores a 12,00, constituindo também, obstáculos e atrazos no escoamento da safra. Inevitàvelmente, o produtor será pressionado à sujeição de várias exigências, depois do produto embarcado, e quem precisa do dinheiro, e não tem para onde levar a mercadoria, acaba sendo compelido ao aceite.

Com a Portaria 1.164 completara esse ciclo de confusões, as manobras da representação moageira da Comissão de Compras, favorecendo a existência de um só comprador enfeixado de numerosas procurações, a impor sua vontade, seus desejos, suas prioridades etc., a inteiro contento do truste representado em absoluta maioria, como no caso do Rio Grande do Sul, onde mais de 300 moinhos espalhados pelo interior, dentro das zonas produtoras, são representados apenas por um sindicato que inclui os grandes do litoral, contra 25 grandes moinhos do Centro e Norte do País, representados, todos individualmente, e ainda pelos respectivos sindicatos, num autêntico flagrante de múltipla representação.

Essa outra portaria, Sr. Presidente, traz redações ambíguas e confusas, nos seus artigos 2.º e 3.º, notando-se os apêndices enxertados, pelos quais se percebe, claramente, um excesso de generosidade para com os moageiros internacionais que dominam o Centro e o Norte do País, os quais terão poderes de domínio nas decisões, por ventura precisas pela sua preponderante maioria, com prejuízo nos direitos dos pequenos moinhos do interior e dos triticultores.

Nesse lamentável procedimento inadvertidamente, parece, praticado pelo Serviço de Expansão do Trigo, houve o clamoroso erro da inacreditável omissão da representação dos triticultores, como *se o produtor do trigo nacional não fosse a parte mais importante, em assunto que lhe diz respeito, diretamente, a venda do seu produto!*

Sr. Presidente, nas minhas insistentes intervenções nestes últimos dias, junto ao Ministro Cleofas e ao Serviço de Expansão do Trigo, em virtude das reclamações que ouvi na minha recente presença em Carazinho e na II Exposição Nacional do Trigo, em Júlio de Castilhos, esclareci amplamente, todos esses inconvenientes, e o Ministro Cleofas me prometeu uma solução, tendo mesmo recomendado, pessoalmente na minha presença, ao Serviço de Expansão do Trigo, para que fosse verificado este assunto da Portaria da Comissão de Compras, enquanto que era autorizada a suspensão do seu funcionamento.

Não existem motivos, para essa formalidade, nas aquisições do trigo nacional, porque o próprio Serviço de Expansão do Trigo dispõe de leis especiais para tal fim, bastando apenas que sejam cumpridas, para que os moinhos de trigo se vejam obrigados a comprar todo o trigo nacional, na forma que fôr ditada.

Acredito, pois, que o Ministro Cleofas, incansável que tem sido nessa campanha da produção do trigo nacional, do que sou testemunha, revogará tão antipática idéia, ou melhor, tão esquisita Portaria, ou então, que será de imediato, incluído o pleno direito inconteste, de cada um dos moinhos de trigo do interior, e de cada uma das zonas de produção de trigo nos Estados do Rio G. do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Acredito também, Sr. Presidente, que não haverá objeções por parte do truste moageiro, incluído que está, na Portaria, com a representação de



A comitiva ministerial nos trigais de Carásinho — Rio Grande do Sul — quando de regresso da Exposição de Júlio de Castilhos.

cada um dos seus moinhos e mais a do seu sindicato, diante dessa justa defesa de direitos do pequeno moinho do interior, e da prioridade de direitos do triticultor nacional.

Se é que há, em realidade, cooperação à campanha do trigo nacional pelo truste moageiro, como faz crer com o melhor "comunicado" divulgado pela imprensa, e também pela recente divulgação de fotografia com legenda, festejando o primeiro descarregamento de trigo nacional, da presente safra, não existirão conseqüências desagradáveis, de espécie alguma, tanto nas compras do trigo como na retificação ou mesmo revogação da Portaria em causa.

Sr. Presidente, continuo ao lado do Ministro Cleofas, na linha de batalha do trigo nacional, pois tive a absoluta convicção, de que, assoberbado com o volumoso e sempre crescente expediente da sua grande Pasta, S. Excia. não percebeu os clamorosos erros da Portaria 1.164, quando devia ter sido esclarecido, na ocasião devida, por quem de direito.

Os produtores de trigo nacional das várias regiões dos três Estados do Sul, e os numerosos e pequenos moinhos do interior, dos mesmos Estados, partes integrantes daqueles, nessa grande comunidade produtora, como beneficiadores (e também como produtores em muitos casos), no local da própria produção, não poderão ficar alheios ou ausentes a qualquer movimento que diga respeito ao trigo nacional.

Sr. Presidente, confirmando o que acabo de expôr, passo a lêr, o seguinte noticiário do Correio do Povo, de Pôrto Alegre, de 4 do corrente:

"RECLAMAM AINDA UM REAJUSTAMENTO DO PREÇO MINIMO DO TRIGO NACIONAL

Carazinho, 30 (C. P.) — Conforme vem sendo veiculado pela imprensa, o preço vigorante para o trigo nacional não agradou aos triticultores, que se batem por outro, mais compensador. Nesse sentido, a diretoria da Associação Serrana de Triticultores dirigiu ao Ministro da Agricultura, o seguinte telegrama: — "Ratificando reivindicações formuladas na oportunidade da honrosa visita de V. Ex.a a esta cidade, em nome dos produtores de trigo de Carazinho e de tôda a região abrangida, por esta associação classista, solicitamos atender os justos reclamos dos triticultores, reajustando o preço mínimo, sem receio de encarecimento do custo de vida, pois, o preço tabelado para a farinha comporta amplamente um aumento até trinta cruzeiros por saco de trigo em grão. Efetivamente, na última safra os moinhos chegaram a pagar cento e noventa cruzeiros, posto na estação ferroviária, e nessa base obtiveram tabelamento da farinha a duzentos e quarenta e cinco cruzeiros, portanto, o preço atual favorece apenas aos moinhos em detrimento dos produtores e sem vantagem para os consumidores. A desconsideração assunto por parte do Govêrno acarretaria desastrosas conseqüências à campanha nacional do trigo que passaria à história econômica do Brasil como melancólica tentativa frustrada. V. Ex.a teve ocasião de



O Sr. Ministro João Cleofas nos trigais de Carasinho, já de regresso a Julio Castilhos, na sua recente visita ao sul do país

constatar o entusiasmo e a audácia dos pioneiros que estão substituindo nas coxilhas a barba de bode por trigais emancipadores; entretanto, com pesar podemos assegurar-lhe reinar aqui desassossêgo e expectativa iminente de desalento total, em virtude da atual tabela de preços não ser compensatória e dos enormes riscos da cultura e preços ascencionais de fertilizantes máquinas e combustiveis. Outro motivo da intranquilidade dos produtores constitui a organiza oficial, segundo a imprensa, da comissão coordenadora das compras, que, na prática, equivale à liquidação da livre concorrência na aquisição do trigo por parte dos moinhos. Formulando patético apêlo ao patriotismo que inspira V. Ex.a, apresentamos respeitosas saudações". Identicos despachos foram enviados ao Presidente da Republica, Deputados Federais Luiz Campagnoni e Humberto Gobbi, Secretário da Agricultura, Presidente da Assembléia Legislativa e aos Deputados Leonel Brizola, Romeu Sheibe e Hermuth Closs".

Era o que tinha a dizer (*muito bem, muito bem*).

O SR. PAULO RAMOS — Deverá ser inaugurada no dia 7 deste a primeira Exposição de Trigo no Estado de Santa Catarina — cidade de Joaçaba.

O certamen pelo fato do nosso Estado ser o segundo grande produtor dêsse cereal terá significado nacional e contará com a presença do Senhor Ministro João Cleofas, do governador Irineu e de autoridades federais e estaduais.

Essa Primeira Exposição Estadual de Trigo será instalada no espaçoso armazem que está sendo construido pelo Serviço de Expansão do Trigo, com a cooperação da Secretaria da Viação, Obras Publicas e Agricultura do Estado.

O local escolhido, nas imediações da estação ferroviária de Joaçaba e a poucos metros do centro urbano terá "stands" em número suficiente para comportar mostruarios de produtos da lavoura e da indústria catarinense, relacionados com a triticultura, além de oferecer lugar suficiente para cinema educativo, conferências, etc., sendo que as palestras de cunho eminentemente prático serão levadas a efeito em propriedades agricolas nas proximidades da florescente cidade do vale do Rio do Peixe.

O certame de Joaçaba, que desperta o interesse do País, a julgar pelos pedidos de informações diariamente chegados ao Serviço de Expansão do Trigo e à Prefeitura Municipal de Joaçaba, será um dos maiores ultimamente realizados entre nós, exibindo o que há de mais moderno em maquinaria para trabalhar com o precioso cereal, não excluindo adubos e outros produtos com aplicação na lavoura da graminea.

O Serviço de Expansão do Trigo fará armar junto à Exposição um silo metalico, pré-fabricado com capacidade para 1°550 sacos, silo esse facilmente montavel e desmontavel, o que o referido Serviço vende a vista ou em prestações, bastando uma entrada de 25% do valor da operação.

Tecnicos do Serviço de Expansão do Trigo prestarão aos visitantes da Exposição quaisquer esclarecimentos sôbre o funcionamento do silo, sistema de conservação de trigo e outros cereais hoje generalizado desde os paises mais adiantados até os menos providos de recursos, mas que se empenham vivamente pelo progresso da sua agricultura.

Sr. Presidente, ao anunciar desta tribuna a inauguração da Primeira Exposição Estadual do Trigo em Santa Catarina, congratulo-me com o Senhor Ministro João Cleofas, com as autoridades e produtores catarinenses na certeza de que os brasileiros que habitam aquelas glebas sulinas estão patrioticamente colaborando no sentido de nossa libertação econômica e de darem à familia como alimento básico o pão nosso de cada dia com trigo genuinamente produzido no Brasil. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. WALDEMAR RUPP (*Não foi revisto pelo orador*).

Sr. Presidente, desde há muito que a fixação de preço minimo para o trigo nacional, pela sua larga repercussão no êxito da batalha do trigo, vem preocupando os meios interessados.

Disso nos dá noticia, entre outros fatos, a campanha sustentada pelo nobre Deputado Compagnoni, do Rio Grande do Sul e os debates nesta Casa, como tivemos exemplo na penúltima sessão quando os representantes do sul puseram em evidencia a gravidade do assunto.

Entretanto, tenho a satisfação de comunicar neste instante, a exemplo do que já o fez o nobre colega Sr. Humberto Gobbi, que o Ministro da Agricultura vem de assinar recente portaria, reajustando o preço do trigo em bases que, no momento são compensadoras e em equilibrio com a elevação do custo das demais utilidades.

Nestas circunstâncias, a par das minhas congratulações com o Sr. Ministro da Agricultura pela prática de tão auspicioso ato, desejo também emprestar minha solidariedade ao Sr. Deputado Humberto Gobbi no que se refere à necessidade de participação dos representantes dos moinhos dos Estados sulinos e dos produtores de trigo na comissão coordenadora de compras, criada recentemente por portaria ministerial. (*Muito bem; muito bem*).

REVENDA DE MATERIAL PELAS ASSOCIAÇÕES RURAIS

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu do Presidente da Confederação Rural Brasileira oficio transmitindo-lhe a seguinte comunicação do Presidente da Comissão Permanente de Revenda de Material, do Ministério da Agricultura:

"Senhor Presidente.

De ordem do Exmo. Sr. Ministro tenho a máxima satisfação de comunicar a V. Excia. que esta Comissão observará dóravante a resolução aprovada na 1.ª Conferência Rural Brasileira, no sentido de que êste Ministério sòmente venda às Prefeituras o material destinado aos seus próprios serviços, não lhes sendo permitido proceder à revenda do mesmo a agricultores e criadores, a que sòmente será feita diretamente por esta Comissão ou por intermédio das Associações Rurais já existentes.

Atenciosas saudações. (Ass.) CID HOLLANDA TAVORA — Presidente".

Confederação Rural Brasileira

Relatório apresentado pelo Presidente, Dr. Mário de Oliveira, à assembléia geral ordinária de 15 de Dezembro de 1952

INTRODUÇÃO

Prezados companheiros.

Em cumprimento a dispositivo estatutário, temos a honra de apresentar-vos o primeiro relatório anual da Confederação Rural Brasileira, acompanhando-o a nossa prestação de contas, com o respectivo parecer da Comissão Fiscal. É um trabalho sucinto no qual esforçamo-nos em condensar toda a vida da nossa entidade de classe no seu primeiro ano de existência.

É bem de ver que falhas existem, e não pequenas elas devem ser levadas à conta da nossa própria deficiência pessoal e, por que não dizê-lo, também dos inevitáveis óbices, que sempre se antepõem nos primeiros passos das novas organizações. Fomos obrigados a dispender apreciável esfôrço para, na medida do possível, dar à novel entidade a indispensável vitalidade, mau grado a falta de recursos contra que lutamos.

Contamos é certo, com o precioso concurso de alguns dedicados companheiros, sendo justo que destaquemos a ajuda inestimável que nos trouxeram os nossos primeiros Secretário e Tesoureiro, Dr. João Maurício de Medeiros e Rubens de Campo Farrula, com os quais, pelas próprias funções que desempenham na Diretoria, mantivemos permanente contato.

Ainda consignamos, com especial satisfação, a acolhida cordial que invariàvelmente nos dispensaram as autoridades federais, no trato dos numerosos problemas que frequentemente nos levavam à sua presença. Tanto o Exmo. Sr. Presidente da República e o Senhor Ministro da Agricultura, quanto os dirigentes dos órgãos governamentais com que mantivemos contáto, demonstraram sempre o mais elevado apreço a nossa Confederação Rural.

I — FUNDAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

É desnecessário, nesta oportunidade, historiar nos seus pormenores todos os movimentos que, desde longa data, vinham se processando no sentido da criação de um órgão central, de caráter nacional, que congregasse o associativismo rural do país.

Esforços ingentes, nesse sentido, foram dispendidos por saudosos brasileiros já desaparecidos do nosso convívio e seguidos por novos líderes imbuídos do mesmo entusiasmo patriótico.

A veterana e benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, constituiu, desde o início e até a fase final, o centro donde irradiaram as idéias e as iniciativas visando a organização do associativismo rural.

A 30 de maio de 1945, o eminente Chefe do Govêrno, Sr. Getulio Dornelles Vargas, promulgou o Decreto-lei nº 8.449, que deu organização à classe rural do país. Esse diploma legal foi pouco depois substituído pelo Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro do mesmo ano, fruto de novas sugestões que melhor atendiam às aspirações dos homens do campo.

Situações especiais, independentes da vontade da classe agrária, retardaram, por alguns anos, a objetivação do acalentado sonho da fundação da Confederação Rural Brasileira, até que em 28 de agosto de 1951 reuniam-se na sede da Sociedade Nacional de Agricultura autorizados representantes dessa entidade e das Federações Rurais dos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de São Paulo e do Maranhão, todas devidamente reconhecidas nos têrmos do Decreto-lei nº 8.127 e na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 19.882, de 24 de outubro de 1945, e deliberaram convocar, para o dia 26 de setembro do mesmo ano, uma reunião das Federações Rurais e da Sociedade Nacional de Agricultura, com a finalidade de fundar a Confederação Rural Brasileira, discutir e aprovar os seus Estatutos, bem como eleger a sua primeira Diretoria e outros órgãos deliberativos.

No dia designado, reuniam-se na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, às 15 horas, os delegados credenciados das Federações Rurais dos Estados do Rio de Janeiro, Pará, Paraíba, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Goiás, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, Distrito Federal e da Sociedade Nacional de Agricultura. Em duas sessões de Assembléia Geral de Fundação, foram discutidos e aprovados os Estatutos da Confederação e a 27 de setembro foi eleita e empossada a sua primeira Diretoria e demais órgãos, que ficaram assim constituídos.

Diretoria

Presidente — Mário de Oliveira
1º Vice-Presidente — Alkindar M. Junqueira.
2º Vice-Presidente — Josaphat Macedo
3º Vice-Presidente — Lauro Borba
1º Secretário — João Maurício de Medeiros.
2º Secretário — Julio Ferreira da Silva
1º Tesoureiro — Rubens Farrula
2º Tesoureiro — Kurt Repsold.

Diretores Técnicos

1 — Acácio Gomes
2 — Aldaro Cavalcanti
3 — Clovis Salles Santos.
4 — Francelino Bastos França
5 — Manoel Carlos Ferraz de Almeida
6 — Manoel Neto Campello Jr.
7 — Miguel Matiskey.
8 — Oscar Daudt Filho.
9 — Raul Cardoso de Mello Fº.
10 — Silvio Echenique

Comissão Fiscal

Efetivos:

1 — Adamastor Lima
2 — Armênio da Rocha Miranda
3 — Rafael Xavier

Suplentes:

1 — Arthur Oberlaender Tiban
2 — Ernani Guarita Cartaxo.
3 — Ricardo Rochfert Junior.

Conselho Superior

1 — Agenor Barbosa de Almeida
2 — Alberto Prado Guimarães.
3 — Apolônio Salles
4 — Arthur Torres Filho.
5 — Clotário Menna Barreto.
6 — Demóstenes Silvestre Fernandes
7 — Edgard Teixeira Leite.
8 — Gentil Nascimento.
9 — Guilherme Telles Gouveia
10 — Helio Rubens Junqueira Caldas.
11 — Ivo Leão.
12 — João Brito Jorge.
13 — Joaquim Câmara Filho.
14 — José Loureiro da Silva.
15 — José Reis Ferreira
16 — José Salgado Martins.
17 — Juvenal Lamartine de Farias
18 — Kotaro Tuji
19 — Laudelino Barcelos.
20 — Lauro Fortes Bustamante
21 — Lauro Pires Xavier.
22 — Marcial G. Terra.
23 — Mario Rolim Telles.
24 — Ormeo Junqueira Botelho.
25 — Paulo da Silva Fernandes.
26 — Rui Alves de Camargo.
27 — Rui Bernardo C. da Cunha
28 — Silvano Alves da Rocha Loures
29 — Souzivo Vieira da Silva
30 — Waldemar Rupp.

Titulares da Confederação Rural Brasileira

Patrono — Dr Getulio Dornelles Vargas.
Presidente de Honra — Prof. Arthur Torres Filho.
Benemérito — Dr. Luiz Simões Lopes
Benemérito — Dr Iris Meinberg

Na memorável assembléia de fundação da Confederação Rural Brasileira, foram homenageados, pelo voto unânime da classe, os eminentes brasileiros Dr. Getulio Dornelles Vargas, a quem foi conferido o título de Patrono da entidade; o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente de Honra, e os Drs Luiz Simões Lopes e Iris Meinberg, Beneméritos.

A Diretoria eleita, os membros dos demais órgãos da administração e os delegados presentes, acompanhados do ilustre Ministro da Agricultura, Dr. João Cleofas, realizaram a 28 de setembro uma visita ao Sr. Presidente da República, ao qual deram conhecimento da fundação do órgão máximo da classe rural brasileira, bem como da sua aclamação para seu Patrono

2 — REGISTRO E RECONHECIMENTO DA CONFEDERAÇÃO

Constituiu a nossa primeira preocupação, como é óbvio, dar, tão pronto quanto possível, forma legal à Confederação recem-fundada

Para isso providenciamos o seu registro em Cartorio, dando-lhe, assim, a indispensável personalidade jurídica e posteriormente promovemos o seu reconhecimento no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, conforme determina o Decreto-lei n.º 8 127

O registro foi efetuado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartorio Linhares), sob o n.º 1 871, Livro A-1, e o reconhecimento pelo Ministério da Agricultura realizou-se mediante a Portaria n.º 1 211, datada de 28 de novembro de 1951.

3 — SEDE DA CONFEDERAÇÃO

Já na memorável assembléia de fundação da nossa entidade de classe, a Sociedade Nacional de Agricultura ofereceu-nos os seus locais para sede provisória da Confederação Essa simpática atitude da nossa filiada, aceita com alegria, tem-nos permitido viver em local condigno e sem os ônus decorrentes de alugueis que nossas magras finanças não suportariam Não só as salas para a nossa instalação cedeu-nos a Sociedade Nacional de Agricultura, mas também a ajuda preciosa de seu pessoal e a utilização do seu material de escritório, como móveis, máquinas de escrever ,etc. Essa solidariedade tem sido, para nós, de inestimável valia. Entretanto essa situação não se pode prolongar indefinidamente Os nossos serviços crescem dia a dia, exigindo mais amplas instalações e pessoal adequado

Conforme é do conhecimento geral, a Sociedade Nacional de Agricultura está construindo um majestoso edifício na Capital da República e o seu Presidente, o ilustre Dr. Arthur Torres Filho, tomou a iniciativa de colocar à disposição da Confederação Rural Brasileira um andar inteiro do novo prédio, com a area util de 300 metros quadrados, e cujas obras vão adiantadas. Submetemos tão nobre oferecimento à apreciação e resolução da nossa Diretoria, que autorizou a sua aceitação, ficando para serem acertadas, posteriormente, as condições de locação Em consequência e dada a fase em que se encontrava a construção, tivemos que projetar, imediatamente, as subdivisões, de acôrdo com as necessidades do desenvolvimento dos nossos serviços.

E assim que já estão levantadas as paredes divisórias das diversas salas como gabinete da presidencia, secretaria, tesouraria, reuniões, etc Ficaremos, ainda, com a faculdade de utilizar os grandes recintos previstos no prédio, como salões de assembléias, conferências, cinema, etc

Afigura-se-nos que, desta forma, teremos solucionado o problema da nossa futura sede com a colaboração inestimável da Sociedade Nacional de Agricultura, à qual, nesta oportunidade, consignamos os nossos reiterados agradecimentos. Restará, sem dúvida, obtermos os recursos, para atender às ponderáveis despesas com as instalações fixas que ainda devem ser realizadas, bem como com o mobiliário, decorações, material de escritório, pessoal, etc.

4 — CONTRIBUIÇÕES

Convocada pelo Presidente, realizou-se a 28 de setembro, a primeira reunião de Diretoria, com a seguinte Ordem do Dia;

Fixação da jóia e das contribuições devidas pelas entidades filiadas, de acôrdo com o que estabelece o Art. 6.º dos Estatutos.

Após demorados debates, foram fixados, ad referendum do Conselho Superior, as seguintes contribuições:

a) Jóia: Cr$ 5.000,00;
b) Anuidade:
1 — Parte fixa — Cr$ 6.000,00;
2 — Parte variável — Cr$ 200,00 para cada Associação rural filiada, além de 30.

As anuidades, nas suas partes fixa e variável, serão pagas em prestações trimestrais.

5 — REUNIÕES DE DIRETORIA

Desde o início da nossa gestão, ficou assentado que se realizariam duas reuniões mensais de Diretoria, fixando-se, para êsse fim, a primeira e a terceira quartas-feiras de cada mês. Nessas condições, ficaram automaticamente convocadas 29 reuniões, desde a fundação da Confederação até a data da presente Assembléia Geral Ordinária. Infelizmente efetivaram-se, realmente, apenas 9 reuniões.

Motivos diversos concorreram para esse fato, destacando-se a particularidade da maior parte dos Diretores residir fora do Distrito Federal, vários dêles em Estados distantes.

Acresce, ainda, que, sendo a Diretoria constituída de 18 membros, e exigindo-se, como é habitual, a presença de maioria para o seu regular funcionamento, aumentadas ficaram as dificuldades pois tornava-se indispensável o comparecimento de, pelo menos, 10 Diretores.

É desnecessário comentar quão penosa se tornou para essa Presidência a falha que acabamos de apontar. Se de uma parte, muitas resoluções só podem ser tomadas mediante aprovação da Diretoria, que ficam retardadas se esta não se reune, de outra parte, a direção executiva priva-se do contáto, sempre útil, com os seus colegas.

A Assembléia Geral Extraordinária, convocada na forma estatutária e realizada a 11 de outubro do corrente ano, felizmente sanou a maior dificuldade existente ao deliberar que a Diretoria da Confederação funcionará legalmente com presença de apenas um têrço e mais dos seus membros. Acreditamos que com essa acertada medida poderemos realizar reuniões mais amiudadamente.

É justo e desejamos, nesta oportunidade, ressaltar o esfôrço que vários companheiros residentes em São Paulo, reiteradamente fizeram, viajando para esta Capital a fim de participar dos nossos trabalhos.

6 — AÇÃO JUNTO AOS PODERES PÚBLICOS

Quase diàriamente chegam à nossa Secretaria pedidos, ora de uma, ora de outra filiada, solicitando a interferência da Confederação junto aos poderes públicos no sentido de obter soluções para assuntos do seu interêsse que dependem das autoridades ou órgãos governamentais.

Sempre procuramos atender com presteza a todos êsses numerosos apelos. De outra parte, reiteradas vêzes, fomos chamados a interferir na solução de amplos e graves problemas interessando à economia de extensas regiões do país. Estamos certos de que nesse setor de atividades está reservado relevante papel à Confederação, que poderá prestar inestimáveis serviços à classe rural que mourejа no interior, longe do contáto com as autoridades da Capital da República.

Sem pretender detalhar a nossa ação nesse particular, faremos apenas referência ao caso do agave do Nordeste. Aflitiva era a situação dos lavradores que se dedicam à cultura dessa planta têxtil, especialmente no Estado da Paraíba, onde o seu cultivo tomou um grande desenvolvimento a ponto de representar um dos maiores esteios da economia daquela unidade da União. A Federação Rural paraibana enviou-nos os elementos preciosos que nos possibilitaram levar ao Senhor Presidente da República uma minuciosa exposição da real situação em que se encontravam os agavicultores nordestinos, formulando-se ao mesmo tempo, as bases de preço mínimo e as condições de aquisição por parte da Comissão de Financiamento da Produção. Posteriormente viajaram para o Rio de Janeiro diversos delegados da FAREPA, acompanhados de um representante do Governador do Estado. Em conjunto desenvolvemos útil trabalho, inclusive em contáto direto com o eminente Presidente Getulio Vargas. De tôdas essas iniciativas redundou o atendimento integral do que era pleiteado no memorial que havíamos apresentado ao Chefe da Nação e consequente satisfação plena dos angustiosos anseios dos cultivadores de agave.

7 — ENTIDADES FILIADAS

Acham-se atualmente filiadas à **Confederação Rural Brasileira**, as seguintes entidades:

1 — Sociedade Nacional de Agricultura.
2 — Federação das Associações Rurais do Pará.
3 — Federação das Associações Rurais do Maranhão
4 — Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Norte.
5 — Federação das Associações Rurais do Ceará.
6 — Federação das Associações Rurais da Paraíba.
7 — Federação das Associações Rurais de Pernambuco.
8 — Federação das Associações Rurais de Sergipe.
9 — Federação das Associações Rurais do Piauí.
10 — Federação das Associações Rurais da Bahia.
11 — Federação das Associações Rurais de Goiás.
12 — Federação das Associações Rurais do Espírito Santo.
13 — Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro.
14 — Federação das Associações Rurais de Minas Gerais.
15 — Federação das Associações Rurais de São Paulo.
16 — Federação das Associações Rurais do Paraná.
17 — Federação das Associações Rurais de Santa Catarina
18 — Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Já é sobremodo auspicioso o elevado número de Associações Rurais existentes no país, devidamente registradas no Ministério da Agricultura.



Em 26 de novembro próximo passado elas totalizavam 626 entidades municipais, assim distribuídas:

Territorio do Acre	1
Estado do Amazonas	1
Estado do Pará	11
Estado do Maranhão	24
Estado do Piauí	35
Estado do Ceará	75
Estado do Rio Grande do Norte	34
Estado da Paraíba	13
Estado de Pernambuco	110
Estado de Alagoas	4
Estado de Sergipe	36
Estado da Bahia	18
Estado do Espírito Santo	14
Estado do Rio de Janeiro	46
Estado de Minas Gerais	57
Estado de São Paulo	54
Estado do Paraná	20
Estado de Santa Catarina	43
Estado do Rio Grande do Sul	36
Estado de Goiás	26
Estado de Mato Grosso	9

É oportuno e de justiça aqui destacar a atividade benéfica que vem desenvolvendo o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, a cuja frente se encontra o grande batalhador pelo associativismo rural no Brasil, engenheiro agrônomo Antônio Arruda Câmara, no sentido de assistir e orientar os homens do campo, grupando-os em tôrno de Associações Rurais, as verdadeiras células de todo o organismo associativista agrário do país.

8 — REPRESENTAÇÃO EM ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA

É altamente desejável que a nossa Confederação participe dos trabalhos e resoluções de todos os órgãos consultivos ou deliberativos governamentais. Se essa participação aumenta sobremodo a nossa responsabilidade perante a coletividade rural do país, tem a ponderável vantagem de ensejar que se leve a êsses órgãos o nosso pensamento e as nossas reivindicações. Até o momento a Confederação possui representantes nos seguintes Conselhos e Comissões de âmbito nacional:

1 — Comissão Nacional de Política Agrária.
2 — Comissão de Desenvolvimento Industrial.
3 — Comissão de Financiamento da Produção.
4 — Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Os nossos credenciados representantes junto a todos êsses órgãos, têm sido particularmente assíduos às suas reuniões e bem apreciáveis são os bons serviços por êles prestados à comunidade agrária do país.

Nem sempre foi possível fazer valer os nossos pontos de vista, nos variados assuntos que tem sido motivos de debates e resoluções, porém nunca afalhou a contribuição leal e patriótica dos nossos delegados visando o maior acêrto na solução dos magnos problemas levados a debate.

9 — RECURSOS

A Confederação tem custeado, até agora, as suas despesas, com as contribuições das entidades filiadas, cujo montante anual não atinge a Cr$ 120.000,00, abstração feita do produto resultante do pagamento de jóias, recolhidas, como é natural, uma única vez. Os recursos acima referidos são por demais exíguos. Não fora a prestimosa colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura, conforme já acentuamos, muito mais precária seria a nossa situação.

É, entretanto, necessário e urgente que a Confederação Rural Brasileira seja condignamente instalada em sede adequada, onde possa organizar e manter os serviços administrativos e técnicos, que lhe são peculiares, e cuja inexistência vem constituindo o maior entrave ao acurado estudo dos numerosos problemas que nos assoberbam, e, conseqüentemente, reduzindo a própria eficiência da entidade.

Embora tenhamos apenas pouco de mais de um ano de existência, é por demais chocante a disparidade da nossa situação em relação às organizações congêneres do comércio e da indústria. Esse estado de cousas tem sido motivo de nossa permanente preocupação.

Considerando que muitas das nossas confederadas encontram-se em situações semelhantes, ocorreu-nos procurar recursos, suficientemente amplos, em possíveis taxas que poderiam ser criadas em benefício do associativismo rural do país. Foi assim que pensamos, em primeiros lugar, na instituição da taxa de 1% sôbre os direitos alfandegários arrecadados pela União, incidindo sôbre a importação de produtos de origem vegetal e animal. Segundo os cálculos então realizados, essa medida redundaria em uma renda anual de aproximadamente, quarenta milhões de cruzeiros. Essa quantia, mediante percentagens a serem fixadas, seria atribuída à Confederação, às Federações e às Associações Rurais.

Não tardou que objeções várias, nos fossem apresentadas por entendidos na matéria que tomamos a iniciativa de consultar, destacando-se o fato de existirem numerosos acôrdos ou ajustes comerciais firmados pelo nosso govêrno, bem como compromissos outros de ordem internacional, que impediam a instituição de uma taxa da natureza que imagináramos.

Volvemos, então, as nossas cogitações para um adicional mínimo recaindo sôbre o impôsto de consumo que incide sôbre bebidas em geral, fumos, cigarros, etc.. Nêsse sentido, com a colaboração de um técnico especializado, foi organizado um meticuloso projeto de Lei que, ouvidos os órgãos competentes desta Confederação, seria encaminhado a quem de direito. Estávamos com o trabalho ultimado quando fomos colhidos com a remessa, por parte do Executivo, de uma mensagem acompanhada de projeto de Lei à Câmara dos Deputados, precisamente criando adicionais, então de vulto apreciável, ao impôsto de consumo sôbre os mesmos produtos, com finalidade, sem dúvida, de grande interesse nacional.

É óbvio que em tal situação, ficamos impossibilitados de tomar iniciativa paralela. De outra parte, o ilustre Ministro da Agricultura, Senhor João Cleophas, tomou a iniciativa de encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, uma Exposição de Motivos pedindo a abertura de um crédito especial de um milhão de cruzeiros, quantia que seria destinada à instalação material e condigna da Confederação Rural Brasileira.

Essa iniciativa amiga, infelizmente, ainda não surtiu qualquer efeito e, possivelmente o respectivo processo encontra-se na dependência de estu-

dos de outros órgãos governamentais. Fica, assim, sucinta e lealmente exposta a nossa real situação, no que tange aos recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento das atividades da Confederação.

Bem se vê que nada logrou esta Presidência. Entretanto continuamos a considerar o problema como sendo da maior gravidade.

Confiamos muito que desta Assembléia surjam sugestões que permitam levá-lo a bom têrmo.

10 — DONATIVO

O artigo 34, letra c), dos nossos Estatutos, faculta-nos receber subvenções, auxílios, donativos, legados, etc. A primeira contribuição que nos chegou, sob essa forma, partiu da nossa prestigiosa filiada, a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, que nos doou a importância de Cr$ 50.000,00. Esse gesto de solidariedade da FARESP sensibilizou-nos sobremodo e permitiu que atendêssemos compromissos diários e inadiáveis. Aqui ficam consignados os nossos agradecimentos à dinâmica confederada.

11 — REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR

A 7 de outubro do ano em curso, realizou-se a primeira reunião do Conselho Superior, com a presença de numerosos Conselheiros.

Na forma estatutária, foram submetidas à sua deliberação vários assuntos, destacando-se a filiação de nossas Federações e a proposta orçamentária para o exercício financeiro vindouro, que foi aprovada, sendo estimada a receita normal em Cr$ 135.000,00 e a despesa em Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros).

Aproveitamos essa oportunidade para dar conhecimento àquele órgão superior da Confederação, das principais ocorrências verificadas desde a sua fundação.

12 — ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A experiência colhida durante o primeiro ano de funcionamento da nossa entidade de classe, indicou que o rigoroso cumprimento de alguns dispositivos dos Estatutos, ou omissões existentes, dificultavam o regular andamento dos nossos trabalhos.

Muito sàbiamente o artigo 49 dos Estatutos aprovados pela Assembléia Geral de Fundação, previu a possibilidade de sua revisão, decorrido um ano. E, ainda na forma do mesmo artigo, a Sociedade Nacional de Agricultura sugeriu as alterações que se tornavam necessárias, o que nos deu o ensejo de convocar uma Assembléia Geral Extraordinária que teve lugar a 11 de outubro do corrente ano.

Já tivemos a oportunidade de fazer referência ao pequeno número de reuniões de Diretoria realizadas, em relação ao número de convocações feitas, isto é, na proporção de 9 para 29. E essa falha, dissemos, decorrida da habitual exigência do comparecimento de maioria simples, a qual, no nosso caso, correspondia a 10 diretores presentes, condição difícil de se efetivar visto que a maior parte dêsses companheiros reside e mioeais distantes da Capital do País.

De outra parte, com mais forte razão, tornava-se difícil reunir o Conselho Superior, todos os dois meses, pois a quase totalidade dos 30 membros que o compõem reside, também, nos Estados.

A Assembléia Geral Extraordinária tomando conhecimento dêsses fatos, debateu-os atentamente, e concluiu por novo critério, que foi aprovado e passou a integrar os nossos Estatutos.

Em primeiro lugar deliberou que as reuniões de Diretoria poderiam se realizar com a presença de apenas um têrço dos seus membros mais um e modificou a exigência de reunir bimensalmente o Conselho Superior, para, pelo menos, duas reuniões anuais.

13 — RENOVAÇÃO DO TÊRÇO DO CONSELHO SUPERIOR

Compete à presente Assembléia Geral, nos têrmos do artigo 14, letra b), dos nossos Estatutos, eleger e empossar o têrço do Conselho Superior. O artigo 44, por sua vês, determina que a renovação do têrço da primeiro Conselho Superior, obedecerá ao critério da ordem alfabética. Nessas condições, terminam o mandato de Conselheiros, os seguintes companheiros:

1 — Agenor Barbosa de Almeida
2 — Alberto Prado Guimarães
3 — Apolonio Salles
4 — Arthur Torres Filho
5 — Clotário Menna Barreto
6 — Demostenes Silvestre Fernandes
7 — Edgard Teixeira Leite
8 — Gentil Nascimento
9 — Guilherme Telles Gouvêa
10 — Helio Rubens Junqueira Caldas

14 — I CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Ainda está na memória de todos o que foi a realização, de 7 a 10 de outubro último, nesta Capital, do nosso primeiro grande cometimento de repercussão nacional: a I Conferência Rural Brasileira, início de uma série anual de certames que a Diretoria julgou acertado promover. A idéia originária nos veio de nossa filiada de Goiás. Sugeriu ela, com efeito, a reunião dos presidentes das entidades filiadas em Goiânia e a sugestão teria sido efetivada, não fôra a oportunidade rara que se apresentou à Diretoria da coincidência da primeira reunião do Conselho Superior, obrigatória, e da primeira assembléia geral extraordinária, indispensável, no Rio, que proporcionavam a concentração nesta Capital dos mais expressivos líderes do ruralismo e do associativismo agrário nacional. Atendemos, assim, à idéia da FAREG e lançamos, como órgão vivo, no cenário brasileiro, a nossa jovem Confederação. E ousamos crer que, a despeito da parcimônia de nossos recursos materiais, da exiguidade do tempo de que dispuzemos, a nossa Conferência alcançou os seus fins — supridas que foram aquelas falhas pela boa vontade e pelo patriotismo dos que conosco colaboraram. O Regulamento e o Temário, simples e despretenciosos, bem em consonância com a índole dos homens do campo, facilitaram sobremaneira o resultado do conclave. Tanto um como outro figuram, em anexo, a êste relatório. Nenhuma das entidades filiadas deixou de enviar as suas delegações. Apesar da vivacidade, por vezes notada nos debates, ficou evidenciada a perfeita união de vistas no seio da classe no que tange às suas mais prementes necessidades e anseios. A presidência da

Conferência foi exercida conforme previu o Regimento, pelo Presidente da Confederação e, nos seus ocasionais impedimentos, pelo Dr. Lauro Borba, 3.º Vice-Presidente, na ausência dos Srs. Josaphat Macedo, de Minas Gerais, e Alkindar Junqueira, de São Paulo, respectivamente, 2.º e 1.º Vice-Presidentes, sendo que êste último por motivo justificado de doença.

Realizaram-se uma sessão preparatória, sete plenárias e uma solene, no encerramento. Foram todas taquigrafadas e a mêsa, no momento, se empenha em organizar as conclusões, para encaminhamento a quem de direito, e, por fim, publicar os "Anais", que serão impressos e divulgados, como convém. Ainda aqui lutamos com a escassês de meios materiais de trabalho, que só um grande esfôrço vai suprindo, a despeito de expontâneos auxílios que temos recebido.

Algumas recomendações da Confederação foram desde logo encaminhadas pela Diretoria, como é o caso do Serviço Social Rural, objeto de deliberação que redundou na apresentação, ao Congresso, de substitutivo unanimemente aprovado pela Conferência. Ainda outras conclusões de menor significação foram providenciadas, como convinha, esperando esta presidência que até o fim dêste ano o trabalho se complete.

Congratulo-me, pois, com esta assembléia, a maioria de cujos membros participou do certame, pelos felizes resultados alcançados, o principal dos quais, a nosso ver, está na coesão revelada pela classe rural, fortalecida em todo o país pela organização que a uniu e representa, através da nossa Confederação.

Eis, senhores, em linhas muito amplas, a relação dos fatos mais importantes e dignos de registo, do nosso primeiro ano de trabalho. Falhas devem ter ocorrido, com tôda a certeza, mas tudo fizemos em nosso alcance para corresponder à confiança dos ilustres companheiros, quando, pelo seu voto, nos elevaram a esta presidência.

Deixamos, pois, ao julgamento dos componentes do orgam supremo da nossa entidade os nossos atos e a nossa orientação".

NOTICIÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO

Realizou-se, em fins de Novembro, a solenidade de encerramento do ano letivo da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, que diplomou este ano sete hortelões, quatro fruticultores e três floricultores.

A solenidade, que contou com a presença de todos os professores, alunos e famílias dos diplomandos, realizou-se no salão nobre da escola.

Usou da palavra, em nome do corpo docente o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e em nome dos diplomandos o Sr. Danton Pires Barroso.

O serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura através de seu Diretor, Dr. José Irineu Cabral e do chefe da Seção de Clubes Agrícolas Escolares, Dr. William Simão, ofereceram prêmios aos doplomandos que receberam, cada um, um livro e uma ferramenta.

Encerrando a solenidade, usou da palavra o Diretor a Escola, Dr. Antonio e Arruda Camara.

CURSO DE CITRICULTURA

Em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural realizou-se, na Escola de Horticultores, Wenceslão Bello, mais um Curso Avulso de Citricultura, a cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A F. G. V

Realizaram-se, em Novembro, os exames dos seguintes Cursos Práticos Agrícolas mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas:

a) Curso Prático de Reflorestamento;
b) Curso Prático de Cultura de Raízes e Tubérculos;
c) Curso Prático de cálculos e medidas Agrárias;
d) Curso Prático de Zoologia Agrícola;
e) Curso Prático de Estatística Agrícola;
f) Curso Prático de Máquinas de Defesa Sanitária Vegetal;
g) Curso Prático de Botânica Agrícola.

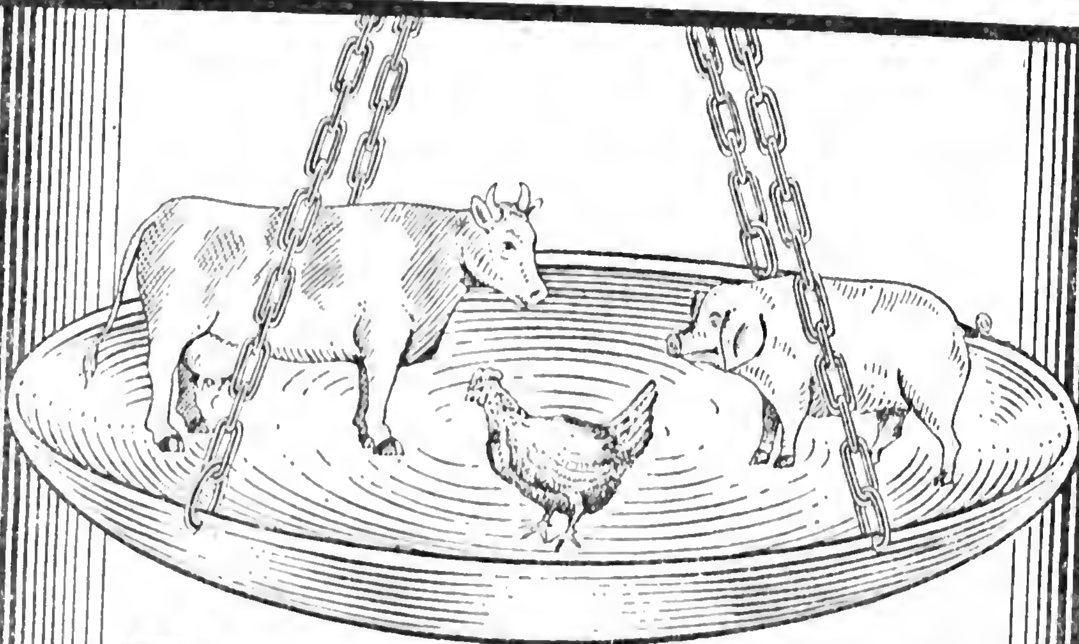
Nos referidos cursos, da mesma forma que nos anteriormente realizados, foi elevado o número de matrículas.

NOVOS CURSOS PRATICOS

Tiveram início, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mais dois Cursos Práticos Agrícolas em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, a cargo do Professor Geraldo Goulart da Silveira e dos assistentes Agrícola Custelo Borges e Moacyr Rosalem.

II SEMINARIO LATINO AMERICANO DE BEM ESTAR RURAL

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello está representada no referido conclave pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, para isso designado pelo Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.



DEVOLVENDO
ao dono o seu pêso em OURO!



TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras, cabras e coelhos.

TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açougue.

TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO

O santuário do Brasil Central

Luiz Carlos de Mesquita Maia

Quando, em 1921, o explorador-fotógrafo Martin Elmer Johnson iniciou a sua famosa série de expedições através das selvas este-africanas, ainda encontrou, surprêso, vastas áreas em completo primitivismo, algumas totalmente inexploradas. Conquanto na fronteira Quênia-Abissínia houvesse caravanas de contrabandistas de marfim e escravos, com armas de fogo e equipamento relativamente moderno, Martin Johnson surpreendeu, na msema região, tribos de extraordinária selvageria, como foi o caso do Wanderobo, nativos que, além de não possuirem aldeias, nem mesmo construindo habitações, não usam qualquer ornamento ou roupa e vivem de caça, frutas e mel. Pequenos, de cabeleira revolta, os Wanderobo andam quase sempre sós, às vêzes em grupos reduzidos, dormindo, como os gorilas ou as lebres européias, em escavações rasas, cheias de fôlhas sêcas e vagando sem cessar, durante o dia, com as inseparáveis flexas envenenadas.

Ao realizar, onze anos mais tarde, a sua derradeira expedição africana, desta vez com dois hidro-aviões, o explorador americano conseguiu obter as suas célebres fotografias aéreas da inatingível tribo Omolo, existente em uma das ilhas do Lago Rudolph. Emigrando, provàvelmente por coação de tribos inimigas, para aquele ponto remoto do Continente Negro, êsses nativos desconhecidos esqueceram aparentemente o caminho de volta e ali ficaram sem o menor contacto com o resto da humanidade, até que Martin Johnson os fotografasse dos ares.

Hoje, a África Oriental está muito diferente. A segunda guerra mundial provocou um pequeno êxodo de europeus, em especial inglêses, para os férteis planaltos, de Quênia e Tanganica. E o resultado é que, lado a lado com as multidões de nativos primevos, veem-se possantes tratores e modernas viaturas motorizadas, todos aplicados no desenvolvimento da lavoura e da embrionária indústria do este africano. A aviação, injetando crescentes doses de civilização em regiões antes virtualmente inacessíveis, contribuiu de maneira decisiva para o aniquilamento das vastas selvas inexploradas que, aqui e ali, ainda tinham conseguido sobreviver. Em consequencia, os povos que colonizam a África sentem-se em apuros para evitar o completo desaparecimento da natureza mais pujante do mundo, catástrofe esta que jamais seria perdoada aos cidadãos de hoje pelas esclarecidas gerações futuras.

O Brasil enfrenta problema parecido. O nosso parcamente habitado oeste ainda mantêm algumas das mais amplas regiões selvagens do mundo atual. Entretanto, quem as percorrer ficará surpreendido com o imenso contraste verificado entre o atrazo social dos primeiros colonizadores ali chegados e a progressiva destruição da natureza que os circunda. À primeira vista, deve-se afirmar que os brasileiros, pelo menos os sertanejos, são um dos povos mais destruidores do mundo: a devastação que se nota na fauna e flora do nosso oeste, praticada por caboclos de quase nula civilização, com modo de vida francamente medieval, é qualquer coisa ímpar no gênero.

Atualmente, há o acréscimo da aviação nessa irrefreada pressão sôbre os mais raros e preciosos recursos florísticos e faunístico do Brasil Ocidental. Desde que o nosso Govêrno decidiu louvavelmente integrar os sertões incultos na vida econômica do país, a aviação tem levado, sem cessar, homens e equipamento para pontos remotos, onde a selvajaria, às vêzes, ainda se mantinha completa. O mais notável exemplo é o da região onde o rio Xingu tem as suas nascentes. Habitado por inúmeras tribos belicosas, que ali se tinham abrigado da nossa influência destrutiva, algumas das quais ainda não estão pacificadas, aquêle sertão vê-se hoje visitado cotidianamente por possantes aviões da F.A.B. e trilhado pelas mais modernas máquinas das fôrças armadas da Nação. Evidentemente, o desaparecimento das últimas reservas da natureza brasileira já começou. Como evitar que essa hecatombe se complte, para desespêro das futlras gerações? Que métodos usaram os europeus na África para colonizar o continente sem arrasar de todo as suas flora e fauna?

Quem viaja por terra entre Mombassa e Nairobi e entre essa bela cidade e as al-

deias de Longido e Arusha, no Território de Tanganica, fica magnetizado pela quantidade de animais selvagens que encontra em certos trechos do percurso. O assombro aumenta quando se notam o progresso e a população humana existentes nas regiões agrícolas que alternam com essas zonas de animais bravios, os quais, aliás, pouca atenção prestam ao trânsito motorizado. Todavia, a explicação para tal milagre é simples: as mencionadas rodovias e estrada-de-ferro atravessam nada menos do que dois grandes parques nacionais e alguns refúgios de fauna.

Não só por previdência, mas também pela experiência amarga da União da África do Sul, os inglêses decidiram preservar vastas áreas da bela e rara natureza este-africana, criando inúmeros parques nacionais e refúgios de fauna. Aparentemente, segundo os povos mais civilizados do mundo, esta é a mais eficaz medida para impedir-se o decréscimo, até o desaparecimento, das populações animais de uma região. Portanto, o Brasil não pode fugir à regra e é de lamentar-se que ninguém houvesse providenciado a resdeito, há mais tempo.

Só agora foi elaborado o projeto de lei que visa criar o Parque Indígena do Xingu, cuja finalidade é preservar para sempre não só a natureza brasileira, em um dos seus mais pujantes redutos, mas também a própria raça indígena, ameaçada de colápso total diante das doenças e da barbarie dos sertanejos imigrantes. Procurando interditar essa vasta região do Brasil Central, a qual se transformaria em um maravilhoso santuário de nossas fauna e flora, além de um merecido refúgio para as mais puras tribos indígenas do país, o Dr. José Maria da Gama Malcher, diretor do Serviço de Proteção aos Índios, revelou-se homem verdadeiramente civilizado.

O Parque Indígena do Xingu será qualquer coisa de inédito no terreno da conservação dos recursos naturais. É que, nesse parque, pela primeira vez no mundo, será tentada a preservação, lado a lado, em uma só região, da flora, fauna e população nativa. É de se esperar que o projeto dê bons resultados.

Um poderoso "front" ruralista

54 Associações batalham pelo aumento de produção

Acaba de ser sancionado pelo governador Amaral Peixoto a lei que considera de utilidade pública a Federação das Associações Rurais do Estado do Rio. Trata-se, sem dúvida alguma, de acentuada decisão dos poderes públicos fluminenses. A FARERJ, em cuja presidência se encontra o deputado Francelino Bastos França, figura de real prestígio nos círculos do ruralismo fluminense, em seu primeiro ano de existência congrega em seu seio 54 associações rurais, tendo prestado destacados serviços à causa do mundo rural.

Ainda há pouco tempo promoveu interessante "mesa redonda" em que foi focalizado pelos lavradores e técnicos no assunto, o sempre oportuno tema da conservação do solo.

Falando à reportagem sobre as atividades do órgão que preside, disse-nos o deputado Francelino França:

— Prefiro falar objetivamente. Muito temos trabalhado, eu e os meus dignos colegas de diretoria. Entretanto, quero dar especial destaque à atuação eficiente dos presidentes das Associações Rurais que lutando com uma série de dificuldades, a começar pela descrença do homem do campo e pela incompreensão de muitos, conseguem entretanto, congregar um pugilo de abnegados, mantendo, assim, acêso o fôgo sagrado da causa do alevantamento do ruralismo brasileiro. Assim, em um ano e meio de vida a FARERJ alcançou extraordinárias vitórias como passo a enumerar:

1) — Substitutivo apresentado ao projeto de criação do Serviço Rural, em trânsito no Congresso Nacional e que mereceu unânime aprovação na I Conferência Rural Brasileira, realizada em 7 de outubro de 1952.

2) — Solicitou e obteve do Governador do Estado, a pedido da Associação Rural de São Gonçalo, a revogação da Pauta expedida pela Inspetoria do Impôsto de Exportação, que onerava a produção da lavoura.

3) — O reconhecimento, como utilidade pública, da Federação, por parte do govêrno do Estado — Lei n.º 1.802, de ... 16-12-1952.

4) — A fundação de 54 Associações Rurais que se acham em pleno funcionamento.

5) — O cancelamento de um débito de Cr$ 100.000,00 da Associação Rural de Itaperuna.

6) — A concessão de um auxílio extraordinário de Cr$ 100.000,00 à Associação Rural de Campos, por parte do govêrno estadual, para prosseguimento das obras do Recinto da referida Associação.

7) — Em colaboração com a SAIC, obteve a consignação no orçamento do corrente ano da importância de Cr$ ...... 800.000,00 para auxílio mensal às Associações Rurais.

8) — A venda, pelas Associações Rurais, de Cr$ 2.443.142,10, de material agrícola, fornecido pelo Departamento de Assistência Econômica à Lavoura, da Secretaria de Agricultura do Estado.

9) — Solicitou, em audiência com o sr. Presidente da República, o sancionamento da nova regulamentação da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

10) — No Convênio dos Estados Cafeeiros, bateu-se pela igualdade de direito à exportação de café dos portos fluminenses de Angra dos Reis e Niterói, aos outros portos brasileiros.

Desejo, nesta oportunidade, acentuar a operosa atividade do digno Secretário da Agricultura do Estado, Sr. Paulo Fernandes, um autêntico ruralista, sempre pronto a tudo fazer em benefício das atividades rurais.

Ao terminar estas declarações não posso deixar de fazer uma especial referência ao ilustre Governador Amaral Peixoto, que tem sempre demonstrado particular interêsse pelos problemas ligados à vida rural do Estado, através de atos e de declarações públicas como agora mesmo em Itaocara ao fazer veemente apêlo aos lavradores para que não abandonassem o campo.

(Do "O Estado", de 19-12-1952).

A mulher na mobilização rural

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Na conjuntura econômica brasileira, a economia agrícola desempenha papel decisivo porque, como salientou o Ministro João Cleophas em relatório referente ao ano 1951, apresentado ao Sr. Presidente da República, "apesar do acentuado desenvolvimento industrial do país, a economia nacional continua a depender, de forma absoluta, da agricultura".

Deixou acentuado, o ilustre Ministro, com sua visão de economista, sendo êle próprio um adiantado agricultor, que "sem um arcabouço estável e sólido da agricultura seria duvidosa uma industrialização em bases seguras".

Compreende-se perfeitamente a preocupação de S. Excia. em dar às populações rurais brasileiras, uma assistência social, econômica e técnica, para elevar a renda **per capita**, sem a qual aquelas populações continuarão mergulhadas na penúria e sempre sujeitas às migrações para as zonas urbanas, onde os salários mais elevados constituem um iman importante ocasionando graves desequilíbrios para a situação social do país. Considero como pontos chaves dessa situação, a elevação da produtividade agrícola diante dos baixos rendimentos das explorações agro-pecuárias e aos desperdícios no aproveitamento das matérias primas agrícolas. Isso prova que teremos que adotar métodos modernos de trabalho na agricultura, realizando-se uma educação rural intensiva, através de treinamentos e de cursos rápidos, por intermédio dos estabelecimentos de ensino agrícola e das instituições de classe.

É de salientar-se particularmente, o muito que poderá ser feito no que toca ao ensino doméstico agrícola, com o concurso das professoras das escolas no interior, com um programa não só de aulas teórico-práticas como dotando essas escolas de material para industrialização doméstica de alimentos. Neste particular, torna-se digno de relêvo o que vai fazendo o Serviço de Informação Agrícola com a destacada colaboração do engenheiro agrônomo Amaury Silveira. É um exemplo êsse digno dos maiores louvores e que devia constituir objeto de um plano extensivo do Govêrno, em todo o país, dentro da mobilização agrária, para a "batalha da produção", recomendada pelo Presidente Getúlio Vargas. Tudo faz esperar que com as medidas que estão sendo postas em prática pelo Govêrno e de que se deve destacar a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, será possível equipar a agricultura brasileira, de recursos para uma produção melhor e mais abundante.

Constitue providência palpitante desenvolver-se o ensino doméstico

agrícola para o aproveitamento das matérias primas agrícolas nas indústrias rurais domésticas.

Já o que se vai realizando no país com as escolas típicas rurais, com os clubes agrícolas, com as missões agrícolas, a exemplo do que conseguiu a Legião Brasileira de Assistência com as "hortas da vitória", são demonstrações que reclamam sistematização, a fim de que se obtenha o melhoramento da vida rural e maior abastecimento das populações urbanas. Ainda agora, a Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, resolveu traçar um programa de assistência técnica aos produtos de laticínios para corrigir desperdícios e alcançar melhores rendimentos. Esta é uma orientação sadia, que trará, certamente, altos proveitos para consumidores e produtores. Para os que conhecem a vida rural é sabido que nas fazendas, nos sítios e até mesmo nas chácaras, existem desperdícios de inúmeras matérias primas como hortaliças, frutas, leite, carnes, que utilizadas em pequenas indústrias domésticas teriam inestimável valia para alimentação e fontes de renda.

Nesse setor do ensino doméstico agrícola, é justo ressaltar o papel de alto valor que cabe às antigas "fazendeiras", que foram abnegadas colaboradoras no início da vida rural brasileira.

É de justiça colocarmos como pioneira da educação doméstica rural no Brasil a ilustre escritora Julia Lopes de Almeida, que em 1913 lançou o livro modelar, rico de ensinamentos preciosos, de noções sadias para as filhas de proprietários agrícolas.

Seu livro "Correio da Roça", publicado em 1913 e de que o Ministro Pedro de Toledo compreendendo o alto valor social e educativo, fez justa e enorme divulgação pelo país. É, no seu gênero, um livro clássico.

No pórtico do "Correio da Roça" lemos: "O campo brasileiro será eternamente triste se a mulher educada que o habita, não se interessar pela sua fartura e sua poesia..."

É justamente isso que hoje todos reconhecem como meio indicado e único para fazer o bem estar dos campos e das cidades.

Na grande mobilização rural que ora se inicia, cabe à mulher um relevante papel —, o que já está sendo reconhecido pelo Ministério da Agricultura.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade
Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Diretor
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator-Técnico
LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º

Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar. Tel. 33-1432
End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257
— SÃO PAULO —

EM MARCHA ACELERADA O ASSOCIATIVISMO RURAL

O Sr. Absalão Mendonça Lopes, vereador à Câmara Municipal de Anápolis, e participante destacado a I Conferência Rural Brasileira, recentemente realizada nesta capital, acaba de apresentar aquele legislativo Municipal o projeto que a seguir transcrevemos. É exemplo a ser seguido pelas demais edilidades do país visto que o fortalecimento da Classe afinal, é o sustentáculo de 97% dos municípios brasileiros!

PROJETO DE LEI

"A Câmara Municipal de Anápolis decreta:

ART.º 1.º) — Fica concedido á ASSOCIAÇAO RURAL DO MUNICIPIO DE ANAPOLIS a subvenção anual de cr$ 100 000,00 (dez mil cruzeiros)

ART.º 2.º) — Deverá constar no Orçamento Municipal anualmente, a partir do próximo exercicio de 1953, a verba necessária a essa subvenção, sob a rúbrica "FOMENTO".

ART.º 3.º) — Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de Janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário

JUSTIFICAÇAO

O presente Projeto de Lei visa amparar uma entidade de classe local que se reveste da maior importância neste de crise nacional de população, em que periclita a própria estructura do nosso País.

Tôdas as vistas se voltam agora para as classes rurais, de cujo trabalho e progresso depende, agora mais do nunca, o nosso futuro. As autoridades estão procurando fazer pressurosamente alguma coisa em benefício da lavoura, como querendo recuperar o tempo perdido, em que nada foi feito.

Há em todo o Brasil um desusado movimento para estimular a produção e em tôda parte o lema é sempre: "rumo ao campo". Ainda agora, na I.ª Conferência dos Fazendeiros e lavradores realizado no Rio de Janeiro, e que reuniu representante de 18 Estados do Brasil, no qual eu tive a honra de tomar parte, como representante do nosso Estado e do municipio de Anápolis, naquêle Congresso, disse eu, verifiquei o grande desejo dos brasileiros de retomar o caminho certo, isto é, o de produzir mais, não se deixando mais iludir por uma industrialização exagerada e sem base, porque a indústria sem a matéria prima e sem o poder aquisitivo do consumidor nada adianta.

Na conferência que tivemos com o exmo sr. Presidente da República, sua excia deixou bem patente o seu desejo de amparar os produtores rurais, mas, conclamou aos ruralistas que se unissem em tôrno das entidades de classe, pois é muito mais facil ao governo beneficiar uma associação que congregue mil ou mais agricultores, do que levar êsses beneficios trocados em miudos a cada um lavrador, o que é mesmo quasi impossivel.

Porisso, o próprio Govêrno Federal baixou o Decreto-Lei n.º 8.127, de 24 de Outubro de 1945, que regulamenta a vida rural no País, o qual só agora esta tendo a sua aplicação efetivada. Pois bem. De acôrdo com o § ÚNICO do art.º 5.º daquele Decreto-Lei, nas cidades onde não for fundada a ASSOCIAÇAO RURAL por iniciativa dos próprios elementos da classe, caberá à Prefeitura (e a lei manda dentro de 90 dias) promover a fundação.

Ora, em Anápolis existe uma ASSOCIAÇAO RURAL fundada em 14 de Maio de 1951 pelos próprios elementos da Classe, à frente da qual se encontra o distinto cidadão, sr. José Barbosa de Melo, seu Presidente, que é elemento de prôa das classes rurais. Essa entidade, embora lutando com tôdas as dificuldades, já tem prestado muitos beneficios a Anápolis, interferindo decisivamente em questões vitais como o de transporte de cereais e gado pela Estrada de Ferro, etc.

Acontece que essa ASSOCIAÇAO precisa ser amparada e incrementada para prestar melhor assistência aos lavradores do municipio e para ficar apta a atender ás multiplas obrigações que lhe serão afetas com as leis federal, que virão brevemente, como a criação do Serviço Social Rural, Reforma Agrária, etc.

A Prefeitura de Anápolis, a meu ver, tem feito muito pouco em beneficio da lavoura, que alias contribue regularmente para os cofres municipais com o Impôsto Pastoril e outros. Dessa maneira, não será demais que o municipio dê essa subvençao a ASSOCIAÇAO RURAL, pois que qualquer dinheiro empregado no estimulo da lavoura e semente que dará farta colheita mais tarde para a própria Prefeitura. É dinheiro a juro compensador que reverterá aos cofres municipais e indôbro. E acontece que nós, da classe rural criando nossa entidade, poupamos a Prefeitura o trabalho e a despesa de ter a de cria-la, conforme manda a lei Federal. Por tudo isto é que apelo para os senhores vereadores para que apoiem êste meu Projeto de Lei. Sala das sessões da Câmara Municipal de Anapolis, em 7 de Novembro de 1952".

Vantagens do cruzamento entre raças leiteiras

Prof. RAUL BRIQUET JUNIOR
ZOOTECNISTA

O cruzamento tem sido uma das práticas felizes, empregada com relativa freqüência nas espécies multíparas, nas quais é, em certos aspectos, de maior eficiência. No qual tange ao gado leiteiro, pouco se tem feito a êsse respeito, do ponto de vista experimental, com dados bem controlados.

A vantagem fundamental do mestiço, em relação às raças puras que lhe deram origem, consiste num maior vigor geral, chamado tècnicamente *vigor híbrido* foi *heterose*. A expressão vigor hibrido foi dada porque essa heterose, via de regra, é mais intensa quando se acasalam espécies diferentes (hibridação) do que quando se procede a união de raças diferentes (cruzamento). Êsse maior vigor geral reflete-se em maior pêso ao nascer, menor mortalidade, desenvolvimento mais rápido, maior economia de produção, maior produção, etc.

Em relação ao gado leiteiro as únicas experiências bem controladas e decisivas que conhecemos são as da Estação Experimental de Beltsville, nos Estados Unidos. Foram feitos cruzamentos entre diversas raças leiteiras e comparadas as produções das mestiças com as mães puras. Os machos empregados eram sempre *machos provados*, isto é, machos conhecidos e aprovados pela produção das respectivas progênies. O contrôle leiteiro foi feito sob o regime de três ordenhas diárias, durante 365 dias. Os resultados do trabalho podem ser resumidos nos quadros seguintes:

Mestiços de duas raças (ver nota no final do artigo).

	Leite (K)	Gordura (K)	%
Média das mestiças de duas raças	5.400	244	4,56
Média das mães "puras"	4.270	189	4,57
Diferença média	+ 1.130	+ 55	— 0,01

Foram utilizados touros provados das raças Holandêsa, Guernesey, Jersey, Dinamarquêsa, sôbre vacas dessas mesmas raças em cruzamentos de duas raças diferentes de cada vez.

Observa-se, nitidamente, a vantagem das mestiças em relação à produção das mães "puras".

A experiência foi continuada, muitas mestiças sendo, posteriormente, acasaladas com machos de uma terceira raça pura. Os resultados relativos as mestiças de 3 raças podem sér apreciados no quadro abaixo, comparativamente com os dados das mestiças de 3 raças:

	Leite (K)	Gordura (K)	%
Média de mestiças de 3 raças	5.480	258 —	4,64
Média de mestiças de 2 raças (mães das do primeiro grupo)	5.496	250 —	
Diferença	— 16	+ 8	+ 0,02

Como se vê, os resultados quanto a produção de leite são quase os mesmos, havendo ligeira vantagem quanto à de gordura.

Os aumentos apresentados pelas mestiças em relação às mães puras não podem ser atribuidos a ação dos machos provados, visto que êsses aumentos, conforme cálculos de contrôle, foram maiores do que os esperados pela ação dos ditos touros sôbre as vacas de média conhecida. Os outros, sendo provados, eram expressos por um índice que combinado com os valores das vacas com eles acasaladas, dava resultados inferiores aos apresentados pelas filhas mestiças.

Fica, pois, demonstrado que o cruzamento entre raças leiteiras diversas é vantajosa e do ponto de vista da produção de leite, vantagem essa que difere de caso para caso, conforme as raças utilizadas. Isso é de esperar-se, já que a heterose, como se sabe, é tanto mais intensa quanto mais diversificadas forem as raças acasaladas e quanto mais "puras" para essa diferenças forem elas genèticamente consideradas.

NOTA — Desejamos lembrar que os valores apresentados nos quadros acima foram obtidos por aproximada transformação de libras em quilos, não havendo, pois, rigorosa coincidência com os dados americanos originais e nem mesmo exata determinação das percentagens de gordura

Precisamos eliminar o desperdício na produção brasileira

Oportunas considerações do presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — "A elevação da produtividade, outra campanha que se impõe", declara o Prof. Torres Filho

Alertando a Nação para a necessidade de eliminar-se desperdícios na produção brasileira, o professor Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, fêz à reportagem as seguintes declarações:

— Em face da crise econômica, principalmente, em relação aos preços de alguns dos nossos produtos em paridade com os preços do mercado internacional, entre as diretrizes aconselháveis, duas delas julgamos fundamentais: a eliminação de desperdícios na produção nacional e a elevação da produtividade. Já o grande brasileiro Pandiá Calógeras, em 1928, como economista notável, referindo-se aos "valores produzidos" provenientes do trabalho nacional, assim se expressava: "É fantástico o que vai de desperdício e de imprevidência na produção nacional. Em grau variável, quase se pode afirmar não existir uma só de nossas grandes manifestações de atividade que se forre a tal critica." Dentre as causas por êle apontadas, eram salientadas — "a insuficiência de preparo técnico e econômico."

E prosseguiu:

— Depara-se-nos a diminuição dos custos de produção nos setores principais da economia brasileira (agricultura e indústria), como a medida essencial na atual conjuntura econômica e êsses resultados só poderão ser alcançados pela elevação da produtividade e reduzindo os desperdícios, com o ensino técnico de vários níveis de que a fórmula mais indicada, dentro de uma economia livre, será a dos "treinamentos" intensivos e coordenados.

REEQUIPAMENTO DA NOSSA ECONOMIA

— Torna-se digno de salientar o grande esfôrço —observa — que o Govêrno realiza no reequipamento da economia nacional, como também os resultados auspiciosos que vão sendo obtidos com os inúmeros centros de treinamento, que o Ministério da Agricultura tem criado nas principais regiões agrícolas do país, de preferência em colaboração com as associações rurais e cooperativas. Cumpre por em destaque a mecanização, restauração dos solos e a irrigação, com resultados bem assinalados em várias explorações agrícolas. Outrotanto, diremos do ensino doméstico agrícola, com reflexos no melhoramento das condições higiênicas e alimentares das populações rurais. Dispondo o Brasil de cêrca de dois milhões de estabelecimentos agro-pecuários e de uma área cultivada, perto de dezoito milhões de hectares, com assistência técnica, econômica e financeira, a classe rural, ora já organizada, tudo leva a crer que será superada a crise econômica.

DIFUSÃO DO ENSINO TÉCNICO

— O ensino técnico difundido em vários níveis, que realizam as Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, — concluiu o professor Arthur Torres Filho — pelas suas escolas profissionais, e que a Confederação Rural Brasileira executará através de suas Federações Estaduais e Associações rurais, municipais, a exemplo do que a Sociedade Nacional de Agricultura põe em prática há cerca de 50 anos, no antigo Aprendizado Agrícola, hoje Escola de Horticultura da Penha, no Distrito Federal, recebendo filhos de agricultores de todos os Estados e preparando, anualmente, mais de 600 profissionais em curso regular e de treinamentos, — constituiu uma demonstração do papel relevante reservado às organizações de classes, em colaboração com os poderes públicos." (Entrevista a "O Globo", de 15-12-52)

O ESTERCO E O SEU CURTIMENTO

O estêrco é considerado o mais importante e o mais antigo dos adubos que o homem utiliza. Compõe-se de uma mistura das dejeções sólidas e líquidas dos animais, e das camas dadas aos mesmos.

O emprego do estêrco é o recurso, talvez, mais poderoso para aumentar-se a produção, sendo que seu efeito se reflete na adubação química, e cujos resultados são assim mais favoraveis.

É preciso não esquecer, entretanto, que o estêrco não existe em quantidade suficiente. Caracteriza-se pela riqueza em matérias orgânica, sendo, porém, pobre em minerais úteis às plantas.

A adubação química completa o efeito do estêrco.

Composições: — Varios são os fatôres que influenciam a composição do estêrco. Assim: a) — A espécie animal; b) — A natureza da alimentação; c) — A idade do animal; d) — A função econômica que se está explorando, e e) — Natureza dos materiais.

Damos a seguir a análise média de alguns estêrcos:

Estêrco	Água	Matéria Orgânica	Nitrogênio	Acido Fosfórico	Oxido de Potássio	Oxido de Cálcio
Bovinos	75,0	20,0	0,45	0,25	0,55	0,45
Equinos	31,3	25,4	0,58	0,28	0,53	0,30
Ovinos	58,0	30,0	0,85	0,25	0,67	0,30
Suínos	72,4	25,0	0,45	0,19	0,55	0,05

CAMAS. — Alem das dejeções solidas e líquidas, entram ainda na composição do estêrco as substancias que servem de cama aos animais.

Para manter a limpeza necessária, a cama deve absorver e a reter as dejeções líquidas, assim como as solidas. Servem ainda para favorecer a retirada do estêrco e a sua condução. Em relação ao estêrco, a cama tem um grande valor. É o componente formador da massa, fornecedor, portanto, da maior quantidade de matéria orgânica. A cama serve ainda de meio regulador das composições dos dejetos.

São numerosissima as substâncias empregadas como camas e variam de lugar para lugar, conforme as facilidades existentes. Entre outras temos os diversos capins, que servem de forragem, a turfa e a serragem de madeira que não contenha resíduos.

CURTIMENTO DO ESTÊRCO

As substâncias componentes do estêrco, como sejam as urinas, as dejeções sólidas e as camas, sofrem uma transformação profunda durante o curtimento. São os microrganismos os responsaveis por essa transformação, sendo alguns habitantes típicos do tubo intestinal. Outros derivam dos alimentos consumidos pelos animais.

No estêrco em preparo, tais microrganismo multiplicam-se de maneira extraordinária, porque o meio lhes é propicio.

A princípio, quando a massa não está comprimida, predomina os microrganismos aeróbios e, depois que se dá a compressão, nas estrumeiras, passam a predominar os anaeróbios.

Os processos de decomposição do estêrco são muitos complexos. Na massa sólida, formada de substâncias orgânicas variadas, a decomposição e os produtos formados, são variados. Na urina, onde predomina o nitrogênio, os processos de decomposição são os mais simples. Outras substâncias nitrogenadas contidas na urina, como a uréa, ácidos úrico e hipúrico, sofrem também decomposição intensa, formando amônea. O calor acelera essa decomposição. A decomposição dos compostos nitrogenados da urina é fenômeno que tem grande importância, porque a formação de amônea, em grandes quantidades determina grandes perdas de nitrogênio, as quais até hoje não poderão ser senão parcialmente diminuidas.

O tempo de curtimento varia de acôrdo com a temperatura do ar e do estado de umidade e arejamento do estêrco. É nessas condições necessita o curtimento de 60 dias, aproximadamente a fim de ficar completo.

O curtimento racional pode ser executado em esterqueiras especialmente construidas. Os elementos indispensaveis a construção de uma esterqueira, são: uma coberta de matérial o mais barato possivel, um piso impermeabilizado, com um declive minimo de 4%, munido de um ralo para o escoamento do sumo.

Cada ralo servirá uma área de 10 x 10 m. Ao lado da testerqueira um fosso ou sumeira, para o recolhimento e fermentação do sumo.

A altura do monte de estêrco, em curtimento, nunca deverá passar de 1,80m.

O tamanho das esterqueiras deverá ser calculado de acôrdo com o número de cabeças e o tempo que o estêrco terá que ali permanecer.

A dose baixa de estêrco, indicada para os nossos solos, é de 20 toneladas, por hectares de dois em dois anos.

A distribuição do estêrco, pela superficie do campo, poderá ser feita manualmente ou por meio de máquinas apropriadas. Em ambos os casos a sua incorporação no solo deverá ser feita logo após a distribuição.

O papel da semente selecionada no progresso da agricultura

O progresso agrícola nacional tem sido retardado, não só pelas inúmeras variedades de cada planta em cultivo, como pela má qualidade da própria semente utilizada pelos agricultores. Êsse fato tem concorrido enormemente para a decadência da nossa agricultura, razão pela qual se torna difícil alcançar o melhoramento da produção agrícola do país em **quantidade e qualidade.**

É certo que tão cêdo não alcançaremos o ideal de conseguir sementes de plantas adequadas a **cada localidade e a cada classe de terreno.**

Todavia, o agricultor brasileiro já se está convencendo de que não será utilizando semente de planta má, que virá melhorar suas culturas, razão do interêsse por êle já demonstrado em adquirir sementes de maior valia sob o ponto de vista cultural e sob contrôle técnico por instituições idôneas.

O problema da **seleção da semente e da muda de planta selecionada,** não é mais assunto sôbre o qual se possa ter dúvidas para a melhoria da agricultura.

Conseguir-se a **produção de semente de plantas em boas condições técnicas** para serem cedidas aos agricultores nacionais, adaptáveis às condições ecológicas das várias regiões agrícolas do país, será, **sem contestação possível,** uma das providências mais úteis que poderíamos pôr em prática em favor do progresso e do melhoramento da agricultura nacional.

A questão da qualidade nêsse caso sobrepuja a da quantidade e, só em **estabelecimentos experimentais idôneos,** empreendendo-se a seleção fitotécnica, poder-se-á conseguir sementes selecionadas capazes de adaptação compatíveis às condições de **cada região agrícola.**

A seleção metódica de plantas agrícolas sob bases científicas, com a formação de culturas de **pedigree,** veio abrir novos horizontes à **renovação da agricultura.** E é por essa forma que a ciência agronômica está realizando milagres econômicos, com o aumento da capacidade de produção das plantas sob cultivo.

Não se poderá contar tão cêdo, entre nós, com a quantidade necessária de semente à distribuição e muito menos para o plantio em tôda a área cultivada do país. Fazer-se, por outro lado, a importação de sementes estrangeiras, para serem cultivadas em nosso território e distribuídas aos agricultores, será incidir em grave êrro, por vêzes já cometido pelo Ministério da Agricultura e coroado do maior insucesso, como o verificado no caso de importação de sementes de trigo de vários países para cultivo no Brasil.

Resta-nos o recurso de imprimir maior desenvolvimento às estações experimentais e aos campos de multiplicação de sementes sob contrôle oficial.

Se considerar-se que, para cada ambiente agrícola correspondem tipos especiais de plantas, fácil será compreender a situação do Brasil, com as suas variedades bem pronunciadas de solo, clima e demais fatores, não só de um Estado para outro, como dentro de um mesmo Estado. Não haverá exagêro em se dizer que temos de resolver êsse problema agrícola para cada região.

Quem ignora a dificuldade em encontrar-se entre nós, qualquer espécie de planta formando lotes puros?

Devemos considerar essa questão da semente e da planta selecionada para cultivo como de interêsse primordial para a agricultura brasileira.

Não possuímos no país, por outro lado, comércio bem organizado de venda de sementes. Não temos ainda os selecionadores ou associações especiais para êsse fim, como se encontram em outros países, que sejam capazes de fornecer **sementes garantidas quanto ao seu valor cultural e genético,** preenchendo os requisitos que constituem a garantia.

Num país nas condições do Brasil, com vasto território, não pode ser adotado critério técnico uniforme para todos os Estados ou regiões agrícolas. Impõe-se um trabalho lento de colaboração entre as administrações e a classe agrícola organizada, pois, de outro modo, não será possível traçar-se programa seguro para o melhoramento das plantas cultivadas.

Os maiores progressos hoje alcançados em agricultura são devidos à cultura seletiva, metódica e genealógica das plantas apropriadas à cultura.

Pelas experiências realizadas em laboratórios do mundo inteiro, como pelos resultados da prática agrícola, os maiores progressos alcançados no melhoramento de plantas e animais são devidos à seleção genealógica.

O futuro da agricultura depende da genética, cabendo a todos os países, em defesa da própria economia, propugnar pela sua aplicação, procedendo a estudos das diversas variedades e espécies de plantas nêles cultivadas, de acôrdo com o clima e os solos das diversas regiões do seu território.

Sem uma orientação nesse sentido, não poderemos alcançar o desenvolvimento e o incremento definitivos de nossa agricultura.

Coube ao grande Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes, no govêrno Epitácio Pessoa, com sua clarividência e larga experiência de agricultor progressista e a quem se deve, em grande parte, a moderna cultura do arroz no Rio Grande do Sul, encarar a necessidade primordial que competiria ao Ministério da Agricultura, de fornecer ao agricultor brasileiro **sementes selecionadas e de alto valor cultural.** Com êsse fim, criou, como Ministro, o Serviço de Sementeiras que, infelizmente, com as sucessivas reformas por que vem passando aquele Ministério, foi transformado em outras organizações que não preencheram as finalidades previstas. O exemplo dado não foi perdido porque, graças ao Instituto Agronômico de Campinas, com sua notável equipe de técnicos e geneticistas, tem realizado trabalhos da mais alta importância para o país em estudos de melhoramentos de muitas das nossas plantas cultivadas e de elevado valor econômico para a economia agrícola de São Paulo e do Brasil, fazendo distribuição de sementes selecionadas e garantidas aos agricultores quanto ao valor cultural e às condições de sanidade.

O reerguimento da cultura algodoeira no Estado de São Paulo representa notável vitória da agronomia brasileira, bastando dizer que, em 1952, foram distribuídas mais de um milhão de sacas de sementes, o que representa organização técnica sem igual em qualquer outro país do mundo.

Pode-se concluir representar a **distribuição de sementes selecionadas** poderoso fator de prosperidade para a agricultura.

A mecanização na cultura do algodão

Os resultados altamente satisfatorios obtido, durante a recente safra de algodao pelas colhedeiras de algodao McCormick International trabalhando nas fazendas do Brasil predizem um maior progresso na mecanização desta importante cultura em nosso país.

Com os seus 1 840 000 hectares plantados de algodao no ano passado, o Brasil é o quinto maior produtor, logo depois dos Estados Unidos, da China, da India e do Egito. No ano passado produzimos 340 000 toneladas de algodao, ou sejam aproximadamente 4% do total de 8 343 600 toneladas produzidas em todo mundo. O Brasil, o maior dentre os sete grandes produtores de algodao na America do Sul, contra com 5% do total produzido neste continente.

As colhedeiras mecânicas de algodao, que estiverem operando nos campos de Oswaldo Cruz, Guaira, Jaboticabal, Barretos e Paulo de Faria, foram as primeiras maquinas deste tipo a ser usadas no país. De acôrdo com informações recebidas, as maquinas funcionaram a contento, apezar de ter sido o algodao plantado em fileiras irregulares e pouco ou nada cultivado durante o crescimento. Alem disso, os campos não haviam sido prèviamente limpos de mato, folhas, pequenos galhos e talos, cuja presença oferece serio perigo para o fuso e maços do mecanismo colhedor.

Ate pouco tempo o Brasil desconhecia campo de algodao semelhantes aos dos Estados Unidos e outros países produtores. Em geral, o algodao tem sido ate agora plantado pelo pequeno fazendeiro de poucos recursos financeiros e o sistema de colheita empregado era primitivo. Trabalhos preparatorio tais como o afofamento do solo e o planejamento dos sulcos são geralmente despressados e o fazendeiro apenas limpa a terra e planta as sementes na epoca apropriada. Usa-se geralmente muito poucas operações de cultivo pròpriamente dito exceto uma ligeira capina de vez em quando com a enxada.

Muito embora se acreditasse que o trabalho das colhedeiras de algodao não seria eficiente sob tais condições — pois que elas funcionam melhor em terreno plano e firme, isento de depressões, com fileiras plantadas de 96 a 107 cms. entre si — um produtor de São Paulo disse que conseguiu colher uma média de 3 000 a 3 500 quilos por dia com uma colhedeira apenas.

Antes, cerca de 350 trabalhadores eram trazidos para a fazenda para realizar a colheita à mão. Após a chegada da colhedeira mecanica, apenas 15 empregados da fazenda



Uma colhedeira McCormick International em pleno funcionamento na Fazenda da Onça, em Guaira, Estado de São Paulo

teram necessários para ensacar o algodão e ser transportado para a máquina beneficiadora.

Graças a um rígido horário estabelecido para lubrificação da máquina e a um programa de treinamento especialmente preparado pela International Harvester Máquinas S. A. para os proprietários e operadores, conseguiu-se manter elevada a eficiência da máquina embora trabalhando sob condições adversas. Pequenas dificuldades de manutenção foram rapidamente sanadas nas oficinas dos concessionários International Harvester que forneceram as máquinas.

Durante o trabalho à noite, quando se aproveitava as melhores condições de umidade (pois o algodão é colhido mais fàcilmente quando os fixos estão úmidos), houve casos de danos nas máquinas. Durante o dia, entretanto, os homens caminhavam adiante da máquina retirando das fileiras os obstáculos que poderiam prejudicar o trabalho da colheita.

Incidente como êsses de operação satisfatória sob condições anormais as mais variadas, angariaram para a colhedeira mecânica de algodão McCormick International, durante os 11 anos decorridos desde a sua introdução de "o mal. engenhoso maquinismo" em todos o setor da agricultura. Aperfeiçoada em 1941, a máquina foi desenvolvida depois de que os engenheiros da International Harvester tentaram por 25 anos construir uma máquina que fôsse capaz de retirar a fibra dos capulhos abertos e deixar os capulhos ainda fechados, sem danificá-los.

O desenvolvimento de tal máquina foi um trabalho importante para a I. H., pois a mecanização do algodão — um dos maiores entraves na produção agrícola — ficou sempre para trás em relação às outras culturas. O algodão é provàvelmente usado por mais pessoas e para fins muito mais diversos do que qualquer outra fibra e está amplamente pelo mundo em virtude da sua adaptabilidade a uma grande variedade de solos e climas e por causa de sua economia.

Através dos anos, depois de se terem abandonado muitos princípios mecânicos, surgiu a idéia dos dedos mecânico úmidos que colhessem apenas os capulhos maduros. Experiências continuadas, seguidas da introdução melhoramento resultaram no lançamento pela I. H. em 1941 da primeira colhedeira mecânica de algodão eficiente.

Acionada por um trator Farmall M, a máquina colhe de 25 a 30 vezes mais do que um homem e o custo de operação é bastante inferior ao custo da colheita manual. A máquina é rápida e colhe aproximadamente um acre em uma hora de 95% dos capulhos abertos, deixando no campo as folhas e a suteira e pode ser comparada de acôrdo com os operadores, os trabalhos de colheita manual.

A fim de assegurar assistência mecânica eficiente às colhedeiras de algodão em uso no Brasil, a International Harvester Máquinas, S. A. planeja fabricar aqui as ferramentas usadas no trabalho de manutenção das máquinas. Também está preparado um manual em português sôbre manutenção e assistência mecânica, o qual será brevemente distribuído aos proprietários destas colhedeiras e aos concessionários da companhia localizados nas zonas de operação das máquinas.

Este extenso programa poderá influir diretamente na economia do país, pois o algodão atinge aproximadamente a 12 por cento da exportação total do Brasil, cuja prosperidade depende em grande parte do mercado mundial e das exportações de café e algodão. Com terras suficientes para produzir anualmente 40 milhões de fardos de algodão, êsse primeiro passo para a mecanização da indústria algodoeira dá ao Brasil um futuro promissor.

A Sociedade Nacional de Agricultura e a projetada Conferência Nacional de Abastecimento e Preços

Seguindo a orientação da Confederação Rural Brasileira, de que faz parte, enviou a Sociedade Nacional de Agricultura ao Sr. Benjamin Cabello, Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, o seguinte ofício:

"Esta Sociedade é muito grata a Vossa Excia. pela inclusão da sua presidência como membro de honra da I Conferência Nacional de Abastecimento e Preços, a realizar-se de 14 a 20 dêste mês, promovida pela Comissão sob a sua digna presidência, fato que nos foi comunicado pelo ofício n.º 87, de 27 do corrente.

Quanto à solicitação, que nos fêz, da indicação de representantes desta Sociedade, somos forçados a apenas enviar observadores, visto que, sendo esta Entidade parte de uma organização nacional de classe agrícola, não poderia, legìtimamente, opinar a respeito de tão importantes matérias, sem que, primeiro, se articulasse com os órgãos representativos da agricultura do país, tão diretamente ligada e interessada nos assuntos do temário oferecido a estudo.

Com os nossos melhores votos pelo êxito da Conferência, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração."

Notícias e informações

NÚCLEO COLONIAL DE SANTA CRUZ

Durante a recente visita que fizeram ao Núcleo Colonial de Santa Cruz o Exmo Sr. Presidente da República e o Sr. ministro da Agricultura, acompanhados de altas autoridades entre as quais o Secretário da Agricultura do Distrito Federal, o chefe do gabinete militar da Presidência da República, parlamentares, etc. foram inaugurados vários melhoramentos no núcleo colonial de Santa Cruz, entre os quais:

a — instalação de uma fabrica de ração balanceada com capacidade para produzir 20.000 sacas diárias de rações balanceadas de diversos tipos (para gado leiteiro, para postura de aves, para manutenção de aves, para engorda de suínos, etc.;

b — instalação de uma fabrica para construção de casas-colônias, destinadas à criação racional de aves em confinamento;

c — instalação de uma fabrica de tela de de arame.

Em seguida a visita ao núcleo colonial de Santa Cruz dirigiram-se os presentes ao núcleo colonial de Piranema, no Estado do Rio, onde foram visitadas as granjas leiteiras recentemente instaladas, apos o que houve um desfile de máquinas agrícolas.

A visita terminou com um almoço oferecido aos ilustres visitantes na Universidade Rural onde os mesmos foram saudados pelo Dr. Waldemar Raythe, Diretor do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agronômicas.

COTAÇÃO DO CAFÉ

O preço médio do café no fim de Outubro, na praça do Rio de Janeiro, foi o seguinte:

Tipo 3 — Cr$	179,60
Tipo 4 — Cr$	177,20
Tipo 5 — Cr$	174,80
Tipo 6 — Cr$	172,40
Tipo 7 — Cr$	170,00
Tipo 8 — Cr$	166,00

ALGODÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos a atual safra de algodão no referido país é de 13 889 000 de fardos, isto é, inferior a mais de um milhão de fardos em relação à colheita do ano passado.

Ainda de acordo com a previsão do referido Departamento cerca de 5,2% das plantações serão abandonadas devidos à seca e às pragas.

AREA CULTIVADA

De acordo com os recentes dados estatísticos apenas 2% da area do Brasil está sendo cultivada (aproximadamente 17 775 000 de hectares) dos quais:

3.827.150 há em São Paulo
2.135.767 há em Minas Gerais
1 006.885 há no Rio Grande do Sul
671 136 há no Paraná

COMPOSIÇÃO QUIMICA DO CAPIM GUATEMALA

O capim Guatemala é uma ótima forrageira, apresenta na folhagem (substância verde), 89,10% de umidade, 1,22 de proteína bruta, 0,35% de extrato etéreo, 4 90% de extrativo não nitrogenado, 3,29% de celulose e 1,14 de resíduo mineral, 0,05 de fósforo em P 205, 0,03% de cálcio em c a b

A AVICULTURA EM 1950

São os seguintes os dados referentes ao panorama de nossa avicultura em 1950:

Número de cabeças	67.174.600
Valor total das aves Cr$	1.016.659.000,000
Quant. de ovos	273.674 000 de Dúz.
Valor dos ovos Cr$	1.634.896.000,00

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

As estimativas da safra de 1952/1953 dão ao Brasil 14 000.000 de sacas, seguida da Colombia com 3 5000.000, de Salvador com .... 1.150.000 e de Guatemala com 1.060.000 prefazendo um total de 25 524.000. Conforme se verifica, mais de 50% da safra mundial será do Brasil.

A MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA GRÃ-BRETANHA

Segundo dados recentemente divulgados, a Grã-Bretanha é hoje um país mais altamente mecanizado do mundo. O numero de tratores em serviço nas suas fazendas orça hoje em cerca de 300.000, e a despesa dos agricultores em 1951 com tratores e seus acessórios atingiu a cifra de 50.000.000 de esterlinos.

O BRASIL E A PRODUÇÃO DE CAFÉ

De acordo com as declarações do presidente da National Coffee Association, o Brasil aumentará a produção de café para atender a procura desse produto nos Estados Unidos nos próximos anos

ASSISTÊNCIA AOS LATICINISTAS

A Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura elaborou um vasto programa de assistência permanente aos produtores de laticínios, que abrange, entre outras medidas:

a — visitas de técnicos às fábricas de laticínios.
b — contrato de oito técnicos diplomados pela Escola Cândido Tostes para orientarem os produtores.

Durante as visitas os técnicos farão análises da matéria prima manipulada, verificarão as condições de higiene dos estabelecimentos, orientarão os produtores no sentido de conseguirem melhores produtos, aumentem o rendimento, etc.

X CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA

Inaugurou-se no dia 6 de Julho, o X Congresso Brasileiro de Química, cujos trabalhos prolongaram-se até o dia 12, que congregou em seu seio, mais de 200 químicos. Entre as sessões especializadas, a que mais de perto interessou à agricultura foi a de Fertilizantes. Entre os trabalhos apresentados podemos citar "possibilidades de extração e aproveitamento do guano fosfatado dos depósitos existentes em Fernando de Noronha", do Dr. José de A. Pereira de Mello; "Composição química das algas empregadas como adubos no Rio Grande do Sul", do Dr. Eliazar de Carvalho Rio; "As tortas de cacau e de algodão na adubação da cana", de Dr. E. Malavolta, T. Coury e G. Ranzini, e muitos outros.

PREÇO MINIMO PARA O CAFÉ BENEFICIADO

O Presidente da Republica assinou decreto estabelecendo preços mínimos para o café beneficiado da safra 1951-1952 de acôrdo com a lei n.º 1.506 de 19 de dezembro de 1951.

Para o tipo 4 foi estabelecido o preço de Cr$ 210,00 por dez quilos, conforme o teor do decreto que adiante transcrevemos:

"Artigo 1.º — Fica assegurada ao café beneficiado do país, da safra de 1951-52, a garantia de preços mínimos prevista na lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes condições:

a) aquisição do produto pelo preço de duzentos e dez cruzeiros por dez quilos, para o tipo 4, da padronização oficial baixada pelo decreto n.º 27.173, de 14 de dezembro de 1949, bebida mole, côr esverdeada, fava média para boa seca e torração normais, acondicionados em sacaria nova, tipo exportação, com 60-1/2 quilos brutos, F.O.B. pôrto de Santos;

b) oitenta por cento de financiamento, na base do preço mínimo fixado na letra a dêste artigo.

§ 1.º — Entende-se por safra de 1951-52 a que teve início, nos diversos Estados produtores, de setembro a outubro de 1951, e a ser embarcada, para os portos nacionais, de exportação, a partir de 1.º de julho de 1952.

§ 2.º — Os ágios e deságios dos diversos tipos de café da classe prevista na letra a dêste artigo são os fixados pelas tabelas da Bôlsa Oficial do Café e Mercadorias de Santos.

Art. 2.º — As bases de preços F.O.B., os ágios e deságios e as especificações para os demais tipos e qualidades de café do país serão baixados de acôrdo com o disposto no art. 5.º da lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º — Fica autorizada a Comissão de Financiamento da Produção a adquirir, de preferência dos lavradores, nos diversos Estados produtores, café em côco, ensacado, depositado em armazens idôneos, a preços equivalentes aos fixados para o produto beneficiado, mediante instruções a serem baixadas pelo ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, fornecidos para êsse fim os necessários elementos pela Divisão da Economia Cafeeira, criada pelo decreto-lei 9.784, de 6 de setembro de 1946.

Art. 4.º — O presente decreto será pôsto em execução pela forma estabelecida no art. 5.º e seu parágrafo único da lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, enquanto não estiver em pleno funcionamento novo órgão oficial da economia cafeeira do país.

Art. 5.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

REUNIÃO LATINO-AMERICANA PARA A PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES

A F.A.O. (Organização para a Agricultura e Alimentação), promoveu, no periodo de 4 a 12 de dezembro do ano passado, uma reunião de especialistas aqui no Rio. Dos debates e estudos resultaram várias recomendações de grande interesse não só para o nosso país como também para as Américas de um modo geral. Uma delas, por exemplo, diz respeito à necessidade de pesquizas de fontes de fosfatos e de potássio de que tanto carecemos. Outras encerram problemas importantes, como a necessidade de entrada franca de materiais fertilizantes; a necessidade do estudo de fretes convenientes; a facilidade de crédito ao agricultor para aquisição de adubos, o desenvolvimento de trabalhos experimentais e demais pesquizas, etc.

Consultas

INDÚSTRIA RURAIS

Esclarecendo ao Sr. D. P. B., nosso consócio do Estado do Espírito Santo, informamos que o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura está aparelhado para prestar qualquer informação sôbre indústrias mais caseiras, já distribuído folhetos sôbre o assunto, já ministrando cursos práticos em sua sede, nos lugares onde se realizam semanas ruralistas, etc.

ENXERTIA DA CAMÉLIA

Respondendo a Sra. E. B., do Distrito Federal, que nos consulta sôbre enxertia da camélia, temos a informar:

a — que as diferentes espécies de camélias podem ser enxertadas sôbre a própria camélia ou sôbre o chá da India.

b — que os porta-enxertos podem ser obtidos por meio de estacas ou de sementes.

c — que entre os processos de enxertia podem ser empregados a encostia ou a garfagem no alburno.

VIDEIRAS

Respondendo ao Sr. J. M. R., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais, temos a

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira Redator Tecnico de "A LAVOURA".

informar que, visando a exploração de uva para mesa devem ser plantadas, entre outras, as seguintes variedades de videiras: Niagara (branca e rosada); Golden Queen, Pirovano 65 etc.

ANTRACNOSE DA LARANJEIRA

Esclarecendo ao Sr. J. C., nosso consórcio do Estado do Rio, demos a informar que para combater a antracnose devem ser tomadas certas medidas entre as quais:

a — promover o fortalecimento de plantas através de adubações.

b — aplicação de caldo bordaleza e 1% por ocasião da florada.

c — repetir, mais duas vezes a pulverização com intervalo de 15 dias.

EUCALIPTOS PARA REGIÕES TEMPERADAS

Respondendo ao Sr. José M., nosso consórcio do Estado do Rio temos a informar que entre as variedades de eucaliptos que se recomendam para as regiões de clima temperado podemos citar as seguintes: citriodora, maculata, resinifera, robusta, rostrata, saligna e tereticornis.

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

NOVOS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR

Na Assembléia Geral Ordinária da Confederação Rural Brasileira realizada a 15 de dezembro deste ano, sob a presidência do Sr. Antonio de Arruda Câmara, após a leitura do relatório do Sr. Mário de Oliveira, presidente desta entidade, dentro da ordem do dia, que publicamos em outro local, foi procedida à eleição para renovação do têrço do Conselho Superior, de acôrdo com os Estatutos, sendo reeleitos os Senhores Apolônio Sales, Arthur Torres Filho e Edgard Teixeira Leite, e eleitos os Senhores Leven Vampré, Luiz Simões Lopes, Manoel Demóstenes, Iris Meonberg, Cerqueira Lima, Alfredo da Silva Neves e Amaro Silva.

A queimada e suas consequências

Hernani Santiago Tribuzi

Engenheiro-Agronomo

Chocante e evidenciando o atraso em que se encontra a maioria dos nosos agricultores é o espetaculo habitual e sumamente deploravel a queimada — remanescente infeliz de eras remotas observado com frequencia ainda em nossos dias.

Para que possam avaliar as consequências desastrosas de tão condenável pratica lembremo-nos de que o solo não é como pode parecer aqueles menos esclarecidos uma substancia inerte, estatica, um simples aglomerado de particulas com a finalidade única de sustentar as plantas. É, sim, um meio palpitante de vida, um verdadeiro laboratorio onde reações multiplas de ordem quimica e biologica se repetem numa sequência ininterrupta pela coadjuvação de milhares, milhões de microrganismos que ali vivem em constante atividade.

São êsses pequeninos sêres, esses microrganismo que promovem a solubilização dos elementos minerais imprescindiveis a alimentação das plantas transformando-os em produtos assimilaveis. Para que eles existam, necessário se torna que o solo seja provido de **materia organica** — fôlhas, raizes mortas, restos de cultura, carcassas de insetos, etc. — material este que, sob a ação dos microrganismos se transforma no complexo orgânico-mineral cuja importância não tem paralelo na agricultura — o **humus**.

Pois são êsses microrganismo, essa matéria organica, êsse humus precioso, vitalizante que o lavrador destroi pela queimada. É êle mesmo que, na inconciência do seu ato, tentando, numa economia enganadora, ilusória, baratear o preparo do solo, queima o que de mais precioso possui, cavando assim a propria ruina.

A MATÉRIA ORGÂNICA, essa coisa aparentemente sem valor a que o nosso agricultor atela fogo habitualmente, é, portanto, a precursora do **humus** e consequentemente um fator decisivo para a fertilidade do solo.

VANTAGENS DO HUMUS

Entre as suas inúmeras propriedades vejamos algumas das que mais se evidenciam e avaliemos quantas vantagens, quantos beneficios desperdiçados pelas queimadas:

1 — Torna mais porosos os solos compactos melhorando assim as suas propriedades fisicas.

2 — Promove o arejamento do solo

3 — Aumenta a coesão entre as particulas dos solos leves, arenosos, aglutinando-as e, dêste modo tornando o terreno mais firme e menos sujeito ao efeito erosivo das enchurradas

4 — Aumenta a capacidade do solo no que diz respeito ao armazenamento da agua, proporcionando assim a plantas maior resistencia as sêcas

5 — Fornece azoto ao terreno e outrossim o CO_2 (anidrido carbônico) necessário a solubilização de alimentos das plantas.

6 — Retém por adsorção os sais minerais dos quais se nutrem as plantas, impedindo que os mesmos se percam, arrastados pelas aguas.

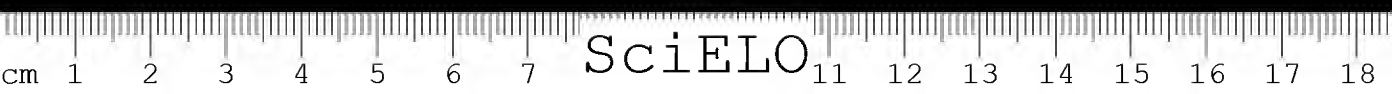
Dêsses itens merece especial atenção o que se refere a retenção dos principios alimenticios das plantas e que oferece explicação para um fato comum entre nós — o fracasso das adubações quimicas. É que tais solos, pobres de materias organicas já não são capazes de reter, de segurar os elementos contidos nos adubos os quais se perdem antes de serem utilizados pelas plantas. Se os terrenos não reagem as adubações a culpa não cabe, via de regra, ao produtor do adubo e sim ao agricultor que imprevidentemente destruiu a capacidade absorvida do solo pela queimada.

Nas regiões quentes, onde a temperatura é elevada, acelerando sobremodo as reações quimicas e biologicas que determinam a decomposição da substância humida promove o seu rapido desaparecimento, é um verdadeiro desatino a queimada que, então, completando a ação abrasiva do clima destruirá o pouco que resta ao solo de fertilidade.

Os restos de cultura, os vegetais espontâneos, quando possivel, deverão ser enterrados ao solo mediante uma aradura preliminar. Esse mato, essa folhagem, enterrados, dentro em breve entrarão em transformação resultando material fertilizante.

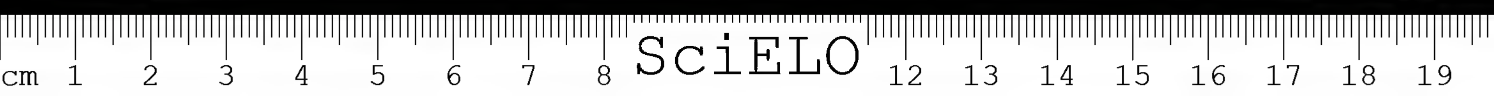
Estando o mato excessivamente alto que não permita o seu enterrio pelo arado, deve-se roça-lo, montoando-o em um ou mais pontos do terreno. Esses detritos, constituindo matéria prima excelente para elaboração do "composto" serão posteriormente devolvidos ao solo sob forma desse precioso adubo organico cuja elaboração quase nenhum gasto requer. (As instruções para a confecção do "composto" poderão ser obtidas de qualquer agronomo ou solicitadas diretamente ao Serviço de Informação Agricola do Ministério da Agricultura.

Evitar, pois, a queimada, limitando-o a casos excepcionais como pela ocorrência intensiva de pragas ou doenças (ainda assim consultar o agronomo) e a norma que todo agricultor deverá seguir para manter a fertilidade perene de suas terras e desse modo, atendendo aos seus interesses, conservar um patrimonio que não é senão um pedaço da propria Patria


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19